

Universidade Federal de São Carlos
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

TESE DE DOUTORADO

**Entre a Solidariedade e o risco: Sindicatos e fundos de pensão em
tempos de governo Lula**

Apoio: FAPESP/CAPES

Maria A Chaves Jardim

Orientador: Prof. Dr. Roberto Grün

**São Carlos
2007**

**Universidade Federal de São Carlos
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais**

TESE DE DOUTORADO

**Entre a Solidariedade e o risco: Sindicatos e fundos de pensão em
tempos de governo Lula**

Apoio: FAPESP/CAPES

Maria A Chaves Jardim

Orientador: Prof. Dr. Roberto Grün

Tese de Doutorado apresentado ao
Programa de Pós-Graduação
em Ciências Sociais da
Universidade Federal de
São Carlos (UFSCar),
como parte dos requisitos
para a obtenção do Título de
Doutora
em Ciências Sociais

**São Carlos
2007**

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

J37es

Jardim, Maria Aparecida Chaves.

Entre a solidariedade e o risco : sindicatos e fundos de pensão em tempos de governo Lula / Maria Aparecida Chaves Jardim. -- São Carlos : UFSCar, 2007.
421 f.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2007.

1. Sindicalismo. 2. Sociologia do trabalho. 3. Sociologia econômica. 4. Silva, Luiz Inácio da, 1945. 5. Mercado financeiro. I. Título.

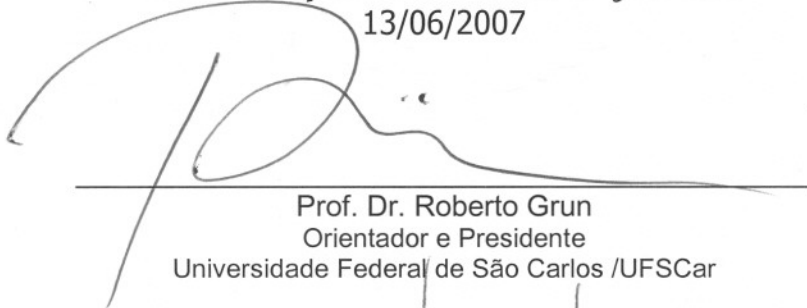
CDD: 306.347 (20^a)



BANCA EXAMINADORA DA TESE DE DOUTORADO DE

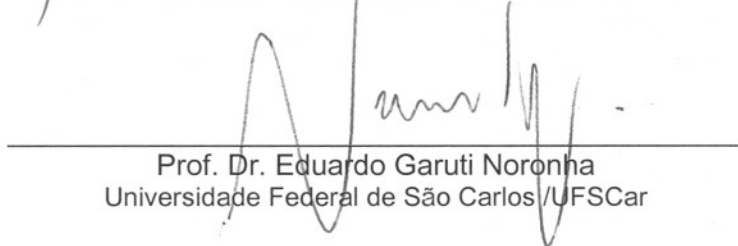
Maria Aparecida Chaves Jardim

13/06/2007



A large, stylized handwritten signature in black ink, written over a horizontal line.

Prof. Dr. Roberto Grun
Orientador e Presidente
Universidade Federal de São Carlos /UFSCar



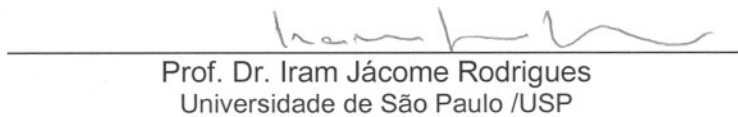
A handwritten signature in black ink, written over a horizontal line.

Prof. Dr. Eduardo Garuti Noronha
Universidade Federal de São Carlos /UFSCar



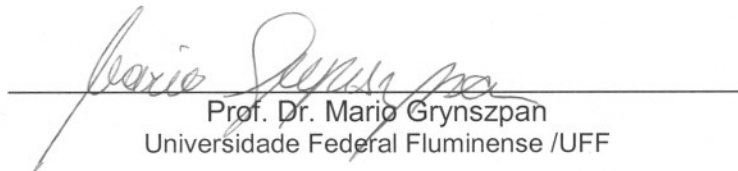
A handwritten signature in black ink, written over a horizontal line.

Prof. Dr. Marcos Pazzanese Duarte Lanna
Universidade Federal de São Carlos /UFSCar



A handwritten signature in black ink, written over a horizontal line.

Prof. Dr. Iram Jácome Rodrigues
Universidade de São Paulo /USP



A handwritten signature in black ink, written over a horizontal line.

Prof. Dr. Mario Grynszpan
Universidade Federal Fluminense /UFF

Aos meus amores:

José Batista Chaves, pai
Maria J. Jardim, mãe
Romário Chaves Jardim, sobrinho
Matilde Jardim, vó
Meus irmãos, companheirismo
Sávio Garcez Moraes, serenidade

LISTA DE QUADROS

QUADRO I - PERFIL DOS ENTREVISTADOS NO BRASIL	25
QUADRO II - PERFIL DOS ENTREVISTADOS NA FRANÇA.....	27
QUADRO III - ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR EFPC (EM BILHÕES)	81
QUADRO IV - RELAÇÃO DAS 10 MAIORES ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR POR TIPO DE PATROCÍNIO, SEGUNDO ATIVOS DE INVESTIMENTO, EM DEZEMBRO DE 2004.	82
QUADRO V - FUNDO DE PENSÃO SINDICAL DO BRASIL: AUTORIZADO PELA LEI 108/109/2001	128
QUADRO VI - FUNDO DE POUPANÇA SALARIAL FRANCESA: AUTORIZADO PELA LEI LAURENT FABRIS DE 2001	128
QUADRO VII - SINDICALISTAS NO PRIMEIRO GOVERNO LULA	171
QUADRO VIII - ATORES LIGADOS À PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO PRIMEIRO GOVERNO LULA (2003/06) VERSUS TRAJETÓRIA DE VIDA	172
QUADRO IX - OPOSITORES DOS FUNDOS DE PENSÃO EXTERNOS AO GOVERNO LULA	174
QUADRO X - EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO SINDICAL SOBRE FUNDOS DE PENSÃO	191
QUADRO XI - FUNDOS QUE POSSUEM PARTICIPAÇÃO DE DIRIGENTES SINDICAIS OU EX-SINDICALISTA	222
QUADRO XII - DIRIGENTES DOS MAIORES FUNDOS DE PENSÃO VERSUS RELAÇÃO COM O PARTIDO DOS TRABALHADORES.....	254
QUADRO XIII - MAIORES INTERLOCUTORES DOS FUNDOS DE PENSÃO NO PRIMEIRO GOVERNO LULA	257

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO I - QUANTIDADE DE ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA PRIVADA POR TIPO DE PATROCÍNIO E INSTITUIDOR, SEGUNDO TIPO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS E NÚMERO DE PATROCINADORES, DEZ/05	44
GRÁFICO II - EVOLUÇÃO DO ATIVO DE INVESTIMENTO DOS FUNDOS DE PENSÃO (R\$ BI – VALORES NOMINAIS).....	60
GRÁFICO III - COMPOSIÇÃO DO ATIVO DE INVESTIMENTO DOS FUNDOS DE PENSÃO POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO	72
GRÁFICO IV - POPULAÇÃO DAS EFPC, SETEMBRO DE 2006.	81
GRÁFICO V - ATIVO TOTAL DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR, SEGUNDO TIPO DE PATROCÍNIO E INSTITUIDOR, DEZ/05.	83
GRÁFICO VI - CRESCIMENTO DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR, 2005.	84
GRÁFICO VII - QUANTIDADE DE ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR, POR REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO, EM DEZ/05.....	251

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	08
RESUMO.....	10
ABSTRACT.....	11
LISTA DE SIGLAS	12
APRESENTAÇÃO	17
CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO.....	20
1.1 MÉTODO	22
1.2 OBJETIVOS	22
1.3 METODOLOGIA	23
1.3.1 <i>Pesquisa de campo no Brasil</i>	23
1.3.2 <i>Pesquisa de campo na França</i>	27
1.4 RECORTE TEMPORAL.....	29
1.5 TRATAMENTO DOS DADOS	29
1.6 INSPIRAÇÃO TEÓRICA E PREOCUPAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS	31
1.6.1 <i>Bourdieu</i>	31
1.6.2 <i>Mary Douglas</i>	32
1.6.3 <i>Robert Castel</i>	33
1.7 ORGANIZAÇÃO DA TESE.....	33
CAPÍTULO II – PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL: DO ASSISTENCIALISMO AOS FUNDOS DE PENSÃO	35
2.1 PRIMEIRAS INICIATIVAS	35
2.2 AS CAPS E OS IAPS	38
2.3 CRIAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DOS FUNDOS DE PENSÃO: 1977.....	42
2.4 REPARTIÇÃO/CAPITALIZAÇÃO: INTRODUÇÃO AOS CONCEITOS	45
2.5 ANOS 1980 E ANOS 1990: FALÊNCIA, CORRUPÇÃO E PRIVATIZAÇÃO	48
2.6 DANIEL DANTAS: A NEGAÇÃO DA LÓGICA DE MORALIZAÇÃO DO CAPITALISMO	55
2.7 A LEGISLAÇÃO NO GOVERNO FERNANDO HENRIQUE: AS LEIS COMPLEMENTARES 108 E 109 DE 2001	57
2.8 LEI COMPLEMENTAR 108: PARIDADE NA GESTÃO	60
2.9 LEI 109: PLANO BENEFÍCIO DEFINIDO E CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	62
2.10 DEFINIÇÃO DO MODELO DE FUNDO DE PENSÃO: RELAÇÕES DE FORÇA.....	64
2.11 LEI COMPLEMENTAR 109: PORTABILIDADE.....	68
2.12 GOVERNO LULA E A POLÍTICA DE FUNDOS DE PENSÃO (2002-2007)	73
2.13 APOIO DO SETOR	76
2.14 CONSOLIDAÇÃO DO MERCADO DE FUNDOS DE PENSÃO: DADOS DO SETOR	80
2.15 CONSIDERAÇÕES	85
CAPÍTULO III – CAPITALISMO ACIONÁRIO: GOVERNANÇA CORPORATIVA E FUNDOS DE PENSÃO	87
3.1 “NOVO CAPITALISMO”: NOVAS RELAÇÕES	87
3.2 FUNDOS DE PENSÃO E SINDICATOS	93
3.3 GOVERNANÇA CORPORATIVA	96
3.4 ACIONISTA SALARIAL E SINDICATOS	99
3.5 GOVERNANÇA CORPORATIVA: VISÃO CRÍTICA	103
3.6 CONSIDERAÇÕES.....	109
CAPÍTULO IV - ESTADOS UNIDOS, CANADÁ E FRANÇA: INFLUÊNCIAS INTERNACIONAIS.....	110
4.1 ESTADOS UNIDOS: FUNDOS DE PENSÃO.....	110
4.2 PAPEL DOS SINDICATOS NOS ESTADOS UNIDOS	115
4.3 CANADÁ E FUNDOS DE PENSÃO	117

4.4 FUNDO DE SOLIDARIEDADE DE QUEBEC	118
4.5 FRANÇA: FUNDOS DE PENSÃO E/OU L'ÉPARGNE SALARIALE?	121
4.5.1 PERCO e PERCOI.....	127
4.6 PAPEL DOS SINDICATOS FRANCESES.....	132
4.7 CONFÉDÉRATION GÉNÉRALE DU TRAVAIL (CGT)	133
4.8 CONFÉDÉRATION FRANÇAISE DEMOCRATIQUE DU TRAVAIL (CFDT).....	136
4.9 FORCE OUVRIÈRE (FO)	139
4.10 COMITE INTERSYNDICAL DE L'ÉPARGNE SALARIALE (CIES)	140
4.11 CONSIDERAÇÕES.....	142
CAPÍTULO V – GOVERNO LULA E O DIÁLOGO COM O MERCADO FINANCEIRO: INCLUSÃO SOCIAL, VIA MERCADO.....	143
5.1 A ESQUERDA E O MERCADO FINANCEIRO: CONSTRUÇÃO DE UMA RELAÇÃO, CONVERGÊNCIA DE MUITOS INTERESSES.....	143
5.2 PROJETO PARCERIA PÚBLICO-PRIVADO (PPP).....	144
5.3 MICROCRÉDITO E BANCO POPULAR DO BRASIL (BPB).....	147
5.4 BOLSA POPULAR E FGTS.....	149
5.5 FÓRUM ECONÔMICO E FÓRUM SOCIAL	154
5.6 CONSIDERAÇÕES.....	156
CAPÍTULO VI – GOVERNO LULA E A POLÍTICA DE FUNDOS DE PENSÃO	157
6.1 POLÍTICA DE ESTÍMULO AOS FUNDOS DE PENSÃO	157
6.2 FUNPRESP: SOLIDARIEDADE OU RISCO AOS SERVIDORES PÚBLICOS?	165
6.3 GOVERNO LULA: PRESENÇA SINDICALISTA	170
6.4 OPOSIÇÃO AOS FUNDOS DE PENSÃO	174
6.5 CRIAÇÃO/ DISSOLUÇÃO DA PREVIC: RELAÇÕES DE FORÇA.....	177
6.6 CONSIDERAÇÕES.....	180
CAPÍTULO VII - PRESENÇA DE CENTRAIS E SINDICATOS NO MERCADO FINANCEIRO.....	181
7.1 NOVAS ESTRATÉGIAS SINDICAIS	182
7.2 SINDICATOS BRASILEIROS NA CRIAÇÃO E GESTÃO DE FUNDOS DE PENSÃO.....	189
7.3 JUSTIFICATIVA POLÍTICA, SOCIAL E MORAL.....	192
7.4 PLANO CUT.....	202
7.5 PLANO FORÇA SINDICAL.....	204
7.6 ESTRATÉGIAS SINDICAIS DIVERSIFICADAS NO MERCADO FINANCEIRO: CMN, BOVESPA E CLUBES DE INVESTIMENTO.....	206
7.7 “CAMPO” OU MERCADO: REALIDADES E MITOS DO PODER SINDICAL NO MERCADO FINANCEIRO	209
7.8 SINDICATOS E FUNDOS DE PENSÃO: NATURALIZAÇÃO DE UMA CRENÇA	217
7.9 GOVERNANÇA E ACIONISMO NOS FUNDOS BRASILEIROS	219
7.10 CONSIDERAÇÕES.....	225
CAPÍTULO VIII - SINDICALISTAS E SUAS NOVAS CONVENÇÕES SOCIAIS: LIMITES E AMBIGUIDADES.....	226
8.1 CONVENÇÕES SOCIAIS COGNITIVAS: INTRODUÇÃO AO CONCEITO	226
8.1.1 <i>Domesticação e/ou Moralização do capitalismo</i>	227
8.1.2 <i>Legitimação dos fundos de pensão/ deslegitimação da previdência social</i>	228
8.1.3 <i>Fundos de pensão como dom e “nova solidariedade”</i>	230
8.2 DOMESTICAR/MORALIZAR O CAPITALISMO: JUSTIFICATIVA MORAL	233
8.3 DOMESTICAÇÃO DO CAPITALISMO OU DOMESTICAÇÃO DOS SINDICATOS?	240
8.4 CONSIDERAÇÕES.....	246
CAPÍTULO IX - FORMAÇÃO DE UMA “ELITE SINDICAL” DE FUNDOS DE PENSÃO	247
9.1 FORMAÇÃO DA ELITE DE FUNDOS DE PENSÃO	248
9.2 LUIS GUSHIKEN	252
9.3 RICARDO BERZOINI.....	254
9.4 ADACIR REIS.....	255

9.5 WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA.....	259
9.6 ELITE SINDICAL DA CUT	260
9.6.1 João Antonio Felício.....	260
9.6.2 Gilmar Carneiro	260
9.7 “DIRIGENTES TRADICIONAIS” DE FUNDOS E “DIRIGENTES SINDICAIS” (VANGUARDA FINANCEIRA): LUTAS E TENSÕES	261
9.8 A ESTRUTURA SOCIAL DO CAMPO AUXILIA NA RECONVERSÃO	263
9.9 RECONVERSÃO SINDICALISTA.....	265
9.9.1 <i>Reconversão, institucionalização e profissionalização do setor: educação financeira..</i>	273
9.10 INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ELITES SINDICAIS BRASILEIRAS: FRANÇA, ESTADOS UNIDOS E CANADÁ	277
9.11 FRANÇA	278
9.12 ESTADOS UNIDOS E CANADÁ.....	283
9.13 FUNDO DE PENSÃO BRASILEIRO: UM “MODELO” HÍBRIDO?.....	285
9.14 FORTALECIMENTO DOS SINDICATOS, VIA FUNDOS DE PENSÃO	286
9.15 SINDICATOS BRASILEIROS COMO POSSÍVEIS ATORES DE UMA NOVA GOVERNANÇA MUNDIAL.....	291
9.16 CONSIDERAÇÕES.....	295
X CONSIDERAÇÕES FINAIS	296
XI REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	301
APÊNDICE.....	301
DIÁRIO DE CAMPO.....	323
1. OBSERVAÇÕES A PARTIR DE DIÁLOGOS: COMENTÁRIOS DE INTELLECTUAIS FRANCESES E BRASILEIROS, COM OS QUAIS FOI DISCUTIDA A PESQUISA:.....	326
2. COMENTÁRIOS COLETADOS DURANTE EVENTOS ACADÊMICOS.....	338
3. COMENTÁRIOS COLETADOS JUNTO AOS SINDICALISTAS DA CFDT E GCT.....	342
4. FRAGMENTOS DE ENTREVISTAS REALIZADAS NO BRASIL.....	347
5. REGISTRO DE INFORMAÇÕES COLETADAS EM TRABALHO DE CAMPO, PROPICIADAS PELA PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS NO BRASIL.....	392
6. ROTEIRO DE ENTREVISTAS REALIZADAS NO BRASIL E NA FRANÇA COM ATORES ENCOLVIDOS COM OS FUNDOS DE PENSÃO	400
ANEXOS.....	402
1. CARTA DE BRASÍLIA.....	402
2. CARTA AOS BRASILEIROS	405
3. PROJETOS SELECIONADOS PELO GOVERNO PARA A PPP	410
4. CARTA DE JORGE MATTOSO (PRESIDENTE DA CEF).....	411
5. CARTA ENVIADA AO SENADO, SOLICITANDO A VOTAÇÃO DA MP DE CRIAÇÃO DA PREVIC.	413
6. EVENTOS DO GOVERNO NA TEMÁTICA PREVIDÊNCIA NOS ANOS DE 2003 E 2004.	414
7. EVENTOS DO GOVERNO NA TEMÁTICA PREVIDÊNCIA NO ANO DE 2006	415
8. TABELAS/ GRÁFICOS SOBRE FUNDOS DE PENSÃO.....	417
9. E-MAIL DE DEVANIR DA SILVA DA ABRAPP.....	417
10. PALESTRA REALIZADA NA CUT SOBRE FUNDOS DE PENSÃO	418
11. PROPOSTA DA ABRAPP PARA FUNDOS DE PENSÃO	419
12. MATÉRIA DE JORNAL.....	420

AGRADECIMENTOS

Essa tese é o resultado do apoio conjunto de professores, familiares, instituições, colegas e amigos. Gostaria de usar esse espaço para prestar agradecimentos às pessoas maravilhosas que encontrei nesses anos de Graduação, Mestrado e Doutorado.

Inicialmente, quero registrar meu reconhecimento pela valiosa orientação do Prof. Dr. Roberto Grün; mais do que um profissional sensível para o mundo da pesquisa, uma pessoa de espírito brilhante, que nos faz acreditar em nós mesmos e nos estimula a buscar no indutivo, o contra-indutivo, no óbvio, o questionamento. Tenho a satisfação de trabalhar com ele desde o segundo ano de graduação e através de sua orientação sempre precisa e inegavelmente bem-humorada, foi possível desenvolver minha monografia, meu mestrado e agora, a tese que ora apresento. Por este longo percurso de 10 anos, registro publicamente meus agradecimentos e minha enorme admiração pelo prof. Dr. Roberto Grün.

Também, deixo meu agradecimento especial para todos os professores do Departamento de Ciências Sociais da UFSCar, que foram meus primeiros mestres nas Ciências Sociais. Da mesma forma, quero lembrar minha “Turma de Ciências Sociais de 1996”, junto com a qual eu dei meus primeiros passos na prazerosa e difícil arte de fazer Ciência. É certo que essa tese testemunha alguns dos conhecimentos aprendidos naquela época. Alguns amigos da “Turma” se perderam, outros continuam por perto...mas é fato que todos continuam inesquecíveis, parte de uma época única.

Agradeço o apoio institucional da FAPESP, que me concedeu Bolsa de Doutorado no país, bem como da CAPES, que me forneceu bolsa de Doutorado Sanduíche no exterior, o que me possibilitou entrar em contato com as Ciências Sociais Internacionais.

Aos professores Eduardo Noronha e Jacob Carlos Lima, agradeço as sugestões na Banca de Qualificação dessa pesquisa. Aos professores Eduardo Noronha, Marcos Lanna, Iram Jácome Rodrigues e Mario Grynzpan, agradeço a disposição em participar da minha Banca de Doutorado e a discussão instigante proporcionada naquela ocasião. As considerações e críticas, de caráter pertinente, deixaram o estudo mais maduro e instigaram ainda mais meu prazer pela pesquisa.

Agradeço muito Ana Maria Bertolo. Mais do que a secretária do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, uma amiga, sempre disposta a ajudar e a resolver “pepinos”. Recordo-me particularmente do inesquecível apoio nos documentos da Bolsa Sanduíche.

Lembro a recepção agradável e a orientação certa do Prof. Dr. Afrânio Garcia, no Centre de Recherche sur le Brésil Contemporaine (CRBC) na EHESS/Paris; parte das “iniciativas” antropológicas dessa tese, mesmo que tímidas, são reflexos da sua orientação.

Agradeço o carinho e a discussão dessa pesquisa com alguns professores com os quais tive o prazer de conhecer em Paris: Monique de Saint Martin, Robert Castel, André Orléan, Frédéric Moatty, Julien Duval, Marc Bessin, Christian Azais, Alain Touraine, Catherine Sauviat, Sabine Montagne, Jean-Marie Pernot, dentre outros. Alguns colegas que me ajudaram com a pesquisa na França também devem ser lembrados, tais como Paul Lagneau-Ymonet, Jean-Merlin e Brice Le Galle. Ainda na França, lembro a companhia memorável de Mourad Ben Hassine pelas ruas da cidade Luz.

No Brasil, agradeço o espaço de discussão referente ao tema de sindicalismo e trabalho, tanto na SBS, quanto na ANPOCS, onde tive o prazer de debater com grandes nomes da Sociologia do Trabalho do Brasil, dentre eles, José Ricardo Ramalho, Ricardo Antunes, Jacob Carlos Lima, Marco Aurélio Santana e Iram Jácome Rodrigues. Certamente tais encontros acadêmicos foram fundamentais no amadurecimento da tese que ora apresento.

Aos amigos do Núcleo de Sociologia Econômica e das Finanças (NESEFI), Marina Sartore, Elaine Leite, Ana Mondadoro, Karen Arthur, Martin Mundo, Ângela Carvalho, Maria Clara (Pi), Tati, Ana Carolina e Natália deixo um caloroso agradecimento por compartilhar sonhos parecidos. Ao também amigo do NESEFI, Antonio Pedroso Neto, agradeço não somente pela trocas teóricas e pelo incentivo intelectual, mas também pela já histórica amizade e constante otimismo.

Da mesma forma, agradeço Daniela de Oliveira e Antonia Celene Miguel. Mais do que amigas, irmãs nessa caminhada sociológica; mais do que sociólogas, pessoas que me deram apoio emocional em cada parágrafo dessa tese. Lembro ainda as amigas Claire Lamy, Cristina Pinho e Alice Rocha, as quais me acompanharam em aventuras maravilhosas pela Europa. Obviamente, os amigos Sandro Francischini, Cristina Castro, Cristina Almeida Prado, Géssica Pêra e Ana Elisa Costa são igualmente lembrados. Aproveito o tempo divertido de república, com o agradecimento a Gisele Simonetti e Vanessa Bernusso. Da mesma forma, os amigos “de asfalto” Marcelo Motta, Graciela Faria, Márcia Duarte e Zane, bem como a amiga e revisora da tese, Luciana Carvalho, merece igualmente meus agradecimentos.

Quero lembrar o importante papel daqueles que, em jargão antropológico, chamamos de informantes (sindicalistas brasileiros e franceses), sem os quais essa pesquisa não se realizaria; agradeço principalmente ao amigo/sindicalista da CFDT, Yves-Marie Marrison, já que este não apenas me abriu as portas da central, como me ajudou a desvendar a “caixa preta” da poupança salarial francesa.

Por fim, e mais importante, agradeço meus familiares. Meus irmãos, Sérgio Chaves Jardim, Jair Chaves Jardim e Maria S. Chaves foram testemunhas oculares das noites dedicadas a essa tese. Agradeço o café e a companhia que me fizeram. Ao sobrinho, Romário Chaves Jardim, agradeço por ter me convidado para “brincar”, justamente nos momentos em que a tese deixava de ser prazer e se tornava cansaço. A meu pai, José Batista Chaves e minha mãe, Maria Jardim, não existem agradecimentos que caibam. Foram insuperáveis na arte da paciência e da tolerância durante os anos em que me ausentei fisicamente e/ou emocionalmente para me dedicar aos estudos.

Por último, mas também de importância imensurável, agradeço ao Sávio Garcez Moraes pela paciência e pela sua companhia, ao mesmo tempo leve e densa, na medida certa.

RESUMO

Os projetos de inclusão social do primeiro Governo Lula passaram necessariamente pelo mercado: projeto microcrédito, Banco Popular do Brasil e especialmente fundos de pensão, são alguns exemplos. A inclusão social via mercado faz parte de uma política do PT que estamos denominando provisoriamente como “moralização e/ou domesticação do capitalismo”, já que busca aplicar o dinheiro oriundo da especulação em atividade produtiva, capaz de gerar emprego e renda para o trabalhador.

A “domesticação e/ou moralização do capitalismo” fica evidente na política de criação e gestão de fundos de pensão, que se cristalizou enquanto tema de grande interesse na agenda do Governo Federal, das três centrais sindicais do país (sobretudo da CUT) e junto aos sindicatos, especialmente do setor bancário e eletricitário. A interação entre sindicalistas, ex-sindicalistas presentes no Governo Lula, empresários do setor de fundos de pensão e Governo Federal, coloca em evidência a cumplicidade de interesses e a convergência de “elite”, em torno da configuração precisa dos fundos de pensão.

Nesse sentido, apoiados no discurso de responsabilidade social, investimento ético, gestão democrática dos fundos, proteção da poupança dos trabalhadores e na luta contra o capitalismo usando suas próprias armas (domesticação do capitalismo), os sindicalistas brasileiros têm ampliado para o espaço financeiro, a legitimidade acumulada no espaço trabalhista. Para tanto, argumentam ser moralmente legítimos na gestão/proteção da poupança dos trabalhadores.

Considerando o contexto exposto acima, essa tese de doutoramento buscou compreender as mudanças de convenções sociais pelas quais passam o sindicalismo brasileiro, as ambigüidades e contradições dessa ação sindical e o real papel e poder do qual dispõem nossos sindicatos. Da mesma forma, buscou entender a política de inclusão social, via mercado do Governo Lula. Finalmente, buscou pontuar as inspirações internacionais para o projeto de fundos de pensão, e as novas institucionalidades criadas pela consolidação do mercado de fundos de pensão.

Têm como inspiração teórica Bourdieu, Mary Douglas, Marcel Mauss, Robert Castel, dentre grandes nomes das Ciências Sociais do país e do exterior. Empiricamente, foram realizadas entrevistas com sindicalistas, membros do Governo Federal e opositores ao projeto de fundos de pensão, bem como observação participante em eventos do setor. Da mesma forma, foi realizada pesquisa de campo em centrais sindicais na França.

Palavras-chaves: fundos de pensão, sindicatos, “moralização/domesticação” do capitalismo, Governo Lula, novas estratégias sindicais.

ABSTRACT

The social inclusion projects of President Lula's first term accordingly proceeded through the market, as for instance: the Microcredit project, Banco Popular do Brasil (Brazil's Popular Bank) and especially the pension funds. Social inclusion by way of market is part of PT's political policies, which surveys have provisionally considered as "moralization and/or domestication of capitalism", seeing that it strives to apply the money from speculation into productive activities that are capable of generating employment and income for workers.

The "moralization and/or domestication of capitalism" is perceptible in the creation and management guidelines of the pension funds, which became consolidated as a great concern in the Federal Government's program, the three central unions of the country (especially CUT) and the labor unions, especially in the banking and electricity federations. The interaction among the syndicalists and former syndicalists in the Lula Government, businessmen from the pension funds sector and the Federal Government, bespeaks the complicity of interests and the convergence of the "elite" around the precise configuration of the pension funds. Thus, supported by the discourse of social responsibility, ethical investment, democratic management of the funds, protection of workers savings and the fight against capitalism, by means of their own instruments (domestication of capitalism), the Brazilian syndicalists have expanded accumulated legitimacy to the financial area in the workers' scope. Therefore, their argument on management/protection of workers' savings is justified as morally legitimate.

Taking into account the aforementioned context, the present doctorate thesis set out to understand the social convention changes that the Brazilian syndicalism undergoes, the ambiguities and contradictions of such syndicate actions and the factual role and power our syndicates command. By the same token, it sought to comprehend the social inclusion policies by means of the market of the Lula Government. Lastly, it placed emphasis on the international ideas regarding the pension funds project, as well as the new institutionalizations created by the market's consolidation of pension funds in Brazil.

The present work was theoretically influenced by Bourdieu, Mary Douglas, Marcel Mauss, Robert Castel, among renowned professionals of the Brazilian and international Social Sciences. Empirically, interviews were conducted with syndicalists, members of the Lula Government and those who oppose the pension funds project, in addition to observation participation in the events of this sector. Moreover, field work was carried out in central unions in France.

Key Words: *pension funds, syndicates/labor unions, "moralization/domestication" of capitalism, Lula Government, new syndicate strategies.*

LISTA DE SIGLAS

ABCRED - Associação Brasileira de Dirigentes de Entidades Gestoras e Operadoras de Microcrédito

ABRAPP- Associação Brasileira de entidades de Previdência Fechada

ADESA – Associação em Defesa dos Acionistas Salariais

AFER – Association Française d’Épargne de Retraite

AFL-CIO - American Federation of Labor and Congress et Industry Organization

ANAPAR - Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão

ANAPP- Associação Nacional de Previdência Privada

ANBID - Associação Nacional dos Bancos de Investimentos

ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro

ANPOCS- Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

APEOESP – Associação dos Professores do Estado de São Paulo

APIMEC - Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais

APLUB - Associação dos Profissionais Liberais do Brasil

BANESPREV - Fundo de Pensão dos Funcionários do Banespa

BM& F - Bolsa de Mercadorias e Futuro

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BNH - Banco Nacional da Habitação

BOVESPA - Bolsa de Valores de São Paulo

BPB - Banco Popular do Brasil

BVS - Bolsa de Valores Sociais

CAPEMI - Caixa de Pecúlio dos Militares

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAPs - Caixa de Aposentadoria e Pensões

CD - Contribuição Definida

CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

CEDI/ABRAPP - Centro de Documentação e Informação da ABRAPP

CEF – Caixa Econômica Federal

CES – Confédération Européenne de Syndicats

CESP - Fundação Setor Elétrico Paulista

CFDT - Confédération Française Démocratique du Travail
CFE – Confédération Generale des Enquadrament
CFTC- Confédération Française des Travailleurs Chrétiens
CGPC – Conselho Geral de Previdência Complementar
CGT/BR – Central Geral dos Trabalhadores (no Brasil)
CGT/FR - Confédération Générale du Travail
CIES – Comité Intersyndical de l'Épargne Salariale
CLSL - Confederação Internacional dos Sindicatos Livres
CMN – Conselho Monetário Nacional
CNB/CUT - Confederação Nacional dos Bancários (ligada a CUT)
CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNSP – Conselho Nacional de Seguros Privados
CPI- Comissão Parlamentares de Inquérito
CRBC – Centre de Recherche Sur le Brésil Contemporaine
CTC- Congresso do Trabalhador do Canadá
CUT - Central Única dos Trabalhadores
CUT-Prev – Plano de previdência da CUT
CVC/Opportunity - Citigroup Venture Capital
CVM- Comissão de Valores Mobiliários
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos
EAPP- Entidades Abertas de Previdência Privada
EFPP- Entidades Fechadas de Previdência Privada
EHES - École de Hautes Études en Sciences Sociales
ERISA - Employee Retirement Income Security Act
FAPESP – Fundo de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo
FAPI- Fundo de Aposentadoria Programada Integral
FAS – Fédération Française des Associations
FAT- Fundo de Apoio ao Trabalhador
FCPE – Funds Commum de Placemment
FGTS- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FGV/RJ – Fundação Getúlio Vargas/RJ
FGV/SP – Fundação Getúlio Vargas/SP
FMI- Fundo Monetário Internacional

FO – Force Ouvrière
FP – Fundos de Pensão
FS- Força Sindical
FTC – Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Canadá
FUNCEF - Fundo de Pensão dos Funcionários da Caixa Econômica Federal
FUNPRESP – Fundo de Previdência Complementar para Servidores Públicos
FUP - Federação Única dos Petroleiros
GV-SPPrev- Plano de Previdência da Associação dos ex-alunos de Administração de Empresa da Fundação Getúlio Vargas
IAP- Instituto de Aposentadoria e Pensão
IAPB- Instituição de Aposentadoria e Pensões dos Bancários
IAPC- Instituição de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes
IAPE- Instituto de Aposentadoria e Pensões da Ativa
IAPETEC- Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Carga
IAPI- Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários
IAPM- Instituição de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos
IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOPE- Instituto Brasileiro de Opinião e Pesquisa
ICSS – Instituto Cultural de Seguridade Social
INI – Instituto Nacional de Investidores
INPS- Instituto Nacional de Previdência Social
INSS- Instituto Nacional de Seguro Social
IPASE- Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado
IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IRES – Institute de Recherche Économique et Sociale
LC - Lei Complementar
LOPs - Lei Orgânica da Previdência Social
MP – Medida Provisória
MPAS - Ministério da Previdência e Assistência Social
MPO - Ministério do Planejamento e do Orçamento
MPS- Ministério da Previdência Social

OABPrev/SC – Plano Previdência da Ordem dos Advogados de Santa Catarina
OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT- Organização Internacional do Trabalho
ONU- Organizações das Nações Unidas
PAC- Programa de Aceleração do Crescimento
PBD- Plano Benefício Definido
PCD – Plano de Contribuição Definida
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PEE - Plan d'Épargne d'Entreprise
PEI - Plano de Poupança Interempresa
PERCO - Plano de aposentadoria coletiva (na França)
PERCOI - Plano de Aposentadoria coletiva Interempresa (na França)
PETROS – Fundo de Pensão dos Funcionários da Petrobrás
PFL - Partido da Frente Liberal
PIB- Produto Interno Bruto
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PND – Programa Nacional de Desestatização
PPESV - Plans Partenariaux d'Épargne Salariale Volontaire
PPP – Parceria Público-Privado
PREVCOOP – Plano Previdenciário da Cooperativa de Economia Crédito Mútuo dos Militares, Polícia Cível e da Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais
PREVI – Fundo de Pensão dos Funcionários do Banco do Brasil
PREVIC- Superintendência da Previdência Complementar
PROFAN – Fundo de Pensão dos Funcionários Estatais na França.
PS- Poupança Salarial
PSDB- Partido da Social Democracia Brasileira
P-SOL – Partido da Solidariedade
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT – Partido dos Trabalhadores
PUC/Rio – Pontifícia Universidade Católica
PV – Partido Verde
SBS – Sociedade Brasileira de Sociologia
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SESI - Serviço Social da Indústria
SINDAPP - Sindicato Nacional de Previdência Privada
SINDILEGIS - Servidores do Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União
SINDIMINAS - Sindicato do Trabalho em Mineração do Rio de Janeiro
SINDUSCON-SP - Sindicato da Indústria de Construção Civil de São Paulo
SISTEL – Sistel de Seguridade Social (fundo de pensão)
SPC – Secretaria de Previdência Complementar
SPE – Sociedade de Propósito Específico
SUPREV- Superintendência da Previdência
SUSEP- Superintendência Nacional de Seguros Privados
TUC – Trade Union Congress Britannique
UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFRGs – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRgs – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSCar- Universidade Federal de São Carlos
UGT – União Geral dos Trabalhadores
UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação
UNICAMP – Universidade de Campinas
USP- Universidade de São Paulo
VALIA – Fundo de Pensão dos Funcionários da Vale do Rio Doce
VIGEO – Empresa francesa de Classificação com base em critérios Sociais

APRESENTAÇÃO

Os projetos de inclusão social do primeiro Governo Lula tais como Projeto microcrédito, Banco Popular do Brasil e fundos de pensão, passam necessariamente pelo mercado, e pelo que tudo indica terão continuidade no segundo Governo. Ao se adotar a idéia de desenvolvimento sustentável defendido pelo Governo, pode-se acrescentar a essa lista os projetos PPP e PAC como aqueles que visam pensar a Nação a partir do conceito de mercado.

A inclusão social, via mercado, faz parte da política de “moralização do capitalismo” defendida pelo Governo e está fortemente incorporada na pauta sindical. Exemplo disso é o projeto de fundos de pensão que se cristalizou enquanto tema de grande interesse, na agenda das três centrais sindicais do país, bem como junto a alguns sindicalistas e sindicatos. Esse comportamento deve ser entendido como uma mudança de convenção cognitiva pela qual tem passado os sindicatos.

Se no passado os sindicalistas freqüentavam reuniões em sedes sindicais antigas e velhas, com barba cerrada, jeans e camiseta, fumando cigarros baratos, bebendo cerveja e cachaça, atualmente freqüentam reuniões em prédios financeiros semelhantes àqueles da Avenida Paulista, onde se reúnem com empresários do setor previdenciário. Nessas reuniões, garçons de boa aparência servem um verdadeiro banquete, acessível a todos os presentes mediante o pagamento de 80 reais antecipados, com direito a frutas estrangeiras, vários tipos de bolos e pães, sucos, presuntos, e muitas regras de etiqueta. Diante de tal cenário e de tantos códigos de etiqueta, a autora dessa tese se sentiu constrangida: “Será que todos dominam esses códigos ou é uma “mentira coletiva” da qual também faço parte?”

Nesses encontros, os sindicalistas trazem a barba feita e portam terno e gravata, tal como seu novo interlocutor, os empresários, com os quais dialogam. O cheiro de “cigarro e bebida baratos” foi substituído pelo de perfume importado. Beber *whisky*, vinho e fumar charuto, fazem parte dessa nova lógica social. O churrasco popular de final de semana com amigos deu lugar a viagens para hotéis-fazenda, com almoços regados a *champagne* e vinhos.

Os livros de Frei Betto e Fernando Morais foram substituídos por livros sobre previdência privada e manuais do tipo “Introdução às Finanças”. O sotaque típico de quem dominava minimamente a “língua culta” foi substituído por jargões do mundo

financeiro. A motivação em dominar uma segunda língua (e por que não uma terceira?), começa a inquietar nossos atores sociais.

Os panfletos políticos de divulgação da agenda de luta cederam espaço a manchetes em jornais de grande circulação e depoimentos na imprensa de negócio, nos quais nossos atores pregam sobre ética e democracia na gestão dos fundos de pensão.

As lutas mudaram de espaço social. Não acontecem mais nas fábricas, mas nos mercados financeiros, no pregão da Bolsa de Valores. Os inimigos não são mais o patrão; agora são os jornalistas, que insistem em falar “mal dos fundos” e noticiam seus escândalos; em alguns casos, o inimigo revela-se como sendo o “antigo companheiro”, que persiste em continuar na “agenda tradicional de luta” e não vê com bons olhos essa reconversão; o inimigo é ainda o “dirigente tradicional” de fundos de pensão, que insiste em se auto-proclamar o único legítimo para a gestão de fundos de pensão.

Nesse contexto, discussões sobre greve, passeatas, paralisações, condições de trabalho e salário, foram substituídas por um vocabulário mais “moderno”. A tônica das reuniões fica por conta desse vocabulário, pronunciado com desenvoltura pelos nossos sindicalistas: economia solidária, responsabilidade social, ética, governança corporativa, investimento responsável, capitalismo acionário, capitalismo produtivo, taxas de juros, são algumas das palavras do novo dicionário.

A mudança com nossos sindicalistas não foi somente externa; a mudança externa é justamente o reflexo da mudança de convenção cognitiva pela qual estão passando os nossos atores sociais.

São em prédios semelhantes aos dos edifícios financeiros da Avenida Paulista que nossa “elite dos fundos de pensão” se reúne para decidir o futuro dos nossos aposentados e criar o perfil dos novos empregos no setor de serviços. A idéia é fazer a inclusão social pelos fundos de pensão; é “moralizar o capitalismo”; transformar a especulação em dinheiro produtivo e transformar o “capitalismo selvagem” em “capitalismo humano”.

O fenômeno descrito chama a atenção pelo fato de que atores sociais em princípio improváveis, como os sindicalistas, passam a interagir com atores em princípio, impensáveis, como os empresários de fundos de pensão, evidenciando uma cumplicidade de interesses e uma convergência de elite, até então ignoradas pelos sindicalistas. Esse diálogo que ora converge e ora diverge está na pauta sindical e é estimulado pelo Governo Lula.

A justificativa para a legitimidade da problemática e reconversão de atores e instituições fica por conta da idéia de “moralização e humanização do capitalismo”. A tônica do momento é orientar o dinheiro advindo da especulação para atividade produtiva, de forma a produzir emprego e renda; é estimular uma economia de moral social.

Compreender as mudanças de perspectiva pelas quais passa o sindicalismo, as ambigüidades e contradições dessa ação sindical e o real papel e poder de que dispõem nossos sindicatos, são algumas das inquietações que motivaram essa tese. Além disso, buscou-se pontuar as inspirações internacionais para o projeto de fundos de pensão do Governo Lula, e as novas institucionalidades criadas pela consolidação do “mercado” de fundos de pensão, dentre outros temas.

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

As preocupações com relação as incertezas do futuro (e do presente) sempre fizeram parte do imaginário social, independente do lugar e da época, levando as sociedades a se mobilizarem em busca de proteção. A extensão da proteção é um processo histórico de longa data, que anda junto com a construção do Estado e com as exigências da democracia (Castel, 2003b). No caso do Brasil, a origem da previdência social caminhou lado-a-lado com a construção do Estado-Nação, e mesmo com as primeiras iniciativas sindicais.

Castel argumenta que o homem contemporâneo está tão atormentado com a questão da segurança, quanto os longínquos ancestrais, “aos quais entretanto não faltavam boas razões para inquietar-se com sua sobrevivência” (Castel, 2003b:87). Na sociedade moderna, “o tema da segurança se tornou uma preocupação popular, no senso forte do termo, e a busca por proteção é resultado de uma sociedade de risco¹” (Castel, 2003b). Isso acontece porque a insegurança generalizada é resultado das políticas dos Estados, que são construídas sobre o terreno da insegurança.

Contudo, a “economia de proteção” provoca, ela mesma, a frustração. Em primeiro lugar, porque os programas protetores não são completos, e por isso produzem decepções e ressentimentos; em segundo, porque o sucesso faz surgir novos riscos. Dito de outra forma, o exagero da preocupação com a segurança leva à sua própria frustração, o que alimenta o sentimento de insegurança. Assim, o “risco social” é um fenômeno que compromete a capacidade dos indivíduos de assegurar a si mesmos sua independência social (Castel, 2003b).

Apesar da excessiva valorização da sociedade moderna em torno dos indivíduos, estes são incapazes de se protegerem por si sós, portanto, se encontram em situação de vulnerabilidade social, o que exige a presença dos Estados na constituição de políticas de inserção social e de inclusão, sobretudo no que se refere ao quesito “proteção”.

¹ Buscando uma “vigilância epistemológica” a tese sugere que não se deve perder de vista que quando se discute insegurança e risco, além das preocupações com o trabalho e o trabalhador na sociedade contemporânea, Castel tem em mente o fantasma das “novas classes perigosas” constituídas pelos jovens da periferia parisiense. Nesse sentido, a autora da tese buscou o exercício de relativização em relação à obra de Castel, já que algumas de suas preocupações não fazem parte da “agenda” da sociedade brasileira. O argumento da autora sobre o diálogo de Castel com as “novas classes perigosas” deve-se à observação *in loco* de inúmeras revoltas dos jovens da periferia parisienses entre o final de 2005 e começo de 2006, as quais foram acompanhadas de debates públicos vanguardados pelo professor Rober Castel.

No Brasil, a questão universal da proteção/segurança/insegurança colocada por Castel (2003b), é introduzida inicialmente pelas Santas Casas de Misericórdias, depois pelas associações mutualistas, como os montepios, pela criação das primeiras Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs), e finalmente, pela criação do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Atualmente, fala-se em aposentadoria via fundos de pensão.

Assim sendo, a questão da proteção/segurança e insegurança é pauta central do Governo Lula, das centrais sindicais e de alguns sindicatos. A proteção em relação ao futuro ganha uma característica de projeto para a nação; nesse contexto, a idéia de proteção vem associada ao mercado, especificamente aos fundos de pensão, que passam a ser considerados, nas palavras do Presidente Lula, a “poupança sagrada dos trabalhadores”, ou seja, tem-se em vista uma política de proteção via fundos de pensão que traz os riscos e as contradições próprias de um sistema de proteção via capitalização e via mercado.

A crença nos fundos de pensão como instrumento de inclusão social é uma “convenção cognitiva” (Douglas, 1998) que tem sido institucionalizada em tempos de Governo Lula, no sentido de que é produzida e reproduzida por membros do Governo, por sindicatos e centrais sindicais. O discurso acerca da “domesticação e/ou moralização” do capitalismo é evidente; o uso de eufemismos, como a transformação de uma atividade financeira em atividade capaz de promover a inclusão social, também foi observado.

Como “moralização do capitalismo”, entende-se o uso dos fundos de pensão em projetos sociais para a nação, bem como a presença de sindicalistas em postos-chaves do mercado visando influenciar nos destinos do capitalismo; a “domesticação do capitalismo” é subproduto do mesmo processo que nega o “capitalismo selvagem”. Na “domesticação do capitalismo”, a argumentação dominante é a de lutar contra a financeirização com as suas próprias armas, ou seja, é transformar os recursos oriundos de altas taxas de juros e da especulação em capital produtivo, capaz de promover emprego e renda.

A tese demonstra que os atores sociais envolvidos com fundos de pensão criam ou mesmo se apropriam de convenções sociais existentes (responsabilidade social, investimentos éticos, governança corporativa, moralização/domesticação do capitalismo, inclusão social, via mercado, fundos de pensão como nova estratégia sindical, crise da previdência social, fundos de pensão como “dom”/solidariedade), que ajudam a configurar as novas características do capitalismo brasileiro contemporâneo e a nova

postura do sindicalismo diante deste. Essas questões serão exploradas no decorrer da tese.

Nos próximos itens será apresentada a “cozinha sociológica” dessa tese, enfatizando inspirações teóricas e preocupações epistemológicas.

1.1 Método

Esse item busca informar ao leitor os passos do “fazer sociológico” dessa tese. A seguir, são apresentados os “ingredientes” utilizados na nossa “cozinha sociológica”.

1.2 Objetivos

O objetivo inicial e geral desta tese foi compreender os atores, as ações e motivações envolvidos na criação/gestão de fundos de pensão.

Uma vez identificados os atores, buscou-se compreender as motivações que os levaram a aderir a esse projeto, bem como o processo de institucionalização deste, ou mais especificamente, apreender as convenções sociais que o legitima. Naquele momento, identificar laços sociais, relações de força e de reciprocidade foi relevante.

Algumas questões-chave nortearam esta pesquisa. Obviamente, outras questões surgiram durante o trabalho empírico, assim como respostas a perguntas que não foram feitas a priori, o que evidencia que a pesquisa esteve aberta ao diálogo com o trabalho de campo.

- O que leva centrais sindicais, alguns sindicatos e ex-sindicalistas do Governo Lula a defenderem a criação/gestão de fundos de pensão?
- O que une os sindicalistas e membros do Governo, oriundos do movimento sindical, em torno desse projeto?
- Existem ambigüidades ou contradições nessa estratégia sindical?
- Os sindicatos e centrais sindicais colocam em risco o capital simbólico acumulado no espaço trabalhista?
- Como entender o tradicional papel sindical frente a essa nova “bandeira sindical”?
- É possível (caso afirmativo, em que medida e como) “domesticar/moralizar” o capitalismo tal qual apreendido por esta pesquisa no projeto de fundos de pensão do Governo Lula?

1.3 Metodologia

A pesquisa de campo foi realizada no Brasil e posteriormente na França.

1.3.1 Pesquisa de campo no Brasil

Fez-se uso de diversas técnicas de coleta de dados, tais como entrevistas feitas pela autora da tese e por terceiros (Antonio Pedroso Neto), pesquisas em jornais, entrevistas por *e-mail*, pesquisa histórica junto aos arquivos sindicais, dados estatísticos e observação proveniente de participação em palestras do setor nas cidades de São Paulo e Brasília (Observação Participante). Tenta-se aplicar a “Sociologia dos Agentes”, na medida em que se busca entender a trajetória/história de vida de alguns atores considerados peças-chaves para o problema de pesquisa; assim, quando possível e necessário, serão enfatizadas as características individuais de alguns envolvidos no projeto de fundos de pensão.

O tratamento de diversas fontes permite alcançar o conjunto de pontos de vistas (e posições sociais) que configuram um espaço social que, por sua vez, permite compreender os atores, as ações, motivações e laços de interdependência entre os atores envolvidos no projeto de fundos de pensão; acredita-se que a variedade de metodologias aplicadas poderá deixar a análise mais rigorosa e próxima da “realidade empírica” encontrada. Bourdieu ensina a valorizar os dados empíricos, sem cometer excessos, portanto “sem me render ao culto inicial do “campo” ou ao fetichismo positivo dos dados.” (Bourdieu, 2001:13).

Sobre as entrevistas, é importante apontar que no mesmo percurso do antropólogo Oliveira (2000), buscou-se mais que uma interação pesquisador/informante, ou seja, tentou-se transformar o informante em “interlocutor”, no sentido de estimular um verdadeiro diálogo com esse. Oliveira defende que a interação com o informante “pode – e deve – ter lugar”, afinal perguntas feitas em busca de respostas pontuais criam um campo ilusório de interações.

Alguns dos informantes se envolveram profundamente com a pesquisa, tornando-se verdadeiramente interlocutores, de forma a se encarregarem de fazer as apresentações para os demais membros; a disponibilidade dos interlocutores observada durante a pesquisa de campo no Brasil, ficou mais evidente na França, onde foi possível além de receber informações, estabelecer laços de amizade com alguns sindicalistas. A posição de estrangeiro pode ajudar ou não; nesse caso, ajudou bastante, pois a pesquisadora teve

acesso a informações que os sindicalistas não compartilham com os pesquisadores daquele país.

No Brasil, foram realizadas entrevistas com:

- Representantes da Força Sindical (FS) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT);

- Representante da Banesprev;
- Representante da ABRAPP;
- Representante da ANAPAR;
- Representante da CESP;
- Representante do Sindicato dos Bancários de Campinas e da FUNCEF;
- Representante da Petros;
- Representante da Consultoria GlobalPrev - ex-Gushiken e Associados;
- Técnicos em previdência privada do Governo;
- Opositores aos fundos de pensão.

Observe o Quadro I a seguir com características dos entrevistados. Alguns nomes foram emitidos visando proteger a imagem do entrevistado.

Quadro I- Perfil dos entrevistados no Brasil

Nome	Cargo	Entidade	Trajetória
Ricardo Patah	Presidente do Sindicato	Sindicato dos Comerciários de São Paulo	Graduado em Direito pela Universidade São Judas Tadeu e em administração pela PUC/SP. Foi fundador da FS em 1991, sendo tesoureiro geral da entidade de 1993 até seu desligamento, em 2007. Está no Sindicato dos Comerciários de São Paulo desde 1991, tendo ocupado diversos cargos até assumir a presidência, em 2003. Atualmente é presidente da recém-criada UGT; era o responsável pela previdência privada da FS.
Maria Auxiliadora da Silva	Ex-diretora do Banesprev	Banespa/CUT	Especialista em Previdência Privada; uma das responsáveis pelo plano de prev. da CUT.
Devanir da Silva	Superintendente	ABRAPP - Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência Complementar	Escreveu artigos em defesa dos fundos de pensão sindicais.
Wagner Pinheiro Oliveira	Presidente do fundo de pensão da Petros	Petros	Ex-presidente do Sindicato Bancário de São Paulo. Atual presidente da Petros. Difusor da responsabilidade social no Brasil.
José Miguel Correa	Presidente do Conselho Fiscal da FUNCEF	FUNCEF	Sindicalista.
Não quis se identificar	Sócio de Luis Gushiken	Consultoria Globalprev, ex-Gushiken e Associados	Ministra cursos sobre fundos de pensão para o movimento sindical.
Não quis se identificar	Diretor do fundo de pensão da CESP	Sindicato dos Eletricitários	Participou do curso em PP ministrado pela CUT; é um dos responsáveis pela difusão do tema.
José Sasseron	Presidente	ANAPAR	É Diretor do Sindicato dos Bancários de São Paulo desde 1994; faz parte do conselho deliberativo da Previ (eleito pelo trabalhador). É Presidente da Anapar.
Adriana Paltin	Técnica em previdência privada	Secretaria da Previdência Complementar	Têm feito parte da comitiva do Governo que viaja o Brasil difundindo a previdência associativa (fundos sindicais).
Sônia Zaia	Presidente do Sindicato dos Bancários de Campinas	Sindicato dos Bancários de Campinas/CUT	Funcionária do banco Nossa Caixa Nosso Banco
Não quis se identificar	Cotista do fundo da Previg (ex-estatal)	Engenheiro Aposentado	
Zenaide Guimarães,	Secretária de Adacir Reis		
Magno Mello	Consultor Legislativo Na Câmara dos Deputados	Sindilegis (Sindicato dos Legisladores)	Bacharel em Direito e Administração de Empresas; Sindicalista membro do Sindilegis; começou carreira como funcionário do BB; tem feito forte oposição aos fundos de pensão.
Adacir Reis	Secretário da Previdência Complementar (SPC)	Secretaria de Previdência Complementar	Advogado especialista em previdência privada, organizou livros sobre o tema.
Sandra Valéria	Bibliotecária	ABRAPP	Responsável pelo CDI - Centro de

da Silva			Documentação e Informação da ABRAPP
Jerusa Colvara	Técnica em previdência privada	Secretaria da Previdência Complementar	Têm feito parte da comitiva do Governo que viaja o Brasil difundindo a previdência associativa (fundos sindicais).

Fonte: dados dessa pesquisa

As entrevistas foram complementadas com observações de campo e com a análise do material produzido pelo setor de fundos de pensão, pelos sindicatos e pelas centrais sindicais.

Realizou-se, por fim, uma coleta de dados nos jornais *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo*, *Valor Econômico*, *Gazeta Mercantil* e junto à revista *Fundos de Pensão*. Por meio da grande imprensa, mapeou-se o debate em torno do conceito de responsabilidade social e governança corporativa. Enfatizou-se os projetos sociais implantados (ou em processo de implantação), via mercado, pelo Governo e por membros oriundos do movimento sindical que buscam consolidar o diálogo com o mercado financeiro e a “moralização” do capitalismo. Trata-se dos projetos de microcrédito, Banco Popular, uso do FGTS no mercado, projeto Parceria Público-Privado (PPP). Sobre o PPP, é importante acrescentar que, mesmo que não tenha sido amplamente colocado em prática, esse projeto é interessante para a pesquisa, pois foi elaborado considerando os recursos dos fundos de pensão.

O material coletado nas entidades visitadas permitiu observar a intensa campanha de divulgação da previdência associativa/sindical, sobretudo pelo Ministério da Previdência e pelas três grandes centrais sindicais do país. A apostila do Curso *Previdência Complementar e Regime Próprio*, ministrado pela CUT aos seus sindicalistas, com apoio do DIEESE, Ministério do Trabalho e da Consultoria Globalprev (ex-Gushiken e Associados) serviu de importante material analítico, possibilitando observar a construção do ideário de criação/gestão de fundos de pensão no movimento sindical, apontando sua linha argumentativa, sua difusão e visando expor o que pensam os atores que influenciam significativamente o movimento sindical sobre a criação e gestão de previdência privada, bem como mostrar como acontece a difusão dessas idéias (que se tornam posteriormente convenções sociais).

O livro *Fundos de Pensão em Debate* também foi de grande importância: Organizado em 2002 pelo Secretário da Previdência Complementar do primeiro Governo Lula, Adacir Reis, esse livro contém artigos de diversos atores que estão (ou estiveram)

no Governo e/ou ligados ao setor de fundos de pensão - Luis Gushiken, Sérgio Rosa, Devanir da Silva – no qual estes defendem claramente o projeto de fundos de pensão que está sendo posto em prática, o que auxiliou mapear os argumentos do Governo e dos simpatizantes deste projeto.

1.3.2 Pesquisa de campo na França

Durante estágio de Doutorado Sanduíche realizado na École de Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS/Paris), no Centre de Recherche sur le Brésil Contemporaine (CRBC) sob orientação do professor Afrânio Garcia, a autora realizou intensa pesquisa de campo junto às centrais sindicais francesas, tais como, a CFDT e CGT, buscando investigar as influências francesas no processo de criação e gestão de fundos de pensão no Brasil. Essa pesquisa se justifica pelo trabalho empírico no Brasil, que indicou a CFDT como grande inspiradora nesse projeto.

A pesquisa de campo na França se constituiu em entrevistas semi-estruturadas (registradas em K7 ou MP3) e realizadas com os sindicalistas abaixo:

Quadro II – Perfil dos entrevistados na França

Nome	Cargo	Entidade	Trajetória
Yves-Marie Marionneau (informante/interlocutor, vários encontros)	Missão Internacional	CFDT	Aposentado.
Denis Jacquot (houve 2 encontros)	Missão internacional na América Latina	CFDT	Militou durante toda a vida na CFDT; atualmente é aposentado; participou da criação da CUT nos anos de 1980; é amigo pessoal de Lula.
Jeanpetit Jean	Responsável por fundos de pensão e poupança salarial	CFDT	
Marc Deluzet	Serviço de Economia e Sociedade	CFDT	
Lisa Pecherot	Serviço Internacional (sobretudo na América Latina)	CFDT	Recém-contratada.
Pierre-Yves Chanu	Responsável pelas atividades econômicas da central.	CGT	Consultor em “poupança salarial” e fundos de pensão da CGT; têm livros, conferências sobre o tema.

Fonte: dados dessa pesquisa

Assim sendo,

- 1) Yves-Marie Marionneau (CFDT), Missão internacional (foi um tipo de informante que orientou e apresentou a pesquisadora para os demais entrevistados; houve diversos entrevistas/encontros informais com ele);
- 2) Denis Jacquot (CFDT), Missão internacional na América Latina (laços antigos de amizade com o Presidente Lula; ajudou a criar a CUT nos anos 1980 no Brasil; a autora teve dois encontros com ele);
- 3) Jeanpetit Jean (CFDT), responsável pelos fundos de pensão e pela *épargne salariale* (poupança salarial);
- 4) Marc Deluzet (CFDT), responsável pelo serviço de Economia e Sociedade;
- 5) Lisa Pecherot (CFDT), faz parte do serviço internacional, responsável por responsabilidade social;
- 6) Pierre-Yves Chanu (CGT), responsável pelas atividades Econômicas (especificamente sobre fundos de pensão).

Também foi analisado o material produzido pelas centrais sindicais francesas em relação às seguintes questões:

- sobre as temáticas de fundos de pensão e “poupança salarial”;
- sobre as relações entre centrais brasileiras e francesas;
- sobre novas estratégias sindicais, através do material produzido durante o 46º Congresso da CFDT, realizado em Grenoble, de 12 a 16 de junho de 2006;
- sobre as novas estratégias sindicais, através do material produzido durante o 48º Congresso da CGT, realizado em Lille, em abril de 2006.

Durante o estágio de Doutorado Sanduíche, financiado pela CAPES, a pesquisa foi discutida diversas vezes com grandes nomes das Ciências Sociais Francesa e sobretudo da Sociologia, que tocam de forma especializada ou não os temas presentes nessa tese. Foi realizado um Diário de Campo, no qual se registrou os comentários desses professores (Robert Castel, Alain Touraine, André Orléan, Sabine Montagne, Monique de Saint Martin, Catherine Sauviat, dentre outros). Esses comentários foram inseridos no corpo do texto, quando oportuno. No mesmo Diário foram registradas, ainda, curiosidades observadas durante a pesquisa de campo sobre os sindicatos brasileiros e franceses. Esse material está parcialmente exposto no Apêndice dessa tese.

A experiência do Doutorado Sanduíche remeteu a autora à relação que Da Matta (1983) faz entre a viagem do antropólogo para a realização de uma pesquisa e o ritual de passagem de iniciantes; nessa situação, antropólogo e nativo são retirados de sua sociedade, de sua rotina diária, tornando-se, ao contato com outra cultura, invisíveis socialmente.

Portanto, da mesma forma que nos rituais de iniciantes, ocorre com o antropólogo a “morte” e a “ressurreição” social, já que este descobre que suas pesquisas o conduziram a um mundo que teve que recriar, não somente todas as relações sociais mas, sobretudo, “aprender seu sentido profundo, pelo isolamento e pela (re) socialização voluntária”, dito de outra forma, o pesquisador precisa recriar um novo papel e redescobrir novas formas de relacionamento por meio de uma socialização controlada, já que suas pesquisas o levaram ao encontro com o outro “nos confins de seu mundo social” (Da Matta, 1983); finalmente, como acontece com o iniciante - ao final do rito de passagem - , “ocorre o retorno triunfante do antropólogo a seu próprio grupo.” Como retorno triunfante, leia-se a defesa da tese.

Foi nesse clima de (re) significação de valores pessoais e intelectuais que a autora realizou a pesquisa de campo e a pesquisa bibliográfica na França, entre setembro de 2005 e dezembro de 2006.

1.4 Recorte temporal

Essa pesquisa tem como foco de análise o primeiro Governo Lula (2003-2006). Contudo, observações sobre os anos que antecederam as eleições em 2002, bem como sobre os anos Fernando Henrique Cardoso, são fundamentais para a compreensão do período em questão. Nesse sentido, buscou-se alargar o olhar - mesmo que com alguns limites - para os acontecimentos anteriores ao primeiro Governo Lula.

1.5 Tratamento dos dados

Tendo em vista a originalidade do material coletado, por ser a primeira vez na história do sindicalismo brasileiro que centrais sindicais, sindicatos e membros do Governo de origem sindical defendem publicamente projetos de fundos de pensão, bem como outras formas de diálogo com o mercado financeiro, buscou-se expor, no decorrer do texto, por meio de citações, os argumentos e as construções de idéias dos atores

envolvidos na temática. Nesse sentido, muitas vezes a autora optou por dar voz aos atores envolvidos na consolidação desse espaço social.

Contudo, a aparente omissão e o aparente exagero de citações foram conscientes e explicitam o objetivo de permitir que o leitor tenha o máximo de dados sobre o conjunto das novas representações do mundo sindical, para compreender a transmutação de convenção social pela qual passam. A autora sentiu a necessidade de expor, por meio de depoimentos e discursos, essa construção social em torno dos fundos de pensão, uma vez que isso ajuda a compreender o lugar social de onde fala o ator, bem como as relações de forças envolvidas. Vale enfatizar novamente que é a primeira vez na história do sindicalismo brasileiro que sindicatos defendem - sem constrangimento e de forma legítima - o diálogo com o mercado financeiro.

Nesse sentido, o objetivo não foi se esconder sob a transcrição das falas dos informantes; entretanto, não se deixou de apresentar, detalhadamente em alguns casos, os discursos sindicais sobre a criação e gestão de fundos de pensão; buscou-se um equilíbrio, de forma a reconhecer a pluralidade de vozes que compõem essa pesquisa, e permitir que essas vozes sejam distinguidas e valorizadas, da mesma forma que se inseriu a voz da socióloga. Para tanto, a autora se inspirou na Antropologia Polifônica proposta por Oliveira (2000).

É importante registrar que a tradução feita da bibliografia em francês utilizada nessa pesquisa, e mesmo do material coletado e analisado (entrevistas, dossiês e relatórios das centrais francesas), foram uma tradução livre e de inteira responsabilidade da autora da tese.

A análise dos dados foi realizada sob a inspiração de diversos cientistas sociais, tais como Durkheim, Bourdieu, Mary Douglas, Robert Castel, Marcel Mauss, dentre outros. A presença de grandes nomes das ciências sociais brasileira também deve ser destacada. Sobre o diálogo entre autores, que em princípio pode ser considerado diferente entre si, a autora responde por meio das palavras de Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2004):

“A questão da filiação de uma pesquisa sociológica a uma teoria particular do social – por exemplo, a de Marx, Weber ou Durkheim – é sempre secundária em relação à questão de saber se tal pesquisa tem a ver com a ciência sociológica: com efeito, o único critério para responder a tal pergunta reside na aplicação dos princípios fundamentais da teoria do conhecimento sociológico, que como tal,

não estabelece qualquer separação entre autores, que em princípio estariam separados no terreno da teoria do sistema social. Se a maior parte dos autores foram levados a confundir com sua teoria particular do sistema social a teoria do conhecimento do social que utilizam – pelo menos implicitamente – em sua prática sociológica, o projeto epistemológico pode servir-se dessa distinção prévia para aproximar autores cujas oposições doutrinárias dissimulam o acordo epistemológico.” (Bourdieu, Chamboredon e Passeron, 2004: 13-14).

Finalmente, buscando evitar a dissociação entre teoria e material empírico, a tese ensaia uma constante conciliação entre teoria e dados, o que fica visível na própria estrutura do texto, que não apresenta separadamente Capítulo teórico e Capítulo empírico. Dados e teoria dialogam constantemente no decorrer do texto. Da mesma forma, para evitar dissociação entre contexto brasileiro e contexto internacional, pretende-se um diálogo, sempre que possível, entre as duas realidades. O preço por essa opção epistemológica é que isso poderá levar a possíveis lacunas no que concerne ao formalismo do texto. Contudo, a opção foi consciente.

1.6 Inspiração Teórica e preocupações Epistemológicas

Em termos formais, a pesquisa se enquadra na Sociologia Econômica e Sociologia do Trabalho. Sobre a inspiração em Mary Douglas, Bourdieu e Castel, são necessários alguns esclarecimentos iniciais.

1.6.1 Bourdieu

A perspectiva adotada por essa pesquisa, que visa romper com o senso comum, tem como inspiração a Sociologia Reflexiva proposta de Bourdieu, a qual busca “Desconstruir com seus meios aquilo que o mundo social constrói pela linguagem: desconstruir pela ciência construções socialmente eficazes e geralmente consideradas legítimas”. (Pinto, 2000: 63).

Segundo a Sociologia Reflexiva, as variáveis não devem ser analisadas isoladamente, mas consideradas dentro de um amplo contexto, observando as relações existentes. Uma pesquisa que ignora “o mundo relacional” possui limitações, já que o “real é relacional”. Para Bourdieu, “Se é que o real é relacional, pode acontecer que eu nada saiba de uma instituição acerca da qual se julga saber tudo, porque ela nada é fora das suas relações com o todo.” (Bourdieu, 1989:31).

Para se chegar à Sociologia Reflexiva de Bourdieu, a pesquisa considera sobretudo os conceitos de “espaço social” e de “campo”. O espaço social “é o princípio de uma apreensão relacional do mundo”, e designa que toda realidade relaciona-se com os elementos que a compõe; já o campo permite apreender relações de força entre as diversas posições do espaço social “que garantem aos seus ocupantes um *quantum* suficiente de força social – ou de capital – de modo que esses tenham a possibilidade de entrar nas lutas pelo monopólio do poder (...)” (Bourdieu, 1989: 29). Ou seja, “Campo é o espaço de relações de força entre os diferentes tipos de capitais que poderiam dominar o campo correspondente e cujas lutas se intensificam sempre que o valor relativo dos diferentes tipos de capitais é posto em questão.” (Bourdieu, 1996c:52).

Na leitura aqui proposta, o “campo” tem uma dimensão econômica, social, política, cultural e simbólica e é o espaço onde ocorrem as disputas/alianças pela definição da configuração precisa dos fundos de pensão. Portanto, é o espaço social onde se buscará identificar os atores, as ações, as relações de força e as motivações envolvidas na criação/gestão dos fundos de pensão. Pela perspectiva de “campo”, o “sistema” de fundos de pensão pode ser pensado como um espaço social de autonomia relativa, logo, seus atores sociais possuem poder relativo, o que dá uma característica de constante dinâmica para o “campo” dos fundos de pensão e para os atores que nele interagem. Da mesma forma, o conceito de “campo” permite pensar que o “sistema” de fundos de pensão dialoga com os “campos” vizinhos. Portanto, as relações de poder estabelecidas nesse “campo” estão em constantes transformações.

O conceito de “mágica social” de Bourdieu é também de grande relevância nessa pesquisa. É pela mágica social que os sindicalistas trabalham sem querer e sem saber, para a construção de determinadas convenções sociais do “sistema” de fundos de pensão. A pesquisa se propõe a “desvendar” essa “mágica social” com o apoio da Sociologia Reflexiva de Bourdieu.

Finalmente, a mudança e o conflito de *habitus* entre sindicalistas deve ser pontuada.

1.6.2 Mary Douglas

Inspirada na “Sociologia Cognitiva” de Douglas, a tese argumenta que tem sido criada e/ou apropriada uma nova convenção social, apoiada em convenções paralelas acerca do papel dos fundos de pensão no capitalismo brasileiro. Nesse sentido, os

sindicalistas, ex-sindicalistas e membros do Governo Lula, que passam a defender a política de fundos de pensão, apóiam-se na convenção social de que esses fundos são uma das formas de “domesticar o capitalismo” e promover a inclusão social do país.

1.6.3 Robert Castel

A inspiração de Castel vem da leitura de seu livro *L'Insécurité Sociale; qu'est-ce qu'être protégé?* (2003b). Nesse, Castel discute sobre a necessidade de proteção social diante da “sociedade de riscos”, da precarização das relações de trabalho, de fim do coletivo, com conseqüente individualização. O diálogo entre as esferas Estado, mercado e trabalho é uma das formas que o autor enxerga para chegar ao que denomina de “sociedade dos semelhantes²” (afinal, sociedade dos iguais não existe). Na sua argumentação, o mercado aparece como um ator legítimo e não deve ser ignorado. Deve ser convidado a pensar o problema universal da proteção social e da sociedade dos riscos. É nessa perspectiva que a obra de Castel dialoga com esse estudo.

Como parte das preocupações epistemológicas, a autora ressalta que a leitura aqui proposta deve ser vista apenas como uma das inúmeras possibilidades existentes, o que quer dizer que o referencial teórico pretende alargar olhares, mais do que fechar, estimulando leituras a partir de novos (ou do mesmo) referencial teórico.

1.7 Organização da tese

Essa tese está organizada em nove Capítulos:

No primeiro Capítulo, foi apresentada a problemática universal da necessidade de proteção social e a “cozinha sociológica” dessa pesquisa.

O segundo Capítulo traça o histórico da proteção social no Brasil, considerando as Santas de Misericórdia, as associações de auxílio mútuo e os montepios como as primeiras iniciativas no Brasil; depois, foi enfatizada a criação da Lei Complementar 108 e 109/2001, durante o Governo Fernando Henrique Cardoso. Esse Capítulo finaliza-se com a criação de fundos de pensão durante o Governo Lula.

O terceiro Capítulo cumpre a tarefa de apresentar ao leitor o debate internacional sobre capitalismo acionário, fundos de pensão e governança corporativa. Colocou-se a

² No original *société de semblantes*.

polêmica dos limites dessas estratégias de “domesticação” e controle sobre o capitalismo contemporâneo.

No quarto Capítulo, foi dada atenção aos fundos de pensão dos Estados Unidos, Canadá e França, países que em princípio, influenciam o fundo de pensão do Governo Lula. No caso francês, foi apresentado nosso argumento sobre o eufemismo da poupança salarial.

O quinto Capítulo foi inteiramente dedicado ao Governo Lula. Nesse momento, foram mapeados os projetos sociais, via mercado do Governo, e foi apresentado o argumento de “moralização do capitalismo”.

O sexto Capítulo foi inteiramente dedicado aos fundos de pensão no Governo Lula, sendo enfatizadas as relações de força e de oposição a essa política.

O sétimo Capítulo buscou investigar os sindicatos e centrais brasileiras que se interessam por fundos de pensão. A tese abordou sobre a “crise das estratégias e finalidades tradicionais” dos sindicatos e sugeriu que a política de fundos de pensão pode ser vista como uma alternativa de luta. Argumentou-se sobre os limites dessa estratégia sindical e pontuou-se as tensões entre sindicatos que se interessam por fundos de pensão e sindicatos que não se interessam.

O oitavo Capítulo buscou demonstrar as convenções sociais criadas e/ou apropriadas por segmentos do movimento sindical e por atores envolvidos com fundos de pensão. Tendo como contexto geral a convenção social de “moralização/domesticação” do capitalismo, foi demonstrada a crença de negação da previdência social e afirmação dos fundos de pensão, que passam a ser encarados como “dom” e como “nova forma de solidariedade”.

O nono Capítulo foi dedicado aos sindicalistas. Nele, foi mapeada a “elite sindical” de fundos de pensão, considerada como os “empreendedores morais” do capitalismo atual, já que juntamente com a política de fundos de pensão, defendem a sustentabilidade social e o investimento produtivo e ético. Foi concluído que mesmo com poderes limitados no mercado financeiro, os sindicatos são atores de uma “nova governança”.

Finalizando a tese, um apêndice foi apresentado, contendo observações realizadas no Diário de Campo, transcrições parciais ou integrais de entrevistas-chaves, dentre outros. Da mesma forma, apresenta também um anexo, com documentos citados durante o texto.

CAPÍTULO II – PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL: DO ASSISTENCIALISMO AOS FUNDOS DE PENSÃO

A busca por proteção social levou a sociedade brasileira a suprir essa necessidade de diferentes formas, de acordo com a época. Inicialmente, durante o Brasil Colônia, as iniciativas eram de caráter religioso (as Santas Casas de Misericórdia); no período imperial, prevaleceram as instituições de caráter mutual (as sociedades de socorro mútuo), paralelamente a algumas formas de instituição denominadas “montepios”; durante a república registraram-se as primeiras iniciativas do Estado na questão previdenciária.

Neste Capítulo, são abordadas as primeiras formas de proteção social no Brasil, as quais culminaram na criação dos fundos de pensão durante os anos de 1970. Também é mapeada detalhadamente a política de fundos de pensão no Governo Fernando Henrique Cardoso e no Governo Lula, enfatizando atores e relações de força dos períodos. Os sindicatos serão considerados como um ator constante da história da proteção social no Brasil.

2.1 Primeiras iniciativas

Uma das características da origem da proteção social no Brasil é que esta surgiu relacionada ao assistencialismo, expressa na política das Santas Casas de Misericórdia, das associações de auxílio mútuo e dos montepios. A previdência social sempre esteve relacionada à construção do Estado-Nação, aos direitos trabalhistas e finalmente, ao sindicalismo brasileiro. Portanto, de forma direta ou indireta, os sindicatos sempre estiveram “legislando” em favor da previdência social, entendida como um direito social.

Uma das primeiras formas de se pensar as incertezas no Brasil, foi com o mutualismo que é considerado por Rodrigues (1968), como a primeira fase do sindicalismo brasileiro, anterior a 1888. Em suas palavras: “Não é um período rigorosamente sindical, mas pelo fato de organizar o trabalho livre, contém seus elementos embrionários e prepara sua gestão.” (Rodrigues, 1968).

Durante os primeiros anos do Brasil Colônia, houve o trabalho das Santas Casas de Misericórdias que buscavam proteger, dentro das possibilidades da época, os órfãos,

os doentes e os idosos³. Assim sendo, mesmo com certas dificuldades e mesmo com limitações, as Santas Casas de Misericórdia buscaram atuar em uma série de problemas que eram completamente ignorados pelo Estado, constituindo-se numa antecessora da previdência social, fornecendo esmola e asilo aos inválidos, doentes e pobres.

Na Europa, Castel (2003b) fala das *guildas* e das corporações de trabalho como os primeiros sistemas de disciplina e de proteção social, que nas palavras do autor, “garante sua segurança ao preço de sua independência em relação ao grupo que pertence (2003b:11)”. Segundo Castel, a questão social, considerada a grande discussão da sociedade atual, mobilizou diversas medidas na Europa, buscando erradicar a ameaça de subversão interna, que se evidenciou na figura do “vagabundo”, do “delinqüente”⁴ e da insegurança cotidiana.

Sobre as associações de auxílio mútuo surgidas no Brasil, Luca (1990) afirma que essas tornaram-se objeto da ação estatal em 1860. Antes desta lei, foi constatada a existência de somente duas destas associações, a saber, a Sociedade Portuguesa de Beneficência e Sociedade Artística Beneficente, fundadas em 1859 e sediadas em São Paulo.

³ As Misericórdias foram introduzidas no Brasil pelos portugueses, ainda no primeiro século de colonização. Criada em Portugal em 1498, a Santa Casa de Misericórdia é o resultado da evolução de um sistema assistencial que vinha desde os primeiros tempos do cristianismo. Inicialmente, as obras da Misericórdia consistiam em visitar “pobres envergonhados” para distribuição de esmolas, inspeção das prisões para proporcionar alimento, assistência jurídica e religiosa aos prisioneiros, enterro de pobres e justicados e socorro aos doentes, lazarentos e alienados. O sucesso da Irmandade levou o rei a lhe conferir atribuições mais gerais, tornando esta a principal irmandade caritativa de Portugal. O processo de difusão da Misericórdia foi iniciado por D. Manuel em 1499, o que autorizou sua criação em todo o reino de Portugal, e posteriormente em todas as colônias portuguesas, de Nagasaki, no Japão, a Ouro Preto, em Minas Gerais, adaptando-se sempre à cultura local. (Wood, 1981). Juntamente com a Câmara e os Conselhos Municipais, as Misericórdias eram instituições sociais comuns a todas as colônias de Portugal, já que os portugueses as levavam consigo para o ultramar. Todas as filiais de Irmandade leigas executavam serviços sociais em suas comunidades, e seus membros eram formados pelos cidadãos mais importantes daquele lugar. Para Wood (1981), em muitos casos, a criação de uma Misericórdia era simultânea à fundação de uma vila. A primeira Santa Casa no Brasil foi criada em Santos, no ano de 1543, por iniciativa de Brás Cubas, com objetivo de socorrer os marinheiros doentes que aportavam depois da travessia do Atlântico.

⁴ Para Castel (2003b), ao se escrever uma história social da insegurança e da luta contra a insegurança nas sociedades pré-industriais da Europa, o personagem principal deve ser o vagabundo. Sempre percebido como subversão perigosa - juntamente com o bandido, o ladrão - todos eles são considerados indivíduos sem laços sociais, os quais representam risco de agressão psíquica e dissociação social, porque agem por fora de todo o sistema de normas coletivas.

A autora afirma que São Paulo e Santos constituíram o berço dessas associações, uma vez que a rápida urbanização destas regiões criou problemas sociais, possibilitando a emergência das mesmas, como forma de preencher a lacuna social que não era ocupada pelo Estado. Neste sentido, Luca (1990) relaciona o urbanismo com o surgimento do mutualismo e argumenta que as sociedades de auxílio mútuo devem ser entendidas como afirmação das relações capitalistas; ou seja, à medida que o capitalismo ia se consolidando, ampliava-se o número de associações de auxílio, como forma de prestar socorro aos trabalhadores afastados do processo produtivo, resultado de jornadas de trabalho excessivas e péssimas condições de trabalho, os quais levavam a doenças e invalidez. Nas palavras da autora, “A alta incidência de sociedade de socorro mútuo, as quais ofereciam algum tipo de auxílio para os sócios impossibilitados de trabalhar temporária e/ou definitivamente, reflete a situação de penúria e exploração a que estava submetida a classe trabalhadora.” (Luca, 1990:27)

Dentre as sociedades de auxílio mútuo, recebem atenção os montepios. Estes, com característica mais “empresarial”, foram os precursores dos fundos de pensão. Os montepios surgiram formalmente em 1795, quando operavam planos de aposentadoria, de pensão ou pecúlio, aberto a toda a população. A primeira iniciativa do Estado na criação de montepios aconteceu no ano de 1795, quando o príncipe regente, D. João, assinou o decreto que autorizou a criação do Plano de Benefício para os Órfãos e Viúvas dos Oficiais da Marinha, surgindo pela primeira vez um montepio de iniciativa estatal no meio militar. Nessa época, já era significativa a presença de montepios privados nesse meio. (Jardim, 2002).

Durante o Brasil Império surgiram muitos montepios de iniciativa estatal, dentre eles, o Montepio do Exército (1827), Montepio dos Servidores do Estado - civis e militares - (1835), Caixa de Socorro para os Trabalhadores das Estradas de Ferro do Estado (1888), Montepio para Empregados do Correio (1889) e a Caixa de Pensão dos Operários da Imprensa Nacional (1889). O Montepio dos Servidores do Estado, criado em 1835, existe até os dias de hoje, sob o nome de Mongeral e está sediado no Rio de Janeiro⁵.

⁵ A história oficial do Mongeral aponta que sua criação deu-se com o intuito de socorrer os familiares do servidor público civil e militar falecido, por meio de pagamento de pensão;

Com a proclamação da República (1889) surgiram outras Caixas Mútuas de Pensões e Pecúlios e de Montepios, Instituições Mutualistas e Caixas Beneficentes (Jardim, 2002), dentre elas é importante lembrar a Caixa Montepio dos Funcionários do Banco do Brasil (1904), que surgiu da iniciativa de 51 funcionários. Esta é considerada a antecessora da PREVI, instituição que foi criada em 1967, visando melhorar o serviço até então oferecido pela Caixa Montepio dos Funcionários do Banco do Brasil. Segundo dados coletados por essa pesquisa, a PREVI é considerada, atualmente, o fundo de pensão que movimenta o maior volume de recursos do país e estará presente no decorrer desse texto.

No Brasil, finalmente, o fim das associações de auxílio mútuo, ocorreu com a Lei Eloy Chaves (1923), que criou as CAPs⁶; contudo, as mutuais continuariam a existir de forma complementar a essa lei, ou atuando onde a lei se mostrava ineficaz, como no atendimento médico-hospitalar.

2.2 As CAPs e os IAPs

O ano de 1923 é considerado um marco na história da previdência social do Brasil. Nesse ano, por meio do projeto do Deputado paulista Eloy Chaves, criou-se as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs). O Decreto nº 4.682 estipulou a criação obrigatória em cada companhia ferroviária do país de uma caixa de aposentadorias e pensões para os respectivos empregados das estradas de ferro; em 1926 teve-se a ampliação desta Caixa para todas as categorias profissionais da Estiva e Marítima.

acrescenta que um ano após sua criação, ou seja, em 1836, o Mongeral pagou o primeiro benefício; que o Senado decretou a concessão, em 1836, de quatro extrações anuais de loteria para custear as despesas da instituição. Aponta ainda, que esta instituição é a protagonista de atos pioneiros, tais como o primeiro benefício auxílio-reclusão da história do Brasil. O material pesquisado mostra o reconhecimento do Governo Federal em relação ao trabalho da Mongeral: em 1954 o presidente Café Filho tornou a Mongeral “a primeira e única instituição” de previdência consignatária dos servidores públicos federais; em 1971, a Mongeral foi reconhecida pelo INPS como a precursora da Previdência Social no Brasil e no ano de 2000, quando comemorou 165 anos, a Mongeral recebeu diversas Monções de Honras e mensagens de setores do Governo Federal. (Mongeral, 2004).

⁶ Luca (1990) argumenta que a Lei Eloy Chaves foi importante por marcar uma guinada na postura do Estado diante dos problemas sociais; Luca acrescenta que poucos autores deram conta que as CAPs foram inspiradas nas sociedades de socorro mútuo. Assim, segundo a autora o sistema organizacional, a compulsoriedade e os objetivos, eram, em essência, idênticos aos das mutuais existentes entre os ferroviários.

Sobre o surgimento das CAPs, é importante registrar que os sindicatos tiveram papel fundamental na sua constituição. Segundo Oliveira e Teixeira (1986), o surgimento da previdência social, na década de 1920, é um fenômeno que se insere num contexto político e social mais amplo, caracterizado pela ruptura com o liberalismo dominante durante a República Velha, onde inexistiam preocupações trabalhistas e sociais; da mesma forma, o surgimento da previdência social está relacionado às transformações econômicas que levaram ao surgimento de novos atores políticos, como os operários.

A Lei Eloy Chaves, afirma Vieira (1978) “Teve a virtude de romper com a obsoleta concepção até ali reinante de que ao Estado só cabia legislar no tocante a seus servidores” (1978:278), ou seja, que o Estado não deveria legislar em favor dos operários do setor privado.

Sobre os debates que antecederam a Lei Eloy Chaves, é bom esclarecer que a partir de 1910, surgiram os primeiros parlamentares sensíveis às questões sociais, tais como Maurício de Lacerda, Nicanor Nascimento e Medeiros e Albuquerque, os quais buscavam sensibilizar a maioria liberal para questões trabalhistas e sociais, como a regulamentação do trabalho das mulheres e dos menores, indenização por acidentes de trabalho, organização sindical, contrato de trabalho, duração da jornada de trabalho, férias, descanso semanal, instalação de creches. Embora essas leis não chegassem a ser aprovadas, traduzem a presença do debate no Congresso.

Ao analisar a relação existente entre acumulação de riqueza e desenvolvimento das relações trabalhistas e previdenciárias no Brasil, Santos (1979) sugere que a tendência universal da política do bem-estar é se iniciar com programas relativos a acidentes de trabalho, expandindo-se para a cobertura de velhice, invalidez, dependentes, e depois para doença e maternidade, passando pelos abonos familiares até chegar ao seguro-desemprego. A mesma seqüência de desenvolvimento acontece com a legislação brasileira, que se iniciou com a lei de proteção a acidentes de trabalho (1919), seguida por legislação simultânea sobre velhice, invalidez e morte e auxílio maternidade (1923). No ano de 1941 foi regulamentado o abono familiar e finalmente, em 1966, a legislação brasileira criou uma espécie de seguro desemprego, o FGTS, abordado no Capítulo V.

Considera, ainda, que a aceitação dos sindicatos como interlocutores no debate provocou “fissura na ordem jurídico-institucional *laissez-fairiana*, strictu sensu, ao admitir a legitimidade de demandas coletivas, antes estritamente individuais” (Santos,

1979:20). Com o aparecimento do movimento sindical no cenário político, abriu-se uma nova arena de conflitos, e o Estado passou, a partir de então, a considerar suas reivindicações sociais e coletivas; e em alguns casos, passou a ouvir suas demandas.

Da mesma forma, Oliveira e Teixeira (1986) sustentam que o surgimento da previdência social está ligado ao surgimento da massa trabalhadora urbana e da luta por reivindicações trabalhistas, e que esse momento marca a ruptura com o liberalismo do Estado oligárquico agrário - no qual praticamente inexisteriam disposições relativas às questões sociais e trabalhistas -, bem como ao surgimento de um Estado intervencionista, que buscava ceder às reivindicações trabalhistas visando evitar agitações políticas mais graves.

“(...) São [as conquistas] o produto da pressão operária interna; reforçada pela ameaça que esta mesma classe colocava no ar com sua ação no plano internacional; e num contexto de início da crise da própria forma de dominação burguesa até então vigente no País.” (Oliveira e Teixeira, 1986: 49).

Na mesma perspectiva, de Oliveira e Teixeira (1986), Cohn (1980) aponta que a previdência social surgiu com um caráter duplo, a saber: forma de atendimento às reivindicações trabalhistas e ao mesmo tempo como mecanismo de controle, inclusive por parte dos sindicatos, ou seja,

“A previdência social assume crescente importância no jogo político-partidário como moeda na barganha política em geral (...), ao nível dos sindicatos ela também cumpre este papel de “arregimentadora” de votos em troca de favores especiais.” (Cohn, 1980).

Seja atuando junto às associações de auxílio mútuo, aos montepios, ou mesmo atuando na gestão das CAPs, a partir de 1923, os sindicatos ajudaram a concretizar a idéia de previdência social enquanto direito social no Brasil; da mesma forma, os sindicatos ajudaram a configurar e a gerir, a partir dos anos trinta, os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), que foram criados sob a égide direta do Estado .

Nesse sentido, os IAPS foram sendo criados paulatinamente a partir de 1933, como resultado da política de Vargas, a qual buscava o apoio da classe trabalhadora e também reprimir as reivindicações do movimento operário. Os Institutos tinham um

caráter mais abrangente e “racionalizado” que as CAPs, da mesma forma que eram organizados por categorias profissionais e não por empresas como estas últimas.

Segundo Cohn
(1980),

“Com a quebra do regime oligárquico e a presença cada vez mais marcante das classes assalariadas urbanas no cenário político e econômico, a previdência social, até então deixada para o setor privado através de contratos de seguro empregado-empregador, passa a ser objeto de atenção do Estado”. (Cohn, 1980).

Assim sendo, as CAPs e os IAPs coexistiam ao mesmo tempo. As CAPs eram administradas por um colegiado composto por representantes dos trabalhadores e dos empregadores, sem interferência do Governo, o qual somente contribuía para um fundo de recursos desta instituição e regulamentava o funcionamento das mesmas. Em 1937 havia 183 CAPs instaladas no Brasil (ABRAPP, 2003). Durante o regime militar, em 1966, os IAPS e as CAPs foram fundidos em uma só instituição (exceto o IPASE), o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

A proposta do Governo de unificação da previdência social teve resistência por parte de lideranças sindicais, que participavam da gestão direta dos institutos. Contudo, desde a criação da Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), em 1960, o Governo sinalizava para extinção dos IAPS.

Sobre os IAPs alguns informantes da pesquisa destacaram que estes tiveram grande papel social durante os anos de 1960 no Brasil. O investimento na construção de casas populares, como o bairro Bom Sucesso, no Rio de Janeiro, e a construção de hospitais e escolas foram alguns exemplos citados para argumentar sobre os IAPS enquanto fornecedor de “estrutura real para o trabalhador”⁷.

Em conclusão, esse item mostrou que, de forma direta ou indireta, os sindicatos sempre participaram do debate em torno da previdência social no Brasil e sempre estiveram presentes em sua administração; foram retirados da gestão dos IAPs em 1966, com a unificação da previdência e a conseqüente criação do INPS, mas voltaram - como será mostrado no decorrer dessa tese -, a participar da gestão da poupança dos trabalhadores, com a criação dos fundos de pensão, em 1977.

⁷ Informante Previg, ex- estatal.

É bom acrescentar que essa constante participação dos sindicatos junto à previdência social, sempre foi pautada pela defesa do modelo de “repartição”. A defesa dos fundos de pensão, via capitalização, é uma estratégia historicamente inédita.

2.3 Criação e regulamentação dos fundos de pensão: 1977

A previdência privada passou a existir formalmente no Brasil, com a criação da lei 6.435 de 15 de julho de 1977. Essa lei institucionalizou as atividades de previdência privada, as quais passaram a ser regulamentadas e controladas pelo Estado. Até aquele momento, as entidades existentes operavam no mercado sem nenhuma fiscalização por parte do Estado, e funcionavam de forma isolada, ou seja, sem organização ou diálogo entre as operadoras do mercado. A partir da criação da lei 6.435, o mercado de previdência privada foi ampliado, e a expressão previdência privada começou a ser usada no Brasil. Antes da lei de 1977, as entidades que operavam planos de previdência privada abertos eram denominadas montepios, cuja origem, conforme já discutido, remonta ao período do Império.

O debate em torno da regulamentação da previdência privada iniciou-se durante o Regime Militar em 1972, intensificando-se a partir de 1974. Esse debate apareceu no Congresso pela primeira vez em 1976, quando a Comissão Interministerial elaborou um ante-projeto de lei para ser enviado pelo Executivo ao Congresso Nacional. Esse projeto passou pelo Legislativo e foi aprovado durante o Governo Geisel em julho de 1977, constituindo a Lei 6.435. No capítulo I, artigo 1º, esta lei declara que:

“Entidade de previdência privada, para os efeitos da presente lei, é o que tem por objeto instituir planos privados e concessão de pecúlios ou rendas, de benefícios complementares ou assemelhados aos da previdência social, mediante contribuição de seus participantes dos respectivos empregadores ou de ambos.” (Póvoas, 1985:347)

A lei 6.435, de 15 de julho de 1977, definiu o sistema de previdência privada e definiu uma data máxima para a regulamentação das entidades existentes. Aquelas que não se enquadrassem nas normas dessa lei seriam excluídas do mercado de previdência. Esse é o caso dos montepios, muitos dos quais foram cassados pela Superintendência Nacional de Seguros Privados (SUSEP), que alegou irregularidades nessas instituições.

Os montepios aprovados tiveram que se reestruturar dentro das novas regras estabelecidas pela SUSEP.

A previdência privada foi dividida em dois segmentos, ou seja, entidade aberta e entidade fechada.

As entidades abertas de previdência operavam livremente planos acessíveis livremente a qualquer pessoa física, embora pudessem também oferecer planos coletivos à pessoa jurídica contratada, conforme a LC 109, art. 26/01⁸ (MPS, 2004). Possuem fins lucrativos e organizam-se sob a forma de sociedade anônima. Seguradoras autorizadas a operar no ramo vida também podem oferecer planos de previdência complementar.

A partir da lei de 1977, as seguradoras que operavam no ramo vida passaram a ser autorizadas no ramo previdência privada. Essa possibilidade subdivide as entidades abertas de previdência privada com fins lucrativos em dois ramos: entidades exclusivas de previdência privada e sociedades seguradoras com departamentos de previdência privada.

As entidades fechadas de previdência privada, também conhecidas como “fundos de pensão” são aquelas cujos planos são endereçados a um público específico, ou seja, aos empregados de uma empresa (caso a entidade tenha patrocinador), grupo de empresa ou aos associados de entidade de classe ou de representação (caso a entidade tenha instituidor). Essas entidades não possuem fins lucrativos e organizam-se sob a forma de fundação ou sociedade civil, conforme mostra a LC 109, art. 31/01⁹ (MPS, 2004).

É bom esclarecer que os fundos de pensão foram inicialmente implantados em empresas estatais e possuem patrocínio de empresas públicas. Como modelos clássicos têm-se os fundos de pensão do Banco do Brasil, da Petrobras e da Caixa Econômica Federal; concomitantemente, o modelo de fundo de patrocínio público foi implantado também junto às empresas do setor privado.

⁸ Ver na Referência Bibliográfica *Coletânea de normas dos fundos de pensão*. Brasília, MPS, 2004.

⁹ Ver na Referência Bibliográfica *Coletânea de normas dos fundos de pensão*. Brasília, MPS, 2004.

Contudo, além desse modelo de previdência privada, a Lei 109/2001 autoriza a existência de um novo dispositivo, denominado plano “Instituidor”. Aprovado no Governo Fernando Henrique Cardoso e regulamentado em 2003, no Governo Lula, esse plano permite a criação e gestão de fundos de pensão, via sindicatos, organizações profissionais, dentre outros. É preciso reiterar que parte dessa tese estará focada na questão do “plano instituidor” ou “previdência associativa”, como também é conhecida.

Além disso, é importante informar que a reforma da previdência de 2003 autorizou a aprovação de um fundo de pensão para os servidores públicos, o FUNSPREV, o qual, durante a redação dessa tese, estava em processo de regulamentação. O Gráfico I cumpre o papel didático de demonstrar os tipos de patrocínio existentes, até o momento. Repare que no ano de 2005 já existia 11 planos de previdência associativa

Gráfico I - Quantidade de entidades de previdência privada por tipo de patrocínio e instituidor, segundo tipo de administração de recursos e número de patrocinadores, dez/05

Patrocínio/ Instituidor	Tipo de Administração dos Recursos Financeiros				Total	Patrocinadores
	Externa	Interna	*Mista	*Não Informado		
Público	6	41	35	-	82	258
Privado	175	47	45	10	277	1.779
Instituidor	5	-	-	6	11	-
Total	186	88	80	16	370	2.037

Fonte: Cadastro - SPC/MPS.

*Mista - Combinação das formas externa e interna; *Não Informado - Entidades que não iniciaram suas atividades

Em resumo, os fundos de pensão das estatais surgiram no Brasil em 1977 com as seguintes características:

- fortemente inspirados nos fundos de pensão dos Estados Unidos (que serão discutidos no Capítulo IV);
- durante a Ditadura Militar, sob interesse do Governo e não dos trabalhadores;
- com objetivo de fortalecer o mercado de capitais (Bolsa de Valores);
- fortemente calcados nas empresas públicas;
- modelados em planos de Benefício Definido.

Devanir da Silva, Superintendente da ABRAPP afirma que o modelo de fundos de pensão é “um esforço que une capital e trabalho, com empregadores e funcionários custeando os planos”. (Silva, 2002:41).

A seguir, uma definição de fundos de pensão segundo o Secretário da Previdência Complementar (SPC) do Governo Lula, Adacir Reis:

“Entidades fechadas de previdência complementar têm a finalidade de gerir recursos e prover benefícios previdenciários para os seus participantes e assistidos. O regime de previdência complementar é privado, organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social (previdência pública); a filiação é facultativa e o sistema de financiamento é o de capitalização, isto é, os recursos são aportados e capitalizados para servirem de lastro para o pagamento do benefício do próprio participante.” (Informante da Secretaria de Previdência Complementar).

Desde sua criação, em 1977, os fundos são geridos pelo princípio da capitalização, ao contrário da previdência social, na qual prevalece o regime de repartição. Por se constituírem em importantes conceitos para a compreensão da filosofia dos fundos, a seguir serão expostas as definições de repartição e capitalização.

2.4 Repartição/Capitalização: introdução aos conceitos

Regime de Repartição é aquele em que existe um pacto de gerações, uma solidariedade entre os participantes. Nessa perspectiva, os segurados ativos (geração atual) pagam os benefícios dos segurados inativos (geração passada). O pagamento dos seus próprios benefícios depende que a geração futura (novos trabalhadores a ingressarem no sistema previdenciário) mantenha o pacto intergeracional. Nesse regime prevalece a idéia de mutualismo.

A pesquisa entende solidariedade a partir de um dos clássicos da Sociologia, Durkheim¹⁰. Para ele, a divisão social do trabalho¹¹ teve a função de produzir uma moral

¹⁰ A opção teórica por Durkheim se justifica porque sua idéia de solidariedade entre partes interdependentes parece adequada para se refletir sobre o modelo de solidariedade presente nos sistemas de aposentadoria. Depois, como nos lembra José Albertinho Rodrigues em texto sobre Durkheim “O fato importante a ressaltar é que a Sociologia só se desenvolve e se completa na medida em que assimila as contribuições de seus grandes mestres (...) (Rodrigues, 2004:34); da mesma forma, Gabriel Cohn comenta sobre a importância dos clássicos, citando Alfred North Whitehead “A ciência que hesita em esquecer seus fundadores está perdida”.

e criou entre duas ou mais pessoas um sentimento de solidariedade, graças à interdependência que se cria entre as tarefas especializadas, que têm a função de integrar o corpo social e assegurar sua unidade, ou seja, “(...) Sa véritable fonction est de créer entre deux ou plusieurs personnes un sentiment de solidarité » (Durkheim, 1998 :19).

Como nos lembra Pizzorno, Durkheim « reconhece, antes de mais nada, que as formas de solidariedade por interdependência, mesmo institucionalizada, não são suficientes, e que é preciso confiar nas “virtudes do grupo” para que a solidariedade se produza” (Pizzorno, 2005:94)

No livro *Les Metamorphoses de la Question Social*, Castel discute que o homem social só existe quando está inserido num coletivo. Citando Durkheim, afirma que este autor tem importância decisiva (“l’importance décisive de Durkheim”) na reformulação da questão social, “afinal, Durkheim compreende que a sociedade industrial inaugura um novo modo de novas relações entre sujeitos sociais.” (Castel, 1995:446). Assim sendo, a “sociedade orgânica¹²” inaugura um novo regime de existência que deve prevalecer na sociedade industrial. Nas palavras de Castel, “a sociedade moderna forma um conjunto de condições sociais, desiguais e interdependentes.” (Castel,1995: 446).

No seu livro *L’Insécurité Sociale : qu’est-ce qu’être protégé?* (2003b), o mesmo autor explicita que para aqueles que não podem dispor de outros recursos (não somente econômico, mas sociais e culturais) a não ser daqueles que retiram do próprio trabalho, as proteções sociais devem ser essencialmente de ordem coletiva. Assim sendo, devem ser oriundas dos espaços de trabalho, onde se forma a solidariedade “que nasce de uma comum condição e de uma subordinação partilhada” (Castel, 2003b: 46:47). Finaliza que tais laços sociais são o alicerce da resistência e da liberdade dos sistemas de exploração “pelo fato de se constituírem em grupos solidários.” (Castel, 2003b: 47).

Nessa perspectiva, a aposentadoria pode ser lida como um sistema de solidariedade onde os diferentes indivíduos estão ligados a partir do trabalho, por laços

¹¹ Em texto sobre Durkheim, Pizzorno (2005) afirma: “Se considerarmos que essa solidariedade funda a comparabilidade entre satisfações de necessidades diferentes e, ao mesmo tempo, a exigência de ir além das desigualdades relativas, também poderemos conceber de que modo se reforça com o aumento da divisão social do trabalho”. Para outras releituras de Durkheim ver de Stevan Lukes *Bases para a interpretação de Durkheim*. In Gabriel Cohn (org.) *Sociologia para ler os clássicos*, Azougue Editorial, 2005, págs 15 a 54.

¹² Castel (1995) observa que a palavra « orgânica » de conotação naturalista provoca uma « má interpretação » do conceito de Durkheim. Acrescenta que é possível que seja um problema de vocabulário da época, já que Durkheim propôs uma crítica aos temas de enraizamento, etc. “Il est possible que le vocabulaire d’époque, ait joué un mauvais tour à Durkheim, et nous rende difficile de comprendre aujourd’hui la profondeur de son intuition » (Castel, 1995:446).

sociais de interdependência. A solidariedade do regime de repartição do Brasil acontece quando os participantes ativos depositam mensalmente uma quantia no fundo de aposentadoria do INSS que, por sua vez, repassa esse valor aos participantes inativos, ou seja, os aposentados, que no passado alimentaram a solidariedade do regime.

Regime de Capitalização é aquele no qual cada geração constitui as reservas para suportar seus próprios benefícios. A lógica consiste em que o próprio trabalhador, durante a sua fase ativa, gere o montante de recursos necessários para suportar o custo dos benefícios da sua aposentadoria. Nesse modelo está presente a idéia de auto-empresendedorismo e de individualismo, uma vez que a capitalização favorece o aparecimento do “individualismo patrimonial” (Orléan,1999), que também pode ser denominado de “individualismo negativo.” (Castel, 1995).

Desde sua criação em 1977 até sua regulamentação, os fundos de pensão passaram por diversos momentos, desde a indiferença por parte de alguns Governos, até um grande estímulo, momento que os fundos de pensão viveram no primeiro Governo Lula (2003/2006) e ainda vive no segundo mandato. Na apostila do curso de formação em *Previdência Complementar e Regime Próprio* ministrado pela CUT a história dos fundos de pensão foi dividida em quatro fases:

- 1º Fase: Formativa: de 1977 a meados dos anos 1980, quando se estabeleceram os primeiros fundos de caráter estatal;
- 2º Fase: Desenvolvimento: período de acumulação de recursos, especialmente por volta de 1995, quando estão presentes em empresas estatais, federais e estaduais, bem como em empresas privadas;
- 3º Fase: Privatizações e mudança de planos de Benefício Definido para planos de Contribuição Definida: período em que se iniciam as privatizações no Brasil, nos anos 1990, com a participação do capital dos fundos de pensão;
- 4º Fase: Expansão e organização dos participantes. Com a aprovação da LC 109/01 é possibilitada a criação de fundos por intermédio dos sindicatos e associações profissionais. Nessa fase, ocorre a criação da Associação Nacional de Participantes em Fundos de Pensão (ANAPAR).

Com base no material coletado e analisado, pode-se reconhecer uma quinta fase que seria constituída pela política de estímulo aos fundos no Governo Lula e que será

detalhada posteriormente. Visando facilitar a compreensão do leitor quanto ao desenvolvimento histórico dos fundos de pensão, serão apresentados a seguir os marcos mais importantes desse processo, segundo a concepção da autora da tese.

2.5 Anos 1980 e anos 1990: falência, corrupção e privatização

Apesar da sua oficialização em 1977, os fundos de pensão do Brasil só alcançaram relevância social no Governo Lula, momento em que foram associados diretamente ao desenvolvimento sustentável do país e ao projeto petista de inclusão social. Da mesma forma, é no contexto Lula que as atenções foram focadas nos fundos de pensão.

Nos anos subseqüentes à sua institucionalização, anos 1980, os fundos de pensão repetiram a mesma história que os montepios na década de 1970, ou seja, tiveram a imagem desgastada devido a constantes escândalos corporativos nos quais estiveram envolvidos. Ressalta-se que nos anos 1970 e 1980 os fundos de pensão foram “paraísos de enriquecedores ilícitos” no Brasil. Além disso, devido à falta de fiscalização do poder público, à ausência de bases técnicas nos cálculos dos planos e à inexistência de mecanismos de correção monetária em períodos inflacionários, muitas dessas entidades entraram em “falência ou insolvência nos anos 1970, levando clientes à perda de dinheiro.” (Jardim, 2002).

Sobre esse momento e seu reflexo na trajetória da previdência privada, destaca-se uma referência na apostila do Curso de formação em *Previdência Complementar e Regime Próprio*¹³, ministrado pela CUT, qual seja, “esta experiência se mostrou desastrosa, frustrando as experiências e prejudicando milhões de trabalhadores. Os efeitos negativos daquela experiência até hoje se fazem sentir provocando, em muitas pessoas, rejeição à previdência complementar.” (Gushiken, 2002b:104).

Ademais, devido à alta inflação, instabilidade econômica e falta de controle por parte do Estado que não fazia uso efetivamente do órgão criado para a fiscalização - a SUSEP - houve grande número de falências ou, na linguagem do sistema, insolvências, e muitos casos de corrupção envolvendo os fundos de pensão, os quais tiveram sua imagem prejudicada pelos acontecimentos. Como conseqüência, os fundos perderam

¹³ Como informado na metodologia, o conteúdo dessa apostila foi diversas vezes explorado nesta tese, seja em forma de citações, seja de forma analítica. O objetivo é expor a construção da justificativa da CUT com relação aos fundos de pensão. Essa apostila é o material usado pela CUT na formação de gestores de fundos de pensão.

credibilidade junto à sociedade¹⁴. Exemplos desses episódios são a Caixa de Pecúlio dos Militares (CAPEMI) e a Associação de Profissionais Liberais Universitários do Brasil (APLUB) (Jardim, 2002).

O Secretário de Previdência Complementar, Adacir Reis, comentou, em entrevista para esta pesquisa, sobre os escândalos dos anos 1970, enfatizando que a legislação vigente vem daquela época e que por isso é necessário cautela:

“Houve um tempo, na década de 1970, que os fundos enfrentaram problemas. Entretanto, é preciso levar em consideração que a legislação original vem daquela década. E em todo o período econômico, dos anos 1970 para cá, os fundos de pensão conviveram com um ambiente econômico caracterizado, numa primeira fase, por altas taxas de inflação, e, numa segunda etapa, que poderia situar-se a partir do Plano Real, com altas taxas de juros.”(Informante da Secretaria de Previdência Complementar).

No período Collor, os fundos de pensão foram considerados peças centrais do esquema corporativista, e utilizados no processo das primeiras privatizações no país. Sobre esse período, Grün (2003:03) acrescentou que os fundos “estiveram na linha de fogo por terem se caracterizado como alvos da cobiça de integrantes do “esquema de corrupção”, que teria se apoderado do Governo central.”

No Governo Fernando Henrique Cardoso (1995/2002) houve intenso debate em torno da previdência privada. Alicerçado na idéia de “crise” e “*déficit*” da previdência social, o Governo fez uma reforma dessa instituição, na qual a previdência privada aberta se tornou a alternativa viável à segurança até então fornecida pelo Estado. Com o apoio da imprensa nacional e do mercado previdenciário, houve grande campanha em defesa da Previdência Privada Aberta (PPA) (Jardim, 2002). Evidenciando uma política a qual lidava com o mercado financeiro a partir de uma relação estabelecida com bancos e banqueiros, esse Governo priorizou uma agenda em defesa dos planos individuais de PPA¹⁵, ficando os fundos de pensão em relativa estagnação.

¹⁴Mesmo com os diversos constrangimentos que passaram na década de 1980, essas instituições ainda atuam no mercado de Fundos de pensão.

¹⁵ Para aprofundamento dessa tese, ver a dissertação de mestrado de Maria Aparecida Chaves Jardim, intitulada “*O mercado das previdências: fatores sócio - culturais na criação de mercado*”, Universidade Federal de São Carlos, 2002.

Sobre a política de Fernando Henrique Cardoso para a previdência privada, a informante do fundo de pensão Banesprev declarou:

“Me parece que a Previdência Complementar chegou à pauta focando as abertas [previdência privada aberta], durante o Governo Fernando Henrique. Quem tem grande interesse nas abertas são os bancos. E então os bancos (...) por ser produto de comercialização de balcão de banco não tem foco na questão trabalhista. Tem foco muito mais na lucratividade do setor financeiro. Ela [a previdência aberta] está mais focada no produto, um produto mesmo que é vendido individualmente (...).” (Informante do Banesprev).

Da mesma forma que no período Collor, os fundos de pensão foram utilizados no processo de privatização das estatais durante o período Fernando Henrique Cardoso, o qual fez uso de diversas estratégias, inclusive formas de constrangimento social e coerção junto a dirigentes dos fundos (Grün, 2003). Aqueles que não se enquadravam “nas ordens do Governo” sofriam severas e constantes ameaças de afastamento de seus (cobiçados) cargos.

Durante o processo de privatização das estatais, os fundos tiveram, portanto, papel estratégico, face à grande disponibilidade de recursos para essa finalidade. Constrangidos pelo Governo a participar dos leilões das estatais e se tornarem acionistas minoritários dessas empresas, os fundos formaram, juntamente com os bancos, uma espécie de Sociedade de Propósito Específico (SPE), com o objetivo único de adquirir ações nos leilões das estatais. Essa articulação ficou clara na privatização do setor de telecomunicações.

Vale destacar o ensinamento de Durkheim sobre as formas que a sociedade encontra para manter o controle e a ordem social, qual seja, a sociedade se utiliza de padrões de constrangimentos e de sanções sociais¹⁶; os constrangimentos e as sanções são reações para penalizar o comportamento do indivíduo não-cooperativo. No caso dos fundos de pensão, a coerção social foi expressa em demissões dos dirigentes “não-solidários” ou não-sensíveis ao tema.

¹⁶ Durkheim desenvolve essa tese na *Divisão do Trabalho Social* quando apresenta o conceito de “anomia” como carência de regulação social que assegura a cooperação, ou seja, é o estado social em que não se realiza a solidariedade. De acordo com Pizzorno, o conceito ganha novo significado em *O suicídio*. Assim sendo, se em *A Divisão do Trabalho Social* a “ação da sociedade era concebida sobretudo como normatização da cooperação, em *O Suicídio*, essa ação se torna aquela que a sociedade deveria exercer no próprio seio da consciência individual.” (Pizzorno, 2005: 80-81).

Quanto ao uso dos fundos de pensão durante as privatizações, a apostila do curso de formação em *Previdência Complementar e Regime Próprio*, organizada por Luis Gushiken e ministrado pela CUT, aborda a existência de variáveis de cunho moral, tais como abuso de poder e manipulações que levaram à “queda” de autoridades.

“O jogo político de abuso de poder, a manipulação do processo de privatização, especialmente junto ao setor de telecomunicações, contaminaram profundamente os fundos participantes do processo. O caso Telemar, por exemplo, envolvendo dirigentes do maior fundo de pensão do país, a PREVI, e várias autoridades governamentais, no qual foram utilizados até mesmo recursos ilícitos como “grampos” e escutas telefônicas, redundaram na queda do então Ministro de Estado, Sr. Luis Mendonça de Barros, do diretor do Banco do Brasil, Ricardo Sérgio, e do Presidente da Previ, Jair Bilachi.” (Gushiken, 2002b).

Sob o título *Privatização gerou batalha judicial*, o jornal *Folha de São Paulo* lembrou as conseqüências dos envolvimento dos fundos de pensão na privatização.

“Existem mais de 40 ações judiciais entre os fundos de pensão estatais e grupos de quem foram parceiros nos leilões de privatização (...) as ações contestam o comportamento dos sócios após a desestatização (...) a principal causa do conflito está na definição do bloco de controle das companhias.” (*Folha de São Paulo*, 03/08/03).

A utilização dos fundos de pensão na privatização foi comentada pelo Presidente da ANAPAR, o qual argumenta que os fundos foram envolvidos a mando do Governo, em negócios prejudiciais aos acionistas dos fundos:

“No processo de privatização brasileiro da década de 1990, os recursos dos fundos tiveram papel decisivo, a mando do Governo. Se, de um lado, os fundos têm alta rentabilidade em muitos desses investimentos – dado o valor depreciado pelo qual deliberadamente foram vendidas as empresas públicas – de outro, participaram de consórcios cujos sócios muitas vezes contavam com apoio governamental e que não poderiam arrematar sozinhos as empresas postas à venda. E, além disso, impuseram aos fundos de pensão acordos de acionistas prejudiciais aos interesses das entidades de previdência.” (Sasseron, 2002b:173).

O Secretário da Previdência Complementar do Governo Lula, Adacir Reis, falou do período, e vê com certo otimismo o envolvimento dos fundos no Programa de Privatização. A seguir, alguns números, de acordo com o informante:

“Os fundos de pensão tiveram participação relevante no mercado acionário, por intermédio do Programa Nacional de Desestatização (PND), constituído em 1991. Dos US\$ 105,56 bilhões arrecadados com o Programa e conseqüentes privatizações, os fundos de pensão tiveram participação expressiva, num processo marcado pela privatização das empresas nacionais com grande participação do capital estrangeiro. O resultado desse Programa sinalizou para o mercado de capitais o papel que os fundos de pensão podem desempenhar no incentivo às melhores práticas de gestão e governança corporativa, otimizando o desempenho de uma empresa, via indicação de conselheiros, para o Conselho de Administração e investimentos diretos em larga escala.” (Informante da Secretaria de Previdência Complementar).

Outro aspecto dessa fase são as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), instaladas no Senado e na Câmara dos Deputados para investigar a corrupção nos fundos de pensão, especialmente nos anos de 1991 e 1995. Em 1991 foi criada, no Senado Federal, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar os fundos de pensão; em 1995, na Câmara dos Deputados, foi instalada a CPI com o mesmo objetivo de investigar relações “incestuosas” entre dirigentes de fundos de pensão e autoridades governamentais. A falta de transparência e irregularidades deu o tom do noticiário na imprensa nacional.

Graças, pois, aos acordos tácitos, às articulações “suspeitas” do período e aos escândalos, os fundos ganharam notoriedade na imprensa e na sociedade civil, quando passaram das mãos de estatais para empregados do setor privado. Nesse momento, começaram a mudar do plano de Benefício Definido para o plano de Contribuição Definida¹⁷.

É possível que esta mudança traga um sério problema intergeracional já que o plano continua pagando os direitos dos atuais aposentados, mas não se sabe se vai ter condições de pagar, no futuro, as aposentadorias dos atuais trabalhadores. Esse argumento provisório inspira-se nos casos de insolvência em que os fundos de pensão estiveram envolvidos no passado, que levaram a perda de dinheiro e de aposentadoria de participantes.

¹⁷ Será definido mais adiante.

Como será demonstrado posteriormente, os atores sociais envolvidos na institucionalização dos fundos de pensão “trabalham sem querer e sem saber” (Bourdieu, 1996c, 2001) para a construção da crença social dos fundos de pensão enquanto “dom”, capaz de fornecer a solidariedade presente no modelo de repartição.

Contudo, ao seguir a hipótese provisória colocada acima, é possível que a reciprocidade presente no “dom” (Mauss, 1974) não funcione no modelo de Contribuição Definida, já que a geração que contribui para o aposentado de hoje poderá, no futuro, não receber o “contra-dom” (Mauss, 1974), o que traria problemas de natureza social no grupo, tais como crises intergeracionais.

Como afirma Grün (2004), “É muito provável que venhamos a assistir a uma disputa entre velhos avarentos a exigir pensões folgadas e jovens revoltados que não se contentarão com as mediócras perspectivas de emprego”. Na direção desse argumento, sugere-se que essa geração ativa ficaria revoltada com a falta de perspectivas em relação ao fundo de aposentadoria para o qual contribui mensalmente, sacrificando um dinheiro que poderia ser gasto no *shopping* ou em outros consumos mais imediatos e mais sedutores.

O contexto apresentado anteriormente mostra que a privatização inaugurou uma nova forma de administração dos fundos de pensão, cujos patrocinadores passaram a ser os empregadores privados. Da mesma forma, a privatização inaugurou o início do denominado, provisoriamente, “capitalismo acionário” - que será tratado no Capítulo III -, o qual permite a presença de trabalhadores no mercado, da mesma forma que estimula a interlocução de sindicatos com atores do mercado financeiro, como será mostrado.

Os constrangimentos e manipulações sofridos pelos fundos de pensão durante a privatização e as articulações visando interesses de grupos específicos evidenciam claramente que no mercado existem fenômenos, como acordos tácitos e ocultos, que vão além daqueles observados pela lente da Economia, e que o “mercado é resultado de relações sociais.” (Zelizer, 1993).

A inspiração teórica dessa tese sugere que o conceito de mercado não é óbvio, claro e nem evidente. É permeado de uma dinâmica, fruto de relações mais complexas, que são permanentemente trabalhadas e redefinidas, ou seja, “o mercado não é uma forma neutra, a liquidez expressa a autonomia e a dominação das finanças. A liquidez exerce sedução na sociedade” (Orléan, 1999). A essa abordagem que questiona o ator

racional e o *homo oeconomicus*, convencionou-se chamar de *Nova Sociologia Econômica*¹⁸.

A (Nova) Sociologia Econômica (re) surgiu nos Estados Unidos durante os anos 1970 e 1980, tendo como preocupação central o entendimento das cenas econômicas e organizacionais como esferas onde o comportamento do agente não pode ser simplesmente deduzido do princípio de maximização de utilidades. Pelo contrário, sugere que desde a própria constituição do “*homo oeconomicus*”, as ações na esfera econômica são significativas em termos sociológicos. Inspirada na (Nova) Sociologia Econômica, a pesquisa argumenta que o “ator racional” que se move no “mercado” de fundos de pensão possui uma “racionalidade” - não percebida pelos economistas – que é a racionalidade permeada de “capital social”, redes de relações, reciprocidade e de elementos morais.

Partilhando dessa linha teórica, será mostrado na tese que a presença de moral, confiança e de reciprocidade perpassa a construção do espaço de fundos de pensão no Brasil. Mostrando a existência de relações e acordos implícitos na construção do espaço dos fundos de pensão, questiona-se a idéia do mercado auto-regulável e aponta-se os limites das ferramentas/estratégias de auto-regulagem do mercado financeiro, como a governança corporativa.

A tese sugere, ainda, que o mercado de fundos de pensão é moral, permeado de “paixões” e de elementos valorativos, que vão bem além das leis de oferta e de procura. Propõe uma leitura onde o *homo oeconomicus* cede lugar ao *homo moral*, cuja moral é assentada na economia de concepção social, via fundos de pensão. Por sua vez, o discurso de “moralização do capitalismo” ganha solidez porque torna-se uma convenção social assentada na convenção paralela de que os fundos de pensão são capazes de fornecer solidariedade e reciprocidade entre as gerações participantes dos fundos. Nesse sentido, os fundos de pensão são entendidos como “dom”. Para fins analíticos, a pesquisa argumenta que é que por meio da “mágica social” (Bourdieu, 2001) que os atores envolvidos nos fundos de pensão entendem os fundos como “dom”; nesse sentido, trabalham sem querer e sem saber para a construção dos fundos de pensão enquanto “dádiva”.

¹⁸ Uma introdução à problemática mostrando suas semelhanças e diferenças com o programa dos anos 1950/60 de T. Parsons e N. Smelser, além de inspiração em K. Polanyi pode ser encontrada em M. Granovetter: *The old man and the new Economic Sociology* In R. Friedland & A.F. Robertson (eds): “Beyond the marketplace: Rethinking Economy and Society”, Aldine de Gruyter, 1990, p. 98-111.

Em períodos nos quais a lógica da “moralização do capitalismo” prevalece, os defensores da lógica oposta, ou seja, do “capitalismo selvagem”, sofrem de hostilidade, conforme será abordado no próximo item, por meio do caso de Daniel Dantas, exemplo ilustrativo e “tipo ideal” de uma ética capitalista, que vai na contramão da ética do “capitalismo moral” defendida pelo Governo Lula.

2.6 Daniel Dantas: a negação da lógica de moralização do capitalismo

Um outro exemplo de articulações e de manipulações presentes na construção dos fundos de pensão do Brasil se refere à criação da Sociedade de Propósito Específico (SPE), constituída pela parceria entre o Banco Opportunity, de Daniel Dantas, e o Banco Citigroup (de origem norte-americana), que teve como objetivo a participação nos leilões das estatais. Dantas e o Citigroup se aliaram em 1997, e juntamente com a PREVI criaram um fundo denominado Citigroup Venture Capital (CVC-Opportunity) para a compra de ações da Telebrás. Essa sociedade gerou conflitos societários, os quais são objetos de batalha judicial, visto que o Citigroup buscou afastar Daniel Dantas do controle da Brasil Telecom.

Ainda sobre os problemas jurídicos envolvendo os fundos, vale destacar que, além de batalhas judiciais, fruto dessa parceria puramente por conveniências, o material empírico coletado na imprensa aponta escândalos envolvendo esses grupos, tais como entre a Brasil Telecom (naquele momento sob a direção de Daniel Dantas), a Brasil Itália e a empresa de espionagem Kroll. Assim sendo, Daniel Dantas contratou a Kroll para investigar a Brasil Itália, o que foi estendido até o Planalto Federal, tornando-se objeto de investigação da Polícia Federal, rendendo muitas páginas na imprensa nacional e muita indignação em torno da figura “inescrupulosa” de Dantas.

Em suas análises sobre as finanças contemporâneas, Grün (2004) considera Dantas como agente da privatização e vanguarda do capital financeiro no Brasil. Afirma que Dantas deu base moral para o desenvolvimento do mercado de capitais no Brasil, durante e após o processo de privatização. Conclui que o capitalismo contemporâneo brasileiro, e mesmo as finanças, são personificadas em Dantas¹⁹.

Considerando-se a lógica de “moralização do capitalismo” desenvolvida pelo Governo Lula, é possível entender porque Dantas é considerado o “inimigo” da sociedade

¹⁹ Para o aprofundamento destas questões, ver os trabalhos de Roberto Grün, que tem se dedicado a acompanhar a evolução das mudanças de atitude e de sentido no campo financeiro e mesmo no campo do poder, enfatizando o papel de Daniel Dantas no capitalismo brasileiro contemporâneo.

brasileira, tanto por parte da imprensa nacional, quanto por membros do Governo e mesmo pela sociedade civil. Num contexto de negação da especulação e de afirmação da domesticação/humanização/moralização das finanças, por meio de investimentos éticos e da inclusão social, Dantas vem na contramão, defendendo o “capital selvagem” e o investimento de risco. Se, pelo lado do Governo, os recursos dos fundos de pensão são considerados a estratégia de “reconversão coletiva” ao “capitalismo moralizador”, pelo lado de Dantas os fundos são uma porta para a entrada no capital especulativo.

Por outro lado, enquanto que para Daniel Dantas e seus “seguidores”, os dirigentes dos fundos de pensão nada mais são do que a “nova faceta do famigerado corporativismo brasileiro, contra o qual qualquer golpe é válido, porque eles personificariam o atraso econômico e social do país” (Grun, 2007:224, em julgamento), para os dirigentes dos fundos de pensão, Daniel Dantas é a personificação do novo capitalismo selvagem de base financeira que eles têm por missão controlar e debelar.

Para entender o sentimento coletivo em relação a Dantas, expresso por parte da imprensa e pelo Governo, há que se considerar este contexto: se, de um lado existe a “domesticação do capitalismo” e a construção de uma nova concepção social da economia, de outro tem-se a defesa do “capitalismo selvagem” e a reafirmação de seus valores intrínsecos, o que justifica Dantas ser considerado o “inimigo moral” do capitalismo contemporâneo. É bom lembrar que a expressão “capital selvagem” é a leitura dos “dirigentes sindicalistas” sobre os investimentos especulativos de Dantas; entretanto, para Dantas e seus apoiadores, não se trata de “capital selvagem”, mas de “investimento racional”.

É importante reforçar que o comportamento de Dantas poderia ser visto como legítimo em outro contexto; contudo, no contexto atual é considerado desviante, pois nega a humanização/domesticação/moralização do capitalismo, pregada pela inclusão social do trabalhador, via capital, e a conciliação da relação capital e trabalho. Se o “legítimo” é personificado no capitalismo produtivo, que gera emprego e renda, Daniel Dantas apresenta uma agenda que personifica o “ilegítimo”, o capital especulativo, que por sua vez, nega os ideários “oficiais” de responsabilidade social, governança corporativa, capital produtivo e solidário, presentes na agenda de “moralização do capitalismo” do Governo Lula.

2.7 A legislação no Governo Fernando Henrique: As Leis Complementares 108 e 109 de 2001

Conforme já destacado, no Governo Fernando Henrique a previdência privada aberta recebeu maior ênfase que a previdência fechada. Contudo, resultado de *lobbies* da atuação legislativa de parlamentares petistas defensores do projeto de fundos de pensão, o Governo Fernando Henrique Cardoso sancionou, em 2001, as LCs 108 e 109, fundamentais para o desenvolvimento do setor.

Segundo informações fornecidas por *e-mail* pelo Centro de Documentação e Informação da Câmara (CEDI), a Lei Complementar nº 108/01, originária do Projeto de Lei Complementar nº 8/99, teve como relator na Comissão Especial (ao projeto e às emendas de plenário) o Deputado do PFL, Werner Wanderer. Por outro lado, a Lei Complementar nº 109/01, originária do Projeto de Lei Complementar nº 10/99, teve como relator na Comissão Especial (ao projeto e às emendas de plenário) o Deputado pelo PMDB, Manoel Castro.

Cabe destacar que o projeto de lei nº 08/99 foi coordenado por José Pimentel, que foi ainda o relator na reforma da previdência de 2003; da mesma forma, o projeto de lei 10/99 foi coordenado naquela época por Ricardo Berzoini. Essas informações buscam dar conta das energias, já dispensadas em 1999, pela “elite dos fundos de pensão” visando a construção social da temática.

Observe o argumento a seguir:

“Desde 1995 o Partido dos Trabalhadores e sua bancada federal têm tido o cuidado de promover o debate sobre a questão previdenciária. Naquele período, em 1995 e 1996, houve uma Comissão Parlamentar de Inquérito para discutir os fundos de pensão e a previdência complementar. Dela resultou uma série de sugestões que foram incorporadas nas leis complementares 108 e 109 (...). Após a Emenda 20 – à qual o PT entregou uma emenda global substituta, que foi rejeitada no congresso nacional -, apresentamos três projetos de lei disciplinando a previdência complementar. Desses três projetos, o de número 10 teve como coordenador o atual ministro Ricardo Berzoini e dele resultou a lei complementar 109, que é a da previdência privada aberta. Eu coordenei o grupo de trabalho do projeto de lei complementar 8, que resultou na lei complementar 108, sobre os fundos de pensão. E esses dois projetos foram aprovados na câmara com apenas quatro votos contrários. A Lei complementar 108 deu maior transparência aos fundos de pensão”. (Pimentel, 2003: 53).

Sobre o período que antecedeu a aprovação da lei, a informante do Banesprev (ligada à CUT), declarou que a “cultura de fundos de pensão” sempre esteve presente na agenda de uma pequena “elite” do PT, sobretudo de alguns membros oriundos do setor bancário, como Berzoini e Gushiken. A informante acrescenta que foi o PT que inseriu o debate sobre fundos de pensão na Câmara:

“Foi o pessoal ligado ao PT – grupo de pressão – que fincou esse debate na câmara; você olha o Gushiken, Ricardo Berzoini, é um pessoal que focou muito esse debate na câmara (...) depois, ele vem carregando esse debate (...) tanto é que quem primeiro começa a falar de previdência complementar já estruturando consultoria como Gushiken Associados foi o pessoal ligado ao PT. Esse pessoal vem já com esse debate, então quando o Lula ganha o Governo, evidentemente o executivo não se sobrepõe ao legislativo, mas dá um impulso maior, porque você tem que colocar nas pautas para que a coisa ande.” (Informante Banesprev).

A aprovação das Leis Complementares 108 e 109/2001 que autorizaram a criação e gestão de fundos de pensão, via “instituidor”, foi resultado de *lobbies* de grupos de pressão dos membros interessados. Exemplo ilustrativo foi o *Encontro dos Dirigentes de Entidades Representativas de Participantes de Fundos de Pensão*, realizado em Brasília em 2001, com a participação do Sindicato Nacional de Entidades Fechadas de Previdência Privada (SINDAPP), o qual encaminhou ao Presidente Fernando Henrique um documento denominado *Carta de Brasília* (ver anexo I). Nesse, os participantes reivindicaram a ampliação do segmento de previdência complementar por meio da permissão de que outros setores da sociedade possam constituir seus próprios fundos de pensão. O documento reivindicava ainda “a pluralidade das entidades de previdência complementar dos servidores públicos”. (*Carta de Brasília*, 2000)²⁰.

Dentre os signatários do documento, merecem atenção os nomes de Luiz Gushiken, Ricardo Berzoini e José Pimentel, os quais, durante o primeiro Governo Lula, estiveram em cargos de comando, e também envolvidos na reforma da previdência social encaminhada pelo Governo Lula em 2003.

É bom lembrar que estes mesmos atores sociais atuaram no legislativo durante o Governo Fernando Henrique visando aprovação das Leis Complementares 108 e 109/01. Gushiken foi Ministro das Comunicações no primeiro Governo Lula e é ex-

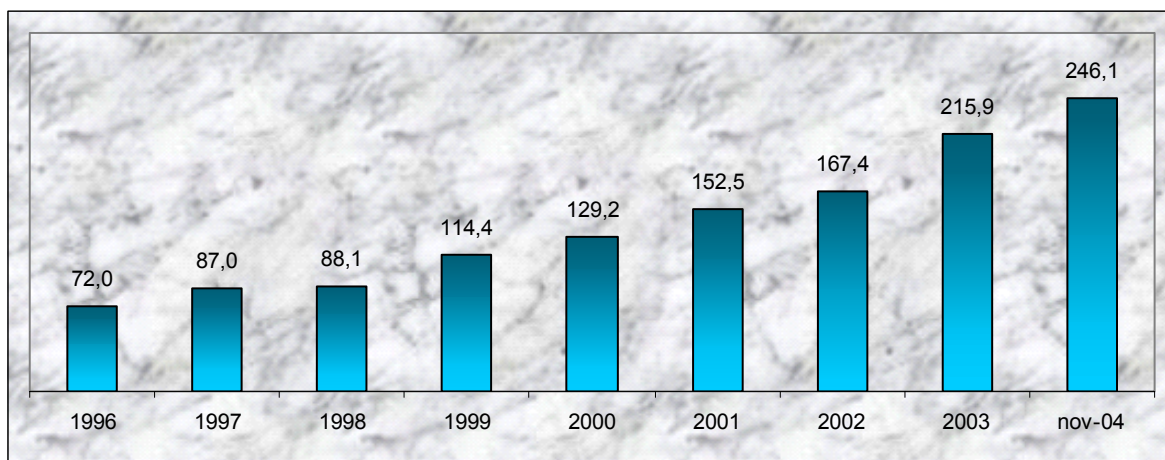
²⁰ Documento disponível em www.anapar.com.br

sócio da Consultoria Globalprev, antiga Gushiken e Associados, responsável pela consultoria em previdência privada junto ao Governo e à CUT; Berzoini ocupou o cargo de Ministro da Previdência Social e o Ministério do Trabalho. É o Presidente do PT; por fim, José Pimentel, Deputado Federal pelo PT/Ceará, atuou como relator na reforma da previdência em 2003. A tese argumenta sobre o papel dos “empreendedores morais” do projeto de fundos de pensão, o que será feito no Capítulo IX.

Para o Presidente da ANAPAR, José Sasseron, “A Lei [109/2001] veio simplesmente registrar o avanço que a luta dos trabalhadores começava a conquistar em um número crescente de entidades.” (Sasseron, 2002b:172).

Com a aprovação dessa lei no Governo Fernando Henrique Cardoso e sua regulamentação no Governo Lula, a expectativa do mercado é que, com a figura do instituidor, haja maior procura por fundos de pensão, e como consequência, rápida consolidação do setor. A seguir será apresentado um gráfico sobre a evolução dos ativos de fundos de pensão. Observe a concentração de recursos no período Lula, após 2003.

Gráfico II – Evolução do ativo de investimento dos fundos de pensão (R\$ BI – valores nominais)



Fonte: Secretaria de Previdência Complementar, 2005

2.8 Lei Complementar 108: paridade na gestão

A LC 108/2001 democratizou a participação dos cotistas juntos aos fundos, passando a assegurar que os participantes destes fundos ocupem no mínimo 1/3 das vagas nos seus Conselhos Deliberativos e Fiscais, ficando para o patrocinador os 2/3 restantes.

No caso do patrocinador ser a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Município, suas autarquias, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, a lei passou a exigir paridade no Conselho Deliberativo e no Conselho Fiscal, entre representantes do patrocinador e dos participantes assistidos. Neste caso, a lei assegura que o Conselho Deliberativo deverá ter no máximo 6 membros, e caberá ao patrocinador a indicação do Presidente (que tem o direito de exercer o voto de qualidade); o Conselho Fiscal deverá ter no máximo quatro membros, e caberá aos participantes e assistidos a indicação de seu Presidente²¹. (MPS, 2004).

A proposta de gestão democrática dos fundos pode ser encontrada já no Programa do Governo do PT em 2002. Uma leitura cuidadosa deste mostraria aos eleitores

²¹ LC 108, artigo 35.

brasileiros a preocupação do PT com a participação dos sindicatos na criação e gestão de fundos de pensão:

“A gestão paritária, pelos participantes e patrocinadores, é um fator de segurança e credibilidade para o sistema. A democratização e fortalecimento da Secretaria de Previdência Complementar também devem ser objetos dessas mudanças. A regulamentação dos novos fundos de pensão, com foco no estímulo à sua difusão beneficiará notável contingente de participantes atualmente excluídos desse sistema.” (Programa de Governo do PT, 2002).

O Presidente da ANAPAR vê de forma positiva o envolvimento dos trabalhadores na gestão dos fundos, pois isso “fará uma revolução no sistema de previdência complementar brasileiro²²”, já que a fiscalização dos trabalhadores deixará as entidades fechadas mais competitivas que as abertas, operadas pelo mercado financeiro:

“(…) No futuro, poderemos assistir a uma melhoria nos benefícios ou redução de contribuições, por conta desse aumento na fiscalização e por conta de se evitar sangria de recursos dos participantes (...) a presença dos participantes ativos e assistidos será uma grande vantagem competitiva para as entidades fechadas, que serão bem mais transparentes que as entidades abertas, operadas pelo mercado financeiro.” (Sasseron, 2002b:175).

Uma das informantes sindicais dessa pesquisa acredita que o sindicato tem, antes de tudo, a obrigação moral de participar da gestão; afinal, “Se você não participar da gestão, você não defende os interesses de quem é associado desse fundo de pensão.”²³

²² Sasseron, J. A ANAPAR e seus desafios. In: GUSHIKEN, Luis [Org.]. **Previdência Complementar e regime próprio**. (Curso) São Paulo: Instituto Integrar, 2002.

²³ Informante do Sindicato dos Bancários de Campinas.

2. 9 Lei 109: Plano Benefício Definido e Contribuição Definida

Ocorre ainda, nesse período, a aprovação da Lei Complementar nº 109, do dia 29 de maio de 2001. Essa lei reformulou/complementou a antiga lei de 1977, revogando-a. A partir da lei 109/2001, foi autorizada a criação de fundos de pensão por intermédio do instituidor profissional, classista ou setorial. Assim, sindicatos, associações profissionais, cooperativas e outros são autorizados a criar fundos de pensão, possibilitando a figura do “Instituidor”. Importante ressaltar que essa legislação prevê a criação de fundos, somente na modalidade “Contribuição Definida”.

Vale lembrar que os fundos de pensão surgiram no Brasil a partir do modelo de Benefício Definido (BD). Por esse modelo, o segurado saberá quanto irá receber no futuro, devendo as contribuições ser ajustadas para assegurar o princípio de equilíbrio do sistema. Como no modelo de repartição, nesse vigora a idéia de solidariedade e mutualismo. De acordo com os críticos (Lordon, 2000; Nikonoff, 1999; Montagne, 2006), embora esse modelo também apresente limitações, seria superior ao modelo de Contribuição Definida no quesito solidariedade.

Segundo o Secretário da Previdência Complementar, Adacir Reis, Plano de Benefício Definido (PBD) é aquele o qual o participante sabe de antemão o quanto receberá de benefício, embora não saiba exatamente o quanto vai pagar; assim, esse valor poderá variar de acordo com o plano anual de custeio, podendo diminuir ou aumentar a contribuição a partir *do superávit* ou *déficit*. No plano BD, a contribuição é indefinida, mas o valor do benefício é previamente definido na data de vinculação do participante ao plano. Esse modelo lembra a lógica da repartição.

Por outro lado, o plano de Contribuição Definida (CD) faz parte da lógica da capitalização. Nele os riscos recaem sobre os participantes. Além disso, o contrato estabelece o valor das prestações; contudo, o valor do benefício futuro é uma variável desconhecida.

Se o conceito de solidariedade for considerado a partir da idéia de laços sociais de interdependência, pode-se sugerir que nesse modelo não existe solidariedade ou mutualismo, tal qual no modelo de Benefício Definido. Assim sendo, as reservas são individualizadas e cada assegurado possui sua conta previdenciária, sendo o mesmo responsável pelos depósitos em seu próprio fundo. Segundo o Secretário da Previdência

Complementar, “Não há um Benefício Definido e não se poderá falar nem em *déficit* e nem em *superávit*, somente em “saldo de conta”. (Reis, 2002).

Desse modo, nesse modelo não existirá o pacto de gerações do modelo de BC, prevalecendo o princípio do individualismo, no qual o espírito empreendedor seria premiado e estimulado. Segundo críticos dessa proposta (Oliveira, 2003, 2006; Sauviat; 2005; Montagne, 2006; Lordon, 2000; Philson, 2003/2004; Barbier e Théret, 2004), esse sistema não pode ser apresentado como plano de previdência, mas como investimento financeiro. Assim, é muito mais um plano de renda do que um plano previdenciário, já que seu mecanismo permite somente acumulação financeira. Por fim, acreditam que nesse plano são transferidos para o trabalhador toda responsabilidade e risco em relação à sua aposentadoria e à segurança de sua família.

Quando questionado por essa pesquisa sobre o melhor modelo de fundos de pensão para o Brasil, o Secretário da Previdência Complementar respondeu:

“Não há que se falar em modelo ideal. O que se sabe é que a experiência no Brasil com os planos de Benefício Definido (BD) não foi das melhores. Há vários casos em que a solidariedade dos planos BD se deu às avessas. Aqueles participantes que dentro da empresa tinham capacidade de ascender mais rapidamente na carreira, especialmente às vésperas da aposentadoria, acabavam recebendo um benefício superior, que não traduzia sua trajetória de contribuições. Como nesse tipo de plano vigora o chamado mutualismo, todos pagam a conta por esse plano com benefícios maiores, independentemente de estarem recebendo tais benefícios. Isso não é justo.²⁴ Por outro lado, não se pode dizer que um plano é melhor porque, não oferece nenhum tipo de risco. É preciso aprender com as boas e más experiências.” (Informante da Secretaria de Previdência Complementar).

Nesse depoimento, o ideário “universal” de mutualismo e de solidariedade são (re) significados pelo Secretário da Previdência Complementar, Adacir Reis; nesse sentido, o modelo de BD passa a carregar a responsabilidade pelas injustiças e pelos privilégios existentes juntos aos beneficiários desse tipo de plano. Como contrapartida, o modelo de CD é sugerido como alternativa viável. Tem-se aqui a negação do modelo de Benefício Definido e a afirmação do modelo de Contribuição Definida.

Em discussão com o pesquisador Robert Castel, este afirmou que não podemos deixar que o direito de ser protegido seja confundido com uma troca do tipo mercantil,

²⁴ Grifo nosso.

subordinado unicamente ao acesso a prestações, cujos méritos são apenas do beneficiário. Nesse sentido, a procura individual de proteção coletiva age como um forte fator de individualização, e leva à degradação do conceito de solidariedade, já que o conceito de proteção passa a ser aplicado somente aos mais necessitados. Castel acrescenta que “ser protegido significa prover o mínimo de recursos para sobreviver em uma sociedade que limita suas ambições e assegura um serviço mínimo contra as formas extremas de depreciação.” (Robert Castel, em discussão dessa pesquisa²⁵).

Ademais, a Lei Complementar 109 de 2001 permitiu a migração do sistema BD para CD, o que levou a certa perda de direitos dos beneficiários. Os planos deixam de ser mutualistas e passam a ser individuais. Ainda inspirado em Castel (2003b:59), pode-se lembrar que esse pesquisador propõe que a existência de um modelo solidário ou mutualista deve estar na base da cobertura de riscos, de forma que haja um “Pacto de Solidariedade, pacto de trabalho e pacto de cidadania” (Castel, 1995: 32) que possa resgatar aqueles direitos sociais enfatizados por Robert Castel no seu livro *Les Métamorphoses de la Question Sociale* (1995).

2.10 Definição do modelo de Fundo de Pensão: relações de força

É importante acrescentar que existe forte tensão e considerável relação de força na definição do “melhor” tipo de plano de fundos de pensão no Brasil. Nessa relação de força, os atores fazem uso de todos os seus trunfos para legitimar seus argumentos.

Visando legitimar os planos do tipo CD e propagar a ineficácia do plano de BD, os dirigentes de fundos de pensão utilizam o plano de BD para justificar problemas administrativos nos fundos. Aqui, o plano de Contribuição Definida que provisoriamente é pensado como o modelo que prega o fim da solidariedade intergeracional é legitimado e reafirmado como o ideal de solidariedade. Em contrapartida, o modelo de Benefício Definido, que teoricamente valoriza o princípio da solidariedade, sofre de falta de confiabilidade, o que ficou claro nas declarações dos atores dos fundos de pensão e na forma como a grande imprensa lidou com a temática.

²⁵ Para maiores detalhes ver Apêndice (Diário de Campo).

Nessa perspectiva, nos primeiros meses de 2005, a imprensa nacional dedicou várias páginas ao “rombo” da Petros. O jornal *Folha de São Paulo*²⁶ abordou dificuldades no caixa do plano Petros. Nesse contexto, o Presidente da Petros declarou que o “rombo” é herança do plano Benefício Definido²⁷, e se os participantes decidirem migrar para o plano de Contribuição Definida, a estatal poderá arcar com o *déficit* integralmente. (*Folha de São Paulo* 16/02/05).

Em entrevista ao jornal acima, Pinheiro acrescentou que a Petros trabalhou durante anos com uma estimativa de 600 a 1000 mortes por ano, quando na verdade a ocorrência era de no máximo 410 mortes. Nesse sentido, “Passaram vários anos entendendo que o número de benefícios seria reduzido, quando na verdade, isso não estava ocorrendo, o que resultava na avaliação de que as reservas não eram suficientes para cobrir os compromissos futuros”, complementa o dirigente da Federação Única de Petroleiro (FUB)²⁸. (Revista *O Espelho*, n. 231, março 2005). Sobre o tema, Mello (2003) afirma que o fundo de pensão da Petrobras acumula rombos desde sua fundação, nos anos 1970.

Na revista *Fundos de Pensão*, o Presidente da ABRAPP, Fernando Pimentel, registrou que está preocupado com o tratamento da atuária pelos meios de comunicação. Segundo o Presidente da ABRAPP: “Não existe um rombo hoje, o que está havendo é justamente a correção de alguns parâmetros, seguindo as melhores regras de cautela, para afastar qualquer hipótese de que surja necessidade de aporte adicional no futuro.” (*Fundos de Pensão*, nº 302, 2005).

Para o dirigente da FUP:

“Quando a imprensa utiliza a expressão “rombo” não entende que a realidade contábil dos fundos de pensão guarda lógica diferente da contabilidade empresarial. Aquela trabalha com compromissos futuros, esta com fatos ocorridos, ou seja, a contabilidade de uma, representa ausência e a outra previsão de ausência futura.” (Revista *O Espelho*, n. 231, março 2005).

²⁶*Petros identifica déficit de R\$ 8 bilhões*, este foi o nome da matéria citada.

²⁷Na criação do PCD durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, o sindicato dos petroleiros decidiu não aderir a esse plano, considerado menos vantajoso que o PBD.

²⁸Newton Carneiro da Cunha é o nome do Presidente da FUP.

Ainda segundo o dirigente da FUP, a atual situação da Petros é o reflexo da política do Governo Fernando Henrique Cardoso, que criou um plano de Contribuição Definida, “muito pior que o anterior²⁹.”

Como afirmado, o debate sobre repartição/capitalização, Benefício Definido/Contribuição Definida remete à discussão sobre solidariedade e mesmo de confiança.

A forma como os fundos têm sido apresentados à sociedade possibilita pensar a problemática pela perspectiva da “dádiva” ou do “dom”, discutido por Marcel Mauss (1974). Assim sendo, na construção do mercado de fundos de pensão do Governo Lula, estes ganham um valor antropológico, já que são reconhecidos como sagrados, intocáveis, que devem ser protegidos, tal qual expresso verbalmente pelo Presidente Lula: “Devemos proteger as poupanças sagradas dos trabalhadores”. A socialização dos fundos enquanto “dom” fica evidente nas estratégias discursivas dos atores sociais envolvidos com fundos, que tentam estender o valor de solidariedade até o modelo de capitalização.

Portanto, sendo o modelo de repartição visto como “tipo ideal” de solidariedade, o projeto de fundos de pensão do Governo Lula buscaria estender a idéia de solidariedade existente nos modelos de repartição, para os fundos de pensão, os quais seriam (pelo menos provisoriamente) a negação da solidariedade e da generosidade entre as gerações, propiciada pelo modelo de repartição. O objetivo seria criar um laço social entre os participantes de fundos de pensão, de forma a estimular o sentimento de pertencimento e de reciprocidade entre estes, que passarão a compartilhar o mesmo conjunto de expectativas em relação aos fundos e pensão.

Observa-se que, seja junto aos fundos de pensão sindical, seja junto aos fundos tradicionais (Petros, Funcef, Previ), que estão sendo administrados por ex-sindicalistas, perpassa a convenção social de solidariedade, via fundos de pensão. Nesse ínterim, pode-se falar no surgimento de uma “nova solidariedade”.

Considerando-se o argumento difundido pela imprensa, pela sociedade civil e pelo mercado de previdência sobre a crise da previdência social (Jardim, 2002), entende-se por que o INSS é visto, socialmente, como uma instituição incapaz de cumprir integralmente o seu papel de proteção social e de criação de solidariedade, já que o valor

²⁹ Newton Carneiro da Cunha, Presidente da FUP, em entrevista à Revista *O Espelho*, 2005.

das pensões oferecidas é baixo. Por essa perspectiva, é possível entender por que a crença social acerca da solidariedade dos fundos de pensão tem sido significativamente aceita junto aos setores sindicais e mesmo junto à sociedade civil.

Subvertendo valores que possivelmente nortearam a organização da sociedade e a solidariedade entre gerações, os fundos de pensão saem do espaço do “ilegítimo”³⁰ e ocupam o espaço do “legítimo”. Ocorre a “sacralização” dos fundos de pensão, da mesma forma que estes passam a construir a idéia de reciprocidade na relação trabalhador *versus* empresa, sindicalizado *versus* sindicato e servidor *versus* Estado.

Com discurso de inclusão social, via fundos, de desenvolvimento da “cultura previdenciária” e mesmo da cultura associativa e da coletivização dos riscos, o Governo Lula busca ampliar o conceito de solidariedade e de generosidade para os fundos de pensão, até então presente somente no modelo de repartição.

Com inspiração em Douglas sugere-se que esta construção é possível, porque está assentada na criação de uma nova convenção social em torno dos fundos de pensão e em torno do capitalismo brasileiro contemporâneo. Esse argumento será explorado no decorrer dessa tese.

³⁰ A referência a “legítimo/ilegítimo” deve-se à memória social em relação aos fundos de pensão. Devido a falta de fiscalização e a instabilidade da economia, com altas taxas de juros e de inflação, muitos fundos de pensão (e montepios) entraram em insolvência ou falência nos anos de 1970, 1980 e até meados dos anos 1990, levando participantes à perda de dinheiro, bem como a perda de credibilidade dessas instituições. Até o Governo Lula, os fundos de pensão eram tidos no Brasil como algo negativo, passível de corrupção. Considerando a dicotomia profano/sagrado de Durkheim, pode-se sugerir que os fundos de pensão expressaram, inicialmente, a idéia do “profano”; entretanto, a forma como têm sido tratada no Governo Lula, tem relacionado os fundos de pensão ao “sagrado”. Trata-se somente de uma sugestão teórica para se refletir sobre o papel de “nobreza” dos fundos no Governo Lula. Contudo, adverte-se que essa sugestão não deve ser empregada até a exaustão, pois isso poderia limitar as possibilidades de interpretação do fenômeno, o que não é a sugestão da tese. Da mesma forma, deve-se considerar os limites da dicotomia de Durkheim, a qual tem sido objeto de crítica empírica e conceitual. Para a questão, ver de Stevan Lukes, *Bases para a interpretação de Durkheim* In Gohn, G. (Org). Sociologia para ler os clássicos. São Paulo, Azougue Editorial, 2005.

Por outro lado, a dicotomia puro/impuro de Mary Douglas pode estimular reflexões acerca da relação que os sindicalistas estabelecem em relação ao dinheiro de fundos de pensão aplicado em atividades especulativas. Para essa última sugestão, ver de M. Douglas, *Pureza e Perigo*, São Paulo, Ed.Perspectiva, 1976.

2. 11 Lei Complementar 109: portabilidade

A LC 109/01 instituiu, ainda, a portabilidade dos fundos de pensão, estabelecendo novos critérios em caso de rompimento de vínculo empregatício com o patrocinador ou do vínculo associativo com o instituidor. O Secretário de Previdência Complementar explica sobre o dispositivo: “Lembro aqui que foi regulamentada e implantada a portabilidade, instituto pelo qual os recursos de um plano podem ser transferidos para outros³¹”.

Nesse sentido, a lei passou a permitir que o participante possa transferir seu montante acumulado para outro plano de previdência complementar, em caso de fim do vínculo empregatício, conforme declara o Artigo 14 da Lei 109/2001, que autoriza a “Portabilidade do direito acumulado pelos participantes para outros planos”; Os incisos 1º e 2º dessa lei acrescentam que “não será permitida a portabilidade na inexistência de cessação do vínculo empregatício do participante com o patrocinador”, e que “o órgão regulador e fiscalizador estabelecerá período de carência.” (MPS, 2004).

Sobre o direito de portabilidade dos recursos ao final de um vínculo empregatício ou associativo, é importante destacar que a portabilidade acaba se tornando um dos poucos instrumentos que o cotista tem de fato, para poder influenciar internamente a direção do fundo, ou seja, a possibilidade de transferir seus recursos de fundo torna-se uma “arma” na defesa de uma administração transparente e honesta.

A portabilidade é colocada como um instrumento da “boa governança corporativa”, que permite ao participante transferir seu direito acumulado para outro plano de previdência complementar. O princípio é a preservação integral do patrimônio previdenciário do participante que se desliga da patrocinadora.

É importante notar que a portabilidade, por ser uma transferência de recursos entre entidades previdenciárias, só será possível quando o participante que tiver seu vínculo empregatício cessado puder se vincular a uma outra entidade previdenciária. Em termos de mercado, a portabilidade tende a aumentar a competição entre as operadoras e como consequência, a melhorar a qualidade dos “produtos” oferecidos.

Embora a portabilidade facilite, em alguma medida, a vida do participante, uma vez que este passa a ter direito de transferência da sua poupança com o fim do vínculo trabalhista, por outro lado, pode evidenciar o espírito individualista e a quebra da relação de solidariedade entre as gerações. Não obstante, impressionados pela flexibilidade

³¹ Adacir Reis, Secretário da Previdência Complementar, em entrevista a essa pesquisa.

oferecida pela portabilidade, os participantes são seduzidos pelo “poder das finanças” (Orléan, 1999), como demonstra esse depoimento: “A portabilidade é positiva. O extrato bancário individual é transparência.” (Informante da Previg, ex- estatal).

Verifica-se que, apoiado no argumento de que a portabilidade traz consigo o ideário de “individualismo”, os dirigentes de fundos de pensão se colocam contra o dispositivo de “portabilidade”. Para tanto, argumentam que a portabilidade é negativa para o setor, por ignorar o princípio de coletivo e de pacto de gerações, presentes no modelo de repartição. Depreende-se do debate sobre a implantação da portabilidade que há uma preocupação coletiva do setor de fundos de pensão com o dispositivo de solidariedade entre as gerações.

Contudo, é importante enfatizar que o material empírico dessa pesquisa indica que o setor tem clara preferência pelo plano de Contribuição Definida, que tal qual a portabilidade, não valoriza o pacto de gerações e impulsiona o individualismo. Isso permite sugerir que a negação da portabilidade junto aos dirigentes dos fundos de pensão se justifica pela crença de que a portabilidade (leia-se transferência de recursos de um fundo para outro) possa provocar a “descapitalização” dos fundos de pensão.

Bourdieu (1996a) chama a atenção para o poder das palavras e sua importância na construção do mundo social; as palavras não são neutras e assim, elas classificam e nomeiam o mundo social. No sentido Bourdiano, deve-se considerar que quando os dirigentes de fundos de pensão discursam contra a portabilidade, buscam evitar a transferência de recursos dos fundos e conseqüentemente a “(des) capitalização” desses. Portanto, essa aparente contradição discursiva – ao mesmo tempo em que nossos atores sociais negam a portabilidade (já que esta quebra o pacto das gerações), os mesmos atores sociais defendem o modelo de Contribuição Definida (que claramente quebra com o pacto das gerações) – não deve ser analisada simplesmente como contradição, mas como uma estratégia discursiva, que visa à criação de uma realidade social, e evitar a implantação do dispositivo de portabilidade, que possibilitaria a “(des) capitalização” do setor, da mesma forma, a classificação e nomeação de possíveis “verdades” em torno dos fundos, por meio das palavras.

Como enfatizado no decorrer dessa tese, nossos atores sociais colocam em prática diversas estratégias, tanto discursiva (o uso de eufemismos), como estratégias efetivas (eventos de socialização em torno dos fundos, participação na gestão dos fundos etc.),

que num primeiro olhar podem parecer contraditórias. Contudo, essas estratégias fazem parte do mesmo processo de construção de novas convenções sociais em torno de uma economia social, via fundos de pensão.

A LC 109/ 01 também estabelece uma estrutura mínima para as entidades fechadas de previdência complementar, a saber: Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. Prescreve-se sobre a qualificação necessária para participação nos Conselhos Deliberativo, Fiscal ou na Diretoria. Assim, os participantes deverão ter comprovada experiência no exercício de atividades nas áreas financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização ou de auditoria. No caso da Diretoria Executiva, o membro deverá ter formação superior. (MPS, 2004). O Presidente do Conselho Deliberativo, escolhido pela patrocinadora, tem direito ao voto de qualidade, o que se conclui que, apesar da paridade, a patrocinadora detém maioria, podendo a escolha da Diretoria Executiva ficar restrita à sua vontade.

Quando discute sobre o capitalismo acionário, Aglietta (2005) afirma que “O conselho de administração deve incluir representantes dos assalariados para vir a ser um órgão deliberativo mais transparente, onde a agenda do dia não será mais decidida pelo Presidente.” (Aglietta, entrevista ao jornal *Liberation* 10/11/05).

Quanto ao item “transparência das informações”, a lei exige que sejam divulgados aos participantes e assistidos, ao final de cada exercício, os resultados das demonstrações contábeis e das avaliações atuárias de cada plano.³² (MPS, 2004).

O Secretário da Previdência Complementar, Adacir Reis, comenta sobre os avanços nos fundos e a modernização desses. Vale ressaltar seu papel na consolidação do projeto de fundos de pensão do Governo Lula. A forma como tem se relacionado com o “sistema” de fundos e as energias sociais que tem dispensado para a problemática levam os informantes dessa pesquisa a defini-lo como o “guardião dos fundos”. Adacir Reis será focado no Capítulo IX, na discussão sobre “empreendedores morais” dos fundos de pensão.

Observa-se o depoimento de Adacir Reis sobre os fundos de pensão. O envolvimento “emocional” com estes é uma característica presente em seus depoimentos.

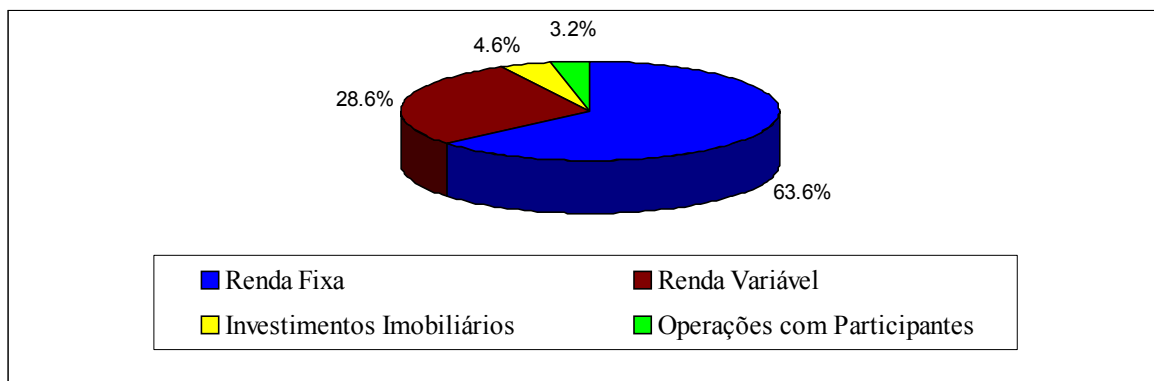
³² LC 109/01 art. 22.

“Os fundos de pensão, ao longo dos seus quase 30 anos de existência sob um disciplinamento oficial, têm-se modernizado, tornando-se mais flexíveis, transparentes e dinâmicos (...) as regras de investimento e de divulgação das informações aos participantes e assistidos foram aprimoradas e se orientam por conceitos de prudência e de diversificação de riscos, colocando o Brasil num patamar superior ao de muitos países desenvolvidos.” (Informante da Secretaria de Previdência Complementar).

No que se refere à política de investimento, a LC 109/01 oferece limites que variam de acordo com o perfil do plano, e os investimentos foram classificados em quatro segmentos: renda fixa (50%), renda variável, de imóveis, de empréstimos e financiamento. Outras restrições aos fundos de pensão são os limites de 15% para realizar empréstimos de recursos aos seus participantes, e de 14% de seus recursos a serem aportados em imóveis (*shoppings centers*, hotéis etc.), e a impossibilidade dos fundos em realizar doações em dinheiro a partidos políticos ou investir em campanhas de candidatos.

Apesar dessa política de investimento, os dados quantitativos mostram que os fundos de pensão se tornaram “agiota do Governo” após as privatizações, uma vez que grande parte de seus investimentos está em títulos de dívida pública. Como mostra o Gráfico III a seguir, os investimentos em renda fixa ultrapassam os 50% permitidos por lei.

Gráfico III - Composição do ativo de investimento dos fundos de pensão por segmento de aplicação



Fonte: SPC, 2005.

Esse item mostrou ao leitor as diversas inovações trazidas pelas LCs 108 e 109, fundamentais para a compreensão da consolidação do mercado de fundos de pensão no Governo Lula. Visando facilitar o entendimento do leitor, será apresentada uma lista das principais inovações trazidas pelas referidas leis:

- cria a figura do “instituidor” (sindicatos, associações profissionais, cooperativas, etc);
- assegura a participação dos trabalhadores nos órgãos deliberativos e diretivos;
- introduz a modalidade “Contribuição Definida”;
- inibe desmandos administrativos através de fortes penalidades aos dirigentes (multa de até R\$ 1 milhão e R\$ 2 milhões em caso de reincidência);
- permite a portabilidade;
- permite transferência de recursos de entidades fechadas para abertas;
- concede ao órgão regulador e fiscalizador poder de arbítrio;
- permite a contribuição voluntária por parte do empregador;
- introduz o direito de portabilidade e esclarece o conceito de benefício proporcional diferido - vestig;
- introduz o conceito de “direito acumulado”;
- sugere a fusão dos órgãos reguladores e fiscalizadores das entidades fechadas e abertas;
- concede ao órgão regulador e fiscalizador poder de arbítrio, dentre outros;

- define que o investidor de fundos de pensão não pode sair do Brasil, ou seja, que o dinheiro dos fundos deve ser investido no próprio país.

2.12 Governo Lula e a política de fundos de pensão (2002-2007)

Embora criada no Governo Fernando Henrique Cardoso, é somente no Governo Lula que as Leis 108 e 109/2001 foram regulamentadas visando possibilitar a participação dos trabalhadores nos conselhos dos fundos e na sua gestão. A idéia de proteção, via fundos de pensão, administrada pelos sindicatos, tem sido uma das principais bandeiras do Governo Lula, que considera o movimento sindical um importante aliado, pois juntos, buscam ordenar o dito “capitalismo selvagem”, de forma a humanizá-lo, domesticá-lo e moralizá-lo.

A pesquisa fala em “moralização do capitalismo”, por considerar a forma como o Governo tem se relacionado com o mercado financeiro. A “popularização do capitalismo” e a proposta de inclusão social, via mercado, ficam evidentes na política de microcrédito, Banco Popular, fundos de pensão, dentre outros.

Sobre as novas configurações do capitalismo global, Aglietta e Rebérioux (2004) afirmam que a domesticação do capital é possível através da intervenção dos sindicatos e da intervenção social na gestão dos fundos de pensão. A domesticação do capital foi um tema indiretamente abordado no trabalho de Karl Polanyi, *A Grande Transformação* (1980).

Nesse, buscou compreender o sistema de mercado auto-regulável do século XIX, mostrando que foi a partir de movimentos contrários à política liberal, impulsionados por associações profissionais, sindicatos e associações comerciais que lutavam contra o credo liberal, que a sociedade criou formas de auto-proteção contra o mercado auto-regulável em certa medida, domesticando-o³³.

³³Para maiores detalhes, ver de Karl Polanyi *A Grande Transformação* - as origens da nossa época. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro, Campus, 1980. Dentre outros argumentos o livro mostra que a economia está submersa em relações sociais. A descrição do trabalho, da terra e do dinheiro como mercadorias é inteiramente fictícia, pois, mesmo sendo organizados em mercados, eles não são produzidos para a venda. Se assim fossem, destruiriam a sociedade. Portanto, o que chamamos de sociedade de mercado é algo artificial, no sentido de que é necessário que a própria sociedade seja modelada para que o mercado possa funcionar de acordo com suas próprias leis.

No Brasil, com políticas de Banco Popular, PAC, microcrédito, e outras expostas no decorrer da tese, foi justamente um partido considerado historicamente de esquerda que apresentou o trabalhador ao mercado de capitais. Guardadas as devidas proporções, Lula tem levado as classes populares até o mercado, e tem implantado o “capitalismo popular”³⁴.

É importante relacionar a “domesticação” e/ou “moralização” do capitalismo proposta pelo Governo Lula com as políticas do “Estado de bem-estar social” colocadas em prática por governo social-democrata a partir dos anos de 1930, sobretudo na Europa, visando solucionar problemas oriundos da crise de 1929, também conhecida como Grande Depressão. Nos Estados Unidos, o “Estado de bem-estar social” teve expressão com a política do *New Deal*, implantada pelo presidente norte-americano Franklin Roosevelt (1933-45), claramente inspirado pelo Keynesianismo, o qual propõe a intervenção do Estado na economia visando conduzir a um sistema de pleno emprego³⁵.

Em livro sobre Keynes, Robert Skidelsky (1999) defende que no livro *A teoria Geral*, Keynes abordou uma “redistribuição do poder de gastos a favor dos que tivessem alta propensão ao consumo (os trabalhadores) reduzindo a recompensa à parcimônia e estabelecendo uma taxa de juros baixa (...) Keynes advogava uma socialização um tanto geral dos investimentos” (Skidelsky, 1999:108).

Sobre a “moralização do capitalismo” no Governo Lula, essa tem como marco a política de fundos de pensão, objeto dessa tese. Como afirma Lordon (2000), o ingrediente de esquerda e a idéia de dividir o poder entre capital e trabalho deixaram os fundos de pensão mais sedutores. O projeto de dar ao trabalhador o controle do capital, a possibilidade da construção de uma nova relação capital/trabalho em torno da co-gestão dos fundos de pensão, e a perspectiva de redefinir os critérios de decisão dos fundos, considerando o ponto de vista do trabalhador, dão uma imagem de modernidade aos fundos de pensão brasileiros, diferenciando-os daqueles existentes durante o regime militar e nos anos de 1980, objetos de falência e insolvências (Jardim, 2002).

³⁴ Em discussão dessa pesquisa com o sociólogo norte-americano Bruce Carruthers (Northwestern University/EUA), este sugeriu a analogia com Thatcher. Segundo ele, o Presidente Lula fez, no Brasil, o que Margaret Thatcher fez na Inglaterra, ou seja, apresentou o mercado financeiro às classes populares.

³⁵ Para maiores detalhes sobre o Keynesianismo ver de Keynes o livro *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda (General theory of employment, interest and money)*. Tradutor: CRUZ, Mário Ribeiro da. São Paulo, Editora Atlas, 1992.

Argumenta-se que “a domesticação do capitalismo” faz parte do processo de “moralização do capitalismo” e que ambos se expressam na transformação do capital selvagem em “capital domesticado”, ou seja, o uso dos recursos oriundos da financeirização em atividade produtiva para gerar emprego e renda. Nesse sentido, membros do Governo e do sistema de fundos de pensão defendem que os fundos de pensão “são um esforço que une capital e trabalho, com empregadores e funcionários custeando os planos.” (Silva, 2002).

De “velha estrutura corporativa” (Grün, 2003) a instituições sem legitimidade social (Jardim, 2002), os fundos são (re) significados e ganham roupagem de “projeto estratégico” para o desenvolvimento sustentável do país, como afirma o Secretário da Previdência Complementar, Adacir Reis:

“Os fundos de pensão inserem-se num projeto estratégico do país, cujo objetivo é o desenvolvimento econômico sustentado e a igualdade social. Como mobilizadores de recursos com perfil de longo prazo, os fundos de pensão podem, na visão do Governo Lula, protagonizar um novo ciclo de crescimento da poupança previdenciária nacional. Este compromisso governamental é também uma exigência da Lei Complementar nº 109, que se constitui num novo aparato de regulação e fiscalização da Previdência Complementar.” (Informante da Secretaria de Previdência Complementar).

Não obstante, o papel dos fundos no Governo Lula não deve surpreender aqueles que realizaram uma leitura atenta do Plano de Governo do PT, o qual inseria claramente a posição do PT sobre os fundos de pensão:

“Quanto ao terceiro pilar da previdência brasileira, a previdência complementar (...) deve ser entendida também como poderoso instrumento de fortalecimento do mercado interno futuro e forma de poupança de longo prazo para o crescimento do país. É necessário crescimento e fortalecimento dessa instituição por meio de mecanismos de incentivos.” (Programa de Governo do PT 2002, 2002:21).

Na discussão sobre reformas, o Plano de Governo do PT reafirmou sua preocupação com a previdência privada:

“(...) É imprescindível que seja revisto e aprimorado todo o sistema regulatório da previdência complementar, uma vez que ele tem se mostrado, em alguns de seus aspectos, inibidor do crescimento do

setor. A gestão paritária, pelos participantes e patrocinadores, é um fator de segurança e credibilidade para o sistema. A democratização e fortalecimento da Secretaria de Previdência Complementar, também devem ser objetos dessas mudanças. A regulamentação dos novos fundos de pensão, com foco no estímulo à sua difusão beneficiará notável contingente de participantes atualmente excluídos desse sistema.” (Programa de Governo do PT, 2002).

Ainda no Programa de Governo foi colocada a possibilidade de fundos de pensão para o funcionalismo público:

“Aos trabalhadores tanto do setor público como do privado, que almejam valores de aposentadoria superiores ao oferecido pelo teto da previdência pública, haverá o sistema de planos complementares de aposentadorias, com ou sem fins lucrativos, de caráter facultativo e sustentado por empregadores e empregados”. (Programa de Governo do PT, 2002).

Na perspectiva sinalizada no Plano de Governo do PT, houve em 2003, a votação e aprovação da criação do fundo de pensão para os servidores do Estado, o FUNPRESP, que será explorado no Capítulo VI.

2. 13 Apoio do setor

Quanto à aproximação do Governo com setores de fundos de pensão, o material empírico dessa pesquisa aponta que, ainda durante a campanha eleitoral³⁶, Lula recebeu um manifesto de apoio à sua candidatura assinado por dirigentes de 39 fundos de pensão. Nele, o setor declarou apoio ao então candidato Lula com a justificativa de que o Governo Fernando Henrique Cardoso havia sido contra os interesses do sistema, conforme mostra o fragmento abaixo:

“[Fernando Henrique Cardoso] tomou medidas contrárias aos fundos de pensão e aos seus associados, gerando instabilidade e insegurança para o sistema, colocando em risco o cumprimento dos compromissos com os participantes e com a sociedade (...) cientes da importância que o Governo federal exerce para o futuro dos fundos de pensão, e cientes de que apenas o candidato Lula assumiu compromissos com pleno desenvolvimento desse sistema, com sua democratização e com os

³⁶ O manifesto de apoio ao então candidato à Presidência, Luis Inácio Lula da Silva, foi escrito em 17 de outubro de 2002.

direitos dos participantes, não poderíamos deixar de nos manifestar nesse momento de tamanha importância.” (ANAPAR, 17/10/02³⁷).

O documento foi assinado por 193 dirigentes e dentre eles citam-se o Presidente da ANAPAR, José Sasseron, e o então diretor da PREVI, Sérgio Rosa, ambos ligados ao PT. Após a eleição de Lula, Sérgio Rosa passou à direção da PREVI, e José Sasseron continuou presidindo a ANAPAR.

Com a posse de Lula, o material empírico revela que o Governo buscou novos interlocutores para seu projeto, dentre eles os “dirigentes tradicionais de fundos”³⁸, membros do mercado financeiro e os empresários do mercado de fundo de pensão, sinalizando para uma convergência de interesses. Da mesma forma, continuou a dialogar com seu antigo interlocutor, o movimento sindical, mas dessa vez sugerindo-lhe novas estratégias de lutas, como a criação e a gestão de fundos de pensão e a necessidade de aproximação com o mercado financeiro.

Portanto, o Governo passou a incentivar a participação de sindicatos, conselhos profissionais e cooperativas como “instituidor” de planos de previdência na modalidade “Contribuição Definida” para seus associados, bem como foram estimulados a participar nos conselhos dos fundos, de forma a controlar e gerir a poupança dos seus associados, conforme esclarecem o então Ministro da Previdência Social, Amir Lando e o Secretário da Previdência Social, Adacir Reis.

“Na condição de “instituidor”, o sindicato, o conselho de profissionais liberais ou cooperativas podem criar uma entidade própria de previdência ou instituir um plano de benefício junto a uma estrutura já existente (...). Traduzindo a evolução da previdência complementar, o aparato de regulação e a fiscalização das entidades fechadas de previdência complementar estão se fortalecendo e ganhando maior capacidade técnica e operacional, com estabilidade de regras e de comportamento, previsibilidade e quadros técnicos especializados.” (Amir Lando e Adacir Reis, *Folha de São Paulo*, 27/06/04).

A previdência privada instituída por sindicatos passou a ser definida como “previdência associativa” e a propagar os ideários da relação sindical, tal como a necessidade da “cultura associativa”. Em cartilha distribuída nacionalmente sobre a

³⁷ Material disponível no sítio www.anapar.com.br

³⁸ Os dirigentes tradicionais são altos executivos dos sistemas financeiros e cooperadores do mercado.

previdência associativa, o então Ministro da Previdência, Amir Lando, e seu secretário, Adacir Reis, comentaram sobre o tema:

“O aproveitamento da identidade de grupo (vínculo associativo) para uma finalidade previdenciária tem inúmeras vantagens, dentre elas o estreitamento da relação entre a direção dessas entidades e seus associados, custos de administração menores, incentivos fiscais e maior rentabilidade.” (Brasil, 2003).

Os argumentos do Governo e de membros sindicais para a criação do fundo associativo são:

- criação da cultura associativa;
- aumento da sindicalização;
- sindicatos inseridos em discussão de grandes projetos;
- decisões sobre investimentos;
- criação de poupança a longo prazo.

A Secretaria de Previdência Complementar (SPC) tem estimulado a criação da cultura previdenciária com a introdução de regras que facilitam o ingresso de empresas de pequeno e médio porte no sistema. O exemplo mais recente é o ingresso do SEBRAE. A educação previdenciária será retomada no IX.

No Governo Lula, a administração dos fundos de pensão passou a ser regulada pela SPC, que tem suas atividades regulamentadas pelo Conselho Geral de Previdência Complementar (CGPC). Outros órgãos como o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), a SUSEP e o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), trabalham conjuntamente na criação de regras para o sistema. Há ainda duas associações representativas, a saber, a Associação Brasileira de Previdência Privada (ABRAPP) e a Associação Nacional de Participantes de Fundos de Pensão (ANAPAR).

Visando enriquecer o argumento a favor dos fundos de pensão, o Governo tem divulgado constantemente medidas que objetivam a fiscalização e o controle da SPC sobre os fundos de pensão. Inspirada no sistema de governança corporativa, a SPC, órgão de fiscalização dos fundos, vinculada ao MPS, tem passado por reestruturação para oferecer maior controle e monitoramento sobre este.

Dentre as transformações oriundas da reestruturação, a SPC exige que os fundos de pensão criem códigos de ética, apresentem relatórios e balanços financeiros anuais, sejam avaliados anualmente por auditores externos, e que sigam as regras de comportamento e comprometimento propostas pelo sistema de governança corporativa.

Nessa perspectiva, visando vigiar e controlar os fundos de pensão, a SPC reforçou o Departamento de Fiscalização com a chegada de quarenta e cinco (45) auditores-fiscais para atuar junto aos fundos³⁹. Segundo o Governo, o objetivo é uma ação preventiva e de fiscalização nas entidades de previdência privada, evitando corrupção e “comportamentos desviantes”; da mesma forma, criar o ideário de segurança, oferecido pela governança corporativa. Aqui observa-se que o crédito moral é dado pelos *outsiders*, ou seja, a credibilidade para legitimação é externa e não interna. Esta é uma estratégia que busca dar conta da idéia de “corporativismo”, “panelinha” ou corrupção.

Sobre a idéia de auditores externos, a Conselheira do IBGC, Eliana Lustosa concordou que a “auditoria externa é uma variável fundamental, uma vez que vai atestar a integridade da gestão e apontar soluções.” No caso dos fundos, acrescentou que a auditoria externa é importante, já que “Os fundos serão sempre minoritários. Só uma boa governança corporativa permitirá definir os papéis, dando a devida segurança ao patrimônio.” (*Fundos de Pensão*, nº 288, 2003).

Finalmente, buscando “marca de distinção” em relação ao Governo Fernando Henrique Cardoso, no qual os fundos foram expostos a escândalos, observa-se uma produção retórica intensa em torno da transparência no Governo Lula.

Comentando a preocupação com a fiscalização, o então Ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, afirmou: “Podemos assegurar a quem trabalha na formação da poupança previdenciária de longo prazo que este é um horizonte muito mais previsível e muito mais administrável que tínhamos há um ano atrás.” (*Fundos de Pensão*, nº 288, 2003).

Na mesma linha discursiva de segurança, fiscalização e transparência aos fundos de pensão, o Governo Lula criou, por meio de uma Medida Provisória (MP), a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), a qual deveria ser dotada de maior autonomia política e orçamentária, logo, com mais recursos para a fiscalização. A criação/dissolução da Previc será abordada mais adiante.

³⁹ Informação coletada no sítio www.mps.org.br.

Ainda sobre a fiscalização, o então Diretor da PREVI (atual Presidente dessa entidade), Sérgio Rosa, afirmou, já em 2002, que os fundos têm sido alvos de grande fiscalização, o que é importante para a imagem do setor:

“Os fundos de pensão também vêm sofrendo fiscalização crescente, e a participação dos seus associados vem impondo padrões transparentes e eficientes de gestão, voltados para a obtenção de resultados. Dessa forma, diminui significativamente a margem para que haja interesses pouco transparentes de outros parceiros econômicos. Prosseguir nesta estratégia é elemento fundamental para que o papel dos fundos na política de governança das empresas seja visto de forma cada vez melhor pelos diversos agentes.” (Rosa, 2002:75).

Pode-se notar que, mesmo antes da vitória de Lula, em 2002, o tom discursivo era criar uma realidade positiva para os fundos de pensão. Se de um lado o setor de fundos de pensão ajudou a eleição de Lula, de outro, uma vez eleito, Lula deu robustez ao sistema de fundos de pensão.

2.14 Consolidação do mercado de fundos de pensão: dados do setor

Como visto, os fundos foram criados no Governo militar em 1977, e desde então têm passado por inúmeras transformações. No ano de 2005 acumulavam recursos em volume superior a R\$ 290 bilhões, representando 16% do Produto Interno Bruto (PIB). Possuía 370 entidades de previdência privada fechada, de caráter estatal e privada, todas associadas à ABRAPP, conforme mostra o quadro a seguir:

Os especialistas do mercado argumentam que esse número ainda é pequeno já que o Brasil possui grande potencial para crescimento. A expectativa é que, com a regulamentação do fundo instituidor (ou previdência associativa), haja grande crescimento do setor.

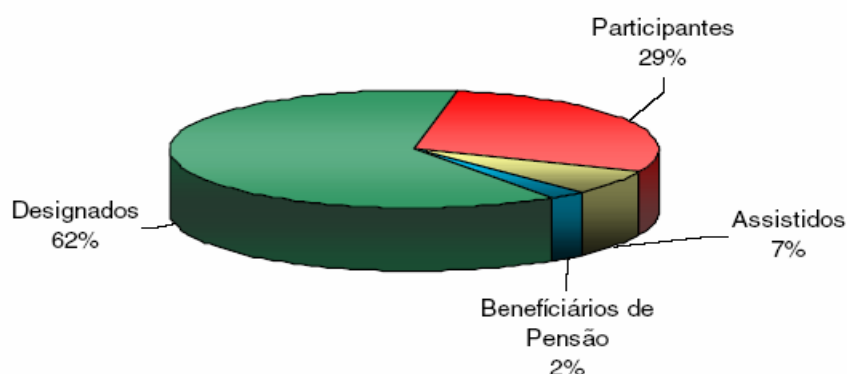
Quadro III - Entidades Fechadas de Previdência Complementar EFPC (em bilhões)

Número de entidades	370 ⁴⁰
Patrimônio Acumulado	290 bilhões
Número de participantes ativos	1. 753.839
Número de participantes assistidos (aqueles que recebem o benefício, seja na condição de titular do plano, seja na condição de dependente)	562.639
Total de participantes	2. 316.478

Fonte: ABRAPP, 2005

O Gráfico IV apresentado a seguir mapeia a distribuição dos recursos de fundos de pensão junto à população participante. O Governo define como “Designado” a pessoa indicada pelo participante ou assistido, que poderá ter direito ao benefício, o que será feito mediante as especificidades presentes no regulamento de cada plano de benefício.

Gráfico IV - População das EFPC, setembro de 2006.



Fonte: Estatística de Benefício e População - SPC/MPS

⁴⁰ Segundo últimos dados da Secretaria de Previdência Complementar (dezembro 2006), o número de fundos de pensão aumentou para 375. Nesse número já está computado 11 planos do tipo “Instituidor”.

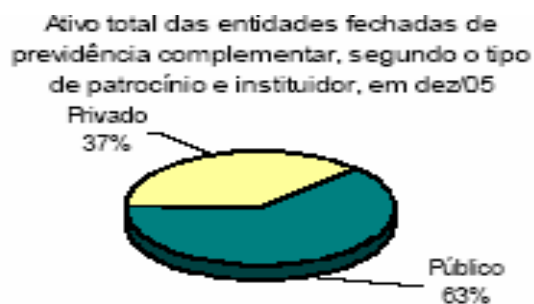
Dentre as 370 entidades de fundos de pensão do país, o Quadro IV apresenta aquelas com maior patrimônio, sendo as 10 maiores de patrocínio público e 10 de patrocínio privado.

Quadro IV - Relação das 10 maiores entidades de previdência complementar por tipo de patrocínio, segundo ativos de investimento, em dezembro de 2004.

Patrocínio Público			Patrocínio Privado		
Posição	Sigla da entidade	Valor (R\$ mil)	Posição	Sigla da entidade	Valor (R\$ mil)
1º	Previ/BB	70.332.028,92	1º	Sistel	12.088.261,74
2º	Petros	24.986.337,44	2º	Fundação CESP	9.529.741,00
3º	Funcef	17.997.362,80	3º	Valia	6.146.423,31
4º	Centrus	6.203.317,31	4º	Itaubanco	5.973.989,45
5º	Forluz	4.205.726,05	5º	Banesprev	3.310.734,95
6º	Real Grandeza	3.372.646,06	6º	Telos	2.595.481,69
7º	Fapes	3.052.957,22	7º	HSBC	2.243.512,35
8º	Fundação COPEL	2.616.001,21	8º	CxUsiminas	1.857.735,63
9º	Postalis	2.249.000,12	9º	Funbep	1.846.435,84
10º	Refer	2.045.325,21	10º	IBM	1.832.287,31
Total -	10 maiores	137.060.702,34	Total -	10 maiores	47.424.603,27
Total -	Patroc. Público	163.311.537,82	Total -	Patroc. Privado	92.571.681,87
Fonte: Balancete – Diren/Previc			Total -	Geral	255.883.406,36

Pode-se observar que os maiores fundos em termos de números de participantes e em termos de poupança acumulada são de empresas de origem estatal. Como consequência, esses fundos detêm maior poder simbólico e político no campo previdenciário. Segundo dados coletados por esta pesquisa, dos 370 fundos existentes, 90 são de patrocínio estatal, cujo patrimônio equivale a 63% dos ativos totais, em detrimento do valor de 37% pertencente ao patrocinador privado, conforme Gráfico V.

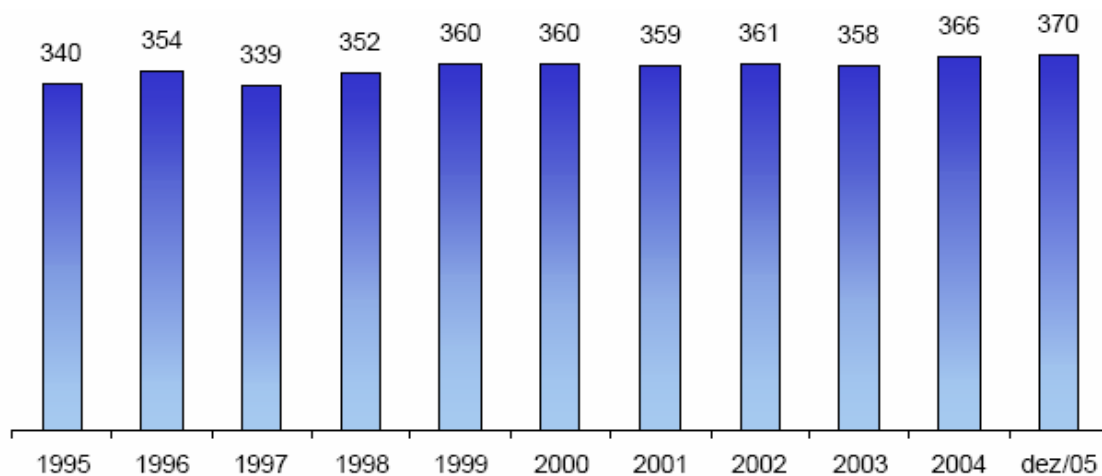
Gráfico V - Ativo total das entidades fechadas de previdência complementar, segundo tipo de patrocínio e instituidor, dez/05.



Fonte: Balancete - SPC/MPS.

O Gráfico VI a seguir mostra a evolução do mercado de fundos de pensão e já comporta 11 planos do tipo “instituidor”. Observa-se ainda que, após 2003, a tendência de crescimento prevalece.

Gráfico VI - Crescimento das entidades fechadas de previdência complementar, 2005.



Fonte: Cadastro - SPC/MPS.

2. 15 Considerações

Este Capítulo abordou as primeiras iniciativas de proteção social no Brasil, tais como as Santas Casas de Misericórdia, Associações de auxílio mútuo e montepios, relacionando essas atividades à política assistencialista. Num segundo momento, mostrou a construção histórica dos fundos de pensão, partindo de sua criação em 1977, até a construção da agenda de fundos de pensão pelo Partido dos Trabalhadores. Também foram enfocados o uso dos fundos de pensão durante as privatizações das estatais, seus escândalos e a representação de Daniel Dantas como “inimigo” do capitalismo brasileiro contemporâneo, destacando-se que este sofre hostilidade por parte do Governo e da grande imprensa, porque a ética capitalista que defende, ou seja, a da dita especulação, está na direção oposta da ética de “moralização do capitalismo” implantada pelo Governo Lula.

Foram apresentadas também as mudanças trazidas pelas leis criadas no Governo Fernando Henrique Cardoso e regulamentadas no Governo Lula, que dão suporte técnico e jurídico para a consolidação do mercado de fundos de pensão. Dentre essas mudanças, foram mostradas as contradições na não-aplicação da portabilidade por parte dos dirigentes de fundos de pensão, e analiticamente diferenciamos os modelos de fundos de pensão denominados, Contribuição Definida e Benefício Definido.

Da mesma maneira, dados estatísticos que evidenciam a consolidação do mercado de fundos de pensão durante o Governo Lula foram apresentados, mostrando que os fundos de patrocínio público controlam a maior parte dos ativos.

Com base nos dados coletados e analisados, observou-se que, quando os fundos de pensão chegaram à agenda política do Governo Lula, passaram a (re) significar sua imagem, a qual estava associada a escândalos como corrupção, fraudes e falências nos anos de 1970, 1980, 1990. Para tanto, os fundos contaram com importantes aliados, dentre eles o Governo, dirigentes tradicionais dos fundos, setores do mercado financeiro e entidades sindicais, como a CUT.

Após a análise apresentada, pode-se sugerir que os incentivos do Governo Lula no sentido de institucionalizar o espaço social dos fundos de pensão, a militância do mercado financeiro, dos profissionais dos fundos de pensão e dos sindicatos no mesmo sentido, culminam na construção de uma realidade social na qual, atores sociais, como

o Governo, os sindicatos, centrais sindicais, ex-sindicalistas, empresários e mercado financeiro dialogam constantemente entre si, ora disputando, ora dividindo a configuração precisa em torno da constituição da agenda do Governo. Para tanto, fazem uso de ações e de estratégias de caráter simbólico e discursivo.

O que torna essa construção de maior interesse sociológico é como as relações entre ex-sindicalistas presentes no Governo, parte do movimento sindical e de sindicalistas com o mercado financeiro estão sendo construídas. No decorrer desse texto, será ilustrado, com dados empíricos, o afinamento das relações entre sindicato e Governo com o mercado financeiro.

Como se sabe, a proteção social, via fundos de pensão, não é um fenômeno que acontece de forma isolada no Brasil. Nesse sentido, antes de prosseguir na discussão sobre o caso brasileiro, será apresentado nos próximos Capítulos o debate internacional sobre o tema.

O Capítulo seguinte conduz o leitor ao contexto da globalização financeira e ao papel preponderante dos fundos de pensão na construção do capitalismo acionário mundial. Guardadas as devidas especificidades de país para país, os fundos de pensão têm sido personagens centrais nos mercados financeiros espalhados pelo mundo. Estados Unidos, Canadá e França serão especialmente considerados nessa pesquisa, uma vez que foram citados, na pesquisa de campo realizada no Brasil, como inspiradores do projeto de fundos de pensão do Governo Lula. Nesse sentido, acredita-se relevante e bem-vindo o mapeamento do debate em nível internacional.

Acredita-se que a interrupção provisória do mapeamento do fenômeno no Brasil, não fragmentará a compreensão do texto em seu conjunto, já que cumpre o papel de fornecer elementos analíticos e factuais internacionais que facilitarão a leitura do surgimento do fenômeno no Brasil.

CAPÍTULO III – CAPITALISMO ACIONÁRIO: GOVERNANÇA CORPORATIVA E FUNDOS DE PENSÃO

Graças à quantidade de recursos movimentados pelos investidores institucionais, estes desempenham atualmente papel central no financiamento da economia e na determinação de critérios da gestão das empresas, sendo que dentre as instituições financeiras, a mais significativa são os fundos de pensão que se tornaram os operadores mais fortes dos mercados nacionais e internacionais, e são percebidos como atores centrais no “novo capitalismo” (Philson, 2003/04), que surgiu da crise de rentabilidade do capitalismo fordista, transformando as bases do capitalismo contemporâneo.

O papel dos fundos de pensão, do capitalismo acionário e da governança corporativa e seus limites serão tratados nesse Capítulo.

3.1 “Novo capitalismo”: novas relações

As transformações do capitalismo contemporâneo respondem à crise do capitalismo norte-americano dos anos de 1970, que se traduziu por ondas de fusões e de falências de empresas. No plano econômico, mostrou a predominância da lógica da “financeirização da produção” em detrimento dos paradigmas clássicos, tais como o modelo taylorista e fordista (Zilbovicius e Dias, 2005). No plano social, mostrou a preocupação crescente dos dirigentes com a rentabilidade a curto prazo. (Bourdieu, Heibron, Reynaud, 2003) e com o pequeno acionista.

Da mesma forma, as transformações profundas que tocaram os mercados financeiros nos anos de 1980, como a abertura de fronteiras, a liberação do comércio e das finanças, a desregulamentação e a privatização, o recuo do papel do Estado e estímulo ao capital privado (Chesnais, 1998; 2005), bem como a preponderância dos fundos de pensão, marcaram o começo de uma fase, evidenciada pelo “poder autônomo das finanças” (Orléan, 1999:12), que passaram a exercer papel central nesse cenário.

Tal contexto, denominado pela literatura norte-americana e brasileira de “globalização financeira”, e pela literatura francesa de “mundialização financeira”, oferece a promessa da realização de si mesmo através do projeto individual do trabalhador de se projetar como proprietário da empresa (Rozès, 2006), por meio do capitalismo acionário. Para Wagner (2005), a globalização financeira é um fenômeno criado pelas elites.

Como fruto dessa configuração, o capitalismo contemporâneo tem apresentado um novo tipo de relação entre a comunidade financeira e os grupos industriais, a qual se diferencia do modelo *managerial*, dos anos de 1960 e 1970. Se neste modelo os dirigentes detinham o poder total e os acionistas eram marginalizados, no “novo capitalismo” (Philson, 2003/04) existe uma valorização/proteção dos direitos dos acionistas minoritários, fundado sobre a idéia de governança corporativa, transparência, democracia, e no poder dos investidores institucionais, como os fundos de pensão, *mutual funds*, companhias de seguros de vida e fundos éticos.

O “novo capitalismo” é definido por Orléan (1999) como o “individualismo patrimonial”. O conceito de “individualismo patrimonial” se refere a essa nova forma de ligação entre o lugar social e o mercado, em que se elaboram progressivamente as aposentadorias por capitalização. Para Orléan, “é uma verdadeira revolução, mas iniciada do lado de forças liberais”.

Da mesma forma, o autor acrescenta que a idéia de “individualismo patrimonial” designa a dificuldade dos indivíduos de realizarem ações coletivas pertinentes. Nesse sentido, a dominação financeira, a governança corporativa das empresas, os fundos institucionais e a independência dos bancos centrais são exemplos que estão na direção oposta ao tradicional “individualismo cidadão”. Orléan (1999) argumenta que esse “novo capitalismo” se faz sobre antigas instituições que representaram, desde a segunda guerra, o “individualismo cidadão”, tais como a previdência social, o keynesianismo, dentre outros.

No contexto de preponderância dos fundos e de participação dos trabalhadores na sua gestão, Aglietta (1998) afirma que “os fundos de pensão podem ser entendidos como o fim da contradição capital/trabalho”. Para Castel (2003b), ao contrário, as relações de forças atuais são desfavoráveis ao trabalhador devido ao contexto de desemprego e por ser unicamente comandado pelas lógicas financeiras.

Assim sendo, atuando no coração do “novo capitalismo” de acumulação financeira, os investidores institucionais são considerados peças-chaves da globalização financeira. Da mesma forma, as firmas multinacionais (em alguns casos controladas parcialmente pelos fundos de pensão) têm se tornado cada vez mais um ator dominante no espaço das trocas mundiais, o que mostra que a financeirização trouxe uma considerável mudança nas relações de força social, em proveito do capital financeiro, de seus atores, de seus porta-vozes e de suas instituições.

Essas transformações não traduzem apenas uma redistribuição de recursos financeiros e de rendas entre os diversos atores econômicos, mas constitui uma modificação profunda nas relações e nas regras sociais que regem essas relações. Sobre o tema, Rozès (2006) afirma que o capitalismo acionário “modificou radicalmente o contexto anterior, transformando o poder no seio da empresa, modificando as relações de trabalho, rompendo o contrato implícito entre trabalhador e empresa, e alterando as representações desta última”, que passa a ser controlada pelos fundos de pensão.

Sobre as possíveis transformações nas relações internas ao mundo do trabalho, Lordon (2000) afirma que sob o nome de aproximação entre capital e trabalho, as empresas associam os assalariados primeiro aos riscos e somente depois aos lucros. Nesse sentido, os riscos ficam para o assalariado e os lucros, para o capitalista. A legitimidade do modelo se dá através da capacidade de endossar os riscos e assumir a oscilação dos lucros.

Portanto, comportando e/ou incorporando valores como governança corporativa e acionismo salarial, os fundos de pensão aparecem como atores definidores do capitalismo contemporâneo. Batizado de “capitalismo acionista” (Aglietta, 1998) ou “capitalismo patrimonial” (Lordon, 2000), tem como personagem central os fundos de pensão.

Para Castel (2003b), a mutação atual do capitalismo, passando pela globalização das trocas, a exacerbação da concorrência e a imposição de forma de (des) coletivização, leva à procura individual por proteções coletivas, e essa busca age como um forte fator de individualização. Nessa pesquisa, os fundos de pensão expressam a busca de proteção individual colocada por Castel.

Como parte dessa lógica individualizante, a pesquisa sugere o argumento (provisório) de que as finanças, representadas pelo capitalismo acionário, promovem uma “dominação/colonização” que atinge inclusive a esfera da vida privada. Isso acontece na medida em que mesmo em atitudes banais e corriqueiras como fazer compras ao supermercado, os indivíduos são influenciados pelas finanças. Exemplificando, o trabalhador que adquirir ações da Parmalat, ou que participar de um fundo de pensão que investe na Parmalat, passará a comprar produtos dessa empresa para o consumo pessoal, já que acredita que dessa maneira seu dinheiro voltará para seu próprio bolso.

Ainda como ilustração do “poder das finanças” e de sua presença na esfera da vida privada, é possível citar a aquisição de produtos financeiros como planos de

previdência privada e de seguros de vida, a compra de ações ou a participação nos “clubes de investimento”, cuja dinâmica mostra, ainda, o envolvimento dos trabalhadores com o mercado financeiro.

Assim sendo, com grandes e pequenas práticas sociais, o indivíduo é “dominado/colonizado pelas finanças”, de cuja dominação é ao mesmo tempo cúmplice e vítima, já que a reproduz por meio do seu uso cotidiano. A perspectiva discursiva desse “novo paradigma” é que as finanças possibilitam que os atores sociais tenham uma racionalidade totalmente econômica e individualizante.

Essa reflexão provisória é inspirada em Grün (2004), que afirma existir uma dominação das finanças sobre a sociedade, cuja dominação passa pelo dispositivo cultural. Dito de outra forma, as finanças passam a fazer parte do conjunto de representações da sociedade, resultando numa mudança das convenções cognitivas. “No espírito da economia das finanças, está sendo propagada uma nova idéia sobre o fundamento da utilidade das finanças para interesse geral.” (Grün, 2004).

Portanto, de posse desse discurso, o capitalismo financeiro (ou acionista) prega no nível macro, manter a vigilância eficiente sobre os atores econômicos, por meio da arbitragem e da governança corporativa; no nível micro, prega a democracia e a transparência, já que os trabalhadores passam a ter acesso a ações da empresa onde trabalham, tornando-se “proprietários” e passando a ser vistos como acionistas. A possibilidade de se tornarem proprietários das ações da empresa na qual trabalha é uma lógica individualizante e ao mesmo tempo sedutora. Nas palavras de Philson (2003/2004) e Lordon (2000) é uma lógica perigosa.

Orléan (1999) enriquece a discussão afirmando que a ação da economia não pára no campo da economia, ou seja, ela transforma igualmente a forma de ver a vida social. Nesse sentido, o capitalismo acionista é um novo pacto social proposto à sociedade contemporânea pelas finanças liberalizadas. (Orléan, 1999: 14). Por essa (nova) perspectiva, os indivíduos são estimulados a buscar por si mesmos sua proteção e sua independência. Essa filosofia está presente no capitalismo acionista e na busca da proteção das incertezas do futuro, via fundos de pensão.

Portanto, trata-se da construção de uma nova identidade para o trabalhador, a qual passa, necessariamente, pela posse de ações nas empresas e pelas cotas individuais de fundos de pensão.

Por sua vez, Castel (2003b) analisa as (novas) configurações do capitalismo contemporâneo e mostra que se é verdade que as sociedades são agarradas à promoção do indivíduo, elas promovem, também, sua vulnerabilidade. Assim, ao mesmo tempo em que valoriza o individualismo, os indivíduos não encontram, nem neles mesmos, a capacidade de assegurar a proteção. Acrescenta que a concepção de “independência do indivíduo” foi construída através da valorização da propriedade, unida a um Estado de Direito que tentava assegurar a segurança cidadã. Essa construção deixou em evidência a questão do *status*, ou da falta de *status* do indivíduo não-proprietário. Vale lembrar que a idéia de propriedade enquanto cidadania foi objetivada na Declaração dos Direitos Humanos, em 1789.

Na linha da argumentação sugerida anteriormente, cabe explicitar que o debate sobre acionista salarial faz parte de uma discussão mais ampla sobre a auto-realização por meio da propriedade privada. Vale lembrar que a tese de independência por meio da propriedade privada foi objeto de reflexão dos “primeiros liberais”, como John Locke⁴¹. No contexto contemporâneo de “poder das finanças”, a busca por propriedade privada dos trabalhadores é discursivamente possibilitada pela aquisição de ações da empresa onde trabalha e pelo acionismo via fundos de pensão.

Sobre o poder dos fundos, Aglietta⁴² (1998) defende que estes vieram para ficar. O envelhecimento irreversível e progressivo das sociedades desenvolvidas leva a uma necessidade de poupança, via fundos de pensão; contudo, os regimes públicos por repartição são necessários para evitar riscos de supercapitalização financeira.

Assim sendo, Aglietta (1998) argumenta que mesmo em presença do modelo de repartição, a poupança financeira de origem salarial será destinada a suprir lacunas nas sociedades desenvolvidas. Acrescenta ainda que no “capitalismo patrimonial” a propriedade do capital muda de natureza: ela se torna salarial porque os acionistas são em grande parte, trabalhadores. A sociedade dos “proprietários acionistas e democráticos” é definida por Lordon (2000) como utópica; Heibron (2003:96) acredita que “a relação de

⁴¹ Sobre o assunto, ver de John Locke, *Second Traité du Gouvernement*, Paris, PUF, 1994.

⁴² Aglietta defendeu um argumento parecido em entrevista ao jornal *Liberation*. Naquela ocasião o jornal organizou uma matéria de caráter crítico aos fundos de pensão na França. “Por causa do envelhecimento da população, as finanças têm um poder enorme. É preciso colocá-la a serviço das empresas e dos assalariados.” (Aglietta, *Liberation*, 10/11/05).

força entre dirigentes e acionistas se modificou em favor destes últimos”; Philson (2003/04) afirma que “a democracia acionária é uma ilusão”.

Como se observou ao longo deste item, existe uma interessante polêmica a respeito do papel dos fundos de pensão no capitalismo contemporâneo, do interesse dos sindicatos pela gestão de fundos de pensão e do capitalismo acionista. É importante esclarecer que essa polêmica fica mais evidente na França, onde se constatou que o Estado oferece, historicamente, a proteção social, via repartição. Da mesma forma, o “culto/valorização do público” é enfatizado neste país, tanto pelos políticos “de direita⁴³”, quanto “de esquerda⁴⁴” em detrimento dos dispositivos privados, que são negados e hostilizados pelos franceses.

Esses argumentos justificam por que o “capitalismo acionário” tem sido tão debatido pelos militantes e pelos intelectuais franceses. Fala-se em militantes, porque, como será visto ao longo dessa tese, alguns dos estudos franceses defendem ou criticam, de forma ideológica e mesmo emocional o capitalismo acionário e os fundos de pensão; isso significa que algumas dessas leituras, especificadas ao longo dessa tese, são imersas de sentimentos valorativos e ideológicos. Dito de outra forma, os estudos existentes estão centrados na financeirização que avança pouco-a-pouco na França e nos ganhos e perdas da relação capital/trabalho. Por outro lado, não dispensam energia na investigação da *épargne salariale* (poupança salarial), dispositivo que na leitura da autora é claramente compatível com os fundos de pensão, mas que portanto, não recebe essa interpretação por parte dos estudos existentes. Esse debate será retomado no Capítulo IV.

Finalmente, se temos de um lado pesquisadores que foram seduzidos pelos fundos de pensão e pelo capitalismo acionário de outro, existem outros que hostilizam os fundos e o capitalismo acionário. (Sauviat, 2002/2003; Lordon 2000; Higelé, Castel e Friot, 2006), intensificando de uma forma ou de outra o debate em torno do capitalismo acionário na França. Isso justifica o uso da literatura francesa, já que se buscou apreender esse debate.

⁴³ A palavra entre aspas indica que a autora segue as categorias nativas, ou a própria categoria nativa.

⁴⁴ Idem .

Sobre o capitalismo acionário nos Estados Unidos, é importante acrescentar que foi justamente o espírito coletivista que permitiu a criação de fundos de pensão naquele país. Sobre o acionismo no Brasil, o debate ganha outras características já que devido à falta de legitimidade que sofre a previdência pública do Brasil, os fundos de pensão ganham (ganham) outros ingredientes, como será mostrado no decorrer dessa tese. Pode-se antecipar que no Brasil os fundos são vistos como a instituição máxima capaz de oferecer segurança e proteção aos aposentados.

3.2 Fundos de pensão e sindicatos

Dentre os gestores de fundos de pensão, pode-se sublinhar a presença “inesperada” dos sindicalistas, que se tornam os grandes interessados pela gestão e criação de fundos de pensão, com o objetivo de fazer parte de processos decisórios do capitalismo. Dessa maneira, o sindicalismo internacional tem sido confrontado, por sua vez, com promessa de novas expectativas, vistas de forma positiva por este, já que pressupõe o ganho de certo poder e controle sobre o capitalismo, bem como a governança mundial⁴⁵. Portanto, o controle das empresas através da governança corporativa tem inspirado várias reformas nos países europeus, assim como as novas estratégias sindicais de acionismo salarial e de fundos de pensão.

No caso dos sindicalistas, em particular do sindicalismo brasileiro, sugere-se que o interesse por fundos de pensão é uma nova estratégia de luta, visando poder/controlar sobre o capitalismo. A “moralização do capitalismo” é uma das crenças presentes em seus discursos.

Para tanto, os sindicalistas se vêem confrontados com diferentes tipos de atores, como o Governo, as empresas de fundos de pensão e seus “tradicionais dirigentes”. Nessa locução e interlocução, observa-se a existência de tensões e alianças, de divergências e convergências.

O fato é que os fundos de pensão se tornaram proprietários-acionistas de diversas empresas, o que se traduz na compra de suas ações. Existem alguns casos em que os fundos são o sócio majoritário de determinadas empresas, o que faz com que estas sejam

⁴⁵ A governança mundial será discutida no Capítulo IX.

obrigadas a falar e decifrar a língua das finanças. Pela lógica da governança corporativa, os fundos de pensão exercem poder disciplinador e de vigilância sobre as empresas, uma vez que são seus principais credores. Além disso, é lógica consensual entre os fundos se tornarem “agiotas” dos Estados.

Discursivamente, a governança corporativa modifica os dados fundamentais da repartição da renda, da divisão de classes, bem como os papéis sociais do capitalismo e do trabalhador. Pela lógica acionista, se os fundos controlam as empresas, estas são controladas na verdade pelos trabalhadores pois trata-se da poupança dos trabalhadores, ou seja, repensa o papel de capitalistas e de trabalhadores. Nessa perspectiva, Sauviat (2005) acredita que os fundos de pensão são vetores da transformação das relações capital-trabalho.

A passagem do capitalismo industrial para um capitalismo administrado coletivamente foi inicialmente interpretado nos anos 1970 por Peter Drucker (1977), como a “coletivização da relação de proprietário”. Pioneiro em estudos sobre o papel dos fundos de pensão junto à sociedade norte-americana, o autor chegou a afirmar que os fundos aportam consigo o verdadeiro socialismo, tamanha a divisão de propriedade presente no “socialismo fundos de pensão”.

Sobre o “socialismo de fundos de pensão” Théret afirma em entrevista ao Jornal *Le Monde*⁴⁶ que,

“Embora para uns, os sindicatos poderiam adquirir um novo poder sobre as empresas, controlando uma parte importante das ações, por meio da gestão dos fundos de pensão, na realidade, esta idéia é refutada pelas pesquisas recentes sobre as experiências dos fundos de pensão geridos pelos sindicatos nos Estados Unidos; elas mostram que a lógica financeira se impõe necessariamente sobre a lógica salarial da gestão dos fundos. O socialismo dos fundos de pensão é uma utopia.” (Bruno Théret, entrevista ao Jornal *Le Monde*, fevereiro de 1999).

No Brasil, embora o ideário de governança corporativa tenha surgido no Governo Fernando Henrique Cardoso, foi no Governo Lula, associado ao debate sobre criação e controle dos fundos de pensão, que o tema ganhou impacto e relevância política.

⁴⁶ La Duperie des fonds de pension, *Le Monde Diplomatique*, fevereiro de 1999.

Portanto, fazendo parte da agenda diária do Congresso, a governança corporativa, os fundos de pensão e o interesse do movimento sindical por tais temas, transformaram a configuração do capitalismo brasileiro e mundial em objeto de grande interesse sociológico.

Neste sentido, quando os sindicatos passam a reivindicar o controle dos fundos de pensão, eles o fazem apoiados na discussão sobre governança corporativa, ou seja, os sindicatos não só colaboram para a construção social em torno dessa governança como se tornam juntamente com o Governo, um dos principais atores desse processo, uma vez que baseado na governança corporativa é que os sindicatos passam a ter voz ativa nos conselhos dos fundos de pensão.

Portanto, existe no Brasil a criação de um espaço social dos fundos de pensão, no qual os princípios de governança corporativa, tais como transparência, equidade, responsabilidade e prestação de contas fazem parte da retórica argumentativa do movimento sindical, e também de todo o setor de fundos de pensão, o qual vê na governança uma forma de negar o histórico de corrupção em que os fundos já estiveram envolvidos. A tese sugere que juntamente com a retórica acerca dos fundos, existam crenças na governança enquanto ferramenta de monitoramento.

Nesse sentido, se o ideário da governança corporativa é o controle e monitoramento das ações comerciais dentro de uma corporação, no Brasil, os fundos de pensão aparecem na qualidade de acionistas, como importante instrumento de coordenação e de monitoramento constante das grandes empresas. Nesse sentido, os fundos de pensão estariam construindo canais formais e informais para exercer uma influência disciplinadora sobre os executivos das companhias presentes em seus *portfólios*, tornando-se, de fato, os principais impulsionadores da Governança Corporativa. Observem-se os depoimentos a seguir:

“Somando-se a capacidade técnica gerada pelo volume de participações e o interesse estratégico que converge com os interesses do mercado, os fundos habilitam-se como os principais impulsionadores das boas práticas de governança (...) no caso da Previ, podemos dizer que vem sendo construído um histórico consistente de intervenção de ação em torno do tema da governança corporativa, que nos habilita a construir tanto no âmbito de cada empresa quanto no terreno do debate conceitual”(Rosa⁴⁷, 2002:74).

⁴⁷ Sérgio Rosa é o Presidente da PREVI; em 2002 era Diretor da Previ.

“A prática da governança corporativa é um processo irreversível, quem ainda não aderiu às boas práticas será levado a aderir por um movimento nesse sentido (...) a prática da boa governança avança nas empresas e será disseminada para todas as empresas. No futuro, embora essa passagem seja gradativa, todas as empresas estarão praticando a boa governança corporativa.” (Manoel Cordeiro da Silva, Diretor financeiro da Valia, *Fundos de Pensão*, nº 289, 2003).

A idéia dos próprios fundos se auto-regularem, nos lembra a profecia auto-realizante de Orléan (1999), uma vez que a comunidade financeira passa a realizar a sua própria arbitragem de forma a construir sua própria auto-legitimidade. Como resultado, a comunidade financeira entra na lógica da reprodução de “verdades construídas socialmente” pela própria comunidade.

Comentando sobre a relação entre governança corporativa e fundos de pensão, o Presidente do IBGC, Paulo Villares, afirmou:

“Os fundos são um instrumento desse processo. Eles tendem a crescer. Inexoravelmente vão crescer. E na medida em que escolherem para investir em empresas que têm boas práticas de governança corporativa, isso acaba sendo uma referência para demais investidores. Vai-se saber que se um fundo está investindo em determinada empresa isso será uma dica para os demais investidores. O acionista majoritário, o controlador verá que a governança corporativa é uma coisa boa, e passará a ver o minoritário do fundo de forma completamente diferente. É isso que eu vejo acontecendo aos poucos e prevejo que vai acontecer mais e mais.” (Presidente do IBGC, *Fundos de Pensão*, nº 289, 2003).

3.3 Governança Corporativa

Como se pode ver, a governança corporativa tem se institucionalizado por diversos países, em grande medida, acoplada à idéia de fundos de pensão. A governança corporativa representa a auto-regulagem e mesmo a auto-arbitragem do mercado. Chegou à pauta do Governo Lula, e tem sido vista pelos sindicatos com uma nova estratégia na “agenda alternativa de luta”. Portanto, os fundos de pensão se tornaram alavancadores da governança, uma vez que o discurso de transparência e democracia passou a fazer parte do dia-a-dia dos fundos. Como já dito, o ideário de governança corporativa aplicada aos fundos é conveniente para a imagem do setor, ao se considerar o histórico de corrupção e casos de “falência” ou insolvência em que os fundos de pensão já estiveram envolvidos.

No Brasil, a governança⁴⁸ é evidenciada por vários acontecimentos, tais como o surgimento em 1995 de um instituto especializado, o IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa), que se define como “órgão sem fins lucrativos”, bem como o surgimento de legislação, de revistas e jornais especializados e finalmente do apoio da Bovespa.

O IBGC tem como principal meta contribuir para otimizar a Governança Corporativa nas empresas. Tal instituto define a Governança Corporativa como um “conjunto de práticas e relacionamentos entre os acionistas/sócios, cotistas, o Conselho de Administração, a Diretoria, o Auditor Independente e o Conselho Fiscal. Por fim, todos os atores sociais da Governança estão subordinados a um código de ética e ao monitoramento constante dos acionistas minoritários”. (Jardim e Leite, 2004).

Juntamente com a criação do Instituto, houve a promulgação da Nova Lei das Sociedades Anônimas (SA’s 1999/01). Discursivamente, essa lei prevê o fortalecimento do direito do acionista minoritário e representou grande avanço em direção à “democracia” interna das organizações. Pela Lei SA’s o acionista minoritário tem participação garantida no patrimônio líquido da empresa e deve fiscalizar seus negócios. Outra importante mudança foi a alteração dos direitos conferidos às ações preferenciais, dando aos titulares dessas ações o poder de convocar assembleia.

Na mesma direção, o fortalecimento da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) é de grande importância. Trata-se de uma entidade vinculada ao Ministério da Fazenda, criada em 1976 pela lei 6.385. É o órgão regulador do mercado financeiro, a quem cabe o papel de fiscalizar e desenvolver o mercado de valores mobiliários. Em 2001 foi elaborada uma cartilha sobre “As Recomendações da CVM sobre Governança Corporativa.” (CVM, sem data⁴⁹).

Por outro lado, a criação do “Novo Mercado” pela Bovespa é um importante elemento na construção da governança corporativa. O “novo mercado é um segmento de

⁴⁸ De acordo com o material divulgado no site oficial do IBGC, a Assembleia-Geral é o órgão máximo da empresa, no qual os acionistas têm poderes para legislar sobre todos os negócios relativos à empresa. Por sua vez, o Conselho de Administração, por delegação dos acionistas, deve determinar a estratégia a ser seguida pela empresa, eleger, fiscalizar e destituir diretores e escolher os auditores independentes; o papel da Diretoria é responder pelas operações da empresa, dentro das diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração; os auditores devem expressar sua opinião sobre as demonstrações contábeis e avaliar os controles internos das empresas; o Conselho Fiscal deve fiscalizar os atos de gestão dos administradores – conselheiros de administração e diretores.

⁴⁹ Ver na Referência Bibliográfica o item Cartilhas/apostilas consultadas.

listagem destinado à negociação de ações emitidas por empresas que se comprometem, voluntariamente, com a adoção de práticas de governança corporativa e *disclosure* adicionais em relação ao que é exigido pela legislação”. (Cadernos Bovespa, sem data⁵⁰)

Com o “novo mercado” a Bovespa abre, discursivamente, nova frente de atuação visando o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro, oferecendo para as empresas novas oportunidades para a captação de recursos a custos competitivos, e para os aplicadores um mercado mais seguro para um investimento a longo prazo. A retórica predominante é de que a companhia aberta participante do “novo mercado” tem algumas obrigações relacionadas à transparência, equidade entre os acionistas, prestação de contas e responsabilidade social.

Na consolidação da governança corporativa, o “novo mercado” oferece às empresas participantes uma Câmara de Arbitragem, que tem por objetivo a resolução de possíveis conflitos societários existentes. Essa Câmara foi criada em julho de 2001. (Caderno Bovespa, sem data⁵¹).

Finalmente, merece destaque na consolidação da governança corporativa a atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que, em 2003, lançou o “Programa de Incentivos à Adoção de Regras de Governança Corporativa”, de adesão voluntária, com o intuito de colocar em prática o conceito de que “boa” governança corporativa reduz o custo do capital. Esse programa é composto por quatro pacotes, com diferentes graus de exigência nas práticas de governança corporativa, cujo cumprimento dará às empresas o direito de obterem benefícios nos financiamentos junto ao BNDES. Os pacotes são classificados em Bronze, Prata, Ouro e Platina, e cada um é composto por itens característicos e adicionais.

No caso da governança aplicada aos fundos de pensão, os sindicalistas entrevistados tecem claras críticas aos limites desta e mesmo ao poder dos acionistas minoritários na sua gestão. Assim mesmo, acreditam que a situação é mais transparente do que no passado e que de fato o trabalhador tem acesso mínimo a informações dos fundos de pensão.

Com a institucionalização descrita acima, foi possível mostrar que a governança corporativa busca se configurar como uma ferramenta organizacional, capaz de fiscalizar

⁵⁰ Idem.

⁵¹ Ver na Referência Bibliográfica o item Cartilhas/apostilas consultadas.

o capitalismo contemporâneo e mesmo os fundos de pensão. Contudo, a governança corporativa apresenta limites consideráveis, que leva à falência de empresas e à falta de respeito dos acionistas minoritários.

Neste sentido, apesar da construção social em torno de governança corporativa, parte da bibliografia analisada é crítica desse processo. Remond (2002/03), por exemplo, argumenta que os fundos de pensão exercem maior disciplinamento sobre os trabalhadores que sobre os dirigentes. Contudo, apesar das divergências, existe consenso entre os pesquisadores de que os fundos de pensão realmente transformaram a relação de forças entre capital e trabalho. Assim sendo, alguns autores franceses afirmam que os fundos levaram a um maior antagonismo entre capital e trabalho (Sauviat, 2003; 2005; Lordon, 2000; Higelé, Castel e Friot 2006; Philson, 2003/2004). Para outros (Aglietta e Reberioux, 2004), existe um “império dos proprietários” e um interessante casamento entre capital e trabalho. Essa polêmica será retomada.

3.4 Acionista salarial e sindicatos

Teoricamente, o *status* de acionista permite aos sindicatos intervir nas assembleias gerais dos acionistas, votando nas discussões apresentadas, bem como participar de conselhos de gestão dos fundos. Desse modo, o acionista salarial coloca o sindicalismo diante de uma situação inédita, ambígua e contraditória. Oferece a possibilidade dos sindicatos participarem da gestão dos fundos de pensão, ao mesmo tempo em que questiona o real papel dos sindicatos e sua legitimidade frente a essa nova bandeira. Permeada de contradições, essa “nova estratégia sindical”, bem como o papel dos sindicatos nesses novos engajamentos, é questionada pela literatura, que considera que existe uma contradição entre o papel dos sindicatos, como representantes dos conflitos trabalhistas, e a cooperação com as empresas e com o mercado.

Independente da polêmica acadêmica, empiricamente os sindicatos reivindicam cada vez mais o direito de administrar a poupança acumulada dos fundos. Consideram essa forma de poupança um “salário diferido”, e enxergam nos fundos de pensão uma nova arma de ação sindical para a reconquista e a consolidação de seu poder. Reclamam seus direitos de trabalhadores que se expressam pelo direito de ser proprietário e buscam aplicar estratégias de acionistas. Portanto, donos de um duplo e imensurável poder, o de

proprietário e o de credor, os fundos de pensão passaram a chamar a atenção mesmo de sindicatos e das centrais sindicais.

A idéia da poupança dos fundos de pensão como “salário diferido” lembra a discussão de Zelizer (2005), sobre os diversos significados sociais do dinheiro. A poupança dos fundos, “salário diferido”, deve ser utilizada somente para fins de aposentadoria. Como nos fala o Presidente Lula, “a poupança dos trabalhadores é uma poupança sagrada”, intocável, e como tal, tem sido entendida pelo Governo, como a representante de uma “nova solidariedade”.

Ainda com inspiração em Zelizer, pode-se pensar que o argumento dos sindicalistas a respeito da “moralização das finanças” é um ritual de “limpeza” do dinheiro “sujo”. Esse argumento foi oferecido pelo trabalho de campo que mostrou o constrangimento dos sindicalistas em investir a poupança dos trabalhadores em atividades/empresas que possam prejudicar o trabalhador e a sociedade (uso de mão-de-obra terceirizada ou infantil, desrespeito ao meio ambiente, atividades consideradas “profanas” ou “imorais” como o álcool, cigarro, drogas, dentre outros). Da mesma forma, consideram “imoral” o dinheiro oriundo de atividades especulativas, de altas taxas de juros e de empresas guiadas por critérios financeiros, o que levam a uma exposição crescente do endividamento e da vulnerabilidade de um sistema que se alimenta de taxas de juros.

Portanto, uma das possíveis leituras é que o argumento de “moralização das finanças” tem o papel de “limpeza” do dinheiro “sujo”, ao mesmo tempo em que busca “encantar e transmutar a realidade social”, (Bourdieu, 1996b; 2001), dando característica social a uma atividade econômica.

Sobre o papel sindical no mundo globalizado, Wagner (2005) entende que a globalização produziu a internacionalização das práticas de lutas sindicais e que os sindicatos buscam novas competências sociais e culturais. No caso brasileiro, houve convergência de interesse entre capital e trabalho, estimulada pela presença de sindicalistas e ex-sindicalistas ocupando importantes postos no mercado financeiro durante o Governo do PT, fato que deixa o tema mais instigante. O capital mudou, o trabalho mudou. Houve (re) significação de agenda e de discurso de ambos. Tem-se a resignificação do conceito de solidariedade intergeracional.

No caso francês, Rozès (2006) defende que os sindicatos estão bem-adaptados à situação expressa pelo capitalismo patrimonial, pela lógica da globalização financeira e pelos fundos de pensão. No caso inglês, Remond (2002/2003) observou que os empresários souberam contornar, em seu próprio benefício, os novos mecanismos de controle.

Contribuindo na polêmica, Philson (2003/2004) defende que no acionista salarial existe uma transferência do risco para o trabalhador e o enfraquecimento da posição deste, o qual teria o poder de negociação reduzido. Por outro lado, Aglietta e Rebérioux (2004) acreditam que o acionista está hoje no posto de comando, e que há um novo compromisso entre capital e trabalho. Da mesma forma, Fitousse (2004:01) acredita no diálogo entre mercado e trabalho: “A democracia deve se aproveitar do mercado, afinal o mercado tem necessidade da democracia, ou seja, o mercado deve ser um parceiro nos regimes obrigatórios e complementares de previdência complementar.”

Como bem ilustram os pontos de vista já expostos, é impossível ignorar as diversas ambigüidades, contradições e tensões próprias aos conflitos de interesses, e as relações de força envolvendo o tema. Segundo a bibliografia analisada, os sindicatos europeus, e em proporções menores, os sindicatos norte-americanos encontram-se numa situação desconfortável frente ao acionismo salarial. Ou seja, devido à sua atuação no mercado financeiro, os sindicalistas se vêem questionados quanto a sua própria pertinência como representantes sindicais, correndo o risco de perderem a legitimidade como defensores dos trabalhadores. Do lado das empresas, os sindicatos não são bem vistos por estas, que os têm como ameaça, já que os sindicatos representam o trabalhador-acionista. Finalmente, do lado dos trabalhadores, os sindicalizados passam a questionar o engajamento dos sindicatos nos comitês das empresas e no papel de acionista salarial.

Nesta perspectiva, em pesquisa sobre os sindicatos ingleses, Remond (2002/03) mostra um conjunto de tensões entre sindicatos e acionistas, sindicatos e trabalhadores, e sindicatos e empresas. O autor argumenta que, com o surgimento do acionista salarial na Inglaterra, durante a privatização das estatais, um grande número de ações foram colocadas a serviço dos trabalhadores. Contudo, a Trade Union Congress Britannique (TUC) estimulou os trabalhadores a recusarem essas ações, já que os sindicatos ingleses desconfiavam desse “capitalismo popular”.

Por isso, os sindicatos começaram a desenvolver dispositivos, como a representação dos trabalhadores em conselho de administração, para dar a estes e aos próprios sindicatos certo controle na política da empresa. Os sindicatos acreditavam que tinham o direito de dizer como as empresas deveriam ser administradas, já que os trabalhadores passaram a ser acionistas dessas empresas. Na prática, os sindicatos passaram a ser o representante do trabalhador, mas com o tempo surgiram as associações de acionistas, que também reivindicavam o controle da empresa e tencionavam ainda mais as relações sindicato-trabalhador, que passaram a ser mais difíceis e delicadas. A presença dos sindicatos nas empresas enfraquece, de certa forma, a relação sindical. Esse enfraquecimento se justifica, segundo Remond, porque os sindicatos que administravam os fundos passaram a se sentir distante dos trabalhadores. Da mesma maneira, corriam o risco de perder a credibilidade e a legitimidade como defensores dos trabalhadores.

O autor conclui que, na parceria entre dirigente e trabalhador-acionista, são os trabalhadores-acionistas que se tornaram o parceiro mais vulnerável, já que os riscos recaem sempre sobre esses. Aqui, a idéia de Lordon (2000) de que no sistema de acionista salarial e de fundos de pensão os trabalhadores são explorados duas vezes, ajuda a compreender a reflexão de Remond.

Portanto, a idéia de dupla exploração está relacionada aos riscos do mercado, aos quais os fundos são submetidos: em caso de insolvência, de crise ou baixa rentabilidade dos fundos, é o trabalhador que perde dinheiro. Da mesma forma, a exploração se relaciona, ainda, à perda de ajuste salarial, uma vez que os empregadores preferem negociar depósito nos fundos dos trabalhadores, já que recebem estímulos fiscais, a negociar salários.

No caso brasileiro, conforme sugerido nessa tese, a tensão em torno dos fundos de pensão é de menor proporção que nos países da Europa. A tensão menos acentuada pode ser entendida ao lembrar que os fundos de pensão fazem parte do contexto de “moralização das finanças”, inserido na agenda de um Governo que tem o acúmulo de um capital político de “esquerda⁵²” e o reconhecimento de ser legítimo na implantação de projetos sociais. Soma-se a isso a crença de que o INSS não cumpre devidamente seu papel de produtor/provedor da solidariedade, o que dá espaço para a criação da convenção social em torno da solidariedade e reciprocidade, via fundos de pensão.

⁵² A palavra entre aspas indica que autora segue as categorias nativas, ou a própria categoria nativa.

3.5 Governança corporativa: visão crítica

A literatura sobre acionista salarial e governança corporativa evidencia diversas ambigüidades e contradições em torno do tema e pontua especialmente dois problemas, a saber, a limitação do poder dos acionistas de fundos de pensão, como discutido no item anterior, e os limites em torno do conceito de governança corporativa, que será discutido agora.

É importante lembrar que, apoiado no conceito de governança corporativa, o “novo capitalismo” se auto-proclama responsável pela sua regulação, tal qual a “mão invisível” proposta pela economia clássica de Adam Smith. Em teoria, a governança traduz a capacidade do mercado de criar mecanismos que possam vigiá-lo e orientá-lo. Entretanto, a idéia de auto-regulação do mercado e de que a sabedoria dos mecanismos deste possam exercer sua própria arbitragem vêm na contramão da visão defendida pela Sociologia Econômica, ou seja, a de que os mercados financeiros e seu funcionamento têm uma arquitetura institucional muito particular, com as estratégias de seus atores coletivos e com ações imersas em estruturas contaminadoras.

A Sociologia Econômica busca “desconstruir” noções herdadas da econômica clássica, tal como o *homo oeconomicus*, de forma que o “ator racional” passa a ser mais complexo e permeado de influências externas e pela sua trajetória de vida, deixando de ser um “ator racional” e se tornando um “ator social”. Em termos metodológicos, passa a prevalecer o modelo de “mãos sujas” da Sociologia, em detrimento do modelo de “mãos limpas” da Economia. (Hirsch, Michaels e Friedman, 2003). Assim sendo, com inspiração na Sociologia Econômica, a pesquisa questiona a governança corporativa enquanto ferramenta organizacional que por si só é capaz de promover a democracia acionista, constituindo uma das formas de regulação do mercado.

Na perspectiva da eficácia da governança corporativa, Belluzzo (2005) lembra que essa lógica suscitou escândalos, demissões, eliminação dos melhores postos de trabalho, além de estimular as empresas à capitalização, com contas individuais, mas de benefícios incertos. No que se refere aos escândalos abordados pelo autor, citem-se os casos Enron, WorldCom, Adelphia, Tyco, Círio, Xerox, Parlamat e Adecco, dentre outros, o que, devido “à promiscuidade entre empresas de auditoria, seus auditores, a conivência dos bancos de investimento, que passaram o “mico” de empresas mal

avaliadas para poupadores desinformados e a irresponsabilidade das agências de avaliação de risco” (Belluzzo, 2005), possibilitou a falência dessas e de outras empresas, com conseqüente perda dos fundos de pensão dos trabalhadores, que se viram sem emprego e sem o fundo para a aposentadoria. Pode-se citar o caso da Enron, onde 4.500 empregados perderam o emprego e a poupança da aposentadoria, que foram reduzidos a nada.

Philson (2003/04) defende que os atores do mercado financeiro responsáveis por regular o capitalismo trabalham de forma limitada. Assim, as agências de classificação/avaliação, as empresas de auditorias, bancos de negócios, analistas financeiros e autoridades públicas de regulação são cúmplices ativos ou passivos dos erros de gestão dos dirigentes. Além disso, as operações de *stock-option*, um modo de remuneração dos dirigentes que lhes oferecem a oportunidade de comprar, no futuro, ações de sua própria empresa, enfatizam a vulnerabilidade do sistema.

Já nos anos de 1970 Drucker escreveu sobre as possibilidades de escândalos envolvendo os fundos de pensão. O autor acreditava que o primeiro grande escândalo acarretaria um programa de regulamentação governamental. Sobre a questão, Guilhot (2006) afirma que os empreendedores morais são conscientes do fato de que os excessos especulativos são publicamente denunciados (Guilhot, 2006:121).

Apesar da forte construção social em torno da “democracia acionista”, é possível que exista uma significativa distância entre a teoria e a prática, especialmente na governança aplicada aos fundos de pensão. Nesse sentido, mesmo com a presença monopolista de transparência e auto-regulação do mercado, foi possível encontrar uma evidência de crítica feita por atores sociais do próprio mercado. O depoimento a seguir é do especialista em ética e governança, William Cox:

“A expressão governança corporativa corre o risco de tornar-se apenas uma ferramenta de *marketing* (...) não se muda a cultura de uma empresa pela força de regras e imposições, muitas companhias fazem *marketing* em cima de algumas medidas de governança, mas ainda podem oferecer grandes riscos.” (*Jornal Valor Econômico*, 13/10/04).

No Brasil, há claros exemplos da instabilidade da governança corporativa, como a falência da Vasp, que levou à liquidação do seu fundo de pensão e ao prejuízo de 1500 participantes, dos quais 500 já recebiam aposentadoria, conforme mostra este discurso:

“Lamentamos profundamente a decisão tomada pela Secretaria da Previdência Complementar de liquidar o fundo. Esta foi literalmente uma quarta-feira de cinza para o trabalhador da aviação.” (Graziella Baggio, Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas *Folha de São Paulo*, 10/02/05).

Outro exemplo de “falta de governança” aplicada aos fundos de pensão encontra-se por ocasião da crise da Varig, quando a empresa entrou em falência, deixando o fundo numa situação delicada. Por essa ocasião, o fundo de pensão dos funcionários, o plano Aeros, emprestou dinheiro à Varig, o qual não recebeu de volta. Acionistas do fundo Aeros foram entrevistados pelo *Jornal da Globo* do dia 13 de março de 2007, quando declararam: “Perdemos nosso emprego e nossa aposentadoria, e não existe com quem falar, com quem buscar informação.” (Dados dessa pesquisa).

Ainda nessa linha, vale lembrar que os fundos de pensão da PREVI, FUNCEF e PETROS foram envolvidos nos escândalos do “mensalão” durante o primeiro Governo Lula, em 2005. Em pesquisa na *internet* foi possível detectar que durante o depoimento à CPI da Compra de Votos, os respectivos Presidentes dos fundos negaram a participação no suposto esquema de financiamento de campanha coordenado pelo empresário Marcos Valério.

Naquele contexto, confirmaram os contratos mantidos com a empresa Globalprev, do ex-Ministro Luiz Gushiken. Os três dirigentes também afirmaram serem filiados ao PT. Wagner Pinheiro afirmou que sua nomeação para a Presidência da Petros se deu por influência de Gushiken. Já Sérgio Rosa e Guilherme Lacerda garantiram que foram indicados, respectivamente, pelas diretorias do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Os Presidentes também negaram as denúncias de que os fundos financiaram campanhas políticas. Segundo eles, as instituições estão empenhadas na administração do patrimônio de seus acionistas, e não na defesa de interesses políticos.

Durante a pesquisa de campo os informantes foram questionados sobre possíveis ambigüidades entre o discurso de governança e o envolvimento dos fundos em casos de insolvências. Naquela ocasião usaram o discurso oficial do Governo, a saber:

“Eu acho que os escândalos, os negócios mal-feitos e os investimentos com prejuízos, os próprios direitos e a própria construção dos fundos, têm se tornado mais transparentes sim. Eu acho que os escândalos que aparecem são muitas vezes produto da democratização dos fundos (...) antes não apareciam não é porque não existiam, mas porque existiam e ficavam encobertos. À medida que o participante passa a ter mais influência, à medida que a Secretaria da Previdência Complementar tem uma atitude de fiscalização mesmo, estas questões vão aparecendo. Não que tenham mas, é que aparecem mais. O que é um grande avanço.” (Informante ANAPAR).

Considerando os escândalos citados, indagou-se ao Secretário da Previdência Complementar, Adacir Reis, sobre as possibilidades de insolvências dos fundos brasileiros, tal qual dos fundos norte-americanos:

“A situação dos fundos de pensão, no Brasil, é boa, não inspira preocupação, tanto que foi estendida aos sindicatos e a suas centrais, associações de classe, cooperativas e conselhos de profissionais liberais, onde está tendo boa aceitação. A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) deu autorização para 21 dessas entidades implantarem seus fundos associativos, sendo que 15 já estão em funcionamento.” (Informante da Secretaria da Previdência Complementar).

Ainda como dado ilustrativo da governança no Brasil, argumenta-se que embora todos os fundos de pensão defendam/propaguem/difundam a governança corporativa, na prática, até 2006, somente a PREVI e a PETROS estavam cadastradas no Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Se o IBGC é o órgão máximo de representação e de difusão da governança no Brasil, estar cadastrado nesse instituto seria uma prática, no mínimo, simbólica.

Em seu livro *A Face Oculta da Reforma da Previdência Social*, Mello (2003) abordou o *déficit* da PREVI e as estratégias de socorro aplicadas pelo Banco do Brasil :

“Ao todo, o Banco do Brasil colocou R\$ 1, 915 bilhões na PREVI. Mesmo assim a dívida do banco com o seu fundo de pensão aumentou em quase R\$ 3 bilhões no ano passado (...) a transferência de bilhões de reais para os fundos de pensão não é exclusividade do Banco do Brasil. Outras empresas estatais, especialmente aquelas com grande número de funcionários como a Petrobras e a Caixa Econômica Federal, também têm de aportar anualmente somas

elevadas para garantir os benefícios dos funcionários.” (Mello, 2003:31).

Na mesma linha crítica, o jornal *Estado de São Paulo* (16/09/02) questionou a governança interna dos fundos de pensão, argumentando que estes fazem pelas pessoas físicas aquilo que exigem das companhias, nas quais investem como acionistas minoritários, ou seja, que internamente os fundos não asseguram aos cotistas informações mínimas. O especialista entrevistado pelo jornal afirmou que “Muitas vezes eles [os participantes] simplesmente não querem se envolver.” (*Estado de São Paulo* 16/09/02⁵³).

A revista de *Seguridade Social* (jan.mar/2003) trouxe a preocupação com a fiscalização dos fundos de pensão, enfatizando a ausência de estrutura junto à SPC. Nesse sentido, embora exista preocupação por parte do Governo para adequar a SPC à realidade de governança, a revista afirma que, “O número de servidores existentes é insuficiente e a credibilidade da auto-regulamentação ou das auditorias externas está seriamente ameaçada, diante da crescente onda de escândalos financeiros que vem assolando o Brasil e o mundo”. (*Seguridade Social*, 2003).

Discursivamente, os fundos de pensão defendem a governança corporativa com seus princípios de transparência e de democracia, bem como o capitalismo acionário; na prática, os fundos se alimentam da especulação e das altas taxas de juros de títulos de dívida pública, tornando-se credores dos Estados. Ao mesmo tempo, arriscam-se cada vez mais na especulação, consolidando um sistema vulnerável a crises e escândalos.

Philson (2003/04) interpreta as crises e os escândalos do capitalismo contemporâneo como disfunções do próprio sistema, que não tem capacidade para se auto-regular. Contrariamente, Aglietta (1998) acredita que: “O capitalismo contemporâneo é um novo paradigma que possui seus próprios princípios de regulação, graças a mecanismos bastante poderosos para fazer o sistema funcionar.” (Aglietta, 1998)⁵⁴, e que a governança deve ter um papel interessante, podendo ser vista como um modelo alternativo ao capitalismo tradicional.

⁵³ Depoimento de Bruno Rocha, Diretor da Dynamo.

⁵⁴ Aglietta era menos otimista em 1976, quando comentou que: “Os ativos de fundos de pensão não são propriedade dos trabalhadores, mas da classe capitalista” (Aglietta, 1976:159). Para aprofundamento ver de Michel Aglietta. *Régulation et crises du capitalisme* (l’expérience des États-Unis), Paris: Calmann-Lévy, 1976.

Assim, a bibliografia apresentada neste item mostrou duas vertentes: de um lado, os pesquisadores que são contra o capitalismo acionista e os fundos de pensão; de outro, a sedução que os fundos de pensão e o capitalismo acionista exercem sobre alguns desses pesquisadores ou militantes.

Na leitura da autora, mesmo os pesquisadores que fazem críticas ao “novo capitalismo” são, ao final, seduzidos pelo objeto de estudo. Isso acontece na medida em que esses pesquisadores vêm nas novas ferramentas de regulação do “novo capitalismo”, isto é, a governança corporativa e o investimento ético, “entes superiores” constituídos de autonomia, e capazes de praticar por si só, ações “maléficas ou benéficas” ao capitalismo. Nesse sentido, é possível afirmar de forma provisória que mesmo os críticos às novas ferramentas de auto-regulação do capitalismo acreditam na ação dessas ferramentas enquanto “mão invisível”, no sentido de Adam Smith.

Realmente, essas ferramentas gerenciais ultrapassaram os muros das organizações, chegando ao espaço da sociedade civil e traduzindo especialmente a idéia de “democracia”. Contudo, a capacidade de regular e transformar por si mesmo o capitalismo não é nem óbvia e nem evidente. A pesquisa sugere que acordos tácitos e ocultos, elementos morais, políticos e simbólicos dão vida aos mercados e a essas ferramentas gerenciais, ou seja, o homem econômico é substituído pelo homem moral, cuja moral é assentada na economia da concepção social. É esse homem moral que irá administrar, de acordo com motivações e valores próprios e do seu grupo, as ferramentas gerenciais de regulação do capitalismo.

3.6 Considerações

Este Capítulo expôs uma revisão bibliográfica sobre o capitalismo acionário e o papel preponderante dos fundos de pensão; vale lembrar que os fundos representam o conjunto das poupanças dos trabalhadores, e são considerados o investidor institucional de maior poder econômico em todo o mundo. Proprietário acionista de grandes empresas, os fundos de pensão passam (passaram) a ter o controle parcial sobre estas, que por sua vez, precisam dominar os códigos das finanças.

Como resultado, as relações no mundo das organizações ganham novas configurações, traduzidas em novas relações de força entre novos interlocutores, tais como os fundos de pensão, o trabalhador acionista e os representantes dos trabalhadores acionistas. É nessa configuração que os sindicatos passam a se interessar pela gestão dos fundos de pensão e pela representação dos trabalhadores-acionistas.

Visando possibilitar a presença dos acionistas nos conselhos dos fundos e nos conselhos das empresas, o mundo financeiro “criou” a “boa governança corporativa”, que foi apropriada pelo “mundo sindical”. Trata-se de uma ferramenta gerencial que propõe a democracia nas empresas, a transparência contábil, e finalmente o exercício dos direitos dos acionistas.

Como demonstrado nos exemplos trazidos ao longo desse Capítulo, na prática, a governança corporativa tem sido ineficaz para responder às necessidades de transparência e para propiciar a presença ativa do trabalhador nos comitês de decisões. Resultado de interesses e de acordos ocultos, a negociação em torno da governança corporativa tem dado margem a comportamentos corruptos, evidenciando a não-neutralidade dessa ferramenta.

O próximo Capítulo contextualiza os fundos de pensão em países onde o fenômeno está mais avançado tais como os Estados Unidos, Canadá e França, que por sua vez influenciaram direta ou indiretamente os fundos de pensão do Brasil.

CAPÍTULO IV - ESTADOS UNIDOS, CANADÁ E FRANÇA: INFLUÊNCIAS INTERNACIONAIS

A discussão sobre o mercado de fundos de pensão nos Estados Unidos, Canadá e França e o interesse dos sindicatos destes países pela criação e gestão de fundos de pensão, compõe este Capítulo. Graças ao material coletado durante pesquisa empírica e teórica realizada na França no período do estágio de Doutorado Sanduíche, deu-se atenção especial a esse país.

A presença dos Estados Unidos, do Canadá e da França, deve-se ao fato da pesquisa empírica realizada junto aos sindicalistas brasileiros evidenciar que esses três países influenciam (ou influenciaram) de alguma forma o projeto de fundos de pensão no Brasil. Assim, nesse Capítulo, serão contextualizados os fundos de pensão desses países, e posteriormente, mostradas as reais influências junto aos fundos brasileiros.

Nos Estados Unidos, os fundos de pensão são apresentados como novos acionistas das empresas e como vetores de novas exigências e de novos direitos de propriedade (Sauviat, 2002/03). No Canadá, os sindicatos reivindicam o direito de gerir o dinheiro dos fundos de pensão dos trabalhadores (Lizee, 2002/03), com equilíbrio entre o dispositivo social e o dispositivo financeiro. Na França, o processo se expressa através da política de acionistas salariais proposta pelas centrais sindicais (Merlin, 2006), e na política de aposentadoria complementar (Pernot e Sauviat, 2006). Desse modo, a autora da tese defende que os fundos de pensão franceses existem sob o eufemismo de *épargne salariale* ou poupança salarial.

4.1 Estados Unidos: fundos de pensão

A primeira idéia de fundo de pensão surgiu por volta de 1885, nos Estados Unidos, e era tido somente como um negócio privado. Tratava-se de caixas de aposentadoria custeadas pelos empregadores (por grandes empresas de ferrovias e bancos) visando proteger uma mão-de-obra especial, constituídas sob a forma de Benefício Definido. Num segundo momento, por volta de 1913, o Estado começou a estimular a criação de caixas de aposentadoria para os trabalhadores por meio de iniciativas fiscais.

O marco inicial dos fundos de pensão foi o ano de 1950, quando a General Motors, os concebeu como política de recursos humanos para seus funcionários. Em seu livro *Fundos de pensão, a revolução invisível*, Drucker defende que os fundos norte-americanos passaram a representar o “socialismo fundo de pensão.”

Em 1970, os fundos de pensão deixaram de ser negócio da iniciativa privada para se tornarem assunto de “política pública”. Assim, com as transformações da relação capital-trabalho pelas quais passaram as empresas, os fundos de pensão surgiram como políticas de recursos humanos. O objetivo era conciliar a proteção e a especulação no mesmo dispositivo.

Segundo Montagne (2006), a gestão dos fundos nos Estados Unidos é assegurada pelo dispositivo do *trust*. Trata-se de regras jurídicas que definem o funcionamento dos fundos e de eventual poder dos trabalhadores. No livro *Le fonds de pension*, Montagne (2006) buscou compreender se é possível a junção entre a função de proteção e a função financeira do *trust*, uma vez que a lógica de proteção (social) e a lógica financeira (lucro) são, a princípio, contraditórias.

O interesse da autora pelo *trust* justifica-se, segundo ela, porque encontra-se nele a chave para a compreensão da atual indústria de fundos de pensão, a qual é organizada sobre as regras do *trust*. Afirma, ainda, que historicamente, o *trust* é baseado na confiança, ou seja, “o *trust* era o homem de confiança da família dinástica, responsável por gerir a terra ancestral, para proteger os herdeiros minoritários”. No período medieval, o objetivo do *trust* era conservar e gerir a terra para a família, assim, a gestão do patrimônio era feita sob a tutela do *trust*. (Montagne, 2006: 46).

Nesse sentido, o título de proprietário era transferido ao *trust* e somente em casos comprovados de abusos, o proprietário poderia reaver seu patrimônio. Para tanto, era necessário enviar um recurso à Igreja, que cumpria o papel de regulador do *trust*.

A autora informa que o direito do *trust* foi construído sob a base de que não existe contrato voluntário, livre e igual. Portanto, o *trust* é baseado em relações assimétricas, que levam à submissão estrutural da vontade do beneficiário, a uma vontade institucional, apoiada no *trust*. Nessa perspectiva, é na filosofia da passividade e da assimetria de poder que o *trust* intermedia as relações de herança, dito de outra forma, a dinâmica do *trust* leva à passividade do protegido. A autora acrescenta que o dispositivo

jurídico do *trust*, especialmente a natureza da responsabilidade que ele induz, é apresentado como uma síntese da relação proteção/especulação.

Montagne (2006) mostra o desenvolvimento progressivo do direito do *trust*, que passou a gozar de boa reputação no mercado de profissionais. Com o surgimento dos primeiros fundos de pensão, os empresários recorreram a este para regulá-los, já que o *trust* era considerado a forma jurídica mais adequada. A autora conclui que no caso dos fundos de pensão, o *trust* promove a assimetria de poder, o que leva à existência de inúmeros conflitos de interesses entre empregadores e *trustees*.

Uma vez contextualizada as regras jurídicas que geram os fundos norte-americanos, torna-se necessário abordar o surgimento dos fundos de pensão enquanto “política pública” nos Estados Unidos.

Neste sentido, nos anos de 1960 e 1970, houve crescimento do número de falências de empresas e da falta de compromisso dos empregadores no tocante ao depósito das prestações de aposentadoria acordadas, colocando em perigo os fundos de pensão de inúmeras sociedades privadas. Com a inquietação crescente dos trabalhadores (ativos ou aposentados) e das organizações sindicais face a essas espoliações, os poderes públicos foram obrigados a promulgar, em 1974, uma lei de proteção da poupança-aposentadoria, que levou o nome de Employee Retirement Income Security Act (ERISA).

Essa lei reconheceu os fundos de pensão como complemento da proteção social pública e marcou o interesse de uma intervenção política sobre um arranjo econômico, conferindo proteção social aos fundos de pensão. Da mesma forma, definiu o “investidor prudente” e incluiu o sentido de “agente fiduciário de plano”, para incluir administradores de investimentos e outros que tenham influência na tomada de decisão de investimento.

Segundo Farnetti (1998), os empresários tentaram contornar a lei ERISA com os *mutual funds*, que nos anos de 1980 se tornaram credores nos Estados Unidos por meio da compra de “papéis podres” (Farnetti, 1998). Por outro lado, como parte da pressão dos empresários do mercado de previdência, a lei ERISA criou o modelo de Contribuição Definida. Como se sabe, o modelo de Contribuição Definida pode sugerir o fim do mutualismo e da solidariedade entre as gerações.

Uma das justificativas para a mudança de plano foi que com a reestruturação, as empresas passaram a negar o Benefício Definido, em detrimento do tipo Contribuição Definida, “que não possuía nenhuma garantia de resultados”, como atesta Lordon (2000), e que está sujeito ao risco do mercado. Outra crítica ao modelo de Contribuição Definida pode ser encontrada em Nikonoff (1999), que acredita que os gestores de fundos capitalizados são caracterizados como “depositários infiéis”, logo indignos de gozarem da responsabilidade de gerirem fundos de pensão.

Em função do razoável interesse do mercado pelos fundos, em 1981, estes passaram por outra significativa mudança, quando foi criado o regime 401K, que busca estimular a transferência do modelo Benefício Definido para Contribuição Definida.

A criação do plano de Contribuição Definida foi o momento ideal para a entrada de intermediários no mercado, tais como as seguradoras. Nos anos de 1990, surgiram os bancos que passaram a vender produtos de aposentadoria com características especificamente financeiras.

Como resultado dessa regulamentação, houve grande expansão da indústria de consultoria, assessorando os agentes fiduciários a desenvolver, implantar e controlar as estratégias de investimento. Dentre os segmentos que passaram a se interessar por fundos de pensão, estão os sindicatos e centrais sindicais, que ajudaram a consolidar o espaço de fundos de pensão nos Estados Unidos.

Montagne (2006) conclui que a ambigüidade entre a natureza social e financeira dos fundos de pensão tem um papel central na aceitação deles como instrumento de proteção social. Nesse sentido, o *trust* propõe justamente uma forma de resolução desse antagonismo estrutural. Conclui-se deste modo, que os direitos sociais dos fundos de pensão são elaborados pelas empresas e por trabalhadores, logo, os interesses convergem momentaneamente.

Nessa convergência, a lei ERISA propiciou todas as condições para a consolidação do espaço de fundos de pensão dos Estados Unidos. No momento da criação dessa lei, os fundos de pensão norte-americanos foram divulgados em todo o mundo como sendo a “popularização do capitalismo”; foram relacionados, ainda, ao “socialismo”.

Drucker foi grande divulgador dessa idéia. Assim sendo, argumenta que os fundos de pensão devem ser vistos como “socialismo”: “Se o socialismo é definido como

propriedade dos meios de produção pelos trabalhadores, não há dúvida de que o socialismo nasceu nos Estados Unidos por meio da política de fundos de pensão, fazendo desse país a primeira nação realmente socialista.” (Drucker, 1977).

Na mesma linha, Drucker continua: “Os empregados dos Estados Unidos são os únicos “donos” verdadeiros dos meios de produção”. Por intermédio dos seus fundos de pensão, eles são os únicos capitalistas verdadeiros em existência, possuindo, controlando e dirigindo o “capital da nação”. Os lucros, cada vez mais, vão se tornando pensões de aposentadoria, isto é, “pagamento diferido” dos empregados”. Neste sistema, não existe a mais valia; a receita das empresas vai para o “fundo salarial”, conforme argumenta Drucker:

“Somente nos Estados Unidos os empregados, através de seus fundos de pensão, estão se tornando também os proprietários legais, os fornecedores de capitais e a força controladora no mercado de capitais. Somente os Estados Unidos deram o passo para um socialismo genuíno o qual o trabalho, sendo a força de toda riqueza, é que recebe os benefícios plenos do processo produtivo. Somente nos Estados Unidos é que os empregadores além de serem os donos, ainda recebem os lucros como parte de seus salários, sob a forma de pensões. Somente nos Estados Unidos, os empregados por intermédio dos seus fundos de pensão, estão se tornando também os proprietários legais, os fornecedores de capital e a força controladora no mercado de capitais.” (Drucker, 1977).

Drucker (1977) conclui que os Estados Unidos socializaram a economia sem nacionalizá-la, e que até aquele momento era o único país a pensar no problema demográfico por meio dos fundos de pensão, o que, segundo ele, poderia ajudar a resolver os problemas emocionais, físicos e culturais da velhice.

Mesmo que não aporte o “socialismo” proposto por Drucker, o fato é que o mercado de fundos dos Estados Unidos tem crescido significativamente e exportado o modelo de fundo de pensão para outros países, sobretudo da Europa e da América Latina, como o Chile e o Brasil.

De acordo com Sauviat (2003), existem três tipos de fundos de pensão nos Estados Unidos, a saber:

- fundos de pensão do setor público: considerados os mais fortes de todos, são regulamentados pelo Estado e administrados por um Conselho Administrativo no qual

estão presentes os representantes nomeados pelo Estado e representantes eleitos pelos trabalhadores;

- fundos de pensão do setor privado: sua expansão remonta aos anos de 1950 e 1960. Este setor detém 60% da poupança de fundos de pensão e foi regulamentada pela lei ERISA. Neste modelo, os sindicatos estão totalmente alheios ao poder de controle dos fundos, o qual é mantido pelos empregadores;
- fundos de pensão multi-empregadores, ou fundos de pensão “sindical”: estes fundos existem desde 1947 e são de fato controlados pelos sindicatos, face a pequenos empregadores dispersos. Este regime se concentra tipicamente dentro de setores em que as empresas de pequeno ou médio porte oferecem salários menos elevados que as grandes empresas (construção, serviço e transporte). Totaliza menos ativos que os regimes de empresas.

4.2 Papel dos sindicatos nos Estados Unidos

Sauviat (2003) analisou a aproximação dos sindicatos e o mercado financeiro nos Estados Unidos e Canadá. Segundo a autora, após o final da 2ª guerra mundial os grandes sindicatos da indústria buscaram negociar seus regimes de aposentadoria com as empresas, motivo da greve dos mineiros de 1946. Graças a essa ofensiva sindical e ao *New Deal*, que deu ao sindicato seu reconhecimento jurídico e permitiu seu desenvolvimento, foi votada no congresso a lei *Taf-hartley*, em 1947. Esta lei, designada pelos sindicalistas por *Slave Labor Act*, proíbe que o sindicato tenha o controle exclusivo dos fundos de pensão, e exige uma gestão paritária, com o objetivo de impedir gestão totalmente sindical sobre os fundos de pensão.

Contudo, foi nos anos de 1980 e 1990 que se intensificou, nos Estados Unidos, o interesse dos sindicatos pelas poupanças acumuladas dos trabalhadores. Naquele momento, colocaram como pauta sindical a necessidade do controle do dinheiro dos beneficiários e passaram a discutir com o mercado financeiro sobre o uso do dinheiro dos trabalhadores; reclamaram, se não exclusivamente, pelo menos parte do controle sobre a gestão dos fundos de pensão. A justificativa era de natureza política, e tinha como propósito evitar que fossem feridos os interesses dos trabalhadores que eles representavam.

Entre os sindicatos dos Estados Unidos, observa-se que a central AFL-CIO, uma das maiores do país, tem feito forte sinalização no sentido dos fundos. Dessa maneira,

com a subida de John Sweeney, em 1995, à liderança desta central, foi reafirmada com força a idéia de utilizar os fundos de pensão como alavanca de ação sindical.

Dentre as estratégias do grupo, figurava a idéia de promover os sindicatos como atores da governança corporativa, ou seja, estimulá-los a fazerem valer seus direitos de propriedade, para exigir dos dirigentes um posicionamento em conformidade com os interesses dos acionistas.

Essa estratégia responde sobre a necessidade da constituição de um bloco de votos dos fundos de pensão sindicais e de alianças com os fundos de pensão do setor público, já que estes exercem influência sobre os demais fundos. Segundo Mouriaux (2003), a ascensão de John Sweeney ao comando da AFL-CIO imprimiu novo ânimo à central, “que se aproximou dos intelectuais de esquerda e do movimento associativo” (2003:91), culminando no aumento da sindicalização.

Sauviat (2003) mostra que os sindicatos dos Estados Unidos não controlam diretamente os ativos totais dos fundos de pensão. No limite, exercem um pequeno poder de influência, o que é possível devido à sua presença no conselho de administração dos fundos de pensão públicos, onde eles podem exercer uma pequena pressão ou fazer ouvir sua voz. Portanto, nos Estados Unidos os sindicatos nunca chegaram a impor uma relação de força durável na negociação com a empresa. Da mesma forma, sofrem a incapacidade de exercer relação de força eficaz, inclusive sobre seu terreno tradicional, isto é, na organização sindical e grevista e na negociação coletiva.

Lordon (2000) afirma que a experiência norte-americana mostra os sindicatos alinhados na prática mais rentável, mais ortodoxa, deixando de lado a idéia de gestão responsável; por isso o autor desconfia da gestão sindical norte-americana e acredita que os sindicalistas não teriam poder para mudar o quadro tendo que se alinhar à lógica financeira.

Compartilhando essa mesma argumentação, Sauviat conclui que os fundos de pensão dos Estados Unidos cresceram durante os anos de 1960, mas que não foram acompanhados de um reforço do poder de controle nos sindicatos. Assim, com exceção da negociação coletiva no que se refere às prestações dos aposentados, onde há uma presença sindical, o “controle” sindical se resume numa cadeia de delegação de responsabilidades e numa presença minoritária sobre a gestão dos ativos dos fundos de pensão ditos “sindicais”. O que se quer dizer é que, na prática, os sindicatos não influenciam nos destinos dos fundos de pensão.

Embora Sauviat (2003) detecte os limites do poder sindical nos Estados Unidos, observa-se em material publicado pela CUT uma grande eloquência em torno da temática, afirmando que nos Estados Unidos os sindicatos participam diretamente da gestão dos fundos. Essa construção discursiva será retomada no Capítulo IX, onde se buscará entender esse jogo de palavras e por que ele acontece.

4.3 Canadá e fundos de pensão

No caso do Canadá, Sauviat (2003) mostra que a situação evolui de forma um pouco diferente do que nos Estados Unidos. Isso expressa uma relação de força sindicatos/empregadores e uma capacidade de intervenção mais favorável do que nos Estados Unidos, e traduz trajetórias diferentes dos dois sindicalismos apesar de tradições comuns e de uma forte influência do sistema de relacionamento profissional norte-americano sobre o do Canadá. O fato é que neste último o sindicato tem mais poder e é mais influente.

Nesse país, o regime profissional de aposentadoria foi regulamentado em 1919, pelo Governo Federal, e implantado pelo Estado desde os anos de 1960. Durante os anos de 1980, novas leis foram sancionadas nos Estados Canadenses, provocando algumas diferenças legislativas de Estado para Estado, e como consequência, diferenças nos próprios regimes de aposentadoria. Nessa direção, o fundo de pensão de Quebec possui características diferentes dos fundos dos demais Estados.

À exceção dos fundos de pensão de pequeno porte, no Canadá os sindicatos controlam diretamente os fundos de pensão interempresas. Neste caso, são representados dentro de alguns fundos do setor privado e desde os anos de 1980, dentro de um número crescente de fundos do setor público, nos quais exercem controle partilhado com o Comitê Consultivo.

De acordo com Sauviat (2003), dos 100 primeiros fundos de pensão que concentram 48% dos recursos dos fundos de pensão no Canadá, pelo menos quatro são inteiramente controlados pelos sindicatos. Como consequência, a taxa de sindicalização no Canadá é maior que nos Estados Unidos.

Uma curiosidade em relação aos regimes anglo-saxões e mesmo em relação ao regime brasileiro, é que no regime canadense prevalece a modalidade Benefício Definido, o que evidencia uma real preocupação com os trabalhadores e suas aposentadorias. Nesse sistema (BD), a idéia de solidariedade prevalece. Contudo, a

legislação e a jurisprudência canadense são baseadas na lei norte-americana, a ERISA, de 1974. A discussão sobre Benefício Definido e Contribuição Definida foi realizada no Capítulo I.

Em suma, desde 1986 o Congresso do Trabalhador do Canadá (CTC) levantou a questão de gestão e controle dos fundos, que foi reafirmada nos anos de 1990, fazendo as prioridades do movimento sindical canadense avançar. As questões de governança corporativa ocupam, também, o cenário canadense nos últimos anos. Uma coalizão por uma boa governança foi colocada em prática por firmas de gestão de fundos de pensão institucional ou mutual. Os escândalos financeiros ocorridos nos últimos anos nos Estados Unidos e o exagero na remuneração dos dirigentes, assim como lacunas na governança corporativa explicam o interesse pelo monitoramento junto as empresas e pelo exercício de voto. “Existe certamente uma base de convergência com preocupações sindicais em matéria de governança.” (Lizee, 2002/03).

4.4 Fundo de Solidariedade de Quebec

O Fundo de Solidariedade de Quebec (FSQ) foi criado durante a recessão de 1981-1983, por iniciativa dos sindicatos (sobretudo da Federação dos Trabalhadores e das Trabalhadoras de Quebec), com o apoio do Estado, que ofereceu isenção no imposto de renda do participante do fundo e da empresa. O fundo teve objetivos múltiplos, tais como investir nas empresas de Quebec, contribuir para criar e manter empregos, bem como pagar a poupança dos trabalhadores em vias de aposentadoria.

Com o objetivo de reforçar a indústria no Quebec, o dinheiro dos fundos sempre ficou no Canadá ou na Província de Quebec, sendo proibido o investimento dos fundos externamente. Outra característica é que os fundos de pensão recebem a contribuição do empregador.

Sobre a isenção fiscal, o Canadá teve papel de vanguarda, já que foi o primeiro a introduzir o dispositivo, mesmo antes dos Estados Unidos. O movimento sindical canadense representa um papel central na melhoria do sistema dos regimes públicos do país, uma vez que reivindica melhorias substantivas para esses regimes, que é considerado limitado. No Canadá, a aposentadoria está a cargo de dispositivos privados, tais como os fundos de pensão. Por sua vez, os fundos de pensão se beneficiam de ajuda financeira do Estado, sob forma de dedução do imposto de renda. Em consequência, o

movimento sindical tem grande participação na gestão do Fundo de Solidariedade de Quebec.

Em entrevista ao jornal *Liberation* (10/11/05), Pierre Leduc, porta-voz do Fundo de Solidariedade de Quebec, afirmou que tal fundo rende a uma taxa de 4,9% ao ano. Acrescentou que ao contrário dos fundos tradicionais, esse não busca a todo custo o rendimento, mas criar emprego é o objetivo primeiro. Segundo Leduc “O fundo é um catalizador para o desenvolvimento de certos setores, ele reforça a indústria do Quebec”. (*Libertation*, 10/11/05).

O diferencial entre os fundos canadenses e os norte-americanos é justamente a capacidade de conciliar, de forma equilibrada, a rentabilidade e o investimento sustentável. Mostrando que é possível conciliar rentabilidade financeira e preocupações sociais, o movimento sindical de Quebec buscou e busca uma convergência na negociação de uma aposentadoria razoável e a intervenção sobre o mercado de capitais, tentando colocar em prática uma visão holística de desenvolvimento e de globalização.

Segundo Lizee (2002/03), o fundo administra mais de 5,5 bilhões de dólares, com 578.000 acionistas, sendo que o objetivo principal é criar emprego, e não necessariamente buscar rendimento, como nos fundos tradicionais. Assim sendo, o capital das caixas de aposentadoria constitui o principal recurso de capital institucional do Canadá, e está mesmo na frente dos bancos, representando um poder financeiro considerável.

Lizee (2002/03) afirma que no Canadá existe correlação entre taxa de cobertura dos regimes complementares de aposentadoria e o fato dos participantes dos fundos serem ou não sindicalizados, isto é, os sindicatos negociam fundos de pensão para os sindicalizados, o que em certa medida, estimula a sindicalização.

Ainda segundo Lizee (2002/03), no Quebec, todo regime de aposentadoria deve ser gerido por um comitê de aposentadoria distinto daquele do empregador, e todo comitê de aposentadoria deve compreender, no mínimo, dois representantes de participantes ativos e dois representantes de aposentados. Os representantes dos participantes previstos na lei devem ser eleitos numa assembléia anual de membros do regime. Na prática, os empregadores são maioria, mas pela lei, o comitê deveria ser composto por regimes paritários, particularmente no setor público e para-público.

Contudo, a partir de 1996 os sindicatos passaram a reivindicar a representação paritária no comitê de aposentadoria, obrigando os empregadores a criar um comitê de

aposentadoria distinto e reforçando a responsabilidade fiduciária da administração do regime. Assim, as caixas de aposentadoria são convidadas a fazer parte na ação sindical e a sentarem na mesa de negociação com o empregador.

Portanto, desde 1990 os sindicatos possuem duplo papel: do lado dos trabalhadores, buscam negociar as melhores prestações possíveis; junto aos empregadores, têm a preocupação de negociar as prestações, mas também de administrar o regime. Os sindicatos sempre afirmaram que o regime de aposentadoria é um “salário diferido” e que o custo do regime de aposentadoria faz parte de uma remuneração global, o que implica que os empregadores não devem se apropriar de uma parte do “salário diferido” dos trabalhadores.

Lizee (2002/03) informou que outra inovação quebequiana diz respeito à lei de 1990. Esta lei obriga o comitê de aposentadoria a manter anualmente uma assembléia de participantes e beneficiários para informar sobre as modificações dos regimes de aposentadoria, sua situação financeira e administração em geral. É ainda nessa assembléia que os participantes realizam a eleição de seus representantes para o comitê de aposentadoria.

O espaço de representação dos trabalhadores, aberto pela lei de Quebec, e a necessidade de levar em conta os interesses dos participantes na administração dos regimes de aposentadoria, estimularam os sindicatos a investir nessa possibilidade de poder. Nesse sentido, os sindicatos têm acesso às informações, debatem, influenciam e eventualmente exercem um controle real sobre o patrimônio, que deve ser gerido no melhor interesse dos participantes ou beneficiários.

Os regimes de aposentadoria do Canadá possuem uma dupla característica: é uma ferramenta de proteção social e de segurança da aposentadoria, bem como fazem parte do jogo das finanças no mercado financeiro, ou seja, o “salário diferido” deve ser capitalizado para garantir que a aposentadoria seja paga. Nesse sentido, representam uma série de dispositivos do mercado de capitais, estando à disposição para o capital e para as finanças no processo de globalização. O movimento sindical reconhece a existência dessa dualidade e de suas implicações. Contudo, acredita que as caixas de aposentadoria podem ser consideradas um lugar de conscientização sobre os interesses da globalização financeira ou do desenvolvimento durável.

Quando se propõe a refletir sobre as perspectivas para o sindicalismo canadense, Lizée (2002/03) afirma que este deverá, sem dúvida, organizar-se e fazer alianças eventuais, já que os sindicatos canadenses não querem ficar excluídos da gestão dos fundos de pensão nem dos problemas e limites colocados pela globalização. A reflexão dos sindicatos canadenses sobre os interesses da mundialização/globalização e da solidariedade internacional permite que se tenha consciência de que os investimentos especulativos nos países emergentes acentuam a instabilidade financeira, monetária e econômica desses países. Portanto, segundo Lizée nega-se o princípio de capital especulativo em detrimento da aplicação de uma “economia de caráter moral”.

4.5 França: fundos de pensão e/ou *l'épargne salariale*?

Como na Inglaterra e no Brasil, o ápice do capitalismo acionista se deu na França, durante o processo de privatização das estatais, na década de 1990, quando parte das ações das empresas vendidas foram colocadas à disposição dos funcionários, considerados clientes preferenciais. Nesse processo, os funcionários tornaram-se pequenos acionistas.

O acionista salarial é um fenômeno geral a todas as categorias da sociedade francesa. Assim, detendo individualmente títulos das empresas, os trabalhadores têm poder potencial de acionistas nestas, sendo que os fundos dos acionistas, oriundos das poupanças salariais e/ou dos fundos de pensão, são colocados em um único fundo, o *Fonds Commun de Placement* (FCPE).

Segundo informações de Montagne, Pernot e Sauviat (1999), 36% da capitalização da Bolsa de Valores francesa estão nas mãos de gestores de fundos estrangeiros - fundos de pensão do setor público e privado, fundos mútuos, bancos ou companhias de seguro de vida. Para controlar, gerir e orientar o investimento em poupança salarial e/ou fundos de pensão foi criado o Comitê Intersindical de Poupança Salarial (CIES), que será apresentado mais adiante.

Sobre os fundos de pensão na França, é importante informar que a primeira referência francesa a fundos de pensão e acionista salarial, ocorreu em 1968, sob o Governo do General De Gaulle. “No discurso de criação, ele [De Gaulle] fala de igualdade entre trabalhador e patrão. Fundos de Pensão/poupança salarial seria uma

forma dos empregados participarem da gestão da empresa.” (*Le Monde Diplomatique*, 06/2006).

Posteriormente, a lei de 08 de agosto de 1994 reconheceu expressamente a existência de associações de acionistas salariais, e a lei Fabius de 19 de fevereiro de 2001 autorizou a criação da poupança salarial. Sobre o contexto, Barbier e Théret (2004) afirmam que “Nos anos 1990, face à ofensiva neoliberal, os fundos de pensão privados e a aposentadoria por capitalização são colocados para resolver os problemas econômicos estruturais trazidos pelo envelhecimento demográfico.” (Barbier e Théret, 2004).

Dentre os dispositivos privados de aposentadoria na França, é possível falar em fundos de pensão e em *épargne salariale*, o que poder ser traduzido para o Português como “poupança salarial”. A existência do dispositivo *épargne salariale* foi descoberta durante estágio de Doutorado Sanduíche. Nos próximos parágrafos, será destacada ao leitor a “cozinha sociológica” da pesquisa, de forma a explicar como se chegou ao argumento sugerido nessa tese, de que os fundos de pensão e *épargne salariale* são dispositivos com as mesmas características técnicas e filosóficas, neste sentido, a diferença mais marcante é a nomenclatura.

Assim, tendo em vista que os informantes sindicalistas brasileiros declararam ter a França como grande inspiração para o projeto de fundos de pensão do Brasil, fez-se necessário compreender os fundos de pensão franceses. A partir de leituras e discussão do projeto com especialistas na questão, chegou-se à conclusão de que não existem fundos de pensão na França. O próximo passo foi entender a troca de informações entre sindicalistas brasileiros e franceses, que deram margem sobre a existência de uma “república francesa de fundos de pensão.”

Em discussão com o professor Robert Castel, este sugeriu que fosse investigada a *épargne salariale* francesa. O professor explicou tratar-se de um dispositivo próximo aos fundos de pensão. Em Lamy (1998) há uma evidência do termo, que o associa ao trabalhador. “O termo genérico de “poupança salarial” dá conta de todas as variáveis que buscam associar financeiramente os assalariados.” (Lamy, 1998).

Após as primeiras pistas, foram realizadas visitas e entrevistas com membros das centrais sindicais francesas, isto é, a CFDT e a CGT. Segundo Chanu (2001), especialista em fundos de pensão e poupança salarial da CGT,

“A poupança salarial pretende acabar com a oposição entre capital/trabalho; é um capitalismo popular no qual o trabalhador vem a ser acionista. A idéia inicial veio com De Gaulle, em 1968. Os textos fundadores sobre poupança salarial de empresa (PEE) foram elaborados por seu Governo.”

Junto aos informantes foi possível detectar que os sindicatos franceses não defendem publicamente o projeto de fundos de pensão, tendo em vista o tabu existente em torno dos fundos naquele país. Em depoimento, o informante aborda a relação entre poupança salarial e fundos de pensão do seguinte modo:

“Os franceses têm hostilidade aos fundos de pensão, ao contrário, eles estão muito satisfeitos com a poupança salarial. Então, porque não utilizar a poupança salarial enquanto fundos de pensão? É somente deixar a poupança bloqueada não somente 05 anos, mas até o momento da aposentadoria.” (Chanu, 2001).

Como mostra Bourdieu (1996a), “Nada é mais realista que as brigas de palavras. Usar uma palavra no lugar da outra é mudar toda a visão de mundo social e, com isso contribuir para transformá-la”. Portanto, a mudança de conceito de fundos de pensão para “poupança salarial” cumpre o papel de transmutar a realidade por meio das palavras, o que ilustra o poder delas, obviamente pronunciadas por alguém que tem poder e reconhecimento.

Vale explicitar que a França tem um sistema de proteção, via repartição, que cumpre razoavelmente o papel de criação e de provedor de laços de solidariedade na sociedade; além disso, pode-se pensar como hipótese provisória, que existe naquele país um significativo culto coletivo ao público e ao nacional, o qual parece ser intrínseco à identidade nacional daquele povo. Nessa perspectiva, dispositivos privados tendem a ser hostilizados.

Como dados ilustrativos citem-se o ponto de vista de políticos considerados “de direita” pelos franceses, como Jospin e Chirac, que em questão de previdência social, ambos mantêm, pelo menos discursivamente, a postura crítica em relação a dispositivos privados e condenam publicamente a substituição do sistema de repartição pelo de capitalização. Assim sendo, como observado, *in loco*, a defesa pública de dispositivos privados promove constrangimento social e é tida como uma profanação do sagrado, que é o público.

Nesse sentido, a pesquisa sugere que o dispositivo de fundos de pensão poderia representar a privatização da previdência pública na França, por isso foi inserido por meio de eufemismos, sendo o que o mais visível é a substituição do nome “fundo de pensão” pela denominação *épargne salariale*.

No trecho a seguir encontra-se uma evidência da proposta da parceria entre capital/trabalho, por intermédio da esfera financeira.

“No desenvolvimento da economia, depois da segunda guerra, é preciso encontrar uma terceira via entre o capitalismo e o coletivismo (...) a participação financeira tem sido uma das maiores ferramentas desta procura que permita conciliar o capital e o trabalho.” (Godfrain⁵⁵, 1998).

Alguns informantes chegaram a abordar a aproximação existente entre os dois dispositivos (fundos de pensão e poupança salarial) conforme o discurso: “A diferença entre poupança salarial e os fundos de pensão é filosófica, na prática não tem muita diferença.” (Informante da CGT francesa). Assim sendo, a lei Fabius (Laurent Fabius), de 19 de fevereiro de 2001, aprovada por meio de *loobies*, tal qual as leis complementares 108 e 109 de 2001 que autorizam a criação e gestão de fundos de pensão via sindicato no Brasil, “visa reforçar os direitos dos trabalhadores e a permitir uma redistribuição mais favorável dos frutos do crescimento econômico que vem a ser mais forte.” (Chanu, 2001).

No livro *Les Enjeux Revendicatifs de l'Épargne Salariale*, pela editora da CGT, o especialista em fundos de pensão e poupança salarial Pierre-Yves Chanu (2001) relaciona explicitamente a poupança salarial com os fundos de pensão: “A Lei Fabius reforça a característica da poupança salarial com os fundos de pensão de poupança⁵⁶ salarial voluntário (PPESV).” (Chanu, 2001).

Segundo os dados coletados na França, é a primeira vez que a “esquerda⁵⁷” defende fundos de pensão naquele país. Assim sendo, observações *in loco* mostraram que a “esquerda⁵⁸” francesa tem começado a se interessar pelo tema.

Nessa direção, merece destaque o papel do deputado do Partido Verde (PV),

⁵⁵ Jacques Godfrain, antigo ministro; deputado.

⁵⁶ Grifo nosso. Neste momento o sindicalista fala da sugestão de inserir o bloqueio do fundo até o momento da aposentadoria.

⁵⁷ A palavra entre aspas indica que a autora segue as categorias nativas, ou a própria categoria nativa.

⁵⁸ Idem.

Alain Lipietz, para quem a idéia da poupança salarial é confiar a aposentadoria complementar a fundos de pensão, geridos por mutuais e pelos sindicatos, conservando, contudo o sistema de repartição para manter um mínimo de solidariedade intergeracional. Visando divulgar suas idéias, o deputado organiza colóquios e seminários a favor dos fundos de pensão. O material pode ser encontrado no sítio criado por ele na *internet*⁵⁹.

Deste modo, o deputado argumenta que a França é a segunda potência em poupança individual, via seguro de vida. “A França não é tão anti-capitalista assim”. Segundo ele, a idéia de fundos de pensão “à la francesa” ou “à la quebequiana”, ganha legitimidade junto a teóricos de esquerda. Entretanto, tal qual os sindicalistas e demais atores sociais que defendem fundos de pensão, o deputado Lipietz faz coro ao discurso contra a privatização da previdência social, da defesa e grande valorização do público.⁶⁰

Na linha de negação dos fundos e afirmação da poupança salarial, o sindicalista Alain PetitJean, responsável pelos fundos de pensão e pela poupança salarial na CFDT, afirmou que esta central se interessa mais pela poupança salarial do que por fundos de pensão, “os fundos de pensão ainda são um “tabu na França”. Ele acrescentou que “a poupança salarial tem um papel central diante da globalização: “a poupança salarial é uma ferramenta central para regular o capitalismo”. (Informante da CGT/francesa). Quando a pesquisadora interrogou sobre a diferença entre os dois dispositivos, o informante respondeu: “A diferença não está clara nem para a gente. Parece a mesma coisa.” (Informante da CGT/francesa).

Portanto, a pesquisa sugere que o dispositivo de *épargne salariale* foi criado como forma de driblar a rejeição que os franceses apresentam pelos fundos de pensão, logo, argumenta que a poupança salarial é um tipo de fundo de pensão. Como observam Pialoux e Beaud (2006:45), “O uso da palavra diz muito da relação com o mundo social”, assim “a mudanças nas palavras envolvem toda uma relação com o mundo”. Na mesma perspectiva, Bourdieu (1996a:08) acrescenta que “todo vocabulário sociológico está repleto de história.”

No caso dos fundos de pensão, o vocabulário envolve uma forte condenação ideológica, já que a previdência complementar é vista como instrumento de “destruição” da previdência social na França. Da mesma forma, os fundos de pensão foram criados por De Gaulle, o que faz com que carreguem elementos valorativos negativos, e sejam

⁵⁹ Para tanto ver o sítio http://lipiezt.net/article.php3?id_article=83.

⁶⁰ As informações foram coletadas no sítio do Deputado já citado e no Jornal *Liberation* do dia 10 de novembro de 2005.

denominados como “política conservadora⁶¹” ou “política de direita⁶²”. Como ensina Douglas (1998:76), “A memória pública é o sistema de armazenamento da ordem social”, logo, é a instituição que nos faz lembrar, esquecer e quando necessário, promove cegueira institucional. Nessa perspectiva, a transmutação dos fundos de pensão para *épargne salariale*, parece uma estratégia que facilita sua aceitação enquanto instrumento de solidariedade.

A resistência aos fundos de pensão é expressa ainda pela existência de somente um único fundo de pensão estatal naquele país, o PROFAN, criado nos anos de 1970. Segundo o informante da CGT, o PROFAN foi criado visando resolver o problema do envelhecimento da população. Em discussão dessa pesquisa com Alain Touraine, o pesquisador acrescentou que “com o PROFAN, a possibilidade da aposentadoria a longo prazo foi finalmente colocada na França.” (Alain Touraine, em discussão dessa pesquisa⁶³).

Portanto, driblando a sociedade francesa, os fundos de pensão foram (re) significados e ganharam denominação de poupança salarial. Sindicatos e Governo se pronunciam/pronunciaram sobre fundo de pensão usando o eufemismo de poupança salarial. Assim sendo, o eufemismo é uma estratégia para a aceitação dos fundos de pensão criados por De Gaulle.

Portanto, aproveitando-se da confusão lingüística em torno da poupança salarial/*épargne salariale* e/ou fundos de pensão, o fato é que a primeira ganhou legitimidade na sociedade francesa. Segundo dados dos informantes, 70% das empresas com mais de 1000 assalariados possuem um PEE, que é uma forma de poupança salarial. Os tipos de planos de poupança salarial são:

- PEE (plano de poupança de empresa);
- PEI (plano de poupança interempresa);
- PERCO (plano de aposentadoria coletiva) - criado durante a reforma da previdência em 2003;
- PERCOI (plano de aposentadoria coletiva interempresa);

Serão explorados a seguir o PERCO e PERCOI, claramente vistos como fundo de pensão, segundo a leitura da autora desta tese.

⁶¹ A palavra entre aspas indica que a autora segue as categorias nativas, ou a própria categoria nativa.

⁶² Idem.

⁶³ Para maiores detalhes, ver Apêndice (Diário de Campo)

4.5.1 PERCO e PERCOI

Apesar da existência de eufemismo para falar em fundos de pensão na França, é bom registrar que a Lei Fabius expressa claramente a existência do dispositivo *épargne salariale* focada na aposentadoria; assim será apresentado o PERCO e o PERCOI.

O PERCO e PERCOI foram criados durante a reforma da previdência em 2003, por iniciativa do CIES, uma organização que une todas as centrais sindicais que defendem a *épargne salariale*. O CIES é contra o fundo de poupança individual, por isso estimulou a criação da poupança coletiva. O PERCO e PERCOI são fundos coletivos colocados em prática somente por acordo coletivo e são bloqueados na empresa por cinco anos.

Conforme informações coletadas durante a pesquisa de campo, os dispositivos possuem um conselho de fiscalização, o qual permite a princípio, que os representantes dos trabalhadores disponham de poder de co-gestão da poupança. Segundo as regras, o PERCO e o PERCOI devem ter a poupança investida em fundo de economia solidária. A *épargne salariale*/poupança salarial acumulada é disponibilizada no momento da aposentadoria sob forma de capital, sendo que as somas podem ser desbloqueadas antes da saída para a aposentadoria.

Após análise de relatórios das centrais sindicais, de dossiês e entrevistas com sindicalistas, observou-se certa similaridade entre a *épargne salariale* francesa, sobretudo aquelas destinadas claramente à aposentadoria, e os fundos de pensão sindicais recém-criados no Brasil. Guardando as devidas especificidades, próprias das diferenças culturais de cada país, sugere-se que a *épargne salariale*/poupança salarial francesa possua os mesmos dispositivos filosóficos e técnicos dos fundos de pensão sindicais implantados no Brasil durante o Governo Lula.

Por característica filosófica, entende-se a idéia de investimento da poupança do trabalhador em atividade produtiva, de responsabilidade social e a participação do trabalhador na sua gestão. Como característica técnica, refere-se à isenção de imposto de renda, à adesão voluntária do patrão, à idéia de portabilidade, de Contribuição Definida, dentre outros. Como mostram os Quadros V e VI, os dois dispositivos têm significativas características em comum:

Quadro V -Fundo de Pensão Sindical do Brasil: autorizado pela lei 108/109/2001

Nome	Isenção de imposto	Quem contribui	O que deve constar	Tipo/Quem pode aderir	Investimento
Plano Instituidor Fundo sindical Previdência Associativa (existiam 11 planos regulamentados até 2006).	Sim, até 12%.	Participante (facultativo ao empregador).	Portabilidade + benefício proporcional definido + resgate; presença do trabalhador no comitê de gestão.	Contribuição definida; realizada por meio de sindicato, centrais, órgãos profissionais. OBS: contribuição do patrão poderá ser resultado da participação em lucros e resultados da empresa	Atividades éticas/responsa bilidade social.

Fonte: Dados desta Pesquisa

Quadro VI - Fundo de Poupança Salarial Francesa: autorizado pela lei Laurent Fabius de 2001

Nome	Isenção de imposto	Quem contribui	O que deve constar	Tipo/Quem pode aderir	Investimento
Perco Representa 2% dos fundos e poupanças francesas.	Sim; vantagens fiscais para empregado e empregador.	Patrão (acordos coletivos); é facultativo o depósito do trabalhador.	Possibilidade de resgate; presença do trabalhador no comitê de gestão.	Contribuição definida; Instituído pela empresa (não é obrigatório) é bloqueado por 5 anos; (exceto casos extremos) OBS: Contribuição do patrão pode ser resultado da participação em lucro ou resultado da empresa (negociável).	Atividade éticas/responsabilidade social

Fonte: Dados desta Pesquisa

Como se pode ver, os momentos-chaves da configuração dos fundos de pensão na França foram justamente os anos de 2001 e 2003, os mesmos anos em que se teve no

Brasil uma intensa discussão que culminou em mudanças dos fundos, como exposto no Capítulo I. Observe-se a cronologia dos fundos franceses a seguir:

- 25 de março de 1997: A lei “Thomas” sobre os planos de poupança-aposentadoria é promulgada;
- 19 de fevereiro de 2001: Promulgação da lei PPESV (Plans Partenariaux d’Épargne Salariale Volontaire);
- 21 de agosto de 2003: A lei aborda a reforma da aposentadoria, criando dois novos dispositivos de poupança: um contrato individual, o PERP, e um contrato coletivo, o PERCO, que é um dispositivo de poupança salarial; a lei sobre tais dispositivos foi promulgada em 2004.

Em meio a discussão sobre “fundos de pensão à la francesa” (*épargne salariale*), o pesquisador Théret⁶⁴ aborda a existência de um debate sobre a criação de “fundos de pensão nacionais” na França, com o objetivo de lutar contra a hegemonia dos fundos anglo-saxões:

“Para outros, o argumento nacionalista é colocado à frente. A França, e mais amplamente a velha Europa, deveria desenvolver os fundos de pensão nacionais (ou europeus) a fim de contrapor-se à hegemonia dos fundos de pensão anglo-saxões nas finanças européias.” (Théret, entrevista ao jornal *Le Monde*, 02/1999).

Assim sendo, o professor argumenta que a Europa e a França já exportam montantes significativos de capitais e o problema, segundo ele, é o tipo de alocação do capital, “que os fundos de pensão não fazem mais do que exacerbar.”⁶⁵

Sobre a possibilidade de criação de fundos nacionais, Philson⁶⁶ afirma que,

“O fato de pertencer a uma nação, qualquer que seja ela, não modifica em absoluto um comportamento predador que sacrifica o nível de emprego e o longo prazo em benefício de lucros imediatos e maximizados (...) a nacionalidade dos fundos de pensão não influencia muito sua estratégia: todos eles repartem os riscos entre as

⁶⁴ La Duperie des fonds de pension, *Le Monde Diplomatique*, fevereiro de 1999.

⁶⁵ La Duperie des fonds de pension, *Le Monde Diplomatique*, fevereiro de 1999.

⁶⁶ Idem.

diversas regiões do mundo, evitando colocar todos os ovos no mesmo cesto.”

Numa linha crítica, essa pesquisa sugere que o fundo de pensão nacional francês já existe, “eufemizado” (disfarçado) sobre o nome de *épargne salariale* e/ou poupança salarial.

Assim sendo, os argumentos expostos sugerem que o projeto de fundos de pensão sindical do Governo Lula e a poupança salarial “à la francesa” (*épargne salariale*) possuem características comuns. Deste modo, a *épargne salariale*/poupança salarial é uma peça do eufemismo francês para aprovação dos fundos de pensão, uma vez que, na prática, os objetivos de ambos dispositivos são idênticos, salvo pequenas especificidades técnicas. Pela análise, a opção pelo nome *épargne salariale* se deve ao fato de que essa denominação facilitaria a legitimidade e o reconhecimento, enquanto o nome fundo de pensão está permeado de elementos historicamente demarcados como negativos.

A transmutação dos fundos de pensão em poupança salarial é uma estratégia discursiva para alcançar a cumplicidade dos interlocutores. O trabalho de Bourdieu sobre “mercado dos bens lingüísticos” ajuda a refletir sobre isso. Nesse estudo, Bourdieu (1996a) afirma que “as palavras ajudam a criar o mundo social” e que não existe palavra sem poder. Assim sendo, já que as palavras têm poder para descrever, nomear e mesmo classificar o mundo social, as palavras “fundos de pensão” aportam uma memória social e um capital simbólico acumulados que definem simbolicamente seu significado. Isso justifica sua substituição pela palavra *épargne salariale*/poupança salarial. Embora o dispositivo seja tecnicamente parecido com o dispositivo “fundo de pensão”, o conceito não aporta, inicialmente, elementos negativamente valorativos.

Considerando-se os conceitos de Bourdieu, é possível sugerir que se trata de uma violência simbólica, no sentido que é possível impor a dominação por meio do eufemismo das palavras. Para Bourdieu (1996a), o vocabulário da dominação está repleto de metáforas: “As palavras traduzem tão bem a ginástica política da dominação ou da submissão”, já que é nas palavras que a ordem social se inscreve de modo oculto e duradouro.

É importante registrar que a idéia “Bourdiana” segundo a qual a dominação só é exercida com a cumplicidade de quem é dominado, aplica-se no caso citado. Observações empíricas sugerem que os franceses aceitam a violência simbólica do

eufemismo, uma vez que a aproximação técnica e filosófica entre fundos e *épargne salariale*/poupança salarial é significativa para se perceber a existência do eufemismo. Contudo, salvo pequenos debates e algumas confusões conceituais em torno de fundos e *épargne salariale*/poupança salarial, não existe na França um debate - nem na sociedade, nem junto aos intelectuais - que associe a *épargne salariale*/poupança salarial aos fundos de pensão. O que existe é um debate a respeito da *épargne salariale*/poupança salarial e do capitalismo acionário.

Para ilustrar esse argumento, cabe lembrar o debate de Philson e Théret sobre a possibilidade de “criação de fundos de pensão nacionais na França”, apresentados nesse item. Como colocado, a *épargne salariale*/poupança salarial já é um tipo de fundo de pensão nacional, “à la francesa”, que busca promover laços sociais entre seus participantes.

Com relação à ausência dos intelectuais no debate, sugere-se que salvo análises críticas de Aglietta e Orléan, que buscam uma análise complexa das relações de força e das ambigüidades na proposta de fundos de pensão, o debate sobre a criação de fundos de pensão está centrado na financeirização da economia e na perda de representatividade dos sindicatos. Assim, a associação do dispositivo de *épargne salariale* com os fundos de pensão não tem chamado a atenção dos intelectuais franceses até o momento.

O eufemismo da *épargne salariale*/poupança salarial pode mostrar mais uma vez que as forças do mercado não são neutras, ou seja, ocorre uma construção em torno da *épargne salariale*/poupança salarial, a qual “se apóia no investimento das instituições da produção e reprodução desta crença” (Bourdieu, 1996a; 2001).

Finalmente, seja fundo de pensão, seja *épargne salariale*/poupança salarial, o fato é que os fundos de pensão/poupança salarial tocam nas relações entre trabalho e capital. Segundo informantes da CFDT, do lado político, Lionel Jospin vê na *épargne salariale*/poupança salarial uma forma de financiar as aposentadorias, aumentar as remunerações, dar poder aos assalariados no contexto de globalização financeira. De outro lado, intelectuais engajados nessa causa de forma emocional e mesmo como militantes afirmam tratar-se de uma substituição parcial da repartição pela capitalização, que acontecerá a longo prazo. (Higelé, Castel, Friot, 2006; Lordon, 2000; Sauviat, 2003).

Avançando um pouco mais a discussão, no próximo item, estão expostos os argumentos de três das centrais sindicais da França, CGT, CFDT e FO, sobre fundos de pensão e *épargne salariale*/poupança salarial.

4.6 Papel dos sindicatos franceses

Com base em pesquisa empírica realizada na Franca, pode-se sugerir que os sindicatos franceses passaram a investir em fundos de pensão, buscando reconquistar a legitimidade perdida. Guardadas as devidas proporções, o sindicalismo brasileiro e o francês encontraram na política de fundos de pensão uma estratégia para sair da “crise” que assola o movimento sindical. Essa questão será discutida nesse item.

Em pesquisa sobre os sindicatos franceses, Grozelier (2006) afirma que estes tentam dialogar com fóruns sociais e europeus. Portanto, existe uma relação de força entre trabalhadores e empresas desfavorável para o trabalhador, que vive sob a pressão do desemprego. Além disso, a precariedade no mundo do trabalho e o medo de perda do emprego são elementos contra as mobilizações sindicais.

Na incapacidade de se posicionarem contra o individualismo dos trabalhadores, os sindicatos viram reduzidas suas possibilidades de ação coletiva, colocando-se na defensiva. Nesse sentido, suas reivindicações não apontam em direção à busca de novos avanços sobre a qualidade do trabalho, ao contrário, a agenda sindical está sendo feita a partir da negociação patronal. Como consequência, não são os sindicatos que dão a pauta do momento; estes estão correndo atrás da agenda dos patrões, o que mostra desvantagem e enfraquecimento.

Essa fragilidade dos sindicatos, facilmente notada pelo seu interlocutor, seja ele os patrões, seja o Governo, prejudica a unidade dos sindicatos e dificulta a formulação/reformulação de novas respostas que considerem as demandas dos trabalhadores e a nova organização do trabalho. Assim sendo, devido à falta de poder, os sindicatos dificilmente podem propor alternativas visando mudanças. Para Leôncio Rodrigues, (2002), o sindicalismo francês tem uma história marcada por conflitos entre os próprios sindicatos ligados a diferentes correntes sindicais e ideológicas. O autor citado argumenta que o sindicalismo francês é de extrema fragilidade. Para Pernot (2005), a CGT tem dificuldade de mostrar sua eficácia aos trabalhadores, pois não consegue se adaptar às transformações econômicas e sociais contemporâneas.

Da mesma forma que os sindicatos brasileiros, as centrais sindicais francesas começam a investir nos fundos de pensão/poupança salarial, a defender o capitalismo acionista salarial e a buscar o diálogo com os sindicatos europeus. Portanto, apoiados no discurso de acionista salarial, os sindicatos franceses passam a reivindicar a gestão dos

fundos de pensão/poupança salarial e a buscar uma responsabilidade financeira, além da já conhecida responsabilidade de militante. Assim, o ponto de vista das três mais importantes centrais sindicais francesas, isto é, a Confédération Générale du Travail (CGT), a Confédération Démocratique Française du Travail (CFDT)⁶⁷ e a Force Ouvrière (FO) sobre a temática de fundos, são pontuadas a seguir.

4.7 Confédération Générale du Travail (CGT)⁶⁸

A CGT se mostra favorável à *épargne salariale*/poupança salarial ou poupança de aposentadoria, que quando investida na empresa não deve ser considerada como um “capital”, mas como uma “poupança salarial”, que exige segurança, transparência e democracia. É uma “renda diferenciada”. Para a CGT “não se pode deixar que o sistema desenvolva sem controle.” (NOTE économique, n.º. 101, juin, 2006).

Historicamente, a CGT é contra a esse tipo de dispositivo, pois acredita que o mesmo vem a concorrer com o salário e fazer com que este seja dependente da atividade

⁶⁷ Serão apresentadas brevemente as centrais francesas ao público brasileiro, contudo é importante ressaltar que essa apresentação possui limites. Assim sendo, segundo Leôncio Rodrigues (2002), o sindicalismo francês tem uma história especialmente conturbada, permeada de conflitos entre sindicatos ligados a diferentes correntes partidárias e ideológicas. Cinco organizações principais representam o sindicalismo francês, a saber:

CGT: central comunista que se vangloria de ser a central do trabalhador fabril, dos manuais, da classe operária.

FO: moderadamente socialista; surgiu da cisão entre socialistas e comunistas no meio sindical, durante o início da Guerra Fria.

CFDT: originalmente católica e posteriormente socialista “gestora”.

CFTC: católica, da qual originou a CFDT.

CGC: agrupa engenheiros, técnicos, supervisores, etc.

O autor acrescenta que a França é o país de maior baixo índice de sindicalização de toda a Europa ocidental, inferior inclusive a países como Grécia e Espanha. Para saber mais sobre o sindicalismo francês ver de Leôncio Rodrigues, *Os Destinos do sindicalismo*, São Paulo, Edusp, 2002. Para esse assunto, ver especialmente o capítulo III.

⁶⁸Faz-se necessário pontuar uma observação sobre as relações entre CUT e CFDT. Apesar da agenda da CUT possuir alguma influência da CFDT, já que existe uma rede de troca entre as duas centrais e sobretudo uma relação histórica, observou-se, empiricamente, que a CFDT tem perdido diálogo junto à CUT para a CGT francesa. Em pesquisa de campo em Paris foi possível constatar que existe uma concorrência interna entre as centrais francesas para decidir quem influencia o sindicalismo brasileiro, considerado estratégico na América Latina. Vale lembrar que historicamente, foi a CFDT que promoveu maior diálogo, contudo, os dados exploratórios mostram o princípio de uma mudança nesse quadro, já que as novas gerações da CGT e da CUT têm iniciado um diálogo mais fecundo. Um interessante ponto a ser investigado futuramente.

da empresa, colocando em perigo o equilíbrio financeiro da proteção social através da exoneração de cotizações sociais. Segundo informante da CGT, o problema era deixá-lo se desenvolver sem rígido controle, por isso a CGT passou a se interessar pelo dispositivo.

Ainda, segundo a central, a *épargne salariale*/poupança salarial pretende acabar com a oposição entre capital/trabalho criando um capitalismo popular, no qual o trabalhador vem a ser acionista da empresa. Contudo, a central não concorda com a criação de fundo de pensão sindical, como temos no Brasil; defende que os sindicatos devem apenas gerir, mas não lhes é permitido tocar em dinheiro.

Interessante observar que a CFDT compartilha do mesmo discurso, o que fica claro nesse depoimento:

“Na França os sindicalistas não tocam o dinheiro, é somente a gestão. Nicole se ocupa da VIGEO mas pega mal, ela é ligada à CFDT, mas sua empresa é pessoal. Existe sempre o risco quando o sindicato toca o dinheiro, assim mesmo a gestão sindical dos fundos de pensão é sempre uma forma de organização.” (Informante CFDT/francesa).

Cabe lembrar que foi esse tipo de depoimento que estimulou a leitura já apresentada sobre “limpeza” de dinheiro “sujo”. Embora a tese não tenha focalizado de forma intensa a questão, é importante frisar que a idéia de “limpeza do dinheiro sujo” esteve presente no conjunto das entrevistas⁶⁹.

Hilegé, Castel e Friot, (2006), observam que a proposição defendida pela CGT desde 1980 era a de “uma poupança não especulativa, que devesse ser voluntária, gerida por trabalhadores e que se tornasse um novo instrumento para um novo desenvolvimento econômico e social, se opondo aos critérios tradicionais de ganhos.”

Já no 48º Congresso da CGT, realizado em Lille, em abril de 2006, esta central afirmou que a globalização financeira mudou o sindicato, colocando em competição todos os atores, ou seja, trabalhadores e empregados. Dessa maneira, a autora acredita que o conceito de trabalho se transformou o que leva a CGT a buscar novas alternativas de luta, dentre as quais, a poupança salarial.

A CGT argumenta que a defesa dos interesses dos trabalhadores deve-se prolongar pela gestão da empresa, ou seja, que o sindicato não deve fazer somente o acompanhamento social, mas que o trabalhador deve ter direitos e poderes de participar

⁶⁹ É possível que a autora se dedique à problemática em artigos futuros.

da gestão da empresa. Portanto, a CGT vê de maneira positiva a institucionalização do acionista salarial.

Apesar de não ser hostil à existência de representação dos acionistas salariais, a central defende que a representação só deverá ser possível sob a condição de que haja nela a presença de trabalhadores eleitos. Trata-se de evitar que a representação dos acionistas salariais substitua a dos trabalhadores. Nessa direção, a central defende uma associação paralela (inter-sindical), apoiada pelos sindicatos, para representar os acionistas salariais nas empresas. Segundo o sindicalista Chanu da CGT, seria uma forma de driblar a contradição do trabalhador *versus* acionista. “A existência da organização inter-sindical evita a mistura das coisas.” (Chanu, 2001).

Em livro sobre fundos de pensão, o sindicalista Chanu afirmou:

“Existe uma contradição inevitável na situação dos acionistas salariais. Como trabalhador, ele é responsável por reivindicações sobre os trabalhadores, sobre emprego, etc. Mas ele é também um acionista através da poupança investida na empresa, poupança onde o valor depende do desenvolvimento da ação.” (Chanu, 2001:15-16).

No que se refere à presença de trabalhadores nos Conselhos do Fundo (FCPE), a CGT é favorável às eleições pela lógica de “um indivíduo, uma voz”. Da mesma forma, pontua exigências no que se refere à Poupança Salarial (PS)/*épargne salariale*:

- PS deve ser gerida pelos assalariados;
- PS deve ser gerida em excelentes condições de segurança;
- PS deve ser usada para o desenvolvimento econômico de territórios (fundo regional para o emprego), e obviamente da mesma forma que os já conhecidos fundos éticos e de economia social;
- PS para desenvolver o crescimento do emprego, contribuir para outra lógica de financiamento do serviço e do crescimento do emprego.

Em entrevista a essa pesquisa, Chanu afirma que a *épargne salariale*/poupança salarial é uma especialidade francesa e fala do dispositivo enquanto instrumento de aposentadoria: “A gente pode utilizar a poupança salarial para aposentadoria, é melhor do que criar fundos de pensão” (frisa que poupança salarial não é um produto de aposentadoria, mas uma poupança de longo prazo, que pode ser usada na aposentadoria).

E acrescenta que “é necessário desenvolver a aposentadoria por capitalização.” (Informante CGT/francesa).

Finalmente, sobre a gestão de fundos de pensão, o informante da CGT afirmou que “a gestão não está em jogo, somente o controle da poupança salarial interessa aos sindicatos. A idéia é não colocar a mão no dinheiro.” (Informante CGT/francesa).

Mais uma vez, o dinheiro oriundo dos fundos de pensão é sugerido como algo “sujo”, intocável.

4.8 Confédération Française Démocratique du Travail (CFDT)

Em pesquisa na CFDT, detectou-se que essa central aceita o dispositivo de fundos de pensão, com a única condição (pelo menos discursivamente) de que este não substitua a aposentadoria por repartição. Hilegé, Castel e Friot, (2006), argumentam que desde 1991 o Secretário Nacional, Jean-Marie Spaeth, afirmou não se opor à poupança individual ou coletiva: “a condição é de que o interesse dos trabalhadores seja garantido, e que ele não se coloque contra o sistema atual de aposentadoria.”

A central passa a defender o “acionista salarial” baseada no argumento de que, mesmo com a compra de ações e o grande sucesso daquele junto aos trabalhadores, as organizações sindicais se encontraram ausentes desse campo.

Quanto à criação de associação de acionista, a CFDT afirma que a idéia é pensar “as ambigüidades que fez nascer à confusão discursiva sobre o acionista salarial, associação do capital e do trabalho, ou a finalização de conflitos nas empresas.” A CFDT defende que a representação dos trabalhadores, que já existe nas empresas privatizadas, deve ser generalizada para as demais. Defende, ainda, que os sindicatos não se oponham ao princípio de acionista salarial no conselho de administração, à condição indispensável de que o conselho seja administrado pelo trabalhador.

A CFDT acredita que para melhorar sua legitimidade os representantes de acionistas salariais deverão:

- chegar à cabeça da empresa por meio da democracia empresária, na lógica de “um indivíduo, uma voz”;
- representar uma fração significativa dos acionistas salariais.

Apesar da CFDT declarar apoio aos princípios de governança corporativa aplicados aos fundos de pensão, o informante sente-se confuso ao falar sobre governança corporativa. Os sindicalistas defendem, mas não sabem ao certo do que se trata.

Como parte da criação dos fundos de pensão, a central tem se organizado em parcerias com instituições, ou mesmo consultorias, buscando orientar a sociedade quanto ao “uso prudente” dos recursos dos fundos. Como dado ilustrativo, cita-se o papel da VIGEO, ou seja, uma agência de origem sindical, criada pela ex-dirigente da CFDT Nicole Notat, juntamente com o também sindicalista da CFDT, François Troglic, em julho de 2002, após uma viagem a Quebec. Naquele momento, tiveram inspiração para a criação de uma empresa de classificação/vigilância, depois de entrar em contato com o Fundo Solidário de Quebec.

“Nós fizemos uma viagem aos Estados Unidos em 1999 e eu quis ir ao Quebec. Fiquei impressionada pela experiência dos fundos de pensão e da poupança salarial criados pela FTQ, o principal sindicato do Quebec, que desde o começo realizou o investimento socialmente responsável”. (*L'Expansion*, nº 674, abril, 2003)⁷⁰.

Segundo Nicole, a viagem serviu para mostrar que os sindicatos franceses não podem ficar fora da gestão da *épargne salariale*/poupança salarial. Vale acrescentar que foi a então secretária geral da CFDT, Nicolet Notat, que cunhou o termo de “reformismo” internamente à central, nos anos de 1990.

Definindo com mais precisão, a VIGEO é uma empresa de classificação/vigilância que busca reunir e classificar empresas de acordo com critérios de responsabilidade social; faz uso de sua rede de contatos, estabelecida durante o tempo em que seus dirigentes militavam no movimento sindical. O projeto teve apoio da CFDT e de outras sete organizações sindicais. Além da VIGEO, o movimento sindical está criando uma nova rede visando debater/promover o desenvolvimento sustentável, a educação financeira, isto é a *Confrontations*, uma associação formada por sindicalistas de toda a Europa.

Assim sendo, essas instituições intermediárias, formadas por técnicos que passam a se alimentar e a sobreviver do sistema, aparecem como os árbitros dos mercados, realizando a auto-regulação. No caso da VIGEO, trata-se de uma consultoria de origem sindical.

Sobre possíveis constrangimentos a respeito da criação da empresa de consultoria por sindicalistas, o informante da CFDT declarou: “Nicole se ocupa da VIGEO, mas

⁷⁰ Ver na Referência Bibliográfica Les réseaux de Nicolet Notat, *L'Expansion*, nº 674, abril, 2003.

pega mal, afinal ela está ligada a CFDT (...) mas é bom ter claro que sua VIGEO é pessoal⁷¹”.

No que se refere à presença dos sindicatos na gestão de fundos de pensão e/ou poupança salarial, os informantes declararam: “Uma parte do capitalismo é do trabalhador. O sindicato deve se ocupar do trabalhador. Não é normal que os sindicalistas não sejam legítimos para defender o dinheiro do trabalhador.” (Informante CFDT/Francesa). Nessa mesma perspectiva, outro informante afirmou que, “O trabalhador é o proprietário dos meios de produção; assim, o trabalhador quer ter o dinheiro transformado em uma empresa. E por que deixar seu dinheiro ser gerido pelos outros?!”⁷².

No que se refere ao diálogo entre capital e trabalho, o informante questiona: “É o mercado financeiro que ganha o sindicato ou o sindicato que recupera o mercado financeiro?” (Informante CFDT/Francesa). Em sua análise, os ganhos são para ambos os lados.

Contudo, é importante frisar que embora defendam a gestão dos fundos, via sindicato, os informantes da CFDT pedem cautela, para que o papel dos sindicalistas não seja confundido com o de empresários: “O dinheiro está lá. Os sindicatos devem administrar, mas os sindicalistas não podem se tornar banco. Não podem perder seus papéis (...) mas, os trabalhadores devem se interessar, pois as empresas não são do patrão, são do empregado.” (Informante CFDT).

Na mesma linha dos argumentos morais encontrados nas entrevistas realizadas no Brasil, o sindicalista da CFDT, afirmou que “os fundos de pensão são uma estratégia frente à globalização. E que os mesmos representam uma nova forma de solidariedade.” (Informante CFDT/Francesa).

⁷¹ Informante da CFDT/central sindical francesa.

⁷² Informante da CFDT/central sindical francesa.

4.9 Force Ouvrière (FO)⁷³

De todas as centrais, a FO é justamente aquela que se coloca mais na oposição contra toda forma de capitalização, e mantém um ponto de vista mais crítico do que a CGT e a CFDT. Com reticências iniciais, esta central teve poucas iniciativas e fez muito poucas proposições neste assunto.

A FO acredita que o acionista salarial acentua as confusões de *status* e divergência de interesses existentes entre os trabalhadores e os acionistas (Hilegé, Castel e Friot, 2006). Acrescenta que a presença de trabalhadores nos conselhos de administração ou de vigilância passa a associar os trabalhadores à gestão da empresa, validando todo tipo de decisão. Além disso, acredita que isso reduzirá o papel das organizações sindicais.

Portanto, olha com desconfiança para as associações de acionistas. Segundo a FO, trata-se de grande perigo, porque os trabalhadores não serão mais definidos pela categoria sócio-profissional, nem defendidos por suas organizações (Hilegé, Castel e Friot, 2006). Nessa linha argumentativa, os dirigentes da FO acreditam que os trabalhadores ficarão livres para planejar seu futuro individualmente; livres para comprarem planos e acumularem dividendos; livres do engajamento social e coletivo na proteção social, logo, será o fim da identidade coletiva do trabalhador. (Hilegé, Castel e Friot, 2006).

Acrescenta que as organizações sindicais serão ameaçadas pelas associações de acionistas salariais, que “tentam impor toda decisão a um novo colegiado que representará os acionistas salariais.” (Hilegé, Castel e Friot, 2006). Nesse sentido, o acionismo salarial é responsável por uma “nova ordem social/sindical” que conduz a uma situação conflitual entre trabalhador e sindicatos.

Finalmente, a FO acredita que os trabalhadores “serão manipulados por acionistas, e passarão a afrontar os sindicatos, colocando obstáculos a sua prosperidade.” (Hilegé, Castel e Friot, 2006). Como consequência, “a confrontação capital/trabalho toma novo vigor e vida”, (Hilegé, Castel e Friot, 2006), e leva a uma confrontação “trabalho-trabalho” que ganha novas dimensões, a saber, entre ativos e inativos, entre ativos e eles mesmos, entre trabalhadores e desempregados, entre trabalhadores e sindicatos.

⁷³ Os dados aqui expostos são resultados de pesquisa bibliográfica e de participação em congresso acadêmico francês onde houve discussão sobre a postura da FO. Apesar de diversas tentativas de agendamento de entrevista ou encontro com os dirigentes da FO, a pesquisadora não foi recebida por essa central, nem recebeu resposta dos *e-mails* enviados.

Como resultado dos divergentes pontos de vista entre as centrais sindicais francesas sobre fundos de pensão e acionista salarial, surgiram as associações independentes, dentre as quais a ADESA (Associação em Defesa dos Acionistas Salariais), criada em 1998.

Depois da privatização das estatais, essas associações se multiplicaram dando origem a uma federação, a Fédération Française des Associations (FAS)⁷⁴, autora de certo número de princípios visando compartilhar os projetos e os ganhos da empresa.

Tal como essa federação, existe no Brasil, o Instituto Nacional de Investidores (INI)⁷⁵, que tem função parecida. Pode-se ter acesso ao seu sítio por meio do sítio da Central Geral do Trabalhador (CGT), que mantém um *link* para este.

4. 10 Comité Intersyndical de l'Épargne Salariale (CIES)

As centrais sindicais francesas criaram, conjuntamente, um Comitê Intersindical de Poupança Salarial (CIES), com objetivo de discutir sobre os fundos de pensão/poupança salarial e orientar sobre investimento da poupança de forma socialmente responsável. É o interlocutor sindical nas questões de poupança salarial junto ao Governo, ao mercado e aos demais atores.

O CIES foi criado em 29 de janeiro de 2002 pela Confédération Française des Travailleurs Chrétiens (CFTC), pela Confédération Generale des Enquadrant (CFE), pela Confédération Française Démocratique du Travail (CFDT) e pela Confédération Générale du Travail (CGT). De todas as centrais, a Force Ouvrière (FO) é a única que não faz parte desse Comitê, pois “acredita que os fundos de pensão possam “perturbar” a categoria dos trabalhadores e fragilizar sua unidade política”, como exposto anteriormente.

Discursivamente, os objetivos do CIES são lutar contra a substituição do salário pela poupança salarial, proteger a poupança por repartição e defender que todas as decisões se façam em consenso. Tem como princípio controlar, mas não gerir os investimentos da poupança salarial, da mesma forma que busca rejeitar toda a substituição financeira da política salarial e as regras de financiamento da aposentadoria. “O fator principal do desenvolvimento da poupança salarial é a baixa da taxa de

⁷⁴ Ver o sítio www.fas.asso.fr

⁷⁵ Está alojado no sítio www.ini.org.br segundo o qual o INI é formado por 1.948 associados pessoas-físicas, 17.540 cadastrados, 324 clubes de investimento, 24 empresas fundadoras, 06 empresas associadas, 33 empresas orientadoras e 29 corretoras parceiras.

investimento das aposentadorias por repartição e a crença dos salários para o futuro deste.” (CIES, 2004: 40).

O Comitê assina acordos nacionais e internacionais de caráter profissionais, visando colocar em prática os planos de *épargne salariale*/poupança salarial. Portanto, oferece uma nota com certos critérios aos produtos de poupança avaliados/classificados. Importante registrar que o Comitê avalia e classifica somente produto, jamais instituições. Os critérios adotados são a segurança da poupança, qualidade técnica das prestações, fragilidade das taxas de gestão, controle efetivo das ofertas pelos representantes dos trabalhadores e processos de investimento socialmente responsável.

Trata-se de mais uma institucionalidade criada pelo mercado de fundo de pensão na França, e traduz a organização e o intenso diálogo entre as centrais francesas no tema. Mostra as aspirações das centrais sindicais, no que se refere aos interesses pelos temas de desenvolvimento sustentável, de responsabilidade social e de fundos de pensão. Ajuda a criar, reproduzir e manter a crença na poupança salarial enquanto fornecedora/provedora de laços sociais intergeracionais. Existe ainda na França uma outra instituição, a AFER (Association Française d'Épargne de Retraite), que cumpre o mesmo papel, tal como o CIES.

4.11 Considerações

O Capítulo cumpre a tarefa de esclarecer como acontece o interesse por fundos de pensão nos Estados Unidos, Canadá e França. A seleção desses países deve-se pelo fato de terem sido citados como referência na elaboração dos fundos de pensão brasileiros. A análise sobre as reais influências será feita no Capítulo IX.

Observa-se que os fundos de pensão dos Estados Unidos são geridos pelo dispositivo do *trust* e que os do Canadá souberam sabiamente realizar uma união entre social e financeiro, sobretudo o Fundo Solidário de Quebec, no qual a cultura de investimentos solidários equilibra de forma responsável a rentabilidade, o pagamento das aposentadorias e os investimentos produtivos.

Na França, inicialmente, as centrais sindicais foram reticentes com relação aos fundos de pensão; com o crescimento do acionista salarial, após as privatizações, as centrais sindicais se viram obrigadas a se interessar pela poupança salarial. Sugere-se nessa tese que a poupança salarial francesa é uma forma “eufemizada” de fundo de pensão. Devido à hostilidade francesa aos dispositivos privados, sobretudo aos fundos de pensão, criados por De Gaulle, o Governo e as centrais sindicais realizaram uma transmutação da realidade, transformando os fundos de pensão em um dispositivo de boa aceitação, ou seja, em *épargne salariale*/poupança salarial.

CAPÍTULO V – GOVERNO LULA E O DIÁLOGO COM O MERCADO FINANCEIRO: INCLUSÃO SOCIAL, VIA MERCADO

Neste Capítulo, será mostrado que o diálogo entre Governo, sindicatos, centrais sindicais e mercado financeiro não é algo restrito à política de fundo de pensão; ao contrário, é uma tendência que evidencia uma convergência de interesses dos atores citados, a qual é expressa em diversas ações simbólicas/discursivas e efetivas no mercado financeiro.

Com apoio de material empírico coletado na imprensa nacional, em revistas especializadas, órgãos representativos e entrevistas com informantes, mapeou-se a construção dessas relações, apontando a convergência de interesses, expostos ao longo desse capítulo. O argumento apresentado é de que a política de inclusão social, via mercado, traduz o projeto de “moralização” e de “domesticação” do capitalismo defendido e colocado em prática pelo PT, tornando-se, em certa medida, impossível pensar a nação fora do mercado financeiro durante o Governo Lula.

5.1 A Esquerda e o Mercado Financeiro: construção de uma relação, convergência de muitos interesses

A inspiração dessa pesquisa de Doutorado veio da observação empírica de que, após a posse de Lula (2003), o Governo passou a realizar um conjunto de ações, algumas vezes simbólicas outras efetivas, com o objetivo de tranquilizar o mercado financeiro quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Contudo, o interesse em dialogar com o mercado financeiro, bem como “acalmá-lo”, às vésperas das eleições presidenciais de 2002, surgiu durante a campanha eleitoral do PT, momento que evidenciou uma busca por novos interlocutores. Exemplos ilustrativos dessa aproximação é a *Carta aos Brasileiros* (ver anexo II) na qual o então candidato Luis Inácio Lula da Silva se comprometeu, diante da sociedade, a cumprir todas as obrigações assumidas pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, mantendo os contratos feitos com o mercado interno, com o mercado externo e com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A histórica visita de Lula à Bolsa de

Valores (Bovespa), no dia 05 de agosto de 2002, quando defendeu a popularização do mercado de capitais, também deve ser lembrada como marco desse processo. A ocasião foi denominada pela imprensa como a “Queda do Muro de Berlim”.

Com a matéria de capa *Lula não assusta mais*, a revista *Isto é* trouxe o depoimento do Presidente da Bovespa, Raymundo Magliano: “Foi primeira vez que recebemos, nos 112 anos de Bolsa, um candidato com visão esquerdista e um sindicalista como ele. É uma ruptura. Lembro-me muito bem: uns cinco anos atrás, o PT esteve numa manifestação em que a Bovespa foi apedrejada.” (*Isto é*, nº 1715, 08/2002).

No decorrer do tempo, a aproximação com o mercado financeiro foi ganhando novos ingredientes, tais como o Projeto Parceria Público-Privado (PPP), o Programa Nacional do Microcrédito, a criação do Banco Popular (BP), a participação dos trabalhadores no mercado acionário, estímulo aos clubes de investimentos, à criação da Bolsa de Valores Sociais (BVS) e à política de fundos de pensão, dentre outras ações que buscam (buscaram) a “bancarização” das classes populares.

A seguir, será abordado os projetos/programas de inclusão social, via mercado do Governo Lula⁷⁶.

5.2 Projeto Parceria Público-Privado (PPP)

No primeiro Governo Lula, um tema que esteve muito presente na agenda do Governo foi o Projeto de Parceria Público-Privado (PPP). Naquele momento, os fundos de pensão ganharam maior notoriedade, pois foram concebidos como ferramentas para se colocar em prática o projeto de desenvolvimento da nação.

O PPP foi a alternativa do Governo à falta de recurso para investimento em obras de infra-estrutura e teve como principal alavancagem os fundos de pensão, ou seja, pretendeu-se contar com a poupança dos fundos de pensão para a realização de obras de infra-estrutura. O PPP foi mais uma forma de falar da “moralização das finanças” no Governo Lula, já que busca utilizar os recursos dos fundos de pensão em prol de atividades produtivas. Sabe-se que o PPP não foi consolidado até o início do segundo mandato Presidencial (primeiros meses de 2007). Contudo, sua importância nessa tese se

⁷⁶ Embora não tenha sido realizado um estudo sobre os programas “Bolsa Família” e “Renda Básica da cidadania”, implantados pelo Governo Lula, a autora entende que estes programas de inclusão social, via mercado, fazem parte do contexto de “domesticação e/ou moralização” do capitalismo analisado na tese.

justifica por ter sido uma das estratégias do Governo difundidas em direção à inclusão social, via mercado.

O projeto PPP provocou grandes expectativas no ano de 2005, quando ocupou páginas na imprensa nacional, nos noticiários da TV e nos debates diários do Congresso. Junto ao setor de fundos de pensão, o PPP colocou uma discussão em que os fundos de pensão aparecem como personagens centrais no desenvolvimento social e econômico da nação.

A representante máxima dos setores de fundos de pensão, a Associação Brasileira de Previdência Privada (ABRAPP), argumentou que,

“Projetos de habitação, saneamento, transporte e demais serviços públicos poderão ser financiados através de condições altamente vantajosas para os fundos de pensão e que permitam maior eficácia nas ações governamentais de longo prazo.” (ABRAPP, 2003:36⁷⁷).

O Presidente da ABRAPP, Fernando Pimentel, acrescentou que “os fundos teriam disposição para investir cerca de 15% de seu patrimônio no PPP, algo em torno de 30 bilhões. (*Fundos de Pensão*, nº 288, 2003).

Importante frisar que os Presidentes dos três maiores fundos de pensão do país, ou seja, Previ, Petros e Funcef, viram com otimismo o investimento em PPP. O Presidente da Petros, Wagner Pinheiro, comentou sobre a possibilidade do PPP atrair investimento externo: “Se os projetos contarem com regulação e governança corporativa adequada, há chance de atrair investimentos estrangeiros.” (*Fundos de Pensão*, nº 288, 2003).

Naquele contexto, os fundos de pensão associados à ABRAPP contaram com o apoio de uma empresa de consultoria, a Trevisan, para selecionar projetos adequados ao perfil do fundo de pensão. Para tanto, a Trevisan realizou a análise dos 23 projetos PPP relacionados pelo Governo (ver anexo III), visando identificar aqueles que seriam adequados ao investidor institucional, bem como as formas de participação. Sobre a questão, o Presidente da Previ⁷⁸ afirmou: “Nós temos acompanhado atentamente os estudos e após a conclusão faremos a opção pelo projeto mais adequado.”

⁷⁷ Ver na Referência Bibliográfica o item cartilhas/apostilas consultadas.

⁷⁸ Revista *Fundos de Pensão*, nº 301, 2005.

As empresas que queriam investir em PPP deveriam ter o limite mínimo de 30% de capital próprio. A medida buscava evitar que empresas totalmente financiadas pelo BNDES participassem das PPP. Os fundos de pensão de empresas estatais não precisariam cumprir esse limite. Ao setor público (município, federal) foi autorizado o limite de 1% da arrecadação total com o PPP.

O então ministro do Planejamento, Guido Mântega, definiu o conceito de PPP em entrevista à revista *Conjuntura Econômica*:

“Antigamente o Estado era responsável por uma boa parte dos investimentos em infra-estrutura que o país precisava. A partir da crise fiscal dos anos 1980, essa capacidade de investimento do Estado ficou reduzida. Apesar de nossos esforços para alocar o máximo possível de recursos na construção de estradas, na contratação de ferrovias, ampliação de portos, a nossa capacidade de investimento está muito limitada. O PPP é o casamento mais produtivo entre o Estado, que determina quais são os projetos de infra-estrutura necessários para o desenvolvimento do país, e a iniciativa privada, que terá a oportunidade de canalizar os seus recursos para investimentos rentáveis e produtivos.” (*Conjuntura Econômica*, nº 3, 2003).

Mântega falou da importância da parceria com os fundos de pensão, e declarou que essa parceria era urgente para a implantação de projetos para a recuperação e implantação de diversos setores de infra-estrutura do Brasil. “O Governo está finalizando sua política para três setores: indústria, tecnologia e agropecuária, o que permitirá identificar mais claramente a necessidade de cada segmento da economia e sua carência de investimento.” (*Fundos de Pensão*, nº 288, 2003).

Falou ainda sobre garantias oferecidas aos fundos de pensão: “Não será uma situação que ocorreu no passado, em que os fundos de pensão chegaram a perder dinheiro em empreendimentos de caráter duvidosos. Serão empreendimentos sólidos.” (*Fundos de Pensão*, nº 288, 2003).

Sobre o investimento em atividade produtiva, o então Diretor da Previ, Sérgio Rosa, afirmou que “o caminho não é os fundos se afastarem do chamado “investimento produtivo” mas sim, desenvolverem todo o potencial para melhorar a governança das empresas, diminuindo os riscos dos investimentos, convencendo e impulsionando parcerias nessa direção.” (Rosa, 2002).

Com o projeto PPP, o Governo buscou, discursivamente, utilizar-se dos recursos dos fundos como instrumento de inclusão e desenvolvimento social do país, priorizando a atividade produtiva, capaz de gerar renda e emprego, em detrimento do capital especulativo. No sentido sociológico, revela-se aqui mais uma estratégia visando à moralização do dinheiro dos fundos, oriundos de atividades consideradas ilegítimas no contexto, como a especulação. Da mesma forma, tem-se uma estratégia de “limpeza” desse dinheiro “sujo”.

Até o início do segundo Governo Lula, o projeto PPP não foi realmente colocado em prática, tendo realizado somente investimentos tímidos. Contudo, é preciso lembrar o simbólico que foi incorporado a esse projeto, dando maior robustez à idéia de fundos de pensão enquanto elemento “moralizador do mercado”. Afinal, o PPP apareceu na agenda de desenvolvimento sustentável do Governo Lula utilizando-se dos recursos dos fundos de pensão. Portanto, apresentar o PPP nessa tese, que busca argumentar sobre o discurso de “moralização do capitalismo” durante o Governo Lula, visa reforçar a construção social em torno da “humanização do capitalismo”, o que faz a pesquisa sugerir que a dimensão do econômico tem eufemizado a dimensão do político.

Como dimensão política entende-se a “moralização do capitalismo”; assim, a dimensão econômica dos fundos de pensão oculta a dimensão política e mesmo moral do Governo Lula.

Finalmente, no início do segundo mandato, em 2007, o Governo Lula novamente chamou a atenção para o uso do FGTS na promoção do desenvolvimento sustentável do país, investindo parte de seus recursos no recém-criado Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Da mesma forma que o PPP, o PAC tem causado polêmica, ocupando espaço nas discussões dos congressistas, dos sindicalistas, da imprensa e da sociedade civil. Acredita-se interessante uma pesquisa que busque as relações “políticas e morais” entre o PAC, do segundo Governo Lula, e o PPP, do primeiro Governo Lula.

5.3 Microcrédito e Banco Popular do Brasil (BPB)

O ano de 2005 foi o “Ano Nacional do Microcrédito”. Naquele momento, o Governo priorizou trabalhadores rurais, pessoas de baixa renda, formação de cooperativas e autorizou uma linha de crédito para trabalhadores libertados do regime de escravidão. O objetivo, segundo o então Ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, é de

que os trabalhadores pudessem se sustentar como produtores rurais, mantendo-se no campo.

Outra estratégia de inclusão social através do microcrédito refere-se a um Programa da Caixa Econômica Federal (CEF), que busca ajudar o trabalhador a fazer empréstimo e a investir. O projeto-piloto atende cooperativas, para quem o Banco fornece até 600 reais em empréstimo, além de dar dicas de como alavancar o negócio. (Programa *Voz do Brasil*/ 06/06/2005).

Um exemplo de projeto microcrédito implantado pela prefeitura de São Paulo é o programa *São Paulo Confia*. Este projeto possui como objetivo estimular pequenos empreendedores na população carente da cidade. O programa recebe recursos do BNDES e os empresta a pequenos empresários (comerciantes, cabeleireiros, jornaleiros etc), à taxa de 3,9% ao mês.

O Presidente da Associação Brasileira de Dirigentes de Entidades Gestoras e Operadoras de Microcrédito (ABCRED), José Caetano Lavorato Alves, criticou o excesso de regulamentação do Governo sobre o setor: “Os tecnocratas inventam regras e esperam que a realidade se adapte a estas regras, e não o contrário.” (*Valor Econômico*, 22/09/05). Lembrou, ainda, que o setor precisa de dinheiro, não de burocracia.

O Banco Popular do Brasil (BPB), que é subsidiário do Banco do Brasil, lançou no final de maio/2005 uma linha de financiamento de materiais de construção, com juros reduzidos. A linha prevê a realização de convênios com entidades ligadas à construção civil e prefeituras. Segundo informações do Governo, o cliente do BPB têm acesso a uma conta corrente movimentada por meio de um cartão de débito, com o qual os clientes estão habilitados a contratar empréstimos, além de ter acesso ao crédito para a compra de material de construção, fundos de investimento e seguros. O Governo afirma que o próximo passo é o banco oferecer cartão de crédito aos clientes⁷⁹.

Oliveira (2006)⁸⁰ lembra o caráter contraditório no crédito do sistema capitalista. A partir disso, essa pesquisa sugere que da mesma forma que possibilita a idéia de inserção empreendedora, de flexibilidade, de inclusão social e de “democratização” dos mercados, o crédito pode levar à dependência financeira do trabalhador, que passará a

⁷⁹ Ver o jornal *Folha de São Paulo*, do dia 02/02/2004.

⁸⁰ Conferência proferida por Francisco de Oliveira na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), Paris, em novembro de 2005, no *Grupo de Reflexão sobre o Brasil Contemporâneo*, coordenado pelo Diretor do Centre de Recherche sur le Brésil Contemporaine (CRBC), Afrânio Garcia.

depender mensalmente do crédito para saldar suas dívidas. Assim, o ciclo vicioso do crédito aprisiona o ator social por meio de dependência financeira.

Carruthers (2006)⁸¹ aborda o crédito pela perspectiva da “confiança” e afirma que o sistema de crédito é fundamental nas economias capitalistas, apesar do seu caráter contraditório, pontuado por Oliveira (2006). Assim sendo, o autor acredita que uma economia pode entrar em falência na ausência de um razoável sistema de crédito.

5.4 Bolsa Popular e FGTS

Outro exemplo dos avanços do diálogo entre esquerda e mercado financeiro no Brasil pode ser entendido com a visita do Presidente da Bovespa, Raymundo Magliano Filho, ao Presidente Lula, em janeiro de 2005⁸². Essa visita teve como objetivo mostrar os avanços da Bolsa Popular, programa que pretende ampliar a participação dos trabalhadores e pequenos investidores no mercado de capitais, bem como reivindicar o apoio do Governo para aprofundar ainda mais o projeto de popularização da Bovespa. O Presidente da Bovespa apontou o crescimento da pessoa física no volume financeiro da Bolsa, a multiplicação dos clubes de investimento, as parcerias com as centrais sindicais para esclarecer os trabalhadores sobre o investimento em ações, e o ingresso de sete novas empresas na Bolsa – entre outros exemplos.

Nessa visita, o Presidente da Bovespa sugeriu que o Presidente Lula facilitasse a compra de ações pelos trabalhadores através de linhas especiais de crédito do BNDES e com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)⁸³, tal como ocorrido

⁸¹ O texto *The sociology of credit and finance* foi apresentado pelo autor citado no I Congresso de Sociologia Econômica e das Finanças (I CISEF), organizado pelo Núcleo de Sociologia Econômica e das Finanças (NESEFI) da UFSCar em outubro de 2006.

⁸² Ver o sítio www.bovespa.com.br

⁸³ A criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) aconteceu em 1966 por ocasião do fim da estabilidade do emprego na empresa privada. Instituído pela lei 5.107 de 13/09/1966 tinha no Banco Nacional de Habitação (BNH) o órgão administrador. Com a extinção do BNH, a administração dos recursos do fundo passou a ser de responsabilidade do Ministério do Planejamento e do Orçamento (MPO), que tem na Caixa Econômica Federal (CEF) o agente operador.

A política de FGTS surgiu com o objetivo de melhorar a relação entre empregado e empregador, acabando com o estímulo às demissões antes dos 10 anos de serviço e oferecendo novas possibilidades de promoção do bem-estar social, bem como a “necessidade de se atender a uma demanda por maior flexibilidade do mercado de trabalho da época.” (Oliveira, Beltrão e at al, 1999).

Anterior à institucionalização do FGTS, vigorava na legislação trabalhista, desde os anos 1940, a garantia de estabilidade aos empregados com mais de 10 anos consecutivos na mesma empresa. Assim, os empregados com menos de 10 anos e mais de um ano de empresa que eram demitidos,

com a Petrobras e a Vale do Rio Doce. Sobre essa questão, o Presidente da Bovespa afirmou: “O mercado de capitais, ao permitir o fortalecimento das empresas e a geração de empregos, é um dos melhores caminhos para a inclusão social”⁸⁴. Por fim, apresentou ao Presidente Lula os conceitos da Bolsa de Valores Sociais (BVS)⁸⁵, cujo projeto foi lançado em 2003 e tem o apoio da UNESCO.

A idéia está em debate desde 2003, no Congresso, e tem o apoio de 80 entidades do mercado financeiro. O projeto, que prevê a aquisição de ações de empresas pelos trabalhadores, através de linhas especiais de crédito do BNDES e com recursos do FGTS, foi encaminhado pela Bovespa à Câmara dos Deputados por intermédio do Deputado Paulo Bernardo Silva (PT-PR) (*Folha de São Paulo*, 23/04/05).

Sobre o uso do FGTS no mercado acionário, a Associação Nacional de Previdência Privada (ANAPP), lançou em 2005 uma proposta de utilização de parte do FGTS na aquisição de plano de previdência privada para os funcionários. Segundo seu Presidente, Osvaldo de Nascimento, por essa proposta as empresas devem transferir os recursos que depositam no FGTS para os fundos de previdência dos funcionários. (*Folha de São Paulo*, 23/04/05).

Sobre esta questão, o Presidente da Bovespa argumenta que “o mercado de capitais, ao permitir o fortalecimento das empresas e a geração de empregos, é um dos melhores caminhos para a inclusão social.” (Magliano, *Revista Exame*, 14/01/05)

O projeto prevê ainda que o trabalhador deverá adquirir somente ações de empresas com governança corporativa. “Somente ações de empresas que estivessem

recebiam uma indenização equivalente a um mês de salário para cada ano trabalhado; acontecia também, de trabalhadores serem demitidos às vésperas de ganhar direito à estabilidade. Ferrante (1978) afirmou que na ocasião, o Governo justificou a extinção da estabilidade baseado em dois argumentos: fraude da estabilidade e acumulação de “passivo trabalhista” junto às empresas contratantes.

⁸⁴ Ver o sítio www.bovespa.com.br

⁸⁵ Segundo material publicado pela Bovespa, “A BVS é uma iniciativa destinada a captar recursos para projetos de organizações sociais, voltados para o desenvolvimento educacional de crianças e jovens de famílias de baixa renda. A Bolsa de Valores Sociais reproduz o ambiente de uma Bolsa de Valor: o encontro entre instituições que buscam recursos e investidores dispostos a copiar seus programas e projetos, cujo modelo poderá ser replicado na Ação Internacional de Combate à Fome e à Pobreza, lançado pelo próprio Lula em janeiro de 2004, em Genebra.” (Bovespa, Relatório Social, 2003/2004).

listadas no nível um ou dois da Bovespa ou ainda no Novo Mercado.”⁸⁶ (*Folha de São Paulo*, 23/04/05).

Mapeamento inicial indica que o setor de construção e o então Presidente da CEF, Jorge Mattoso (ver anexo IV), são contra o projeto de utilização do FGTS no mercado de capitais. Os trechos abaixo fazem parte de um texto sobre o uso do FGTS no mercado de ações publicado em toda imprensa nacional no final de abril de 2005.

“O fundo tem sido objeto de propostas variadas e polêmicas (...) que vão desde a compra de computador, renovação de frota automobilística, equipamentos domésticos, passando pelo pagamento de mensalidades escolares (...) no momento o mais polêmico é o da possibilidade de se investir parte do valor arrecadado na Bolsa de Valores (...) aplicações em ações não são resultado de retornos garantidos.” (Jorge Mattoso, *Folha de São Paulo*, 23/04/05).

“Quem defende essa idéia esquece que o FGTS foi criado para desenvolver o saneamento e a habitação, duas das maiores carências do país. O *déficit* habitacional é de 7,2 milhões de unidades (...) no FGTS, o trabalhador sabe o que vai receber. Outros fundos ainda são uma dúvida neste país.” (João Claudio Robusti⁸⁷, *Folha de São Paulo*, 23/04/05).

Dentro de sua argumentação para justificar o uso do FGTS no mercado previdenciário, o Presidente da ANAPP, afirmou:

“O que desestimula as empresas é a cadeia tributária que incide sobre a atividade produtiva. O empresário já paga PIS, Confins, INSS, FGTS e a previdência privada passa a ser uma despesa a mais para ele (...) não adianta gerar mais despesa para a empresa. O importante é dar oportunidade de compartilhar a despesa com algo mais útil para o trabalhador.” (*Razão Contábil*, novembro, 2004)

O Presidente da CEF enfatiza que o projeto de uso do FGTS no mercado financeiro está totalmente desvinculado de um plano governamental, ao contrário do que aconteceu durante o uso do FGTS para a compra de ações da Petrobras e da Vale do Rio Doce. Nesse sentido, os problemas colocados são a inexistência de garantia institucional

⁸⁶ José Roberto Mubarack, Assessor de Relações Internacionais da Bolsa, *Folha de São Paulo*, 23/04/2005.

⁸⁷ Presidente do SINDUSCON-SP.

por traz dessa proposta, bem como a redução substancial dos investimentos em habitação, saneamento e infra-estrutura.

Sobre a questão, o Presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Marco Trindade afirmou que: “O investimento em ações precisa ser consciente. No caso da Vale e da Petrobras, as ofertas foram bem sucedidas, mas como a Bolsa de Valores é um mercado de alto risco, os recursos poderiam ter virado pó (...) e como o trabalhador iria agir se depois de perder o emprego, fosse retirar o FGTS e não tivesse mais dinheiro?”. (*Folha de São Paulo*, 23/04/05).

No debate, o então Presidente da CEF finalizou que,

“Se os recursos do Fundo forem direcionados para as Bolsas, a sociedade terá um prejuízo incontestável. Significará abandonar os investimentos em cidadania, por meio da oferta de habitação e infra-estrutura e da criação de milhões de empregos. E caberá ao Governo Federal, por sua vez, reformular projetos de fomento para que os compromissos assumidos sejam realizados.” (Jorge Mattoso, *Folha de São Paulo*, 23/04/05).

O projeto tem a aprovação da central Força Sindical “Defendemos a idéia, desde que haja o uso equilibrado do FGTS”, afirma Ricardo Patah, responsável pela criação do ForçaPrev, plano de previdência privada da central em entrevista a esta pesquisa.

Para o Presidente da ABRAPP, Fernando Pimentel, “O trabalhador deve ter escolha para aplicar seu FGTS. Por que não pode usar o dinheiro para melhorar sua aposentadoria? O Governo já permitiu usar parte do fundo para a compra de ações da Petrobras, quando foi necessário capitalizar sua empresa.” (*Fundos de Pensão*, nº 300,2005).

Com base nos dados expostos acima, pode-se concluir que o FGTS passou a ser disputado por vários segmentos do mercado financeiro, sobretudo pelo setor previdenciário e pela Bolsa de Valores. Pode-se inferir, ainda, sobre as relações de força que começam a se configurar em torno do FGTS.

Portanto, de um lado há um grupo que argumenta que a poupança dos trabalhadores é intocável, salvo para a aquisição da casa própria ou em casos de doença grave. Esse grupo encontra eco e árduo defensor em Jorge Mattoso, então Presidente da CEF, e no setor de construção; de outro lado, atores sociais como sindicalistas e mesmo

representantes do mercado financeiro, defendem que o trabalhador deve ter liberdade para decidir sobre sua própria poupança. O argumento da independência e individualidade do trabalhador é utilizado para justificar essa posição.

Visando intensificar o diálogo com o Governo, especialmente no que se refere à liberação do FGTS para aquisição de ações no mercado financeiro, a Bovespa elegeu, como membro efetivo do seu Conselho de Administração, um sindicalista, o Presidente da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), Antonio Carlos dos Reis, mais conhecido como Salim.

Sobre essa medida, o Presidente da Bovespa salientou a necessidade de trazer o trabalhador para o mercado financeiro, já que acredita ser a popularização do mercado acionário uma forma de inclusão social. Em suas palavras,

“O trabalhador não nasceu só para trabalhar. Ele também nasceu para ganhar dinheiro. O que queremos fazer na Bolsa é uma inclusão social. É importante que ele tenha um patrimônio; participe de alguma empresa, tenha sua renda.” (Raymundo Magliano, *Exame*, 14/01/05).

A presença do sindicalista no conselho da Bovespa foi vista estrategicamente como um canal de diálogo direto com o Governo: “Sentimos que precisávamos ter um sindicalista no conselho para a consolidação da parceria entre capital e trabalho. É importante que o Salim esteja conosco para participar da elaboração de estratégias”. (Raymundo Magliano, *Exame*, 14/01/05). Ou ainda,

“O Salim vai ser uma peça importante nessa interlocução. Também vamos retomar conversas com o Conselho Curador do FGTS. A vinda do Salim para o conselho vai facilitar bastante o diálogo, porque são os trabalhadores que estão negociando.” (Raymundo Magliano, *Exame*, 14/01/05).

Visando propagar, legitimar e justificar a aliança entre a Bovespa e o sindicalismo, denominado por eles de “aliança capital e trabalho”, o sindicalista Antonio Carlos dos Reis, mais conhecido como Salim e o Presidente da Bovespa, escreveram conjuntamente o artigo *Parceria para a inclusão* publicado no jornal *Folha de São Paulo*, onde afirmaram: “Para a Bovespa, a associação com a Força Sindical e a Central

Geral dos Trabalhadores é fundamental para desenvolver seu projeto de criação de uma Bolsa Popular.” (*Folha de São Paulo* 28/01/04).

5.5 Fórum Econômico e Fórum Social

Juntamente com a lista de projetos sociais, via mercado, será destacada uma discussão sobre a presença de Lula no Fórum Econômico e Social em 2005, porque exemplos significativos do diálogo e da convergência de interesses e de agenda entre “esquerda⁸⁸” e capital financeiro se encontram no discurso de Lula em Davos e em Porto Alegre, nos Fóruns Econômico e Social de 2005, respectivamente.

Nos dois encontros, o Presidente sinalizou claramente para a necessidade de uma convergência de interesses entre os dois grupos, argumentando sobre a necessidade mútua de ambos. No Fórum Econômico, o Presidente participou de um debate intitulado “Financiando a guerra contra a pobreza⁸⁹”, no qual apresentou propostas contra a fome, dando uma característica “social” para o espaço financeiro. Com a legitimidade que goza em torno de questões sociais e sendo considerado porta-voz legítimo da pobreza, Lula inseriu a agenda da fome em Davos, a qual, juntamente com a pobreza da África, foram os temas mais debatidos durante o evento, segundo o enviado especial da *Folha de São Paulo*⁹⁰.

No Fórum Social, o Presidente abordou a convergência de idéias e o diálogo entre os dois fóruns: “Os dois [fóruns] se necessitam mutuamente⁹¹”. (*Folha de São Paulo*, 30/01/05). O que Lula propõe é a convergência das agendas social e financeira.

⁸⁸ A palavra entre aspas indica que a autora segue as categorias nativas, ou a própria categoria nativa.

⁸⁹ Para maiores informações ver o jornal *Folha de São Paulo* do dia 24 de janeiro de 2005.

⁹⁰ Ver matéria completa do enviado da *Folha de São Paulo*, Leonardo Souza, no dia 31 de janeiro de 2005.

⁹¹ O trecho a seguir faz parte do discurso de Lula publicado na revista do *Fórum Econômico Mundial*. No Brasil, foi publicado na *Folha de São Paulo* do dia 27/01/2005. Com o título *Entre Davos e Porto Alegre existem convergências possíveis*, Lula sinaliza para a convergência de interesses:

“(…) As fronteiras da desigualdade não vão se deslocar enquanto o poder político continuar bloqueado por um sistema financeiro que perpetua as relações atuais: 45% das decisões do Banco Mundial são tomadas pelos sete países mais ricos. E cinco economias centrais controlam 40% dos votos no Fundo Monetário Internacional (FMI), sendo que 23 países africanos, assolados pela fome, têm apenas 1%.(…) as dívidas precisam ser salgadas, mas não com a eutanásia do devedor (...)”.

Após longa discussão sobre as desigualdades e a responsabilidade social dos países ricos, o Presidente conclui seu discurso da seguinte forma: “(…) A discussão sobre as áreas comuns possíveis entre o Fórum Social Mundial de Porto Alegre e o Fórum Econômico Mundial de

Davos e o Fórum Social foram citados porque neles podem ser encontrados os exemplos “tipo ideal” para se pensar a convergência de interesses e mesmo de elites que circulam por espaços sociais, que a princípio podem parecer contraditórios.

A “dupla militância” do Presidente é carregada de simbólico e não deve passar despercebida por esta pesquisa. Boltanski (1982) fala sobre a possibilidade de atores sociais ocuparem duas posições sociais ao mesmo tempo.

O material empírico mostra que a “esquerda⁹²” tem encontrado eco junto a seus novos interlocutores, sobretudo aqueles externos ao país. Da mesma forma que a esquerda brasileira buscou novos aliados, tais como o Presidente da Bovespa, dirigentes de fundos de pensão, empresários do setor de previdência privada, aproximou-se de importantes atores internacionais, como Tony Blair e Jacques Chirac⁹³. Como era de se esperar, as relações com o antigo aliado, o movimento sindical, intensificaram-se e ganharam novos ingredientes: fundos de pensão ou previdência associativa.

Davos, que acontecem ao mesmo tempo, é uma tarefa incluída nessa abordagem. Não se trata de pedir as pessoas que deixem de ser o que são, mas de criar vínculos entre comunidades unidas por um destino humano indivisível”. (*Folha de São Paulo*, 30/01/05).

⁹²A palavra entre aspas indica que a autora segue as categorias nativas, ou a própria categoria nativa.

⁹³Lula foi convidado por Tony Blair para participar das reuniões do G8, uma vez que este considera de grande valor o discurso social de Lula. Chirac é um constante aliado no projeto “Fome Zero”. Ver o jornal *Folha de São Paulo* de 28/01/05.

5.6 Considerações

O Capítulo mostrou que os projetos sociais do Governo Lula passam necessariamente pelo mercado, tal qual a política de microcrédito, o projeto PPP, o projeto de uso do FGTS no mercado financeiro, o Banco Popular. A “bancarização” das classes populares faz parte do objetivo de Lula de levar o trabalhador para o mercado financeiro. Da mesma forma, os projetos apresentados neste Capítulo mostram a “humanização” e “moralização” do capitalismo, cuja moral é fundada sobre uma concepção social da economia.

Segundo Durkheim (1998), os indivíduos passam a pensar da mesma forma, ao internalizar sua concepção de ordem social e ao sacralizá-la. Observou-se nessa pesquisa que o Estado Brasileiro tem “moldado” as estruturas mentais, no sentido de Durkheim (1998), e tem imposto os princípios de visão e de divisão do mundo no sentido de Bourdieu (1996c). Ainda com inspiração em Durkheim, as estruturas são moldadas com esquemas de percepções buscando manter ou transformar a ordem social. No caso do Governo Lula, evidencia a criação e “perpetuação” (pelo menos durante seu Governo) da lógica da “moralização” e/ou “domesticação” do capitalismo.

Portanto, coordenador das finanças, o Governo Lula criou um novo conjunto de representações e de crenças em torno do mercado financeiro, que passaram a fazer parte do conjunto de classificação da sociedade; este conjunto de representações busca criar uma mudança de convenção cognitiva na sociedade, sobretudo na forma como esta passa a se relacionar com o mercado financeiro.

Importante esclarecer que a pesquisa entende por “convenções cognitivas” um conjunto de regras mínimas de sobrevivência em um grupo; pode-se falar em um mínimo de consenso existente entre os indivíduos de um grupo. Com base em Durkheim, Mary Douglas (1998) discorre sobre o caráter binário dos sistemas cognitivos, os quais organizam e classificam o mundo em pares de oposição.

Finalmente, observou-se que a nação é pensada no Governo Lula por meio das finanças e do mercado. A “moralização” e “humanização” do capitalismo propostas por este governo criam um novo *ethos* no capitalismo contemporâneo brasileiro, ou seja, o *ethos* moral, cuja moral é assentada na economia de concepção social. O próximo Capítulo se dedica exclusivamente à política de fundos de pensão no Governo Lula.

CAPÍTULO VI – GOVERNO LULA E A POLÍTICA DE FUNDOS DE PENSÃO

Nesse item serão mostradas as diversas ações do Governo do PT, buscando a consolidação do mercado de fundos de pensão. O argumento é que seu projeto de fundos de pensão perpassa o ideário de coletivismo, de social, de inclusão, de desenvolvimento sustentável e mesmo de “humanização” e de “moralização” do capitalismo. Além disso, tal projeto ganha a legitimidade da sociedade civil e dos difusores dos fundos de pensão porque está calcado na crença de que são capazes de criar laços de solidariedade entre as gerações, tal qual o modelo de repartição, propondo uma “nova solidariedade”.

Embora a princípio, o modelo de fundo de pensão, via capitalização/contribuição definida, não permita criar solidariedade e reciprocidade, existe a crença de que o INSS não é capaz de cumprir o papel de fornecedor/provedor de segurança e de solidariedade, o que facilita a institucionalização dessa convenção social. Assim, esse item será dedicado ao projeto de fundos de pensão do Governo Lula, considerado por essa pesquisa como o “domador do capitalismo”.

6.1 Política de estímulo aos fundos de pensão

É no contexto de inclusão social, via mercado, e presença institucionalizada dos sindicalistas em postos-chaves do Governo e do mercado, acima exposto, que a reforma da previdência social de 2003 foi realizada. Contudo, isso não surpreendeu o eleitor que fez uma leitura atenciosa do Programa de Governo do PT, uma vez que este já previa que os fundos de pensão⁹⁴ complementariam as aposentadorias.

A forma como o Governo tem dimensionado seus projetos de inclusão social, via mercado, mostra que, apoiada no discurso de “socialização do capitalismo” ou mesmo de

⁹⁴ “Quanto ao terceiro pilar da previdência brasileira, ou seja, a previdência complementar (...) deve ser entendida também como poderoso instrumento de fortalecimento do mercado interno futuro e como forma de poupança de longo prazo para o crescimento do país. É necessário crescimento e fortalecimento dessa instituição por meio de mecanismos de incentivos.” (Programa de Governo do PT 2002, 2002:21).

“capitalismo popular”, a “esquerda⁹⁵” tem estabelecido um diálogo recíproco com o mercado, em busca de um possível consenso, promovendo uma relação explícita e institucionalizada entre capital/trabalho, que é permeada de interesses comuns, até então não valorizados.

Diante do contexto no qual o Governo implantou reformas sociais, via mercado, e o mercado implantou projetos financeiros, via social, a reforma da Previdência conduzida pelo Governo do PT, em 2003, teve como ênfase a previdência complementar com a regulamentação da previdência instituída, via vínculo associativo e/ou profissional, e a criação do fundo de pensão para os servidores do Estado, o FUNPRESP.

Cabe resgatar que os fundos de pensão são vistos pelo Governo Lula como agente provedor de poupança interna, que deverá ser usada para fomentar o desenvolvimento do país, oferecendo dignidade a seus participantes. Portanto, os fundos de pensão passam a ser o representante nacional e consensual da idéia de “economia social” e de “moralizador das finanças”.

Considerando a discussão de Bourdieu sobre o Estado, este afirma que por meio de sistema de classificação, o “Estado molda as estruturas mentais e impõe princípios de visão e de divisão comuns e formas de pensar⁹⁶” (Bourdieu, 1996c:105). Acrescenta ainda que,

“Nas nossas sociedades, o Estado contribui de maneira determinante na produção e reprodução dos instrumentos de construção de realidade social (...) ele exerce permanentemente uma ação formadora de disposições duradouras, através de todos os constrangimentos e disciplinas corporais e mentais que impõe ao conjunto dos agentes.” (Bourdieu, 1996c:116).”

⁹⁵ A palavra entre aspas indica que a autora segue as categorias nativas, ou a própria categoria nativa.

⁹⁶ Numa releitura de Weber, Bourdieu afirma que o Estado exerce o monopólio da violência física e também simbólica, já que pode exercer uma violência específica (simbólica), sobre as estruturas mentais e os esquemas de percepções e de pensamento dos atores sociais. Assim sendo, já que a violência simbólica é o “resultado de um processo de instituição, ao mesmo tempo, nas estruturas sociais e estruturas mentais adaptadas a essas estruturas, a instituição instituída faz com que se esqueça que resulta de uma longa série de atos de instituição e apresenta-se com toda a aparência de natural.” (Bourdieu, 1996c: 97-98).

Desse modo, “O Estado instaura e inculca formas e categorias de percepções e de pensamento comuns, (...) estruturas mentais, formas estatais de classificação⁹⁷” (Bourdieu, 1996c: 117), que em certa medida, parecem naturalizados.

Nesse sentido, pode-se sugerir que é o Estado brasileiro que tem definido a nova moral do capitalismo contemporâneo, que está assentada nos fundos de pensão. Assim sendo, os fundos estariam sendo (re) significados e ganhando roupagem de legítimos, da mesma forma que o capital especulativo é tido como ilegítimo no contexto de “moralização do capitalismo”. Legitimar os fundos e deslegitimar o capital selvagem é uma estratégia simbólica que consiste em marcar distinção entre atividade de inclusão social e atividade de especulação. Como consequência, os fundos de pensão ganham legitimidade social sobre uma atividade puramente econômica⁹⁸. Parte do processo, a intenção de “sacralizar” os fundos de pensão pode ser expressa no discurso do Presidente Lula, que se refere aos mesmos como “Poupança sagrada dos trabalhadores”.

Castel (2003a) observa que a esquerda tem realizado um reformismo ativo, baseado na prática de programas de direita. Bourdieu (1998b) também discute essa questão e afirma que algumas políticas de direita têm ganhado nova conotação quando defendidas pela esquerda.

A tentativa de enquadramento dos fundos de pensão como projeto social aparece nos primeiros discursos do Governo Lula, quando o Presidente enfatiza a característica de “nobreza” que os fundos receberão no seu Governo. Observe:

“(...) Estejam certos que nunca na história deste país se discutiu tanto sobre fundos de pensão, como vamos discutir nesses próximos anos. Primeiro, tentando incentivar as mais diferentes categorias de trabalhadores do nosso país a criarem o seu próprio fundo. E isso é um trabalho, eu diria, de uma grandeza incomensurável. Segundo, discutindo mais seriamente com nossos parceiros de outros países

⁹⁷ Na mesma linha de argumentação, Bourdieu concluirá “O Estado não tem necessariamente necessidade de dar ordens, ou de exercer coerção física, para produzir um mundo social ordenado: pelo menos enquanto produzir estruturas cognitivas incorporadas que estejam em consonância com as estruturas objetivas, acrescentando a crença (...) à ordem estabelecida.” (Bourdieu, 1996a: 119). Para aprofundamento da reflexão sobre Estado e estruturas cognitivas, ver de P. Bourdieu, *Razões Práticas*, São Paulo: Papirus, 1996, especialmente o item *A construção Estatal dos Espíritos* páginas 114-122.

⁹⁸ É limitada a leitura que postula que a legitimidade social dos fundos vem da movimentação de recursos, equivalentes a 16% do PIB. Embora a variável econômica seja de grande importância, não é a única, nem a mais evidente.

que também participam de fundos de pensão, para que a gente possa fazer parcerias e muitos investimentos em nosso país. Terceiro, para que a gente discuta de uma vez por todas, como os fundos possam ajudar a resolver parte dos problemas que parecem insolúveis no nosso país (...) os fundos de pensão podem começar a pensar que o seu papel daqui para a frente deverá ser mais nobre, do ponto de vista social⁹⁹, do que foi até os dias de hoje.” (*Fundos de Pensão*, nº 284, 2003)

Membros do Governo Lula participam do processo de reconversão da moral do “capitalismo selvagem” para “capitalismo humano”, tendo os fundos de pensão agarrados à moral de humanizar e incluir socialmente. Nesse sentido, defendem novas concepções de atividade econômico-social que perpassam necessariamente pela adaptação do discurso e da linguagem, buscando cumplicidade com a dimensão social.

É importante enfatizar que a “moralização do capitalismo” não se restringe ao Governo Federal. Faz parte de recentes estratégias de empresas, que contribuem para “dissimular”, ao lado das exigências financeiras, as exigências morais. Nesse contexto, a dimensão social da economia, a dimensão doméstica e a luta contra a exclusão passam a fazer parte do conjunto de retórica dos fundos de pensão, responsabilidade social e sustentabilidade social.

Defensor do modelo de previdência complementar, enquanto instrumento de inclusão social, o então Ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini afirmou: “A modernização e a reforma do sistema previdenciário brasileiro desfrutam de posição de destaque como um instrumento do novo modelo de desenvolvimento, que engloba crescimento, emprego e equidade social.” (Berzoini, *apud* Mello, 2003:80).

Na cartilha *Previdência Complementar: plano de instituidor*, do Ministério da Previdência Social (2003), aparece claramente o projeto de desenvolvimento sustentável, via poupança, dos fundos de pensão:

“(…) A previdência complementar permite a canalização de recursos para o financiamento de projetos que objetivem favorecer o desenvolvimento sustentável do país. Um grande número de investimentos importantes para o país, mas cujo prazo de retorno inviabiliza o interesse dos investidores tradicionais, poderá ser obtido a partir das carteiras de longo prazo da EFPC (...) através dessa iniciativa, investimentos que mantenham o foco no capital produtivo

⁹⁹ Grifo nosso.

poderão ser viabilizados, gerando empregos a partir da criação de empresas que tenham práticas sociais e ambientais corretas, que respeitem os direitos trabalhistas e que mantenham a ética na sua atuação nos mercados.” (Brasil, 2003:27).

Os fundos de pensão fazem parte da agenda do PT desde os anos noventa. Registra-se que, já em 1996, a ABRAPP se reuniu no Sindicato dos Metalúrgicos para discutir sobre a previdência complementar com importantes membros do PT, que fizeram (ou fazem) parte do Governo Lula, tais como Guido Mântega, Aloízio Mercadante, Luiz Gushiken. (ABRAPP, 2003).

Em 1997, o então Presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Ricardo Berzoini, levantou na Câmara dos Deputados a bandeira dos fundos de pensão; ademais, atuou em 2001 como parlamentar para a aprovação da LC 109/01, conforme declarou a informante ligada ao Governo. “Ainda no Governo Fernando Henrique um grupo do PT, Gushiken e Berzoini, atuavam na Câmara com o debate de fundos de pensão.” (Informante da Banesprev).

Em evento de 25 anos da ABRAPP, Berzoini afirmou:

“(…) devemos construir uma previdência complementar adequada através, predominantemente, de entidades fechadas, com uma gestão transparente e democratizada, sem medo da participação dos trabalhadores na gestão. É preciso avançar com firmeza na transparência tão desejada por nós.” (*Fundos de Pensão*, nº 288, 2003).

No mesmo evento, o então Ministro da Previdência acrescentou que os fundos de pensão e as cooperativas de crédito possuem lugar estratégico na política do Governo, já que os dois são instrumentos democráticos de gestão da poupança dos trabalhadores.

“Uma com uma característica mais de relação poupança/crédito, a outra com a característica da poupança previdenciária, com uma interligação, já que os fundos de pensão também fazem empréstimo aos participantes.” (*Fundos de Pensão*, nº 288, 2003).

Na cartilha *Previdência Complementar: plano de instituidor* (2003)¹⁰⁰, o então Ministro da Previdência, Ricardo Berzoini e seu secretário, Adacir Reis, escreveram sobre os fundos de pensão como instrumento de desenvolvimento social do país:

“Estamos deflagrando um novo ciclo de crescimento da poupança previdenciária brasileira. Além dos benefícios proporcionados diretamente aos participantes desses planos de previdência, o Brasil terá mais recursos de longo prazo para investimentos na atividade produtiva, na infra-estrutura e na ampliação do crédito.” (MPS, 2003:08).

Com a ascensão de Amir Lando ao Ministério da Previdência Social em 2004, houve continuidade da mesma política de fundos de pensão, ou seja, a ampliação dos fundos para sindicatos e associações profissionais. Observe o depoimento do Ministro Lando.

“A ampliação do acesso aos fundos de pensão foi um compromisso assumido pelo Presidente Lula. Os fundos de instituidores constituem uma expressão desta visão de Governo, uma vez que agora, por meio do vínculo associativo, milhões de trabalhadores brasileiros, representados por seus sindicatos, cooperativas ou associações poderão constituir suas poupanças previdenciárias.” (*Fundos de Pensão* nº 288, 2003).

Buscando propagar o projeto de previdência associativa, Lula fez uma larga campanha de divulgação dos fundos, especialmente junto aos sindicatos e centrais sindicais nos anos de 2003 e 2004. Exemplo ilustrativo aconteceu por ocasião do encerramento do *I Congresso Internacional de Fundos de Pensão*, quando Lula convidou os sindicatos a impulsionarem os fundos de pensão, bem como a reverem seu comportamento e suas estratégias:

“(...) O tempo de sindicalismo de contestação já passou (...) embora eu possivelmente tenha me notabilizado por isso. Agora a história está a exigir tanto dos trabalhadores como dos empresários uma outra cabeça, uma outra forma de comportamento (...) o movimento não pode mais agir, ou não deveria agir mais, como minha turma agiu na década de 1980. Afinal de contas, são passados vinte e poucos anos e houve uma revolução comportamental na sociedade (...) o sindicato precisa compreender o papel que tem os fundos de pensão¹⁰¹.” (*Valor Econômico*, 29/05/03).

¹⁰⁰ Distribuída gratuitamente pelo Ministério da Previdência Social.

¹⁰¹ Grifo da autora.

Portanto, Lula sugere que os sindicatos (re) avaliem suas formas de luta e (re) pensem seu papel, que não devem ignorar as transformações do capitalismo contemporâneo e a presença “voraz” dos mercados financeiros:

“Entendemos que este é o momento em que precisamos repensar o papel, primeiro, da atuação do movimento sindical no mundo, se vamos continuar a fazer sindicalismo como fazíamos no século passado, se as mudanças que houve no mundo não significaram nada no nosso comportamento, em função de um mercado financeiro cada vez mais voraz, os fundos de pensão terão ou não um papel, embora como aplicadores, mas um papel em que a aplicação tenha uma visão social que não poderemos cobrar, obviamente de um banco particular ou de um fundo particular¹⁰², mas poderemos discutir com os fundos de pensão.” (*Fundos de Pensão*, nº 284, 2003).

Acrescentou:

“Nem tudo se resume a 1%, a 2%, a 10% de aumento de salário. O que nós precisamos é criar um outro padrão de relacionamento entre o Estado e a sociedade (...) eu estou convencido de que o movimento sindical brasileiro tem de (...) extrapolar os limites do sindicalismo.” (*Folha de São Paulo*, 30/07/03).

O Presidente argumentou sobre fundos de pensão como instrumento de inclusão social:

“(…) Temos que discutir a utilização social desse dinheiro [os fundos]. O investimento não pode buscar apenas o retorno financeiro. Os fundos têm como premissa básica a sustentabilidade das pensões e não podem investir para perder.¹⁰³ Têm que ganhar. Muita gente do meu Governo vai viajar e conversar com os fundos de pensão de outros países.” (*Valor Econômico*, 29/05/03).

Lula pontuou a campanha de divulgação da previdência complementar junto aos sindicatos; pediu que os sindicatos extrapassem as barreiras corporativas:

“(…) sete dos meus ministros integram um grupo de trabalho que discute com os sindicalistas uma nova forma de comportamento (...)”

¹⁰² Grifo da autora.

¹⁰³ Grifo da autora.

peço que os sindicatos extrapolem as barreiras corporativistas.”
(*Folha de São Paulo*, 30/07/03).

E acrescentou, finalmente, que o trabalhador deve estar em sintonia com o mercado financeiro e aberto ao diálogo:

“Neste mundo em que mercados invisíveis determinam a subida ou a queda de um país, o crescimento ou a falência de uma empresa, o trabalhador precisa ter um instrumento maior que o direito à indenização ou à greve. Ter dinheiro é parte do poder no mundo globalizado e capitalista.” (*Valor Econômico*, 29/05/03).

Lula concluiu seu discurso no *I Congresso Internacional de Fundos de Pensão*, afirmando que o mercado de fundos não é ainda representativo do potencial para poupança previdenciária que tem o país, mas que com a previdência associativa poderá tornar-se uma realidade:

“Acontece que os fundos hoje no Brasil não representam praticamente nada (...) tem apenas US\$ 60 bilhões, quase nada até pela quantidade de trabalhadores organizados que existem no Brasil (...) Sonho com o dia em que a OAB será um grande fundo.” (*Valor Econômico*, 29/05/03).

Sobre esse item, Amir Lando e Adacir Reis¹⁰⁴ escreveram, em artigo publicado no jornal *Folha de São Paulo*: “Com a modalidade de previdência associativa, os fundos de pensão vão contribuir para a democratização do acesso dos trabalhadores à previdência complementar, abrindo uma nova etapa no associativismo, na relação capital/trabalho e na construção de uma verdadeira poupança previdenciária nacional.” (*Folha de São Paulo*, 27/06/04).

O informante da ABRAPP, Devanir da Silva, reafirmou o interesse do Governo com a política de fundos de pensão e enfatizou a atenção dada ao setor sindical:

“O Governo, através da SPC, está desenvolvendo um intenso esforço de esclarecimento das lideranças sindicais e associativas. Ao mesmo tempo em que editou vários manuais e cartilhas explicativas, vem promovendo uma série de seminários para difundir a cultura previdenciária associativa. Desde o ano passado [2003] já foram promovidos quase duas dezenas de eventos,

¹⁰⁴ Respectivamente, Ministro da Previdência e o Secretário da Previdência Complementar.

reunindo mais de 1300 dirigentes de sindicatos, de associações e cooperativas.” (Informante da ABRAPP).

Como pontuado nesse item, além de incentivo ao plano “Instituidor”, o Governo autorizou a criação de um fundo para os servidores públicos, o FUNPRESP, que será abordado a seguir:

6.2 FUNPRESP: solidariedade ou risco aos servidores públicos?

Foi no contexto de inclusão social, via mercado, e presença institucionalizada dos sindicalistas em postos-chaves do Governo e do mercado, que a reforma da previdência social de 2003 se realizou. Nesse período, foram regulamentados os fundos instituidores criados no Governo Fernando Henrique Cardoso, como visto no Capítulo II, e votada a criação de um fundo de pensão para os funcionários do Governo Federal, o Fundo de Previdência Complementar (FUNPRESP), que deve complementar as aposentadorias dos servidores com salário acima de 2.508,74 reais mensais.

O objetivo da regulamentação dos fundos sindicais e da criação do FUNPRESP seria a inclusão das pessoas que desejassem aumentar a renda da sua aposentadoria, bem como criar uma poupança interna que fosse gerida pelos sindicatos, de forma a propiciar a geração de emprego e renda, tendo em conta os princípios de responsabilidade social. Da mesma forma, a poupança dos fundos deveria ser usada em prol dos trabalhadores; o argumento é que investindo esses recursos em atividades produtivas, colaborariam para frear a política especulativa e a financeirização da economia.

Segundo discurso oficial, a redução do teto máximo da aposentadoria teria como objetivos reduzir “os privilégios de poucos” e as disparidades nos valores pagos. Como consequência, a previdência social passaria a incluir um número maior de assistidos, diminuindo a concentração de renda e a desigualdade social no país. Por essa perspectiva, é possível sugerir que a reforma da previdência atingiu, sobretudo, os servidores de “classe média”, pois as classes populares, as quais ganham pouco mais de um salário mínimo, não sofreram grandes consequências.

Anteriormente à votação da PEC/40, o Governo Lula realizou um conjunto de eventos visando ampliar o debate sobre a reforma da previdência social. Em um deles, no

seminário *A Reforma da Previdência Social*, organizado pelo PT em 2003, na cidade de São Paulo, José Genoíno argumentou:

“Na proposta, deixamos claro um modelo de gestão democrática, com transparência no combate à sonegação. Estamos deixando claro que o nosso objetivo é reestruturar a previdência num país de distorções bárbaras na questão previdenciária (...) Nosso objetivo não é a privatização ou o enfraquecimento da previdência pública, mas recuperar uma previdência, montada no tripé da justiça social, da responsabilidade com o equilíbrio orçamentário e da sua auto-sustentação. E garantir um sistema que dê segurança para os trabalhadores, tanto para as atuais gerações como para as futuras.” (Genoíno, 2003:13).

No mesmo contexto, José Dirceu afirmou que “a reforma não está sendo feita por uma questão de *déficit* ou superávit. A reforma está sendo feita por uma necessidade de justiça social. E eu digo e assumo isso.” (Dirceu, 2003:124).

Partilhando das idéias do Partido dos Trabalhadores, João Antonio Felício, da CUT, afirmou na ocasião:

“Discordo daqueles que afirmam que a proposta do governo Lula tem uma tendência neoliberal. Se formos analisar a história das reformas da Previdência que ocorreram no mundo todo, vamos perceber que quem afirma isso está desinformado. Porque, na proposta do Governo, não significa privatização o fato de haver um teto de dez salários mínimos e a possibilidade de criação do fundo de pensão público sem fins lucrativos, fechado e com administração quadripartite. A CUT sempre foi contra o processo de privatização feito pelos Governos anteriores. Portanto, seria um absurdo nos posicionarmos favoravelmente à criação de fundos de pensão privados. Mas francamente, não vemos isso na proposta do Governo.” (Felício, 2003:152).

Por ocasião da regulamentação das Leis Complementares 108 e 109/2001, bem como na votação da criação do fundo de pensão dos servidores do Estado, o petista, ex-bancário e ex-sindicalista José Pimentel foi o relator do projeto. Juntamente com Ricardo Berzoini, coordenou o grupo de trabalho, que aprovou a criação do fundo com característica de Contribuição Definida e de “natureza pública”.

Ter Pimentel como relator do projeto foi importante para sua aprovação. Como ensina Bourdieu (1996a), o poder das palavras reside no fato de serem pronunciadas por alguém reconhecido para falar e agir em nome de um grupo; nesse sentido, o poder das

palavras reside no agente social que a pronuncia. Portanto, o porta-voz autorizado age com palavras porque está investido de capital simbólico acumulado pelo grupo que lhe conferiu a autoridade de falar e agir em nome desse grupo.

No caso de Pimentel, acredita-se que o mesmo estava embutido da autoridade de ex-sindicalista do Sindicato dos Bancários e do capital simbólico acumulado do grupo que representa, o mundo sindicalista. Vale lembrar que se trata do mesmo ator social que substituiu Delúbio Soares na tesouraria do PT, quando do escândalo do “Mensalão” (2005), o que mostra a posse de certo crédito moral. Afinal, ao lembrar a crise de legitimidade interna e externa que viveu o partido na época, ser indicado para tal cargo não é nem evidente, nem isento de significado sociológico.

Durante a fase de discussão acerca da reforma da previdência social, Pimentel declarou em seminário organizado pelo PT:

“O projeto do PT e do Governo é o sistema de repartição. Os recursos são recolhidos dos contribuintes atuais para cobrir os gastos com os aposentados atuais. Ou seja, há um pacto social entre gerações, em que os ativos financiam os inativos. Por isso o sistema de capitalização que o Chile implantou não serve para o Brasil, o PT não aceita e nem o Governo. Ao contrário, estamos fortalecendo o sistema de repartição. É o sistema que o PT sempre defendeu ao longo de sua história e que o governo Lula está defendendo agora.” (Pimentel, 2003: 58).

Após a definição em torno da PEC 40, nosso ator social apontou que:

“No tocante à previdência complementar, a PEC nº 40, de 2003, vai ao encontro das disposições contidas no Programa do atual Governo. Adotado um sistema previdenciário público, com regras universais, os trabalhadores da iniciativa privada e do setor público que desejarem aposentadorias de valor superior ao teto da previdência pública deverão recorrer ao sistema de previdência complementar, de caráter facultativo. Esse novo sistema previdenciário brasileiro, mais racional e adequado à realidade social, econômica e demográfica, afetará positivamente as contas públicas e será mais um passo dado na busca da almejada igualdade entre os trabalhadores brasileiros”¹⁰⁵ (Maimomi, A, 2004).

Aqui vale lembrar que a criação do FUNPRESP foi autorizada pela emenda 41 da reforma da Previdência Social, aprovada em 19 de dezembro de 2003, sendo que a elaboração do plano está em processo desde então. A lei trouxe a obrigatoriedade das entidades de fundos de pensão, que venham a ser criadas por órgão federal, terem característica de “natureza pública”. O dispositivo está redigido assim:

“Art. 40, § 15. O regime de previdência complementar de que trata o § 14 será instituído por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, observado o disposto no art. 202 e seus parágrafos, no que couber, por intermédio de entidades fechadas de previdência complementar, de natureza pública, que oferecerão aos respectivos participantes planos de benefícios somente na modalidade de Contribuição Definida.” (Maimomi, A, 2004).

Por ocasião da aprovação do FUNPRESP, a imprensa dedicou maior número de páginas à “natureza pública” dos fundos de pensão do que à opção pelo modelo de Contribuição Definida. O jornal *Folha de São Paulo* trouxe as seguintes críticas:

“O texto da reforma da Previdência aprovado na Câmara poderá limitar a atuação dos fundos de pensão que serão criados para complementar as aposentadorias de futuros servidores e ainda permitir que governantes, principalmente os de Estados e municípios, utilizem os recursos dessas entidades para investir em projetos de interesse público.” (*Folha de São Paulo*, 08/08/03).

Na ocasião, o Secretário da Previdência Social do Governo Fernando Henrique Cardoso pontuou críticas à “natureza pública” dos fundos de pensão. Segundo ele, graças à característica de “natureza pública”, os Governos federais, estaduais e municipais podem usar esses recursos em investimentos de interesses pessoais. Para o ex-secretário, a “tendência é que isso ocorra principalmente, em Estados e municípios onde o controle dos recursos é menor.” (*Folha de São Paulo*, 08/08/03).

O Secretário da Previdência Social do Governo Fernando Henrique Cardoso, acrescentou que:

“Quiseram evitar que se criasse a falsa idéia de que os fundos seriam uma forma de privatização da Previdência e estabeleceram que as entidades serão de “natureza pública”. Isso significa que o dinheiro também é público e não dos participantes.” (*Folha de São Paulo*, 08/08/03).

Pela proposta, os servidores que ingressarem no serviço público e quiserem receber acima do teto de R\$ 2.508, 74 poderão aderir ao fundo, recolhendo mensalmente de 6% a 9% do salário bruto. Segundo informações oficiais, o FUNPRESP será uma fundação de previdência complementar de direito privado e de natureza pública. A União, além de patrocinadora, indicará a maioria dos membros de administração do fundo. A fiscalização ficará sob a responsabilidade do Tesouro Nacional, do Banco Central e do Ministério do Planejamento.

Nessa perspectiva, a União contribuirá para esse fundo na mesma proporção do servidor. O fundo será capitalizado pelo sistema de Contribuição Definida. Nos próximos anos, a União deverá conviver com dois sistemas de previdência: um gerido pelo Funpresp e destinado à aposentadoria dos servidores contratados a partir de 2003 e o outro, a já conhecida previdência social. Discursivamente, o objetivo do Governo é equilibrar o *déficit* da previdência social; o Governo declarou que buscará ainda reduzir as aposentadorias precoces.

O Coordenador-geral de Previdência dos Servidores, Luiz Roberto Domingues, falou sobre as expectativas criadas pelo plano: “Ainda não sabemos quantos vão entrar porque normalmente eles [os servidores] têm medo das propostas do Governo. Sempre acham que serão prejudicados. Não é uma conta fácil¹⁰⁶”.

O Funpresp poderá ser utilizado também pelos servidores que ainda estiverem trabalhando quando o fundo for aprovado. Segundo informações do setor previdenciário, os funcionários públicos da ativa somavam, em dezembro de 2005, 460 mil pessoas aproximadamente.

A aposentadoria não deve, pois, ser vista como uma medida de assistencialismo, mas um direito construído a partir do trabalho. Quando propõe o diálogo entre sindicatos, trabalhadores, Governo e empresa acerca de fundos de pensão, o Governo Lula sinaliza para a busca de proteção social conjuntamente, considerando o exercício do próprio trabalhador; logo, seria a propriedade deste constituída não segundo a lógica do mercado, mas através da socialização do salário.

Na perspectiva de Castel, se o Estado estimular a constituição de direitos sociais, entendidos aqui como a aposentadoria, ele estará exercendo o papel de redutor de riscos.

¹⁰⁶ Valdez Caetano, jornal *O Globo* 12/01/2005.

Para o autor, o principal papel do Estado da “sociedade salarial” não é realizar a função de redistribuição da riqueza, mas propiciar a proteção social.

Guardando as devidas proporções, a proposta do Governo Lula dialoga em certa medida com a tese defendida por Castel, sobretudo acerca da necessidade de reconfigurar as proteções sociais, já que o projeto de Lula busca associar a aposentadoria ao trabalho, via fundos de pensão, considerando “situações particulares e em última análise, os indivíduos singulares.” (Castel, 2003b: 70-71).

A tese de Castel sobre a “individualização da segurança” é baseada no argumento de que o sistema clássico de proteção, sobretudo Francês, é dominado por garantias ligadas ao trabalho, financiadas por cotizações retiradas deste. Contudo, o crescimento do desemprego em massa, a precarização das relações de trabalho, a redução da população ativa e o prolongamento da expectativa de vida são variáveis que desestabilizam o sistema.

Além da argumentação financeira, Castel lembra a incapacidade do sistema de atingir aqueles que estão excluídos do trabalho. Por isso, defende um modelo de proteção social que seja “uma resposta à crise do Estado Social, obedecendo a uma política que tende à “individualização das proteções” (Castel, 2003b:70), de forma a propiciar a proteção social de indivíduos e criar a “sociedade de semelhantes”.

Neste sentido, a intersecção entre trabalho e mercado, com a (re) mercantilização do trabalho é uma alternativa na insegurança social. Esta sugestão de Castel sinaliza para a domesticação do mercado, que é um dos argumentos dessa tese.

6. 3 Governo Lula: presença sindicalista

Os dados empíricos evidenciam que o Governo tem estimulado o diálogo do movimento sindical com o mercado financeiro, sobretudo na questão de fundos de pensão. Tal diálogo tem sido facilitado pela presença, no Governo Lula, de importantes figuras oriundas do movimento sindicalista, sendo que alguns deles têm histórico na militância dos fundos de pensão. Segundo a revista *Primeira Leitura* (maio, 2004), 1/3 dos cargos de confiança do primeiro Governo Lula foi ocupado por pessoas de origem sindical, presentes em cargos de Direção e Órgãos Executivos.

Dentre os sindicalistas do Governo Lula, pode-se citar inicialmente Ricardo Berzoini. Considerado peça fundamental nessa nova conjuntura, Berzoini foi Presidente

do Sindicato dos Bancários de São Paulo e representante da PREVI, Fundo de Previdência Privada dos funcionários do Banco do Brasil, o maior fundo de pensão do país, com patrimônio superior a R\$ 38 bilhões. Ademais, foi Ministro da Previdência Social e Ministro do Trabalho; Em 2006, às vésperas do fechamento dessa tese, era o Presidente do PT.

Além de Berzoini, houve outros representantes do primeiro Governo Lula¹⁰⁷ de origem sindical, tais como: Luiz Dulci, Secretário Geral da Presidência; Luiz Gushinken, Secretário da Comunicação; Miguel Rosseto, Ministro do Desenvolvimento Agrário; José Eduardo Dutra, Presidente da Petrobras; Olívio Dutra, Ministro das Cidades e Jacques Wagner, membro do Conselho do Desenvolvimento Econômico e Social; e por fim, o próprio Lula, ex-Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e líder das grandes greves de 1979 e 1981. A seguir, Quadro VII com nomes dos ex-sindicalistas presentes no primeiro Governo Lula (2003-2006).

Quadro VII Sindicalistas no primeiro Governo Lula

Nome	Cargo	Trajatória Sindical
Olívio Dutra	Ministro da Cidade	Foi Presidente do Sindicato dos Bancários do Rio Grande do Sul
Ricardo Berzoini	Ministro do Trabalho	Foi Presidente do Sindicato dos Bancários de S. Paulo e da Confederação Nacional dos Bancários (CUT)
Jacques Wagner	Ministro do Conselho do Desenvolvimento Econômico	Foi Diretor e Presidente da Sindiúmica (BA) e fundador da CUT (BA)
Luiz Gushiken	Ministro da Secretaria da Comunicação	Presidiu o sindicato Bancário de São Paulo
Miguel Rosseto	Desenvolvimento Agrário	Foi Presidente do Sindicato dos trabalhadores nas indústrias do Polo Petroquímico do RS (CUT)
Humberto Costa	Ministro da Saúde	Ex-primeiro Secretário do Sindicato dos Médicos de Pernambuco.
Luiz Dulci	Secretário Geral da Previdência	Fundou e foi o 1º Presidente da União de Trabalhadores do Ensino de MG
Marina Silva	Meio ambiente	Fundou CUT/ACRE com Chico Mendes
Lula	Presidente	Foi Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo de Campo e Diadema (de 1975/81). Líder nas greves de 1979, 1980,1981; preso durante Ditadura. Fundador do PT

¹⁰⁷Mesmo que alguns dos atores citados não façam parte do segundo Governo Lula, é necessário salientar que são importantes para a tese aqui defendida por estarem no Governo no momento da cristalização dos FP.

Oswaldo Barga	Secretário Nacional do Trabalho	Ex-diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema (CUT)
Jair Meneguelli	Presidente do Conselho Nacional do SESI.	Ex-Presidente da CUT; líder do movimento anti-violência carioca
José Eduardo Dutra	Presidente da Petrobras	Presidiu Sindicato dos Mineiros (SINDIMINAS) de Sergipe e foi diretor da CUT
Antonio Palocci	Ministro da Fazenda	Ex-diretor do Sindicato dos Médicos do Estado de São Paulo; presidiu a CUT Ribeirão Preto

Fonte: Revista Conjuntura Econômica, n. 03, 2003

Outro dado importante para a compreensão dessa dinâmica é que, com a ascensão de Lula à presidência, pessoas ligadas ao PT, de origem sindical e com certa proximidade com o mercado financeiro foram nomeadas para o comando dos maiores fundos de pensão estatais, como é o caso do ex-sindicalista Sérgio Rosa, atual Presidente da PREVI, do ex-sindicalista Wagner Pinheiro, atual Presidente do fundo de pensão dos funcionários da Petrobras, a PETROS, e o ex-sindicalista Guilherme Lacerda, atual representante do fundo de pensão dos funcionários da Caixa Econômica Federal, FUNCEF. Além disso, atores sociais de origem sindical, ou mesmo com relações de proximidade com o PT, foram indicados para cargos de grande importância no mercado financeiro, como a Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, conforme mostra o Quadro VIII.

Quadro VIII - Atores ligados à Previdência Complementar no primeiro Governo Lula (2003/06) versus trajetória de vida

Nome	Cargo	Trajatória
Ricardo Berzoini	Ex-Ministro da Previdência Social; ex-ministro do Trabalho Governo Lula.	Filiado ao PT; foi Presidente do Sindicato dos Bancários de SP, Osasco/região; foi Deputado Federal; defensor dos FP.
Amir Lando	Ex-Ministro Previdência Social	Filiado ao PMDB; foi Senador.
Luiz Gushiken	Secretário da Comunicação	Especialista em Previdência e FP; sócio de consultoria em PP; ex-Presidente do Sindicato dos Bancários de SP; foi Presidente do PT; responsável pelo projeto de reformas da previdência 2003. Filiado PT;
José Sasseron	Presidente da ANAPAR	Diretor Sindicato dos Bancários de SP (CUT); filiado ao PT; eleito em 1º lugar pelo 8º Prêmio de

		Seguridade Social, na categoria “Participante”.
Fernando Pimentel	Presidente da ABRAPP	Filiado ao PT.
Wagner Pinheiro	Presidente da PETROS	Filado ao PT; ex-Diretor do Sindicato dos Bancários de SP; ex-Diretor do BANESPREV.
Sérgio Rosa	Presidente da PREVI	Jornalista; fez parte da equipe de transição Lula; vereador de SP; Presidente da Confederação Nacional Bancários; ex-diretor da PREVI; filiado PT.
Guilherme Lacerda	Presidente da FUNCEF	Filiado ao PT; professor universitário; delegado fundador da CUT.
Adacir Reis	Secretário Previdência Complementar/Diretor Superintendente da PREVIC	Especialista em Direito Previdenciário e Previdência Complementar; organizador de livro sobre FP.
Rossano Pinto	Presidente do BB	No BB desde 1976; mestre Economia Política; Diretor Finanças e de Negócios Internacionais do BB; amigo pessoal de Palocci.
Guido Mântega	Presidente do BNDES	Economista; ex-Secretário de Relações Internacionais de SP; assessor de Lula na campanha eleitoral 2002; filiado ao PT.
Jorge Mattoso	Presidente Caixa Econômica Federal	Prof de economia da UNICAMP; livros publicados; consultor externo OIT; exilado durante ditadura. Demitiu-se do cargo de Presidente da Caixa, após “envolvimento” no escândalo do “Mensalão.”

Fonte: Dados desta Pesquisa

Conforme argumentado, os postos-chaves do mercado financeiro, como os Bancos, e a direção de fundos de pensão, foram ocupados parcialmente por ex-sindicalistas com histórico em fundos de pensão, o que pode demonstrar certa facilidade na aproximação com o mercado financeiro. Isso é possível devido ao capital simbólico e social acumulado, resultado das interações anteriores com o setor de fundos. Não obstante, trata-se de uma mudança de convenção cognitiva pela qual passam os sindicalistas envolvidos com fundos de pensão.

Desse modo, após o exposto acima, nota-se que o Governo tem interesse no diálogo com o mercado financeiro, o qual tem sido estimulado de forma simbólica e discursiva, bem como em forma de ações políticas. Da mesma maneira, o Governo tem incentivado a aproximação entre sindicatos e centrais sindicais com o mercado financeiro, o que se evidencia claramente na questão que será exposta no Capítulo seguinte.

6.4 Oposição aos fundos de pensão

Neste item, buscou-se refletir sobre o lugar social e os atores sociais em que a reconversão dos fundos de pensão não acontece. O Quadro IX apresenta alguns atores sociais que fazem oposição ao projeto de fundos de pensão; observa-se tanto jornalistas como intelectuais que se posicionaram de alguma forma contra os fundos de pensão¹⁰⁸.

Quadro IX - Opositores dos Fundos de Pensão externos ao Governo Lula

Pessoa Física/jurídica	Cargo	Atuação	Trajetória política
Magno Mello	Consultor Legislativo na Câmara dos Deputados	Assessora Deputados em matéria de administração pública; escreveu um livro onde “denuncia” os interesses do PT na Reforma da Previdência	Bacharel Direito e Administração de Empresas; Sindicalista membro do SINDILEGIS
Ezequiel Sousa do Nascimento	Presidente do SINDILEGIS	Apóia a “denúncia” de Magno Mello	Sindicalista (SINDILEGIS)
Grijalbo Coutinho	Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho	Judiciário. Contra fim da aposentadoria integral e FP como complemento	
Hugo Cavalcanti Mello Filho	Coordenador da Justiça do Trabalho da AMB	Judiciário. Contra FP para servidores públicos	
Marcelo Viana Estevão	Ex-Secretário de Previdência Social	Aponta cultura de corrupção dos fundos pensão.	Fez parte do Governo FHC
José Roberto Savoia	Ex-Secretário da Previdência Complementar	Crítica a natureza “pública” dos fundos de pensão	Fez parte do Governo FHC
Babá (José Batista Araújo)	Deputado Federal	Câmara dos Deputados. Atuou contra reforma prev. 2003.	Expulso do PT, fundou o P-SOL
Francisco de Oliveira	Pesquisador/Prof. da USP	Professor Emérito da USP; pesquisador CEBRAP	Um dos mais importantes intelectuais brasileiros; um dos criadores do PT.
Ricardo Antunes	Pesquisador/Prof. da UNICAMP	Escreveu artigos para jornais definindo os sindicatos que se interessam por FP como sindicalista gestor.	Importante pensador de esquerda; um dos criadores do P-SOL.
Mário Simões	Jornalista em Brasília	Crítica a privatização da previdência social, via fundos de pensão.	Crítico ativo de políticas “neoliberais”; apóia as críticas de Magno

¹⁰⁸ Acredita-se relevante um programa de pesquisa que se dedique exclusivamente à oposição aos fundos de pensão. A autora objetiva explorar a temática em pesquisas futuras.

			Mello
Empresas de previdência privada fechadas		Exigiram a mudança na legislação de 2001, que proibia os patrões de contribuírem para a previdência associativa.	Reivindicou ao Governo Lula a mudança da lei de 2001
Sindicatos dos Bancários de Campinas e Região		Contra Plano de Contribuição Definida.	Ala PSTU contra reforma previdência 2003

Fonte: Dados dessa Pesquisa

Dentre os opositores do projeto de fundos de pensão, vale a pena registrar a oposição das empresas de previdência privada fechadas, por ocasião da regulamentação da Lei Complementar 108 e 109 em 2003.

Por interferência dos bancos e seguradoras, tais leis, criadas no Governo Fernando Henrique Cardoso, evitavam que os patrões contribuíssem para a “previdência associativa”¹⁰⁹ de seus funcionários. O objetivo da legislação de 2001 era estimular as entidades de previdência privada abertas (Jardim, 2002). Nesse sentido, as empresas de previdência privada fechadas (os fundos de pensão) se colocaram contra essa medida, exigindo que a mesma fosse revista no Governo Lula.

Portanto, neste Governo “esta regulamentação foi derrubada de maneira a permitir que as empresas contribuíssem para a previdência associativa”¹¹⁰, de forma a estimular os fundos de pensão. Assim sendo, durante a regulamentação dos fundos em 2003, tal disputa existiu e foi definida a favor da previdência fechada, especialmente a previdência associativa.

Outro ponto de oposição aos fundos de pensão que vale a pena ser registrado é aquele do Sindicato dos Legisladores (Sindilegis), expresso claramente pelo consultor legislativo Magno Mello, que tem se configurado como um “ativo” opositor ao projeto de fundos do Governo Lula.

Magno é Consultor Legislativo na Câmara dos Deputados desde 1991: funcionário público concursado, começou sua carreira como funcionário do Banco do Brasil. Oriundo de família de funcionários públicos (seu pai, sua mãe e seus irmãos), foi um dos primeiros atores sociais a se colocar claramente contra o projeto. A primeira iniciativa foi o livro *A Face Oculta da Reforma da Previdência* (2003), além de escrever

¹⁰⁹ Depoimento de informante da ANAPAR. O dispositivo “Previdência Associativa”, também definido como “Plano Instituidor”, foi abordado no Capítulo II dessa tese.

¹¹⁰ Depoimento de informante da ANAPAR.

artigos para jornais e revistas diversas. Somando-se a essas ações, Magno informou, em entrevista a essa pesquisa, que abriu processos jurídicos contra Berzoini e Gushiken, acusando-os de “perseguição”. Afirma ser “perseguido” pelos membros do Governo desde que iniciou suas críticas públicas aos fundos de pensão.

Em entrevista, ele abordou os interesses “implícitos” da reforma da previdência de 2003, os principais atores e movimentações em torno desses “interesses”. Nessa perspectiva, informou sobre os interesses do Deputado José Pimentel, da sindicalista Rita Cocai¹¹¹ (atualmente Deputada), do ex-Ministro Berzoini, do ex-Secretário Luiz Gushiken, e finalmente do Presidente da Previ, Sergio Rosa, em relação aos fundos de pensão. Acredita que “todas essas instituições Previ, Petros e Funcef operam não por ter interesse em ser participante do sistema de fundos de pensão, mas pelo fato de fazer parte do capital financeiro ou pelo interesse dos próprios dirigentes, que vivem tentando enriquecer”. Suas críticas públicas são apoiadas pelo Sindilegis.

“Essa história que fundo de pensão é positivo (...), eu queria que alguém encontrasse um exemplo. Não existe nem aqui nem no mundo inteiro. Nos Estados Unidos, há uma pendência enorme de ruídos na economia por causa disso. Há uma coisa que ainda não estourou, está para estourar, a gente ainda não está vencendo profundamente esse problema. Está para chegar o momento que alguém vai ter que chegar lá e dizer: Eu quero me aposentar, e aí vamos ver que o fundo de pensão não existe mais (...) aí não tem mais nada”. (Informante do Sindicato dos Legisladores).

Pensando o “lugar social” de onde fala Magno (funcionário público que fez carreira no Estado), a “militância” contra os fundos de pensão faz sentido para si mesmo, uma vez que a “caça de privilégios” realizada pela reforma da previdência de 2003, atinge exatamente quem ganha mais de 2.500 reais, o que possivelmente é o caso de Magno e de seus familiares. A entrevista com Mello (parcialmente exposta no Apêndice dessa tese) chama a atenção da autora pela “crítica passional” aos fundos e pela preocupação constante com a “quebra dos privilégios” dos funcionários públicos. Tem-se aqui a militância de um ator social que se vê diretamente “prejudicado” pela reforma previdenciária de 2003.

Da mesma forma, a lista de opositores mostra ainda a presença de atores óbvios, como os judiciários. Afirma-se a obviedade desses atores, já que a Reforma da

¹¹¹ Do sindicato dos Bancários de Brasília.

Previdência de 2003 buscou resolver justamente o problema dos altos salários do setor público, sobretudo do setor judiciário. A oposição do sociólogo Francisco de Oliveira será discutida no Capítulo VII.

Em meio à oposição aos fundos de pensão mapeada por essa pesquisa, um momento especial que mostra relações de força no Congresso e na agenda de fundos de pensão do Governo, aconteceu por ocasião da criação/dissolução da Previc, assunto do próximo item.

6.5 Criação/ dissolução da PREVIC: relações de força¹¹²

Um evento ilustrativo das tensões e relações de força no Congresso deu-se por ocasião da criação, por meio de uma Medida Provisória (MP233/2004), da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC)¹¹³, com o objetivo de “estruturar de forma moderna e eficiente a regulação e a fiscalização das chamadas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) ou Fundos de Pensão.”¹¹⁴

Segundo Diniz (2005) as medidas provisórias podem ser vistas como a afirmação da agenda, pois entram em vigor imediatamente e como uma forma de contornar as resistências do Congresso.

Os objetivos Previc, segundo informações do secretário da SPC, Adacir Reis, era dispor de maior autonomia orçamentária, “podendo igualmente se orientar melhor pelos seguintes princípios: estabilidade de regras e de comportamento, política de longo prazo, quadros estáveis e especializados, maior capacidade de fiscalização, maior seriedade na análise de processos e auto-financiamento.”¹¹⁵

De acordo com as informações oficiais, a Previc deveria seguir práticas internacionais e ter a responsabilidade de aprovação prévia de estatutos, regulamentos,

¹¹² No momento da criação da Previc era realizada a pesquisa de campo; os informantes estavam eufóricos e otimistas pela criação do órgão. Todos os informantes, sem exceção, apoiaram a indicação de Adacir Reis para o cargo de Presidente da Previc.

¹¹³ A Previc foi criada no dia 30 de dezembro de 2004, por uma MP que tinha força de lei. Ela foi regulamentada pelo decreto 5.405, de 28 de março de 2005, aprovando “a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas da Superintendência Nacional de Previdência Complementar.” Com a não-votação, pela oposição, da MP-233 no dia 14 de junho, extinguiu-se a Previc. Daí, já no dia seguinte, por decreto, a SPC foi restaurada. O que se praticou nesse período está em plena vigência. Na verdade, a existência da Previc foi, portanto, de dois meses e pouco. (Depoimento de Zenaide Guimarães, Secretária de Adacir Reis).

¹¹⁴ Depoimento de Adacir Reis, Secretário da Previdência Complementar.

¹¹⁵ O financiamento da Previc seria por meio da Taxa de Fiscalização (Tafic), dos fundos de pensão, segundo depoimento de Adacir Reis, Secretário da Previdência Complementar.

convênios de adesão e retiradas de patrocínio dos planos de benefícios dos fundos de pensão.

Ainda segundo dados coletados junto aos informantes e à imprensa, com a criação da Previc houve um considerável avanço no trabalho de fiscalização:

“A Previc dá maior transparência e segurança para o sistema, contribuindo para que o sistema cresça¹¹⁶”. Assim, se antes da Previc, “a atuação estava mais focada no ativo e no passivo da entidade, nos recursos, numa visão de fiscalização direta, onde o auditor efetuava a vistoria dentro da entidade, e voltada em dois ou três anos, com a Previc, foi-se aprimorando a fiscalização, na medida em que o supervisor e sua equipe deveriam monitorar continuamente o plano de pensão.”¹¹⁷

Discursivamente, a fiscalização da Previc dar-se-ia através do exame da contabilidade das empresas e dos participantes, da supervisão das atividades de orientação ao participante efetuada por intermédio da mídia eletrônica e do telefone, do exame da contabilidade das entidades fechadas de previdência complementar e de seus patrocinadores, e da aplicação de penalidades administrativas aos agentes responsáveis por infrações, objeto de processo administrativo decorrente de ação fiscal, representação ou denúncia.

Contudo, a Previc - criada por MP - não foi votada no Senado Federal, o que levou à dissolução dela¹¹⁸. Às vésperas do dia limite para a votação, organizações do mercado redigiram um documento exigindo do Governo a votação da MP no Senado Federal, conforme anexo V. O argumento defendido era que:

“Ter a Previc funcionando é de fundamental importância porque, para crescer, o sistema de fundos de pensão precisa ter a sua fiscalização e supervisão a cargo de um órgão que disponha de quadro de pessoal profissional e de um orçamento adequado, que lhe garantam competência técnica e autonomia dentro do Estado brasileiro. (...) A Previc terá uma quantidade de servidores imensamente menor. Em sua grande maioria, serão contratados mediante concurso público (210 auditores, 120 especialistas, 100 auxiliares administrativos, 80 técnicos e 50 procuradores) (...) Quanto aos 150 cargos em comissão criados, 93% (140) deles são os chamados DAS 1, 2 e 3, com remuneração de até R\$ 1.575,00, destinados fundamentalmente aos servidores de carreira.” (Carta

¹¹⁶ Depoimento de Adacir Reis, Secretário da Previdência Complementar.

¹¹⁷ Depoimento de Adacir Reis, Secretário da Previdência Complementar.

¹¹⁸ A data máxima para a votação da Previc era dia 14 de julho de 2005.

enviada ao Senado, solicitando a votação da MP,13/06/05)

O documento foi assinado por diversas instituições interessadas na manutenção da Previc, a saber, ABRAPP (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar), ICSS (Instituto Cultural de Seguridade Social), SINDAPP (Sindicato Nacional das Entidades Fechadas de Previdência Complementar), ANBID (Associação Nacional dos Bancos de Investimento), ANDIMA (Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro), APIMEC (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais), BOVESPA (Bolsa de Valores do Estado de São Paulo) e BM&F (Bolsa de Mercadorias e Futuro).

A criação e dissolução da Previc é um indicativo, mesmo que provisório, da existência de possíveis relações de força no Congresso em torno dos fundos de pensão. Da mesma forma que a sua criação, através de uma MP, pode traduzir as energias sociais do Governo dispensadas em torno dos fundos de pensão, a sua dissolução pode sugerir o desinteresse ou a não-sensibilidade de alguns grupos pelo tema.

Em estudo de doutorado, Diniz (2005) busca entender a não-aprovação de determinadas matérias propostas pelo Executivo e esclarece sobre o papel das MPs.

“(...) Outro aspecto bastante vantajoso para o Governo na emissão de uma MP é o fato de sua base de sustentação ter maior controle sobre o processo decisório. Como se sabe, medidas provisórias devem ser apreciadas por comissões parlamentares especiais, formadas segundo critérios de proporcionalidade partidária, o que garante ao Governo ter maioria nessas instâncias deliberativas e controle dos cargos de Presidente e relator.”

Não foi realizada uma pesquisa detalhada sobre a criação/dissolução da Previc. O objetivo deste item foi estimular a reflexão do leitor sobre a existência de oposição aos fundos, o que ficou evidente no episódio relatado da Previc. A falta de eco do documento reivindicatório dos membros do sistema e o silêncio no Senado não podem ser vistos como óbvios e nem evidentes. A criação de um órgão por meio de uma MP também tem significado sociológico relevante, e deverá ser explorado em futuras pesquisas.

6.6 Considerações

Esse Capítulo mostrou como o Governo Lula promove a institucionalização dos fundos de pensão e a presença monopolista do discurso de “moralização das finanças”. Buscou-se apontar como os fundos de pensão estão construindo sua legitimidade sobre a negação dos lucros, na medida em que as práticas econômicas servem não-somente como mercadorias, mas essencialmente como ideário moral e de inclusão social.

A integração, em todos os níveis, dos atores sociais, das instituições e dos “dirigentes tradicionais” dos fundos, contribui para a definição de uma identidade de “moralização do capitalismo”, fundada na negação do lucro advindo da especulação e afirmação da atividade produtiva. No projeto de fundos de pensão, o Governo busca realizar o desenvolvimento sustentável do país por meio dos recursos oriundos da poupança trabalhadores. Apresentou-se, ainda, o fundo de pensão para os servidores públicos, aprovado na reforma de 2003, o FUNPRESP.

Da mesma forma, o Capítulo destacou, a presença de sindicalistas (sobretudo de origem bancária) no primeiro Governo Lula. A pesquisa sugere que tal fato influenciou/influencia o interesse por fundos de pensão. Finalmente mostrou a oposição ao projeto de fundos dando ênfase ao episódio criação/dissolução da Previc. O próximo Capítulo será dedicado ao exame detalhado do interesse sindical por fundos de pensão.

CAPÍTULO VII - PRESENÇA DE CENTRAIS E SINDICATOS NO MERCADO FINANCEIRO

Sob o nome de reestruturação do mundo do trabalho, Castel (2003b) argumenta que ocorre a preponderância da competição entre as empresas, transformando a dinâmica das relações profissionais, substituindo uma gestão coletiva à base de emprego estável por outra fluida e individual, levando a uma mobilidade ou flexibilização das trajetórias profissionais. Tal dinâmica põe em prática, desde 1970, a (des) coletivização, (re) individualização e insegurança social.

Portanto, o trabalhador é estimulado a ser o empreendedor de si mesmo, “fazer seu posto em vez de ocupá-lo e construir sua carreira fora dos esquemas lineares e padronizados do fordismo¹¹⁹”; desse modo, ele se encontra exposto e frágil, porque não é mais amparado por sistemas de regulações coletivas”. (Castel, 2003b:44).

Castel chama a atenção para a necessidade de enfatizar as profundas ambigüidades do processo de *individualisation-décolletivisation*, que atravessam a configuração das mais diferentes organizações do trabalho e afetam praticamente todas as categorias de trabalhadores. Nesse contexto, os excluídos são coleções (e não coletivos) de indivíduos, que não têm nada em comum, ao não ser compartilhar a mesma carência - entendida por Castel como a falta de direitos sociais no mundo do trabalho -, o que leva os trabalhadores a serem definidos unicamente pela perspectiva negativa. Castel (2003b) acrescenta, ainda, que o ressentimento que perpassa pelo ambiente de trabalho não leva nem à generosidade, nem à solidariedade; ele induz os trabalhadores à situação defensiva.

Com base na revisão bibliográfica e observações empíricas, a pesquisa sugere que a postura defensiva no mundo do trabalho perpassa de certa maneira pelos sindicatos, conforme será mostrado a seguir.

Este Capítulo apresenta uma revisão bibliográfica do papel do sindicato contemporâneo, considerando suas novas estratégias e bandeiras de lutas. O material empírico argumentará sobre as estratégias sindicais no mercado financeiro.

¹¹⁹ Castel está citando Pierre-Michel Menger. *Portrait de l'artiste em travailleur*. Paris: Le Seuil/La République des Idées, 2003.

7.1 Novas estratégias sindicais

Com a abertura econômica nos anos 1990, a reestruturação produtiva e a política de privatização, os sindicatos se vêem diante de uma complexa situação, que inclui desemprego e precarização da mão-de-obra (Rodrigues, 2002). Nesse contexto, chamam a atenção os efeitos dessas mudanças sobre o mundo do trabalho (Ramalho e Santana, 2003), tais como queda na taxa de sindicalização e o arrefecimento de práticas tradicionais como greve e paralização (Rodrigues, 2002).

Ao estudar o interesse sindical por fundos de pensão, Sauviat (2003) comenta que as diferentes iniciativas sindicais em direção aos fundos de pensão emergiram, principalmente, nos países onde havia declínio relativo na capacidade de intervenção dos sindicatos, ou seja, declínio de greve, das taxas de sindicalização e de negociação coletiva.

Nesse sentido, os sindicatos enfrentam a “crise” trazida pela reestruturação, e como conseqüências, passam pelas dificuldades de lidar com uma situação fabril específica; as políticas e estratégias de ação sindical parecem impotentes para deter a destruição de direitos trabalhistas e de se relacionar com uma força de trabalho de características diversas e heterogêneas.

Essa situação faz um contraponto com a década anterior, “quando o movimento sindical viveu um momento particularmente positivo” (Antunes, 1995), que ficou claramente expresso na criação de centrais sindicais que passariam a coordenar nacionalmente as ações dos trabalhadores, dentre delas a Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983. Além disso, beneficiado por um período de transição política para a democracia e um contexto econômico de alta inflação (Santana, 2002), o movimento sindical organizou grande número de greves, especialmente entre os anos de 1984-1987¹²⁰. (Noronha, 1991).

Segundo Noronha, as greves brasileiras dos anos 1970 e 1980 representam um misto de demandas trabalhistas, descontentamento social ou político, explosão de demandas reprimidas durante os anos de autoritarismo, e estratégia de consolidação de novas lideranças sindicais. Fortemente concentradas no setor industrial, na área metalúrgica do ABC, foram se espalhando rapidamente para outros municípios, estados e outras categorias do setor privado. A greve foi a expressão mais evidente dos temas e

¹²⁰ Para uma análise detalhada das greves do período, ver Noronha, 1991.

interesses não-pactuados, mas altamente competitivos e conflituosos do processo de transição do Brasil.

Após 1985, o Brasil passou a se situar entre os países com maiores taxas de greve, particularmente em função dos conflitos da esfera pública, onde houve avanço daquilo que Leôncio Rodrigues (2002) denomina “novo sindicalismo”. Segundo o autor, o avanço do sindicalismo do setor público foi resultante da democratização da política de massa e da expansão dos serviços públicos oferecidos pelo Estado. Esse “novo sindicalismo” gerou novos líderes do movimento sindical, com reivindicações específicas, dando nova roupagem ao movimento sindical; afinal, “O Estado é um empregador mais tolerante com o movimento associativo do que o patronato privado.” (Leôncio Rodrigues, 2002:88).

A greve foi a forma básica de ação sindical nesse período, colocando questões não-previstas aos atores da transição e abrindo brechas no pacto das elites. Noronha (1991) afirma que os sindicalistas foram interlocutores válidos do Governo Sarney, embora sem peso efetivo na definição de políticas. Os limites da força sindical e do espaço aberto no “pacto das elites” foram dados pela sua incapacidade de alterar, para além da agenda, as políticas do Governo.

Se nos anos de 1980 a preocupação do movimento sindical era com questões econômicas e salariais, nos anos de 1990 a temática de garantia de emprego e combate ao desemprego tornaram-se a referência (Santana, 2002). Rodrigues (2003) enfatiza que a estratégia sindical nos anos de 1990 é diferente daquela desenvolvida nas duas décadas anteriores. Naquele período, a principal questão na agenda sindical foi a defesa do emprego, a participação nos resultados, discussão sobre mudança na gestão e organização do trabalho, flexibilização da jornada de trabalho. Isso se deu, devido à realidade de um processo produtivo reestruturado, o qual tem levado à precarização nas relações de trabalho, mas também tem forçado os sindicatos a reverem suas estratégias. Assim, emerge nos anos de 1990 uma nova relação entre capital e trabalho do ABC paulista, cuja pauta central é o desemprego. (Rodrigues, 2003).

Apoiando-se ainda nas reflexões de Rodrigues (2003), registra-se que o autor vê uma mudança no seio do sindicalismo-CUT, principalmente no ABC. Os sindicatos estariam buscando um comportamento do tipo “cooperação conflitiva”, ou seja, embora o conflito seja explícito, existe uma preocupação com a cooperação. A necessidade de

conceber e negociar novas bases de solidariedade representaria um dos grandes desafios para os sindicatos. Ramalho e Santana (2003) falam de “sindicalismo de conciliação”.

O sindicalismo dos anos de 1990, que repensou sua agenda e sua pauta inserindo preocupações tais como a participação nos resultados, inovação contínua, trabalho em grupo, logística, desverticalização/terceirização, manufatura celular e jornada de trabalho flexível, apontando para uma mudança sensível nas relações capital/trabalho, foi denominado por Rodrigues (2003) de “novo sindicalismo”.

Segundo Pedroso (2005), a privatização das empresas públicas teve efeitos negativos sobre os sindicatos, sobretudo aqueles do setor elétrico de São Paulo, os quais se viram numa situação ambígua e contida durante o período das privatizações, já que foram avigorados pela individualização da situação do trabalho, da remuneração e da competência; naquele contexto, houve enfraquecimento dos sindicatos, que deixaram os trabalhadores sob tensão. Cada indivíduo passou a ser responsável pelo seu próprio destino.

O autor acrescenta que os fatores de enfraquecimento sindical foram o aumento do desemprego, a ampliação dos empregos precários e a debilidade dos funcionários das empresas; além desses, o autor informa que os sindicatos viram-se enfraquecidos devido à imagem negativa que a empresa e os funcionários tinham na chamada opinião pública; sem o apoio desta, os sindicatos foram ao isolamento. Finalmente, os próprios filiados, por medo do desemprego, refletiam o não-apoio da opinião pública.

Analisando o contexto francês, Grozelier (2006) afirma que, atualmente, todos os sindicatos estão na defensiva, ou seja, têm grande dificuldade para formular respostas adaptadas às demandas dos trabalhadores e à nova organização do trabalho.

Segundo Castel (2003b), a representação coletiva dos interesses do mundo do trabalho entrou em sinergia com o modo de gestão burocrática administrativa, que classifica as populações em categorias homogêneas em função do emprego, da *guilda*, da hierarquia. A homogeneidade do mundo do trabalho foi colocada em questão pelo desemprego de massa e pela precarização das relações de trabalho, tocando diretamente a baixa hierarquia. A solidariedade dos estatutos profissionais tende assim a transformar-se em concorrência entre iguais, ou seja, em vez de unir todos os membros de uma mesma categoria em torno de benefícios coletivos para a categoria, cada um busca melhorar ou manter sua própria condição. Como se pode notar, Castel tem como preocupação constante a quebra de laços sociais e de solidariedade no mundo do trabalho.

Contudo, o sindicalismo brasileiro vem sinalizando para a busca de novas alternativas e estratégias (Santana, 2002), visando se enquadrar nas novas configurações do capitalismo. Sobre essas novas estratégias sindicais, Leite (2003) afirma que o movimento sindical tem buscado, sobretudo, a inserção em novos espaços sociais. A autora cita a experiência com as câmaras setoriais/regionais, e o Orçamento Participativo lançado em Porto Alegre, em 1989: “Embora de pouca visibilidade, por serem em sua maioria ainda muito recentes e localizadas, as experiências de criação de novas institucionalidades vêm apresentando importantes desafios à realidade social.” (Leite, 2003:163). A discussão sobre as câmaras setoriais será retomada no próximo Capítulo.

Sobre as estratégias de luta dos sindicatos franceses, Grozelier (2006) acrescenta que, atualmente, as reivindicações sindicais convergem para salário, condições e organização do trabalho, emprego e precariedade. Esses temas (re) encontram lugar central na agenda sindical francesa. A autora sugere que o sindicato deva dispor de um projeto, para que não fique simplesmente na resposta das estratégias dos patrões e do Governo, ou seja, o movimento sindical precisa ter um plano para o futuro, com idéias diretrizes. Em estudo sobre *O Destino do Sindicalismo*, Leôncio Rodrigues (2002) sugere que deveriam ser criados novos papéis para os sindicatos ou novas organizações de trabalhadores, para oferecer melhor adequação entre as necessidades dos empregados e do sindicato.

Desse modo, o interesse das centrais sindicais francesas pelos fundos de pensão/poupança salarial pode ser traduzido como a assimilação de novas bandeiras de lutas e a busca de novas estratégias, tais quais sugeridas junto aos sindicatos brasileiros, como será mostrado nesse Capítulo.

Santana (2002) enfatiza que diante do quadro de queda no poder de mobilização e ausência no cenário nacional, os sindicatos estão ampliando sua pauta e se inserindo em novos espaços “que lhes permitissem continuar existindo e se movimentando.” (Santana, 2002:44). O autor apresenta uma lista das estratégias utilizadas atualmente pelo movimento sindical, quais sejam:

- tentativa de articulação com outros movimentos sociais (terra, moradia, justiça, etc);
- busca de abertura para novos temas (ambiente, gênero, raça, educação do trabalhador etc);
- incorporação de práticas alternativas de intervenção, negociação e organização (câmaras setoriais/regionais, políticas públicas e sociais e articulação no âmbito do Mercosul).

No estudo *O destino do sindicalismo*, Leôncio Rodrigues (2002) afirma que as respostas do sindicalismo não são apenas reações determinadas automaticamente pelas mutações ambientais. Decorrem de transformações que acontecem nos sindicatos enquanto organizações e que passam, quase fatalmente, pelos interesses e valores das lideranças sindicais. O autor cita uma lista de possibilidades de respostas inovadoras do sindicalismo:

- as de natureza coletiva: dirigidas aos trabalhadores enquanto grupos e que, conseqüentemente, envolvem as estratégias sindicais clássicas de mobilização;
- as respostas orientadas para o trabalho individual;
- as respostas organizatórias referentes à modificação na própria estrutura sindical.

Os sindicatos buscam aprofundar e diversificar serviços oferecidos aos sindicalizados, sobretudo a preços especiais, tais como: cursos, empréstimos, cartões de crédito, consultorias em assuntos profissionais sobre direitos dos empregados e seguridade social, imposto de renda, negociação do contrato individual de trabalho e outros assuntos equivalentes. Da mesma forma, as fusões têm sido respostas defensivas dos sindicatos, e decorrem do declínio do número de associados e/ou de mudança no mercado de trabalho e na tecnologia da produção.

O argumento sugerido nesta tese permite acrescentar que o movimento sindical tem feito uso de estratégias que vão além daquelas pontuadas anteriormente. Nesse sentido, defende que os sindicatos têm se debruçado sobre as seguintes questões:

- criação de fundos de pensão (previdência privada associativa) para seus associados;
- gestão dos fundos de pensão dos trabalhadores já existentes por meio dos Conselhos Deliberativos e Fiscais;
- tornou-se agente da governança corporativa visando legitimar sua presença em vários espaços do mercado financeiro (conselhos de fundos de pensão, conselhos da Bovespa, CMN, dentre outros);
- tornou-se agente da responsabilidade social, uma vez que defendem o investimento dos recursos dos fundos de pensão em atividade socialmente responsável, de sustentabilidade e ética.

Para alguns (Leite, 2003; Santana e Ramalho, 2003), as novas estratégias sindicais seriam respostas a uma possível “crise” do setor, ou “uma crise aguda”, nas palavras de Rodrigues (2002).

Beynon (2003) afirma que “é bastante comum referir-se ao declínio da influência dos sindicatos na política nacional, ao declínio do número de filiados e à dificuldade que

eles têm como organizações nacionais, de lidar com sistemas globais de produção e distribuição, como crise.” (Beynon, 2003: 58). Citando exemplos europeus, o autor acrescenta que existe certo exagero em torno da questão da crise, uma vez que, embora tenha caído o número de filiados aos sindicatos em muitos países, houve aumento da filiação no Reino Unido. Além disso, existe forte evidência de que os trabalhadores continuam a se preocupar com a pressão que sofrem do patrão.

Leôncio Rodrigues (2002) fornece outros elementos para o debate. Acrescenta que a dificuldade para a mobilização dos trabalhadores e, portanto, para os sindicatos conservarem seu papel tradicional de representação de interesses amplos, advém do fato de que nem todas as mudanças foram desfavoráveis aos empregados, embora possam ter sido negativas para o sindicalismo ou para o poder sindical. Nesse sentido, houve mudanças no poder de barganha dos sindicatos, expansão das novas formas de organização, que premiam a flexibilidade e a participação do empregado e a diversificação das preferências dos trabalhadores.

Apesar de os sindicatos terem se defrontado com questões complexas, Ramalho e Santana (2003) acreditam no sucesso das estratégias de resposta à “crise”:

“Para o sindicalismo e os sindicalistas vão sendo postas tarefas que necessitam de atenção redobrada, se quiserem manter e ampliar sua importância histórica. O que se tem visto hoje no mundo inteiro tem sido uma lenta, sólida, retomada das atividades do movimento sindical.” (Ramalho e Santana, 2003:36).

Quanto à crise do sindicalismo, é relevante compreender o seu conceito. Para tanto, ressalta-se a referência de Leôncio Rodrigues (2002), que indaga se o sindicalismo vive “crise” ou “declínio” e busca entender a morfologia das palavras. Para o autor, “crise” é uma alteração súbita nos rumos de um processo, uma ruptura de uma situação de equilíbrio ou um desenvolvimento que até então era seguir rumos normais, quer dizer, previsíveis. “Declínio” é entrar em decadência, decair, perder vitalidade de modo inexorável, ainda que o ritmo possa ser mais lento ou mais rápido. “É um processo, mais do que um estado” (p. 20). Referindo-se a uma dada instituição, declínio indica o enfraquecimento, que não precisa acontecer súbita e rapidamente.

Para o caso do sindicalismo, o autor afirma que crise não é necessariamente sinônimo de agonia. O sindicalismo poderia estar passando por uma fase difícil, mas

passível de superação após algumas reformas. Já o termo declínio remete a um processo de enfraquecimento do organismo, mas que não deve, forçosamente, provocar alterações bruscas nas formas de organização, nas estratégias, nos valores da instituição sindical. Declínio pode gerar crises, quer dizer, alterações dramáticas, às vezes inesperadas, num padrão de desenvolvimento; crise pode levar ao declínio que, continuado, implica o fim.

O quadro que parece caracterizar o sindicalismo brasileiro sugere mais declínio do que crise. Dessa maneira, o que parecia ser uma crise nos anos de 1970, adquiriu nos anos de 1980 o caráter de um declínio, à medida que os sindicalistas não encontravam respostas satisfatórias para pôr fim à persistente redução de seus filiados e dos espaços que havia conquistado após a segunda guerra. (Leôncio Rodrigues, 2002).

Como opção metodológica, esta pesquisa utiliza a palavra “crise” para se referir, especificamente, ao contexto de “crise das estratégias e finalidades tradicionais” do sindicalismo. Dessa forma, quando se falar em crise, o leitor deve traduzir por “crise das estratégias e finalidades tradicionais”. O objetivo é ter cautela e não sinalizar uma crise geral do sindicalismo; crê-se que as novas estratégias sindicais (diálogo com novos atores sociais, câmaras setoriais, diálogo com mercado financeiro, dentre outros) são respostas possíveis que estão sendo sinalizadas pelo sindicalismo brasileiro contemporâneo.

Embora o possível contexto de “crise” pontuado anteriormente, o material empírico desta pesquisa evidencia que o movimento sindical (ou parte dele) tem (re) configurado sua pauta sindical, (re) significando mecanismo de participação e inserção. Desse modo, os sindicalistas tornaram-se interlocutores do Governo, de empresas multinacionais e nacionais de fundos de pensão, da Bovespa e por fim, de diversos atores do mercado financeiro, apoiados no discurso da legitimidade moral, já que acreditam serem moralmente reconhecidos para defender os “interesses financeiros” dos trabalhadores.

Igualmente, para inserção no espaço financeiro, utilizam-se do discurso de governança corporativa, sustentabilidade, responsabilidade social e investimento ético, o que ajuda na institucionalização de novas convenções sociais no mundo do trabalho. Sugere-se, ainda, que a relação capital/trabalho está sendo (re) significada, tanto pelo representante do capital (mercado financeiro), atualmente hegemônico no contexto de financeirização, tanto pelo representante do trabalho (sindicatos e centrais sindicais).

Sobre a afirmação de Leite (2003) acerca da pouca visibilidade das novas estratégias sindicais, vale acrescentar que, no caso da criação e gestão dos fundos de

pensão pelos sindicatos, não é uma estratégia de pouca visibilidade. Ao contrário, trata-se de uma estratégia ambiciosa que passa necessariamente pela mudança de convenção cognitiva dos sindicalistas, bem como alto investimento em formação no mercado financeiro. É uma estratégia de dimensão política, que tem sido eufemizada e transfigurada pela alquimia do econômico (Bourdieu, 2001). Portanto, como fenômeno político, não está recebendo a adequada dimensão analítica que deveria.

O interesse dos sindicatos por fundos de pensão será discutido do próximo item.

7.2 Sindicatos brasileiros na criação e gestão de fundos de pensão

O mapeamento empírico aponta que sindicatos brasileiros dos setores bancários, eletricitários, telefônicos, petroleiros e alguns segmentos metalúrgicos, bem como dirigentes das três grandes centrais sindicais do país (CUT, CGT e FS) passaram a reivindicar a criação de previdência privada para seus associados e, sobretudo, a participação ativa nos conselhos dos fundos. Assim, tentam estender o mandato de representação dos empregados na empresa para os fundos de pensão, colocando-se como legítimos representantes e defensores da poupança dos trabalhadores. Os sindicalistas, (sobretudo da CUT) deixam de responder simplesmente “não” às propostas do mercado, e passam a considerar a possibilidade de unir interesses, que até então pareciam antagônicos. Dessa maneira, começam a associar o papel de sindicalistas à responsabilidade financeira, além da já conhecida responsabilidade de representação trabalhista.

Os sindicatos dos anos de 1960 e 1970 ofereciam “serviços” a seus membros, tais como de dentista, barbeiro, cabeleireiro, dentre outros. Pode-se relacionar a postura sindical contemporânea desses períodos. Portanto, para essa homologia deve-se guardar as devidas proporções, uma vez que os sindicatos passaram a oferecer benefícios que vão além das pequenas necessidades domésticas, ou seja, tentam participar do oferecimento de benefícios de caráter financeiro, que é a aposentadoria, via fundos de pensão. Assim sendo, mesmo com essa homologia o interesse de sindicatos por previdência privada é uma estratégia inédita.

Nesse sentido, o que chama a atenção é o caráter inédito dessa diretriz. Extrapolando o tripé clássico da ação sindical – salário, condições de trabalho e redução da jornada de trabalho –, o movimento sindical (ou parte dele) busca unificar os sindicatos em torno da administração responsável de vultuosas somas dos fundos de

pensão, tendo a preocupação com a “moralização” do capital, a desigualdade social e com investimentos éticos e de responsabilidade social.

O objetivo do Governo é que os planos fechados de previdência complementar sejam incluídos nas convenções coletivas das categorias. Como já afirmado, as duas maiores centrais sindicais do país, a CUT e a Força Sindical, já aderiram aos fundos de pensão. É possível que nessas centrais exista oposição interna à política de fundos de pensão¹²¹. Contudo, o que se evidencia é a criação (ou em vias de criação, como no caso da CUT) de planos de previdência para os associados, que serão negociados em dissídios coletivos. Da mesma forma, a CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores) também está interessada nesse mercado que movimenta um valor equivalente a 16% do PIB.

É importante registrar que, dentre as centrais que passaram a defender o envolvimento com fundos de pensão, a presença da CUT é o elemento mais instigante, por tratar-se de uma central que historicamente demarcou uma postura crítica em relação ao mercado.

O Quadro X sugere uma possível evolução histórica/mudança cognitiva que representa o interesse sindical por fundos de pensão de 1970¹²² até 2006. Foi construído a partir de informações coletadas por essa pesquisa, buscando contrastar o depoimento dos entrevistados com documentos analisados sobre o tema. Observe.

¹²¹ Um programa de pesquisa sobre a oposição interna das centrais sindicais aos fundos de pensão faz parte da agenda de futuros estudos da pesquisadora.

¹²² A opção pelos anos de 1970 justifica-se porque os fundos de pensão surgiram em 1977.

Quadro X - Evolução do pensamento sindical sobre fundos de pensão

Período	Atuação sindical	Justificativa
Anos de 1970	Com a criação do INPS e a unificação dos IAPs em torno deste, no ano de 1966, os sindicatos foram excluídos da gestão da previdência social; Os fundos de pensão surgem em 1977 e não despertam interesse imediato dos sindicatos.	A seguridade social é vista pela perspectiva da previdência social, criada em 1923 e em favor da qual o movimento sindical sempre atuou.
Anos de 1980	Postura crítica em relação aos recém-criados fundos de pensão.	FP vistos como “venda ideológica” dos sindicatos.
1º Governo Fernando Henrique Cardoso (1994-1998)	1ªs iniciativas do sindicato dos Bancários SP (eventos, discussões);	FP vistos como um possível campo de atuação sindical; Preocupação com corrupção e falência envolvendo os fundos.
2º Governo Fernando Henrique Cardoso (1999/2002)	Ex-sindicalistas do setor bancário (Berzoini/Gushiken) levam o debate para o Congresso; criação da lei 108/109/2001; Setor de FP apóia a candidatura de Lula em 2002.	Necessidade de ampliar o mercado de FP e de possibilitar a criação/gestão FP via sindicato.
1º Governo Lula (2003/2006)	CUT, FS e CGT: adesão e difusão do tema junto aos sindicatos; FP acoplado à responsabilidade social e à governança corporativa.	FP como instrumento de inclusão social e luta contra financeirização/bandeira de sindicalização/estratégia de luta.

Fonte: dados dessa pesquisa

Como se pode ver, a aproximação entre sindicalistas e mercado financeiro representa uma nova variável na história do sindicalismo brasileiro, ou seja, uma nova natureza na relação capital/trabalho, já que este sempre esteve presente em toda a história da previdência social, desde suas origens, em 1923, posicionando-se na defesa do modelo de repartição e dos direitos trabalhistas (Oliveira e Teixeira, 1986). No novo contexto, os sindicatos defendem o modelo de Contribuição Definida, cujo modelo, poderia ser visto provisoriamente, como a negação do modelo de repartição.

Sobre o interesse dos sindicatos por fundo de pensão, uma das informantes declarou: “Você tem duas alternativas, ou você não entra para debater e você deixa que o banco faça a sua política, ou você entra na discussão.” (Informante do Sindicato dos Bancários de Campinas).

Como mostra o depoimento citado anteriormente os sindicalistas se apóiam em justificativas que vão além daquelas da ordem econômica para justificar sua presença no mercado financeiro. Afinal, não se pode perder de vista que tradicionalmente a ação sindical se restringe às reivindicações junto aos empregadores nas três esferas de exploração do trabalho, a saber, salário, jornada de trabalho e condições de trabalho.

Os argumentos sindicais na defesa de fundos de pensão/mercado financeiro serão explorados a seguir.

7.3 Justificativa política, social e moral

Foi inserido no Capítulo I um histórico sobre as primeiras iniciativas sindicais em fundos de pensão, focando as ações/papéis e motivações de membros do Governo. Nesse item, serão mapeados o surgimento e a consolidação dos fundos de pensão no Brasil, focando, especificamente o envolvimento de sindicatos e sindicalistas. Mostra ainda, os argumentos de cunho político, social e moral utilizado pelos sindicalistas visando justificar seu interesse por fundos de pensão e/ou mercado financeiro.

Visando a compreensão da origem da construção sindical em direção aos fundos de pensão, a pesquisa utiliza a apostila do curso de formação em *Previdência Complementar e Regime Próprio*, ministrado pela CUT, em 2000, 2001, 2002 e 2003. Nela se observam os primeiros argumentos sindicais acerca da temática, e a construção da idéia em torno da gestão dos fundos de pensão. Além disso, esse material constitui instrumento de “difusão ideológica” junto aos dirigentes de fundos sindicais sobre a temática, ao mesmo tempo em que é responsável pela formação do movimento sindical na matéria de fundos de pensão. Segundo um dos informantes dessa pesquisa, mais de um mil sindicalistas fazem o curso por ano (utilizando a apostila citada), os quais têm o objetivo de difundir essa “ideologia” na base sindical em que atuam.

A referida apostila insere uma justificativa sobre o porquê, durante tanto tempo os sindicatos não se interessaram por fundos de pensão:

“O setor de previdência complementar do Brasil, por muito tempo, ficou basicamente restrito a empresas públicas e seus trabalhadores e as lideranças sindicais se mantiveram totalmente distantes das discussões mais importantes e totalmente afastadas do controle estratégico desses fundos, uma vez que as próprias características

dos fundos, que eram complementares à previdência social traziam grande tranquilidade aos trabalhadores, o que, por sua vez, gerava alto grau de passividade entre eles e suas lideranças. Ainda que em muitos fundos os participantes contassem com dirigentes eleitos em seus Conselhos Deliberativos e Fiscais, a ação política por eles desenvolvida também sempre se pautou pela timidez e pouca organicidade.”(Gushiken, 2002b:105-106).

No texto, em anexo, da apostila do curso de formação em *Previdência Complementar e Regime Próprio*, escrita pelo professor Reinaldo Gonçalves (UFRJ) e pelo então Deputado Federal, Luiz Gushiken, a passividade dos sindicatos em relação aos fundos assim foi justificada:

“No Brasil, a existência de fundos de pensão data de 1977, mas durante todo este tempo eles nunca foram considerados assunto de relevância pelos sindicatos brasileiros. De um lado, porque a previdência complementar era entendida como uma espécie de concessão dirigida aos funcionários de empresas estatais e de outro lado, porque a nossa previdência pública ainda cobre grande contingente dos trabalhadores.” (Gushiken e Gonçalves, 2002).

O texto aborda também a mudança de comportamento sindical que passa a ver nos fundos uma forma de bandeira de negociação:

“(…) Uma profunda mudança começou a ser efetivada, tanto no setor público quando no setor privado, exigindo dos sindicatos uma posição mais ativa em relação à temática dos fundos de pensão. Este novo posicionamento dos sindicatos é também bastante solicitado com o processo de privatização, que impôs drásticas alterações nos planos previdenciários das empresas privatizadas, prejudicando sensivelmente seus funcionários. As denúncias de malversação dos recursos dos fundos de pensão ocuparam as páginas da imprensa com maior constância que o habitual, também acabam chamando a atenção para a importância que o assunto requer (...) No Brasil, o fundo de pensão como fonte de poder ou como potente agente de negociação nunca foi objeto de discussão por parte dos sindicatos.” (Gushiken e Gonçalves, 2002).

Da mesma maneira, o informante da ABRAPP visualiza uma mudança de postura e de mentalidade do movimento sindical, que passa a ver nos fundos de pensão uma estratégia de luta trabalhista.

“Já houve resistência por parte dos fundos de pensão especialmente nas décadas de 1980 e 1990, quando líderes sindicais mais à esquerda viam nos fundos de pensão, de modo geral, um instrumento da privatização da Previdência Social. Hoje, compreende-se claramente que a previdência complementar é um duplo benefício para o trabalhador, na medida em que não apenas assegura uma renda maior na previdência, como fortalece a poupança interna e, conseqüentemente, os investimentos, e assim, contribui para a criação de empregos.” (Informante da ABRAPP).

Um dos informantes defende que a corrupção dos fundos nos anos de 1960 e 1970, como na CAPEMI e nos montepios, foi a motivação inicial para os sindicatos se interessarem por fundos de pensão; posteriormente, o sindicato passou a ser “seduzido” pelo montante de dinheiro movimentado pelos fundos.

O informante conta sobre os primeiros envolvimento dos sindicatos com os fundos de pensão:

“Os sindicatos viam a massa de recursos, que era direito do trabalhador (...) a “caixa preta” foi despertando a consciência dos sindicatos pela poupança (...) daí, começou a entrar na agenda dos sindicatos a partir dos dissídios. Com discurso de transparência e participação, os trabalhadores, representados pelos sindicatos, foram empurrados para abrir a “caixa preta” dos fundos e fiscalizar o dinheiro do trabalhador.” (Informante Previg, ex-estatal).

O informante conclui seu argumento, pontuando o poder de sedução dos fundos de pensão:

“Já que decidir 1% de um fundo é milhares de vezes sua remuneração anual [a remuneração do trabalhador], imagina o poder de sedução dos participantes. É um mecanismo de cooptação muito forte; o trabalhador sai da sua condição de assalariado.” (Informante Previg, ex-estatal).

O informante do fundo de pensão da CESP declarou que, a partir de 1990-93, os sindicatos passaram a militar em favor dos trabalhadores com a bandeira dos fundos de pensão. Segundo entrevistado, até 1995 o trabalhador pouco participava dos fundos. Anteriormente a esta data, “o movimento sindical via com maus-olhos o dinheiro dos fundos”, pois achava que este refletia uma “venda ideológica”, mas o sindicato foi adaptando suas estratégias de lutas ao contexto.

O livro, *Fundos de Pensão em Debate* (2002), organizado por Adacir Reis¹²³, para divulgar o mercado dos fundos, traz artigos de diversos atores ligados aos fundos de pensão. Nesse, Reis esclarece que,

“A agenda dos sindicatos não só passou a incluir demanda por novos planos previdenciários, como também a exigir maior transparência e participação na gestão dos planos existentes. Conciliar os interesses dos participantes com as necessidades de financiamento da atividade produtiva tem sido outra preocupação das legislações modernas.” (Reis, 2002:202).

Os informantes passaram a acreditar no “casamento” capital/trabalho. O provérbio popular “*Se você não pode destruir seu inimigo, junte-se a ele*”, tornou-se a máxima do período. Dessa maneira, a presença de sindicalista na Bolsa de Valores e a aproximação com o mercado financeiro são vistos de forma positiva pelos nossos informantes. Neste sentido, pontuam que mesmo que o sindicato não exerça influência direta, somente a presença sindical no mercado já pode trazer novos equilíbrios nas relações de força. “Você não derrubou o sistema, (...) você tem tantos interesses representados lá dentro, então, por que não? O sindicalista lá dentro [Bolsa de Valores, mercado financeiro] vai bater e falar “espera aí, que isso aqui também tem a ver com a sociedade.” (Informante da Banesprev).

Na mesma linha, outro informante defende que “enquanto os fundos existirem e eles forem criados independentes do trabalhador, os sindicatos têm a obrigação de acompanhar a base, que quer exigir algo do capitalismo moderno (...) não dá para ser ideologicamente contra.” (Informante Previg, ex-estatal). Da mesma forma, compara as empresas patrocinadoras como “sócios invisíveis” que contribuem mensalmente na conta individual do trabalhador. Para ele, aí reside a sedução dos fundos. Nas suas palavras, “a empresa cria a conta, você deposita uma parte e o “sócio invisível deposita outra parte”, mas é você que resgata sozinho (...) São sedutores os fundos patrocinados.” (Informante Previg, ex-estatal).

O informante da Força Sindical acredita num diálogo sem assimetrias entre capital e trabalho, já que o objetivo de ambos, tanto o capital, quanto o trabalho, é o crescimento do país.

¹²³Esse livro antecede as eleições de 2002, ou seja, neste momento não estava configurado o momento político do país.

“A relação capital e trabalho é uma equação que tem de ser resolvida de forma razoável e de participações que sejam idênticas, não adianta o capital querer achar que é mais importante que o trabalho e vice versa, os dois têm a sua relevância e tem a sua importância, mas se não tiverem voltados para as suas questões básicas do crescimento do país, que é diminuir essas diferenças absurdas que temos, realmente nós vamos ficar patinando, e na medida que estamos falando a língua da busca do crescimento, a empresa pode ter lucro, mas vai ter que gerar emprego, vai ter que dar benefício para o trabalhador.” (Informante da Força Sindical).

Outro informante abordou a nova “visão de mundo” da “esquerda¹²⁴” brasileira, que passa a defender o diálogo entre mercado e trabalho. “Foi-se o tempo que a esquerda achava que o mercado financeiro era bicho papão, hoje a gente conversa. Eu estou vendo em todas as centrais desde a mais de esquerda até a mais da direita.” (Informante do Sindicato dos Bancários de Campinas/ligado à CUT).

Observe o depoimento do informante da Força Sindical. Os informantes compartilham os mesmos argumentos. Ambos pontuam a mudança de convenção social junto aos sindicalistas:

“Antigamente a Bolsa de Valores era vista como um capital selvagem, como uma atitude maléfica, hoje nós já percebemos de outro jeito, inclusive o Presidente da Bolsa é uma pessoa que tem feito conosco ações sociais, a relação da Bolsa de Valores, Força Sindical, Forçaprev e de todos os trabalhadores, é muito bem vinda.” (Informante da Força sindical).

Nesse contexto, os fundos são vistos, também, pelos sindicatos como nova forma de gestão política. Assim, agregados aos tradicionais instrumentos de luta, os sindicatos acreditam que os fundos podem outorgar-lhes (seus legítimos representantes) condições morais plenas e legitimidade política para interferirem em seus processos de controle e de aplicação.

Ao continuar a exposição dos argumentos dos entrevistados e do material coletado, é possível perceber uma clara ênfase na idéia de “moralização” do capitalismo. Observe-se o depoimento de Gushiken e do professor Reinaldo Gonçalves.

“Não resta dúvida de que o disciplinamento dos mercados financeiros, sua regulação e controle, são tarefas urgentes e fundamentais para todas as nações e particularmente cruciais para

¹²⁴ A palavra entre aspas indica que a autora segue as categorias nativas, ou a própria categoria nativa.

países menos desenvolvidos, devido à vulnerabilidade a que estão expostos. Nesse universo de operações virtuais de financeiro, também se está redesenhando constantemente a própria distribuição da renda em dimensão global.” (Gushiken e Gonçalves, 2002).

Nessa perspectiva, os autores defendem que “os fundos de pensão acabam assumindo importância estratégica na luta contra o próprio processo de financeirização da economia mundial já que, atualmente, os recursos previdenciários também contribuem fortemente para a alavancagem do referido processo.” (Gushiken e Gonçalves, 2002).

Nesse sentido, os atores entrevistados, e inclusive a CUT, discursaram sobre a idéia de lutar contra o capitalismo, utilizando as próprias armas do mercado: “Eu particularmente penso que é super positivo o sindicato dialogar com o mercado financeiro e tentar se infiltrar, porque os tempos mudaram, porque nós estamos em outro momento da história¹²⁵.”

É importante frisar que os sindicalistas defendem, também, uma nova relação entre capital e trabalho. Os textos de Gushiken fazem apelo emocional aos sindicatos e apontam que a poupança dos trabalhadores pode se tornar uma arma contra os próprios trabalhadores, caso os sindicatos não se interessem por fundos de pensão. Assim, “devido à ganância especulativa inescrupulosa e com seus intermináveis processos de crise, existe a possibilidade, não remota, que este monumental volume de recursos, oriundos do sacrifício de milhões de trabalhadores vir a se transformar num gigantesco pesadelo para estes mesmos trabalhadores.” (Gushiken, 2002b).

A forma como os sindicalistas passa a se relacionar com o mercado financeiro traduz uma significativa mudança de convenção cognitiva junto a estes, ou se o leitor preferir, uma mudança de *habitus*¹²⁶, o que leva necessariamente a um conflito de *habitus* entre os sindicalistas defensores dos fundos de pensão e os sindicalistas “tradicionais”.

Assim sendo, os informantes/sindicalistas - historicamente um tanto desconfiados em relação ao mercado -, demonstram conforto ao discorrer sobre os fundos de pensão

¹²⁵ Informante do Sindicato dos Bancários de Campinas/ligado à CUT.

¹²⁶ Para Bourdieu “tais esquemas de percepção, apreciação e ação permitem tanto operar atos de conhecimento prático, fundados no mapeamento e no reconhecimento de estímulos condicionais e convencionais a que os agentes estão dispostos a reagir, como também engendrar, sem posição explícita de finalidades nem cálculo racional de meios, estratégias adaptadas e incessantemente renovadas, situadas porém nos limites das restrições estruturais de que são o produto e que as definem.” (Bourdieu, 2001: 169). Para o autor, o *habitus* está inscrito nos corpos pelas experiências pessoais.

como alternativa à proteção social, e realmente acreditam nos fundos enquanto provedores de solidariedade, de laços sociais e ainda, como nova bandeira de luta sindical.

Conforme o argumento sugerido por essa tese, tal conforto pode ser justificado pela classificação feita pelo Estado, que definiu a pauta de fundos de pensão como oficial e legítima. Como parte do processo, os sindicalistas desenvolvem a crença dos fundos de pensão enquanto domadores do capitalismo e instrumento para inclusão social.

Segundo Douglas (1998), a crença é construída a partir de uma “orientação cognitiva”, que tem base na formação do laço social. Para a autora, o surgimento de convenções não é um processo contínuo; ao contrário, para uma convenção se tornar uma instituição social legítima é necessária uma convenção cognitiva paralela que lhe dê apoio, bem como um trabalho cotidiano de reforço da crença. “As condições para que surjam convenções estáveis são muito mais estritas do que se pode parecer.” (Douglas, 1998: 56), sendo que as convenções precisam de um princípio naturalizador (Douglas, 1998: 61).

A pesquisa empírica e a convivência com os sindicalistas, propiciada pelo trabalho de campo, permite sugerir a naturalização das convenções sociais em torno dos fundos de pensão, o que foi possível com o apoio de convenções paralelas (fundos de pensão como dom, fundos de pensão como solidariedade).

Sugere-se a naturalização pela maneira como os sindicalistas têm se relacionado com os fundos. Como pontuado no parágrafo anterior, não existe constrangimento por parte dos entrevistados em debater sobre fundos de pensão. A crença de que o envolvimento com os fundos de pensão poderá ajudar na luta contra a financeirização da economia, na proteção das poupanças dos trabalhadores e no investimento de seus recursos em prol deles mesmos e da sociedade, sinaliza a mudança de convenção social e de seu princípio naturalizador.

Se não houvesse realmente uma crença naturalizada nessa pauta, acredita-se que os sindicalistas (sobretudo da CUT) sentir-se-iam constrangimento ao se exporem publicamente, em defesa de uma agenda considerada polêmica; afinal, existe sempre o risco de “ferir” o capital simbólico do grupo, acumulado historicamente nas lutas trabalhistas. Portanto, os sindicalistas envolvidos em fundos não colocariam em risco tal capital, se não acreditassem, de fato, nos fundos de pensão.

Outra forma de pensar a mudança de convenção social é a partir da socialização existente no setor de fundos, por meio de cursos, seminários, congressos, lançamento de livros, intercâmbios internacionais, dentre outros. Esses eventos cumprem o papel de socialização e mesmo de ritualização, o que de certa forma ajuda a construir a cooperação entre os atores sociais envolvidos e como consequência, a manter a “ordem social” e estimular a solidariedade no grupo, no sentido de Durkheim (1998).

Voltando ao material empírico, é importante pontuar que os informantes pontuam a necessidade de administrar o capitalismo, de incluir conceitos sociais a partir do capitalismo, de inserir valores modernos¹²⁷, afinal, “se você não faz o socialismo, tem que administrar as coisas dentro do capitalismo.” (Informante do Banesprev).

Assim sendo, os informantes defendem que os sindicatos se adaptem às novas mudanças, aos novos contextos, à nova linguagem e aos novos valores da sociedade. Nesse sentido, a busca de novas estratégias é uma alternativa. Os entrevistados acreditam na mudança de valores na sociedade, com foco no individualismo.

Uma leitura acadêmica da questão foi feita por Castel, que afirmou: “Se é verdade que as sociedades estão ligadas à promoção do indivíduo, elas também promovem sua vulnerabilidade, ao mesmo tempo em que o valorizam (Castel, 2003b:07). Assim sendo, embora haja valorização do indivíduo, estes não possuem condições de assegurarem, eles mesmos, sua proteção.

Portanto, estando os sindicatos imersos em um contexto de estímulo ao individualismo, devem inicialmente entender quais são as motivações do trabalhador para, à partir daí, oferecer aquilo que este busca, argumentam os informantes.

Nessa mesma perspectiva, uma informante indagou acerca de “quem seria o inimigo do sindicato hoje?”. Seu questionamento aponta a existência de inimigos não-identificáveis: “Quem é nosso inimigo hoje, o inimigo do movimento sindical? Antes estava claro, o inimigo é fulano, hoje o inimigo é meio dissimulado, é o *shopping*, a TV, não está claro quem é o inimigo do movimento sindical.” (Informante Sindicato dos Bancários de Campinas).

Sob esse enfoque, um dos temas presentes nas entrevistas é a mudança de valores sociais, com predominância para o individualismo, a cultura do *shopping* e da *internet*

¹²⁷ Informante Banesprev.

junto às jovens gerações. Para lutar contra os “inimigos invisíveis”, a informante propõe que os sindicatos falem a língua do dinheiro, considerado a grande sedução do mundo contemporâneo. Assim,

“Os Sindicatos devem tentar usar as armas do momento, devem-se adequar ao contexto (...) se nos anos de 1980 era ir pra “porada”[bordoadada], hoje o contexto é do mercado financeiro, do neoliberalismo, do individualismo, então é o sindicato pegar pelo lado do indivíduo. E os fundos de pensão devem entrar nesse lado, falar um pouco a linguagem do dinheiro é o que essas pessoas se preocupam hoje.” (Informante do Sindicato dos Bancários de Campinas).

Nessa direção, a informante de Campinas argumenta sobre a necessidade de estimular o jovem de 25/30 anos, imerso na cultura do *shopping*, do carro novo, da *internet*, para os assuntos do sindicato. Sugere que o movimento sindical deve entender a linguagem de cada grupo para sair da crise de identidade na qual se encontra.

O jovem citado pela informante é um exemplo usado por ela, para sugerir que os fundos de pensão possam ser um benefício a estimular o interesse do jovem pelo sindicato e para uma “nova” solidariedade. O depoimento dessa informante é permeado de indagações que exprimem algo que a pesquisa denomina provisoriamente de “desencantamento sindical”, o qual acredita ser passível de generalizações.

Como “desencantamento” a pesquisa sugere as baixas expectativas quanto ao interesse das novas gerações pelo movimento sindical, visto que os entretenimentos do mundo moderno lhes são mais atrativos aos finais de semana, do que passeatas e congressos sindicais.

A mesma informante do Sindicato de Campinas vê no diálogo com o mercado financeiro uma possibilidade para os sindicatos saírem da crise:

“O que eu estou querendo defender é que os sindicatos não estão em crise. Na verdade ele está saindo da crise. Uma das alternativas do sindicato é dialogar com movimentos sociais, levar à pauta questões como movimento negro para comitês, e daí falar com os mercados financeiros (...) E aí que eu estou dizendo que os sindicatos não estão em crise, mas sim saindo da crise – buscando alternativa – dialogar com os mercados financeiros, dialogando com outros fatores que estão à sua volta, especialmente neste processo.” (Informante do Sindicato dos Bancários de Campinas).

Outros informantes justificam a criação de fundos de pensão com base no argumento de crise da previdência social, bem como no argumento de utilização dos fundos de pensão em atividade produtiva. Portanto, há aqui uma clara negação da previdência social ao lado da sacralização da previdência complementar.

“Chega um momento que todos percebem que a previdência social não vai dar conta de complementar, suplementar a renda de quem tem, quem ganha acima de um determinado patamar e aí a previdência complementar passou a ter um impulso muito grande, junto também com a reforma da previdência social, porque um Governo que se preze, ele deve ter como responsabilidade uma cobertura mais ampla possível, faz um corte, porque quem ganha a partir de um patamar, não dá para pensar que o Estado vai ficar bancado o rendimento dessas pessoas (...) renda vitalícia, pensão, passando para os dependentes com valores muito expressivos.” (Informante do Banesprev).

O argumento que perpassa o discurso de todos informantes dessa pesquisa, seja o sindicalista da CUT, da Força sindical ou da CGT, é que o envolvimento com os fundos de pensão e com o mercado financeiro é uma forma de lutar contra a especulação e a financeirização. A construção do argumento passa pela idéia do reformismo, via mercado. O “heroísmo” sindical dos anos de 1970 e 1980 é visto como desnecessário no novo contexto, afinal, “se o sindicato não se interessar por fundos de pensão, outro órgão vai fazê-lo. É necessário ocupar este espaço em prol do trabalhador e de sua poupança.”¹²⁸

Portanto, fazer uso do próprio capitalismo na luta contra a financeirização e especulação da economia é o novo *ethos* sindical; utilizar os fundos de pensão como inclusão social é o *ethos* de moralização do capitalismo; utilizar os fundos de pensão como dispositivo de aposentadoria é a nova solidariedade.

Dessa maneira, a elaboração do plano de previdência das centrais (sobretudo a CUT) ilustra o “novo pacto” entre capital e trabalho e a configuração das relações “moralizantes” entre mercado financeiro e alguns segmentos do movimento sindical. Contudo, guardando as devidas proporções da tese de Castel, a qual insiste que a proteção social deve ser resultado de um Pacto Social entre capital, mercado e Estado, é possível que de forma específica, o Estado brasileiro esteja liderando um diálogo entre as

¹²⁸ Informante da Banesprev.

três esferas, reafirmando a criação de uma “nova solidariedade”, via fundos de pensão. Da mesma forma, o movimento sindical reencontra seu lugar social.

Em discussão dessa pesquisa com Castel, este pontuou que as novas estratégias sindicais aqui enfatizadas se referem, no plano ideológico, à discussão sobre reforma/revolução. Nesse enfoque, o projeto de fundos de pensão do Governo Lula é uma opção reformista claramente colocada pelo Governo e mesmo pelos sindicatos. (Entrevista de Robert Castel a essa pesquisa¹²⁹).

A partir dos dados analisados, pode-se sugerir que os sindicalistas ensaiam uma “domesticação do mercado”, no sentido de Polanyi (1980). Este autor toca nessa questão ao afirmar que o Estado age com modos de regulação que estão assentados em lógicas de reciprocidades, e não por imperativos mercantis. A “domesticação do mercado” é reafirmada por Castel (2003b), na sua tese de que a proteção social deve ser oriunda da relação dicotômica trabalho/mercado, ou capital/trabalho.

A seguir serão apresentados os fundos de pensão da CUT e da Força Sindical, que ensaiam o fortalecimento do espírito associativo da mesma forma que divulgam uma “nova solidariedade”.

7.4 Plano CUT

Segundo informações coletadas por essa pesquisa, desde 2003 a CUT está trabalhando para elaborar seu fundo de pensão, a ser negociado em convenções coletivas. A CUT já divulgou o “novo benefício” a seus associados, por meio de correspondências, na tentativa de buscar a adesão ao seu plano. O responsável pelo fundo de pensão da CUT, Gilmar Carneiro, informou que buscará se aliar aos três maiores fundos de pensão do país, o Previ, o Petros e o Funcef.

“A idéia é criar uma entidade própria, que, inicialmente, terá uma parceria com os três maiores fundos de pensão do país: o Previ (Banco do Brasil), o Petros (Petrobras) e o Funcef (Caixa Econômica Federal). A gestão do nosso fundo seria feita em parceria com eles.” (Gilmar Carneiro¹³⁰, CUT-Prev).

¹²⁹ Para maiores detalhes, ver Apêndice (Diário de Campo)

¹³⁰ Informações coletadas no sítio http://direitodoidoso.braslink.com/08/not1505_2.htm, cuja matéria tem como fonte primária o jornal *Folha de São Paulo*, autoras Fátima Fernandes e Claudia Rolli.

É consenso entre os informantes sindicalistas que os “fundos dos sindicatos” terão maior liberdade para aplicar os recursos do que os “tradicionalis fundos”. Observe-se o argumento:

“Se o trabalhador aderir a um fundo de um banco, não tem poder de escolha nos investimentos. O banco decide. No caso da CUT, vamos criar fundos de investimentos solidários, para aplicar recursos em cooperativas e agricultura familiar, e um fundo de investimento de capital de risco.” (Gilmar Carneiro, CUT-prev¹³¹).

A proposta da CUT é estabelecer que um percentual do fundo de pensão seja aplicado nesses outros fundos de investimentos, de caráter mais social.

Para o Presidente da ANAPAR, a entrada da CUT é fator decisivo para o mercado de fundos de pensão:

“Acho que a CUT vai ser um fator decisivo para o crescimento da previdência associativa. A partir do momento que ela cria a entidade de previdência, ela vai dar um sinal para todos os sindicatos que esta pauta é importante. Vai dar uma vigorada grande no movimento sindical.” (Informante da ANAPAR).

Gilmar Carneiro esclareceu sobre o funcionamento do plano: “O sindicalizado que aderir ao plano receberá como contrapartida uma contribuição da empresa, com periodicidade e valor negociados nos contratos.” (Gilmar Carneiro¹³²).

É importante esclarecer que além de Gilmar Carneiro, a pesquisa mapeou o trabalho do sindicalista da CUT, João Antonio Felício, como importante interlocutor dos fundos de pensão. No Capítulo sobre “elites sindicais”, serão apresentados, de forma breve, João Antonio Felício e Gilmar Carneiro, sindicalistas cutistas defensores dos fundos de pensão sindicais.

¹³¹ Informações coletadas no sítio http://direitodoidoso.braslink.com/08/not1505_2.htm, cuja matéria tem como fonte primária o jornal *Folha de São Paulo*, das autoras Fátima Fernandes e Claudia Rolli.

¹³² Informações coletadas no sítio http://direitodoidoso.braslink.com/08/not1505_2.htm, cuja matéria tem como fonte primária o jornal *Folha de São Paulo*, das autoras Fátima Fernandes e Claudia Rolli.

7.5 Plano Força Sindical

O primeiro plano de previdência associativa foi feito pela Força Sindical e “assegura 1/3 das vagas nos Conselhos Deliberativo e Fiscal para representantes dos participantes e assistidos. Além disso, garante a portabilidade dos recursos para outra entidade de previdência complementar.”¹³³

Observe-se o depoimento do responsável pelo Forçaprev: “O trabalhador não acredita que o dinheiro dele possa ser administrado pelo movimento sindical. O Brasil não tem essa cultura. Mas vamos mudar essa situação.” (Informante da Força Sindical, responsável pelo ForçaPrev).

O informante da ANAPAR acredita que, apesar da grande movimentação do setor, os resultados estão aquém do esperado, uma vez que os sindicatos ainda não despertaram para a importância da questão.

“Eu acho que por enquanto (...) está um pouco aquém do desejável e do necessário. O movimento sindical não dá a devida importância que deveria dar para a previdência complementar. Nem os fundos patrocinados, nem a previdência associativa. Eu acho que é uma cultura que têm evoluído, os sindicatos têm se envolvido por este assunto, mas ainda falta um envolvimento maior. Tanto num caso quanto noutro.” (Informante da ANAPAR em entrevista a essa pesquisa).

Em contraposição, o Diretor de Análise Técnica da então Previc, Carlos de Paula, afirmou que “Os fundos de pensão associativos decolaram¹³⁴”.

Uma primeira crítica aos fundos de pensão sindical é que, com a inclusão de planos de previdência complementar nas convenções coletivas, tem-se a flexibilização das relações trabalhistas. Assim, em vez de pagar o reajuste salarial pedido pelo trabalhador, a empresa pode, por exemplo, conceder um aumento menor e contribuir para o fundo, e assim, economizaria nos encargos trabalhistas porque a contribuição não é tributada. Além disso, é possível deduzir do imposto de renda o que se pagou para o plano de previdência do trabalhador. Contudo, trata-se de uma crítica improvisada, já que a configuração em torno dos fundos ainda está em construção.

¹³³ Dado coletado no sítio www.forcaprev.org.br

¹³⁴ Informações coletadas no sítio http://direitodoidoso.braslink.com/08/not1505_2.htm, cuja fonte primária é o jornal *Folha de São Paulo*, das autoras Fátima Fernandes e Claudia Rolli da reportagem local.

O mesmo informante da Previg que defendeu “que os fundos patrocinadores são sedutores”, pontuou crítica aos fundos sindicais, como atesta o seu discurso:

“A tarefa do sindicato é organizar o trabalhador na defesa dos seus interesses e não organizar o trabalhador como empresário, investidor. Para a poupança pessoal do trabalhador é ele que deve procurar seus próprios meios. Não tem sentido. E paternalismo sindical. Sindicato deve investir em fundos de greve, não fazer corporação de fundos, é o desvirtuamento do papel dos sindicatos. Fundo de pensão, via centrais sindicais, não deveria existir, pois o trabalhador não terá vantagens nenhuma. Não há o atrativo do patrão depositar todo o mês.” (Informante da Previg, ex-estatal).

Na mesma linha, o informante da ABRAPP, Devanir da Silva, falou que a previdência associativa está tendo grande demanda por parte de associações profissionais e sindicatos. Informou que a primeira central sindical a aprovar plano nessa modalidade foi a Força Sindical, que criou o plano de fundo de pensão, ForçaPrev em 2004, e que passou a vigorar em 2005.

Além do Plano de Previdência Associativa, ForçaPrev, o superintendente da ABRAPP, Devanir da Silva, informou que já estão em funcionamento outros planos associativos, a saber, o Plano de Previdência da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Militares, Polícia Civil e da Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais (PREVCOOP), Plano de Previdência da Associação dos ex-alunos de Administração de Empresa da Fundação Getúlio Vargas (GV-SPPrev) e o Plano de Previdência da Ordem dos Advogados de Santa Catarina (OABPrevSC), etc. Faz-se necessário uma pesquisa que busque detectar a real natureza destes fundos após aprovação e regulamentação.

Finalmente, além do diálogo com o mercado financeiro, via fundos de pensão, a pesquisa sugere que os sindicatos têm buscado estratégias diversificadas no mercado financeiro, como será exposto a seguir.

7. 6 Estratégias sindicais diversificadas no mercado financeiro: CMN, Bovespa e Clubes de Investimento

Além das estratégias de inserção no mercado financeiro, via política de fundos de pensão, cabe frisar que os sindicatos têm ocupado outros espaços e debatido questões que vão além da sua agenda tradicional, buscando participar ativamente dos destinos do capitalismo e da sociedade brasileira, constituindo-se atores possíveis de uma nova governança.

Assim sendo, no ano de 2005, a direção da CUT buscou inserção no Conselho Monetário Nacional (CMN)¹³⁵ por meio de um projeto que previa o aumento do número de membros no Conselho. A idéia foi levantada pelo então Presidente da FIESP, Paulo Skaf, e teve apoio dos setores sindicais.

O Conselho é composto por três membros, e a CUT pretendeu ampliar esse número para dez, sendo que desses, cinco seriam do Governo e cinco da sociedade, sendo dois representantes dos trabalhadores. Segundo o então Presidente Nacional da CUT, Luiz Marinho, as discussões deveriam avançar. “O que não pode é continuar tendo três membros porque assim qualquer discussão já começa com dois a um.”¹³⁶ (DIEESE, 2005).

Entre os objetivos da medida, o sindicalista da CUT apontava “a necessidade de sair da lógica do controle da inflação por meio de juros”. Para Marinho, seria fundamental distribuir o nível de forças entre o sistema financeiro e o produtivo. “No atual modelo, metas da inflação são mais importantes que a produção, embora gente da produção possa colaborar com o controle da inflação.” Por fim, Marinho afirmou que o formato atual do CMN inibe investimentos e crescimento. “O empresariado fica em dúvida para investir no aumento da capacidade produtiva porque tem medo de ser surpreendido”, conclui o então dirigente da CUT¹³⁷.

Vale lembrar que *O Estado de São Paulo* (17/03/2005) trouxe uma matéria denominada *Ampliação do CMN*, na qual argumentava que seria um erro a presença de

¹³⁵ Criado em 1964, pela Lei 4.595, era composto inicialmente por seis representantes do setor privado, nomeados pelo Presidente da República e três do Governo. Com o tempo a situação mudou, e atualmente, a maioria representa o setor público.

¹³⁶ Informação coletada no sítio www.dieese.org.br

¹³⁷ Informações coletadas no sítio www.dieese.org.br

sindicalistas e mesmo de empresários no conselho do CMN, já que esse passaria a ficar sujeito a interesses privados.

Trata-se de um projeto de natureza política que não foi colocado em prática. Mesmo assim, é importante citá-lo nessa tese, uma vez que mostra as possibilidades buscadas pelos sindicalistas e suas formas de luta durante o Governo Lula. Do mesmo modo, a presença do sindicalista no Conselho Administrativo¹³⁸ da Bovespa constitui uma alternativa de diálogo com o mercado financeiro.

No artigo *Parceria para a inclusão*, publicado no jornal *Folha de São Paulo* (28/01/04), o Presidente da Bovespa e o Presidente da CGT escreveram sobre a parceria entre “capital e trabalho”:

“A democracia é vitoriosa quando os sindicalistas e as entidades representativas do mercado de capitais juntam um esforço para promover a inclusão social e econômica (...) o objetivo da parceria entre as centrais sindicais e a Bovespa é esclarecer os trabalhadores sobre o mercado de capitais, com palestras e cursos sobre o tema. O que se pretende é a democratização do mercado acionário ou do capital das empresas, permitindo que um número crescente de brasileiros se tornem sócios dessa mesma companhia.” (*Folha de São Paulo*, 28/01/05).

Sobre a presença de um sindicalista na Bolsa de Valores, o texto citado afirma:

“A Bovespa é a primeira Bolsa do mundo a ter um dirigente sindical dos trabalhadores em seu conselho. É uma decisão revolucionária, e que deverá ter impacto positivo e inovador, tanto na Bolsa quanto no meio sindical (...) a presença de um sindicalista simboliza a participação direta dos trabalhadores na Bolsa. É uma demonstração de transparência, que deverá consolidar a Bolsa popular e levar a uma presença ainda mais expressiva dos trabalhadores no mercado de capitais.” (*Folha de São Paulo*, 28/01/05).

A central Força Sindical também evidencia uma cumplicidade com o mercado financeiro. Essa central tem se direcionado para a criação de Clubes de Investimento junto aos trabalhadores, realizando seminários e palestras dentro das fábricas. Para o

¹³⁸ Segundo texto do Presidente da Bovespa e do Presidente da CGT publicado no jornal *Folha de São Paulo* (28/01/05), Conselho Administrativo é o órgão político-estratégico da Bovespa, composto por 19 conselheiros, que se reúnem duas vezes por semana, quando analisam e tomam decisões sobre os temas do mercado de capitais.

Presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, esse tipo de estratégia [clubes de investimentos],

“É uma forma de socializarmos o capitalismo. Se o trabalhador fizer parte dele, vai deixar de ver sua companhia como inimiga, pois passará a ser sócio dela. Todo sócio trabalha mais e melhor, pois quer ver sua empresa crescer e ganhar mais com essa expansão.” (Revista Bovespa, 08/2004¹³⁹).

Questionado sobre o que pensa da presença de um sindicalista na Bovespa, o informante da Força Sindical, Ricardo Patah, disse compartilhar da estratégia adotada por Salim da CGT, e acrescentou que a FS também tem dialogado com o mercado financeiro:

“Nós também participamos da Bolsa, inclusive faço parte do Plano Diretor da Bolsa de Valores e a nossa intenção também é dar uma dinamizada nessa área, inclusive pela lei que trata da participação de lucros e resultados, que muitas empresas não utilizam e nós queremos utilizar com a possibilidade para aplicação em ações. Uma atividade que vejo com bons olhos é esta, a de construção de uma relação próxima com a BOVESPA.” (Informante da Força Sindical).

Sobre conhecimento do trabalhador a respeito do mercado financeiro, Paulinho, da Força Sindical, afirmou que: “Os trabalhadores não sabiam o que era ação, nem Bolsa, somente com o Presidente da Bovespa, Raymundo Magliano, que o mercado de ações começou a se popularizar. Agora, os trabalhadores começam a tomar consciência e a considerar o investimento em uma bolsa como uma oportunidade.” (Revista Bovespa, 08/2004¹⁴⁰).

O Presidente da Força Sindical acrescentou, ainda, que o “Clube de Investimento” permite atrair investidores-trabalhadores, que poderão ganhar dinheiro exatamente como os capitalistas.

“O benefício do clube é o valor baixo das aplicações, que poderão ajudar na mudança de cultura de investimentos. Ele também é a abertura definitiva do mercado de capitais para o trabalhador, que poderá ter mais participação dentro das empresas no futuro: ganhos maiores, pois o salário vai se somar ao rendimento acionário e,

¹³⁹ Ver na Referência bibliográfica o item Cartilhas/apostilas consultadas.

¹⁴⁰ Ver na Referência bibliográfica o item Cartilhas/apostilas consultadas.

portanto, a expectativa de viver um futuro melhor e mais digno.” (Revista Bovespa, 08/2004¹⁴¹).

Segundo dados da Bolsa de Valores, existia, em 2006, 953 Clubes de Investimentos no Brasil, o que traduz a presença crescente da pessoa física no mercado financeiro.

Os exemplos expostos nesse item mostram uma nova postura de parte dos sindicalistas brasileiros, que repensam sua agenda e seu lugar social frente à nova configuração do capitalismo mundial. As contradições e ambigüidades dessa nova postura, bem como os limites de poder (ou não) colocados por essas estratégias serão assuntos dos próximos itens.

7.7 “Campo” ou mercado: realidades e mitos do poder sindical no mercado financeiro

A nova postura do sindicalismo brasileiro, a qual busca diálogo com o mercado financeiro, é (re) definida por Ricardo Antunes como “Sindicalismo de negócio”¹⁴². Comentando o caso francês, Aglietta defende claramente a gestão da poupança salarial por sindicatos e trabalhadores (Aglietta, *Liberation* 10/11/2005), já que os sindicatos devem contribuir para a “socialização do capitalismo” através do salário.

Sobre a questão, Lordon (2000) acredita que “mesmo que o acionismo salarial seja visto atualmente como o símbolo da reconciliação entre capital e trabalho, na verdade, existe um gabinete especializado que decide as prioridades de investimento”. Nesse sentido, os trabalhadores serão sempre excluídos.

Em discussão desta pesquisa com o professor Robert Castel, o pesquisador argumentou que realmente existe ambigüidade nessa estratégia sindical, que tenta ver nos fundos de pensão uma forma de ampliar a esfera de ação sindical, com aumento de sindicalização. Segundo ele, colocam-se problemas do ponto de vista da defesa dos direitos dos trabalhadores. Contudo, Castel acredita que o interesse dos sindicatos por fundos de pensão passa a ser justificável, se essa política resultar em algum tipo de

¹⁴¹ Ver na Referência bibliográfica o item Cartilhas/apostilas consultadas.

¹⁴² Ver na *Folha de São Paulo*, do dia 11/04/2004, o artigo *A trajetória (e tragédia) do PT*, assinada por Ricardo Antunes.

cidadania. Afinal, “qual o problema da cidadania passar pelo mercado?”, questionou o pesquisador:

“Se melhorar a qualidade de vida do trabalhador é cidadania. E qual o problema da cidadania passar pelo mercado? (...) deve-se avaliar como isso funciona, olhar a melhoria das políticas sociais, a pertinência desta posição. Assim, no Brasil, onde o seguro social é insuficiente, fundo de pensão pode ser progresso”. (Robert Castel, em discussão dessa pesquisa¹⁴³).

Castel continuou sua argumentação, afirmando que:

“Historicamente na Europa, os sindicatos são hostis a este tipo de dispositivo; mas se melhorar consideravelmente a situação do trabalhador, dar poder aos trabalhadores, em relação à gestão da empresa é bom, é positivo. A pesquisa deve avaliar em que medida melhorou a condição dos trabalhadores, e não ver se há heroísmo nas políticas sociais. Não se deve pensar fundos de pensão pelo viés, se é legítimo ou não, mas pensá-los pela gestão de risco.” (Robert Castel, em discussão dessa pesquisa¹⁴⁴).

Em seu livro *L'Insécurité Sociale*, Castel (2003b) argumenta que a principal problemática de proteção social se situa, atualmente, na intersecção entre trabalho e mercado; defende que não se deve condenar o mercado; “condenar o mercado é uma expressão sem nenhum sentido; a centralização do mercado e a centralização do trabalho são características essenciais à modernidade na qual nos encontramos”. (Castel, 2003b:91). Deve-se pensar a articulação entre mercado, trabalho e Estado, finaliza Castel.

Portanto, para o autor, construir a proteção social a partir do trabalho é a saída para a crise de segurança que vive a sociedade. Nesse sentido, “suprimir o mercado representa uma opção reacionária; não existe modernidade possível sem o mercado” (Castel, 2003b:92). Para o autor uma sociedade sem mercado seria uma grande *Gemeinschaft*, ou seja, uma sociedade estruturada por relações de dominação impiedosas ou relações paternas humilhantes.

Por outro lado, em discussão desta pesquisa com o pesquisador Alain Touraine, este afirmou que o interesse dos sindicatos por fundos de pensão representa uma bandeira momentânea, que se tornará marginal no momento em que o sindicato retomar o “sindicalismo de luta”:

¹⁴³ Para maiores detalhes, ver Apêndice (Diário de Campo).

¹⁴⁴ Idem.

“Não existe contradição ou ambigüidades no novo papel dos sindicatos; os sindicatos estão fracos; o abandono da luta tradicional é superficial. No futuro, o papel tradicional dos sindicatos deve aumentar. Mas no momento, estamos numa condição favorável ao interesse por fundos de pensão, pois vivemos um liberalismo extremo; é lógico que no futuro haverá a retomada do sindicato de luta, quando isso acontecer, o envolvimento com os fundos será marginal.” (Alain Touraine, em discussão dessa pesquisa¹⁴⁵).

A divergência acadêmica sobre a presença dos sindicatos no mercado financeiro não se restringe à França. Embora o tema seja bem menos discutido no Brasil do que na França, as reflexões de Francisco de Oliveira estimulam o debate brasileiro.

Numa linha crítica, Oliveira (2003) comenta sobre a nova postura das centrais sindicais e dos sindicatos. Segundo ele, trata-se de uma “nova classe salarial”, constituída por trabalhadores transformados em gestores de fundos de previdência. O autor fala em uma “classe social” e afirma que os sindicalistas “se venderam” ao capitalismo.

Segundo Oliveira, não se pode ver como indiferente o contexto no qual o capital se financia com o dinheiro dos trabalhadores, que os operadores do financiamento sejam sindicalistas, que os banqueiros sejam intelectuais, que a causa cristalizadora da nova fragmentação seja um processo feito alhures. Nesse sentido, defende a existência de uma nova “classe salarial” envolvida nos negócios de fundos de pensão. Tal é o envolvimento dos trabalhadores com os fundos de pensão, que Oliveira afirma que um desavisado poderia pensar que está diante de uma sociedade socialista:

“A nova classe social tem unidade de objetivo, formou-se no consenso ideológico sobre a função do Estado, trabalha no interior dos controles de fundos estatais e semi - estatais e está no lugar que faz a ponte com o sistema financeiro. Aqui não se trata de condenação moral, mas de encontrar as razões para o quê, para muitos, parece uma convergência de contrários desproporcionada e atentatória contra os princípios do Partido dos Trabalhadores.” (Oliveira, 2003: 148).

Acrescenta que o lugar na produção para esta nova classe social é o acesso ao fundo público:

¹⁴⁵ Para maiores detalhes, ver Apêndice (Diário de Campo).

“Não se trata de equívoco nem da tomada de empréstimo do programa do PSDB, mas de uma verdadeira nova classe social, que se estrutura sobre, de um lado, técnicos economistas *doublés* de banqueiros, núcleo duro do PSDB, e trabalhadores transformados em operadores de fundos de previdência, núcleo duro do PT. A identidade dos dois casos reside no controle do acesso aos fundos públicos, no conhecimento da “mapa da mina.” (Oliveira, 2003: 147).

Num momento posterior, em 2006, defendeu argumentos parecidos: falou da existência de uma nova classe dentro do PT, que influencia poderosamente no Partido. Para Oliveira, as raízes dessa nova classe estão na posição a que certos trabalhadores foram levados, por exemplo, na administração de fundos de previdência nas estatais, na administração do Fundo de Amparo ao Trabalhador, na convivência com organizações do tipo do BNDES. Segundo ele, isso vai criando uma ideologia comum e consegue criar um descolamento, porque o trabalhador que exerce a administração de um fundo fica dividido. E nessa divisão, quem ganha é o lado administrador de fundos. Finaliza o argumento afirmando que esse quadro emergiu das poderosas modificações na sociedade brasileira pelo processo de globalização e, sobretudo, pelo processo de financeirização da economia que atingiu camadas de trabalhadores e os transformou em gestores de fundos capitalistas.

Oliveira (2006), também afirma que os fundos de pensão ampliam a distância entre as duas classes sociais, afinal, os papéis de dirigente de fundos e do trabalhador se tornam confusos. Ademais, ainda segundo ele os sindicatos vivem “O Dilema do Prisioneiro”, pois os trabalhadores desempregam quando decidem pelos fundos de pensão.

Sobre críticas recebidas por falar em nova classe, Oliveira afirma que “apesar das acusações de exagero na conceitualização de uma “nova classe”, o Ministro Gushiken é o maior confirmador da tese: em matéria sobre o imbróglio, ele justificou sua interferência junto aos fundos, dizendo que eles têm por obrigação se meterem na administração das empresas das quais têm cotas, para defenderem os interesses de seus acionistas. Sublinhe acionistas: o ministro não falou de trabalhadores.” (Oliveira, 2006).

Em discussão dessa pesquisa com o pesquisador André Orléan, este indagou se o papel dos sindicatos brasileiros seria suficiente para transformar o mercado de fundos de pensão. Após refletir sobre o contexto no Brasil - por meio de texto da autora -, Orléan

conclui que “Embora na França e no Brasil as coisas são absolutamente diferentes, no Brasil é um projeto interessante”, ou seja, neste país os fundos de pensão funcionam diferentemente da França e ele vê isso com bons olhos. Nesse sentido, o pesquisador entende que os fundos de pensão do Brasil podem cumprir o papel de proteção e solidariedade que a previdência social não cumpre, mas que na sociedade francesa seria inaceitável.

O questionamento feito por Orléan é relevante – O papel dos sindicatos brasileiros é suficiente para transformar o mercado de fundos de pensão? – pois ao contrário do que afirma Oliveira, embora os sindicalistas estejam no mercado de fundos de pensão, na prática, o seu poder é limitado. Essa conclusão é possível por meio do material empírico coletado, e pode ser estimulada pelo conceito de “campo” de Bourdieu.

Desse modo, considerando provisoriamente o mercado de fundos de pensão como um “campo”, com autonomia relativa, com pólos dominados e dominantes, em constante luta para a definição da *doxa*¹⁴⁶, ao mesmo tempo em que existe um mínimo de consenso, é possível questionar se os dirigentes sindicais de fundos de pensão têm realmente poder, e se estes exercem realmente influência sobre a agenda sindical. Assim, os dominantes seriam os “dirigentes tradicionais”¹⁴⁷ e os dominados seriam os “dirigentes sindicalistas”, vanguarda que tenta colocar a pauta dos fundos de pensão. Entendendo “campo” como permeado de relações de força, pode-se entender as tensões próprias do “campo”, bem como os limites do poder dos sindicalistas.

Para Pinto (2000:71), “O sociólogo deve utilizar a noção de campo, como norma de trabalho que o obrigue a ir tão longe quanto for possível na análise de cada uma das séries independentes, antes de arriscar a sair dessa trilha para apelar para fatos logicamente heterogêneos.” Acrescenta que o campo é menos uma “tese” do que um método que permite controlar as condições e os limites de uso do raciocínio casual.

¹⁴⁶ A *doxa* é definida por Bourdieu como um conjunto de crenças fundamentais que balizam todo pensamento e toda a prática. (Bourdieu, 2001: 25)

¹⁴⁷ Segundo Grün (2004), os dirigentes tradicionais dos fundos de pensão chegaram à administração como prêmio de consolação, durante um remanejamento nas altas hierarquias das empresas estatais durante as privatizações. São em geral indivíduos provenientes do mercado financeiro, vindos próximo aos novos bancos de investimento. Nesse sentido, os fundos de pensão tornam-se terra de exílio para ex-diretores de grandes estatais.

Em discussão dessa pesquisa com Monique de Saint Martin, a pesquisadora atentou para o fato que o conceito de “campo” só pode ser “aplicado” a fenômenos que respondam no mínimo a três variáveis, a saber: tem autonomia relativa, existe mínimo de consenso entre os atores atuantes e existe relações de força.

Considerando a advertência de Pinto e de Saint Martin, a pesquisa entende o mercado de fundos de pensão como sendo hipoteticamente um “campo”.

Por meio do conceito de “campo”, as tensões e disputas existentes em torno dos fundos de pensão são facilmente compreensíveis ao se levar em conta que os “dirigentes tradicionais” não querem perder poder para os “dirigentes sindicalistas”. Cada grupo faz uso de trunfos específicos, acumulados em lutas anteriores. Os sindicalistas afirmam que são os legítimos representantes dos trabalhadores, ampliando para a esfera econômica o capital simbólico acumulado na esfera trabalhista; os “dirigentes tradicionais” argumentam que os sindicalistas não possuem formação em finanças e nem dominam os códigos do mercado.

Nessa luta simbólica (Bourdieu, 1989), pela configuração dos destinos dos fundos de pensão, os agentes divergem e convergem, buscando o consenso. Essa luta busca definir uma agenda no “campo dos fundos de pensão”, assim como quem dirige tal qual o tipo de *expertise* é necessário no “campo”. Na mesma linha, em pesquisa sobre o capitalismo francês, Guilhot (2006) chama a atenção para uma luta simbólica existente entre “capitalistas gestores dos fundos” e os “capitalistas proprietários”, já que existe uma tensão entre o modelo dominante de empresa e o modelo de acionista salarial.

Analisando os fundos de pensão pela ótica do conceito de “campo”, apreende-se uma disputa complexa, na qual os sindicalistas compõem a força dominada. Nesse sentido, embora os sindicalistas estejam no mercado, e tentam dar voz ao discurso de “domesticação do capitalismo”, de defesa da poupança dos trabalhadores e “humanização das finanças”, em prol de um capital produtivo, na prática, o poder dos sindicalistas se resume à proposição de uma pauta em torno do desenvolvimento sustentável e da inclusão social.

Tem-se aqui uma clara ruptura em relação aos argumentos sustentados por Oliveira. A tese sugerida é que no espaço financeiro os sindicalistas não conseguem impor de forma expressiva sua voz. Entretanto, é bom reiterar que apesar dos poderes limitados dos sindicalistas, sua presença não passa despercebida no mercado financeiro, o que ficou evidente com a presença de certas pautas, apropriadas ou criadas pelo

movimento sindical, tais como a responsabilidade social, participação de pequenos acionistas na gestão dos fundos, investimento ético, fundos de investimentos éticos, dentre outros.

Em discussão com Robert Castel, este afirmou que, embora com poder limitado, o fato é que “se o sindicato se envolve com os fundos, ele força necessariamente o mercado a fazer coisas interessantes, já que exige o mínimo obrigatório”. (Robert Castel em discussão dessa pesquisa¹⁴⁸).

Dito isso, essa pesquisa buscou evidências empíricas de que os sindicalistas têm tomado ou influenciado decisões relevantes no mundo financeiro. Verificou-se que embora os sindicalistas estejam no mercado, não houve realmente uma mudança significativa proposta pelos sindicatos, já que não possuem influência decisiva nos comitês dos quais participam; ou seja, o poder de negociação dos sindicalistas na mesa dos empresários é limitado.

Nesse sentido, é possível afirmar que a estratégia é mais interna do que externa. Como estratégia interna, entende-se que os fundos de pensão possam ser vistos como possíveis respostas à “crise das estratégias e finalidades tradicionais” que abala o setor, já que pode, hipoteticamente, aumentar a sindicalização, o espírito associativo, bem como os laços de solidariedade entre os sindicalizados, dentre outros.

Ao contrário do que afirma Oliveira (2003; 2006), é possível afirmar que internamente ao mercado financeiro, a estratégia possui poucos reflexos. Contudo, devido a uma leitura de mercado feita por esse autor sob uma ótica que desconsidera as relações de força no espaço de fundos de pensão, a existência de capitais simbólicos utilizados pelos atores em suas lutas cotidianas e a autonomia relativa do “campo”, tal qual a leitura possibilitada pelo conceito de “campo” de Bourdieu, esse autor visualiza uma nova “classe social” de fundos de pensão e a venda ideológica destes. Na leitura “relacional” aqui proposta, os sindicatos “não se venderam aos fundos de pensão”, e nem exercem controle ou decisão sobre os mesmos. Numa ruptura com os argumentos de Oliveira, a pesquisa defende que as lógicas racionais precisam de lógicas simbólicas para se auto-sustentarem.

¹⁴⁸ Para maiores detalhes ver Apêndice (Diário de Campo).

Lordon (2000) faz uma leitura na linha de Oliveira e afirma que “Se pensarmos que o campo das finanças tem vida própria, envolvida a um conjunto de regras e regulações poderíamos pensar que não haveria espaço para um comportamento sindical. Numa leitura otimista, os assalariados obterão certo poder sobre a política da empresa e ganhariam *status* de proprietário dos meios de produção.”

O argumento da tese sugere que o campo das finanças não possui vida própria e nem se auto-regula como afirma Lordon (2000); o mercado é permeado de relações de força e de lutas, entre distintos atores que têm capitais simbólicos acumulados de lutas anteriores. Essas lutas buscam definir a configuração precisa em torno dos fundos de pensão.

Portanto, conclui-se que, apesar da estratégia de “domesticação do capitalismo” ser eficaz do ponto de vista político e econômico, trata-se de uma estratégia de maior visibilidade interna ao mundo sindical. Externamente, a gestão dos sindicalistas não possui poder relevante e não toma decisões significativas no mercado financeiro, apenas aquelas de caráter marginal e de natureza assimétrica.

A pesquisa empírica realizada por Remond (2002/03) na Inglaterra, ajuda a exemplificar o argumento. O autor observou que, apesar dos conceitos de capitalismo acionário, governança corporativa, os empresários souberam contornar, em seu próprio benefício, os novos mecanismos de controle dos sindicatos. Assim, a participação do trabalhador nos fundos de pensão ingleses é indireta, uma vez que é exercida por intermediários, ou seja, através de participação representativa.

A crítica de Remond (2002/03) é que a representação indireta é manipulatória e, portanto, seria uma forma de controle sobre os trabalhadores. Em suas palavras, “a participação direta levaria os acionistas a contestarem o funcionamento da empresa”, por isso os empresários optaram pela representação indireta. Por outro lado, a representação indireta possibilita que a gestão seja feita por um pequeno grupo, que é eleito pelos trabalhadores. As empresas acreditam que assim (com a gestão indireta) é mais fácil controlar os trabalhadores, fazendo com que os representantes dos trabalhadores cedam às suas pressões.

O exemplo acima mostra que não basta estar no mercado. É necessário poder para influenciar as decisões; o poder é acumulado no decorrer de relações, que podem convergir ou divergir.

7.8 Sindicatos e fundos de pensão: naturalização de uma crença

Essa pesquisa distancia-se ainda mais da análise de Oliveira quando analisa o assunto pela ótica da Sociologia Econômica, que nega o utilitarismo e o ator racional. Nesse caso, sugere-se que existam ações de natureza não-racional junto aos fundos, ou seja, que os sindicalistas aderiram ao projeto de fundos de pensão por crença, não necessariamente por interesses que pressupõem o lucro. Nesse sentido, houve transformação das suas convenções cognitivas, logo, mudança de valores e de crenças.

Pela visão mais economicista, os agentes são tratados como se fossem movidos por ações conscientes e como se tudo que os motiva fossem ações econômicas, lucro e dinheiro. Por tal abordagem, acredita-se que o princípio da ação são os interesses econômicos, conscientemente buscados por meio de cálculo racional.

Devido às relações assimétricas estabelecidas no mercado de fundos de pensão, que se traduz por poder limitado, esta pesquisa acredita que os fundos constituem estratégias de caráter mais político do que econômico, além disso, de maior reflexo interno ao movimento sindical, do que externamente. Assim sendo, a política de fundos de pensão é mais significativa enquanto criação do espírito associativo junto aos sindicalizados, e a criação de uma relação de maior proximidade entre direção sindical e trabalhadores, do que enquanto estratégia econômica no mercado de fundos de pensão.

No caso brasileiro, os fundos de pensão podem significar respostas à “crise das estratégias e finalidades” tradicionais que abalam o setor. Mesmo passível de críticas por parte de segmentos sindicais, essa estratégia possui maior reflexo interno ao “mundo sindical” do que nas lutas cotidianas do mercado financeiro.

Com inspiração no argumento sobre a economia dos bens simbólicos de Bourdieu, entende-se que o envolvimento dos sindicalistas com os fundos de pensão não deve ser justificado por interesses puramente econômicos. Nessa pesquisa, os sindicalistas não são analisados como se fossem movidos por ações conscientes e como se tudo que os motivassem fossem as ações econômicas, lucro e dinheiro, como sugerem os economistas.

Ainda com inspiração em Bourdieu, acredita-se que o “ato desinteressado” é sociologicamente possível, por meio do encontro entre *habitus* pré-disposto ao desinteresse e universos, nos quais o desinteresse é recompensado. No livro *A Economia das Trocas Simbólicas* (1998a), Bourdieu fala de “jogos sociais”, nos quais os agentes sociais podem entrar e se envolver, levando o “jogo social” a sério, por meio da *illusio*.

Illusio significa estar no jogo, envolvido nele, levá-lo a sério; a *illusio* é estar preso ao jogo e pelo jogo. Deve-se acreditar que o jogo vale a pena e que vale a pena jogar. A palavra “interesse” teria precisamente o significado de *Illusio*, isto é, dar importância a um jogo social, perceber que o que se pensa aí é importante para os envolvidos, para os que estão nele. “Interesse” é “estar em”, participar, admitir que o jogo merece ser jogado e que os alvos engendrados no jogo merecem ser perseguidos; é reconhecer o jogo e reconhecer os alvos.

Os jogos sociais são aqueles que se fazem esquecer enquanto tais, devido à *illusio*. A *illusio* é uma relação que “encanta” os jogos sociais por meio da “mágica social”; portanto, os jogos têm importância para os sindicalistas, e para todos os atores sociais que acreditam na política de fundos de pensão porque os fundos de pensão foram “impostos e postos em suas mentes, em seus corpos, sob a forma que chamamos o sentido do jogo.” (Bourdieu, 2001). Douglas (1998) mostra que as crenças pessoais são engendradas e mantidas coletivamente, a partir de uma decisão prévia de pertencer a determinada comunidade.

Também pode-se pensar o interesse dos sindicalistas por fundos de pensão a partir das relações de honra, o que justifica atos desinteressados. Desse modo, considerando o espaço dos fundos de pensão como um espaço moral de reciprocidade para salvaguardar as relações estabelecidas (e em via de ser estabelecidas), entre sindicatos e trabalhadores, pode-se sugerir que os sindicalistas não agem em direção aos fundos de pensão orientados simplesmente pelo lucro econômico, mas pela crença e mesmo pela relação de honra estabelecida com os trabalhadores a quem representam. Agir pelo lucro colocaria em risco todo o capital simbólico acumulado no espaço das lutas trabalhistas.

A relação de confiança entre sindicatos e trabalhadores, entre centrais sindicais *versus* sindicatos, e finalmente, entre centrais e trabalhadores, é o princípio de salvaguarda dessas relações, que necessita de um trabalho cotidiano para a criação e manutenção da confiança. Essas entidades não arriscariam a honra e a confiança conquistadas por interesses puramente econômicos. Ao considerar as relações pela perspectiva da honra (Mauss, 1974), é possível acreditar que existem hábitos desinteressados em toda a sociedade.

Nesse sentido, nossos atores sociais realmente acreditam em um capitalismo moralizante, assentado numa economia social bem como na gestão dos fundos de pensão

como forma de proteção da poupança dos trabalhadores; acreditam ainda, nos fundos de pensão como representantes de uma “nova solidariedade”.

Segundo Rafael Marques (2003), pensar a confiança e a reciprocidade como formas de integração social equivale a definir a sociedade existente como estando em crise ou em mutação acelerada e necessitada de elementos aglutinadores, capazes de revitalizar a participação, fomentar a solidariedade e desenvolver sentimento de comunidade. A confiança marca sempre uma articulação de jogos de expectativas que se trocam entre um “nós” e um “outro” e que ela é um elemento tácito que não necessita de qualquer salvaguarda particular.

Considerando os elementos morais, acordos tácitos e ocultos até aqui analisados, sugere-se que os fundos de pensão estão se institucionalizando por meio da criação ou apropriação de novas convenções sociais, tais como a governança corporativa aplicada aos fundos de pensão e investimento ético e responsável.

O próximo item abordará a governança corporativa e o limite do poder sindical nos comitês de gestão dos fundos.

7.9 Governança e acionismo nos fundos brasileiros

Armados dos conceitos de desenvolvimento sustentável e governança corporativa, os fundos de pensão ocupam uma estrutura de poder que lhes permite impor (pelo menos parcialmente) sua lógica a todos os outros agentes da economia e faz sentir seus efeitos e conseqüências a seu redor. Neste item, reflete-se sobre os limites da governança corporativa dos fundos de pensão, especialmente sobre os fundos brasileiros.

Vale destacar os depoimentos otimistas dos informantes:

“Graças à nova legislação, a capacidade de interferência na gestão e fiscalização dos fundos de pensão aumentou muito. No nosso caso [FUNCEF], ainda reclamamos maior participação. Temos dois diretores indicados dentre os representantes dos empregados, mas queremos gestão paritária e eleições diretas para os diretores representantes dos empregados. Coisas que podem ser previstas nos Estatutos da Fundação. A Legislação não prevê, mas também não proíbe.” (Informante da FUNCEF).

Para a informante do BANESPREV, é fundamental a participação do trabalhador:

“Não deixar que um grupinho fechado que muitas vezes não é pró-trabalhador vá lá gerir os recursos que são dos trabalhadores para complementar a renda dele quando ele não terá capacidade de trabalho e nem de brigar, quando ele não terá mais capacidade de ir nas passeatas brigando “cadê o meu dinheiro que vocês levaram?!” A governança é fundamental para coibir o que aconteceu na década de 60 [anos de 1960], senão se tem a impressão que de novo se cai no descrédito.” (Informante Banesprev).

Adacir Reis, considerado nessa pesquisa como porta-voz oficial dos fundos de pensão, aborda a preocupação da Secretaria de Previdência Complementar com a governança corporativa, visando estimular a participação do trabalhador:

“A intenção do órgão, ao tornar mais rígida, clara e objetiva a estrutura de governança da EFPC, leva em consideração dois fatores: 1) assegurar uma maior transparência e segurança ao sistema, contribuindo para o fortalecimento do setor, na medida em que fiscaliza as entidades e, quando for o caso, aplica penalidades; 2) proteger os interesses dos participantes e assistidos. Isso porque o participante ou o assistido precisa ter conhecimento dos estatutos e regulamentos da EFPC, para que, conhecendo melhor seus direitos, possa cobrá-los diante da entidade para cujo plano contribuiu.” (Informante da Secretária Previdência Complementar).

Em texto anexo à apostila do curso de formação em *Previdência Complementar e Regime Próprio*, Gonçalves e Gushiken discutem a participação dos trabalhadores na gestão dos fundos:

“Primordialmente, o processo de acumulação do capital se dá através da exploração do trabalho assalariado. Neste novo cenário, parte dele se processa através de financiamento com recursos dos trabalhadores, oriundos de excedentes de salários. É nesta peculiaridade – capacidade de financiar o próprio capital – que se fundamenta um novo tipo de ação sindical no que se refere à sua relação com os fundos de pensão, agregando aos tradicionais instrumentos de luta sindical uma nova forma de pressão política.” (Gushiken e Gonçalves, 2002:209).

Sobre a real participação dos sindicalistas nos conselhos dos fundos, o material coletado evidencia que, de fato, o poder de barganha e de tomada de decisão dos sindicatos nos conselhos dos fundos de pensão é restrito. O informante da Petros afirmou

que não existe representante sindical no Conselho Deliberativo da Petros, e acrescentou que,

“Formalmente os sindicatos não possuem influência nas decisões do Conselho Deliberativo. No entanto, como é provável que estes tenham apoiado os Conselheiros eleitos na eleição, é óbvio que os mesmos acabam por exercer algum tipo de influência do ponto de vista político e até assessoramento técnico aos Conselheiros.” (Informante/Presidente da Petros).

O Presidente da ANAPAR destacou o poder dos sindicalistas no conselho de gestão:

“Ele tem voz ativa mas depende (...) como que se fala? do envolvimento e do grau de cobrança que o sindicato faz e encima da patrocinadora e da fundação. Quanto mais pressiona para ter voz ativa, mais voz ativa ele tem, tanto que antes da legislação existir, a representação do trabalhador nos fundos, tinha vários fundos que já admitia isso exatamente por pressão dos trabalhadores, dos sindicatos, das entidades de classe.” (Informante da Anapar).

Em entrevista, o informante da Funcef declarou que,

“Não existe representante do sindicato nos órgãos administrativos ou fiscalizadores da Funcef. Contudo, com o advento da LC 108/2001, que regulamenta a estrutura e o funcionamento dos fundos de pensão, foi instituída a representação dos participantes nos conselhos deliberativos e fiscais desses fundos (...) eu mesmo, sou Presidente do Conselho fiscal da Funcef e sou dirigente dos Bancários de Pernambuco.” (Informante Funcef/Sindicato dos Bancários de Pernambuco).

O informante da Força Sindical vê com bons olhos a iniciativa da governança corporativa já que graças a ela, “o participante tem acesso a atas de reunião, de decisão do Conselho Administrativo, Conselho Fiscal. Associações e sindicatos vigiam. Torna a coisa menos autoritária, apesar de ser sócio minoritário, você pode ir à justiça, e questionar a administração.” (Informante Força Sindical).

Quanto à presença de sindicalista nos conselhos dos fundos, a informante da Banesprev disse: “Você não encontra ainda 1/3 de trabalhadores nos Conselhos Fiscais e Deliberativos porque a lei, embora tenha sido criada em 2001, ela só está sendo regulamentada agora [no Governo Lula].”

Do ponto de vista acadêmico, Lordon (2000) afirma que o poder de negociação dos sindicatos é, de fato, muito limitado, porque,

“Os patrões conscientes do jogo procuram enfraquecer sua expressão. Eles não querem o assalariado gerindo ou controlando a empresa. Controlador formal é somente uma evidencia jurídica, longe da realidade. Quem controla realmente as poupanças são os grandes financistas.”

Do ponto de vista do então Presidente da ANAPAR, José Sasseron, “(...) Poucos são os casos de entidades em que representantes eleitos pelos participantes têm efetivo poder de gestão.” (Sasseron, 2002b:171).

O material empírico observou ainda que na Previ, na Banesprev e na Fundação Real Grandeza, respectivamente fundo dos funcionários do Banco do Brasil, do Banespa e de Furnas, existem trabalhadores eleitos para cargos de Diretoria Executiva.

O material observou também uma situação em que o representante dos trabalhadores é indicado pela própria empresa através de mecanismos estatutários, como é o caso da Fundação SISTEL de Seguridade Social (SISTEL). O Quadro XI apresenta os fundos de pensão em que foram encontrados sindicalistas nos postos de comando.

Quadro XI: Fundos que possuem participação de Dirigentes Sindicais ou ex-sindicalista

Fundo	Nº Dirigentes	Entidade representada	Atuação
PREVI	2	Sindicato dos Bancários de SP	Direção/Conselho/Presidência
FUNCEF	2	Sindicato dos Bancários de PE	Conselho Deliberativo/fiscal
Real Grandeza	1	Sindicato dos Bancários de S.P	Conselho Fiscal
CESP	1	Sindicato dos Eletricitários de SP	Conselho Deliberativo
Valia	1	Sindicato dos Eletricitários do R.J	Conselho Deliberativo
BANESPREV	2	Sindicato dos Bancários de SP	Conselho Fiscal/deliberativo
PETROS	2	Sindicato dos Bancários de S.P Sindicato dos Eletricitário do RJ	Presidente, oriundo do Banesprev; Conselho Fiscal

Fonte: Dados desta Pesquisa

A informante da Banesprev esclarece que a situação de indicação por meio estatutário é muito comum, uma vez que os fundos têm resistência à presença de um representante do trabalhador no conselho:

“Eles [os fundos] tentam contornar. A lei 109 não deixa claro como tem que ser eleitos os representantes dos trabalhadores, a lei não deixa claro por quais meios eles são colocados lá, então tem alguns fundos onde... por exemplo, se eu pegar um diretor meu, eu sou a proprietária do fundo, e indicá-lo somente porque ele participa do fundo, eu estou querendo burlar, burlar é um palavra forte, contornar. Não é assim. Representante do trabalhador é representante do trabalhador. A briga é que tenha eleições (...) o ideal é que sejam eleições diretas.” (Maria Auxiliadora da Silva, Informante Banesprev).

Ainda sobre a real participação dos trabalhadores nos conselhos dos fundos, o curso de formação em *Previdência Complementar e Regime Próprio* conclui:

“No Brasil, são poucos os sindicatos que atuam em processos eleitorais de maneira incisiva, indicando ou apoiando nomes de participantes com representatividade para o exercício de cargos na estrutura de gestão dos fundos de pensão de forma a assegurar a defesa dos interesses dos trabalhadores. E mesmo quando atuam, por vezes, não se garante o eleito, como o recente caso da eleição na FUNCEF, onde o representante, apoiado pelo sindicato e que obteve melhor votação, acabou sendo preterido pela patrocinadora, já que a esta cabia o direito de escolha em lista triplíce.” (Gushiken, 2002b, 2002:162).

Já que a governança corporativa prega os direitos dos participantes, essa pesquisa procurou investigar o que diz o *Código de Defesa dos Direitos do Consumidor* sobre o item. A advogada Avena (2002) afirma que os fundos de pensão não se encaixam nos conceitos legais de fornecedores de que trata esse *Código* não comercializando os seus benefícios nem os distribuindo no mercado de consumo. Estas entidades não são atingidas pelo *Código de Defesa do Consumidor*, portanto, não podem ser enquadradas como fornecedoras ou prestadoras de produtos ou serviços nos termos da legislação.

Nessa perspectiva, apesar da construção social em torno do “respeito/direito aos pequenos acionistas”, de acordo com o *Código de Defesa dos Direitos do Consumidor*, os consumidores não possuem nenhuma instituição para recorrer em caso de falência ou

insolvência das entidades; ficam privados de seus direitos, quando o assunto é relativo aos fundos de pensão.

Com base no material empírico apresentado, pode-se afirmar que, embora os fundos de pensão passem a ter no mercado financeiro um novo interlocutor com o qual interage, na verdade esse poder é limitado, não oferecendo aos sindicalistas possibilidades de influenciar em decisões relevantes. Pode-se sugerir que, à medida que essas novas estratégias sindicais se intensificam, estratégias antigas como greve, passeatas e outras, passam por arrefecimento.

Como mostrado no item 7.7 desse Capítulo, os sindicalistas estão imersos num “campo” em constante luta simbólica com os dirigentes tradicionais dos fundos, o que influencia no real poder de ação dos sindicatos. As estratégias dos atores do “campo” podem convergir, mas elas podem também produzir conflitos e lutas. Portanto, enquanto ferramenta organizacional que possibilita o respeito aos direitos dos participantes dos fundos, a governança corporativa é limitada, bem como enquanto ferramenta de regulação do capitalismo.

7.10 Considerações

O Capítulo argumentou que com as novas estratégias sindicais, que buscam novos interlocutores e novas ações, os sindicatos estão cada vez mais presentes no mercado financeiro. Como se pôde observar, a estratégia de alguns segmentos do movimento sindical é criar e, sobretudo, gerir recursos dos fundos de pensão dos trabalhadores, (re) significando as formas tradicionais de lutas sindicais e a relação capital/trabalho. Do mesmo modo, os fundos de pensão aparecem como alternativa a possível “crise das estratégias e finalidades tradicionais” do setor.

Durante a pesquisa, observou-se que existe consenso entre os sindicalistas sobre as vantagens da relação sindical com o mercado financeiro e que a relação aponta para uma convergência de interesses entre ambos os atores, levando a uma (re) eleição da relação capital/trabalho. Nesse sentido, o movimento sindical construiu justificativas que são permeadas de valores morais, sociais e políticos para sua inserção no mercado; da mesma forma, (re) significou seu discurso, que, por sua vez, passou a incorporar o discurso de mercado ao seu tradicional discurso social.

Cabe lembrar que para a legitimidade dos fundos de pensão, os depoimentos dos sindicalistas pontuam a incapacidade da previdência social, da mesma forma que passam a afirmar os fundos via capitalização. Assim, o mercado de fundos de pensão que está se constituindo é resultado de interações, conflitos e consensos entre diferentes atores, com diferentes motivações.

Finalmente, inspirada em dados empíricos e no conceito de “campo” de Bourdieu, a pesquisa diverge de Francisco de Oliveira, para quem os dirigentes de fundos de pensão constituíram uma nova classe social. Para essa pesquisa, apesar da presença na gestão dos fundos de pensão, trata-se de uma estratégia sindical limitada, à medida que internamente ao mercado financeiro não influencia de forma decisória os destinos do capitalismo.

A pesquisa acrescenta que a estratégia tem mais reflexos internos ao mundo sindical do que externamente.

CAPITULO VIII - SINDICALISTAS E SUAS NOVAS CONVENÇÕES SOCIAIS: LIMITES E AMBIGUIDADES

Inspirada em Mary Douglas, o Capítulo demonstra as principais convenções sociais criadas ou apropriadas durante o Governo Lula, tais como “moralização/domesticação” do capitalismo, fundos de pensão como dom/dádiva e como nova solidariedade, assim como a difusão do discurso de ineficiência/deslegitimidade da previdência social em detrimento do discurso de eficiência/legitimidade dos fundos de pensão. Com exemplos brasileiros e internacionais, sobretudo franceses, o Capítulo mostra a incorporação de um conjunto de convenções de caráter social na agenda da esfera financeira. Finalmente, questiona se está acontecendo a domesticação do capitalismo ou a domesticação dos sindicatos.

8.1 Convenções sociais cognitivas: introdução ao conceito

Até o momento, o texto argumentou acerca das mudanças de convenções sociais de parte do sindicalismo brasileiro, de membros do Governo e diversos atores sociais os quais passaram a defender uma nova forma de solidariedade, via fundos de pensão. Nesse item busca-se demonstrar as principais convenções sociais criadas e ou apropriadas, tendo como inspiração o estudo de Mary Douglas, denominado *Como as instituições Pensam* (1998).

Nesse estudo, Douglas busca construir uma “Teoria Cognitiva” para explicar os fundamentos sociológicos da cognição humana, de forma a mostrar que as mentes humanas pensam a partir das convenções sociais estabelecidas nas instituições. Por sua vez, essas convenções sociais são criadas, apropriadas e finalmente naturalizadas pelo grupo, a partir de um trabalho cotidiano de auto-reforço destas.

A autora entende por “convenção social” um conjunto mínimo de regras que os membros de uma sociedade compartilham em suas mentes; pode-se falar em um mínimo de consenso existente entre os indivíduos de um grupo. Da mesma forma, acrescenta que “Para que uma convenção passe a ser uma instituição social legítima é necessária uma convenção cognitiva paralela que lhe dê apoio” (Douglas,1998:56).

É preciso destacar que a pesquisa não está preocupada em classificar se a convenção apreendida é “principal” ou “paralela”. Mais do que isso, busca demonstrar o seu processo de institucionalização e pontuar suas conseqüências na construção do

“mercado” de fundos de pensão. Como o leitor poderá perceber todas as convenções enunciadas a seguir, já foram apresentadas na tese. Assim sendo, esse item cumpre a tarefa didática de formalizar as discussões pontuadas anteriormente, explorando-as de forma mais detalhada.

Desse modo, nossos atores sociais ajudam a criar novas convenções cognitivas acerca de fundos de pensão e do capitalismo contemporâneo, por meio de um trabalho cotidiano de reforço das convenções. Observou-se que no dia-a-dia sindical as instituições se auto-reforçam todo o tempo, o que também ajuda no processo de naturalização das crenças.

Por essa perspectiva, é possível entender a importância dos eventos promovidos pelo “sistema” de fundos de pensão, tais como encontros, lançamento de livros/revistas, cursos, congressos, intercâmbios, dentre outros, já que auxiliam na socialização dos fundos de pensão como “dom”, como moralizador/domesticador do capitalismo e como nova solidariedade. Os eventos são rituais onde se cria e se reforça convenções.

Portanto, a regulamentação, institucionalização e consolidação dos fundos de pensão do Governo Lula foram favorecidas pela criação ou apropriação de um conjunto de instituições que estão relacionadas às novas estratégias sindicais diante do capitalismo. A seguir serão apresentadas as principais instituições sociais detectadas por essa pesquisa, sendo que algumas dessas convenções ainda estão em processo de construção.

8.1.1 Domesticação e/ou Moralização do capitalismo

Os membros do Governo Lula, sindicalistas e ex-sindicalistas que passaram a defender fundos de pensão, investimentos socialmente éticos e responsáveis, sustentabilidade, atividades produtivas, dentre outros, criaram uma “nova” ética para o capitalismo brasileiro, pautada numa economia social, considerada provisoriamente por essa pesquisa como o motor da nova ética capitalista e da “nova solidariedade” que é parte do processo de “domesticação do capitalismo”.

Os atores envolvidos na “economia social” dos fundos de pensão são socializados no mesmo processo, em que o discurso sobre atuária, risco, taxas de juros e outros, soma-se ao discurso de solidariedade dos fundos. A aplicação dos recursos dos fundos de pensão visando à geração de emprego e renda, de inclusão social é a tônica do momento.

Parte do mesmo processo é a crença em “domesticar” o capitalismo. Nesse ínterim, os fundos de pensão aparecem como os “domadores do capitalismo”. O discurso vigente é “lutar contra o capitalismo com as suas próprias armas”. Nesse sentido, tem-se a negação do “lucro pelo lucro” a qual é substituída pela idéia de “lucro com responsabilidade”, pautada na utilização dos recursos dos fundos em atividades produtivas, negando a lógica da financeirização.

A implantação de projetos sociais, via mercado financeiro, tais como o projeto microcrédito, o Banco Popular, uso do FGTS no mercado, projeto PPP, bem como o próprio projeto de fundos de pensão apontam para essa mesma direção.

A gestão dos trabalhadores, por meio dos comitês fiscais e deliberativos é outra ênfase da “economia social”. A crença de que a presença sindical nesses comitês possibilita a proteção da poupança dos trabalhadores ilustra o ideário da “moralização das finanças”.

8.1.2 Legitimação dos fundos de pensão/ deslegitimação da previdência social

A crença na incapacidade da previdência social em fornecer solidariedade entre as gerações, em detrimento da legitimação dos fundos de pensão como a instituição capaz de assegurar o futuro dos aposentados é a convenção social vigente, que tem sido reforçada pela imprensa, pelo Governo, pela sociedade civil e mais recentemente, pelos sindicalistas, que propagam o discurso de que o INSS não produz solidariedade necessária à proteção dos trabalhadores.

É possível pensar a legitimidade dessa crença pelo viés de que historicamente existe no Brasil, um forte estigma de inferioridade em relação ao setor “público”, o qual é tido, em certa medida pelo senso comum, por corrupto, incapaz e cercado de privilégios. Essa convenção cognitiva ajudaria a legitimar os fundos de pensão.

Vale lembrar que desde sua criação em 1977, os fundos de pensão tiveram sua imagem relacionada ao “negativo” e ao “perigoso”. Graças à falta de fiscalização que reinou nos fundos e nos montepios, até meados de 1990, muitas delas entraram em insolvência nos anos de 1980, levando participantes ao prejuízo e estas instituições a perda de credibilidade. Desde então, a sociedade olhava com desconfiança para esse tipo de empreendimento, o qual ocupava na memória social o lugar de “ilegítimo” (Jardim, 2002), hoje destinado à previdência social.

Contudo, mesmo aportando uma memória social ligada à corrupção e privatização, os fundos de pensão foram (re) significados e sacralizados pelo Governo Lula. Denominados como “poupança sagrada dos trabalhadores”, passaram de ilegítimos a legítimos, evidenciando a “mágica social” (Bourdieu, 2001), exercida por tal Governo e pelos sindicalistas, os quais definem conjuntamente, as formas de classificação da sociedade no que se refere à política de fundos de pensão.

Após contextualizar o leitor sobre o período em que os fundos de pensão tiveram sua imagem associada ao “negativo”, ao que “não goza nem de confiança, nem de legitimidade” (Jardim, 2002), sugere-se uma leitura na qual se aponta que os fundos de pensão estão saindo do espaço do “profano” e passando para o espaço do “sagrado”, no sentido de Durkheim. Da mesma forma, a previdência social passa a ocupar o lugar do “profano”.

Se pensar que atualmente os fundos de pensão ganham característica de nobreza, de “sagrado” (como verbaliza o Presidente), a utilização da idéia de profano/sagrado é possível. Ao utilizar a noção de profano, os fundos ganham uma referência quase religiosa, o que não deixa de ser interessante, a considerar o papel destinado aos fundos de pensão no capitalismo contemporâneo, qual seja, o de “domador do capitalismo”.

Entretanto, visando certa “vigilância epistemológica” reitera-se que a associação profano/sagrado deve ser vista como mais uma das possibilidades de interpretação dos fundos de pensão no Governo Lula. Não deve ser vista nem como a única, nem como a mais relevante. O objetivo é que o arcabouço teórico estimule outras leituras e que não limite o leque de interpretações para o fenômeno aqui apresentado. Afinal, como já afirmado, a dicotomia profano/sagrado tem sido objeto de críticas conceituais e empíricas (ver nota de rodapé n. 30), o que sugere cuidados epistemológicos para sua aplicação.

O argumento de ineficiência da previdência social foi observado também, durante a construção do mercado de previdência privada aberta (PPA) do Governo Fernando Henrique Cardoso. Em dissertação de mestrado, Jardim (2002) defendeu que a institucionalização da previdência privada aberta – aquela que pode ser comprada individualmente nos caixas do banco – contou com a existência de variáveis sociais e culturais; como variáveis sociais, a pesquisa pontuou o papel da grande imprensa e da

imprensa de negócio, que fez uma intensa campanha de difusão da “crise¹⁴⁹” da previdência social; como variável cultural definiu uma pré-disposição junto aos indivíduos considerados provisoriamente de classe-média para preocupações com a gestão do futuro.

8.1.3 Fundos de pensão como dom e “nova solidariedade”

A pesquisa sugere que a política dos fundos de pensão do Governo Lula, que visa distribuir e redistribuir solidariedade, foi criada e consolidada sobre a lógica da reciprocidade, solidariedade e sobre a “economia das dádivas¹⁵⁰” (Mauss, 1974). A convenção social e cognitiva de oferecer fundos de pensão como “dom” ou dádiva à sociedade esteve presente de forma implícita em todo material analisado e nos depoimentos dos informantes.

O envolvimento de um Governo historicamente de “esquerda¹⁵¹”, bem como de centrais sindicais e da CUT, com os fundos de pensão, dá maior robustez à idéia de “dom” ou “dádiva”. Assim sendo, é gozando do *status* de “Governo Popular” que o Partido dos Trabalhadores (PT) amplia à idéia de solidariedade e de reciprocidade presente no sistema de repartição para o sistema de fundos de pensão capitalizados, levando a transfiguração das relações de natureza econômica, em relações de solidariedade e de reciprocidade para os participantes dos fundos.

¹⁴⁹ Em estudo sobre a previdência social, Amélia Cohn afirma que a crise da previdência social sempre foi utilizada como moeda política. Para aprofundar o argumento ler *Previdência social e processo político no Brasil*. Ed. Moderna, São Paulo: 1980.

¹⁵⁰No *Ensaio sobre a dádiva* (1974), Mauss buscou compreender qual a lógica de funcionamento de uma sociedade “primitiva” da Polinésia, que fazia com que todo presente recebido fosse retribuído. Assim, observou a existência de um certo contrato coletivo entre os povos, que consistia no ato voluntário de dar presente, embora, na realidade, rigorosamente obrigatório. Observou, também, a obrigatoriedade na retribuição da dádiva ofertada. Ou seja, existia a obrigação em retribuir o presente dado, através do qual se mantinha a honra e a posição social. Aquele que não retribuída uma dádiva perdia sua posição social e em algumas vezes, até a posição de homem livre. Da mesma forma, um presente oferecido não podia ser recusado, existindo, assim, obrigatoriedade em recebê-lo. Em geral, quando se aceita um presente, aceita-se um desafio e assume-se um compromisso social e moral com o doador. Mauss observa que essa troca de presentes acontece através de um sistema de prestação que envolve rituais, prestações jurídicas, econômicas e posicionamento político. Esse sistema de prestação é definido como Potlach, que tem como essência a obrigação em oferecer uma dádiva, que deve ser retribuída. Nesse ritual místico de reciprocidade, ocorrem relações sociais, morais e também econômicas.

¹⁵¹A palavra entre aspas indica que a autora segue as categorias nativas, ou a própria categoria nativa.

Como resultado, os fundos de pensão passaram a representar a socialização do dinheiro. Ser cotista de um fundo de pensão valida socialmente o trabalhador, já que o fundo de pensão passa a ser visto como laço moral de solidariedade. Desse modo, os fundos de pensão passaram a ser encarados pela lógica da solidariedade e da generosidade, presentes no sistema de repartição da previdência social; passaram a oferecer benefícios aos trabalhadores e a construir a relação de reciprocidade entre empresa/trabalhador, entre sindicato/trabalhador e futuramente, com o Funpresp, na relação Estado/servidor.

Os fundos de pensão saem do espaço do mercado e ocupam o espaço da dádiva sem nenhum constrangimento. Dádiva e mercado convivem e interagem, logo a ruptura entre mercado e dádiva inexistente no Governo Lula. Portanto, quando associa fundos de pensão à “economia social”, à solidariedade e à reciprocidade, a pesquisa nega a separação radical entre mercado e o “dom”.

Como na “circulação das dádivas” observada por Mauss (1974), nossos entrevistados argumentam que o dinheiro do fundo de pensão sempre volta ao proprietário, seja pelo investimento em atividades produtivas em prol do trabalhador, seja durante a face de aposentadoria, por intermédio do benefício mensal, o que enriquece o argumento dos fundos de pensão como “dom”.

Nesta perspectiva, cabe ao Governo e aos sindicatos a produção e a reprodução dessa crença, por meio de estratégias simbólicas/discursivas e mesmo estratégias práticas como eventos que cumprem o papel de socializar e ritualizar as novas convenções sociais.

É importante esclarecer que a tese entende que os atores interessados em fundos de pensão trabalham sem querer e mesmo sem saber para a construção da economia do dom, da confiança e da solidariedade via fundos de pensão. Isso só é possível pela alquimia simbólica¹⁵² (Bourdieu, 1996c), que possibilitaria a transfiguração de relações econômicas em relações simbólicas, como a transformação de fundos de pensão em “dom”.

Essa reflexão é inspirada em Bourdieu (1996c), que discute a alquimia simbólica como forma de recalque de “verdades objetivas”.

¹⁵² Alquimia simbólica faz parte do mesmo processo da “mágica social”.

“Para que a alquimia funcione, como na troca das dádivas, é preciso que seja sustentada por toda a estrutura social, logo pelas estruturas mentais e disposições produzidas por essa estrutura social; é preciso que exista um mercado para as ações simbólicas, que haja recompensas, lucros simbólicos, com frequência reconversíveis em lucros materiais, que se possa ter interesse pelo desinteresse .” (Bourdieu, 1996c:169).

E finalmente,

“Esses jogos extremamente complexos [de alquimia simbólica], de um extraordinário refinamento, desenrolam-se diante do tribunal do juízo da comunidade, que também utiliza princípios de percepção e de avaliação idênticos aos dos envolvidos.” (Bourdieu, 1996c: 169).

Outra forma de enriquecer esse “modelo analítico” provisório é considerar a (re) leitura do “dom e contra-dom”, realizada por Bourdieu¹⁵³.

Quando analisa o “dom e contra dom” de Mauss, Bourdieu (1996c; 1997) observa que no intervalo entre o dar e o receber, os dois “trocadores” de dádivas trabalham sem saber e sem estar combinados, para mascarar ou esconder a “verdade do dom”. Segundo ele, a “economia do dom” só acontece porque está baseada no “desconhecimento compartilhado” sobre esta verdade. Nesse sentido, o dom é um desses atos que não se pode divulgar, logo é necessário um trabalho cotidiano para mascarar a verdade, observe: “Le don est un de ces actes sociaux dont la logique sociale ne peut pas devenir *commom knowledge*, verité officielle, publiquement proclamé.” (Bourdieu, 1997: 229-230).

É possível estender essa leitura para os fundos de pensão, que podem ser interpretados como “dons”, assentados na socialização do “silêncio” em torno das “verdades oficiais dos fundos” que é feito por meio de eufemismos e do tabu da explicitação. Como silêncio em torno das “verdades oficiais”, entende-se o silêncio sobre as altas taxas de juros, da defesa do capital especulativo, dentre outros. Essa discussão será explorada a seguir.

Da mesma forma, os próximos itens serão dedicados à exploração mais detalhada da convenção social de “domesticação/moralização” do capitalismo, que por sua vez, abarca as demais convenções apresentadas aqui, dialogando em certa medida com os dados e a literatura internacional, sobretudo francesa.

¹⁵³ Aqui vale a mesma “vigilância epistemológica” já sugerida, ou seja, que esse “modelo analítico” sirva para ampliar olhares, e não limitá-los; portanto, não deve ser usado até a exaustão.

8.2 Domesticar/moralizar o capitalismo: justificativa moral

Como já apontado, o material de difusão do tema no meio sindical mostra os argumentos em defesa dos fundos de pensão. Esses argumentos se apóiam na convenção social de “moralização do capitalismo” e na legitimidade dos sindicatos enquanto representantes dos trabalhadores.

Segundo Guilhot (2006), desde os anos de 1980 os “empreendedores morais” começaram a dar ao capitalismo uma aparência mais humana, por meio da filantropia. O paradoxo desse contexto é que são os representantes mais “predadores” das finanças aqueles que vão investir na “moralização do capitalismo” e na luta contra os perigos do capitalismo global. O autor afirma que existe um antagonismo entre novos empresários, “os empreendedores morais” e empresários tradicionais no seio do mundo de negócio. A tese entende “empreendedores morais” no sentido de Becker (1963), ou seja, são os empresários que buscam investir em atividades de caráter filantrópica e moral.

Para Guilhot (2006), o engajamento em projetos sociais é visto como legítimo, e é uma arma contra a elite tradicional. Os argumentos morais estão cada vez mais presentes nas justificativas de investimento. Assim sendo, longe de se fazer uma ruptura com os empresários dos anos de 1980, a filantropia permite a lógica financeira de um rendimento acionista e faz uma demonstração do caráter de utilidade pública.

No caso brasileiro, é uma operação da ética moralizante do capitalismo e da lógica financeira, encarnada pelos fundos de pensão, os quais buscam a “limpeza do dinheiro sujo”, fruto da especulação.

Moulévrier (2003) busca entender a lógica da instituição de crédito mutual na França e defende que por ter maior imersão no sistema liberal capitalista, o crédito se apropriou de “grandes causas sociais” como a inclusão dos pobres. Observa, ainda, que imerso em valores cristãos, o crédito mutual se institucionalizou sob o eufemismo da negação dos lucros e da moral sócio-educativa no mercado.

O autor acrescenta que a economia moral e ética passa a ser quase um motor da nova sociedade e a dominar o mercado, de forma a criar crenças e valores. Tem-se assim a passagem de uma economia individual para uma economia moralizadora, acontecendo uma (re) conversão da sociedade ao mercado moral e ético. Moulévrier (2003) finaliza afirmando que ocorre uma dupla legitimidade, tanto do saber “sagrado”, quanto do saber “profano”.

Os sindicalistas entrevistados por essa pesquisa visualizam o papel do mercado financeiro no desenvolvimento do Brasil e enfatizam a necessidade dos mercados investirem em projetos da nação, ou seja, “Eles [os trabalhadores] também têm responsabilidade no desenvolvimento do país, até mesmo no sentido de alavancar a Bolsa, no sentido de melhorar, ao invés de ficar todo mundo pendurado em empréstimos financeiros, o trabalhador pode fazer parte do capitalismo.” (Informante Banesprev).

Pela abordagem da Sociologia Econômica as condutas econômicas são influenciadas por crenças religiosas, políticas, sociais, simbólicas. No caso brasileiro, a conduta aponta em direção ao projeto dos fundos, tido como uma forma de “moralização” do capitalismo e da defesa do capitalismo produtivo. A criação da convenção social em torno da solidariedade oferecida pelos fundos é que faz o “jogo social” acontecer e se propagar.

Quanto à presença dos sindicalistas brasileiros no mercado, observa-se que estes fazem uso do simbólico acumulado no espaço das relações trabalhistas para justificar o interesse pela criação dos fundos e para se legitimarem como seus gestores. Dentre os argumentos do movimento sindical em defesa da sua participação nos conselhos dos fundos, chamou a atenção o argumento de que os fundos geridos por sindicalistas devem servir na luta contra o processo de financeirização, ou seja, a “moralização das finanças”, por meio das finanças (fundos de pensão).

Esse discurso apareceu junto a todos os entrevistados, bem como na documentação coletada nas centrais, como mostra a linha argumentativa no trecho selecionado:

“Devemos atentar para o seguinte fato: os trilhões de dólares, produto do esforço previdenciário de trabalhadores desenvolvidos ao longo de várias décadas, que estão a girar no mercado financeiro mundial atualmente se encontram mais próximos da categoria de predadores de mercado do que de alavancadores do progresso social. Esta adesão aos princípios de um capitalismo especulativo jamais encontrou resistência doutrinária à altura, sobretudo porque ainda persiste omissão e confusão ideológica dos representantes dos trabalhadores na questão relativa aos fundos de pensão. (Gushiken, 2002b:212).

O argumento sindical defende a legitimidade do trabalhador frente à gestão dos fundos e os colocam como legítimos para falar, ouvir e agir em nome dos trabalhadores.

“A propriedade de recursos previdenciários, por ser primordialmente do trabalhador, (...) devem outorgar a suas entidades representativas condição moral plena e legitimidade política suficiente para interferirem em seus processos de controle e aplicação.” (Gushiken, 2002b:212).

A cartilha da ABRAPP de divulgação dos fundos, *Como criar fundos de pensão pelo vínculo associativo*, aponta que os fundos são alternativos ao desenvolvimento sustentável, e devem priorizar o “capital produtivo”, com investimentos economicamente direcionados.

Assim,

“(...) Investimentos que mantenham o foco no capital produtivo poderão ser viabilizados, gerando empregos a partir da criação de empresas que tenham práticas sociais e ambientais corretas, que respeitem os direitos trabalhistas e mantenham a ética na exploração do mercado.” (ABRAPP, 2003).

Acrescenta, ainda, que,

“O papel estratégico que os fundos de pensão geridos por instituidores e seus participantes podem exercer, é o de dar prioridade a investimentos que promovam a geração de emprego e o desenvolvimento produtivo do País, sem perder a visão da finalidade previdenciária dos recursos.” (ABRAPP, 2003).

Discursivamente, tenta conciliar investimento produtivo e ético com rentabilidade necessária para custear as aposentadorias. Aqui, tem-se uma clara influência do modelo de Quebec, já analisado no Capítulo IV.

É importante frisar que o discurso de “moralização” do capitalismo representa uma tentativa de legitimar uma atitude que, dentro do contexto de “moralização” das finanças, pode ser entendida como “ilegítima”, ou seja, o ganho especulativo. Essa ruptura (ou conjunção) entre investimento especulativo e investimento ético é no sentido de Bourdieu uma “operação mágica”, que tenta transmutar uma atividade econômica em atividade social.

Quando fazem uso de argumentos como a “moralização” do capitalismo, os sindicalistas cortam as possíveis relações mercadológicas de ganho e rentabilidade.

Portanto, o discurso de moralização faz parte de um tratamento simbólico que permite que o envolvimento sindical no mercado financeiro saia do espaço do “ilegítimo” para o espaço do “legítimo”.

Marques e Peixoto (2003) afirmam que as empresas que negociam produtos quase-sagrados dissimulam simbolicamente a natureza da troca, como no caso de comércio de sangue. No caso dos fundos de pensão, é possível que os sindicalistas tentam dissimular o interesse de rentabilidade, escondido no eufemismo da moral e da humanização do capitalismo, o que evidencia o “tabu dos cálculos e dos lucros”. Dentro da lógica de dissimulação do lucro pelo lucro, considerado “ilegítimo”, tem-se o discurso do socialmente responsável e do investimento ético.

Durante a pesquisa de campo no Brasil, os informantes afirmaram que os sindicatos têm levado para os comitês dos fundos de pensão discussões relativas à responsabilidade social e condutas éticas. Temas específicos como o desemprego, a desigualdade racial, fome, gênero e minorias também são introduzidos por esses atores sociais. Protegidos pelo discurso de responsabilidade social e investimento ético, representantes do movimento sindical assumem o interesse pelo mercado financeiro. Incorporam conceitos da agenda econômica, enquanto ampliam o espaço social e político até o espaço econômico.

A apostila do curso de formação em *Previdência Complementar e Regime Próprio*, ministrado pela CUT, argumenta sobre a necessidade de influenciar a carteira de investimento dos fundos, evidenciando a preocupação com responsabilidade social e governança corporativa. Defende, discursivamente, o investimento da poupança dos trabalhadores na atividade produtiva visando a geração de emprego, tendo em vista o critério de investimento ético e de responsabilidade social.

Os fundos de pensão devem ter investimentos moderados, evitando os investimentos de alto risco, os quais levam à “potencialização de incertezas e inseguranças”. A apostila questiona se é viável que os fundos de pensão, resultados da poupança de trabalhadores priorizem parâmetros atuais do processo de financeirização da economia mundial, “cuja contrapartida para as altas taxas de rentabilidade é a vulnerabilidade da própria economia mundial, já que tais aplicações não são dirigidas primordialmente à economia produtiva.” (Gushiken, 2002b:207).

Finalmente, uma vez que os fundos de pensão contribuem enormemente para alargar o processo de “financeirização”, caberá aos sindicatos administrá-los de forma a

exercer disciplinamento, regulamento e controle sobre o mercado financeiro. É possível afirmar que é colocada nas mãos dos sindicalistas a responsabilidade pela “salvação” da nação:

“O erro da omissão diante da possibilidade de interferência neste processo real e atual da financeirização e desta singular oportunidade de comando sobre vultuosas somas poderá se transformar em irreparável prejuízo, não só aos trabalhadores, mas quiçá e muito provavelmente, a toda a sociedade.” (Gushiken, 2002b).

No sentido de Bourdieu, tem-se aqui a clara transfiguração de atos econômicos em atos simbólicos, que é feita pelo trabalho de “eufemização” (ou criação/produção de eufemismos). Nesse sentido, princípios econômicos são dissimulados sob a forma de desinteresse, ou mesmo de moral (Bourdieu, 1996c). A transfiguração do dinheiro em laço moral de solidariedade, traduzidos nessa pesquisa por planos de aposentadoria ou fundos de pensão, é outra forma de pensar o eufemismo que busca de certa forma “encantar” e criar novas realidades sociais.

A apostila do curso de formação em *Previdência Complementar e Regime Próprio* apresenta uma lista de compromissos que os sindicalistas devem ter na gestão dos fundos. O propósito de transparência perpassa todos os requisitos. A “humanização” do capitalismo, em contraposição à lógica da especulação, é a grande meta, como se depreende pelos critérios propostos pela CUT:

- a) os recursos dos trabalhadores devem ser geridos primordialmente pelos trabalhadores;
- b) incentivo junto aos trabalhadores, da cultura da prudência e não a da agressividade típica do perfil capitalista, que se dispõe a assumir aplicações de alto risco somente para obter maiores taxas de retorno;
- c) esforço para que os recursos dos trabalhadores sejam investidos no progresso social e necessidade da elaboração de um código de ética dos investimentos em fundos de pensão;
- d) que o poder dos fundos de pensão seja exercido exclusivamente em benefício dos trabalhadores, de maneira ampla.

De acordo com o discurso sindical, a idéia é transformar o “capitalismo selvagem” em prol do desenvolvimento sustentável e da inclusão social, transformando o capitalismo financeiro em capitalismo produtivo e popular.

Quando discute globalização, Philson (2003/04) lembra a necessidade da promoção de princípios como a solidariedade, a precaução e o controle do capital

mundial, tornando-o “solidário”. Aglietta (1998) acredita que “O capitalismo pode ir na direção do progresso social se colocarmos nele limites bem pensados”. Por sua vez Castel (2003b) questiona: “Será possível colocar limites no capitalismo?”

Assim, a preocupação com responsabilidade social, investimentos éticos e governança corporativa passa a ser a lógica dominante para “controlar” o capitalismo. Para isso, os investimentos éticos contam com duas estratégias: a exclusão de mercados considerados “profanos”, como o do álcool, o do tabaco e da arma, e a defesa da idéia de ativismo salarial, que consiste em trazer o trabalhador para as assembléias de acionista, com o objetivo de influenciar o comportamento dos dirigentes sindicais. Portanto, a necessidade de uma agenda de negócios com caráter ético torna-se consenso.

A criação de códigos de conduta e declarações de princípios éticos são algumas das exigências visando alterar a moral do capitalismo, saindo de uma moral do lucro pelo lucro, para uma moral de investimento social do dinheiro oriundo da especulação. Com essas estratégias, o mercado passou a divulgar sua “auto-regulação”, o que Philson (2003/2004) considera “insuficiente e perigoso.”

Segundo Guilhot (2006), os fundos éticos aparecem como a forma mais avançada da legitimação das finanças, tornando-se a “vitrine moral da finança liberal”. Portanto, (re) convertidos na idéia de moral, estes se tornaram uma forma de *álibi* para as finanças, que buscam a legitimidade social de seus investimentos. No caso do Brasil, os fundos de pensão representam o papel que Guilhot deu para os fundos éticos na Europa.

Os defensores dos investimentos moralmente e socialmente responsáveis colocam-se numa correlação de forças entre ética/moral *versus* rendimento/rentabilidade. Uma aparente contradição que pode ser compreensível, considerando o contexto de “humanização, domesticação e moralização” do capitalismo, sugerido pelo Governo Lula, no qual os mercados, os empresários, os militantes sindicais e o Governo buscam justificativas na idéia de que as finanças poderiam se colocar a serviço do desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, o investimento ético aparece como a justificativa não-financeira das finanças, que é a máxima expressão da lógica de domesticação do capitalismo. Ao mesmo tempo em que se legitima socialmente, mobiliza valores e preocupações universais, tais como o meio ambiente, a pobreza e a fome. Por meio de metáforas emprestadas do mundo social e político, as finanças se aproximam e dialogam com o mundo social e das empresas.

O investimento dos recursos dos fundos, advindo de atividade financeira em atividade produtiva, faz parte da agenda de moralização e mesmo “regulação moral do capitalismo” proposto por um grupo denominado provisoriamente de “elite financeira” do Brasil, e que segundo Guilhot (2006), acontece também na França.

Sobre a difusão da responsabilidade social na França, essa se faz por meio da VIGEO (criada por ex-sindicalistas da CFDT) e pela *Confrontations* - associação formada por sindicalistas de toda a Europa - como discutido no Capítulo III¹⁵⁴. A CFDT francesa afirmou que “A responsabilidade social deve-se ao quadro da globalização, caracterizado pela transformação dos modos de regulação e aparição de novos atores”. Para o sindicalista François Cheréque, “não é uma moda, mas uma transformação global do sistema econômico mundial, obrigando a repensar as práticas de cada ator”, portanto, “é na busca de novas ferramentas que o sindicato deve se dotar. A criação do CIES e da VIGEO se encaixa dentro desta lógica.” (NOTE Économique, CFDT, 2006).

Como se pode perceber, a CFDT defende que as empresas devem buscar a prevenção de riscos e priorizar valores éticos. Segundo os informantes dessa pesquisa, é uma postura que busca “mais prevenir do que remediar”. Da mesma forma, “conduz a repensar a democracia econômica e social e a participação dos trabalhadores no novo contexto de relações de força”. Nesse sentido, a CFDT francesa pontua a importância de “pontos de diálogo social e de governança corporativa, do qual a responsabilidade social faz parte”.

Nessa perspectiva, a CFDT propõe que os sindicatos devem fazer parte dos novos instrumentos de regulação da economia do mercado. Não somente controlar, mas ter papel na elaboração dos objetivos e prioridades da empresa. Para tanto, a responsabilidade social empresarial é o novo campo do diálogo social, que se constitui em novo modo de gestão e de governança corporativa.

Assim, a governança, a sustentabilidade e a responsabilidade social são novos instrumentos de intervenção para aumentar a ação do (novo) sindicato no (novo) capitalismo.

A CFDT argumenta, finalmente, que a natureza dos conflitos trabalhistas mudou. Não existe mais a divisão clássica onde fica de um lado a empresa e seus dirigentes, e de outro lado, os trabalhadores e seus representantes. Os conflitos são multidimensionais, ou

¹⁵⁴ Acredita-se existir outras formas de difusão sindical. A VIGEO e *Confrontations* são as formas apreendidas por meio de pesquisa empírica.

seja, acontecem entre atores internos e externos de uma empresa. Nesse sentido, os sindicatos devem se colocar como atores sociais, articulando sua presença e suas reivindicações na empresa, com uma cultura de interesse geral, integrando as necessidades dos trabalhadores e da empresa; ou seja, os sindicatos devem produzir proposições pertinentes.

No caso dos sindicatos canadenses, Lizee (2002/03) informa que o interesse dos sindicatos por investimento ético é uma realidade, e acrescenta que os fundos canadenses buscam pensar a globalização financeira sem perder de vista o desenvolvimento sustentável. Ou seja, investem em fundos socialmente responsáveis e classificados, equilibrando de forma saudável a rentabilidade e a responsabilidade social. Para tanto, levam em conta os interesses da ação sindical e a necessidade do desenvolvimento de trocas e de comunicação entre os sindicatos e a sociedade civil dos países do norte e do sul; da mesma forma, colocam em prática novas formas de conscientização dos membros do sindicato local e de solidariedade, visando enriquecer o trabalho sindical sobre a solidariedade internacional e a globalização.

O que os dados empíricos mostram é a que a responsabilidade social e os investimentos éticos se tornaram uma justificativa moral para os investidores de fundos de pensão. Da mesma forma, faz parte das convenções apropriadas pelo movimento sindical, levando a uma interação entre espaço das finanças e espaço social, o que permite a dupla legitimidade, tanto do lado do mercado, como do lado do “dom”. O próximo item questionará os limites dessa “domesticação” ou “moralização” das finanças.

8.3 Domesticação do capitalismo ou domesticação dos sindicatos?

Embora o material empírico evidencie uma retórica de participação dos trabalhadores nos conselhos dos fundos, da governança corporativa e de investimento com responsabilidade social, observa-se que na prática, são poucos os fundos em que o trabalhador, de fato, faz valer sua voz, conforme já exposto nessa tese; da mesma forma, o critério de investimento primordial é aquele o qual se considera a rentabilidade, em detrimento da responsabilidade social, como deixou claro o Presidente da Petros, Wagner Pinheiro, em entrevista a esta pesquisa.

Sobre critérios de investimentos, a informante do Banesprev¹⁵⁵ afirmou que, embora a idéia de responsabilidade social seja importante, o que os fundos devem levar em conta primordialmente é o critério de rentabilidade com baixo risco, já que, “Uma coisa que não se pode perder de vista, é que o foco é pagar aposentadoria aos participantes. O foco é este. Então o fundo tem obrigações com o participante. Tudo o que a gente quer é investimento com rentabilidade e baixo risco em empresa socialmente responsável. Mas o foco é a rentabilidade.” (Informante Banesprev).

Comentando sobre responsabilidade social, o Presidente do fundo Petros, afirma que, “Se puder casar as duas coisas é melhor, mas não é o mais importante.” (Informante Petros). Argumento que pode ser visto como contraditório dentro da lógica da “humanização” do capitalismo.

Com referência à gestão do dinheiro oriundo dos fundos de pensão, o representante dos trabalhadores no Conselho da Fundação CESP afirmou:

“Defendo a melhor gestão dos fundos, e nem sempre a melhor gestão é a do interesse dos trabalhadores. Tenho que olhar custo, questão técnica, atuária, investimento. Em geral, os fundos olham somente para o lado da patrocinadora, eu tento olhar para os dois lados.” (Informante da Fundação CESP).

Na mesma linha argumentativa, a informante esclarece sobre os limites do discurso de responsabilidade social, ou seja: “Acho que a gente tem que levar esse debate totalmente nessa linha, não aplicar simplesmente porque a empresa é responsável.” (Informante Banesprev).

Contrapondo ao discurso de ética e de responsabilidade social apropriado e propagado pelos sindicatos, o informante do Sindicato dos Eletricitários, informou sobre acordos “ilícitos” que vão além da lente do mercado; ou seja, “os fundos compram prédios para suas patrocinadoras e negociam. Até empréstimo acontece, mas de forma dissimulada.” (Informante CESP/entrevista realizada por terceiros).

O depoimento a seguir esclarece como acontecem as votações nos Conselhos, e afirma que o critério de rentabilidade recebe maior prioridade:

¹⁵⁵ Essa questão deixou a informante visivelmente incomodada, sendo que ela demorou para elaborar a resposta e entrou em contradição no decorrer desta.

“Fazemos uma análise e levamos lá para o comitê de investimento, o comitê de investimento analisa, e normalmente se tem voto contrário dificilmente o diretor financeiro banca fazer o investimento, porque o investimento é de risco e pode dar errado (...) se ele bancou, mesmo com voto contrário e der certo, palmas para ele, mas se der errado, ele vai ser crucificado. É assim, nesse tipo de fundo que tem uma governança legal estabelecida. É difícil você jogar com interesse dos outros a não ser o foco realmente no investimento que vai dar certo, vai garantir a aposentadoria dos trabalhadores (...), é muito difícil.” (Informante Banesprev).

Apesar da predominância do discurso de ética e moral em detrimento da especulação, os dados indicam que os fundos de pensão do Brasil são os maiores compradores de títulos da dívida pública, e poderiam ser acusados de agiotas do Governo. No Brasil, 70% dos investimentos dos fundos de pensão estão em renda fixa, o que quer dizer, fundo da dívida pública, conforme afirma o Presidente da ANAPAR:

“A presença dos sindicatos nos faz apontar para este sentido também, com a tese de que os fundos têm que investir na produção e não simplesmente na especulação. Esta é a realidade do Brasil hoje? Não! Eu acho que não é. Se a gente pegar os recursos dos fundos, hoje, 70% dos fundos estão investindo em renda fixa, ou seja, em títulos da dívida pública, ou seja, os fundos são agiotas do Governo. E se tirar a Previ, ela tem quase 60% em investimento, em produção, esta realidade cai para 80 %, mas os fundos não têm incentivo para sair deste tipo de investimento.” (Informante da ANAPAR).

Esse dado apresenta uma dissidência entre o discurso de “moralização” do capitalismo e o fato de que os fundos de pensão se alimentam da especulação, expressa em taxas de juros. No limite, sugere que os fundos passam a defender a alta de juros, o que seria incoerente com o papel dos sindicatos, bem como com suas estratégias de “humanização” do capitalismo. Além disso, se a predominância da lógica financeira é de curto prazo, as empresas e os sindicatos passam a defendê-la, deixando de lado a lógica de longo prazo, considerada economicamente mais saudável. Observe-se assim que existe um paradoxo que deve ser pontuado.

Portanto, apesar do discurso incisivo em torno da ética e do social, o fato é que os fundos de pensão se alimentam das altas taxas de juros e defendem uma política nesse sentido: “Os fundos de pensão defendem altas taxas de juros por conta dos investimentos

em renda fixa, como títulos da dívida pública. No limite, podemos afirmar que o Estado depende dos fundos de pensão.” (Informante da Força Sindical).

Tem-se, nesse exemplo, o “tabu de explicitação” (Bourdieu, 1996c; 2001) da defesa de altas taxas de juros e do investimento em atividades especulativas. A subvalorização do discurso em torno das altas taxas de juros e dos títulos de dívida pública, bem como o silêncio em torno da questão, é compartilhada por demais agentes do “campo”, e evidencia o “tabu da explicitação” (Bourdieu, 1996c), que faz parte das estratégias simbólicas para transmutar e eufemizar “verdades”.

Assim sendo, os fundos de pensão se alimentam do “tabu da explicitação”, que existe em relação à defesa de altas taxas de juros e em defesa de atividades especulativas, em detrimento de atividades produtivas. O tabu aparece ainda, no dispositivo de capitalização dos fundos de pensão, ou seja, o dispositivo de Contribuição Definida. Entende-se por tabu, um segredo que é baseado em acordos ocultos e tácitos. Nesse sentido, o silêncio a respeito da verdade dos fundos é um silêncio compartilhado.

Sobre o “segredo compartilhado” em torno da aquisição de títulos da dívida pública, é importante esclarecer, ainda, que a “mágica social” realizada pelos sindicalistas para transformar atividade de natureza especulativa em atividade de caráter responsável e social, encontra seu ápice, ou seja, sua máxima expressão no argumento utilizado pelos fundos de que é preferível que os títulos da dívida pública sejam comprados por eles (os fundos de pensão), do que por “capitalistas aventureiros” que pensam somente no lucro, tal como Daniel Dantas e seus discípulos.

Nesse sentido, a pesquisa sugere que a política de fundos de pensão no Governo Lula vive e sobrevive de eufemismos. Bourdieu (1996c) entende eufemismo, como uma linguagem da recusa. Assim, “o eufemismo é que nos permite dizer tudo, dizendo que não dizemos”, o que permite nomear o inominável. O autor chega a afirmar que os eufemismos são espécies de homenagens que prestamos à ordem social e aos valores que a ordem social celebra, mesmo sabendo que ela está destinada a ser ridicularizada. Como observado no trabalho de campo, os atores sociais envolvidos na criação e gestão dos fundos gastam uma parte do tempo e de sua energia na elaboração desses eufemismos.

Com esse argumento, os fundos cumprem, mais uma vez, o papel de “moralizador” das finanças e mais uma vez a idéia de “dom” e de solidariedade e estão acopladas aos fundos de pensão. É possível afirmar que os sindicatos vêm como ato heróico o seu envolvimento com fundos de pensão, da mesma forma que vêm a compra

de títulos públicos como sacrifícios para garantir a tranquilidade da dívida pública do Brasil.

Na perspectiva da “economia do dom”, Guillot (2006) afirma que é possível reencontrar “o dom” e sua magia percebida por Mauss (1974) no capitalismo contemporâneo. Na mesma linha argumentativa, Lanna (2000:24) acredita que “mais do que avaliar a incipiente presença do mercado nas “outras” civilizações, deve-se considerar com profundidade a presença da dádiva na “nossa” sociedade”. Segundo o autor, não é somente o ato de hospitalidade e de oferecer presentes que permanecem na sociedade moderna, mas também uma moral derivada dessas relações, que pode levar ao conflito, tanto entre a lógica da dádiva e a do mercado, quanto entre a sua complementaridade.

Como já pontuado, uma das formas de explicitação do dom, no caso dos fundos de pensão, acontece quando o lucro, oriundo da especulação, volta para seu proprietário. Durante o Governo Lula, ocorre a complementaridade entre dádiva e mercado, o que é possibilitada pelas atuais crenças de “moralização” do capitalismo, que transformam, discursivamente, o lucro “ilegítimo” (profano), fruto de atividades especulativas em investimento produtivo (sagrado). Assim sendo, transforma pela “magia social” (Bourdieu, 2001) a especulação em inclusão social.

Nessa perspectiva, os eventos organizados pela Secretaria de Previdência Complementar (ver lista em anexo VI) bem como os eventos organizados pelos membros do sistema de fundos de pensão são rituais de socialização, que buscam cortar as relações existentes entre os fundos de pensão e o mercado, ou entre o “dom” e o mercado.

Cabe resgatar o depoimento do Presidente da Petros:

“Não vamos deixar de lado os critérios técnicos que norteiam a política de investimentos. Mas, além da preocupação com a necessidade de se rentabilizar, de atingir a meta atuarial, devemos nos preocupar com o consumidor, trabalhadores, Governo e comunidade.” (*Fundos de Pensão*, nº 288, 2003).

Para o presidente da Petros, essa instituição deve atender a pelo menos a 70% dos indicadores de referência do Instituto *Ethos*.

Do lado acadêmico, Orléan (1999) defende que, desde suas origens, as finanças são uma transgressão social, devido à sua característica virtual, que a faz desconectada da atividade produtiva (1999:47). Desse modo, o capital teria em si mesmo uma natureza

contraditória, ou seja, ser a articulação de duas lógicas específicas, a da empresa e a da especulação.

Resultado dessa “transgressão social”, tem-se uma sociedade dominada pelas finanças. Segundo Castel (2003b), ocorre a “degradação do conceito de solidariedade, já que este passa a ser aplicado somente aos mais necessitados; ser protegido significa prever o mínimo de recursos para sobreviver em uma sociedade que limita suas ambições e assegura um serviço mínimo contra as formas extremas de depreciação.”

A análise do discurso produzido pelos sindicalistas e pelos membros do Governo que defendem fundos de pensão, através de entrevistas, reuniões internas e manifestações oficiais, atesta a junção da idéia de inclusão social, via capital, que engloba a moral indissociável e imersa em atos econômicos.

Contudo, é importante ressaltar que embora as preocupações com rendimentos são predominantes nas entrevistas, dossiês e relatórios, a prática cotidiana contesta o monopólio do social/moral nos fundos de pensão, já que evidencia uma preocupação com taxas de juros e com rendimento.

8.4 Considerações

Esse Capítulo mostrou que o Governo Lula promove a institucionalização dos fundos de pensão por meios da criação e apropriação de convenções sociais, que são monopolizadas pelo discurso de “moralização” das finanças.

Buscou-se apontar como os fundos de pensão estão construindo sua legitimidade sobre a negação dos lucros e a afirmação do bem e da solidariedade, na medida em que as práticas econômicas servem não somente como mercadorias, mas essencialmente como ideário moral e de inclusão social. A integração, em todos os níveis, dos atores sociais, das instituições e dos “dirigentes tradicionais” dos fundos, contribui para a definição de uma identidade de “moralização” do capitalismo, fundada na negação do lucro advindo da especulação e na afirmação da atividade produtiva. No projeto de criação e gestão de fundos de pensão, o Governo busca realizar o desenvolvimento sustentável do país por meio dos “sagrados” fundos de pensão.

Foi possível observar neste Capítulo que o “novo capitalismo” incorpora o valor moral e ético de “moralizar e domesticar” o capitalismo por meio do uso dos recursos oriundos de capital volátil e especulativo para a geração de emprego e renda por meio de atividades produtivas. Isso fica evidente ainda na difusão do conceito de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável. O mundo econômico e das finanças tem emprestado do mundo político e social os conceitos de inclusão social e de moral. Assim sendo, conceitos do mundo das finanças passam a entrar na agenda da sociedade civil, da mesma forma que conceitos do espaço social passam a ser incorporados pela agenda das finanças. Além do argumento moral, os sindicalistas exploram, para justificar o interesse por fundos de pensão, a crise da previdência social, que sofre de falta de credibilidade.

CAPÍTULO IX - FORMAÇÃO DE UMA “ELITE SINDICAL” DE FUNDOS DE PENSÃO

Argumenta-se aqui neste Capítulo que Berzoini e Gushiken foram os principais responsáveis pela base moral na construção do mercado de fundos de pensão. Arquitetos-líderes e divulgadores de opinião são considerados peças-chaves nesse quebra-cabeça. Contaram com o apoio de Adacir Reis, de sindicalistas e de ex-sindicalistas, e juntos tornaram-se os “empreendedores morais” (Becker, 1963) do capitalismo de fundo de pensão.

Realizando um trabalho cotidiano - com apoio do Governo, e de diversas instituições do mercado de fundos de pensão, a “elite sindical” busca alterar as convenções sociais institucionalizadas dos sindicalistas no que se refere a temática de fundos de pensão. Dessa forma, são considerados os “gurus” dos fundos de pensão. Essa mudança de convenção social percebida junto a certos sindicalistas, que passaram a influenciar e a nominar o mundo social a partir da positivação da idéia dos fundos de pensão, será denominada por essa pesquisa como “reconversão dos sindicalistas”. Por essa abordagem, são os fundos de pensão que aceleraram o processo de (re) conversão dos sindicalistas e ativaram as práticas de “negação da especulação”.

As instituições e atores sociais que se dedicam à temática têm em comum o interesse pela criação de uma nova “elite dirigente”, gestora de fundos de pensão e defensora da ética moralizante no mercado. Trata-se de processo criado e iniciado por uma “elite” que trabalha para consolidar a idéia de fundos de pensão. Como formadora de opinião, essa “elite” tem buscado a aliança entre diversos e diferentes atores, que até então jamais haviam dialogado entre si.

O papel desta “elite sindical” num primeiro momento é o de desenvolver a crença em torno de fundos de pensão; posteriormente, num segundo momento, trabalhar para a “reconversão” de sindicatos e sindicalistas. Como reconversão, entende-se, no sentido de Bourdieu (2001), “As mudanças, através das quais somos levados a novos gêneros, a novas disciplinas, a novos objetos, vividos como conversões”, o que implica, ainda inspirado nesse autor, a uma “mudança de visão de mundo”. Finalmente, essa “elite” busca colaborar na formação dos sindicalistas e na difusão dos fundos de pensão, enquanto ideário de “moralização” do capitalismo.

A existência de uma “elite sindical”, empreendedora moral da criação das novas crenças, é fundamental para o trabalho de construção das novas “convenções cognitivas” junto aos fundos de pensão. Afinal, como ensina Durkheim (1998), “A verdadeira solidariedade somente é possível na medida em que os indivíduos compartilham as categorias de seu pensamento.”

9.1 Formação da elite de fundos de pensão

Antes de tudo, é importante entender quem é a “elite” responsável pela construção social em torno dos fundos de pensão. Como afirmou Afrânio Garcia em discussão dessa pesquisa, “para se entender a profecia é preciso saber quem é o profeta.” (Afrânio Garcia, discussão dessa pesquisa¹⁵⁶). Assim, entender quem constitui essa “elite”, implica entender como a “elite sindical” tem poder de criar e sobretudo manter consenso sobre uma “agenda alternativa” de luta, mesmo na condição de *outsiders* do mercado financeiro.

Para tanto, buscou-se compreender a capacidade dos *outsiders* em construir e consolidar uma pauta, considerada inovadora, polêmica e ambígua. Sugere-se que isso foi possível graças à institucionalização dos fundos de pensão possibilitada pelo Governo, que pensa os fundos de pensão como estratégia de inclusão social e de “moralização” do capitalismo. Essa crença é produzida e reproduzida no estabelecimento de novas convenções sociais.

É importante lembrar do primeiro Capítulo dessa tese, onde se defendeu que os fundos ajudaram na vitória de Lula nas eleições de 2002; nesse sentido, pode-se sugerir uma relação de interdependência entre a “elite dos fundos de pensão” e o Governo Lula.

Nessa perspectiva, a pesquisa empírica mapeou a trajetória dos “empreendedores morais” (Becker, 1963) dos fundos de pensão. Apesar das trajetórias individuais, pode-se dizer que em certa medida, os membros dessa “elite” são oriundos do setor bancário de São Paulo, e fazem parte do núcleo formulador das políticas do PT; passaram pela FGV/SP, são de origem social de classe média, do sexo masculino, considerados brancos e heterossexuais. Mulheres, pretos, ou índios inexistem nesse espaço social, onde, da

¹⁵⁶ Para maiores detalhes, ver Apêndice, (Diário de Campo).

mesma forma, a regra “da boa etiqueta” não possibilita espaço para as “posturas desviantes”, como o homossexualismo.

Além de agentes do setor bancário, citam-se sindicalistas denominados provisoriamente de “classe média”, advindos dos setores eletricitários, telefônico e bancário, especialmente das regiões de São Paulo onde o processo está mais ativo. É importante lembrar que, mais recentemente, determinados sindicalistas do setor metalúrgico passaram a se interessar pelo tema.

A pesquisa acredita que os efeitos da formação na FGV/SP e a militância no sindicato dos Bancários de São Paulo tiveram influência sobre todo o universo das representações simbólicas dos atores sociais. São esses atores sociais que vão se interessar por fundos de pensão. É no ambiente da FGV/SP e do Sindicato dos Bancários que se conheceram e passaram a compartilhar códigos. Como curiosidade, vale lembrar que boa parte do Governo Fernando Henrique Cardoso era oriunda da PUC/RIO.

Assim sendo, detentores de um conjunto de crenças diferentes daquelas dos sindicalistas os quais não tiveram essa trajetória de vida, esses, que denominamos provisoriamente como “vanguarda financeira”, possuem uma *doxa* diferenciada daquela que circula no sistema de “representação tradicional” dos sindicatos. Existe, nesse grupo, uma luta pela classificação social, no que se refere à temática de fundos de pensão.

Ocorre, ainda, uma transformação nas convenções cognitivas, no sentido de Mary Douglas, com uma conseqüente ruptura entre a visão de mundo dos sindicalistas do passado e dos sindicalistas do presente. Pela perspectiva de Bourdieu, sugere-se em certa medida, um conflito de *habitus* entre a “elite tradicional dos fundos de pensão”, a qual defende o “capitalismo selvagem” e a “vanguarda sindicalista” dos fundos, que é defensora de um conjunto de ferramentas e/ou retóricas como boa governança corporativa, sustentabilidade, investimentos éticos apoiando-se nos fundos de pensão para a construção de novas configurações do capitalismo brasileiro. Assim sendo, trata-se de novos enquadramentos cognitivos dos atores envolvidos, os quais levam necessariamente a transformações no campo econômico, campo político, campo sindical e em certa medida, no campo do poder.

Como argumentado no início desse texto, os sindicalistas que começam a se interessar por fundos de pensão passam a freqüentar ambientes empresariais, a realizar leituras relacionadas ao mercado e a convencerem (sem querer e sem saber) a si e ao

outro dessa nova “convenção social”. Como resultado dessa socialização ocorre a naturalização da crença.

É importante esclarecer que os sindicalistas que defendem e administram fundos de pensão exercem também seu papel tradicional de “militante sindical”. Como exemplo ilustrativo, cite-se o caso da informante do Sindicato dos Bancários de Campinas, que faz parte, ao mesmo tempo, do conselho de gestão da Funcef e da direção de tal sindicato.

A autora teve oportunidade de acompanhar a informante em reuniões da Funcef. Naquele momento, a informante incorporou o papel de empresária de um espaço dominado pelos homens, tanto na postura física, na gesticulação das palavras, nas vestimentas, dentre outros. Em outro momento, durante a greve dos bancários em 2005, encontramos a mesma informante em frente à Caixa Econômica Federal localizada na Avenida Gliceris, em Campinas, gritando palavras de ordem em um microfone, trajando boné, *jeans*, tênis e camisetas que trazia as frases de efeito: “Agora é a hora” e “Lula, cadê o dinheiro dos bancários?.”

Esse caso isolado pode sugerir que os sindicalistas passeiam pelo espaço financeiro e pelo espaço sindical, com a mesma desenvoltura, ocupando, como mostra Boltanski (1991), duas posições possíveis ao mesmo tempo. Aqui, vale lembrar que o Presidente Lula ocupou com a mesma desenvoltura os espaços do Fórum Social e do Fórum Econômico em 2005.

Importante registrar que a pauta de fundos de pensão restringe-se principalmente à região sudeste do Brasil. Nas outras regiões do Brasil o debate é menos significativo. O Gráfico VII mostra a distribuição de fundos de pensão por região do Brasil¹⁵⁷. Nele é possível observar que os fundos de patrocínio público se concentram no Rio de Janeiro (18), e os fundos de patrocínio privado (153), em São Paulo. Da mesma forma, os fundos “instituídos” estão concentrados no Estado de São Paulo, somando um total de seis fundos.

¹⁵⁷ Uma pesquisa mais detalhada sobre a relação entre a concentração de fundos e regiões do país deve ser realizada futuramente pela autora.

Gráfico VII - Quantidade de entidades fechadas de previdência complementar, por região e unidade da federação, em dez/05.

REGIÃO Unidade da Federação	Patrocínio Público	Patrocínio Privado	Instituidor	Total
NORTE	3	2	-	5
Acre	-	-	-	-
Amazonas	-	1	-	1
Amapá	-	-	-	-
Pará	2	1	-	3
Rondônia	1	-	-	1
Roraima	-	-	-	-
Tocantins	-	-	-	-
NORDESTE	17	17	-	34
Alagoas	3	-	-	3
Bahia	2	4	-	6
Ceará	6	1	-	7
Maranhão	-	2	-	2
Paraíba	-	2	-	2
Pernambuco	2	5	-	7
Piauí	2	-	-	2
Rio Grande do Norte	1	2	-	3
Sergipe	1	1	-	2
SUDESTE	28	207	8	243
Espírito Santo	2	4	-	6
Minas Gerais	5	12	1	18
Rio de Janeiro	18	38	1	57
São Paulo	3	153	6	162
SUL	17	36	3	56
Paraná	8	12	-	20
Rio Grande do Sul	6	15	-	21
Santa Catarina	3	9	3	15
CENTRO-OESTE	17	15	-	32
Distrito Federal	14	11	-	25
Goiás	2	2	-	4
Mato Grosso do Sul	-	1	-	1
Mato Grosso	1	1	-	2
Total	82	277	11	370

Fonte: Cadastro - SPC/MPS.

Em pesquisa sobre a filantropia, Guilhot (2006) informa que na França os “empreendedores morais” se encontram dentro do setor especulativo: *hedge funds*, Bolsa de Valores, risco de arbitragem, financiamento de fusão-aquisição. Apesar da diversidade de percurso individual, a biografia desses “novos empreendedores” apresenta um número de pontos em comum: são originários da classe média e representam os grupos socialmente dominados no campo financeiro, ou seja, vem da imigração recente

originária da Europa leste. Assim, representam os *outsiders* de velhas elites financeiras do lado leste.

Os próximos parágrafos darão enfoque ao Secretário da Comunicação do Governo Lula, Luis Gushiken, considerado por essa pesquisa como o “grande líder moral” dos fundos de pensão e apresentarão da mesma forma alguns dados sobre Ricardo Berzoini, Adacir Reis e Wagner Pinheiro. Os sindicalistas cutistas João Antonio Felício e Gilmar Carneiro também serão enfatizados.

9.2 Luis Gushiken

Sócio de uma empresa de consultoria, a Global Prev - ex-Gushiken e Associados - Gushiken sempre atuou na área de previdência, sendo um dos responsáveis pelo projeto de reforma da previdência apresentada pelo Governo do PT em 2003. Sobre a questão, *O Estado de São Paulo* afirmou: “A empresa Gushiken Associados, que pertence ao coordenador-adjunto da equipe de transição foi quem preparou a proposta do PT (...)” (*O Estado de São Paulo* 26/11/02).

Em outra situação, o mesmo jornal comentou:

“Os fundos de pensão têm como principal interlocutor no Palácio do Planalto o Ministro Luiz Gushiken, ex-Presidente do Sindicato Bancário de São Paulo. Durante seus três mandatos como Deputado Federal, Gushiken era sempre acionado pelos dirigentes dos fundos (...)” (*Folha de São Paulo*, 24/10/04).

O jornal *O Estado de São Paulo* aborda o mesmo tema, “O Presidente da ABRAPP, Fernando Pimentel vê no ex-deputado Federal do PT por São Paulo, Gushiken, o principal interlocutor entre os fundos de pensão e o novo Governo. “O Gushiken conhece a real natureza dos nossos pleitos”, afirmou naquela ocasião o então Presidente da ABRAPP.” (*O Estado de São Paulo*, 28/10/02).

“Homem de muita influência no Governo, participou da escolha dos nomes para os principais cargos do Governo”, afirmou a revista *Veja* (29/01/03)¹⁵⁸. A mesma revista acrescentou que Gushiken auxiliou na escolha dos dois importantes Ministros do Governo:

¹⁵⁸ *O Curinga de Lula: Quem é o assessor de Governo que reforça ministros, faz indicação para a equipe econômica e fala em nome do Presidente?*, foi o título da revista *Veja* que dedicou atenção ao tema.

“O da Fazenda, Antonio Palocci, seu amigo desde os anos 1970, e Berzoini, a quem apoiou no movimento sindical e ajudou a eleger Deputado Federal. Um outro amigo, Adacir Reis, ex-assessor de Gushiken na Câmara dos Deputados, assumiu a secretaria de Previdência complementar - posto de onde se controlam os fundos de pensão.” (*Veja*, 29/01/03).

Comentando sobre a criação de previdência Associativa, o secretário da SPC, Adacir Reis, confirmou a influência de Gushiken: “Trata-se de uma idéia [previdência associativa] há muito defendida por Luiz Gushiken, um dos colaboradores mais influentes do Governo.” (*Fundos de Pensão*, nº 278, 2002).

No seu livro *A Face Oculta da Reforma da Previdência* (2003), Magno Mello, representante do SINDILEGIS, grande crítico do projeto de reforma conduzido por Lula, abordou as relações entre Sérgio Rosa, Luiz Gushiken e Ricardo Berzoini.

“Além de ser funcionário de carreira do BB, Rosa pertence à ala forte do PT, que tem entre seus representantes o Secretário Geral da Presidência da República, Luiz Gushiken. Foi Gushiken quem indicou o deputado federal Ricardo Berzoini (PT-SP) para o Ministério da previdência. Os três têm em comum a carreira no movimento bancário de São Paulo.” (Mello, 2003).

Segundo informações da imprensa, Gushiken nomeou os nomes dos presidentes dos três maiores fundos, a saber: Previ, Funcef e Petros. Com exceção de Wagner Pinheiro, os dirigentes dos fundos citados negaram a afirmação. Observe o Quadro XII que apresenta um breve resumo sobre a trajetória dos dirigentes dos três maiores fundos de pensão do país.

Quadro XII - Dirigentes dos maiores fundos de pensão versus relação com o partido dos trabalhadores

Sergio Rosa (Previ)	Wagner Pinheiro (Petros)	Guilherme Lacerda (Funcf)
Ligado a Gushiken e Ricardo Berzoini. Uma das principais lideranças do PT na área de fundos de pensão; também fez parte da equipe de transição do Governo no final de 2002.	Fez parte da equipe que elaborou as propostas para o mercado financeiro do Programa de candidatura de Lula à presidência em 2002; fez trajetória profissional no Sindicato Bancário de S.Paulo; foi dirigente do fundo de pensão Banesprev; com a vitória de Lula, foi indicado Presidente da Petros, fundo dos funcionários da Petrobras.	Foi assessor econômico do PT em 1998; ocupou cargos em secretarias das prefeituras de Vitória (ES) e Belo Horizonte (MG), além de ter sido Secretário do Planejamento do Espírito Santo em 1998.

Fonte: Dados desta Pesquisa

9.3 Ricardo Berzoini

Considerado por essa pesquisa e pelos membros do “sistema de fundos de pensão” como um dos principais personagens da previdência privada do Brasil, Berzoini é mineiro de Juiz de Fora e formado em Engenharia pela Faculdade de Engenharia Industrial (FEI), de São Bernardo do Campo.

Mas foi em São Paulo, como bancário concursado do Banco do Brasil, que Berzoini realizou sua carreira profissional e política. Foi presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região e o primeiro presidente da Confederação Nacional dos Bancários (CNB). No ambiente do Sindicato dos Bancários foi socializado em torno de questões de previdência privada, que será uma de suas preocupações políticas, como Deputado.

Elegeu-se Deputado Federal pelo PT em 1998 e 2002. No primeiro mandato, liderou, junto com Gushiken campanhas e *lobbies* para a aprovação das Leis Complementares 108 e 109/2001, já discutidas nessa tese. No segundo mandato, foi convidado por Lula a ocupar a pasta de Ministro da Previdência, e posteriormente, de Ministro do Trabalho.

Como Ministro da Previdência regularizou a previdência associativa e realizou ciclos de campanhas de esclarecimento sobre esse novo dispositivo. Juntamente com Adacir Reis, buscou a consolidação da Secretaria de Previdência Complementar, no

questo transparência e enfatizou a necessidade de despertar a educação previdenciária e educação financeira do brasileiro. Apontando a crise da previdência social, fez alusão aos fundos de pensão como alternativa à (in) segurança oferecida pelo INSS. A eficiência dos fundos e a incapacidade do INSS aparecem também no discurso de Berzoini.

Vale lembrar a polêmica em que Berzoini esteve envolvido, quando, ainda na pasta da Previdência, convocou idosos de mais de 90 anos a comprovar, no INSS, que ainda estavam vivos, para evitar o pagamento de benefícios indevidos. No final de 2005, com o “episódio do mensalão”, foi substituído no Ministério do Trabalho por Luis Marinho (da CUT), quando passou a ocupar o cargo de Secretário-Geral do PT, em substituição a Silvo Pereira, envolvido em tal escândalo.

Aqui, tem-se evidência do capital simbólico do qual dispõe Berzoini; afinal, em um momento de crise do PT, quando se fazia necessário levantar a sua credibilidade moral, foi indicado para o cargo de Secretário-Geral. Vale lembrar que, ainda em 2005, Berzoini foi escolhido candidato oficial do Campo Majoritário à presidência do Partido, derrotando no segundo turno o opositor Raul Pont, fato que sustenta o argumento de que dispõe de significativo capital simbólico junto ao PT.

9.4 Adacir Reis

É consenso entre todos os entrevistados que Gushiken e Berzoini são os “empreendedores morais” do projeto de fundos de pensão; da mesma forma, Adacir Reis é reconhecido como o porta-voz dos fundos, “legítimo para falar, ouvir e agir” em nome dos membros do sistema.

Dados e evidências empíricas sugerem que Adacir Reis é tido, pelos membros do sistema, quase como um “guardião” dos fundos de pensão, não somente junto aos sindicalistas, mas também aos órgãos do sistema, como ABRAPP e ANAPAR, onde esse ator social goza de grande confiança e prestígio.

Advogado, especialista em previdência privada, Adacir Reis organizou livros e debates em torno dos fundos, nos anos que antecederam a eleição de Lula; Amigo de longa data de Gushiken, esteve presente no primeiro mandato à frente da Secretaria da Previdência Complementar; empreendedor moral e burocrático dos fundos, não tem medido esforços para a criação de um nova crença em torno destes, bem como para a institucionalização e consolidação dos fundos de pensão no Brasil.

O consenso em torno do seu trabalho ultrapassa as possíveis diferenças ideológicas existentes entre os sindicalistas.

“Esse rapaz é um grande profissional. Você sabe que é consenso no movimento sindical, já é consenso. O Adacir é muito bom, ele é aquele incansável, aquela pessoa que abraça o tema, aquela pessoa envolvida.” (Informante do Banesprev).

“O responsável por toda essa postura em relação aos fundos é o Dr. Adacir Reis que é uma pessoa que eu recomendo que você converse e fale até em meu nome pra ele, por que eu tenho uma admiração pelo trabalho, pela determinação, pela seriedade, pela ética, é uma pessoa qualificada e se não fosse desse jeito, nós realmente teríamos problemas.” (Informante da Força Sindical).

“Adacir ao contrário de outros secretários, vem do setor, sempre foi assessor de Berzoini e Gushiken que sempre trabalharam nesta área. Foi advogado previdenciário, militava nesta área e continua. Acho que é uma pessoa que tem profundo conhecimento do sistema e tem uma visão muito clara de incentivo à previdência complementar.” (Informante da Anapar).

Como se pode constatar ao longo dos depoimentos, os informantes declararam sua legitimidade e reconhecimento à Adacir Reis, o que ficou claro por ocasião da criação da Previc.

Naquele momento, o Presidente da ABRAPP afirmou que Adacir Reis era o melhor nome para assumir a direção do órgão:

“Reis vem sendo o obreiro dessa imensa construção que o Governo já conseguiu colocar de pé nos últimos dois anos, dando ao sistema de fundos de pensão uma oportunidade ímpar de concretizar nos próximos anos seu enorme potencial (...) qualquer descontinuidade poderá causar prejuízo irreparável.” (*Diário dos Fundos de Pensão*, 2005).

Sobre a direção da Previc, foi consenso entre todos os entrevistados, tanto do setor de fundos de pensão, como do setor sindicalista, que Adacir Reis era o melhor representante do sistema. Exercendo o monopólio de porta-voz, Adacir Reis conta com uma relação de cumplicidade dos participantes do sistema de fundos de pensão, o que permite que ele exerça de certa forma autorizada a violência simbólica. (Bourdieu, 1996c).

Além dos nomes já citados, o Governo tem outros grandes interlocutores na temática, conforme o Quadro XIII:

Quadro XIII - Maiores Interlocutores dos fundos de pensão no primeiro Governo Lula

Nome	Cargo	Atuação em PP	Trajatória
Lula	Presidente do Brasil	Regulamentação da LC 108/109/2001. Propõe que o movimento sindical repense comportamento; diálogo com o mercado financeiro. Aprovação do fundo de pensão para servidores na reforma de 2003.	Ex-sindicalista (sindicato metalúrgico do ABC); líder das greves 1978/80.
José Pimentel	Deputado Federal (PT)	Relator da Comissão da Reforma da Previdência Social de 2003; apoiou Chapa do PT nas eleições da PREVI em 2002.	Deputado Federal (PT) ex-sindicalista do setor bancário ex-funcionário do BB.
Ricardo Berzoini	Ministro do Trabalho	Atuou como Ministro da Previdência durante a Reforma 2003; atuou como Deputado Federal para aprovação da LC 2001; apoiou Chapa do PT nas eleições da PREVI em 2002.	Foi Presidente do Sindicato dos Bancários de S. Paulo e da Confederação Nacional dos Bancários (CUT).
Antonio Palocci	Ministro da Fazenda	Tido como a “ala conservadora”. Estimula diálogo com mercado financeiro.	Ex-Presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo.
Adacir Reis	Secretário da Previdência Complementar	Organizador de livro sobre fundos de pensão (2002); um dos criadores da Previg em 2005; realizou a reestruturação da SPC.	Especialista em Direito Previdenciário e Previdência Complementar; organizou livro sobre FP; ex-assessor de Gushiken. Atuou ativamente nos FP; Tido pelo sistema como “guardião” dos fundos.
Amir Lando	Ministro da Previdência	Sancionou a lei de criação de fundos de pensão para funcionários públicos.	Foi Senador da República.

Luiz Gushiken	Secretário das Comunicações	Desde 1997 defende a implantação de fundos de pensão; ministra curso sobre fundos de pensão para a CUT; proprietário de Consultoria em Previdência; apoiou Chapa do PT nas eleições da PREVI em 2002.	Ex-sindicalista; Ex-Presidente do Sindicato Bancário de S.P; grande interlocutor dos FP no Governo.
Carlos Lessa	Ex-Presidente do BNDES	Defende aplicação dos recursos dos fundos no projeto PPP.	Prof/Economista. Considerado representante da ala “Desenvolvimentista” no Governo Lula.
Guido Mântega	Presidente do BNDES	Fundos de Pensão como ferramenta da implantação do PPP.	Ex-ministro do Planejamento/Presidente do BNDES
Benedita da Silva	Secretária da Assistência Social	Apoiou Chapa do PT nas eleições da PREVI em 2002.	Foi Senadora, Deputada e Governadora (RJ); foi demitida do cargo de secretária.
José Dirceu	Chefe da Casa Civil	Escreveu artigos na imprensa e participou de seminários organizados pelo PT em defesa dos fundos de pensão.	Atuou no movimento estudantil; foi exilado em Cuba durante ditadura; foi deputado estadual e federal; foi Presidente do PT.
Mercadante	Senador	Líder do Senado; atuou na aprovação da reforma da previdência em 2003 e na aprovação do PPP; esteve envolvido em escândalos da Valia; apoiou Chapa do PT nas eleições da PREVI em 2002.	Professor de economia da UNICAMP e Deputado.
Marcelo Deda	Prefeito de Aracajú (PT)	Apoiou Chapa do PT nas eleições da PREVI em 2002.	Ex-Deputado Federal.

Fonte: Dados desta Pesquisa

A pesquisa empírica apontou, ainda, o papel do Ministério da Previdência e a própria Secretaria de Previdência Complementar como fundamentais na consolidação dos fundos. As instituições do mercado, como ABRAPP e ANAPAR, também foram citadas como essenciais para que os fundos pudessem ter um espaço de representação e de diálogo com o Governo.

Evidência da naturalização de determinadas convenções cognitivas em torno dos fundos de pensão, bem como da “moralização” do capitalismo é que mesmo com a saída

de Berzoini e de Gushiken do Governo, as preocupações em torno destes, continuam pulsantes. Já no início do segundo Governo Lula (2007) ocorreu a criação de um projeto que vai na mesma direção da “moralização” do capitalismo, o PAC, que contará com os recursos do FGTS.

9.5 Wagner Pinheiro de Oliveira

É necessário dizer algumas palavras sobre Wagner Pinheiro, pois sua trajetória como dirigente do fundo da Petros é peculiar. Nasceu em São Paulo, mas viveu em Campinas – onde estudou economia na Unicamp. Segundo entrevista realizada com ele, informou ter trabalhado na Assembléia Legislativa de São Paulo, com José Dirceu, Marta Suplicy e José Genoíno. Afirmou que durante a campanha eleitoral de Lula, em 2002, fez documento sobre mercado de capitais.

Trata-se de um sindicalista filiado ao PT e oriundo do setor bancário, especificamente do Banespa, onde realizou sua trajetória profissional; lá, foi Diretor e Presidente do fundo de pensão dos funcionários do Banespa, o Banesprev. Com a ascensão de Lula à Presidência, em 2002, Pinheiro fez parte da equipe de transição e posteriormente, foi indicado para a presidência do fundo de pensão Petros (dos funcionários da Petrobras).

Sua indicação para a presidência da Petros, um dos fundos mais importantes do país, é excelente exemplo de *outsiders*, pois foi indicado e aceito para dirigir um plano do qual não fazia parte. Com sua imediata indicação, Pinheiro tentou trocar a natureza do fundo, ou seja, de Benefício Definido para Contribuição Definida, o que gerou descontentamento junto aos petroleiros.

Questionado por possíveis resistências junto aos petroleiros, afirmou que inicialmente houve certo desconforto, mas que a Lei Complementar dos fundos autoriza pessoas que não fazem parte do sindicato a serem acionista dos fundos ou trabalhar na gestão deles.

9.6 Elite sindical da CUT

9.6.1 João Antonio Felício

Felício é formado em Desenho e Plástica, Educação Artística e História da Arte pela Fundação Educacional de Bauru e desde 1973 é professor de Educação Artística em São Paulo, na rede oficial de ensino estadual. A partir de 1977 participou de mobilizações de professores pela conquista da APEOESP, instituição na qual foi presidente entre os anos de 1987 e 1991. Além disso, exerceu diversos cargos na direção da CUT.

É filiado ao PT e durante o primeiro governo Lula foi membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, tal como do Instituto de Cidadania. Juntamente com Berzoini e Gushiken, Felício tem escrito em jornais, revistas, livros, bem como ministrado palestras e cursos sobre o tema de fundos de pensão. Além disso, tem participado de eventos de lançamentos de planos de previdência associativa.

Nesse sentido, compartilhando convenções sociais em torno dos fundos de pensão, Felício tem colaborado para a sua construção social. Alguns de seus depoimentos estão expostos (ou já foram expostos) no decorrer da tese.

9.6.2 Gilmar Carneiro

Gilmar Carneiro é oriundo do setor bancário. Fez carreira no extinto Banerj, hoje denominado Itaú e foi um dos fundadores do Departamento Nacional dos Bancários em 1985. Além disso, foi presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo e secretário-geral da CUT Nacional. É atualmente (em 2006) secretário de Relações Internacionais da CNB/CUT.

Sobre seu envolvimento com os fundos de pensão é importante ressaltar que Gilmar Carneiro tem sido um dos responsáveis pelo plano de previdência da CUT e tem sido um dos seus maiores difusores e defensores.

9.7 “Dirigentes tradicionais” de fundos e “dirigentes sindicais” (vanguarda financeira): lutas e tensões

O material empírico evidencia uma tensão no “campo” de fundos de pensão entre a “vanguarda financeira”, formada pelos sindicalistas que se interessam por fundos e os “dirigentes tradicionais”, formados pelos profissionais do mercado financeiro. Como fruto dessa tensão, os “dirigentes sindicais” precisam vencer os preconceitos dos dirigentes tradicionais dos fundos. Uma das exigências é a busca de *expertise*.

Essa busca passa pela necessidade de que os novos “(re) convertidos” não sejam vistos como “amadores” pelos profissionais do mercado financeiro, afinal, para se fazerem ouvir, é necessário falar a voz das finanças, conhecer seus códigos, e no limite, submeter-se à ordem estabelecida. Essa intensa busca dos sindicatos europeus por *expertise* é denominada por Wagner (2005) como “operação de desencantamento.”

Importante registrar que a formação dos sindicalistas brasileiros tem inicialmente uma motivação institucional, ou seja, a Lei Complementar 109/2001 exige que o participante do Conselho Fiscal, Deliberativo ou da Direção do fundo, tenha um mínimo de conhecimento técnico sobre mercado financeiro.

Além disso, a busca por novas *expertises* é resultado de uma tensão interna no “campo” de fundo de pensão. Essa tensão busca definir quem é legítimo para gerir os fundos. Observa-se assim um conflito simbólico entre financistas e sindicalistas, entre profissionais do mercado financeiro e representantes sindicais, bem como um espaço de interlocução entre “dirigentes tradicionais” e “dirigentes sindicalistas”.

Os “dirigentes tradicionais” olham com desconfiança para o profissionalismo dos “dirigentes sindicais” de fundos de pensão, já que os sindicalistas (re) convertidos são tidos por *outsiders*, enquanto que os “dirigentes tradicionais” seriam os “estabelecidos”, no sentido de Elias (2000).

“*Os outsiders*” e “os estabelecidos” são termos que Elias utiliza para definir as relações em uma pequena cidade da Inglaterra, onde existe clara divisão entre um grupo estabelecido desde longa data, e um grupo mais novo de moradores (os forasteiros), tratados como *outsiders*.

Nessa pequena cidade, a exclusão social e o estigma dão a tônica na relação *outsiders versus* estabelecidos; como consequência, os forasteiros não desenvolvem o sentimento de pertencimento ao grupo.

Elias define algumas características que, segundo ele, podem ser aplicadas a todo tipo de relação *outsiders*-estabelecidos: “Os estabelecidos tratavam todos os recém-chegados como pessoas que não se inseriam no grupo, como “os de fora””. Acrescenta que com o tempo, os próprios recém-chegados passavam a aceitar, sem resignação, a idéia de pertencerem a um grupo de menor virtude. Nesse sentido, na comunidade estudada por Elias, o grupo estabelecido atribuía a seus membros características superiores, e excluía todos os membros do outro grupo do contato social.

Segundo Neiburg (2000), os indivíduos que fazem parte de ambos os grupos estão, ao mesmo tempo, separados e unidos por um laço tenso e desigual de interdependência. Portanto, é no contexto de *outsiders* e estabelecidos que é possível imaginar a tensão existente entre “dirigentes tradicionais” e “dirigentes sindicais”, que ora disputam e ora compartilham a configuração precisa em torno dos fundos de pensão no Brasil.

Além da tensão exposta acima, o material empírico evidencia um outro tipo de tensão: um desconforto entre os próprios sindicalistas, ou seja, os sindicatos denominados provisoriamente como “vanguarda financeira” (criadora/gestora dos fundos de pensão) e os sindicalistas que continuam na pauta tradicional de luta, chamados aqui, provisoriamente, de “sindicatos tradicionais”.

Para os “sindicalistas tradicionais”, as lutas sindicais acontecem em torno do desemprego/emprego, flexibilização das condições de trabalho, jornada de trabalho, dentre outros. Os “sindicalistas tradicionais” acham que os sindicatos da “vanguarda financeira” não respeitam os antigos valores do grupo. A agenda dos fundos de pensão rompe com o sentimento de pertencimento, o que traduz uma tensão evidente entre os sindicatos tradicionais e os sindicatos da “vanguarda financeira”. “Os velhos sindicalistas não vêem com bons olhos esta mudança de agenda e olham com desconfiança”. (Informante CUT), a postura dos “(re) convertidos”. Portanto, os “(re) convertidos” existem na e pela diferença que os separam (Bourdieu, 1996c) dos “sindicalistas tradicionais”.

Em entrevista, por *e-mail*, com sindicalistas de Pernambuco e do Rio Grande do Sul, foi possível saber que as pautas destes sindicatos ainda são, jornada de trabalho, salário e condições de trabalho. Acrescentaram que conhecem o debate sobre fundos de

pensão, mesmo que este não seja a agenda principal dos sindicatos. Assim, o discurso de alguns sindicatos de base é diferente do discurso oficial das centrais.

O conflito entre sindicatos que defendem e os que não defendem as “modernas” pautas, tais como fundos de pensão, diálogo com mercado financeiro e capitalismo acionário, é uma questão a ser trabalhada em investigações futuras.

Em pesquisa sobre os trabalhadores do ABC paulista, Tomizaki (2006) mostra que os processos de sucessão são vividos de forma contraditória, tanto por aqueles que transmitem suas posições, como pelos que, como herdeiros de um determinado espaço social e simbólico, sentem-se chamados a dar continuidade a um projeto que pode ser pessoal, familiar, profissional ou político. A autora afirma que existe uma disputa em torno da herança política da categoria. Pode-se sugerir que é a herança política da categoria que leva a tensão entre “vanguarda financeira” (sindicalistas que defendem os fundos de pensão) e “sindicatos tradicionais” (que defendem pautas tradicionais de luta).

A idéia de reconversão pode ser pensada pelo viés Bourdiano de “revolução simbólica”, no sentido que supõe uma revolução mais ou menos radical dos instrumentos de conhecimento e das categorias de pensamento. Frisa-se que uma revolução simbólica significa uma ruptura com um estado de um sistema e muda o princípio da visão e divisão do mundo. Segundo Bourdieu (1996c), as revoluções simbólicas¹⁵⁹ são, sem dúvida, aquelas que, mais do que o conformismo moral, ofendem o conformismo lógico uma vez que promovem mudança nas estruturas mentais e no conjunto de percepções dos agentes.

9.8 A estrutura social do campo auxilia na reconversão

A própria estrutura social do campo interfere na “(re) conversão” dos sindicalistas. O surgimento de instituições como o Instituto Ethos, responsável pela responsabilidade social, bem como o surgimento do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), fazem parte da institucionalização dos fundos de pensão.

Essas instituições, legitimadas para falar e ouvir, buscam uma interlocução com a sociedade, com a grande imprensa e a imprensa de negócios. As instituições buscam

¹⁵⁹ Para aprofundamento do conceito de “revolução simbólica”, ver *As regras da arte*. Pierre Bourdieu. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.

interlocução com outros atores sociais, tais como ONGs, comunidades de bairro e universidades, onde acadêmicos dão suporte intelectual para a temática.

Buscando alargar as relações e concretizar alianças, por meio destas e de outras instituições, o sistema prevê a necessidade de parceria com universidades, centros de pesquisa, instituições do mercado financeiro, associações e centrais sindicais. Junto às universidades e centros de pesquisa, foram criados prêmios e concursos de monografias, visando aproximar a academia do tema. Retoricamente, o objetivo é buscar, em conjunto com o Governo, com a sociedade e com as universidades, alternativas possíveis para o desenvolvimento do país. O Prêmio *Ethos* de responsabilidade social e o prêmio sobre governança corporativa, realizados pelo IBGC, anualmente, são bons exemplos. Há ainda prêmios realizados pela Bovespa.

Conforme material empírico dessa pesquisa, a (re) conversão sindical e a formação de uma “nova elite dirigente” foram encarnadas pelas instituições do mercado financeiro e pelo Governo. Desse modo, o Governo petista se pronunciou sobre sua nova agenda e convidou as centrais e sindicatos a participarem dela. A TV divulgou suas idéias; a mídia de negócio passou a propagar um novo capitalismo, baseado na ética e na moral, os auditores se envolveram, e as consultorias se tornaram mediadores dos cursos de fundos de pensão produzindo e ensinando aos sindicalistas uma linguagem própria da gestão.

Portanto, visando divulgar e consolidar o espaço social dos fundos de pensão, o Governo tem realizado eventos de grande importância, tais como seminários nacionais, regionais e internacionais, distribuição de cartilhas informativas e mesas-redondas para reunir os principais atores do processo, esclarecê-los, orientá-los e formá-los na criação/gestão dos fundos de pensão, especialmente junto aos sindicatos. Impulsionados pelo Governo, os membros do “sistema” têm papel ativo na construção e reprodução das crenças que ajudam a definir configurações e convenções em torno dos fundos de pensão.

Importante enfatizar que é na polissemia de diversas vozes e diversos discursos, bem como da assimetria de informações, onde dialogam diversos e distintos atores sociais ao mesmo tempo, que a construção de novas convenções sociais em relação ao mercado de fundos de pensão acontece. Aceitar e defender conceitos, tais como investimento ético, responsabilidade social e governança corporativa não significa, necessariamente, ter conhecimento sobre o assunto. Houve casos em que os informantes não entendiam bem a proposta dos fundos de pensão, mas a defendiam. A polissemia

pode ser aplicada aos fundos de pensão, justamente porque cada ator entende o conceito de acordo com sua visão de mundo. O conceito de polissemia pode ser entendido ainda como “uma conversa” com diversidade de significados, para cada grupo social que dela participa.

Como se pode notar, ocorre toda uma movimentação significativa em torno da “moralização” do capitalismo, encarnada nos fundos de pensão. É importante destacar que essa tese não está interrogando se a realidade social mudou ou não. O que se pretende mostrar é a construção social em volta do tema, pontuando atores sociais, a criação ou a apropriação de novas convenções sociais; finalmente, busca detectar as energias sociais das quais dispunham nossos atores envolvidos na temática.

9.9 Reconversão sindicalista

Visando formar os sindicalistas na temática de fundos de pensão e construir uma realidade social em torno da temática, centrais sindicais têm investido na formação de seus gestores. Segundo informantes ligados à CUT, nos anos de 2000, 2001, 2002 e 2003 a CUT ministrou o curso de formação em *Previdência Complementar e Regime Próprio*, com apoio do DIEESE e do Ministério do Trabalho. Para tanto, contou com apoio da consultoria *Gushiken e Associados*¹⁶⁰, especialista em previdência, do ex-Secretário de Comunicação do Governo Lula.

O objetivo do curso foi preparar o movimento sindical para atuar na criação e gestão dos fundos de pensão, fornecendo suporte aos sindicalistas nas questões relativas à criação de um fundo de pensão e na elaboração da carteira de investimento do fundo. Ressalta-se que Gushiken tem sido o mediador da formação interna.

Convém lembrar que na busca de formação da “nova elite” os rituais servem para a socialização dos membros do “sistema”, quanto ao princípio de que os fundos são capazes de promover solidariedade e reciprocidade entre as gerações; assim, coquetéis, festas e congressos aos finais de semana em (luxuosos) hotéis-fazendas se tornam um ritual de auto-legitimação, bem como necessário para delimitar, fixar e fortalecer as percepções de nossos atores no que se refere aos fundos de pensão. Assim sendo, esses

¹⁶⁰ A Consultoria em Previdência “Gushiken & Associados”, fundada pelo ex-secretário de Estado e Comunicação, Luiz Gushiken, teve sua Razão Social alterada em 22 de janeiro de 2003 para “GlobalPrev Consultores Associados”, logo após a indicação de Gushiken para o citado cargo.

eventos cumprem o papel de reforçar discursos e práticas, ajudando no papel de naturalização dessa nova convenção social (Douglas, 1998).

Uma informante fala dos cursos, das parcerias com o DIESSE e com a Consultoria de Luis Gushiken:

“Nós fizemos alguns cursos para qualificação dos dirigentes; teve um curso que foi inclusive do FAT. A gente fez cursos aqui sobre fundos de pensão, eles deram o curso para gente, não necessariamente o Gushiken, mas naquela época era a Gushiken Associados; então eles deram um curso junto com o DIEESE, nós cedemos o espaço, fizemos aqui no sindicato, eram vários sindicalistas, não eram só os bancários, mas participantes também, porque era para explicar como eram os fundos de pensão, como foi criado... tudo isso era para você inserir o dirigente sindical dentro desse debate, que, por exemplo, nós da Nossa Caixa, a gente já discutia, mas também não sabia como funciona essa coisa atuarial.” (Informante do Sindicato dos Bancários de Campinas).

A CUT tem promovido, ainda, diversos seminários de formação em previdência complementar e reforma da previdência social. Nesses, conta com o apoio de acadêmicos como o Prof. Ricardo de Medeiros Carneiro (UNICAMP), Prof. Carlos Schmidt (UFRgs), Laura Tavares Soares (UERJ), dentre outros. É importante registrar que a Federação dos Bancários de São Paulo fez convênio com a Global Prev para que esta consultoria seja a responsável pela formação em fundos de pensão do setor bancário.

Em 2003, a ANAPAR organizou cursos sobre fundo de pensão e previdência complementar em parceria com a AFL-CIO e ministrados pela Globalprev. O objetivo foi aprofundar aspectos da atuária. O público-alvo era os dirigentes/entidade de classe (sindicatos e associações de participantes). Vale esclarecer que a qualificação dos sindicalistas ligados à Força Sindical tem o apoio do DIEESE e da Central norte-americana, a AFL-CIO.

Em 2004 houve um *Programa de Treinamento* realizado pelo consultor Tadeu Ferrari (da Globalprev), também direcionado aos sindicalistas. Durante o curso, houve o

lançamento de vários livros sobre a temática¹⁶¹. O seminário “*Fundos de Pensão como combate ao capital especulativo*” também fez parte do mesmo processo.

Os informantes declaram a necessidade dos cursos, tendo em vista a complexidade do assunto. Tanto o informante da CUT, quanto o informante da Força Sindical utilizou o adjetivo “árido” para se referir à complexidade do assunto (fundos de pensão). Isso pode sugerir uma “educação” homogênea em fundos de pensão, já que os “educadores”, a “elite sindical dos fundos de pensão”, trabalha de forma implícita e explícita na criação de convenções sociais acerca dos fundos junto ao movimento sindical.

“A preocupação com formação é grande (...) o debate é novo e o assunto é um pouco **árido**, então vem a dificuldade de pessoal qualificado até para ministrar os cursos (...) a CUT está preocupada em qualificar cada vez mais trabalhadores para que eles possam ser não só dirigentes, como também para estar entendendo, reivindicando, acompanhando. Porque se você não entende você também não cobra. Precisa formar massa crítica que fique de olho no assunto.” (Informante da BANESPREV).

“É uma matéria muito **árida**. Não é uma matéria tranquila de se perceber. Nós estamos falando com uma certa tranquilidade de questões sociais, mas a instrumentalização dessa atividade é altamente técnica. Nós vamos ter banco, vamos ter gestor, vamos ter profissionais que tenham essa capacidade. [É necessário] Não só essa sensibilidade de perceber o alcance de uma atividade que é complexa.” (Informante da Força Sindical).

Assim sendo, no contexto de formação, o papel das consultorias de fundos de pensão é fundamental. A GlobalPrev (empresa de Luis Gushiken) cumpre um importante papel junto ao movimento sindical. Como mais um dado ilustrativo, em 2005, técnicos da Globalprev, ministraram curso sobre o *PrevMais*, plano de previdência complementar do *Economus*, na modalidade de contribuição definida. Segundo palavras do jornal *O Bancário*, o técnico da Globalprev “destacou a importância da previdência complementar, principalmente no modelo de previdência fechada, onde uma das principais vantagens em relação aos modelos de mercado é a contribuição do banco, e em igual valor ao do funcionário, ou seja, 8% do salário.” (*O Bancário*, n. 1007, 10/02/05).

¹⁶¹ O livro *Regime próprio de previdência dos servidores: como implementar? Uma visão prática e teórica*, foi lançado durante o curso.

Tendo em vista o contexto no qual o movimento sindical se desloca do seu legítimo campo de atuação, o espaço político/trabalhista, em direção a um espaço em que são considerados *outsiders*, o espaço econômico/financeiro, pode-se compreender a preocupação dos sindicatos com a formação de seus membros. É uma resposta ao discurso dos financistas, que apoiados no argumento da *expertise*, defendem que são os legítimos gestores dos fundos, já que possuem formação técnica para tal, em detrimento dos sindicalistas, os quais não compartilham dos códigos do mercado financeiro.

Na sua pesquisa, Sauviat (2003) detectou a mesma situação de conflito entre “dirigentes tradicionais” e “dirigentes sindicais”, acrescentando que a maioria dos sindicatos responsáveis pela administração dos fundos não possui formação em matéria financeira, e isso de fato tem dificultado a gestão dos fundos.

No Brasil, como consequência dessa luta simbólica pela definição de quem é legítimo na administração dos fundos de pensão, os dirigentes sindicalistas sofrem violência simbólica, expressa claramente em forma de preconceito. “Nós que somos profissionais do mercado fazemos melhor do que o pessoal ligado aos sindicatos”¹⁶², é o argumento que busca equilibrar as relações de força em favor dos dirigentes tradicionais.

O Presidente da ANAPAR, José Sasseron, falou do preconceito sofrido pelos sindicalistas:

“Um dos argumentos sempre utilizados para questionar a participação dos trabalhadores nas entidades de previdência, sobretudo no que tange aos investimentos, é sua falta de preparo técnico. Esse argumento revela um preconceito profundo: o trabalhador é capaz de gerar riqueza, mas não teria capacidade para gerir seus recursos, que devem ser entregues a terceiros. A única barreira intransponível para vencer esta questão é o preconceito: se de fato os participantes têm deficiências técnicas, elas podem rapidamente ser sanadas pela simples presença nos cursos, faculdades e centros de formação que proliferam pelo Brasil afora.” (Sasseron: 2002b:175).

Sobre a relação de preconceito, a informante da Banesprev contou que os dirigentes tradicionais justificam que eles possuem maior capacidade técnica para gerir os fundos de pensão do que os dirigentes sindicalistas, sem formação em finanças:

¹⁶² Depoimento da Informante do Banesprev; segundo ela é assim que os dirigentes tradicionais argumentam.

“Pesa certo preconceito com o trabalhador na gestão. Imagina trabalhador na gestão, a gente aqui é do mercado e o mercado consegue fazer melhor que o pessoal do sindicato, muito melhor porque somos profissionais do mercado. Tem um preconceito grande. Dá então um debate enviesado quando se fala que o pessoal do sindicato não tem formação para administração e não é bem assim. Não quer dizer que todo pessoal que está no sindicato pode trabalhar com fundo de pensão, mas tem quem pode (...) até porque a lei exige que tenha qualificação para fazer parte do conselho.” (Informante do BAnesprev).

Ainda:

“Imagina se ele não consegue administrar os recursos de fundo de pensão que tem tudo a ver com a situação dele mais para frente, com o futuro dele, então tem um verdadeiro debate meio levado que tem certo preconceito.” (Informante do Banesprev).

A violência simbólica sofrida pelos dirigentes sindicalistas tem origem no conhecimento técnico dos dirigentes tradicionais de fundos. Esse tipo de violência simbólica é definido por Bourdieu como Dominação Institucionalizada, uma vez que é exercida por meio de conhecimento formal adquirido na escola. No sentido de Bourdieu (2000), a escola consagra uma divisão social pré-existente.

Como sugere Bourdieu (1996c), a teoria da violência simbólica se apóia em uma teoria da crença, ou melhor, em uma teoria da produção da crença, do trabalho de socialização necessário para produzir agentes dotados de esquemas de percepção e de avaliação que lhes farão perceber as injunções inscritas em uma situação.

Acrescenta que a violência simbólica é aquela violência que “conquista” submissões sequer percebidas como tais, apoiando-se em crenças socialmente construídas. Segundo Bourdieu, para que a violência simbólica ocorra é necessária a cumplicidade do dominado, cuja cumplicidade fica clara no discurso sindical, uma vez que esse passa a reproduzir a crença da qualificação: “Se você não se qualificar para este debate, alguém vai ocupar o espaço.” (Informante do Sindicato dos Bancários de Campinas). Ou ainda, “o fundo de pensão é atrativo, mas você tem que ter dentro da entidade, pessoas que vão tocar isso, tem que ser especialista nisso.” (Informante do Sindicato dos Bancários de Campinas).

E finalmente,

“Faz uns três anos que nós formamos a comissão da diretoria de interior do banco, mas nós só conseguimos ganhar esse debate com a assessoria da Globalprev, que fez uma proposta para gente, porque você precisa ter seu técnico, não adianta você chegar lá, se não tiver uma gente especializada [sic] para fazer o debate com você, não dá certo.” (Informante do Sindicato dos Bancários de Campinas).

Nessa luta cognitiva¹⁶³, para definir quem é legítimo na gestão de fundos de pensão, Sasseron, Presidente da ANAPAR, lembrou o capital político dos sindicalistas, o que lhes dá legitimidade para a administração dos fundos de pensão:

“O bem maior que um representante eleito pelos participantes leva à gestão dos fundos é seu compromisso com a defesa dos interesses daquela coletividade. Esse compromisso não se aprende na escola, mas na relação política diária, mediada pelas organizações e entidades de classe.” (Sasseron, 2002b:175).

O sindicalista da CUT Altemir Antonio Tortelli, escreveu na apostila do curso de formação em *Previdência Complementar e Regime Próprio* sobre a necessidade de formação do movimento sindical nas questões de fundos de pensão:

“Nós, dirigentes da CUT detectamos que o conhecimento sobre o funcionamento dessas novas estruturas previdenciárias ainda é restrito a poucos setores do sindicalismo, fato que não raras vezes, coloca o sindicalista em posição de desnecessária inferioridade em relação aos seus empregadores (...) Por tudo isso, temos a certeza de que a implantação dos referidos cursos de formação contribui para tornar o movimento sindical mais apto na luta por uma previdência justa, capaz de oferecer tranquilidade futura aos trabalhadores.” (Gushiken, 2002b).

Sobre a profissionalização dos sindicatos na França e mesmo na Europa, Wagner (2005) observou, em pesquisa empírica realizada junto à Confederação Européenne de Syndicats (CES), que desde 1990 os sindicatos europeus vivem várias experiências internacionais, tais como *séjours* de longa duração no exterior, tornando-se *experts* em questões européias. Como consequência, ocorre um intenso processo de

¹⁶³ Bourdieu refere-se à “luta cognitiva” como uma luta teórica e prática pelo poder de impor a visão legítima do mundo social. Para aprofundamento, ver do autor *Meditações Pascalianas*, Bertrand Brasil, 2001, página 226, especialmente. O uso da violência simbólica faz parte das estratégias utilizadas na “luta cognitiva”.

“profissionalização” junto a estes, que passam à elaboração/(re) elaboração de posições comuns.

Portanto, o sindicalismo sofre de processos de aculturação para ser integrado ao mundo Europeu, tais como a imposição de normas de diplomacia das classes superiores, incorporação de novo vocabulário/retórica de circunstâncias, próprio ao europeu, bem como a obrigação de falar no mínimo duas línguas estrangeiras.

Conseqüência da busca *de expertise*, junto às tradicionais competências de militantes, deve-se somar a competência acadêmica, como a lingüística; a estratégia leva à exclusão daqueles que não falam mais de uma língua, evidenciando clara relação de dominação lingüística e de violência simbólica entre duas gerações de sindicalistas.

Com as novas exigências de Bruxelas, sede da CES, ocorre maior distância social entre sindicalistas da CES, demais sindicalistas e sindicalistas da elite europeia. Nesse ponto, Wagner (2005) questiona se tal lógica transforma de alguma forma, o poder de intervenção dos sindicalistas. Assim sendo, a autora acredita que é no nível europeu que, sem dúvida, o sindicalismo conquista maiores prerrogativas. Desde Bruxelas, o sindicalismo tem um papel importante nos comitês europeus e faz circular suas experiências de uma empresa a outra. Mesmo assim, não está em uma posição confortável. Se por um lado sindicalistas fazem viagens ao exterior, participam em instâncias de decisões, possuem mordomias, convivem com um estilo de vida que é valorizado pelas classes superiores, de outro lado, são ironizados e hostilizados. A hostilidade em relação a estes sindicalistas é expressa através da desconfiança existente no meio sindical, ou seja, entre os próprios sindicalistas.

Os sindicalistas são rejeitados pelos trabalhadores, ao mesmo tempo em que “estão convidados a ir a Bruxelas, mas na condição de ficar em seu lugar.” (Wagner, 2005). Sauviat (2005) concorda que os sindicatos buscam dialogar com a comunidade financeira, mas o tom do discurso é mais de consenso e de acionista do que de questionamento. O primado financeiro vigora sobre o sindicalista.

Nota-se que a preocupação com a formação dos militantes sindicais não se restringe aos sindicalistas brasileiros, norte-americanos e franceses, que estão investindo intensivamente nessa questão. A Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras de Quebec/Canadá (FTC) construiu uma *expertise* e uma rede de contato para colocar em prática um programa de formação sindical visando formar, simultaneamente, os membros eleitos do comitê de aposentadoria e os membros do comitê de negociação.

A formação é constituída pelos seguintes assuntos: regime público, negociação dos regimes complementares de aposentadoria, financiamento destes regimes, informação aos membros da ação sindical, dentre outros. Desde 1999, a FTC se associou à Universidade de Montreal para enriquecer a formação.

Com a formação intensa dos militantes, bem como a construção de uma rede organizada, o movimento de Quebec busca construir sua agenda em matéria de aposentadoria, seja pela defesa e/ou melhoria dos regimes públicos e complementares. O desenvolvimento do Quebec foi facilitado pela troca entre sindicatos canadenses, sindicatos norte-americanos e sindicatos de outros países.

Sobre a questão nos Estados Unidos, Sauviat (2003) afirma que a maioria dos sindicalistas responsáveis pela administração dos fundos, não possui formação em matéria financeira, o que dificulta sua gestão. Para que os sindicatos se comportam de acordo com os interesses dos beneficiários, a legislação dos Estados Unidos (ERISA) responsabiliza o gestor em caso de má administração. Da mesma forma que tenta o diálogo com o sindicalismo canadense, busca exercer alguma influência no plano internacional. Nesse ponto, a influência norte-americana junto ao Brasil, e mesmo junto à França, é evidente.

Finalmente, observou-se nesse item que os sindicatos despontam como importantes interlocutores do mercado financeiro, estendendo seu campo de ação para além do espaço sindical tradicional. Para tanto, fazem uso da profissionalização para se legitimarem como representantes dos fundos.

Nesse processo, que pode ser chamado de depuração/afirmação e conquista de visibilidade social, os “dirigentes sindicalistas” buscam nitidamente se diferenciar dos “dirigentes tradicionais” dos fundos de pensão. É bom lembrar os ensinamentos de Bourdieu (1996c) que mostram que é na distinção que os grupos existem socialmente, ou seja, os “grupos existem na e para a diferença”.

9.9.1 Reconversão, institucionalização e profissionalização do setor: educação financeira

No processo dessa reconversão, existe uma “elite” vanguardista responsável pela criação e/ou apropriação de novas convenções sociais, no que se refere ao capitalismo brasileiro contemporâneo, bem como pela “educação da sociedade” quanto ao “uso prudente” do dinheiro.

Reflexos desse processo de “dominação das finanças” é o surgimento no mercado de diversos consultores, que se colocam como “gurus” do uso “inteligente” e “racional” das finanças. Além disso, o mercado e o Estado começam a colocar em pauta a educação financeira no Brasil. O argumento é que ignorar os códigos do mercado se tornou uma outra forma de exclusão social, haja vista “o poder das finanças”. Assim, sem “cultura financeira”, os trabalhadores ficariam reféns do mercado de capitais.

No material produzido pelo mercado financeiro, os profissionais reclamam da ausência da educação financeira nos brasileiros. O Consultor em Previdência da OCDE e ex-secretário Nacional da Previdência Social, Vinícios Pinheiro, fala da importância de um Programa de Educação Financeira no Brasil:

“Assim como se fazem campanhas como as de vacinação, dirigidas a um público específico, onde se explica através de cartilhas a importância daquela campanha, o processo de educação financeira é semelhante a essas campanhas, já que os participantes dos fundos estariam se vacinando contra prejuízos futuros.”(*Fundos de Pensão*, 38, nº 296, 2004).

Bárbara Smith, financista da OCDE, argumenta que a educação financeira é fundamental para os consumidores, no sentido de que pode ajudá-los a estabelecer metas orçamentárias e gerenciar a renda, de modo a maximizar o retorno sem se tornarem vítimas de fraudes. Para Smith, as pessoas educadas financeiramente são mais confiantes para participar de processos decisórios, como da escolha de seus investimentos; contudo, “as pessoas relutam em se interessar por programas de educação financeira.” (*Fundos de Pensão*, 38, nº 296, 2004).

Os informantes enfatizam a falta de cultura do trabalhador em participar do mercado financeiro:

“Se a gente tivesse uma cultura aqui de investir [sic] em ações das empresas para o trabalhador, o que ia acontecer? As empresas seriam mais alavancadas, as empresas criariam mais vagas, mais postos de trabalho, as empresas se dariam muito melhor se elas conseguissem

se financiar com o capital acionário de compra de ações de diversos agentes do mercado do que se ela tivesse que ficar pendurada nos bancos, com empréstimos a taxas que a gente já conhece”. (Informante da Banesprev).

Numa sociedade em que se registram altos níveis de analfabetismo, falar em educação financeira pode soar como ironia aos desprevenidos. Contudo, essa agenda faz sentido, frente às novas convenções do capitalismo brasileiro, que buscam a inclusão das classes populares, via mercado financeiro.

Importante enfatizar que preocupações financeiras já são sentidas junto a indivíduos denominados provisoriamente como classe média. Com inspiração no conceito de *habitus* de Bourdieu, Jardim (2002) argumentou em pesquisa de mestrado que os indivíduos oriundos de classe média têm maior pré-disposição para preocupações com a gestão do futuro do que os indivíduos oriundos das classes populares; acredita-se que os indivíduos de classe média ocupam uma posição na estrutura social (profissionais liberais, sobretudo) e são portadores de um capital cultural específico, que possibilita a visão de mundo em torno das preocupações com o futuro. Nesse sentido, são “consumidores” potenciais de produtos que buscam satisfazer as necessidades de segurança no futuro, como os planos de previdência privada. (Jardim, 2002; 2003).

Considerando a existência de “público consumidor” e a falta de educação previdenciária, o setor de fundos de pensão tem se mobilizado, sobretudo as consultorias. “O investidor brasileiro é ainda muito conservador. Quando vê uma rentabilidade dessas em tão pouco tempo (como a proporcionada pelas ações da Vale do Rio Doce e Petrobras), fica tentado a realizar o lucro obtido.¹⁶⁴” (*Folha de São Paulo*, 24/01/05).

O novo espaço criado em torno da consultoria movimenta o setor, produz emprego e dá legitimidade ao tema. Em parceria com institutos públicos e privados, promovem seminários, cursos, congressos, intercâmbios internacionais, dentre outros. A PUC/ Rio oferece um curso de previdência privada, onde um dos itens é trabalhar justamente a educação financeira. Alguns desses eventos mostram o estágio de evolução do “campo”, como é o caso do curso de Pós-Graduação *lato sensu*, da Faculdade de

¹⁶⁴ Depoimento de Márcia Dessen, Consultora de investimentos, *Folha de São Paulo* de 24/01/2005.

Direito da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)¹⁶⁵. A criação de revistas e de órgãos para dar legitimidade ao sistema, como a revista ANAPP, na Universidade do Rio de Janeiro, faz parte do mesmo processo.

O sistema de fundos de pensão entende a necessidade de parceria com universidades, centros de pesquisa, instituições do mercado financeiro, associações e entidades ligadas ao sistema. O Instituto Cultural de Seguridade Social (ICSS) defende a criação de uma Universidade que dê formação em Previdência Complementar, visando profissionalizar a formação de recursos humanos no sistema. Segundo o Presidente da entidade¹⁶⁶, já foram contatados diversos sindicatos e outras instituições do mercado visando esse objetivo.

“Embora o projeto ainda não esteja pronto para ser apresentado ao Conselho Nacional de Educação, temos conversado extra-oficialmente com o secretário Adacir Reis, que revela forte desejo de melhorar os quadros com os quais o Brasil trabalha em previdência complementar e tem simpatia pela idéia.” (*Fundos de Pensão*: 38, nº 296, 2004).

Discutindo o contexto francês, Lordon (2000) afirma que a educação acionária é condição *sine qua non* para a produção de cidadãos-acionistas, para o individualismo patrimonial. Afinal, para que o acionista possa participar da democracia acionária, ele deve dominar minimamente os códigos. Com o objetivo de educar os trabalhadores para o “uso prudente do dinheiro”, os sindicatos franceses criaram a *Confrontation*, associação que busca desenvolver a educação financeira do trabalhador europeu. Além disso, existe a VIGEO, já citada nessa tese. Por fim, é importante destacar que na França existem empresas de previdência complementar que até financiam congressos sindicais¹⁶⁷, visando à criação da “cultura previdenciária” e o interesse dos sindicatos por fundos de pensão.

No Brasil, o Governo Federal também tem trabalhado nessa direção. Segundo dados coletados em pesquisa de campo em Brasília, a Secretaria da Previdência Complementar distribuiu, em 2005, cerca de dois milhões de exemplares da cartilha *Conheça os fundos de pensão*.

¹⁶⁵ O curso denominado *Previdência: regimes Públicos e Privados*, busca formar gestores dos fundos. Tem apoio da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e iniciou-se no primeiro semestre de 2005.

¹⁶⁶ O Presidente do ICSS chama-se Arnaldo Niskier.

¹⁶⁷ Dado coletado na pesquisa de campo.

Nessa cartilha, foi abordada a formação de uma cultura previdenciária por intermédio dos sindicatos. “A criação de planos de previdência por sindicatos e demais entidades associativas contribuirá para construir no país uma cultura previdenciária cada dia maior (...).” (MPS, 2003:07). Ainda como parte das estratégias para consolidar o espaço de fundos de pensão, o Governo tem premiado monografias que se interessam pelo tema.

Sobre o caso brasileiro, Berzoini (2003) enfatiza a necessidade de trabalhar a educação financeira e/ou educação previdenciária do brasileiro: “Educação previdenciária se faz de várias maneiras, inclusive por meio de um processo de relacionamento da previdência com a sociedade civil, que infelizmente não foi dos melhores no último ano.”

Da mesma forma, nas entrevistas realizadas e no material coletado, seja na imprensa, seja junto aos sindicatos e órgãos do sistema, foi detectada a preocupação com a ausência de “cultura financeira” e/ou “cultura previdenciária” junto aos brasileiros. O Presidente da ANAPAR declarou:

“Eu acho que falta um pouco de cultura de previdência, falta informação também, pois acredito que a maioria dos sindicatos nem sabe que esta possibilidade existe e outro problema é o nível de renda da sociedade brasileira.” (Informante da ANAPAR).

Contudo, o Governo tem buscado formar, orientar e propagar o mercado de fundos de pensão. Dentro de suas estratégias, encontra-se a preocupação com a profissionalização do setor, uma vez que tem procurado se aproximar de centros de pesquisa e universidades. Ao mesmo tempo em que possibilita formação técnica em previdência privada, ganha legitimidade em outro campo de atuação, ou seja, o acadêmico. Nesse sentido, o Governo Lula não tem medido esforços para a consolidação do espaço social dos fundos de pensão, encontrando em segmentos do movimento sindical, sobretudo junto às centrais sindicais, um importante aliado.

Neste sentido, estimulando a criação e gestão de previdência associativa junto aos sindicatos, o Governo tem exigido uma nova postura comportamental do sindicalismo brasileiro, evidenciando que o mesmo deve se utilizar dos fundos de pensão como uma bandeira de inclusão social dos trabalhadores. No Brasil, o processo se inicia no setor

bancário e aos poucos se estende para as demais categorias sindicais, especialmente aquelas oriundas de ex-estatais: petroleiros, eletricitários, telefônicos e outros.

Cabe lembrar que as iniciativas dos sindicatos brasileiros, no sentido de reclamar a administração dos fundos de pensão, não acontecem de forma isolada; na verdade, tal fenômeno se desenhou primeiramente nos Estados Unidos, Canadá, e depois na Europa, como mostrado no Capítulo III dessa tese.

9.10 Internacionalização das elites sindicais brasileiras: França, Estados Unidos e Canadá

Segundo Afrânio Garcia, historicamente as elites brasileiras circulam pelo exterior; no caso da “elite intelectual”, esta circula pela Europa antes de 1822. Como resultado desse intercâmbio, a cultura nacional foi formada a partir dessa circulação. O antropólogo ressalta, ainda que o Estado Brasileiro financiou a internacionalização das elites, o que é uma particularidade brasileira.¹⁶⁸

No caso dos fundos de pensão, não é diferente; ou seja, as “elites sindicais” buscam estender suas redes de relações em âmbito internacional. O objetivo é buscar inspiração e legitimação para o projeto de fundos de pensão. A legitimidade externa é transformada internamente em capital simbólico, importante para agilizar processos de reconhecimento interno. Resultado dessa dinâmica, ocorre a internacionalização da “elite de fundos de pensão” e da dita “esquerda”¹⁶⁹ brasileira, que vai buscar no estrangeiro apoio político e simbólico para o projeto de fundos de pensão.

Em estudo sobre as elites da América Latina, Dezalay e Bryant (2002) argumentam que o modelo nacional é influenciado sempre pelo modelo internacional. Portanto, a realidade internacional está presente nas relações nacionais. Os autores acrescentam ainda que a elite cria recursos em nível internacional e sempre se influencia pelas estratégias advinda do exterior.

Sobre as relações internacionais, é importante dizer que a “elite dos fundos de pensão” buscou interlocução tanto com a França, quanto com o Canadá e os Estados

¹⁶⁸ Comunicação oral do antropólogo Afrânio Garcia no Seminário *Anthropologie politique du Brésil*, dirigido por ele e realizado às terças-feiras pela manhã, na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), em Paris. A autora acompanhou o seminário do período de 22 de novembro de 2005 a junho de 2006.

¹⁶⁹ Essa tese não questiona se o PT e os sindicalistas, sobretudo da CUT, são de esquerda ou não. Num sentido antropológico, considerou a “categoria nativa”.

Unidos. Durante o processo de regulamentação dos fundos de pensão, em 2003, a França foi citada como referência no projeto de fundos de pensão do Brasil. Presente na representação brasileira como “país dos direitos humanos”, a França aporta um simbólico “de esquerda¹⁷⁰” para o projeto. Aporte que se fortalece quando somado ao simbólico também de “esquerda¹⁷¹” do PT.

Do lado sindical, enquanto a CUT faz referências especialmente aos fundos canadenses e franceses, a Força Sindical se apóia claramente em exemplos norte-americanos. É possível que ambos busquem inspiração na mesma fonte, contudo existe junto à CUT o “tabu da explicitação” em relação aos Estados Unidos, optando pela estratégia discursiva de referências somente aos “fundos e/ou poupança salarial” francesa.

Vale enfatizar que durante a pesquisa de campo, foi registrado aparente desconforto por parte dos informantes cutistas ao serem questionados sobre possíveis laços entre os fundos sindicais do Brasil e os fundos dos Estados Unidos. Por outro lado, tal desconforto inexistiu quando os laços são sugeridos em relação à França. Nesse sentido, pode-se inferir que na leitura dos sindicalistas da CUT os fundos de pensão dos Estados Unidos são considerados menos legítimos que os fundos franceses, que por sua vez são tidos como “modelos a serem seguidos”, ocupando o lugar do legítimo e do oficial.

9.11 França

Antecedendo a reforma da previdência de 2003, o Partido dos Trabalhadores organizou, em São Paulo, um seminário cujo tema era *A Reforma da Previdência*. Naquele momento, a conferencista Rosa Maria Marques fez uma exposição sobre *Experiências Internacionais*, citando a França como referência em fundos de pensão. A autora citada iniciou sua palestra afirmando “Vou abordar a experiência internacional referente à questão de financiamento, organização e estruturação de sistemas de proteção social, a partir de estudos desenvolvidos em meu pós-doutorado (...) realizado na França.” (Rosa Marques, 2003).

Assim sendo, afirmou que naquele país “98% dos trabalhadores franceses já possuem fundos de pensão complementar”, acrescentando: “Quando vamos pesquisar

¹⁷⁰ A palavra entre aspas indica que a autora segue as categorias nativas, ou a própria categoria nativa.

¹⁷¹ Idem.

como é a França, descobrimos: “Ah, fundo de pensão é obrigatório (...) mas tornou-se obrigatório porque a realidade já tornara corrente este modelo.” (Rosa Marques, 2003).

Antes de tudo, é bom lembrar que os fundos de pensão da França têm sofrido resistência e o mercado, ainda tímido, é constituído por meio da *épargne salariale*/poupança salarial. Como visto no Capítulo III, os fundos de pensão franceses começaram a ter uma existência relevante somente após 2001, com a criação da *épargne salariale*/poupança salarial. Logo, afirmar que 98% dos trabalhadores possuem fundos de pensão, como fez Marques, é claramente exagero e pode sugerir, em certa medida, uma leitura militante (permeada de interesses políticos), em detrimento de uma leitura científica.

Pesquisando na plataforma *lattes*¹⁷² sobre a trajetória profissional de Rosa Marques, fomos informados que tal autora é graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1974), mestre em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1985) e doutora pela Fundação Getúlio Vargas/SP (1996). Teve uma passagem pela França, quando realizou pós-doutorado na Faculté de Sciences Economiques da Université Pierre Mendès France, de Grenoble e atualmente é professora da PUC/SP, onde coordena a linha de pesquisa *O financiamento dos sistemas públicos de proteção social no Brasil e na França: esgotamento de um padrão?*. Além disso, é autora do livro *A proteção social e o mundo do trabalho*.

As informações sobre a trajetória profissional de Rosa Marques servem para demonstrar que a autora conhece, em princípio, a real natureza dos fundos de pensão franceses. Nesse sentido, é possível que seu discurso busque a construção de uma realidade social positiva em torno dos fundos de pensão, utilizando-se de dados estatísticos sobre a França. O que a pesquisa quer demonstrar é que com gráficos e dados estatísticos, o “modelo limpo” da economia (Hirsch, Michaels e Friedman, 2003), tende a seduzir e constituir-se em uma arma política na construção de realidades e de políticas públicas. Da mesma forma, o “modelo sujo” das ciências sociais, que leva em conta “sujeiras sociológicas”, relações sociais, detalhes simbólicos, torna-se em certa medida, ridicularizado.

¹⁷² www.lattes.cnpq.br.

Assim sendo, na abordagem adotada por essa pesquisa não cabe a defesa ou a condenação dos fundos, mas a ruptura com o senso comum, como nos ensina Bourdieu, Chamboredon e Passeron no livro *Ofício de sociólogo* (2004), de forma a fugir da sedução ou da crítica superficial aos fundos de pensão. Nessa ruptura, dados estatísticos desvinculados de contextos sociais, culturais e políticos devem ser questionados.

No que se refere a postura da conferencista Marques, que é conhecedora da real natureza dos fundos de pensão franceses, é possível que esta utilizou-se de estratégias discursivas para a criação de uma realidade (ou de uma convenção social). Como mostra Bourdieu (1996a), não existem palavras neutras, e toda linguagem exerce sua eficácia simbólica. Toda forma de dominação simbólica supõe certa cumplicidade, que não é submissão passiva a uma coerção externa. Portanto, as palavras acompanhadas de dados estatísticos tiveram a função de “encantar” e transformar a realidade a favor dos fundos de pensão.

Outro exemplo da construção social da realidade a partir da palavra e do discurso é encontrado no material de formação em fundos de pensão, oferecido pela CUT e aplicado pela Consultoria Gushiken e Associados.

Embora a literatura (Sauviat, 2003; Lordon, 2000) mostre que nos Estados Unidos o poder dos sindicatos na gestão dos fundos é limitado, Gushiken afirma em material de difusão do tema no meio sindical, que lá os sindicatos participam ativamente e de forma paritária do controle dos fundos. “Nos Estados Unidos, os sindicatos atualmente participam diretamente e de forma paritária com os empregadores no campo diretivo de diversos fundos.” (Gushiken, 2002: 91).

Nesses exemplos, (re) encontra-se a teoria auto-profetisante (Orléan, 1999), na medida em que a propagação desse discurso ajuda a criar uma realidade em torno dos fundos de pensão no Brasil. Ou seja, “Nada é mais realista que as brigas de palavras. Usar uma palavra no lugar do outro é mudar toda a visão de mundo social e, com isso contribuir para transformá-la”. (Bourdieu, 1996a). No caso analisado, busca criar uma realidade coletiva junto aos sindicalistas.

Mais um exemplo de construção social em torno da temática deu-se em 2004, durante visita do sindicalista da CFDT, François Troglie, ao Brasil. Numa dinâmica de

palestras e conferências sobre as novas estratégias sindicais, Troglic fez alusão aos fundos de pensão enquanto bandeira de luta contra a financeirização. Considerado na ocasião como porta-voz dos fundos de pensão francês, o “guru” da CFDT foi convidado a vir ao Brasil pela CUT e foi recebido pelo Presidente Lula em Brasília. Observe-se parte de seu discurso:

“É preciso deixar de ser um sindicalismo de porta de fábrica para ser um sindicalismo que oferece alternativas (...) É preciso criar uma rede internacional de militantes sindicais. A iniciativa viria para servir de contraponto às operações mundiais empreendidas pelas empresas transnacionais (...) O sindicalismo que ficar de fora, que não acompanhar de perto as estratégias globais dessas empresas vai desaparecer.” (*Folha de São Paulo*, 14/08/04).

Observação *in loco* constatou que Tróglic carrega consigo o simbólico de “político de direita”¹⁷³. Durante a discussão dessa pesquisa com especialistas franceses, e mesmo durante a apresentação em seminários ou congressos, a pesquisadora sentiu certa hostilidade em relação a Troglic, expressa de diversas formas, tais como risos, piadas, até gargalhadas em relação a ele.

A hostilidade se justifica porque os franceses não compartilham suas idéias em torno dos fundos de pensão, considerados tabus naquele país. Os franceses olham com desconfiança as propostas de aposentadoria, via mercado. Contudo, no Brasil Troglic dispunha do capital simbólico de ser sindicalista e de ser francês, duas variáveis que podem ser vistas como positivamente valorativas no Governo Lula.

Enquanto internamente suas idéias não gozam de capital simbólico, sobretudo no meio acadêmico, no Brasil foi reconhecido como legítimo para falar em nome da França, praticamente um “porta-voz”. Acredita-se que no estrangeiro o interlocutor fale em nome de seu grupo, mas também em nome de seu país. A pesquisa sugere de forma provisória e especialmente nesse caso - que na relação com o estrangeiro, o que chega primeiro é sempre a identidade coletiva, ou seja, a identidade nacional. A classificação que a sociedade realiza em relação a um estrangeiro não ignora sua identidade coletiva, ou seja, o país de onde vêm.

Assim, pode-se dizer que Troglic foi classificado no Brasil de forma diferente de como ele é classificado em seu país de origem, ou seja, mesmo não dispondo de capital

¹⁷³ O conceito “político de direita” é entendido nessa pesquisa a partir da “categoria nativo”.

simbólico acumulado para falar em nome da França, Troglic foi externamente reconhecido como portador de prestígio e porta-voz de um grupo e de um país.

É possível entender a classificação feita em relação à Troglic, por meio da leitura do texto *Les Conditions Sociales de la Circulation Internationale des Idées*, de Bourdieu (1990).

Nesse trabalho, Bourdieu mostra que as trocas internacionais são permeadas de mal-entendidos, já que os textos circulam sem seu contexto original, o que possibilita que eles sejam reinterpretados em função da estrutura do campo de recepção. O autor argumenta sobre alguém que não é autoridade em seu país, e por isso não carrega autoridade junto a seu discurso escrito, mas que a leitura estrangeira, feita com maior liberdade que a leitura nacional, poderá, às vezes, aportar ao texto maior significado simbólico, do que esse alguém realmente possui em seu país de origem. Para Bourdieu (1990), o julgamento estrangeiro é mais ou menos como a posteridade, ou seja, se a posteridade julga melhor, é porque os contemporâneos são concorrentes diretos que possuem interesses escondidos. Contudo, no estrangeiro, como na posteridade, existe certa autonomia de olhar, certa distância, que pode permitir uma leitura mais otimista. Troglic é um exemplo razoável de alguém que não possui reconhecimento em seu país de origem, mas que faz sucesso em outro.

Bourdieu acrescenta que os autores estrangeiros são geralmente objetos instrumentalistas e assim são usados em prol de causas que podem legitimar ou reprovar em seu próprio país. Esse argumento vem a colaborar na análise sobre Troglic. É possível que ele tenha sido reconhecido no Brasil, porque naquele contexto ele tinha algo a dizer que vinha de encontro às motivações do Governo e dos sindicalistas. Assim, “o que acontece frequentemente com os autores estrangeiros, é valorizar não o que eles [os autores] dizem, mas o que eles permitem dizer.” (Bourdieu, 1990).

Dessa forma, a referência a modelos externos “de sucesso” deve ser entendida como a busca de legitimidade para a política de fundos de pensão. Afinal, como afirma Bourdieu (1996a:81) “a constituição do mundo é realizada por meio da nomeação”. Portanto, a necessidade de legitimação leva militantes dos fundos de pensão a fazerem uso de estratégias discursivas para buscar a construção social do tema.

Com esses exemplos observa-se a importância da palavra, que pode “encantar” e eufemizar uma realidade. Sobre a importância das palavras e da linguagem, Bourdieu (1996a:81) clama as ciências sociais a examinar a parte que cabe às palavras na

construção das coisas sociais, bem como a contribuição nas classificações e dimensão de toda luta de classe:

“Compreender é também compreender por meio de meias-palavras e ler nas entrelinhas. Enquanto não fizermos uma sociologia da produção e usos dessas palavras, das relações sociais entre usuários, das relações de dominação, por exemplo, entre filósofos e sociólogos, seremos manipulados da maneira mais insidiosa que existe, ou seja, por nossas próprias categorias de pensamento.” (Bourdieu, 1996a).

Em suma, durante essa pesquisa observa-se a constância de estratégias discursivas que visam dar legitimidade ao tema, usufruindo de “mal-entendidos” sobre os fundos de pensão dos Estados Unidos e da França. Usar a realidade desses países para se legitimar faz parte de uma estratégia simbólica de construção social em torno do tema.

Nessas estratégias discursivas, chamaram a atenção os comentários dos “empreendedores morais” (Becker, 1963) dos fundos de pensão sobre a “república francesa de fundos de pensão” e sobre o grande poder e controle dos sindicatos norte-americanos. Sobre a França, averiguou-se empiricamente que se trata do início de um processo. Pode-se mesmo dizer que a discussão está mais avançada no Brasil. No caso dos Estados Unidos, a bibliografia mostra os limites do poder sindical naquele país.

9.12 Estados Unidos e Canadá

Durante as entrevistas, os informantes afirmaram considerar variável importante o estabelecimento de constante intercâmbio com sindicalistas do exterior, especialmente aqueles sindicalistas dos países onde o debate em torno de previdência complementar e gestão sindical dos fundos de pensão está bem avançado.

Além de citações em torno da central sindical francesa, a Confédération Française Démocratique du Travail (CFDT), as interlocuções com os Estados Unidos e Canadá também foram tidas como fonte de inspiração para o projeto de fundos de pensão no Brasil.

Como dado ilustrativo do intercâmbio entre o sindicalismo brasileiro e internacional, cita-se a presença de Stanley Gacek, Diretor-assistente de Relações Internacionais da AFL-CIO (uma das maiores centrais norte-americanas) no *II Seminário*

Internacional de Fundos de Pensão, realizado no Brasil, em 2004. Neste, Stanley foi o debatedor no painel *Governança de Fundos de Pensão: o papel dos participantes e dos patrocinadores nos processos decisórios*.

No mesmo sentido, a CUT realizou em Brasília em março de 2004, um congresso sobre fundos de pensão, que teve apoio do Ministério do Trabalho e das Relações e a participação da Confederação dos Sindicatos Nacionais de Quebec, Canadá.

Sobre o intercâmbio de idéias e a influência externa na formação técnica e mesmo na criação de novas convenções sociais junto aos sindicalistas brasileiros, os informantes do movimento sindical declararam que viajam constantemente aos Estados Unidos, Canadá e França, visando trocar conhecimento com os sindicalistas desses países. Assim: “A CUT trabalha, ainda, o tema com o pessoal da AFL-CIO e o pessoal da Solidarietà do Canadá. E isso é importante. Lá o debate está mais avançado.” (Informante do Banesprev).

Da mesma forma, o informante da Força Sindical pontuou: “Estou indo para Washington para desenvolver relações com os sindicalistas de lá, que têm fundos de pensão. Eu quero aprender a experiência com eles. A experiência é super positiva no que tange aos fundos de pensão.” (Informante da Força Sindical).

Evidenciando que esse diálogo não está restrito às centrais sindicais, o Governo Lula recebeu em Brasília, no ano de 2004, alguns representantes do sindicalismo internacional, tais como Mary Collins, representante do Sindicato dos professores de Washington, Stanley Gacek, Diretor-Assistente de Relação Internacionais da AFL-CIO e Joel Salomom, Vice-Diretor da AFL-CIO.

A existência de diálogo de idéias e de influência dos sindicalistas estrangeiros junto ao Governo brasileiro esteve expressa no debate pela extinção do Plano de Benefício Definido (PBD) e da criação do Plano de Contribuição Definida (PCD) para associados de fundos de pensão. Nesse contexto, o Secretário da Comunicação Luiz Gushiken, buscou justificar seu argumento em defesa do PCD afirmando que a central norte-americana, AFL-CIO, já organizou para seus funcionários um plano do tipo Contribuição Definida.

Da mesma maneira, observou-se que o setor de previdência inspira-se nos *pensions funds* norte - americanos e canadense, conforme declarou o superintendente da ABRAPP, Devanir Silva:

“(…) Disso resulta [as LCs 108/109/2001] uma mudança para melhor no cenário, que vai (re) alimentar o crescimento da previdência complementar em nosso país, permitindo prever que temos de fato chance de repetir no Brasil a história de sucesso que os *pension funds* escreveram nos Estados Unidos e em tantas nações da Europa. Basta colocar os olhos sobre o quadro internacional para perceber que a previdência complementar encontra-se fortemente consolidada nos Estados Unidos e no Canadá.” (Silva, 2002:41).

Como verificado no decorrer desse item, a “elite de fundos de pensão” tem um intenso intercâmbio no estrangeiro. Segundo Desalay e Bryant (2002), é importante saber onde as elites se encontram, onde elas fazem as leis, pois isso possibilita uma visão da circulação dos atores sociais, do Estado, da política, das idéias e da produção de normas. No caso dessa pesquisa, é importante saber onde as “elites” buscam inspiração para o projeto de fundos de pensão, o que justifica esse item.

9.13 Fundo de pensão brasileiro: um “modelo” híbrido?

Finalizando a reflexão sobre as inspirações internacionais junto aos fundos de pensão do Brasil, é importante retomar que existem dois tipos diferentes de fundos de pensão: o primeiro, é organizado por empresa pública ou privada para seus trabalhadores (fundo patrocinado), e o segundo, organizado por sindicatos, associações profissionais e outros (fundo institucional ou fundo sindical). Vale ressaltar que em breve haverá um terceiro fundo de pensão, ou seja, o dos servidores dos funcionários do Estado.

Com referência aos fundos de pensão surgidos nos anos de 1970, dos quais os planos da Previ, Petros e Funcef são referências, é conveniente lembrar que são planos com grande inspiração nos *pensions funds* norte-americanos que surgiram com claro interesse em criar poupança interna e buscar rentabilidade. As discussões contemporâneas sobre investimentos éticos e governança corporativa têm lhes dado uma característica diferenciada. Discursivamente, têm importado a filosofia Quebequiana de unir proteção social e especulação/risco no mesmo dispositivo. Da mesma forma, a presença de ex-sindicalistas oriundos do PT, na direção da Petros, Funcef e Previ tem dado uma nova roupagem discursiva, já que os mesmos têm incorporando a crença do social e de “moralização do capitalismo” junto aos fundos de pensão, mesmo que os dados estatísticos sobre investimento mostrem, contraditoriamente, clara preferência por investimento em renda fixa.

Sobre os fundos de pensão sindical, pode-se acrescentar que após coleta de dados na imprensa, revisão bibliográfica e dados coletados em entrevistas na França e no Brasil, o modelo de fundos de pensão associativo do Brasil pode ser um tipo de “modelo híbrido”, já que incorpora inspirações franceses, norte-americanas e canadenses.

Contudo, esse modelo de fundo de pensão se aproxima mais filosófico e tecnicamente da poupança salarial francesa, sobretudo do dispositivo PERCO e PERCOI. Tal como a poupança salarial, a participação do empregador é facultativa, existe isenção de imposto de renda, e prega o investimento do dinheiro das poupanças em atividades produtivas, gerando emprego e renda, tal como os fundos/poupança salarial francesa.

Da mesma forma que a poupança salarial, o objetivo dos fundos sindicais é criar identidade de grupo entre os membros do sindicato que receberão o benefício. No caso da poupança salarial, busca-se criar a identidade de acionista e de solidariedade através da poupança e estabelecer vínculo profissional sólido na empresa. Os fundos de pensão associativos do Brasil e a poupança salarial francesa foram criados no mesmo ano, em 2001, e ambas sofreram significativas mudanças em 2003.

Nesse sentido, argumenta-se que o Governo Lula tenta dar aos fundos de pensão capitalizados a mesma característica de solidariedade e de reciprocidade existente no dispositivo de repartição da previdência oficial.

A institucionalização das novas convenções sociais em torno dos fundos de pensão se alimenta da crença de que o INSS não é capaz de oferecer a solidariedade e a proteção social necessárias a seus participantes. Nesse sentido, a socialização dos fundos de pensão e a negação da previdência social fazem parte da produção e ou apropriação de novas convenções sociais junto ao capitalismo brasileiro contemporâneo.

9.14 Fortalecimento dos sindicatos, via fundos de pensão

Segundo o MPS (2003), a possibilidade de criação de fundos de pensão por parte de sindicatos deveria levar ao fortalecimento dessas instituições, por meio do aumento da taxa de sindicalização. Pela argumentação, o aumento da taxa aconteceria pela procura, por parte dos trabalhadores, do novo benefício. A instituição seria fortalecida, ainda, com a participação em projetos de desenvolvimento social, bem como ao grande montante que estaria movimentando.

Por sua vez, os sindicalistas entrevistados acreditam que a “nova bandeira” propiciará maior poder de representação junto aos sindicalizados e que a proposta de utilizar os recursos dos fundos de pensão em atividades produtivas, gerando emprego e renda (o que a autora define provisoriamente como “moralização do capitalismo”) poderá trazer adesão aos sindicatos envolvidos nas políticas de inclusão social, via mercado.

Compartilhando dessa idéia, o então Ministro da Previdência, Ricardo Berzoini e seu secretário, Adacir Reis, escreveram na cartilha *Previdência Complementar: plano de instituidor* (2003), sobre a importância da relação propiciada pela previdência associativa.¹⁷⁴ “O aproveitamento da identidade de grupo (vínculo associativo) para uma finalidade previdenciária tem inúmeras vantagens, dentre elas o estreitamento da relação entre a direção dessas entidades e seus associados (...).” (Brasil, 2003:07).

Sobre o fortalecimento dos sindicatos, Luis Gushiken declarou, em artigo no livro, *Fundos de Pensão em Debate* (2002):

“(...) A ação sindical a partir da figura do instituidor sindical, visando à totalidade da coletividade que representa cujos membros possuem graus distintos de capacidade financeira e motivação individual para adesão a um plano previdenciário, deverá ter em mira o compartilhamento com o patronato no financiamento do plano, pois além de óbvias vantagens financeiras que resultam para o beneficiário, a participação do empregador lhe infundirá mais confiança, e maiores contingentes poderão ser estimulados a prática do sacrifício da poupança previdenciária.” (Gushiken, 2002:97).

Para o informante da Força Sindical, os fundos sindicais podem vir a ter, no futuro, o mesmo poder que tem hoje a Previ, Petros e Funcef. Segundo ele, esse poder poderá ser usado em prol do trabalhador:

“Os fundos vão nos emprestar um poder político muito importante; hoje, no Brasil, os fundos de pensão são todos atrelados a empresas mistas ou públicas, como o Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal (...) e os fundos dessas entidades tem um poder muito grande e nós poderemos estar no mesmo caminho, no sentido que com este poder, entre aspas, poderemos conseguir condições melhores para os trabalhadores (...) além de nos emprestar poderio econômico e político vai nos dar possibilidade de criar vínculo com o trabalhador.” (Informante da Força Sindical).

¹⁷⁴ Texto originalmente publicado no jornal *Folha de São Paulo*, 10 de junho de 2003.

Na direção do fortalecimento dos sindicatos, o jornal *Folha de São Paulo* trouxe uma matéria sobre aumento na taxa de sindicalização. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), houve aumento de 6,4% na taxa de sindicalização no ano de 2003. De 2002 para 2003, a taxa de sindicalização passou de 16,8% para 17,7% da população ocupada com 10 anos ou mais de idade. Para José Pastore,¹⁷⁵ isso se explica por aumento do emprego formal, crescimento da filiação no setor público e as campanhas promocionais de sindicalização, as quais incluíram até empréstimo com desconto em folha negociado pelos sindicatos. Para Leôncio Rodrigues (2002), “as taxas de sindicalizações tendem a crescer em governos amigos”.

Sobre a relação entre o aumento da sindicalização e fundos de pensão, Sauviat (2003) detectou em pesquisa empírica sobre o interesse de sindicatos por fundos de pensão que no Canadá pelo menos quatro dos maiores fundos de pensão são controlados por sindicatos. Em contrapartida, observou que nesse país a taxa de sindicalização é maior do que nos demais, isto é, 70%.

No Brasil, o material empírico aponta que as centrais sindicais vêm nos fundos de pensão uma nova “bandeira sindical” capaz de proporcionar poder político e econômico aos sindicatos, tal como o aumento na sindicalização. Nessa perspectiva, embora o IBGE tenha detectado aumento na sindicalização, houve queda na capacidade de reivindicação e de greve dos sindicatos. O aumento da adesão aos sindicatos não significa necessariamente maior poder de mobilização nas questões sindicais clássicas como salário, jornada de trabalho e as condições de trabalho.

Em discussão com Robert Castel, o pesquisador pontuou que “Existem ambigüidades, pois à medida que os sindicatos tentam alargar a esfera de ação sindical (aumentar a sindicalização), ao mesmo tempo se colocam problemas do ponto da defesa dos direitos dos trabalhadores.” (Robert Castel, em discussão dessa pesquisa¹⁷⁶).

Considerando-se as variáveis de hostilidade e de desconfiança que sofrem os sindicalistas por parte dos trabalhadores (sobretudo os sindicatos europeus), emerge a perda do tradicional papel do sindicato e a perda da sua histórica legitimidade enquanto defensores dos trabalhadores. Assim, essas novas estratégias sindicais são permeadas de

¹⁷⁵ *Folha de São Paulo*, 30/09/04.

¹⁷⁶ Para maiores detalhes, ver Apêndice (Diário de Campo).

ambigüidades e contradições, o que faz sugerir que o fortalecimento dos sindicatos, nesse caso, é muito relativo. Além disso, o limite de seu poder real nos comitês de fundos de pensão é uma questão que será analisada no próximo item.

Sobre a desconfiança que está sendo posta na relação sindicato-trabalhador, é possível sugerir que esta pode ser traduzida pela queda da legitimidade dos sindicatos; afinal, a confiança está unida aos atos de reciprocidade, e é um facilitador das trocas, sendo “um lubrificante das relações sociais” (Rafael Marques, 2003). Pode ser vista como uma forma de moral e possui efeito multiplicador, ou seja, quanto mais se confia, mais aumenta a confiança.

Da mesma forma, a confiança deriva de um elevado grau de expectativa positiva relativo ao cumprimento de uma promessa ou sinalização comportamental. Nessa perspectiva, a confiança pode ser vista como um mecanismo social que assegura a conversão das relações sociais em padrões institucionais. Aquele que faz fé no outro, isto é, que espera que o outro cumpra o que prometeu, é um equivalente funcional da reciprocidade (Rafael Marques, 2003).

Portanto, a confiança é uma espécie de fé porque supõe uma crença não-racionalizada e uma entrega de livre arbítrio ao outro. Confiança pressupõe atos regulares que prescrevem uma expectativa plausível de cumprimento, isto é, a regularidade do ontem surge como garantia do hoje e do amanhã; finalmente, a confiança expressa-se por uma relação de crédito e envolve uma série de riscos.

Contudo, a relação de confiança pode entrar em colapso quando surgem relações de perturbação ou elemento de dissonância. Qualquer dissonância pode ser suficiente para precipitar a relação de confiança no seu inverso: a desconfiança generalizada (Rafael Marques, 2003).

O autor acrescenta que não é a confiança o elemento civilizador, mas a desconfiança. É por haver crises de confiança que surgem as instituições e contratos. Pensar a reciprocidade e a confiança como forma de integração social equivale a definir as sociedades existentes como sociedades em crise ou em mutação acelerada e necessidades de um elemento aglutinador, capaz de revitalizar a participação, fomentar a solidariedade e desenvolver o sentido de confiança. Nenhuma sociedade é possível sem dose elevada de confiança entre seus membros, seja explícita ou implícita, formal ou contratual.

As crises de confiança, no caso dos sindicatos nacionais e internacionais, são traduzidas pela desconfiança que os trabalhadores nutrem pela presença dos sindicatos no mercado financeiro e pelos limites dessa nova estratégia sindical, que é colocada num contexto de declínio relativo da capacidade de intervenção do sindicalismo mundial. Pesquisadores franceses consideram o envolvimento dos sindicatos no mercado financeiro como uma política perigosa, que pode deixar “o mundo do trabalho” mais vulnerável, sobretudo, em caso de circunstâncias desastrosas, como as crises econômicas, nas quais os sindicatos podem defender políticas prejudiciais aos trabalhadores (Philson 2002/2003; Sauviat, 2002).

É importante ressaltar que a crise de confiança/desconfiança não acontece no sindicalismo brasileiro, tal qual na França. Não se pode perder de vista que, no caso do Brasil, a aproximação dos sindicatos, sobretudo das centrais com o mercado financeiro, tem o apoio do Governo do PT, e como alicerce o argumento de “moralização” e “domesticação” do capitalismo.

Portanto, apesar de certo desconforto em relação aos sindicatos e trabalhadores, argumenta-se que a nova estratégia sindical, assentada nos fundos de pensão, tem mais reflexos internos ao mundo sindical do que externamente. Vale lembrar que apesar das construções discursivas de valorização dos sindicatos no meio financeiro, o poder dos sindicalistas é limitado conforme demonstrado anteriormente.

Assim sendo, mesmo que os sindicatos acabam por participar de processos decisórios e ajuda a (re) definir o “novo capitalismo”, é preciso registrar que as “novas estratégias” levam à dependência interna e externa dos atores sociais envolvidos. Internamente, provoca certo desconforto junto aos sindicalistas que não aderiram a esta pauta. No caso Europeu, ocorre ainda uma perda de confiança dos trabalhadores em relação aos sindicatos. Embora também exista no Brasil, aqui, esse descontentamento é menor.

Finalmente, externamente, possibilita que os sindicatos fiquem dependentes das políticas do mercado financeiro, como a política de taxas de juros e opções de investimentos que negam as práticas de inclusão pregadas pelos sindicatos, dentre outros. Da mesma forma, externamente os sindicalistas sofrem preconceitos dos “dirigentes tradicionais” dos fundos de pensão. É nesse paradoxo de relações assimétricas que os sindicalistas ensaiam a gestão dos fundos de pensão no mercado financeiro.

9.15 Sindicatos brasileiros como possíveis atores de uma nova governança mundial

Os temas apresentados ao longo desse capítulo (e ao longo dessa tese) buscam discutir qual o lugar social para o trabalhador e para os sindicalistas no capitalismo contemporâneo. Essa tese repensa o papel dos sindicatos, colocando em evidência, por meio de pesquisa empírica e teórica, as novas formas de intervenção do sindicalismo brasileiro diante da globalização financeira e do “novo” capitalismo contemporâneo. Argumenta-se que embora com poder limitado, a presença dos sindicalistas no mercado financeiro se faz notar.

Nessa perspectiva, cada vez mais as centrais sindicais brasileiras e alguns sindicatos “definidos provisoriamente de classe média, como o sindicato do setor bancário de São Paulo, do setor eletricitário e petroleiro” (Grün, 2004), têm se consagrado como atores de uma nova governança, procurando novos espaços de inserção, bem como novas estratégias de lutas.

Os sindicatos brasileiros estão colocando em prática uma nova agenda, buscando uma aproximação com o mercado financeiro, estimulados pelo Governo Lula, sobretudo na política de fundos de pensão associativos. Desse ponto de vista, segmentos sindicais e, sobretudo, as centrais sindicais, estão se tornando atores de uma nova governança mundial.

Entende-se por governança mundial, um “conjunto de mecanismos de gestão e processos de ajustamento ao sistema internacional em vista de assegurar uma regulação mundial e de realizar objetivos comuns tais como a segurança, a coerência, a ordem e a continuidade dos sistemas. Dentro desta perspectiva é possível observar cada ator internacional (Estado, sindicatos, ONGs, por exemplo) criando seu próprio conceito de governança.” (Laroche, 1999). A autora acrescenta que “o conceito de governança mundial enfatiza, em primeiro lugar, a multiplicidade de atores transnacionais e de negociações nas quais estes atores se encontram engajados.”

Em estudos sobre “governança mundial”, Laroche (1999) considera as ONGs européias como atores fundamentais, uma vez que as ONGs são vistas como espaços de enunciação/denunciação, o que faz com que adquiriram visibilidade sobre a cena internacional, tornando-se interlocutores indispensáveis, às vezes, espontaneamente solicitadas pelos Estados e demais atores sociais e coletivas.

A autora citada aponta que as ONGs possuem poder para impor, junto à agenda internacional, seus conceitos de desenvolvimento sustentável, ética, direitos humanos, luta contra a AIDS, meio ambiente, dentre outros. Passam a representar alternativas às orientações públicas e privadas de desenvolvimento e de crescimento econômico; por fim, possuem capacidade de influenciar processos decisórios, ajudando a criar normas internacionais e fazer reivindicações.

Portanto, buscando fazer parte dos processos decisórios da globalização, bem como fazer parte na regulação do capitalismo por meio de ações próprias e de estratégias discursivas, as ONGs reivindicam espaço na nova “governança global”.

No Brasil, as câmaras setoriais podem ser vistas como estratégias de governança e de novas institucionalidades, buscadas pelos sindicatos contemporâneos. Leite (2003) afirma que as câmaras setoriais são desafios à realidade social. A câmara regional idealizada por Celso Daniel, é uma forma de institucionalidade e faz parte das novas formas de “governança” que tiveram importantes movimentos de resistência ao quadro social. Significa a participação da sociedade civil nas decisões relativas à vida local, a qual aponta para novas formas de governança, que são a constituição e o fortalecimento de um espaço público baseado em novas relações entre o público e o privado.

Feitas a partir de parcerias entre sindicatos e Governo local em regiões rurais, visando combater a miséria e o desemprego, bem como a promoção do desenvolvimento sustentável por meio de diferentes formas de participação dos sindicatos e dos trabalhadores em fóruns tripartites e de gestão de fundos públicos, Leite (2003) considera as câmaras setoriais como uma experiência que aponta para um novo modelo de sociabilidade e de governabilidade, para um novo conceito de desenvolvimento econômico e para novas formas de regulação social que incorporam o conjunto de interesses sociais.

Para Grün (2004), no período Fernando Henrique Cardoso, diversos quadros ligados ao PT e à CUT tentaram reerguer a idéia de câmaras setoriais que surgiram com força durante o Governo de Itamar Franco. O autor acrescenta, ainda, que “num contexto em que o consenso de Washington predominava, as câmaras tornaram-se a resposta petista prática aos problemas do desemprego e do desenvolvimento econômico.”

Rodrigues (1991) afirma que a discussão sobre comissão de fábrica, comissão de empresa e comissão de garagem sempre estiveram presentes como pano de fundo do

movimento grevista. É uma tendência de ampliar os espaços democráticos no interior das empresas, é um processo ambíguo que em alguns casos se choca com os interesses mais imediatos das direções sindicais e em outros tem o apoio destas. O autor acrescenta que as comissões surgiram como uma expressão da organização capitalista do processo de trabalho. Existe nas câmaras setoriais certa contradição na representação dos trabalhadores, o que vai tecendo uma nova consciência na classe trabalhadora e uma nova visão dos seus direitos. A câmara emerge como uma instituição promissora, que representa não-somente o interesse do capital, mas também do trabalho.

Oliveira (citado por Ramalho, 2002:100) afirma que as câmaras seriam a construção “pactada” de esferas públicas em que interesses divergentes possam ser negociados com alguma transparência e disposição, tanto pelo lado do capital, tanto pelo lado do trabalho.

A autora sugere que os sindicatos brasileiros estão (re) inventando novos papéis sociais de forma a se constituírem, em certa medida, atores de uma nova governança, no sentido de que estão ajudando a institucionalizar o mercado financeiro. Assim sendo, mesmo que de forma limitada os sindicatos fazem parte dos processos decisórios, tais como leis e decisões a que concernem os investimentos. Como afirmou Castel em discussão desta pesquisa: “Apesar de não deterem poder, o fato dos sindicalistas estarem lá [no mercado], influencia os mercados a fazerem coisas interessantes.” (Robert Castel, em entrevista a essa pesquisa¹⁷⁷).

Portanto, defendendo a governança corporativa, a ética, o investimento responsável e a aproximação com o mercado financeiro, bem como a inserção em novos espaços sociais, o sindicalismo brasileiro reinventa seu lugar social, (re) significando suas tradicionais estratégias de luta, bem como seu discurso; cria novas formas de se (re) pensar as relações de capital e trabalho, de forma a (re) configurar o capitalismo brasileiro, ao mesmo tempo em que se consagra como importante ator da nova governança deste.

Às vésperas do fechamento dessa tese foi comemorado o “1º de Maio” (2007). Na direção dos argumentos expostos, foi possível assistir a uma “festa”, onde os tradicionais gritos de guerra e de reivindicações contra o Governo Federal deram lugar a cerimônias conjuntas entre a Força Sindical e a CUT, com objetivo de comemorar o crescimento econômico do país, enfatizado pelo crescimento do emprego. A inédita

¹⁷⁷ Para maiores detalhes, ver Apêndice (Diário de Campo).

união das centrais, historicamente rivais, deve-se ao segundo Governo Lula, que foi pensado de forma a incluir elementos das duas centrais. A CUT é representada no Ministério do Trabalho por Luis Marinho e a Força Sindical é representada por Carlos Luppi (PDT), também atuando no Ministério do Trabalho.

Portanto, colocando-se como atores de uma nova governança, as centrais declararam, na ocasião, que a preocupação com o meio ambiente e o desenvolvimento econômico com inclusão passaram a ser a grande pauta do momento. O Presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, acrescentou: “Nossa pauta agora é de construção (...) Se não fossem as taxas de juros, esse Governo seria perfeito.” (*Valor Econômico*, 30/04/07).

Em suma, a postura das centrais sindicais frente a suas tradicionais bandeiras de luta, a defesa de nova agenda e o diálogo com o mercado financeiro e com o Governo Federal expressa novos valores, que estão assentados na transformação de convenções cognitivas pelas quais passam determinados setores do sindicalismo brasileiro.

9.16 Considerações

Esse Capítulo trouxe o mapeamento da “elite sindical dos fundos de pensão”, pontuando os “líderes e/ou empreendedores morais” do projeto, de forma a resgatar suas trajetórias sociais e profissionais. Mostrou, ainda, como acontecem a reconversão dos sindicalistas, as tensões e relações de força entre aqueles que não se (re) converteram aos fundos de pensão. O preconceito em relação aos “dirigentes sindicais” é uma forma de exclusão dos “dirigentes tradicionais”. Isso evidencia a violência simbólica como estratégia de manutenção do poder de gestão dos fundos de pensão.

Por sua vez, a educação financeira e a educação previdenciária fazem parte do processo de reconversão e de socialização em torno do “dom” dos fundos, onde uma “elite” nos ensina/orienta a fazer “uso prudente” no dinheiro e das finanças.

Com os dados apresentados neste Capítulo, pode-se sugerir que a política de fundos de pensão tem mostrado que, ao mesmo tempo em que o segmento financeiro comanda a política do Brasil, sindicalistas, ex-sindicalistas e membros do PT fazem parte dessa “nova elite”, que comanda os fundos de pensão e alguns postos-chaves do mercado financeiro. Nesse sentido, é possível falar em diálogo e convergência de interesses entre a “elite sindical” e “elite financeira”.

Finalmente, é possível concluir que embora detenha poder limitado nos conselhos dos fundos, o fato é que os sindicatos tornam-se, em certa medida, atores da “nova governança” do capitalismo contemporâneo. Sugere-se que mesmo que de forma limitada, os sindicatos fazem parte dos processos decisórios e ajudam a (re) configurar os destinos do “novo” capitalismo brasileiro, promovendo mudanças nos espaços políticos e sociais.

X CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação e consolidação do mercado de previdência complementar é um processo que se encontra em curso no Brasil e conta com a atuação de diversos atores sociais (ou coletivos), que numa constante luta simbólica reivindicam a criação de espaço social em torno dos fundos de pensão. Nessa luta, os atores envolvidos fazem uso de todos os tipos de capitais acumulados em lutas anteriores buscando a imposição do consenso na questão dos fundos de pensão. Nesse sentido, interesses que a princípio são divergentes acabam se tornando convergentes, num processo simultâneo de intercâmbio de idéias e de valores entre os grupos e atores envolvidos.

Dentre os atores (grupos) que se movimentam na construção do espaço social em torno dos fundos de pensão, observou-se a presença de empresários do setor previdenciário, dirigentes tradicionais de fundos de pensão e o mercado financeiro. Contudo, o que torna esse fenômeno de consolidação dos fundos de pensão de maior interesse sociológico é a presença do Governo petista nessa disputa, sobretudo a atuação de membros do Governo de origem sindical, os quais têm estimulado o interesse das centrais sindicais e dos sindicatos na criação e gestão de previdência complementar.

Os fundos de pensão surgiram oficialmente no Brasil em 1977, durante o Regime Militar, tendo como inspiração os *pensions funds* dos Estados Unidos. Nos anos de 1970/80, os fundos viveram momentos de estagnação e tiveram sua imagem desgastada pelo grande número de falências ou insolvências dos quais foram objetos. Devido à ausência de fiscalização, alta inflação, ausência de indexador e instabilidade da moeda, dentre outros fatores, os fundos não conseguiram pagar as aposentadorias prometidas, levando muitos clientes à perda de dinheiro. Estiveram envolvidos, ainda, em casos de corrupção e “lavagem de dinheiro”, sendo os casos da APLUB e da CAPEMI os mais conhecidos. (Jardim, 2002).

Caracterizando uma política de diálogo com os bancos, o Governo Fernando Henrique Cardoso estimulou somente o mercado de previdência privada aberta, em detrimento dos fundos de pensão; trata-se de um “produto” vendido individualmente no varejo, nos caixas dos bancos, muitas vezes de forma “casada” com outro serviço, evidenciando uma política de interesse financeiro e total ausência de preocupação previdenciária. (Jardim, 2002).

Contudo, durante o processo de privatização das estatais, ainda nesse mesmo governo, os fundos voltaram a protagonizar manchetes de jornais. Nesse momento, foram associados a casos de corrupção e de “articulações ilegais”, quando foram constrangidos pelo Governo a participar dos leilões e a comprar ações das estatais. Para tanto, criaram consórcios em parceria com banqueiros estrangeiros e empresários brasileiros, como Daniel Dantas. Muitas dessas parcerias foram objetos de ações judiciais, nas quais os fundos reivindicam (reivindicaram) o direito de acionistas minoritários.

Ainda nesse período, o Governo sancionou as Leis Complementares 108 e 109 de 2001, que substituíram a antiga lei de 1977 e trouxe inovações para o setor, como a figura do “instituidor”. Assim sendo, sindicatos e associações profissionais passaram a ter direito na criação de fundos de pensão para seus associados. Essas leis, que foram regulamentadas somente no Governo Lula, autorizaram a presença do trabalhador nos Conselhos Fiscais e Deliberativos dos fundos.

Os fundos de pensão foram incorporados à agenda do Governo Lula de forma significativa, passando a ser debatidos diariamente no Congresso, na imprensa e na sociedade civil. Tendo em Luiz Gushiken, Ricardo Berzoini e Adacir Reis os grandes “empreendedores morais”, os fundos foram cristalizados na sua agenda com uma retórica que valoriza o coletivismo em detrimento do individualismo pregado pela previdência aberta, a solidariedade em detrimento do risco. Em outros termos, a retórica dominante é usar o dinheiro dos fundos em prol dos trabalhadores, lutando contra o capitalismo com as suas próprias armas.

O Governo Lula (re) orienta a política dos fundos de pensão, de modo que estes passam a ser considerados importante instrumento de inclusão social do país, capaz de colaborar no desenvolvimento sustentável e no investimento em infra-estrutura, gerando emprego e renda. Microcrédito, Banco Popular, e PPP são expressões desse contexto de “moralização” e “domesticação” do capitalismo.

O argumento utilizado pelo Governo para dar legitimidade a seus projetos de inclusão social, via mercado, é o de “popularização do capitalismo”. Da mesma forma, os sindicatos se utilizam do discurso de moralização para legitimarem a mudança de pauta e de luta sindical.

A forma como o Governo Lula tem dimensionado seus projetos de inclusão, via mercado financeiro, mostra que a Nação não pode ser pensada fora do mercado. Assim, (re) elabora suas relações com o mercado financeiro sem perder de vista a tradicional

retórica discursiva do PT. Nesse argumento, fica evidente que o mercado de fundos de pensão está se consolidando por meio da mudança de convenção social acerca de fundos de pensão, do papel sindical e, em geral, do capitalismo contemporâneo.

Contudo, observou-se que desde a campanha eleitoral, em 2002, o Partido dos Trabalhadores já sinalizava para uma convergência de idéias com o mercado financeiro. Da mesma forma, passou a estimular a mudança de convenções cognitivas dos sindicatos, reivindicando que estes se tornassem instrumentos de alavancagem dos fundos de pensão e também da governança corporativa, conceito que vai se consolidando no espaço financeiro, graças ao impulso dos fundos de pensão, dos sindicatos, do Governo, da grande imprensa, da imprensa de negócio e de setores do mercado financeiro, dentre outros que essa pesquisa pontuou.

Logo, o estímulo à criação da previdência associativa junto aos sindicatos tornou-se uma das grandes ênfases do Governo Lula. A presença de sindicalistas e de representantes dos trabalhadores nos conselhos dos fundos leva a maior notoriedade destes. Apoiados no discurso de governança corporativa, que prevê a proteção dos direitos minoritários e apoiados, sobretudo, no discurso de que são os legítimos defensores da poupança dos trabalhadores, os sindicatos exigem a participação nos conselhos dos fundos e buscam participar dos processos decisórios sobre os recursos dos trabalhadores, estendendo para o espaço financeiro a atuação do espaço trabalhista.

Os sindicatos buscam apoio, ainda, no discurso de ética e de responsabilidade social. Por essa perspectiva, os investimentos são previstos somente em empresas que possuem atividades socialmente responsáveis, como respeito ao meio ambiente, ao negro e à mulher e a não-utilização da mão-de-obra infantil e terceirizada, dentre outros critérios.

Discursivamente, o objetivo é evitar que o dinheiro dos trabalhadores seja usado em atividades ilegais ou em atividades que prejudiquem o próprio trabalhador, como na época das privatizações.

Do mesmo modo, os sindicatos justificam moralmente sua inserção no mercado financeiro: defendem que os fundos de pensão constituem instrumento na luta contra o processo de financeirização da economia; que são os legítimos representantes da poupança dos trabalhadores; que essa poupança deve ser usada em prol desse grupo, em atividades produtivas e éticas; que investindo os recursos dos trabalhadores em atividades produtivas, os fundos de pensão colaboram para frear a política especulativa e

a financeirização; que a meta dos fundos deve ser a rentabilidade, porém, como resultado de atividade produtiva e socialmente responsável.

Além disso, acreditam que os fundos de pensão devam possibilitar o fortalecimento dos sindicatos, por meio do aumento das taxas de sindicalização e de uma relação de aproximação entre o trabalhador e os sindicatos, criando a longo prazo a “cultura previdenciária” e a “cultura associativa”. Entretanto, ao mesmo tempo em que os sindicatos se fortalecem e passam a buscar legitimidade no campo financeiro, ocorre uma queda no seu campo tradicional de atuação, ou seja, redução do número de greves, de paralisações, dentre outros.

A preocupação com a qualificação dos sindicalistas envolvidos na gestão dos fundos de pensão é uma nova variável no movimento sindical, que tem oferecido aos dirigentes sindicalistas de fundos de pensão uma variedade de cursos, palestras, seminários e contato com sindicalistas estrangeiros, especialmente franceses, canadenses e norte-americanos, visando prepará-los de forma técnica e ideológica para lidar com a temática. Observou-se nessa pesquisa, que o movimento sindical qualifica aproximadamente mil sindicalistas por ano, os quais retornam aos seus sindicatos e centrais de origem com a missão de difundir e multiplicar o debate em torno da criação e sobretudo a gestão dos fundos, o que têm sido feito de forma significativa, se considerar o alcance que o tema ganhou. O próprio espaço de socialização dos fundos de pensão (como participação em cursos, palestras e seminários), auxilia na reconversão dos seus membros e ajuda na criação e reprodução de crenças onde os fundos de pensão são vistos como “dom”, capaz de gerar solidariedade e reciprocidade entre as gerações.

Sobre o diálogo com a França é importante registrar que foi detectado que o fundo associativo brasileiro tem características filosóficas e técnicas da *épargne salariale* francesa; nesse sentido, a denominação de “poupança salarial” é uma forma eufemizada que os sindicatos e o Governo da França encontraram para aprovar os fundos de pensão, considerados tabus naquele país.

Nosso material empírico evidencia que a “elite sindical” de fundos de pensão têm sofrido grande preconceito por parte dos “dirigentes tradicionais” dos fundos, que se consideram superiores tecnicamente aos “dirigentes sindicalistas”, logo com maior legitimidade para administrar os recursos oriundos dos fundos. Por outro lado, os “dirigentes sindicais” se vêem moralmente legitimados, já que representam os interesses dos trabalhadores.

Considerando o contexto analisado, pode-se sugerir que os sindicatos têm (re) significado suas estratégias de luta, buscando adequar-se ao contexto de financeirização da economia, e dialogar com os novos interlocutores, especialmente com o mercado financeiro. Para tanto, (re) significam o discurso e as ações.

Da mesma forma, os atores do mercado financeiro dialogam com os sindicalistas, num processo simultâneo de convergência de idéias, levando o Governo do PT, sindicais e centrais sindicais a agregarem o conceito de “mercado” a seu tradicional discurso social. Da mesma forma, o mercado financeiro agrega o conceito de social ao discurso de mercado, culminando numa leitura recíproca do “social no mercado financeiro”. Exemplos dessa convergência de idéias é a criação da Bolsa de Valores Sociais, do Banco Popular e da “popularização” da Bovespa, em geral.

Argumenta-se que embora os sindicatos defendam o modelo de previdência complementar e dialoguem constantemente com o mercado financeiro, não abandonaram completamente o princípio coletivista da previdência, uma vez que defendem fundos de pensão numa perspectiva de grupo, com ênfase social e moral, ou seja, no diálogo com o mercado financeiro, o sindicalismo brasileiro sinaliza a criação de uma nova solidariedade para os trabalhadores que são cotistas de fundos de pensão. Nesta “nova solidariedade”, de características ambíguas e contraditórias, o “pacto social” entre mercado, trabalho e Estado faz-se evidente.

Finalmente, o contexto de novas estratégias sindicais pode ser definido como a busca de respostas para uma possível “crise das estratégias e finalidades tradicionais” que assola de certa forma o setor, sugerindo novas formas de organizar e de pensar as relações capital/trabalho. Mesmo com poder limitado no mercado financeiro, os sindicatos têm (re) encontrado seu lugar social, e podem ser considerados em certa medida, atores da nova governança brasileira.

XI. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGLIETTA Michael. **Régulation et crises du capitalisme** : l'expérience des Etats-Unis, Paris: Calmann-Lévy, 1976.

AGLIETTA, Michel. Associer les salariés à la gestion des entreprises. **Liberations**, Paris, 10 nov. 2005.

AGLIETTA, Michel. **Postface à regulation et crises du capitalisme**. Paris: Odile Jacob, 1998.

AGLIETTA, Michel; REBÉRIOUX, Antoine. **Dérives du capitalisme financier**. Paris: Albin Michel, 2004.

AMPLIAÇÃO DO CMN. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 17 mar. 2005.

Anapar. Boletim eletrônico. **Manifesto de apoio à candidatura de Lula** (17/10/02). Disponível em: <<http://www.anapar.com.br>>. Acesso em: 12.12.2005.

ANDOLFATTO, Dominique; LABBÉ, Dominique. **Sociologie des syndicats**. Paris: Éditions La Découverte, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

ANTUNES, Ricardo. A trajetória (e tragédia) do PT. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 10 abr. 2004.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho, reestruturação produtiva e algumas repercussões no sindicalismo brasileiro. In: ANTUNES, Ricardo. **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. p.71-84.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA (ABRAPP). **Como criar fundo de pensão a partir de vínculo associativo**. São Paulo: ABRAPP, 2003.

AVENA, Lygia Maria. Da inaplicabilidade do código de defesa do consumidor no âmbito das entidades fechadas de previdência complementar. In: REIS, Adacir [Org.]. **Fundos de pensão em debate**: Brasília, DF: Brasília Jurídica LTDA, 2002. p.47-65.

BANCO POPULAR oferecerá cartão de crédito. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 02 fev. 2004.

BARBIER, Jean-Claude; THÉRET, Bruno. **Le nouveau système français de protection sociale**. Paris: Éditions La Découverte, 2004.

BARCELLOS, Tanya. **A política social brasileira 1930-64**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1983.

BECKER, H. S. **Outsiders: studies in the sociology of deviance**. New York: The Free Press of Glencoe, 1963.

BELLUZZO, Luis Gonzaga. Prefácio. In: CHESNAIS, François. [Org.]. **A finança mundializada**. São Paulo: Xamã Editora, 2005.

BERZOINI, Ricardo. A reforma necessária. In: MARQUES, Rosa Maria et al [Org.]. **A previdência social no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. p.99-119.

BEYNON, Huw. O sindicalismo tem futuro no século XXI? In: SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo. [Org.]. **Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. p.44-71.

BOITO JUNIOR, Armando. **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BOLTANSKI, Luc. **Les cadres: la formation d'un groupe social**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1982.

BOLTANSKI, Luc; THEVENOT, Laurent. **De la justification: les économies de la grandeur**. Paris: Gallimard, 1991.

BOURDIEU, J.; HEILBRON, J.; REYNAUD, B. Les structures sociales de la finance. Revista **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n.146-147 março 2003, p.3-7.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: EDUSP, 1996a.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1998a.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. Tradução de Maria Lucia Machado São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos**: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Zahar, 1998b.

BOURDIEU, Pierre. Les conditions sociales de la circulation internacional des idées. Romanistische Zeitschrift f? **Literaturgeschichte**, Heidelberg, v. 14, n.1/2, p.1-10, 1990.

BOURDIEU, Pierre. **Les structures sociales de l'économie**. Paris: Seuil, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Méditations Pascaliennes**. Paris: Seuil, 1997..

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996c.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **O ofício de sociólogo**: metodologia da pesquisa na sociologia. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.

BOVESPA. **Clube de investimento para trabalhadores**. Disponível em: <<http://www.bovespa.com.br>>. Acesso em: 10. 10. 2004.

BOVESPA. Clube de investimento. **Revista Bovespa**, São Paulo, ago., 2003.

BOVESPA. **Governança corporativa**. Disponível em: <<http://www.bovespa.com.br>>. Acesso em: 20.12.2004.

BOVESPA. **Níveis diferenciados de governança corporativa**. São Paulo: Bovespa, s.d.

BOVESPA. **Relatório social 2003/2004**. São Paulo: Bovespa, s.d

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistências Social **Reformas dos sistemas de fundos de pensão na América Latina**. Brasília, DF: MPAS, 2001.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Coletânea de normas dos fundos de pensão**. Brasília: MPS, 2004.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Previdência complementar**: Plano de instituidor. Brasília: MPS, 2003.

BRASIL. **O livro branco da previdência social**. Ministério da Previdência e Assistência Social. Disponível em: <<http://www.mpas.gov.br>>. Acesso em: 25.05. 2002.

CAIXA ECONOMICA FEDERAL. **Balanço social 2003**. Disponível em: <<http://www.caixaeconomica.gov.br>>. Acesso em: 27.06.2005.

CARRUTHERS, Bruce. The sociology of credit and finance. In: **I CONGRESSO DE SOCIOLOGIA ECONÔMICA E DAS FINANÇAS (I CISEF)**, 11, 2006, São Carlos.

CASTEL, Robert. **L'insécurité sociale: qu'est-ce qu'être protégé?** Paris: Seuil, 2003b.

CASTEL, Robert. La guerre des réformismes. **Le Monde**, Paris, 20 jan. 2003a.

CASTEL, Robert. **Les métamorphoses de la question sociale: une chronique du salariat**. Paris: Gallimard, 1995.

CHANU, Pierre-Yves. **Les enjeux revendicatifs de l'épargne salariale**. Paris: La CGT, 2001.

CHESNAIS, François. [Org.]. **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

CHESNAIS, François. [Org.]. **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo: Xamã Editora, 1998.

CIES. Analyses et documents économiques. **Boletim CIES**, Paris, n. 97, p.40, nov., 2004.

CIRCULAIRES.aux.organisations. Paris, **Revista da CFDT**, n. 40, 07 set., 2005.

COHN, Amélia. **Previdência social e processo político no Brasil**. São Paulo: Moderna, 1980.

COHN, Gabriel. Apresentação para a nova edição. In: COHN, Gabriel. [Org.] **Sociologia: para ler os clássicos**. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2005. p.7-14.

CONFEDERATION DEMOCRATIQUE FRANÇAISE DU TRAVAIL. CFDT-CUT une solidarité syndicale en acte. **Revista CFDT**, Paris: n. 71, maio-juin., 2005.

CONFEDERATION DEMOCRATIQUE FRANÇAISE DU TRAVAIL. Quels horizons pour um syndicalisme de transformations sociale? **Revista CFDT**, Paris, n. 69, jan.-fev., 2005.

CONFEDERATION GENERALE DU TRAVAIL. Compte-rendu du 48 congrès. **Revista CGT**. Paris, n. 1632, 28 jun., 2006.

DA MATTA, Roberto. **Relativizando:** uma introdução à antropologia social. Petrópolis: Vozes, 1983.

DEZALAY, Yves; BRYANT, G. **The internationalization of palace wars:** lawyers, economists, and the contest to transform Latin American States. Chicago: The University of Chicago Press, 2002.

DINIZ, S. Interações entre os poderes executivos e legislativos no processo decisório: avaliando sucesso e fracasso presidencial. **Revista Dados**. Rio de Janeiro, v. 48, n.4, p. 333-369, 2005.

DIRCEU, José. Uma necessidade de justiça social. In: MARQUES, Rosa Maria et al [Org]. **A previdência social no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. p.121-127.

DOUGLAS, Mary. **Como as instituições pensam**. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: EDUSP, 1998.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

DRUCKER, Peter. **A revolução invisível:** como o socialismo fundo-de-pensão invadiu os Estados Unidos. Tradução de Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Pioneira, 1977.

DUMOND, Louis. La valeur chez les modernes et chez les autres. In: **Essais sur l'individualisme:** une perspective anthropologique sur l'ideologie moderne. Paris: Seuil, 1983.

DUPUY, Francis. **Anthropologie économique**. Paris: Armand Colin, 2001.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão social do trabalho**. In: GIANOTTI, José Arthur [Org.]. São Paulo: Abril Cultural, 1998.

DURKHEIM, Émile. **De la division du travail social**. Paris: Quadrige; Puf, 1988.

DURKHEIM, Émile. **Les formes élémentaires de la vie religieuse:** le système totémique en Australie. Paris: Alcan, 1912.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ÉPARGNE SALARIALE retraite. Sítio do deputado Alain Lipietz – PV. Disponível em: <http://lipiezt.net/article.php3?id_article=83>. Acesso em: 06.06. 2006.

FARNETTI, Richard. O papel dos fundos de pensão e de investimentos coletivos anglo-saxônicos no desenvolvimento das finanças globalizadas. In: CHESNAIS, François [Org.]. **A mundialização financeira**. São Paulo: Xamã Editora, 1998. p.183-210.

FAYOLLE, J. Variation sur la globalisation. **La Revue de L’IRES**, Paris, n. 40, p.145-176, 2002/2003.

FELÍCIO, João Antonio. A CUT e a reforma da previdência. In: MARQUES, Rosa Maria et al [Org]. **A previdência social no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. p.151-166.

FERNANDES Fátima; ROLLI Cláudia. **Previdência complementar**. Planos ajudarão entidades a conquistar mais sócios e ganhar força política, dizem especialistas. Disponível no sítio http://direitodoidoso.braslink.com/08/not1505_2.htm. Acesso em 13.05.2006.

FERRANTE, Vera L. B. **FGTS: ideologia e repressão**. São Paulo: Ática, 1978.

FGTS na aposentadoria. **Revista Razão Contábil**, São Paulo, out. 2004.

FGTS pode ajudar previdência privada a crescer. **Revista Fundos de Pensão**, maio 2005.

FITOUSSI, Jean-Paul. La Démocracie et le Marché. **Nouvelle CDFT**, Paris, n. 10, 11 março, 2004.

FLEXIBILIZER les salaires. **Le Monde Diplomatique**, Paris: jun., 2006.

FORÇAPREV. **O que é, o que é?** Forçaprev, previdência associativa. Disponível em: <www.forprev.org.br>. Acesso em: 02.02.2005.

FRINAULT, Thomas. Les pratiques syndicales de la négociation salariale. Paris: **Revista CFDT**, set., 2005.

GENOÍNO, José. Abertura. In: MARQUES, Rosa Maria et al [Org]. **A previdência social no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003, p.11-14.

GODFRAIN, Jacques. Préface. In: LAMY, Patrick. **Épargne salariale : fonds de pension**. Paris:Arnaud Franel, 1998.

GRANOVETTER, Mark. A ação econômica e estrutura social: o problema da incrustação. In: MARQUES, Rafael; PEIXOTO, João [Org.]. **A nova sociologia econômica: uma antologia**. Oeiras: Celta Editora, 2003.

GRANOVETTER, Mark;. The old man and the new Economic Sociology. In: FRIEDLAND, R.; ROBERTSON, A.F [Org.]. **Beyond the marketplace: rethinking economy and society**. New York. Aldine de Gruyter, 1990. p. 98-111.

GROZELIER, Anne-Marie. Les syndicats difficilement em phase avec les transformations du travail. **Revista Mouvements**, Paris, n. 43, p. 15-22, jan.fev., 2006.

GRUN, Roberto. A evolução recente do espaço financeiro no Brasil e alguns reflexos na arena política. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, p.5-47, 2004.

GRUN, Roberto. Difusão dos fundos de private equities (PEs) e transformações do capitalismo no Brasil recente. In: JARDIM, Maria Chaves; PEDROSO, Antonio; SARTORE, Marina et al [Org.]. **A sociologia econômica: um projeto em construção**, São Carlos, SP: EDUFSCar, 2007. Em fase de aprovação.

GRUN, Roberto. Fundos de pensão no Brasil do final do século XX: guerra cultural, modelos de capitalismo e os destinos das classes médias. **Revista Mana**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p.7-38, out., 2003.

GRUN, Roberto. Governança corporativa: atores e ações na construção de uma nova institucionalidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.18, n.52, p.139-161, jun., 2003.

GRUN, Roberto. Modelos de empresas, modelos de mundo: sobre algumas características culturais da nova era econômica e da resistência a ela. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 41, p. 121-140, out., 1999.

GRUN, Roberto. O medo do desemprego e a mudança nos sistemas simbólicos da classe média brasileira. In: REIS, Elisa et al. **Política e cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

GRUN, Roberto. O nó dos fundos de pensão. **Revista Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n.73, p.19-31, 2005.

GUILHOT, Nicolas. **Financiers, philanthropes**: sociologie de Wall Street. Paris: Raisons d’agir, 2006.

GUILLÉN, M. Corporate governance and globalization. Is There convergence across countries? In: **Advances in Comparative International Management**, 2000, p.175-204.

GUSHIKEN, Luis, GONÇALVES, R. Os fundamentos de um código de ética para investimentos e as novas perspectivas sindicais em fundos de pensão. In: GUSHIKEN, Luis [Org.]. **Previdência complementar e regime próprio**. Indaiatuba: Instituto Integrar, 2002.

GUSHIKEN, Luis. Fundos de pensão nos EUA e o papel dos sindicatos. In: GUSHIKEN, Luis [Org.]. **Previdência complementar e regime próprio**. Indaiatuba: Instituto Integrar, 2002b.

GUSHIKEN, Luis. O papel dos sindicatos na expansão dos fundos de pensão. In: REIS, Adacir [Org.]. **Fundos de pensão em debate**. Brasília, DF: Editora Brasília Jurídica LTDA, 2002a, p. 91-97.

HALLQVIST, Bengt. **A história do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa**. São Paulo: IBGC, 2002.

HEILBRON, Johan. Les cours des actions: Évolution des régimes financiers et pouvoir des actionnaires. In: CONVERT, Bernard [Org.]. **Repenser le marché**. Lille: L’Harmattan, 2003. p.79-108.

HIGELÉ, Jean-Pascal ; CASTEL, Nicolas ; FRIOT, B. Recomposition de régimes de ressources et positions syndicales. In: **COLLOQUE INTERDISCIPLINAIRE ANTHROPOLOGUES ET ECONOMISTES FACE A LA GLOBALISATION**, 05, 2006, Villeneuve D’Ascq, Lille, Institut de Recherche pour le Développement (IRD).

HIRSCH, P., MICHAELS, S., FRIEDMAN, R. “Mãos sujas” versus “modelo limpo”: estará a sociologia em risco de ser seduzida pela economia? In: MARQUES, Rafael; PEIXOTO, João [Org.]. **Os trilhos da nova sociologia econômica**: Celta Editora, 2003.

HOLZMANN, Robert. **Revista Conjuntura Social**, Brasília, DF, v.10, n. 1, 1999.

IBGC. **Código das melhores práticas de governança corporativa**. São Paulo: IBGC, s.d.

JARDIM, Maria Chaves. Nouvelles stratégies syndicales au Brésil: création et gestion de fonds de pension. ? In: DURAND, J.-P ; GASPARINI, W. (Org.) **Le travail à l'épreuve des paradigmes**. Toulouse: ed.Toulouse; Éditions Octarès, 2007.

JARDIM, Maria Chaves. **O mercado das previdências: fatores sócio-culturais na criação de mercado**. 2002. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2002.

JARDIM, Maria Chaves; LEITE, Elaine. Governança corporativa e fundos de pensão: uma construção sociológica. In: **II Encontro de Ciências Humanas da Unicamp**, Universidade de Campinas, Campinas, 2004.

JARDIM, Maria. Chaves. A previdência social e o mercado de previdência privada: um olhar sociológico. **Revista da ABET**, São Paulo, ano. 3, n. 2, p.77-113, jul/dez.2003.

KEYNES, John Maynard. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. tradução de Mário Ribeiro da Cruz . São Paulo: Editora Atlas, 1992.

LAMY, Patrick. **Épargne salariale: fonds de pension**. Paris: Arnaud Franel Editions, 1998.

LANNA, Marcos. **A dívida divina: troca e patronagem no Nordeste brasileiro**. Campinas: Editora Unicamp, 1995.

LANNA, Marcos. Notas sobre Marcel Mauss e ensaio sobre a dádiva. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, n. 14, p.173-194, jun. 2000.

LAROCHE, Josepha. **De l'élaboration à la prescription normative: contribution des ONG à une gouvernance mondiale**. 1999. Disponível em : <<http://www.dauphine.fr/globalisation/laroche>>. Acesso em: 16. 06. 2006.

LEDUCA, Pierre. Au Québec, une fin d'activité en pleines actions. **Libération**, Paris, 10 nov. 2005.

LEITE, Marcia de Paula. **Trabalho e sociedade em transformação: mudanças produtivas e atores sociais**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

LES RÉSEAUX de Nicolet Notat. **L'Expansion**. Paris, n.674, abr. 2003.

LINS, Daniel. **O campo econômico**. Campinas: Papirus, 2000.

LIZEE, Michel. Les enjeux des régimes de retraite en regardant de l'action des syndicats québécois: couverture, sécurité du revenu et gestion de caisses de retraite. **La Revue de L'IRE**S, Paris, v. 40, p.73-106, 2002/2003.

LOCKE, John. **Second Traité de Gouvernement**. Paris : PUF, 1994.

LORDON, Frédéric. **Fonds de pension, piège à cons?** mirage de la démocratie actionnariale. Paris: Raisons d'agir, 2000.

LUCA, Tânia. **O sonho do assegurado**. São Paulo: Editora Contexto, 1990.

LUKES, Stevan. Bases para a interpretação de Durkheim. In: COHN, Gabriel [Org]. **Sociologia para ler os clássicos**. São Paulo: Azougue, 2005. 15-54.

LULA diz que Porto Alegre e Davos “se necessitam”. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 31 jan. 2005.

MAGLIANO, Raymundo. Parceria capital e trabalho. **Revista Exame**, São Paulo, jan. 2005.

MAIMONI, Alexandre Brandão Henriques. A natureza jurídica dos fundos de pensão dos servidores públicos. **Jus Navigandi**, Teresina, Ano 8, n. 479, 29 out. 2004. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5818>>. Acesso em: 11.04. 2007.

MARQUES, Rafael. Os trilhos da nova sociologia econômica. In: MARQUES, Rafael.; PEIXOTO, João [Org.]. **A nova sociologia econômica: uma antologia**. Oeires: Celta Editora, 2003.

MARQUES, Rafael.; PEIXOTO, João. **A nova sociologia econômica: uma antologia**. Oeires: Celta Editora, 2003.

MARQUES, Rosa Maria. Experiências internacionais e a reforma da previdência. In: MARQUES, Rosa Maria et al [Org]. **A previdência social no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. p.15-50.

MATTOSO, Jorge. FGTS e aplicação na Bolsa de Valores. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 04 abril 2005. Disponível em: <<http://folha.com.br>>. Acesso em: 26. 05. 2005.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas**: EDUSP, São Paulo, 1974.

MAUSS, Marcel. **Manuel d'ethnographie**. Paris: Payot e Rivages, 1967.

MELLO, Magno. **A face oculta da reforma previdenciária**. Brasília, DF: Letrativa, 2003.

MENGER, Pierre-Michel. **Portrait de l'artiste en travailleur: métamorphoses du capitalisme**. Paris: Seuil, 2003.

MERLIN, Jean-Robin. Le monde du travail à l'épreuve de l'actionnariat salarié. **Projet de recherche pour le concours de chargé de recherche de 2^{ème} classe**. Paris: CNRS, 2006.

MESGRAVIS, Laima. **A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (1599?-1884)**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1974.

MONGERAL. **A Mongeral conta a sua história desde 1835**. Rio de Janeiro: Mongeral, 2004.

MONTAGNE, Sabine. **Les fonds de pension: entre protection sociale et spéculation financière**. Paris: Odile Jacob, 2006.

MONTAGNE, Sabine; PERNOT, Jean-Marie; SAUVIAT, Catherine. Mondialisation financière et gestion du rapport salarial en France. **IRES, la lettre**, Paris, n.38, jan. 1999.

MONTEIRO, L.; LIMA, F. Mais um setor de olho nos recursos do FGTS. **Folha de São Paulo**. São Paulo, XX maio, 2005. Caderno Dinheiro. Disponível em: <<http://folha.com.br>>. Acesso em: 26.05.2005.

MOULÉVRIER, Pascale. Le crédit mutual. L'«économie social» comme consensus. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 146-147, p.93-104, mar., 2003.

MOURIAUX, René. O sindicalismo dos países industrializados em fins dos anos de 1970: efetivos, estruturas e estratégias. In: SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO José Ricardo [Org.]. **Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. p. 89-139.

MÜLLER, Lúcia. **Mercado exemplar: um estudo antropológico sobre a bolsa de valores**. 1997. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade de Brasília. Brasília.

NÃO A LULA e “100% Lula” disputam passeata. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 27 jan. 2005.

NAZARE, S. R. Governança corporativa. **Revista Fundos de Pensão**, São Paulo, nov. 2004.

NEIBURG, Federico. A sociologia das relações de poder de Norbert Elias. In: ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. p.7-11.

NIKONOFF, Jacques. **La Comédie des fonds de pension**. Paris: Arléa, 1999.

NORONHA, Eduardo. A explosão das greves nos anos 80. In: BOITO JÚNIOR, Armando [Org.]. **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 93-136.

NOTE ECONOMIQUE. La réforme indispensable du financement de la sécurité sociale, **Revista CGT**: Paris, n. 101, juin 2006.

NOUVELLE CFDT. Intervention de Gaby Bonnard. **Revista CFDT**: Paris, out.; 2005.

NOUVELLE CFDT. Présentation du CIES. **Revista CFDT**: Paris, jun.; 2005.

NOUVELLE CFDT. Rapport d'activité du Comité Intersyndical de l'épargne salariale (CIES), **Revista CFDT**: Paris, n 14, 04 maio 2004.

NOUVELLE CFDT. Rencontre des fédérations avec VIGEO. **Revista CFDT**: Paris, n . 010, 26 fev. 2004.

O CORINGA de Lula: quem é o assessor de Governo que reforça ministros, faz indicação para a equipe econômica e fala em nome do Presidente? **Revista Veja**, São Paulo, 29 jan. 2003.

OLIVEIRA, F.; BELTRÃO, K. **A rentabilidade do FGTS**. IPEA, 1999. Disponível em: <<http://ipea.gov.br>>. Acesso em: 05. 06. 2005.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

OLIVEIRA, Francisco. O momento Lênin. **Revista Novos Estudos (Cebrap)**, São Paulo, n. 75, p. 23-47, jul., 2006.

OLIVEIRA, J., TEIXEIRA, M. **(IM) previdência social: 60 anos de história da previdência social**. Petrópolis: Vozes/Abrasco, 1986.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

ORLÉAN, André. **Le pouvoir de la finance**. Paris: Odile Jacob, 1999.

PEDROSO, Antonio. **A privatização do setor elétrico paulista: suicídio de um grupo**. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos.

PERNOT, Jean-Marie ; SAUVIAT, Catherine. L'État du dossier de l'épargne salariale: actualité des enjeux salariaux. In **Journée d'Études**, IRES, Paris, 8 juin, 2006.

PERNOT, Jean-Marie ; SAUVIAT, Catherine. Présentation. **La Revue du L'IREs**, Paris, n. 40, p.3-6, 2002/2003.

PERNOT, Jean-Marie. La CGT depuis 1992: les cheminements incertains de la rénovation. **Revue Mouvements**, Paris, p. 41-46, 2006.

PERNOT, Jean-Marie. **Syndicats: lendemains de crise?** Paris: Gallimard, 2005.

PETROS identifica déficit de R\$ 8 bilhões. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 16. fev. 2005.

PIALOUX, Michel, BEAUD, Stéphane. Entrevista com Michel Pialoux e Stéphane Beaud. **Revista Tempo Social**, USP, v. 18, n.1, jun., 2006.

PIMENTEL, José. Previdência social: aspectos, conceitos, estruturas e fatores condicionantes. In: MARQUES, Rosa Maria et al [Org]. **A previdência social no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 53-68.

PINTO, Louis. **Pierre Bourdieu e a teoria do mundo social**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

PIZZORNO, Alessandro. Uma leitura atual de Durkheim. In: COHN, Gabriel. [Org.]. **Sociologia: para ler os clássicos**. São Paulo: Azougue, 2005. p.55 -104.

PLIHON, Dominique. As grandes empresas fragilizadas pela finança. In: CHESNAIS, François [Org.]. **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

PLIHON, Dominique. La Duperie des fonds de pension. Paris: **Le Monde Diplomatique**, fev., 1999.

PLIHON, Dominique. **Le nouveau capitalisme**. Paris: Éditions La Découverte, 2003/2004.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

POVOAS, Manuel. **Previdência privada**: filosofia, fundamentos técnicos e conceituação jurídica. Rio de Janeiro: Funenseg, 1985.

PRIVATIZAÇÃO gerou batalha judicial. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 03 ago. 2003.

PROGRAMA de governo do PT. **Um Brasil para todos**: crescimento, emprego e inclusão social. Disponível em: <www.pt.org.br>. Acesso em: 20.10.2002.

RAMALHO José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. In: SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo. [Org.] **Além da fábrica**: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. p.11-43.

RAMALHO, José Ricardo. Precarização do trabalho e impasses da organização coletiva no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo. [Org.] **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. p.85-113.

REIS, Adacir [Org.]. **Fundos de pensão em debate**. Brasília, DF: Editora Brasília Jurídica LTDA, 2002.

REMOND, Antoine. Quelle représentation pour les salariés-actionnaires? **Revue de L'IRE**S, Paris, n. 40, p. 107-143, 2002/2003.

REMOND, Antoine. Retour des vieux rêves d'association. L'épargne salariale ou comment. **Le Monde Diplomatique**, Paris. jun. p.04, 2006.

ROCHA, Janes. Micro crédito precisa de mais recursos e menos limites. **Valor Econômico**, São Paulo. Disponível em: <<http://www.clipping.planejamento.gov.br/noticias.asp?notcod=221649>>. Acesso em: 02.05.2006.

RODRIGUES, Iram Jácome. Relações de trabalho no ABC paulista na década de 1990. In: SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo [Org.]. **Além da Fábrica**: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. Boitempo Editorial, 2003. p.299-318.

RODRIGUES, Iram Jácome. As comissões de empresa e o movimento sindical. In: BOITO JÚNIOR, Armando [Org.] **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p.137-170.

RODRIGUES, Iram Jácome. Sindicalismo, emprego e relações de trabalho na indústria automobilística. In: ANTUNES, Ricardo. [Org.] **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. p.115-129.

RODRIGUES, José Albertino. **Durkheim**: Sociologia. São Paulo: Ática, 2004. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

RODRIGUES, José Albertino. **Sindicato e desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Difel, 1968.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Destino do sindicalismo**. São Paulo: EDUSP, 2002.

RODRIGUES, Leôncio. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In: BOITO JÚNIOR, Armando [Org.]. **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p.13- 42.

ROLLI, Cláudia; FERNANDES, Fátima. **Sindicato quer fundos de pensão em acordo**. Disponível em: <<http://segs.com.br/index.cfm?fuseaction=ver&cód=22721>>. Acesso em: 25.04.2006.

ROSA, Sérgio. Governança corporativa: a experiência da Previ. In: REIS, Adacir [Org.] **Fundos de pensão em debate**. Brasília, DF: Editora Brasília Jurídica LTDA, 2002, p.73-77.

ROZÈS, Stéphane. La question sindical à l'épreuve du nouveau cours du capitalisme. Dossier Réinventer le syndicalisme. **Revue Mouvements**, Paris, n. 43, p. 96-107, 2006.

SALGADO, R; AGOSTINE, C. Centrais selam 'lua-de-mel' com governo no 1º de maio. **Valor Econômico**, São Paulo, 30 abr. 2007.

SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo [Org.]. **Além da fábrica**: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

SANTANA, Marco. O sindicato brasileiro nos anos 1980/2000. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, Ano 3, n. 02, 2002.

SANTOS, Wanderley. **Cidadania e justiça**: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SASSERON, José. A ANAPAR e seus desafios. In: GUSHIKEN, Luis [Org.]. **Previdência complementar e regime próprio**. São Paulo: Instituto Integrar, 2002a.

SASSERON, José. A presença dos participantes nas instâncias estatutárias. In: REIS, Adacir [Org.]. **Fundos de pensão em debate**. Brasília, DF: Editora Brasília Jurídica LTDA, 2002b, p.171-178.

SAUVIAT, Catherine. Os fundos de pensão e os fundos mútuos: principais atores da finança mundializada e do novo poder acionário. In: CHESNAIS, François. [Org.]. **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

SAUVIAT, Catherine. Nouveau pover financier et modèle d'enterprise: une souce de fragilité systématique. **Revue de L'IREs**, Paris, v. 40, p. 38-72, 2002/2003.

SAUVIAT, Catherine. Syndicats et marchés financier: bilan et limites des stratégies nord-américaines. **Revue de L'IREs**, Paris, 2001.

SAUVIAT, Catherine. Syndicats et marchés financiers. Paris: **Revue de L'IREs**, 2003.

SILVA, Devanir. De 1997 a 2002: reflexões para o atual momento. In: REIS, Adacir [Org.]. **Fundos de pensão em debate**. Brasília, DF: Brasília Jurídica LTDA, 2002, p.37-45.

SILVA, Luís Inácio Lula da. Entre Davos e Porto Alegre existem convergências. Possíveis. (Depoimento de Lula). **Folha de São Paulo**, São Paulo. 27 jan. 2005.

SKIDELSKY, Robert. **Keynes**. Tradução José Carlos Miranda Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

SKOCPOL, T. **Protecting soldiers and mothers**: the political origins of social policy in the United States. Harvard: Harvard University, 1995.

SOARES, Laura Tavares. Reforma da previdência : a experiência da América Latina. In: MARQUES, Rosa Maria et al [Org.]. **A previdência social no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. p.37-50.

SOUZA, Leonardo. Davos eleger combate à pobreza e à fome como prioridade mundial. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 31 jan. 2005.

SOUZA, Leonardo. Lula leva proposta contra a fome a Davos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 jan. 2005. Folha Dinheiro.

STEINER, Philippe. **La sociologie économique**. La Découverte: Paris, 2005.

SWEDBERG, Richard. A nova sociologia econômica: o que já se atingiu, o que se seguirá? In: MARQUES, Rafael; PEIXOTO, João [Org.]. **A nova sociologia econômica**. Oeiras: Celta Editora, 2003.

SWEDBERG, Richard. Preface. In: **Explorations in economic sociology**. New York: Russel Sage Foundation, 1993.

THÉRET, Bruno. La Duperie des fonds de pension. **Le Monde**, Paris, fev. 1999.

THOMPSON, L. **Mais velha e mais sábia**: a economia das aposentadorias públicas. Washington, D.C: Ed. Instituto Urbanno, 1998.

TOMIZAKI, Kimi. A Herança operária entre a fábrica e a escola. Revista **Tempo Social**, v. 18, n.1, p. 153-171, jun., 2006.

VELLOSO, J. Paulo dos Reis; RODRIGUES, Leôncio Martins [Org.]. **O futuro do sindicalismo**. In: Cut, Força Sindical, CGT. São Paulo: Nobel, 1992. p.9-11.

VIEIRA, Hermes Pio. **Eloy Chaves**: precursor da previdência social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1978.

WAGNER, Anne-Catherine. **Vers une Europe syndicale**: une enquête sur la Confédération européenne des syndicats. Paris: Éditions du Croquant ; Savoir, Agir, 2005.

WEBER, MAX. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

WOOD, A J. R. **Fidalgos e filantropos**: a Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1755. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1981.

WOOD, Russel, A J. R. **Fidalgos e filantropos**: A Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550- 1755. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

ZELIZER, Viviana. Human values and the market: the case of life insurance and death in 19th-Century America. In: GRANOVETTER, Mark; SWEDBERG, Richard [Org.]. **The sociology of economic life**. Boulder: Westview Press, 1992.

ZELIZER, Viviana. **La Signification sociale de l'argent**. Paris: Seuil, 2005.

ZELIZER, Viviana. Making multiple monies. In: SWEDBERG, Richard. **Explorations in economic sociology**. New York: Russel Sage Foundation, 1993. p.193-212.

ZILBOVICIUS, Mauro; DIAS, Ana. Valéria. Working for value creation: some issues on financialisation and new forms of work organization. In: **13th GERPISA International colloquium**. Proceedings, Paris, jun. 2005, p.16-17.

Revistas consultadas (do setor financeiro e de fundos de pensão):

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA FECHADA. 25 anos de Abrapp, (2003).

CAPITAL ABERTO, n.11, julho 2004.

EXAME, 14/01/2005.

FUNDOS DE PENSÃO, n. 278, novembro 2002.

FUNDOS DE PENSÃO, n. 284, maio 2003.

FUNDOS DE PENSÃO, n. 288, outubro/novembro 2003.

FUNDOS DE PENSÃO, n. 289, dezembro 2003.

FUNDOS DE PENSÃO, n. 296, julho/agosto 2004.

FUNDOS DE PENSÃO, n. 297, setembro/outubro 2004

FUNDOS DE PENSÃO, n. 298, novembro 2004.

FUNDOS DE PENSÃO, n. 299, dezembro 2004.

FUNDOS DE PENSÃO, n. 300, janeiro 2005.

FUNDOS DE PENSÃO, n. 301, fevereiro 2005.

FUNDOS DE PENSÃO, n. 302, março 2005.

FUNCEF, n.2, maio/junho 2004.

FUNCEF, n.3, julho/agosto 2004.

FUNCEF, n.4, setembro/outubro 2004.

FUNCEF, n.1, março 2004.

FUNCEF, n.6, janeiro/fevereiro 2005.

Outras revistas

ISTO É, n. 1715, 08/2002.

VEJA, 29/01/2003.

REVISTA SEGURIDADE SOCIAL, jan. março, 2003.

RAZAO CONTÁBIL, outubro 2004.

RAZAO CONTÁBIL, novembro 2004.

REVISTA BOVESPA, outubro/dezembro, 2004.

O BANCÁRIO. Revista dos Bancários, n. 1007, 10/02/2005.

O ESPELHO. Revista dos Funcionários do Banco do Brasil, n. 231, 03/2005.

Jornais Consultados (por ordem cronológica):

Boletim ANAPAR, 17/10/2002.

Diário dos fundos de pensão, 2005.

Le Monde Diplomatique, 06/2006.

Le Monde, 02/1999.

O Estado de São Paulo, 16/09/2002.

O Estado de São Paulo, 28/10/2002.

O Estado de São Paulo, 26/11/2002.

Valor Econômico, 29/05/2003.

Folha de São Paulo, 30/07/2003.

Folha de São Paulo, 03/08/2003.

Folha de São Paulo, 08/08/2003.

Jornal da Unicamp, Edição n. 225, 29/8/2003.

Folha de São Paulo, do dia 11/04/2004.

Folha de São Paulo, 27/06/2004.

Folha de São Paulo, 14/08/2004.

Folha de São Paulo, 30/09/2004.

Valor Econômico, 13/10/2004.

Folha de São Paulo, 24/10/2004.

O Globo 12/01/2005.

Folha de São Paulo, 24/01/2005.

Folha de São Paulo, 27/01/2005.

Folha de São Paulo, 28/01/2005.

Folha de São Paulo, 30/01/2005.

Folha de São Paulo, 31/01/2005.

Folha de São Paulo, 10/02/2005.

Folha de São Paulo, 16/02/2005.

O Estado de São Paulo, 17/03/2005.

Folha de São Paulo, 23/04/2005.

Valor Econômico, 22/09/2005.

La Liberation, 10/11/2005.

Valor Econômico, 30/04/2007.

Cartilhas/apostilas consultadas:

ABRAPP. 25 anos. ABRAPP, 2003.

BOVESPA. Clube de Investimento. São Paulo, agosto 2004.

BOVESPA. Novo mercado. São Paulo, maio 2002.

COMISSÃO DE VALORES IMOBILIÁRIOS. O que é a CVM. Rio de Janeiro. Sem indicação de ano.

BOVESPA. Relatório Social 2003/2004, maio 2004.

BOVESPA. Comprar e vender ações, julho 1999.

BRASIL. Panorama da Previdência Social Brasileira. Ministério da Previdência e Assistência Social, março de 2004.

BRASIL. Previdência Complementar: plano de instituidor. Ministério da Previdência e Assistência Social, 2003.

BRASIL. Brasil. Um país de todos. Secretaria de Comunicação do Governo, dezembro, 2003.

CADERNO Bovespa (sem data).

CADERNO CVM Bovespa (sem data).

FORÇA SINDICAL. ForçaPrev previdência associativa, fevereiro 2005.

GUSHIKEN, FERRARI e FREITAS. Previdência complementar e Regime Próprio, 2002.

Sítios consultados:

www.abrapp.org.br

www.anapp.com.br

www.brasil.gov.br

www.afg.asso.fr

www.amf-france.org

www.anapar.org.br

www.bovespa.com.br

www.dieese.org.br

www.egifrance.gouv.fr

www.ethos.org.br

www.fas.asso.fr

www.fondact.org

www.forprev.org.br

www.funcef.org.br

www.ibgc.org.br

www.mongeral.com.br

www.mps.gov.br

www.petros.com.br

www.previ.com.br

www.proinvest.fr

www.revistarazao.com.br

Outras fontes consultadas

Programa Voz do Brasil (06/06/2005)

Jornal da Globo, Rede Globo (13/03/2007)

APÊNDICE

DIÁRIO DE CAMPO

Segundo Dumond (1983), o trabalho de campo deve ser marcado pela observação participante e a relativização. Da mesma forma, Da Matta (1983) nos chama a atenção para a relativização, o que evitaria leituras etnocêntricas, prejudiciais à análise; Oliveira (2000) aborda a importância do “olhar, ouvir e escrever”, para a realização de um trabalho de campo em Ciências Sociais.

Para Oliveira (2000) o olhar, o ouvir e o escrever são os passos fundamentais para uma pesquisa de campo. O “olhar”, primeira experiência do pesquisador no campo, deve estar “domesticado” pelas teorias, que alteram o olhar do antropólogo. Na mesma linha, o “ouvir” goza de significações específicas para um cientista social. Acrescenta que tanto o “olhar” como o “ouvir” não podem ser tomados como faculdades totalmente independentes no exercício da investigação. Assim, tanto o “olhar” quanto o “ouvir” são como duas muletas. A metáfora com a muleta, explica Oliveira, deve-se ao fato de que a trajetória do conhecimento conta sempre com tropeços, dificuldades, imprevistos. O “ouvir” elimina ruídos que não fazem sentido no arcabouço teórico que o antropólogo mantém. Por sua vez, o “olhar” ajuda a definir o “ouvir”.

Como parte do “ouvir”, o antropólogo deve atentar para os rituais (músicas, falas, cantos) e buscar o sentido destes para compreender o “modelo nativo”. Neste ponto tem-se a importância das entrevistas com os membros da comunidade; afinal, a entrevista permite melhor a elucidação do “modelo nativo”.

Nessa perspectiva cabe lembrar a sugestão de Oliveira (2000) de considerar o informante não simplesmente um informante, mas um “interlocutor”. A relação com o “interlocutor”, que pressupõe diálogo entre pesquisador e pesquisado, permite coletar dados que uma simples relação com um informante não permitiria. Portanto, para se chegar a uma relação “de interlocução” é necessário deixar o informante à vontade; as questões devem ser abertas, para que haja um espaço semântico partilhado. Deve haver mais de um encontro, demarcando relações de intimidade e de troca. Isso acontecendo, temos aquilo que Oliveira denomina “encontro etnográfico” entre informante e pesquisador. Essa forma de coleta de dados, que pressupõe a integração entre informante e informado, recebe o nome de “observação participante”. Nesta, o pesquisador assume um papel completamente compatível com a sociedade observada.

Finalmente, o “escrever” é visto como o processo cognitivo, que acontece fora do campo, em geral, nos gabinetes urbanos de trabalho. Nesse momento o pesquisador precisa se valer de suas anotações de campo, de seu Diário de Campo e de suas memórias. Para Oliveira (2000), a memória cumpre um papel de grande relevância na pesquisa de campo. Acrescenta ainda que, quando escreve, o pesquisador é influenciado pelas discussões com colegas, pelo ambiente da universidade ou centro de pesquisa; enfim, que nesse momento precisa colocar no texto suas experiências de campo, apoiado em teorias e equilibrando, de forma razoável, as vozes dos “nativos” e a sua própria voz. Isso é denominado por Oliveira “antropologia polifônica”.

No Manual de Etnografia, Mauss ensina que o pesquisador deve, antes de tudo, saber observar e classificar o fenômeno social. Para ele a etnografia deve ter a preocupação de ser exata, completa; deve ter o senso dos fatos e das relações entre eles, o sentido de proporção e de articulações. Coloca que a intuição não tem lugar na etnografia, que é uma ciência de estatísticas e de constatação. Não que a intuição seja completamente inútil, mas sua aplicação deve ser limitada. Afinal, deve-se atentar para seus perigos. A teoria ocupa um lugar especial na etnografia, já que oferece um valor “heurístico”, um valor de descoberta. A estatística possibilita certificações.

Mauss atenta para os problemas de uma pesquisa etnográfica, a saber: observação superficial, que muitas vezes vem da subjetividade do pesquisador (por exemplo: “nossa, eu não acredito no que estou vendo”). Logo, não carregar valores morais é a primeira preocupação. Para evitar uma observação superficial, deve-se escolher bem os informantes.

Assim, a objetividade deve prevalecer tanto na observação quanto na escrita. Deve-se evitar hipóteses, que em geral são inúteis e perigosas.

Não se deve negligenciar nenhum detalhe; assim, não somente descrever absolutamente tudo, mas também analisar profundamente. Nessa análise profunda é que se nota o valor do pesquisador, sua capacidade sociológica. Na exposição dos fatos, deve-se ser claro e manter a sobriedade. Finalmente, o pesquisador deve localizar e datar cada caso citado (nome da vila, da família, do indivíduo). O pesquisador, deve, finalmente, oferecer todos os dados e condições de observação, exceto em caso de *séjour* prolongado na região. Mauss? finaliza afirmando que todo fenômeno é moral, e que o pesquisador deve atentar para isso.

Foi considerando as observações metodológicas citadas acima que o Diário de Campo desta pesquisa, apresentado a seguir, foi realizado. Este oferece dados que vão desde

os comentários dos pesquisadores com os quais foi discutida esta pesquisa, até a transcrição de entrevistas realizadas. Obviamente, as observações de campo vão além das expostas aqui, mas por uma questão técnica (para que a tese não seja muito volumosa), foram selecionados os comentários, observações e entrevistas que se acredita possibilitar leituras distintas para o mesmo problema que foi focado neste estudo. Uma leitura diferenciada da que foi realizada (considerando o material empírico exposto no Apêndice) alargaria “o olhar, o ouvir e o escrever” da autora, o que é de todo positivo.

1¹⁷⁸. OBSERVAÇÕES A PARTIR DE DIÁLOGOS: COMENTÁRIOS DE INTELLECTUAIS FRANCESES E BRASILEIROS, COM OS QUAIS FOI DISCUTIDA A PESQUISA¹⁷⁹:

1.1 Comentários de Monique de Saint Martin (EHESS), durante entrevista realizada em Paris, na EHESS no dia 03/01/06.

- Diferenciar os sindicatos que se interessam por FP¹⁸⁰;
- Olhar se o mercado de fundos de pensão é campo. Se é um campo, não é mercado;
- Campo de fundos de pensão: quem são os atores sociais dominantes e dominados?
- Talvez haja um campo. Não afirmar de início (trabalhar mais como hipótese, que tem que ser lenta);
- Precisa ter autonomia considerável para ser campo. Mostrar a construção do campo;
- Hipótese: campo de fundos de pensão está em vias de se construir (sindicalistas tradicionais *versus* vanguarda);
- Ver em torno do quê se faz a luta. Qual o objeto de luta?;
- Para que haja um campo, tem que ter o mínimo de consenso;
- Eles, os sindicalistas, precisam estar de acordo com um mínimo de regras em comum;
- Não é claro que haja um campo, mas é possível que ele esteja em vias de se construir;
- São todas as centrais sindicais? Quais?
- Colocar no anexo da tese os relatórios de reunião das centrais (para mostrar as novas reivindicações das centrais sindicais);
- Ler de Boltanski *La Justification*, para se pensar as questões morais;
- Trabalhar os dados das pessoas que não concordam com o projeto, onde o processo não dá certo. No setor automobilístico a coisa acontece? Somente bancário?

1.2 Comentários de Anne-Catherine Wagner (EHESS), durante entrevista realizada em Paris, na EHESS, no dia 20/01/06.

- Coexistência entre novas lógicas de *expertise* e lógicas tradicionais;
- Trabalhador de classe média *versus* classe trabalhadora:

¹⁷⁸ Os depoimentos estão expostos na ordem cronológica.

¹⁷⁹ A estratégia de entrevista/discussão com os intelectuais que se dedicam de forma direta ou indireta ao tema, teve algumas variações. Contudo, com exceção de Francisco de Oliveira, todos os pesquisadores presentes neste Diário de Campo tiveram acesso antecipadamente a um texto produzido pela autora da tese, o qual norteou seus comentários.

¹⁸⁰ FP = Fundos de pensão.

- Fundos de pensão como projeto para a elite;
- Tensão interna dos sindicalistas no Brasil: existe?
- A mesma lógica encontrada no Brasil, existe em Bruxelas;
- Olhar história de vida dos atores envolvidos;
- Olhar o profissionalismo dos militantes dos fundos de pensão;
- Olhar a acumulação de competências dos sindicalistas;
- Mapear as exigências sociais para entrar no “campo”;
- Competências lingüísticas: existe contradição do sindicato, despolitização do trabalhador?;
- Olhar a trajetória/formação dos homens/sindicalistas que se interessam por fundos de pensão;
- Esquerda dá legitimidade aos fundos de pensão.

1.3 Comentários de Alain Touraine (EHESS), durante entrevista com este pesquisador, realizada em Paris, na EHESS, no dia 29/01/06.

- Na discussão desta pesquisa com Alain Touraine, este afirmou que não existe contradição ou ambigüidades no novo papel dos sindicatos; os sindicatos estão fracos; o abandono da luta tradicional é superficial. No futuro, o papel tradicional dos sindicatos deve aumentar (retornar). Mas, no momento, estamos numa condição favorável ao interesse por fundos de pensão, pois vivemos um liberalismo extremo; é lógico que no futuro haverá a retomada do sindicato de luta e, quando isso acontecer, o envolvimento com os fundos será marginal;
- Na França, os fundos de pensão são vistos como instrumento de destruição da previdência social. Existe somente um fundo estatal na França, o PROFAN, criado nos anos de 1970. Para Touraine, o Estado deu vantagens fiscais, mas o fundo é mais interessante durante o período de poupança do que durante o período de aposentadoria. Com o PROFAN, o Estado mostrou a possibilidade do funcionário ter aposentadoria complementar (já que a aposentadoria oficial tinha nível baixo);
- Olhar os fundos de pensão do Chile: modelo de fundo internacional;
- Pensar as relações privado *versus* público (na aposentadoria).

1.4 Comentários de Robert Castel (EHESS), durante entrevista individual em Paris, na EHESS dia 31/01/06 e durante discussão da pesquisa no seminário *Sociologie des interventions sur le social*, coordenado por Castel¹⁸¹.

- Ocorre transformação no mundo do trabalho: papel do trabalhador é seguir as mudanças da sociedade;
- Os sindicatos como lógica de gestão. Sindicatos gestores *versus* sindicatos contestatórios;
- Olhar o movimento cooperativo do século XIX na Europa: ocorre “socialização da produção”;
- O associativismo, pensado como alternativa à gestão, deixou rastros negativos;
- Existe ambigüidade e paradoxos dos fundos de pensão. Olhar o debate sobre acionista salarial na França;
- Ponto forte da proposta de fundos de pensão no Brasil: transparência na gestão;
- É possível o uso de “eufemismo” para se falar em fundos de pensão na França;
- Altas taxas de juros (contradição, pois os fundos de pensão sobrevivem do dinheiro da alta taxa de juros);
- Fundos investem nos títulos da dívida pública. Taxas de juros altos. Sindicatos são contra as altas taxas de juros ou a favor delas? Sindicato muda a bandeira de luta?
- Na França, olhar o caso da CFDT;
- Este quadro [de fundos de pensão], na França, seria tido como liberal, mas no caso do Brasil tem que se estar atento a essa metodologia científica “de recorta e cola”. No Brasil, essa política pode ser vista como política de inclusão social. Se melhorar a qualidade de vida do trabalhador é cidadania, e qual o problema da cidadania passar pelo mercado?
- É mais fácil dizer que a política de fundos de pensão é liberal. Mas deve-se fugir desta prisão. Numa comparação com países que têm um sistema social avançado e têm fundos de pensão, ver se o fundo de pensão dá certo ou não;
- No Brasil, onde a seguridade social é insuficiente, o fundo de pensão pode ser visto como progresso;

¹⁸¹ A pesquisadora seguiu o seminário *Sociologie des interventions sur le social*, coordenado por Robert Castel no ano letivo de 2005-2006, completando um total de 50 horas. No dia 06 de junho de 2006 a pesquisadora teve uma sessão coletiva para a discussão de seu projeto, quando teve a oportunidade de aprofundar algumas hipóteses levantadas por Castel nos encontros individuais.

- Para a análise dos fundos de pensão, deve-se considerar o contexto geral;
- Historicamente, na Europa, os sindicatos são hostis a esse tipo de dispositivo. Mas se a situação do trabalhador for melhorada, dar poder aos trabalhadores, em relação à gestão da empresa, é bom, é positivo;
- Sindicatos estão no controle dos fundos? Ocorre gestão das empresas?

Sugestões de Castel:

- Para se dar uma resposta a isso [viabilidade dos fundos de pensão via sindical e o interesse dos sindicatos por fundos de pensão], deve-se avaliar como isso funciona, ou seja, olhar a melhoria das políticas sociais e a pertinência desta posição sindical. Deve-se questionar:
 - Como acontece com o Governo Lula? É diferente do governo Fernando Henrique Cardoso? (Ver exato isso!);
 - O que é combater o mercado?
 - O que é fazer revolução?
 - Qual a proporção da importância econômica dos fundos de pensão?
 - Ver dados qualitativos/quantitativos;
 - Ver poder relativo do capital dos fundos de pensão numa empresa (quantos %).
Exerce poder marginal?
 - Ver de fato o que representam, em termos numéricos, os fundos de pensão do Brasil;
 - Ver as vantagens dos assalariados/sindicatos;
 - Em que medida se permite dar poder aos representantes dos sindicatos?
 - Olhar o comitê das empresas: ver se os sindicalistas têm poder limitado e qual o valor [político] dos fundos de pensão;
 - É um poder relativo a maneira como os fundos de pensão funcionam nas empresas?
 - Como funciona essa democracia? Como funciona a governança corporativa?
 - Que tipo de reivindicação classista existe?
 - Que classes estão representadas nessa política?
 - A tese é: sindicato busca alargar a esfera de intervenção.

Ponto de vista/questionamentos de Robert Castel:

- Existe ambigüidade nessa estratégia, pois alarga a esfera de ação sindical (aumenta a sindicalização) mas, ao mesmo tempo, do ponto de vista da defesa dos direitos dos trabalhadores, colocam-se problemas;
- Sindicatos como defensores dos direitos dos trabalhadores?
- Sindicatos podem ajudar as empresas a funcionar ao mesmo tempo em que podem ajudar a gerir empresas?
- Se os sindicatos se envolvessem com os fundos de pensão, eles forçariam o mercado a fazer coisas interessantes (exigiriam o mínimo obrigatório);
- Olhar o tipo de interesse da política sindical atual;
- Esquerda: mais ou menos como se o mercado não existisse;
- Economia solidária, mas o mercado está lá;
- Ver Karl Polanyi: “domesticação do mercado”;
- Posição revolucionária *versus* reformista;
- No plano ideológico a pesquisa sugere a discussão sobre reforma/revolução;
- Reformismo e reforma: não podem ser relacionados a coisas marginais;
- Muitas vezes, a revolução e a reforma podem ser consideráveis. Ver na França no século XIX. Movimento cooperativo (financia a economia do século XIX). Ocorre socialização da produção;
- Existe a fórmula de condenação absoluta do mercado. O argumento sugerido é a aceitação do mercado (colaborar com o mercado com a idéia de controlá-lo);
- Ocorre mudança fundamental de paradigma. Mas o importante é que os fundos de pensão melhore as condições sociais das pessoas;
- Avaliar em que medida melhorou a condição dos trabalhadores (não é ver se há heroísmo);
- Castel enfatiza que acha interessante a política de fundos de pensão, no caso do Brasil;
- Previdência Complementar na França: tem condenação ideológica;
- Sugere olhar o debate sobre acionista salarial da França;
- Questiona sobre a individualização dos sindicatos (lógica de gestão);
- Fundos de pensão: política de risco. O fundo precisa do tempo para pagar as aposentadorias (no futuro quem paga o bolo é o Estado);
- Sindicatos gestores *versus* sindicatos contestatórios.

1.5 Comentários de Catherine Sauviat (IRES), durante reunião realizada em Paris, na sua residência, no dia 02/02/06.

- Olhar fundos de pensão nos Estados Unidos e no Québec, em particular;
- Plano internacional norte-americano: AFL-CIO;
- Estados Unidos: fundos de pensão são mais agressivos que na Europa;
- Estados Unidos: os fundos de pensão fechados nas empresas são desequilibrados;
- Deve-se avaliar o que representam os fundos de pensão no Brasil (em termos numéricos) e fazer histórico dos fundos;
- Inflação: condição indispensável para a saúde dos fundos de pensão;
- Estabilidade econômica: poder financeiro;
- Fundos de empresa e fundos de pensão sindicais chamam a atenção dos sindicatos;
- Ver estatísticas que representam os fundos tradicionais e fundos de pensão sindicais;
- Fundo de pensão: muito custoso para uma empresa, sobretudo empresa de pequeno porte;
- EUA: fundo de pensão sindical é pequeno (5%);
- Existe um discurso alternativo além do mercado;
- Fundos de pensão: geridos de forma autônoma;
- Cuidado com o discurso que diz que as centrais pensam todos os dias no trabalhador: discurso de defesa do “seguro privado”. Os sindicatos dispensam energia nos fundos de pensão;
- Fundos de pensão: buscam suprimir lacunas do texto salarial para a classe média (profissionais liberais);
- Benefício definido *versus* contribuição definida (modelos de fundos de pensão);
- Quais os deveres dos gestores?
- A lógica é, se todos os sindicatos caírem juntos, “*c’est pas grave*” (não tem problema);
- Quais as implicações sindicais dentro do mercado?
- Troglic foi ao Québec visitar o fundo solidário, antes de ir aos Estados Unidos;
- Como funcionam, concretamente, os fundos de pensão do Brasil (iniciativas fiscais)?
- Deve-se observar detalhes da regulamentação dos fundos no Brasil;
- Quais contatos a AFL-CIO tem com o Québec?

- AFL-CIO vende o modelo de FP para o mundo;
- Existe diálogo entre AFL-CIO e Québec?

1.6 Comentários de Jean-Marie Pernot (IRES), durante entrevista realizada em Paris, no IRES, no dia 15/05/06.

- Divisão entre repartição e capitalização;
- De Gaulle: fundos de pensão nas empresas (interesse dos trabalhadores, resultado das empresas);
- Plano de poupança empresarial: estimulado pelo Governo (indiretamente);
- Os fundos de pensão são mal-vistos (franceses confiam muito em seu sistema de repartição);
- Debate político não apóia fundos de pensão;
- Crise na América do Sul e na Coréia (cuidado com os fundos de pensão);
- CFDT: dizem que são contra. Mas a CFDT está envolvida. Sua idéia é que sindicatos possam gerir fundos de pensão.

Relação CUT/CFDT:

- CFDT auxiliou na constituição da CUT: troca, proximidade cultural, esquerda católica (ajudou mesmo financeiramente);
- Lula/Paris (2005): na companhia de Troglic e Denis Jacquot (amigos pessoais de Lula);
- Trajetória do sistema de idéias e de representação;
- CFDT: no início, era radical em relação a proposta de fundos de pensão;
- O Brasil está com a esquerda crescendo, é um referencial na América Latina.

Sindicato e crise:

- Sindicatos buscam reconquistar novas estratégias: ilusão;
- Aglietta da Escola de Regulação afirma que os sindicatos devem contribuir para a socialização do capitalismo, através do salário;
- Dirigentes de esquerda: CUT / AFL-CIO (capitalismo acionário);
- AFL-CIO: diferente dos sindicatos/centrais latino-americanas;
- Québec: evita especulação dos fundos de pensão, promove desenvolvimento durável;

- Os fundos de pensão são investidos em projetos sociais, orientando a movimentação do capital sobre normas sociais;
- Os sindicatos buscam representação através dos fundos de pensão;
- Nos Países Baixos e na Suíça: fundos de pensão são desenvolvidos, mas os sindicatos não têm grande poder;
- Fundos de pensão são perigosos: ilusão;
- 1996: lei na França sobre *épargne salariale* (poupança salarial);
- Lógica da corrupção no Brasil;
- Previdência complementar na França: empresas de previdência complementar financiam congressos sindicais;
- Gestão paritária dos fundos de pensão: previdência complementar.

Sindicatos em crise?

- Quais as relações internacionais do sindicato francês e as conseqüências disso, no plano nacional?
- Por que eles estão investidos de estrutura internacional?
- Organização internacional não serve de grande coisa!
- Ocorre investimento nesta atividade internacional, mas e daí?
- Realidade internacional é presente nas relações nacionais. Forma de representatividade!
- Cria recursos em nível internacional. Olhar como, a partir dessas relações internacionais, a CUT cria suas estratégias. Estratégias nacionais vêm do internacional;
- França: país centralizado (mas a influência regional é forte - Alsace/Itália/Marseille);
- Existe um projeto sindical denominado *Observatório Sindical Multinacional*, Universidade de Montreal (Canadá);

1.7 Comentários de Afrânio Garcia (EHESS), após apresentação da autora no seminário *Anthropologie Politique du Brésil*, em Paris, na EHESS, dia 25/06/06.

- Mudança da agenda da esquerda brasileira. Discurso é o controle social do dinheiro. Fundos dão sorte ao capital financeiro. Idéia de “socialização do capitalismo”;
- A França, que tem o simbólico de esquerda, deixa passar reformas liberais, e influencia outros países. Tudo o que é francês é de esquerda;
- Muitas pessoas que não fazem sucesso no seu país, mas fazem fora, no estrangeiro (a idéia de profeta). Ver a *Circulação internacional das idéias*, texto de Bourdieu;
- Projeto do PT: projeto de elite (não para o pobre);
- Houve aliança de poder econômico antes da vitória de Lula, e depois? São os mesmos aliados com quem ele faz esses acordos antes das eleições ?
- Quem dá a credibilidade? O crédito mora vem dos *outsiders*;
- Descrição monográfica: solidariedade de Durkheim;
- Casamento entre social/financeiro;
- Ocorre convergência de interesses.

Questões levantadas por Afrânio Garcia

- Fundos de pensão investem no exterior ou somente no Brasil?
- Investidor de fundos de pensão pode sair do Brasil?
- Greve dos petroleiros: quem são os sindicalistas petroleiros que aceitam a indicação de Pinheiro?
- Quem é o grupo que defende fundos de pensão?
- Função tradicional dos sindicatos *versus* função financeira. Existe contradição? Sindicato representa o trabalhador?
- Sindicalistas como vanguardas: coração do capitalismo!
- A Nação não pode ser pensada fora do mercado financeiro;
- Contradição com as taxas de juros muito altas;
- Mercado financeiro precisa da governança corporativa;
- Transformação cognitiva dos sindicalistas do passado *versus* sindicalistas do presente;
- Ruptura bibliográfica dos sindicatos com o alcoolismo;
- Circulação internacional das idéias: idéias viajam. Qual a relação entre pessoas e idéias que viajam?

- Mudança de agenda/acumulação capitalista;
- Lutas simbólicas mudaram de espaço, passaram a acontecer no mercado: não há fábricas como no passado! Mercado também mudou para receber os sindicalistas;
- Sindicatos franceses criam critérios societários.

Sugestões:

- Olhar as gerações, ver história de indivíduos. Não dar muita ênfase ao grupo. Quando a gente fala de corrente, a gente não fala de indivíduo;
- Ver tensões/concorrentes/interesses;
- Formação fragmentada do salário: não passa necessariamente pela produção, passa pelos fundos de pensão;
- Tensão/resistência à tensão;
- Transfiguração do dinheiro em laço moral de solidariedade: fundos de pensão;
- FP socializam o dinheiro: cotas de fundos de pensão validam socialmente o trabalho;
- Idéia de socialização dos salários;
- Qual o *status* que Marx daria à questão do regime de recursos de aposentadoria como direito do trabalhador?
- Economia alternativa: quase que um motor da nova sociedade;
- Conseqüências da globalização: formas de dominação produzidas no mercado;
- Crenças econômicas são isoladas de outras crenças?
- Banco mutualista na França: economia perto da economia doméstica;
- Passagem de economia racional para economia moralizadora;
- Condutas econômicas são influenciadas por crenças religiosas, políticas, sociais, simbólicas;
- Ocorre dupla legitimidade: saber sagrado e saber profano;
- Pólos dominados/pólos dominantes;
- Variável dominante social e familiar: herança como estratégias de internacionalização – ver o trabalho de Bourdieu sobre “*Os herdeiros*”;
- O jogo importante é saber onde as elites se encontram, onde se fazem as leis (justamente uma visão de circulação de gente, Estado e política, na produção de normas);
- Visão holística do conflito e dos interesses;
- Bourdieu: cumplicidade;

- Jogo coletivo: capital social não é tudo, mas conta!
- Para que servem os rituais? Goffman!
- Reconversão dos sindicalistas;
- Tensão no campo (todo campo precisa ter autonomia).

1.8 Comentários de Sabine Montagne (IRES), durante entrevista realizada em Paris, em um Café na rua Montreuil no dia 01/12/06.

- Processo de inclusão de sindicalistas nas atividades de gestão de fundos de pensão;
- Precisa realizar avaliação empírica;
- Ocorre dependência interna? (olhar perfil de sindicalistas, carreiras);
- Ocorre dependência externa? (taxa de sindicalização, relação assalariado);
- Negociação na relação com o empregador;
- Relação política;
- Natureza dos sindicalistas: realizar comparação histórica com os Estados Unidos;
- Resistência de alguns sindicatos brasileiros: interação sindical com a central norte-americana AFL-CIO;
- Recente evolução política do país e sua relação com os fundos de pensão;
- Fundos de pensão surgem nos Estados Unidos;
- Estrutura jurídica dos fundos dos EUA: categorias dos *trustes* para organização do dispositivo fundos de pensão para ações econômicas;
- Poder protagonista dos *trustes*: tem consequência na gestão de fundos de pensão;
- Poder que não existe?
- Como a gestão coletiva é assegurada na França? Nos Estados Unidos é através do *truste*! E no Brasil?
- Quais são os canais de representação dos beneficiários?
- Limitação dos dispositivos sobre *trustes* por parte dos beneficiários!
- Justiça do *truste*: é assimétrica;
- Idéia de justiça: dois partidos em igualdade. Mas existe assimetria do poder;
- Objetivos: como funciona a estrutura assimétrica do *truste*?
- Estrutura do *truste*: os *trustes* são utilizados pelos fundos de pensão dos EUA no momento de sua criação;

- Existem conflitos de interesse entre empregadores e trustes (“como controlar operando o truste?, afinal o truste é uma forma de administração que possibilita assimetria de poder”)
- Trustes geram patrimônio familiar de grandes famílias: tomada de decisão;
- Profissional da gestão de títulos;
- Regras do *truste*: as regras não são capazes de avaliar a performance;
- Qual o poder de decisão do trabalhador? Existe um conselho de decisão?
- Lei ERISA: autoriza a criação de fundo privado;
- Legislação Federal é obrigatória nos EUA;
- Fundo de pensão é o mesmo que se passou na sociedade anônima;
- Poder das finanças: tem as finanças legitimidade?;
- Jurisprudência: acusa truste por não ter dados de base;
- Conflito: sindicato *versus* empregado;
- Aliança: fundos de pensão devem preservar o interesse do beneficiário;
- Ministério do Trabalho ajuda a administrar os fundos de pensão;
- Para o antropólogo, a dominação financeira passa pelo dispositivo cultural/religioso.

Responsabilidade social dos fundos de pensão:

- Um empresário pode decidir a regra?
- Ocorre exclusão de investimentos alternativos?.
- Onde o investimento vai?
- Como o sindicato se manifesta como investidor.

Gestão participativa/governança corporativa:

- Houve, realmente, mudança no interior dos sindicatos?
- Quais as iniciativas do lado dos fundos de pensão?
- EUA: fundos de pensão públicos;
- Europa: grandes fundos;
- Fundos de pensão são institucionalizados, em cada país, por razões diferentes;
- Fundos de pensão norte-americanos tradicionais (benefício definido) *versus* contribuição definida;
- “*L’ épargne salariale*” individual pode ser retirada quando o indivíduo quiser;
- Seguridade social na França está em decadência;

2 COMENTÁRIOS COLETADOS DURANTE EVENTOS ACADÊMICOS

2.1. Comentários de Francisco de Oliveira (USP/CEBRAP) sobre fundos de pensão, durante conferência proferida por este em Paris, na EHESS/CRBC, no dia 02/11/05.

- Quem manda no Governo Lula? Banqueiros? Resposta é óbvia, mas não suficiente!
- Surge nova classe dirigente: gestores de fundos de pensão;
- Novos fundos institucionais, que surgem durante regime militar;
- Tem propriedade de ativos no Brasil: Bolsa de Valores;
- Nova classe dirigente atuou na privatização da PREVIC;
- Os fundos de pensão, juntamente com o sistema financeiro, são donos dos ativos da dívida pública do Estado;
- Quem sustenta os títulos da dívida pública? Fundos de pensão!
- Decisão de um fundo de pensão é muito importante. Decide se dá o emprego ou se dá o desemprego;
- Constituição de 1988: criação do *Fundo de Amparo ao Trabalhador* (FAT);
- BNDES: dirigentes dos fundos de pensão (ex-militantes do PT);
- Líder é Gushiken: fundos de pensão, igual a corrupção;
- Todos os fundos de pensão estão envolvidos em escândalos. Exemplo do *Instituto de Resseguro do Brasil* (IRB);
- Forças alternativas influenciam o jogo. Capital moral do partido;
- História intelectual dos membros do PT presentes no Governo;
- Atores executivos do sistema financeiro, cooperadores do mercado: são oriundos da FGV/ SP;
- Onde se conheceram os membros dos fundos de pensão?
- Gente mais ligada ao sistema financeiro/ parte política do Governo Lula;
- Estruturalistas *versus* monetaristas;
- Dialética: quem é dirigente *versus* quem é trabalhador;
- Fundos de pensão ampliam a distância entre as duas classes;
- BNDES: financeirização deste banco, transformando os fundos de pensão em agiotas dos títulos públicos;
- Conselho deliberativo do FAT;
- Projeção: decisão sobre projetos;
- Sindicato dos trabalhadores desemprega quando decide pelos fundos;

- Sindicatos vivem o “dilema do prisioneiro”;
- Privatização: fundos de pensão prejudicam os trabalhadores;
- Dinheiro é roubado e aplicado, desviando dos fins públicos;
- “Delegação de confiança a Lula é o carisma” (Castel), mas a desconfiança ganha terreno;
- Vivemos conjunturas pré-fascistas, em nome da ética. Antes da política, existe a ética;
- Existe um caráter contraditório do crédito;
- Para onde vai o Governo Lula, aprisionado em estâncias de colonização devastadora?
- Crise não vem da política, vem da economia;
- Crise dos *Correios*: corrupção;

2.2. Comentários coletados durante apresentação feita no seminário de *Sociologie Européenne*, em Paris, na EHESS, no dia 24/04/06.

- Ver empresas francesas de consultoria e qual a influência no Brasil;
- Surge nova elite no Brasil: esquerda e mercado;
- Reforma da previdência na França, em 2003 (olhar a posição da CFDT dentro da temática);
- Olhar a reforma da previdência social na França em 1995/1996;
- Fundos de pensão não estão avançados em nada, na França. Mas os sindicalistas do Brasil dizem que os fundos de pensão da França já estão bem avançados, o que nos surpreende;
- Sistema de repartição não pode prever. Isso é perigoso!
- Cotização não acompanha o desemprego;
- Repartição: solidariedade entre as gerações.

2.3. Comentários coletados após a conferência *La Gauche Brésilienne et le Marché Financier: um Rapport Intime?* ministrada pela autora desta tese, em Paris, na *Maison du Brésil*, no dia 11/ 05/06.

- França fala de fundos, França não fala de fundos: polissemia, ou seja, é na bagunça que a conversa acontece!
- Qual a tensão/paradoxo na política social via mercado? Há hegemonia no mercado?
- Montar uma tabela com caracterização da poupança salarial e dos fundos de pensão;

- Caráter contraditório do crédito: ele ajuda, mas causa dependência financeira;
- Direta e esquerda: uma ocupa a posição da outra, sem constrangimentos;
- Capital volátil: circula da margem ao centro, sem raízes;
- Estratégia de sobrevivência: PT/ PMDB;
- (Re)significar: PT busca novos interlocutores, aliados. Vivemos a “sociedade do espetáculo”, o culto ao brilho e ao encanto;
- A modernidade vive em tensão com o futuro.

2.4. Comentários coletados durante apresentação feita no II Congresso da Associação Francesa de Sociologia (AFS), em Bordeaux, de 5 a 8 de setembro de 2006¹⁸².

Comentários dos debatedores:

- Sindicatos como nova classe social;
- Relação entre dirigentes gestores e dirigentes profissionais;
- Tensões internas, concorrência entre outras centrais, entre outros sindicatos;
- O sindicato mudou? Surgiu um sindicato profissional?
- Existe jogo de interesses pessoais? Ambigüidades?
- Considerar a falta de confiança no setor público no Brasil;
- Sindicatos se tornaram profissionais dos fundos de pensão;
- Interesses conflitantes/criação de regras éticas;
- Sindicatos reivindicam do Governo adoção de um plano global.

¹⁸² Resultado deste congresso, a autora publicou na França o texto *Nouvelles stratégies syndicales au Brésil: création et gestion de fonds de pension*. In: J.-P. Durand et W. Gasparini. (Org.). *Le travail à l'épreuve des paradigmes*. ed. Toulouse: éditions Octarès, 2007.

2.5 Comentários de André Orléan (CEPREMAP/EHESS), em Paris, durante a Journée Doctorale du GDR "Economie & Sociologie" realizada na Université de Paris X-Nanterre, no dia 17/11/06.

- Deve-se explorar a tensão entre sindicalistas e dirigentes tradicionais;
- Sugestão: contrapor dados qualitativos e dados estatísticos.

Questões colocadas pelo pesquisador:

- O papel dos sindicatos é suficiente para transformar o mercado de fundos de pensão do Brasil?
- Quais as lógicas concretas de investimento no Brasil?
- Como investir no que é e no que não é rentável?
- Noção de política é sempre permeada por relações de força;
- Lula trouxe o discurso de mercado para o pobre;
- Sindicatos trazem nova abordagem para os fundos de pensão;
- Os fundos do Brasil mostram que mesmo dentro da globalização existe diversidade;
- Embora na França e no Brasil a política social seja absolutamente diferente, os fundos são possíveis no caso do Brasil; a situação pode ser considerada sob a perspectiva de cidadania via mercado (...) neste caso, me parece que os fundos são interessantes.

3. COMENTÁRIOS COLETADOS JUNTO AOS SINDICALISTAS DA CFDT E GCT¹⁸³

3.1 Resumo da conversa com Lisa Pécherot (CFDT), em Paris, na CFDT, no dia 17/05/06.

- A CFDT é contra os fundos de pensão: valoriza a repartição. “A central aprova os fundos no limite, como complemento”;
- A CFDT defende a *épargne salariale* (poupança salarial) e o investimento sustentável; “não defendemos os fundos de pensão porque os trabalhadores sem trabalho ficam excluídos dos fundos de pensão”.

3.2 Resumo da conversa com Denis Jacquot,¹⁸⁴ ex-dirigente da CFDT – em Paris, na CFDT, no dia 01/06/06

- Como proteger sua aposentadoria? Como se preparar para a velhice?
- “A esquerda radical diz que a culpa é da globalização. A esquerda radical defende o protecionismo radical. Não é culpa da globalização, é a pirâmide demográfica”;
- “O que fazer com as pessoas que não têm trabalho? Nós vamos lhes dar dinheiro. Mas o que fazer quando houver um desemprego em massa? Deve haver formação permanente. Ajudar a procurar emprego. É o mercado de trabalho, a idéia corporativa. Castel explica bem isso; Ou seja, tem ocorrido um contrato de trabalho precarizado; são os funcionários mais qualificados que estão de acordo em abrir as fronteiras”;
- “Criação de nova solidariedade. A “mundialização” ou globalização financeira traz novos modelos de financiamento. É necessário a capacidade de reação dos sindicatos. Se você é incapaz de se adaptar, você entra em crise”;
- O problema da esquerda brasileira é que vocês [os brasileiros] têm uma concepção de capitalismo nacional. O nacionalismo faz parte ideológica da esquerda do PT. E o setor público no Brasil tem estigma de inferior;
- Sobre o *Partido dos Trabalhadores*: o Lula criou outra esquerda, que é a articulação. “A esquerda tem o coração à esquerda e o cofre à direita”; [uma tradução possível para

¹⁸³ As entrevistas não serão integralmente traduzidas e expostas neste apêndice por uma questão técnica de limitação de espaço. Assim sendo, os comentários expostos a seguir são “copilações” das entrevistas integrais, na maioria das vezes realizadas em francês, sendo que a tradução é de inteira responsabilidade da autora.

¹⁸⁴ Amigo pessoal de Lula, Denis Jacquot ajudou a criar a CUT no Brasil. Além deste encontro informal, foi realizada com ele uma entrevista, registrada em fita-cassete.

esta frase seria que a esquerda se preocupa com questões sociais mais também com o mercado financeiro];

- Devo deixar claro que os fundos de pensão são uma nova forma de solidariedade.

3.2.1 E-mail do sindicalista francês Denis Jacquot, no qual associa de forma explícita os fundos de pensão sindicais do Brasil com a *épargne salariale* francesa.

: "denis jacquot" <denis.jacquot@ifrance.com>
Para: majardim@yahoo.com.br
Assunto: contacts cfdt sur épargne salariale
Data: Thu, 8 Jun 2006 09:59:05 +0200

Cara Maria, bom dia

A la lecture de ton papier, il s'agit bien de l'épargne salariale

Peut-être le sais-tu déjà 4 confédérations ont à l'initiative de la Cfdt créé le Comité intersyndical de l'épargne salariale, CIES, composé de la CFDT, la CGT, la CFTC et la CGC.(voir ci dessous) pour favoriser le développement de l'épargne salariale en l'orientant vers l'investissement socialement responsable. En cherchant sur Google: CIES ou épargne salariale tu auras déjà pas mal d'infos

Je propose aussi que tu prennes contact avec deux camarades de la confédération cfdt qui suivent les questions d'épargne salariale en te recommandant de ma part :Jean Jacques Guille 01 42 03 81 55 ou Jean Paul Peulet 01 42 03 80 24 . Tu devrais aussi te rapprocher du service documentation cfdt à la même adresse pour consulter les documents sur cette question

Bien amicalement et bon courage . Abraço Denis

3.3 Resumo da conversa com Pierre-Yves Chanu, (CGT)¹⁸⁵, em Paris, na CGT, no dia 20/06/06.

- Fundação do sindicalismo internacional: nova organização unificada;

¹⁸⁵ A entrevista foi registrada através de gravador de áudio do sistema MP3.

- Surgimento do PREFON (1965/1970). Com o problema do envelhecimento da população, a viabilidade da aposentadoria a longo prazo foi colocado pela primeira vez na França;
- 1980: houve crise do Estado da Providência francesa;
- 2003: surge a *épargne salariale* (poupança salarial), individual e coletiva. A *épargne salariale* é uma especialidade francesa;
- Associação capital/trabalho (alternativa ao capitalismo)
 - A associação entre capital/trabalho surgiu pela primeira vez na França em 1968 com De Gaulle;
 - A *épargne salariale* e o PROFAN surgiram inspirados em De Gaulle, para quem o trabalhador deveria ser, progressivamente, proprietário das empresas;
- Ocorre também na Bélgica, Inglaterra, Irlanda;
- 2003: debate sobre fundos de pensão na França;
- Jospin: fala de fundos de pensão “à la francesa”: *épargne salariale*;
- “A gente pode utilizar a poupança salarial para aposentadoria, sem criar fundos de pensão (logo, não é um produto de aposentadoria, mas uma poupança a longo prazo, que pode ser usada na aposentadoria). É necessário desenvolver a aposentadoria por capitalização. A diferença entre poupança salarial e fundos de pensão é somente filosófica; na prática, não tem muita diferença”;
- O entrevistado deixou claro e enfatizou que “A gestão da poupança salarial não está em jogo. O que está em jogo é somente o controle da poupança salarial. Hoje, os sindicatos possuem uma responsabilidade financeira, além da já conhecida responsabilidade de militantes”.

3.4 Resumo da conversa com Yves-Marie Marionneau (CFDT), em Paris, na CFDT, no dia 12/ 07/06.

- Previdência social, na França, tem a ver com a história do mutualismo;
- Responsabilidade social é o grande foco do momento;

- Existe hostilidade dos sindicalistas franceses com relação aos fundos de pensão, pois defendem modelo de repartição. No modelo de fundos de pensão, cada assalariado deposita numa conta: é individual;
- A poupança salarial francesa é inspirada em Québec;
- Critérios de investimentos não são automáticos;
- Force Ouvrière: historicamente é contra;
- “A economia francesa precisa de todos. Poupança salarial é dinheiro dos trabalhadores”;
- Troglic defende a gestão paritária.

Critérios:

- Rentabilidade dos fundos, ou seja, ética financeira na França. “Securização” dos fundos [o entrevistado refere-se a idéia de usar os fundos com segurança];
- Uso dos fundos de pensão com responsabilidade;
- Ligar os fundos de pensão aos fundos de investimento: mecanismo de responsabilidade social;
- Será que a poupança salarial corre risco de corrupção na França?
- Até 1998, era tabu os sindicatos gerirem fundos de pensão nas empresas;
- CIES: comitê criado depois da Lei *Fabius*;
- CIES e VIGEO: instrumentos “de controle” sindical sobre a poupança salarial;
- VIGEO: agência que tenta dar notas/classificar as empresas sobre o critério de responsabilidade social;
- Mas responsabilidade social não é o único conceito de empresa.
- Sindicato francês não quer o poder nas empresas. O objetivo não é gerir os fundos de pensão, mas dar nota para as empresas; isso é bom para as empresas, para os sindicatos e para a poupança salarial;
- As empresas pagam a VIGEO para saber se ela atingiu os critérios. VIGEO segue critérios internacionais;
- Estado não é mais competente (não pode controlar);
- Sistema bancário privatizado na França;
- Financiamento do mercado da bolsa de valores;
- Pessoas que investem dinheiro no mercado precisam saber se funciona;

- Os sindicatos estão criando um instituto de educação financeira, a *Confrontations Europeene*, sob a responsabilidade de Bernard Marx. Esta associação visa fazer formação financeira na Europa. Rede que faz trabalhos políticos, tipo de *lobby* para que a Europa avance. Defende o serviço público. São antigos comunistas. Faz rede com a CGT e CFDT;
- Papel de alguns sindicalistas na construção da Europa.
- Na França existe um sindicalismo responsável: busca de emprego, trabalho (esse é o ideal);
- Alemanha: sindicato chama o patrão quando tem problemas. Ação tradicional, para mim, é quando o sindicato que não tem poder para discutir;
- Sindicato na França está fraco. Sindicalismo romântico;
- Ação institucional: sindicalismo romântico. É mais eficaz, mas ele perde poder;
- Quando o sindicato se mete a discutir com o patrão, com novas ações ele, o sindicato, tenta guardar seu poder;
- Sindicalismo de hoje: para que o sindicato tenha poder, o patrão precisa perder. Todos precisam perder para dividir com os sindicatos;
- A Revolução Francesa combateu o rei, mas guardou um pouco o “lado sagrado” do rei. Revolução Francesa não foi concluída na França;
- Uma parte do capitalismo é do trabalhador. O sindicato deve se ocupar do trabalhador. Não é normal que os sindicalistas não sejam legítimos para defender o dinheiro do trabalhador;
- É o mercado financeiro que ganha o sindicato ou o sindicato que recupera o mercado financeiro?! Sindicalista/governo/sindicalista: mercado mudou, sindicato mudou!
- O dinheiro das poupanças está aí: os sindicalistas devem administrar;
- Mas os sindicalistas franceses não tocam no dinheiro, é a co-gestão. Nicole se ocupa da VIGEO, mas “pega mal”. Ela é ligada à CFDT, mas sua VIGEO é uma empresa pessoal;
- O dinheiro está lá. Os sindicatos devem administrar. Os sindicalistas não podem “se tornar banco”. Não podem perder seus papéis. Empresa não é do patrão, é do empregado;
- Criação de fundos de pensão no Brasil: é uma estratégia de luta sindical, mas existe sempre o risco quando o sindicato toca no dinheiro. Contudo, é sempre uma forma de organização.

- Sindicatos estão na vanguarda de uma governança;
- Trabalhador como proprietário dos meios de produção. Trabalhador quer ter o direito de transformar uma empresa. Por que deixar o dinheiro dos trabalhadores sendo gerido por outros?
- Mutuais: CFDT deixou mutuais gerirem os fundos de pensão na França;
- “Concordo com a iniciativa de fundos de pensão da CUT, FS, CGT do Brasil. Nada mal a estratégia de certos sindicatos”.

4. FRAGMENTOS DE ENTREVISTAS REALIZADAS NO BRASIL

4.1. Entrevista com Maria Auxiliadora (Banesprev /CUT), ocorrida na Rua Voluntários da Pátria, 1961, 4 andar – Santana, São Paulo, no dia 31/01/05.

– Me fale sobre sua função.

– Eu acabei de cumprir a minha gestão como diretora financeira eleita pelos participantes do Fundo de Pensão dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo, [Banesprev] hoje Santander, Banespa Santander.

– E como é que acontecem as eleições para a gestão do fundo?

– Normalmente, a gestão dos fundos de previdência fechada possui eleitos pelo lado dos participantes, particularmente ligados às estatais. Então, os fundos de previdência ligados às estatais (PREVI, Petros, Banesprev, que era do Banco do Estado de São Paulo, e Funcef), normalmente têm a cultura de ter vários participantes eleitos nos conselhos. O Banesprev é um fundo mais avançado, do ponto de vista da governança, porque ele já tinha diretores eleitos, muito antes da legislação atual [lei complementar nº 109/2001], que define que tem que ter conselheiros obrigatoriamente eleitos. Então, o Banesprev já tinha participantes eleitos na gestão, e eleitos não só em conselhos, como também na diretoria. Só para te dar um exemplo: o primeiro diretor financeiro eleito do Banesprev foi o Wagner Pinheiro, que hoje é presidente da Petros. Quando o Wagner Pinheiro foi para a Petros, os sindicatos e a associação me apoiaram para concorrer à vaga que estava sendo deixada pelo Wagner Pinheiro. Só para te situar: eu fui eleita pelos participantes, com o apoio do pessoal do sindicato da CUT, do sindicato dos bancários de São Paulo e também dos sindicatos do interior, ligados à CUT (...) e aí eu fiquei junto com o Wagner Pinheiro, ele como financeiro-administrativo; depois ele cumpriu a segunda gestão como diretor financeiro e eu fui eleita para substituí-lo, porque ele não poderia ter mais um mandato porque já tinha cumprido dois. Ele teve dois mandatos. Eu cumpri um mandato administrativo e outro financeiro (...). Terminei agora. O mandato se encerrou agora em janeiro [janeiro de 2005, quando a autora da tese realizou parte da pesquisa de campo], agora eu estou partindo para outros horizontes, ainda ligados à previdência.

– Quais são seus projetos agora?

– *Eu estou iniciando um trabalho junto com a Globalprev. A gente está estruturando um trabalho para fazer alguma coisa juntos. Ao mesmo tempo, eu estou sendo convidada pelo pessoal da CUT para ajudar no lançamento do fundo também da CUT. Assim como a Força Sindical já lançou um fundo (está lançando), a CUT também está lançando.*

– **Como é que os fundos de pensão começaram a entrar na agenda sindical? Como você vê isso? Porque é um ponto novo, é algo novo?**

– *O Governo Lula centrou muito mais na questão da previdência complementar enquanto relação trabalhista; então ele vira todo o foco para os fundos de pensão fechados. O debate fica muito mais acirrado, inclusive com a reforma da previdência social, porque chega um momento que todos percebem que a previdência social não vai dar conta de ter uma abrangência tão grande para poder estar complementando, suplementando, a renda de quem ganha [os trabalhadores] acima de um determinado patamar [pela reforma da previdência de 2003, o teto máximo da previdência social foi estipulado na faixa de 2.500 reais]. E aí, a previdência complementar passou a ter um impulso muito grande, junto também com a reforma da previdência social. Um governo que se preze deve ter como responsabilidade uma cobertura o mais ampla possível, fazer um corte... Porque quem ganha a partir de um patamar... Não dá para pensar que o Estado vai bancar o rendimento dessas pessoas, renda vitalícia, pensão, passando para os dependentes que são de valores muito expressivos e que é pesado, inclusive no teto da previdência. Ele [Lula] vem recuperando isso em relação à inflação, você pode ler que está tendo aumento um pouco acima da inflação (...), então, tem um teto, que é o Governo que se responsabiliza pela cobertura previdenciária, mas, a partir daquele teto, é a previdência complementar. Nesse ponto, o Governo do PT tirou o foco de pegar essa previdência complementar e jogar também no colo dos bancos, pois vira um monte de previdência aberta, normalmente. Se você olhar as taxas cobradas na administração desses planos abertos, são bem superiores àquelas dos planos fechados, mas têm os planos uma dificuldade porque, como na previdência fechada, o fundo fechado trata de grupo de trabalhador. Até mais recentemente, precisava que se tivesse um patrocinador que instituísse o plano, que desenhasse o plano, e o oferecesse para a massa dos trabalhadores da empresa, e aí essa massa ia aderir, ou não aderir (...), então, você não podia expandir isso para as*

outras categorias, a não ser que todas as categorias, todos os patrões, todos os empresários resolvessem criar previdências fechadas, no âmbito da sua empresa, e oferecerem para os trabalhadores. Esse é um debate que passou primeiro pelo Governo FHC, mas a lei pegou, mesmo, foi agora. Embora a lei tenha sido aprovada em 2001, o que me chamou a atenção foi que somente no Governo Lula a coisa apareceu mais, ganhou uma importância maior. Até porque, quem mais focou esse debate de previdência desde o Governo FHC, foi o pessoal ligado ao PT (grupo de pressão). Então, se você olha o Gushiken, Ricardo Berzoini ... é um pessoal que focou muito esse debate na câmara. Depois, o debate veio sendo carregado, tanto é que, quem primeiro começou a falar de previdência complementar, já estruturando consultorias como a Gushiken Associados, foi o pessoal ligado ao PT (...). Então, quando o Lula ganhou o Governo... evidentemente o Executivo não se sobrepõe ao Legislativo, mas dá um impulso maior, porque você tem que colocar nas pautas para que a coisa ande. Com o PT, ficou bem claro que esse assunto foi colocado mais em pauta e está andando mais rápido. A questão da aprovação da regulamentação da legislação deu um trabalho muito grande para regulamentar, porque a regulamentação, muitas vezes, é a regulamentação de fundos já existentes. Por mais que a lei defina determinadas situações, às vezes os fundos já existentes, os recursos já existentes, nem sempre conseguem se adequar muito rapidamente, aí uma nova legislação (...). Deu muito trabalho para regulamentar, não era possível regulamentar à revelia dos fundos existentes, porque podia dar problema até de insolvência dos fundos. O Governo deu esse impulso, regulamentou, focando mais na previdência fechada. Uma das coisas que foi muito bem impulsionada e que está sendo impulsionada por esse Governo é a história dos fundos de associações, os fundos chamados “instituidores”. Os fundos instituídos – autorizados por cooperativas, associações, sindicatos – permitem a você acabar com aquele problema de que o fundo fechado tem que ser de um grupo, de determinados funcionários e determinadas empresas, porque é instituído pela OAB, instituído pelo sindicato dos bancários, pela CUT, pela Força Sindical; então zera aquele problema de que tem sorte quem trabalha na Petrobrás, no Banco do Brasil, porque tem um fundo desses.

– É possível associar-se a um fundo de pensão existente?

– Tanto se pode criar, como se pode associar-se a um fundo já existente, existe essa possibilidade.

– Você acredita que o interesse dos sindicatos e centrais por fundos de pensão poderá gerar aumento da taxa de sindicalização (benefício a mais, que pode trazer mais gente para os sindicatos)?

– A gente espera e torce para isso. A gente vai fazer uma divulgação boa a respeito do que significa você ter essa proteção, ao invés de você correr dos balcões dos bancos; se você compara o custo, lá é muito mais elevado. Considerando que o Estado não vai dar conta de manter a qualidade de vida dos aposentados que ganham acima de um determinado patamar (...). Se você conseguir levar esse debate com muita seriedade, explicando tecnicamente, eu acho que sim.

– Em termos de dificuldades técnicas... Existem? Quais são?

– Quando você tem massa crítica para criar um fundo de pensão, você precisa criar uma empresa de previdência complementar, e se você tem massa crítica, se realmente o volume é grande e vale a pena você criar uma empresa de previdência complementar, você cria a empresa. Nesse caso, você tem mais autonomia para direcionar os investimentos, para fazer uma política mais adequada aos investimentos (...). Se não, você se associa aos fundos já existentes e os fundos vão administrar os planos dessas novas previdências criadas. Eu vou te dar o exemplo do pessoal da Cultura: o Ministério da Cultura acaba de criar um fundo. Esse fundo, do Ministério da Cultura... o pessoal ligado à Cultura criou uma empresa de previdência complementar para administrar esses recursos, porque, de qualquer forma, não é uma coisa muito simples de se fazer. Eles estão fazendo convênio com a Petros, com o Wagner Pinheiro, com planos já existentes, que têm tecnologia para administrar os fundos. E estes vão administrar os fundos para o pessoal da Cultura.

– A CUT tem formado um capital técnico para lidar com a questão da formação? Ela tem tido essa preocupação? Eu li alguma coisa sobre curso de formação em previdência junto aos sindicatos, existe mesmo essa preocupação?

– *Existe! Essa preocupação vem – não é de agora, já vem de um certo tempo. É que o assunto é realmente novo no Brasil, o debate é novo, então o assunto é um pouco árido. Então, tem a dificuldade da quantidade de pessoas qualificadas neste ramo, também, até para administrar os cursos... Mas é assim. Com o Gushiken, já vem desde lá de trás, montando esses cursos (...). E agora com a Globalprev. O pessoal da CUT está, realmente, muito interessado em qualificar cada vez mais trabalhadores, para que eles possam ser não só dirigentes – vou deixar para falar daquela coisa da governança daqui a pouco –, como também para estarem atendendo, reivindicando, acompanhando. Porque, se você não entende, você não cobra. É preciso que o trabalhador tenha massa crítica, que fique de olho no assunto. Eles estão muito ocupados com isso, estão formando... Eu mesma estou participando de um grupo, a gente está montando cursos junto com a Globalprev (...).*

– **Junto a essa formação, existe algum tipo de campanha para que os associados saibam que existe fundo de pensão nos seus sindicatos? O que você vê?**

– *Nos sindicatos menores, as discussões são relativamente embrionárias, até porque têm os sindicatos questões muito primárias, trabalhistas: reajuste salarial, desemprego (...).*

– **A gente estava falando do estímulo que a CUT tem dado à criação de planos...**

– *Eu acho que o debate ainda é embrionário. Só nos sindicatos grandes existem pessoas que divergem, tem pessoas dirigentes que já tinham algum acúmulo em previdência. Por exemplo: você cata um bancário de São Paulo, ele tem um histórico, porque teve Berzoini lá, porque teve o Gushiken. Na verdade, ele [Gushiken] formou dirigentes para concorrer a eleições, para compor esses conselhos (...). Esses conselhos de fundos ligados às estatais já tinham dirigentes eleitos, já tinham seus estatutos antes mesmo de serem dirigentes eleitos pelos trabalhadores (...). Então, esses sindicatos maiores já têm, ali, um foco, um certo foco nisso. Por exemplo: eu trabalhava no Banespa, em crédito mobiliário. O pessoal do sindicato foi me buscar para concorrer às eleições para a diretoria do fundo do Banespa, porque estava no momento de renovar a diretoria e eles têm essa preocupação de estar formando cursos (...). Aí, você acaba fazendo muitos cursos pelo próprio fundo onde você foi eleita, e tem um cargo. Lá, você é dirigente daquele fundo, então fica muito mais fácil entrar no*

próprio fundo ... onde os dirigentes acabam se reelegendo, com o apoio dos sindicatos da associação, mas os dirigentes acabam fazendo muitos cursos pelos próprios fundos. O programa de formação dos próprios fundos de pensão, e também da CUT, tem a preocupação de estar formando. Mas é uma coisa que acho que está longe ainda, está longe de estar disseminada (...). Essa preocupação está acontecendo, ela vem se acirrando junto às centrais e aos sindicatos, que estão cada vez mais e mais preocupados, focando e pedindo para as pessoas fazerem determinados módulos. Mas não é uma coisa que está bem disseminada, ainda.

– A CUT tem tido alguma relação/inspiração com os sindicatos internacionais, como a AFL-CIO?

– Tem. Eles têm. Há muito tempo a CUT tem feito associações, seminários, conferências internacionais. A CUT tem trabalhado com temas junto com o pessoal da AFL-CIO. Inclusive tem, também, o pessoal do Canadá, que está em contato permanente com o pessoal da CUT. Tem um grupo da CUT que já foi ao Canadá, estão trocando experiências, e isso é importante, porque se começa a ver o que acontece no mundo todo.

– O debate está mais avançado no exterior do que no Brasil? Onde?

– No mundo todo está muito mais avançado do que aqui. Aqui no Brasil ele [o debate] é pequeno, perto do que está acontecendo no mundo. Se você olhar o fundo dos professores da Califórnia... É uma coisa astronômica, um fundo que gera 250 milhões de dólares, ou seja, é o dinheiro dos que estão tratando a aposentadoria dos trabalhadores, e gerindo, com a participação dos trabalhadores, com eleição nos conselhos. Da mesma forma, a gente está tentando embutir aqui dentro [do Brasil] essa idéia de que tem que ter trabalhadores nos conselhos, para estarem apoiando, para estarem se interessando (...). Porque é uma coisa de muito longo prazo, e se você deixa para lá, quem vai administrar?

– Sobre governança corporativa: o que você pensa sobre a governança aplicada aos fundos?

– A importância da governança é não deixar que um grupinho fechado, que muitas vezes nem sempre é pró-trabalhador, vá lá gerir os recursos que são do trabalhador

(para complementar uma renda dele, quando ele não tiver capacidade de trabalhar, nem de brigar muito mais, e ele não tiver capacidade de sair nas passeatas brigando... 'Cadê o meu que você levaram?'), Quando o trabalhador realmente está no momento de uma dificuldade grande, então essa coisa da governança (...) é fundamental para coibir o que aconteceu na década de 1970. Sem isso, a impressão que se tem é que, de novo, se caiu no descrédito, porque pesa um certo preconceito sobre o trabalhador na gestão ('Imagina, a gente aqui, do mercado, consegue fazer muito melhor. Nós, que somos profissionais do mercado, fazemos melhor que o pessoal ligado aos sindicatos'). Sim, existe um preconceito, um preconceito grande. Dá a impressão que eles acham que trabalhador é somente aquele que não está ligado a sindicatos, que não trabalha no sindicato. Trabalhador pode ser dirigente. Que, por sua vez, pode administrar recursos (...). Se ele é trabalhador, é empregado de alguma empresa, por que ele não consegue administrar recursos que têm tudo a ver com a situação dele mais para frente, com o futuro dele? Então, tem um verdadeiro debate (meio levado por essa linha que tem um certo preconceito)... Acho que o pessoal do sindicato é sempre o pessoal que está sempre falando. Sobre a questão de que não possuem condições de administrar, não é bem assim (...). Até porque, até pouco tempo, houve realmente situações em que o pessoal não estava preparado para administrar fundos de pensão, mas tem vários outros sindicalistas que são capazes. Assim, se não é aquele, é outro que está ligado ao sindicato, está ligado à causa dos trabalhadores, está ligado ao movimento, e que tem qualificação para isso. Tanto é que, na legislação, eles colocam a palavra 'qualificação'. Você tem que ter um terço de trabalhadores nos conselhos deliberativos, e metade, no caso de previdência privada de empresa pública (...). Então não tem essa coisa de pegar e colocar qualquer pessoa ligada ao sindicato para ser conselheiro. Na verdade, até porque a legislação não permite: a legislação pede que se tenha determinada qualificação. Hoje, na prática, está tendo um terço (mais ou menos) de trabalhadores no Conselho Administrativo Fiscal (...). A regulamentação das leis 108 e 109 não deixa dúvidas: explicita que tem que ter representante do trabalhador no fundo. A lei 109, que é a que trata da previdência privada... ela não deixou claro que têm que ser eleitos pelos participantes, elas dizem [as duas] assim: 'tem que ter um terço dos representantes dos participantes no Conselho Fiscal'. Acho que metade depende dos participantes. Aí, deixa claro por quais meios eles são alocados lá. Tem alguns fundos... Se eu pegar um diretor meu para isso... Eu sou o patrocinador, eu sou

o dono da empresa... Se eu pegar um diretor meu, que é participante do fundo, e eu indicá-lo como representante dos trabalhadores, elas [as empresas] estarão querendo burlar, contornar (...). Não vamos dizer 'burlar', que é meio forte, nós vamos dizer 'contornar' (...). E os sindicatos... O pessoal está batendo (...). A briga grande é para que realmente tenha eleição. Aí vem eleição direta, eleição por representação, vem o discurso da empresa e elegem dois, têm que votar naquele que vai representar (...). O ideal é que seja eleição direta: esse é o ideal. Então... A gente lá do Banesprev já tem uma experiência longa de eleição direta, até porque, bem antes da legislação, não só tínhamos conselheiros nos conselhos eleitos, em todas as instituições, como também na diretoria.

– E qual é o poder de decisão dos representantes dos trabalhadores? Estou pensando em relação a questão de investimento. Para ser mais clara, o sindicato decide no que vai investir? Na hora que o Conselho se reúne com o trabalhador o sindicato tem voz (...)? Existe predominância de alguns interesses sindicais e do trabalhador?

– Na verdade, tudo vai depender do estatuto de cada fundo. Então, tem determinados fundos que têm, inclusive, comitê de investimento. O Banesprev, por exemplo, tem comitê de investimento. Então, a gente tem Conselho Fiscal, Conselho de Administração, Diretoria de Administração... Mas o máximo é o Comitê de Investimento. O Comitê de Investimento não é deliberativo, ele não delibera. Ele analisa as propostas (...). Então uma parte da área financeira, da área de investimento, faz proposta de investimento em algum fundo, mapeia quais fundos estão no mercado. Se vamos investir nos fundos rentáveis de qualquer empresa, fazemos uma análise e levamos lá, para o Comitê de Investimento. O Comitê de Investimento analisa e, normalmente, se tem voto contrário, dificilmente o diretor financeiro bancará fazer o investimento, porque o investimento é de risco, pode dar errado. E, se der certo, se ele bancou, mesmo com voto contrário, palmas para ele; mas se der errado, ele vai ser crucificado. É nesse tipo de fundo que tem uma governança legal estabelecida. É difícil você jogar com o interesse dos outros, a não ser quando focado no investimento que realmente vai dar certo, que vai garantir a aposentadoria dos trabalhadores. É muito difícil.

– E sobre responsabilidade social aplicada aos fundos?

– Uma das pessoas que leva esse tema com muita vontade é o Wagner Pinheiro, lá da Petros. Essa coisa de responsabilidade social é assim: ‘se a empresa trabalha com responsabilidade social, então eu vou investir nela?’. O pessoal tem muito medo de misturar as coisas. Porque uma coisa que você não pode perder de vista é que o foco é pagar a aposentadoria dos participantes. O foco é esse, não se pode perder isso de vista. O objetivo é esse; o fundo tem obrigações com os participantes (...). Eu não vou me sufocar agora na responsabilidade social, Tudo o que a gente quer, agora, é conseguir bons investimentos em empresas que têm uma responsabilidade social muito tranqüila (...), bons investimentos numa empresa que é responsável socialmente; é tudo que você quer. Portanto, começa com critérios para o investimento, não começa pela responsabilidade social (...). É mais ou menos isso que a gente busca, enquanto sindicalista ligado ao movimento dos trabalhadores. Por exemplo, se tem dois investimentos que equivalem, do ponto de vista da rentabilidade e do risco (porque quando se fala em rentabilidade você tem que medir risco, também, porque pode ser que a rentabilidade seja aquecida, mas o risco é imenso, vamos falar assim) (...). Se você comprar uma ação de uma empresa que polui o rio, que dá calote nos trabalhadores (ou seja, ela vai criar passivos)... Se você comprar um papel de uma empresa dessas – não estamos nem falando da questão da responsabilidade social, estamos falando dos pontos econômicos mesmo –, você está comprando de uma empresa que pode sofrer uma ação lá na frente, porque polui o rio, porque tem demanda trabalhista... De forma que o papel dela pode cair e pode ‘micar’ lá na frente. As empresas que realmente se preocupam com relação ao meio ambiente, legislação trabalhista... certamente, uma empresa dessas é muito mais sólida (...). Até do ponto de vista econômico, é melhor você investir em uma empresa socialmente responsável do que numa outra, por mais rentável que ela seja. Acho que a gente tem que levar esse debate totalmente nessa linha, não aplicar simplesmente por que o investimento é responsável.

– Há essa coisa que nós estamos vendo agora... de se ter um sindicalista, o Salim, no Conselho da Bovespa. Como você vê isso?

– Não é fácil administrar o capitalismo, se você tiver uma visão mais social, tem que administrar as coisas dentro do seu capitalismo. Não é fácil. Esse é o sistema dado, se

you do not make a revolution to become socialist, the system is this that is here (...). I think that is so, the system is given and it is so that you are administering. Even more with the PT in power, the instances of power are changing, the values are modern. Then, there is even an idea of where the capital circulates. I think it is very important that there is, yes, a unionist there [in Bovespa]. Because you did not overthrow the System, then you have so many interests represented there [in the market]. Then, because not a unionist there, to go to the table and say 'Wait here, let's think. Everything is well, here is a financial market, but it has a whole history attached, it has to have social responsibility, it cannot be just to win!' (...). Well, but let's return. We used to talk about the Stock Exchange, where the capital passes. It is certain, that you have to talk... I think that having someone there, to talk with the financial market; to say that the financial capitalists need to think that they also have responsibility in the development of the country, at least in the sense of boosting the Stock Exchange... In the sense of, instead of having everyone hanging on financial loans, if we had a culture, here, of investing in shares of companies for the worker, what would happen? Companies would be more leveraged, companies would create more jobs, more jobs. Companies would be much better if they could get financed with the shareholder capital of buying shares of various agents in the market, so that they would not have to hang on banks, with loans at the rates that we already know. In fact, if you are in the Stock Exchange, if you leverage the Stock Exchange, it means that you leverage employment as well, it means that you put the company to be financed not only with the banks. You leverage the company, in that sense.

– Você acredita que isso também possa gerar aumento na taxa de sindicalização?

Um benefício a mais, que possa trazer mais gente para os sindicatos?

– The people wait and hope for this to happen. The people will do a good divulgation, with respect to what it means to have that protection, instead of you running behind the balconies of the banks. If you compare the cost, there [pension of the banks] is much higher. Considering that the State will not be able to provide the quality of life of the retirees who earn above a certain amount, if you can get this debate with a lot of seriousness, explaining technically, I think that yes.

– Quem seria o porta-voz dos fundos de pensão?

– O secretário da Previdência Complementar, o Adacir Reis. Olha, esse rapaz é um profissional (...). O Adacir é muito bom, ele é aquele incansável, aquela pessoa que abraça o tema, aquela pessoa envolvida (...). Agora ele está saindo da Secretaria de Previdência Complementar (...). A secretaria está deixando de ser uma secretaria para ser a Previc, que terá orçamento próprio. Ela vai ter arrecadação junto aos fundos de pensão (...). Quando isso acontecer, terá um monte de gente querendo ser “o cabeça” da Previc, porque tem orçamento próprio, tem dinheiro, tem muito mais interesse. O consenso entre o pessoal dos fundos de pensão (não só os ligados aos trabalhadores, mas os ligados aos patrocinadores), é acerca da definição do Adacir para a diretoria da Previc.

– Agora, para fechar: como você vê o futuro dos fundos de pensão?

– Eu acho que esse debate de fundo de pensão veio pra ficar. Tem muito para crescer, porque no mundo inteiro cresceu; jogou muita a previdência privada aberta na mão do mercado financeiro, do sistema financeiro. Assim, cresceu, alavancou, mas está tendo problemas, porque está muito ligado [a previdência privada aberta dos balcões] ao mercado financeiro, mesmo. Eu acho que o mercado de previdência privada fechada é mais voltado para a questão da previdência. Ou seja, não é pensado enquanto produto de pensão de banco, mas pensado como necessário para complementar a renda do trabalhador. Eu acho que esse debate pegou e, como o Estado jamais vai conseguir prover uma vida mais digna para as pessoas, no futuro (porque não dá conta de prover tudo isso, a não ser até um determinado patamar de faixa e de renda), eu acho que essa coisa da previdência privada vai crescer.

– Independentemente do partido que assumir o próximo mandato presidencial (2007/2010), você acredita que o Governo irá encaminhar essa discussão?

– Eu creio que sim, e gostaria muito que o próximo Governo fosse o nosso mesmo [Lula]. Até porque essa discussão está num ponto que não dá mais para voltar. É lógico que dá para atrasar um pouquinho, mas não dá para voltar. Acho que a vontade pessoal minha é que esse Governo seja reconduzido, não só pela questão da previdência, mas por tantas outras, como a da classe trabalhadora (...). Essa coisa da previdência vai ser muito mais alavancada do que se tivermos um Governo que não

tenha tanto interesse. Mas não dá mais para voltar. Já chegou a um ponto em que tem que ir para frente, porque não tem outra alternativa para você ter um padrão de vida relativamente compatível ao que você tinha quando estava na ativa. Não tem outro jeito, é na previdência complementar mesmo, não tem outro jeito. O Governo não vai ficar bancando você, vai bancar as faixas menores de renda. É assim, porque o Governo não pode dar conta de bancar todo mundo. Eu acho que vai pegar.

- Você teria algo a acrescentar

Eu creio que a gente abordou as questões principais e a coisa da governança (que é 'botar' trabalhadores qualificados para participarem das reuniões de conselhos, que consigam ver o que está conhecendo, debater, questionar, mostrar). A coisa da qualificação... acho que é o ponto crucial, para dar certo a governança corporativa. Sobre a qualificação, parece que o pessoal da CUT, e dessas consultorias mais voltadas pros interesses dos trabalhadores... Acho que eles vão contribuir muito. A qualificação e a aplicação da governança buscarão focar na história de realmente se cumprir a legislação, de forma que não se tenha esses subterfúgios de colocar a pessoa que não representa o trabalhador para representar o trabalhador. A idéia é fazer com que as coisas sejam transparentes, mais acirradas, para que os trabalhadores vejam a importância de estar em realmente concorrendo às vagas nos conselhos, estarem de olho. Então, é difusão e transparência, acho que é assim.

4.2. Entrevista com Ricardo Pathat, presidente do Sindicato dos Comerciários de São Paulo, responsável pelo ForçaPrev (fundo de pensão da Força Sindical), na sede do Sindicato dos Comerciários de São Paulo, no dia 02/02/05.

- Fale sobre o fundo de pensão via sindicato.

Nós vamos comentar a respeito da figura do 'instituidor', que é, na realidade, uma modalidade de fundo de pensão que está sendo implementada no Brasil, buscando a recuperação da igualdade social. A Força Sindical é uma central jovem, formada em 1991, e desde o seu início tem buscado e procurado atividades que dão a toda sociedade a possibilidade de contemplar as questões de forma idêntica; uma forma que mostra e demonstra uma realidade de distorções nas questões das aposentadorias.

Antes da última mudança previdenciária, no ano de 2004, o Governo apostou com uma mudança importante, e os trabalhadores da atividade privada também tinham uma possibilidade de aposentadoria muito aquém daqueles trabalhadores que alcançavam o originário da atividade pública. Nós tivemos, durante muito tempo, milhões de pessoas ganhando salários de aposentadoria irrisórios, totalmente distintos daqueles acordados na Constituição, totalmente distintos do que é possível para uma vida confortável. Enquanto isso, alguns milhares de aposentados, principalmente da atividade pública, tinham aposentadorias de primeiríssimo mundo (ou seja, nem a Suécia tinha aposentados com os números aqui alcançados!). Essa foi uma das brigas mais importantes que a Força Sindical fez durante as suas atividades, desde 1991, e conseguimos ajudar o Governo, no ano passado, a mudar alguns conceitos. Ainda não está do jeito que nós gostaríamos que fosse: uma previdência universal, única, para toda a sociedade. Independentemente de ser juiz, promotor, professor... Se trabalha na coleta do lixo... Nós todos temos o mesmo direito.

Baseado nessa conceituação do Governo, desse aspecto, a FS (Força Sindical) tem buscado alternativas para que o trabalhador, no futuro, tenha uma condição de independência da sua aposentadoria pública (que dificilmente irá alcançar níveis que possam suplantar as necessidades básicas do trabalhador). Mas que ele possa ter uma atividade privada, nesse aspecto, que possa lhe permitir alguma segurança. Nós já estamos em desenvolvimento há algum tempo. Ainda não está no mercado (a ForçaPrev), funcionando, no sentido de haver contribuições de trabalhadores voluntários... E ele [o trabalhador], na oportunidade da aposentadoria, ou ele tem uma poupança, ou ele escolhe ter uma complementação da sua aposentadoria. Nós também pensamos o seguinte: ter o instituidor com as mudanças que nós sugerimos. E o Governo, com muita rapidez, inseriu a idéia do instituidor, o que permite, por exemplo, o aporte dessas empresas privadas; antes não permitia, agora permite. Nós podemos fazer acordo com as grandes empresas do comércio e da indústria, na convenção coletiva, fazendo com que a empresa contribua com uma parte para o trabalhador. Isso vai ser realmente uma alavancada muito grande, no sentido de a gente conquistar esse número expressivo, esses valores... Além disso, vai possibilitar uma condição muito especial para as centrais sindicais. Nos Estados Unidos e na Europa, muitas centrais sindicais já vêm, de longa data, desenvolvendo atividades nesse nível, e conseguiram. Nos Estados Unidos existe um dos maiores fundos de pensão do mundo,

que pertence aos trabalhadores. Isso possibilita uma prestação de serviços que fortalece a categoria dos trabalhadores, trazendo, inclusive, os subsídios importantes para que o trabalhador consiga, através desses fundos, atividades extras, como por exemplo: convênio médico, convênio com farmácias... Porque quando as pessoas alcançam uma certa idade, a demanda de serviços é numa outra linha: infelizmente, é na saúde. Também é uma possibilidade essa atividade crescer e nos possibilitar essa condição. Além do que, iria nos emprestar um poder político muito importante. Hoje existem, no Brasil, fundos de pensão – todos eles atrelados a empresas mistas ou públicas: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, entre outras. E os fundos de pensão dessas entidades, a PREVI ou outras, têm um poder muito grande, e nós poderemos estar no mesmo caminho, no sentido de, com esse ‘poder’, conseguirmos condições melhores para os trabalhadores. Ou seja, se tiver recursos que nós possamos emprestar para a construção do Brasil, nós vamos emprestar para aquelas empresas que respeitam o direito do trabalhador. Você vai construir um Shopping Center... Só vai poder ter lojas, nesse Shopping Center, daquelas empresas que registram o trabalhador, que acompanham a convenção coletiva, ou seja, que respeitam ao mínimo o cidadão trabalhador. Essa situação que nós estamos pensando, e esperamos que, no ano de 2005, tenha não só as questões levadas em discurso, como aquelas dos panfletos (que eu estou te passando um, que nós temos aqui, da ForçaPrev), mas basicamente, e concretamente, a questão das ações, ações políticas com a possibilidade da viabilidade das necessidades sociais. O Brasil precisa de crescimento econômico, geração de empregos, igualdade em todos os seus aspectos. Igualdade e oportunidade. Com a igualdade de oportunidade aí, sim, nós vamos passar para um país reconhecido como um país de primeiro mundo. Hoje são todas essas questões que tem uma discriminação racial. Hoje, em lojas do comércio, você não encontra negros. Nós precisamos marcar pontos para que haja uma cota para negros, porque não contratam negros, deficientes, mulheres... Enfim, é um caminho que nós queremos desenvolver cada vez mais; fortalecer essa estrutura sindical, que vai caminhar em busca de igualdade de oportunidades, em busca de uma efetiva democracia no país.

– A presença do Salim da CGT na Bovespa... Isso ajuda (de alguma forma) o movimento sindical no diálogo com os fundos de pensão e com o mercado financeiro?

– Esse é um outro assunto que é muito importante, porque ele é correlato, porque, logicamente, os fundos de pensão vão aplicar em ações, etc. Nós também temos uma relação muito próxima com a Bolsa de Valores, e eu faço parte do plano diretor, inclusive, da Bolsa de Valores. E a nossa intenção, na realidade, é também dar uma dinâmica a essa área, inclusive numa lei que existe, a lei 10101, que trata das participações nos lucros e resultados, que muitas empresas não utilizam. Nós queremos utilizar essa lei com a possibilidade de aplicações em ações. Ou seja, é uma atitude que eu vejo com bons olhos, porque eu também participo na construção de uma reação próxima com o mercado financeiro. A Força Sindical foi a primeira a se defender a possibilidade da participação do FGTS na Bolsa de Valores, como a Petrobras e a Companhia Vale do Rio Doce. E queremos o Banco do Brasil. Essas pessoas são importantes, porque quanto mais fortalecida a empresa – principalmente a empresa brasileira –, mais geração de empregos vamos ter. Antigamente, a Bolsa de Valores era vista como um capital selvagem, como uma atitude maléfica. Hoje nós já percebemos de outro jeito... Inclusive, o presidente da Bolsa é uma pessoa que tem feito conosco ações sociais. A relação entre a Bolsa de Valores, Força Sindical, ForçaPrev e todos os trabalhadores é muito bem-vinda.

– Historicamente, quando os sindicatos começaram a perceber que, na verdade, o mercado financeiro não é esse bicho selvagem, e que dá para conciliar interesses?

– Basicamente, desde a formação da Força Sindical, quando nós fizemos um projeto chamado Projeto Brasil, e foi onde nós introduzimos todas essas questões que eram vistas de forma distorcida. As questões na realidade, poderiam até ter esse viés, mas a partir do momento que você está dentro do conselho, dentro das reações, você inicia um processo de humanização de todo e qualquer tipo de situação que tenha ações de pressão material enfática (...). Então, a relação capital e trabalho é uma equação que tem de ser resolvida de forma razoável, e através de participações que sejam idênticas. Não adianta o capital ‘querer achar’ que é mais importante que o trabalho, e vice-versa; os dois têm a sua relevância e têm a sua importância. Mas, se não estiverem voltados para as suas questões básicas de crescimento do país (que são diminuir essas

diferenças absurdas que temos), realmente nós vamos ficar patinando. E, à medida que estamos falando a língua da busca do crescimento, a empresa pode ter lucro, mas vai ter que gerar emprego, vai ter que dar benefício para o trabalhador. Nós vamos buscar realmente eliminar a informalidade, nós vamos atrás da responsabilidade social que todos têm (...). Vamos buscar o que é melhor para o coletivo (antes era o patrimônio e o indivíduo)... É o coletivo e as questões de cunho social... Nós temos que ver além do que está escrito, nós temos que perceber a vida, a necessidade... Quantas pessoas moram em favelas, com problema de saneamento básico, com problema de desemprego, de informalidade, problema de violência? Todas as questões vão diminuindo à medida que há uma participação muito grande dos atores sociais, entre eles, os trabalhadores.

– O senhor acha que a colocação de fundos de pensão nos sindicatos pode levar a maiores taxas de sindicalização? Isso está relacionado?

– Não há dúvida nenhuma. Como eu disse, esta questão está sendo vista por nós como uma prestação de serviço; além de nos emprestar o poderio econômico social, vai nos dar a possibilidade de criar um vínculo com o trabalhador. Nós estamos precisando ser vistos. Como aqui, por exemplo, no sindicato que eu presido, dos comerciários de São Paulo... Nós temos uma relação muito grande com o mundo universitário, nós temos concentrado no nosso sítio, que é www.comerciarior.org.br, convênios com mais de 40 universidades, e muita gente está entrando no sindicato através desse convênio com as universidades. E tanto a saúde... Nós estamos entrando, agora, com o convênio médico... E estamos agora criando, com a ForçaPrev, o Tripé que também vai nos possibilitar a entrada do trabalhador no mundo do sindicato.

– Eu tenho lido na imprensa, eu tenho acompanhado que tanto o Governo como algumas centrais sindicais têm feito seminários de esclarecimento junto aos sindicatos, para falar dos fundos de pensão. Uma divulgação, mesmo. O Governo orienta/lidera essa discussão. A Força Sindical tem feito essas campanhas?

– Eu estou passando para você uma cartilha. Nós fizemos milhares dessas cartilhas e estamos, agora... Inclusive, no começo deste ano, devemos ter uma atitude importante com o DIEESE. O DIEESE vai fazer junto com a AFL-CIO, e também com o Banco Mundial, a qualificação dos dirigentes para entrar nessa matéria, porque é uma

matéria muito árida, não é uma matéria tranqüila de se perceber. Nós estamos falando – com uma certa facilidade – de questões sociais, mas a instrumentalização dessa atividade é altamente técnica. Nós teremos que ter bancos, teremos que ter um gestor, vamos ter que ter profissionais que tenham essa capacidade... Não só a sensibilidade de perceber o alcance da atividade, mas de como instrumentalizar tecnicamente uma atividade que é complexa. Então, nós estamos fazendo essa cartilha para os sindicalistas e, junto com o DIEESE, vamos fazer seminários, vários seminários este ano. Inclusive, eu estou indo, no dia 8 de fevereiro [de 2005], para Washington, para ter uma relação com os sindicalistas de lá, que já têm fundo de pensão. Eu quero aprender com eles, porque eles já têm há muito tempo. Eu estou indo pra lá agora e vou ficar 5 dias, exclusivamente, para aprender a experiência (que é super positiva) dos [norte] americanos, no critério geral de fundos de pensão.

Pelo que estou entendendo... eu tanto posso montar [um fundo] junto com cooperados, como posso comprar um serviço existente?

– É, também. A própria legislação permite, hoje, que nós possamos fazer uma relação com o fundo de pensão PREVI, coisas desse tipo. Hoje é possível, também. Mas nós estamos iniciando dessa forma e tentando privilegiar as comissões coletivas. Há possibilidades do trabalhador ter alcance a essa questão tão sensível e tão importante que é o seu futuro, para ficar mais tranqüilo, porque, hoje, já é atividade privada de interesse público.

– Sobre o interesse dos sindicatos por fundos de pensão...

– Na realidade, nós nunca pensamos nessa participação como uma questão financeira, mas sim como uma participação efetiva na distribuição da renda, que é fundamental para que o trabalhador tenha essa complementação. Para você ver, só o aumento do salário mínimo, por menor que seja, causa um impacto importante na economia, ou impacto nas prefeituras de forma a aumentar o seu custo e ter gerar problemas até na Lei de Responsabilidade Fiscal. E para a economia, de uma certa forma, é dinheiro que entra: são bilhões de reais, por menor que seja o valor em que é aumentado o salário mínimo (que está muito aquém do que deveria). Mas esse instituidor vai ter seu papel fundamental na distribuição de renda, vai ser um papel fundamental, também, na possibilidade de trazer justiça. Ou seja, o conceito de instituidor... o conceito, da

forma como estamos trabalhando, tem um foco exclusivamente social, não há dúvida. Como disse, também, nós poderemos... A Força Sindical pode oferecer prestação de serviços remunerados, ter um poder para desenvolver atividades na dimensão do fundo do instituidor. Isso também é uma decorrência, mas o foco, o princípio, o conceito, o que nós buscamos, é exatamente a ênfase na democracia, é a igualdade e a oportunidade. E eu tenho certeza que isso vai ser um canal muito importante para que a gente possa desenvolver esse trabalho, daqui a uns 10, 15 anos, porque é uma questão de longo prazo. Não é a curto prazo que a gente pode ter aquele Brasil que sonhamos, um Brasil de geração de empregos, um Brasil de igualdades, um Brasil de crescimento, um Brasil de Primeiro Mundo.

– Você acha que o próximo Governo dará continuidade a esse trabalho?

– Eu acho que é irreversível. Eu acho que, independente do Governo que vier, é uma questão para a sociedade resolver.

– No Governo Lula, quem você acha que é o grande interlocutor?

– O responsável por toda essa postura é o doutor Adacir Reis, que é uma pessoa que eu recomendo que você converse, e fale até meu nome para ele, porque eu tenho uma admiração pelo trabalho, pela determinação, pela seriedade, pela ética... É uma pessoa qualificada e, se não fosse desse jeito, nós realmente teríamos problemas.

4.3. Entrevista com Magno Mello, consultor legislativo e membro do SINDILEGIS. Realizada na Câmara dos Deputados, Anexo II – Gabinete 35b em Brasília/DF, no dia 15/06/05.

– Dados pessoais e profissionais.

– Eu sou consultor legislativo da Câmara dos Deputados, desde 1991. Inclusive, eu vim do Banco do Brasil. Eu ‘penei’ dentro do Banco do Brasil até a época em que eu passei no concurso e entrei aqui [na consultoria do legislativo] concursado.

A mencionada ‘Consultoria Legislativa’ é um grupo de profissionais de 21 áreas do conhecimento. Cada um atua na seção parlamentar dentro dessa área específica do

conhecimento, e a minha área é administração de serviço público. Além dessa especialização, tenho outra, que diz respeito à matéria da previdência. Essencialmente, abordo o regime do servidor público, trato muito pouco do regime geral da previdência.

Então, além de ser um consultor dessa área, sou sindicalista, diretor de imprensa e de divulgação do Sindilegis. Essa conjunção de fatores me levou a examinar mais profundamente a reforma da previdência, até antes que ela fosse mandada aqui para o Congresso, no Governo Lula. Isso me levou a uma série de constatações, que me surpreenderam muito (uma série de pontos que a gente vai desenvolver aqui, na conversa).

– E o Sindilegis? Ele compartilha das suas idéias? Estão dentro do seu ponto de vista, ou o senhor têm um ponto de vista mais isolado?

– Eu tive, durante muito tempo, a simpatia do presidente do Sindilegis. O presidente sempre entendeu que essa minha abordagem estava correta, mas sempre teve dificuldade de manifestar-se. A instituição, nesse mesmo sentido, trata de uma série muito diversificada de pessoas, e num momento histórico específico. O sindicalismo, em geral, teve muitos problemas em se contrapor à reforma da previdência, por dois grandes motivos: (1) porque ele estava derivando de um Governo que muitos acreditavam ter sido eleito pelo sindicalismo do serviço público, (2) porque muitos dos colegas sindicalistas da área de serviço público ficaram deslumbrados. Na reforma da previdência abriu-se um caminho para que se criassem os fundos de pensão, e para que se reproduzisse, na esfera da administração pública, aquilo que já se verificava nas estatais. Todo aquele processo que já se formara, de fundos de pensão, estatais, PREVI, Petros, Funcef, e uma série de procedimentos assim questionáveis (...). Na área do sindicalismo público havia essa resistência: o presidente do Sindilegis, embora compartilhasse das minhas idéias, teve receio. Nós estávamos sendo atacados, de uma certa forma. A gente sentiu, muito, foi no caso do Governo Lula, e o presidente teve medo de isolar o Sindilegis. Mas sempre me respondeu exclusivamente, nunca me tirou da chapa, nunca me desautorizou, nas minhas iniciativas. Inclusive... Embora elas fossem algo isolado, algo ‘assinado pelo diretor Magno’. Contudo, elas sempre tiveram, pelo menos, o respaldo clássico do Sindilegis. E agora, o apoio é explícito. Na manhã de hoje, por exemplo, nós tivemos uma reunião de diretoria, buscando

estimular a categoria [dos consultores legislativos] para que a categoria seja, agora, autora de todas essas iniciativas (...).

– Qual a posição do senhor sobre o projeto dos fundos de pensão do Governo Lula?

– No início do Governo Lula, eu era mais um dos brasileiros iludidos. Eu sempre fui pelo presidente Lula, foi o meu único candidato a presidente. Eu nunca votei em nenhuma outra pessoa para presidente da República. No início de 2003, quando surgiu na imprensa a notícia de que a reforma da previdência teria esse ou aquele conteúdo que iria ser uma coisa muito agressiva... Mas que com os servidores públicos deveria ser diferente... Eu me lembro bem de que, em reuniões com sindicalistas da área, eu apaziguei os ânimos. 'Não, minha gente, isso aí é a imprensa que está falando... A imprensa tem seu interesse de apostar contra. Esse Governo foi eleito pelo povo, e a essas coisas a gente não pode dar crédito, a essas informações... Certamente, essas informações devem ser investigadas.' (...) E aí, passei a estudar e a examinar esse assunto, tendo em vista todas aquelas notícias. Mais, ainda, incentivado por uma matéria da Revista Veja, no início de 2003, em que a revista Veja trazia uma declaração do ainda ministro do Supremo Tribunal, Gilmar Ferreira Mendes. Este ministro fez, na ocasião, uma comparação entre direito adquirido de servidores aposentados, e aquele que era atribuído aos senhores e atuais ministros. Eu tenho uma pesada carga familiar no serviço público. Meu pai é servidor público aposentado, minha mãe é servidor público aposentado, todos os meus irmãos são servidores públicos (todos concursados, nenhum deles 'pulou a janela')... E tudo isso me fez compreender o serviço público de uma forma muito peculiar. E eu confesso que aquela matéria me motivou, realmente... o impulso que estava faltando, realmente... dentro daquela matéria... Porque achei um completo absurdo que pudesse ser feita uma comparação daquela natureza. Aí eu comecei a me aprofundar mais nesse assunto. Entrei no famoso sítio Google, com duas palavras-chave.... Porque já tinha uma certa desconfiança dessa pessoa, o ex-ministro e, agora, assessor do presidente da República, Luiz Gushiken. Entrei com duas palavras-chave: Gushiken e PREVI. Quando entrei com essas duas palavras-chave, recuperei uma matéria. Essa matéria era da jornalista Sueli Caldas. Ela publicou em O Estado de São Paulo uma matéria sobre um projeto de reforma da previdência, que ainda viria. A matéria era do dia 24

de novembro de 2002. Os membros não tinham ainda sido empossados. Essa jornalista publicou uma matéria a respeito da reforma da previdência, apontando uma série de aspectos que seriam o motivo da reforma, e eu confesso que não sabia o que fazer. Como ainda não tinha checado o projeto, eu me detive na análise desses projetos. E, depois, eu verifiquei que tudo se confirmou, exceto sobre a contribuição de inativos, que a jornalista dizia que não viria. Mas sabe-se que a contribuição de inativos foi inserida na reforma, duas semanas antes dela vir ao Congresso (...). Ela [a jornalista] descreveu a reforma da previdência que acabou sendo encaminhada, inclusive no aspecto que causou surpresa a muita gente: o fato de que essa reforma, no seu texto original, afetava também os direitos dos servidores que já estavam investindo nos seus cargos. Coisa que o antigo Governo [Fernando Henrique Cardoso] não fez. Ninguém acreditava que uma reforma previdenciária fosse premiada por um Governo que tinha sido eleito, essencialmente, pelos movimentos sindicais (...). A jornalista acertou nesse ponto, e isso me causou muito espanto. Não porque ela falava da reforma da previdência (...), mas porque ela atribuía o conteúdo da autoria da tal reforma da previdência a um escritório de consultoria privado, chamado Gushiken Associados. Eu comecei a investigar – naquela ocasião eu não era uma pessoa proibida, como depois me tornei, eu era chamado freqüentemente para ministrar palestras sobre esse assunto, no início do ano de 2003. A matéria da jornalista (...) me causou muita estranheza, não era uma coisa normal. Na mesma ocasião, foi o deputado Babá (que talvez ninguém nem se lembre)... O deputado Babá teve a oportunidade de questionar o (então) ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, quando o ministro veio aqui ao Congresso Nacional, a uma audiência pública da Comissão de Segurança Nacional e Família... Onde o ministro Berzoini foi questionado pelo deputado Babá, justamente, a respeito, ou seja, sobre o fato de um escritório de consultoria particular ter feito a reforma da previdência. Questionado, o ministro ficou completamente irritado com a pergunta do deputado Babá. Os tais ‘radicais’, que até então eram tratados como uma grife no PT, diziam: ‘Deixa essa gente aí, porque é louca; é bom que haja essa constatação, que a gente não perde muito’. Até essa ocasião, era dessa forma. Depois disso, transformou-se. Justamente nessa ocasião, o deputado Babá foi vítima de um processo no Conselho na Comissão de Ética do PT. Começou a perseguição contra ele. A colega dele, a Luciana Genro, a senadora Heloísa Helena... Tudo teve origem nesse momento em que o deputado Babá questionou o ministro Berzoini. As coisas

começaram a se confirmar, com muitos extremos. Foi na semana anterior ao envio da reforma da previdência, que eu fui ao Pará, para mais uma palestra, e lá tive a oportunidade de compartilhar uma mesa-redonda com um ex-servidor do Banco do Brasil. Ele tinha saído do Banco do Brasil e tinha assumido um cargo de auditor fiscal. Essa pessoa é um ex-empregado do Banco do Brasil, que tinha convivido muito de perto com a turma que estava ali, ‘inventando’ essa reforma da previdenciária. Ele era adversário do grupo de participação bancária do PT, desde muito tempo. Naquela ocasião, ele me entregou um material publicitário de uma campanha eleitoral da PREVI, de 1998, que mostrou os acordos entre a PREVI e o PT (...), e o uso da PREVI nas privatizações das estatais (...). A privatização foi feita, essencialmente, com o dinheiro dos fundos de pensão e do BNDES (...). Havia uma outra figura, no caso dos investidores, que era Luiz Roberto de Mattos. Esse indivíduo seria (...) o representante do grupo petista, no processo de privatização. Tanto a PREVI quanto o processo de privatização seriam gerenciados de uma forma compartilhada, embora, na praça e nas ruas, o PT fosse contrário à privatização (...).

– O Governo teve opositores ao seu projeto de fundo de pensão? Na sua opinião, quem foram esses opositores e como o Governo fez para contornar essa oposição e regulamentar as leis sobre os fundos de pensão associativos?

– Uma das coisas curiosas com relação ao projeto de fundo de reforma previdenciária é que, primeiro, não se viabiliza a formação sem a participação decisiva de figuras do PSDB e do PFL. Notadamente, são segmentos [do PSDB e PFL] muito bem contemplados pelas empresas que participam da carteira diretiva da previdência (...).

– O Babá é uma das pessoas que também, depois, votou contra!

– É, mas entende essa aqui, é uma coisa muito estranha. Muitas pessoas tiveram acesso a esse material, não sei se porque a coisa, naquela oportunidade... Talvez o Governo Lula ainda não gozasse do próprio prestígio (...). A reforma da previdência foi aprovada sem nenhum ganho da oposição, nem desse segmento.

– Estou tendo dificuldades para mapear pessoas e entidades que são contra o projeto de fundos de pensão. Existem opositores?

– *As pessoas... parece que não percebem a capacidade corrompedora que têm essas instituições: elas vão acumulando um capital imenso, para compromissos que... sabe lá se vão ocorrer! Veja, por exemplo, o Banco do Brasil. O fundo de pensão do Banco do Brasil (que é o mais próximo meu, que acabou ficando mais comum)... O Banco do Brasil, quando eu entrei (eu entrei em 1973)... Ele tinha aquela perspectiva, ainda, naquela ocasião, de você estar fazendo parte de uma carreira, e um concurso muito difícil, ainda muito prestigiado... E você chegava já pensando que ia dar pra aposentar naquele negócio, você tinha perspectiva, aposentadoria. Hoje em dia não é mais assim. Veja que coisa curiosa: eu encontrei um colega daquela ocasião, outro dia. Ele me disse: ‘Magno, eu não agüento mais, porque eu tenho que ficar vendendo produto, aqui’. O Banco do Brasil, hoje, trouxe uma série de exigências em relação a seus empregados, como se fosse um banco privado exatamente igual um banco privado. [Ou seja], não tem o menor trato com seu empregado, como havia antes (...) A rotatividade de mão-de-obra no Banco do Brasil, hoje, é tão ou mais elevada que nos bancos privados. Ou seja, não existe mais esse compromisso com o sujeito, [o trabalhador] ficar na instituição até o final, para ele se aposentar. Porque não é mais aposentadoria, ninguém tem mais dúvida de que a PREVI é uma instituição inviável, ela recebeu o passivo pelo qual ela não tinha recebido nenhuma contribuição para aplicar. Ela tem um patrimônio todo dilapidado (...), tem ações do Bradesco, do Itaú, da Vale do Rio Doce... (Mais ou menos, porque não é tanto assim, tendo em vista que ela não controla, embora ela tenha um capital empatado na Vale. Mas ela não tem nenhum poder de mando na Vale do Rio Doce). Há uma meia dúzia de ações, de certa qualidade, mas é uma boa parte no que a gente chama de ‘mercado de mico’: ações que, se a PREVI quiser se desfazer delas, ela o fará, por coisa nenhuma. Houve, recentemente, o fechamento do capital de uma empresa, conquistado na carteira de investimentos da PREVI. Essas ações não tinham valor no mercado; embora a empresa tivesse bons resultados, não se colocava essas ações no mercado.*

– **O que você acha do discurso das centrais sobre financeirização da economia, uso dos fundos de pensão para atividades produtivas e de desenvolvimento?**

– *Uma empresa que você pode pesquisar e dar uma atenção especial a ela, porque há varias informações, é a Vale do Rio Doce. Esta, é estratégica para o desenvolvimento brasileiro. Era uma empresa que era a locomotiva da economia, no bom sentido. No*

bom sentido, ela levava desenvolvimento a várias áreas, ela tinha uma função social importantíssima. A partir do momento em que foi privatizada, e que entrou no sistema de fundo de pensão, abandonou completamente essa linha de raciocínio. Isso também se verifica no próprio Banco do Brasil que, no momento em que se deterioraram os fundos de pensão, começaram a ser apropriados pela empresa. No momento em que os fundos de pensão começaram a ‘descambar’ – eles não tinham nenhum caminho, além desse –, a empresa se deteriorou, a empresa se transformou num banco privado, da pior espécie: que não pensa em outra coisa além de lucrar, não tem mando e vínculo social algum, não tem mais aquele papel que tinha antes. Então, essa história de que fundo de pensão é positivo... Eu queria que alguém encontrasse um exemplo! Nem aqui, nem no mundo inteiro. Nos Estados Unidos há uma pendência ‘enorme de ruim’ da economia, por causa disso. Há uma coisa que ainda não estourou, está para estourar... A gente ainda não está vencendo profundamente esse problema, que ainda não chegou... Mas vai chegar o momento que alguém vai ter que chegar lá e dizer: ‘Eu quero me aposentar!’. E, aí, não tem mais dinheiro (...).

– Quais são os interesses representados por aqueles que defendem o projeto de fundos de pensão?

– Provavelmente, eles querem reconduzir essa experiência lamentável dos indicadores do mercado financeiro. Eles querem criar instituições que tenham esse mesmo critério de falta de administração que tem a PREVI, a Petros e a Funcef. Todas essas instituições que operam, não por terem interesse de serem participantes, mas pelo interesse de capital privado, ou pelo interesse dos próprios dirigentes, que vivem tentando enriquecer.

– Qual o maior interlocutor do Governo, em relação a fundos?

– Não tenho dúvida que seja o ex-ministro Luiz Gushiken, não duvido. Tenho a impressão de que ele é a principal liderança desse sistema todo (...).

– Quais estratégias estão sendo adotadas contra o projeto de fundo de pensão?

– Agora nós estamos adotando, aprovando estratégias pela diretoria (...). Espero que a Assembléia respalde; é uma comissão institucional do sindicato que vai chamar o apoio de outras entidades... A gente acredita que vai ter o apoio de outras entidades,

não sei quantas, mas, certamente, algumas surgirão [no futuro] no sentido de levar o procurador geral da República a reabrir um inquérito (que uma é uma notícia-crime que foi levada ao conhecimento da Polícia Federal do Rio de Janeiro em setembro de 2003) que, depois de um longo caminho e de muitas páginas, definitivamente foi arquivado pelo antigo procurador geral.

– O senhor acredita que os projetos de fundo de pensão representam a privatização da previdência social?

– Eu não gosto muito dessa palavra: ‘privatização’. Eu, até... eu tenho várias... Na época da reforma administrativa antiga, ouvi falar muito alguns ‘slogans’, como ‘neoliberalismo’, essa coisa toda... FMI... palavras, assim, metáforas... Mas me incomoda muito, porque eu acredito que não é um processo de influência, é um processo de tiragem. Não é realmente ‘privatizada’. E mais: a questão mais correta seria ‘pilhar’.

4.4. Entrevista com Adriana Paltin, técnica especializada em previdência privada. Realizada em Brasília, na Esplanada dos ministérios. Bloco F, 6 andar. Sala 644, no dia 09/08/05.

– O Governo enfrentou dificuldade para regulamentar a previdência complementar associativa?

– Na realidade, a previdência associativa surgiu com a Lei Complementar de maio de 2001, porém ela só foi regulamentada no final de 2002. E os primeiros planos surgiram em 2003, depois que foi feito um trabalho de divulgação, porque era novidade, pouca gente conhecia. Para que isso ocorresse, foi necessário a criação de uma comissão geral de projetos, dentro da Secretaria de Previdência Complementar, com a preocupação de se relacionar com o mercado num primeiro momento, com auditorias, entidades e também com os sindicatos. Num primeiro momento, buscou essa relação com as entidades fechadas de previdência complementar, com os fundos

de pensão e as consultorias, porque, na verdade, era novo para todos. Ninguém conhecia. E começou-se, a partir daí, um trabalho com esse mercado, procurou-se saber se o produto estava adequado ou não (...), mais adiante, foram necessárias mais algumas adequações.

– E qual a relação com a CUT?

– Olha, a gente se relaciona com qualquer grupo representativo. A CUT tem se mostrado interessada em se tornar uma instituidora, então ela veio aqui, esclareceu. Eles tiveram uma reunião, eles estão em processo de avaliação dessa questão. A CUT veio em nome dos sindicatos filiados. Eles estão em processo de avaliação dessa questão, para ver a possibilidade e a viabilidade deles se tornarem instituidores. A CUT está criando seu plano.

– E essa história da participação dos sindicatos nos conselhos dos fundos, que é a lei nº 109? Acontece de fato, mesmo? Vocês têm percebido isso?

– Acontece, é uma obrigação, né? Tem alguns planos que foram criados em entidades, que são regidas [as entidades] pela Lei Complementar 108, ou seja, o patrocinador é público dentro dessa estrutura de um plano de previdência associativa; nesse, o instituidor não tem assento no Conselho Deliberativo. Mas aí se criou o comitê gestor, que é esse comitê que dá assento; no caso do plano da Cultura [fundo de pensão do Ministério da Cultura], lá, nós temos 04 assentos para o instituidor. Daí, eles estabelecem o número de instituidor. Depende do plano. E, no caso do plano da Cultura, nós temos presença da entidade e da diretoria, fazendo parte desse Comitê Gestor, que é onde se decidem os investimentos e os rumos do plano. Em qualquer entidade, desde que se tenha número de participantes e volume de ativos, o instituidor pode vir a ter assento no Comitê Gestor. O que precisa ficar claro é que a lei garante que o Conselho Deliberativo conte com a participação dos atores envolvidos; a idéia de conflito e consenso entre partes está presente, afinal, todos são interessados.

– A Secretaria de Previdência Complementar tem feito ciclos de campanha? O que falta aos sindicatos saberem sobre o assunto?

– Na verdade, falta esclarecimento. A gente atingiu um público muito grande. Nós temos uma cartilha, não sei se você conhece. Procuramos colocar essa questão mais

presente em todas as cidades. O que a gente percebe é que a maior dificuldade de hoje é: como o fundo de pensão não tem finalidade lucrativa (ou seja, é um benefício daquele grupo, uma poupança formada por um grupo para que o mesmo se beneficie), a pessoa tem que se envolver na questão, sobretudo no plano patrocinado. No plano do instituidor você não precisa se envolver, você coloca a questão para o sindicato resolver. É necessário realizar campanhas educativas, a pessoa não acorda e diz: 'hoje vou fazer um plano de previdência'. Existe um planejamento, um 'pensar no futuro'. Os instituidores não estão tendo um bom retorno. Mas tem que ter esta vontade interna de vencer, tem que acreditar. Você acredita nisso, você se mobiliza, até em termos de vontade, para você chegar lá.

4.5. Entrevista com Adacir Reis, secretário de Previdência Complementar (SPC), em Brasília, no dia 10/08/05.

– Qual é a importância dos fundos de pensão para o Brasil de hoje?

– Os fundos de pensão se inserem num projeto estratégico do país, cujo objetivo é o desenvolvimento econômico sustentado e a igualdade social. Como mobilizadores de recursos com perfil de longo prazo, os fundos de pensão podem, na visão do Governo Lula, protagonizar um novo ciclo de crescimento da poupança previdenciária nacional. Esse compromisso governamental é também uma exigência da Lei Complementar nº 209/01, que se constitui num novo aparato de regulação e fiscalização da previdência complementar. É preciso lembrar que os fundos de pensão, ao longo dos seus quase 30 anos de existência sob um disciplinamento oficial, têm-se modernizado, tornando-se mais flexíveis, transparentes e dinâmicos. Lembro aqui que foi regulamentada e implementada a portabilidade, instituto pelo qual os recursos de um plano podem ser transferidos para outros. As regras de investimento e de divulgação das informações aos participantes e assistidos foram aprimoradas e se orientam por conceitos de prudência e de diversificação de riscos, colocando o Brasil num patamar superior ao de muitos países desenvolvidos. A profissionalização do setor passa também por um processo de interlocução com outras áreas do Governo, pela criação de uma carreira na área de previdência complementar, harmonização e enxugamento das normas existentes, e o estabelecimento de algumas parcerias com vistas ao aprimoramento da fiscalização. De forma resumida, o órgão de supervisão

da Previdência Complementar, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) disporá de maior autonomia orçamentária, podendo, igualmente, se orientar melhor pelos seguintes princípios: estabilidade de regras e de comportamento, política de longo prazo, quadros estáveis e especializados, maior capacidade de fiscalização, maior celeridade na análise de processos e autofinanciamento. Seguindo as melhores práticas internacionais, a Previc não dependerá do orçamento geral da União, pois terá fonte própria de financiamento, o que vai garantir sua permanente utilização. Ainda como superintendência, o órgão de supervisão da Previdência Complementar será responsável pela aprovação prévia de estatutos, regulamentos, convênios de adesão e retiradas de patrocínio dos planos de benefícios dos fundos de pensão.

– A Superintendência Nacional de Previdência Complementar zela pelo profissionalismo na gestão dos recursos dos fundos. Na sua opinião, os fundos são bem geridos, no Brasil? Se sim, o que tem a destacar? Se não, o que ainda falta, e onde ocorrem as falhas?

– Na realidade, embora existam, hoje [2005], 367 fundos de pensão em funcionamento, administrando 960 planos de previdência, com ativos da ordem de R\$ 280 bilhões (16% do PIB), podemos dizer que a grande maioria dos fundos é bem gerida. Tanto que os fundos de pensão aplicam diretamente 18% da sua carteira em ações, e o restante em fundos de investimentos, perfazendo um total de 28% no segmento de renda variável. Houve um tempo, na década de 1970, que os fundos enfrentaram problemas. Entretanto, é preciso levar em consideração que a legislação original vem daquela década. E, em todo o período econômico dos anos 70, para cá, os fundos de pensão conviveram com um ambiente econômico caracterizado, numa primeira fase, por altas taxas de inflação, e, numa segunda etapa (que poderia situar-se a partir do Plano Real), com altas taxas de juros. Ao longo desse período, as taxas de crescimento do Produto Interno Bruto oscilaram significativamente, com espasmos de expansão e crises de retração, sendo a última fase marcada por taxas médias de crescimento incompatíveis com a necessidade brasileira de geração de emprego e distribuição de renda. Ao longo desse tempo, o sistema acumulou boas experiências, mas acumulou também algumas más experiências; mas tudo isso vem produzindo uma evolução que ensejou novas regras de governança. Outro ponto importante a destacar é o fato de

que os fundos de pensão tiveram participação relevante no mercado acionário, por intermédio do Programa Nacional de Desestatização (PND), constituído em 1991. Nos US\$ 105,56 bilhões arrecadados com o programa e conseqüentes privatizações, os fundos de pensão tiveram participação expressiva, num processo marcado pela privatização das empresas nacionais com grande participação de capital estrangeiro. O resultado desse programa sinalizou para o mercado de capitais o papel que os fundos de pensão podem desempenhar no incentivo a melhores práticas de gestão e governança corporativa, otimizando o desempenho de uma empresa, via indicação de conselheiros para o conselho de administração e investimentos diretos, em larga escala. Por outro lado, identificamos empresas que não detinham os fundos de pensão em seu quadro de acionistas e optaram pelo fechamento do seu capital, o que fez limitar, assim, as oportunidades de desenvolvimento empresarial. Finalizando: nos últimos dez anos, os fundos de pensão vêm passando por grandes transformações, em função, principalmente, da modernização efetivada na legislação e da melhora do quadro econômico que se vai construindo, já que estamos caminhando para um ambiente de inflação sob controle e de taxas de juros mais adequadas à atividade produtiva. No que se refere à legislação, podemos apontar um considerável avanço ocorrido no trabalho de fiscalização dos fundos, por parte da Previc. Pelo conceito atual, o fundo de pensão passa a ser continuamente monitorado, seja em relação aos ativos garantidores dos planos de benefícios, seja em razão de seu passivo previdenciário. É preciso salientar que gerir um fundo de pensão é administrar os recursos garantidores dos benefícios, buscando encontrar o ponto ótimo entre a rentabilidade e os riscos envolvidos. Mas não é só isso. Gerir um fundo de pensão é, também, administrar o passivo previdenciário, daí a importância das premissas atuariais. Tanto na fiscalização direta como na fiscalização indireta, o órgão de supervisão deve atentar para o ativo e o passivo do plano de previdência. A fiscalização direta foi ampliada com a contratação de novos auditores (de 23 para 92) e a fiscalização indireta pelo monitoramento do fundo, por meio de informações obtidas no mercado, por meio de convênios com as centrais de liquidação e custódia, como Cetip, Selic e BM&F, dentre outras.

– Qual é a situação dos fundos de pensão, atualmente [2005] ? É boa? Ou inspira preocupações, como ocorre nos Estados Unidos?

– A situação dos fundos de pensão, no Brasil, é boa; não inspira preocupação, tanto que os fundos foram estendidos aos sindicatos e suas centrais, associações de classe, cooperativas e conselhos de profissionais liberais, onde estão tendo boa aceitação. A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) deu autorização para 21 dessas entidades implantarem seus fundos associativos, sendo que 15 já estão em funcionamento. No que se refere ao mercado dos fundos de pensão no Brasil, repetindo alguns dados citados acima, temos: 960 planos de previdência, administrados por 367 entidades de fundo de pensão; R\$ 280,2 bilhões como total de ativos desses fundos, em 2004; 2,3 milhões de participantes dos fundos, totalizando 6,5 milhões, entre participantes e beneficiários; 17,1% de crescimento do total de ativos .

– Qual a tendência para os fundos de pensão, no Brasil?

– Gerenciando atualmente recursos da ordem de 16% do PIB, os fundos de pensão podem, numa convergência de esforços, chegar a 30% do PIB, em 10 anos, ampliando substancialmente o número de participantes, empresas patrocinadoras e entidades instituidoras de planos de previdência.

– O que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar tem feito pelos fundos de pensão?

– Além das atividades citadas nas respostas anteriores, quero enfatizar que, ao dar mais transparência e segurança ao sistema, a Previc está contribuindo para que o sistema cresça. Pretendemos, igualmente, promover uma ampla campanha de educação previdenciária, e continuar modernizando a legislação existente. Com isso, tanto os patrocinadores e instituidores, quanto os participantes e beneficiários do sistema estarão mais atentos e envolvidos na gestão dos fundos de pensão. Além disso, temos um novo regime tributário que isenta de Imposto de Renda os ganhos e rendimentos das aplicações. E, levando em conta o fato de termos um novo aparato de supervisão, conferindo maior agilidade ao órgão fiscalizador, a Previc estará, igualmente, contribuindo para o crescimento do sistema. Ademais, lembrando uma outra medida, pretendemos retomar junto ao Conselho Monetário Nacional (CMN) o

debate sobre os limites de aplicação, dando, em situações bem definidas, mais liberdade para o gestor do fundo de pensão.

4.5.1 Respostas enviadas pelo secretário de Previdência Complementar, Adacir Reis, por e-mail, visando complementação de dados.

– O que vai mudar no mercado de fundos fechados de pensão, com a criação da Previc?

A Medida Provisória 233/2004, votada semana passada na Câmara dos Deputados, ao criar a Previc – Superintendência Nacional de Previdência Complementar – estruturou, de forma moderna e eficiente, a regulação e a fiscalização das chamadas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) ou ‘fundos de pensão’. Para se ter idéia da importância desse mercado, é preciso lembrar que existem hoje 366 fundos de pensão em funcionamento, administrando 960 planos de previdência, com ativos da ordem de R\$ 280 bilhões (16% do PIB), e com compromissos perante 6,5 milhões de participantes e beneficiários.

A implantação da Previc (que ainda depende da votação da matéria no Senado Federal), do ponto de vista interno, orienta-se pelos seguintes princípios: estabilidade de regras e de comportamento; política de longo prazo; quadros estáveis e especializados; maior capacidade de fiscalização; maior celeridade na análise de processos e autofinanciamento. Com relação a esse último item, é necessário esclarecer que a Previc será uma autarquia de natureza especial e com orçamento próprio, que terá como fonte principal a Taxa de Fiscalização (Tafic), devido ao poder de polícia exercido pelo Estado sobre as atividades dos fundos de pensão. Espera-se, ainda em 2005, que a Tafic responda por 75% do orçamento da Previc, chegando a

100% em 2006. O recolhimento da Tafic terá como referência os recursos de cada plano de benefícios.

Dessa maneira, além de transformar-se num órgão que funcionará sem ônus para o Tesouro Nacional, a Previc executará as políticas de previdência complementar; fiscalizará os fundos de pensão e será responsável pela aprovação prévia de estatutos, regulamentos, convênios de adesão e retiradas de patrocínio dos planos de benefícios dos fundos de pensão.

– Os fundos de previdência privada estão se adequando à nova tributação (tabela regressiva). Qual o cenário e perspectivas para o mercado de fundos de previdência, com essa mudança?

A Lei nº 11.053 resolveu uma questão que se arrastava há mais de 20 anos. Desde o Decreto-Lei 2065, de 1983, os fundos de pensão pagavam imposto de renda (IR) sobre os ganhos e rendimentos das suas aplicações. Em 2001, veio uma nova legislação, a MP 2222, que criava um regime especial de tributação – o RET – no qual, embora se pagando menos IR, de todo modo se pagava. Ou seja, os resultados das aplicações constituíam base para a incidência do imposto de renda. Com a Lei nº 11.053, desde 1º de janeiro de 2005, os ganhos e rendimentos das aplicações estão livres de IR. Isso quer dizer que a poupança previdenciária, na sua fase de acumulação, passou a ser protegida por meio do deferimento tributário. Esse novo regime tributário colocou o Brasil, do ponto de vista da tributação da previdência complementar, no rol dos países desenvolvidos. Trata-se de um claro incentivo para a poupança de longo prazo. Esse regime vale para todos e já está vigorando na sua plenitude.

Além disso, a Lei nº 11.053 admite um regime tributário alternativo para a pessoa física, com alíquotas regressivas que

variam de 35% a 10%, dependendo do tempo em que essa poupança ficar internalizada no plano de previdência.

Sob a ótica do imposto de renda da pessoa física, tal regime tributário pode ser mais vantajoso do que a tabela convencional, que tem alíquotas progressivas. Trata-se de uma opção que deve ser feita pelos participantes de planos de previdência nas modalidades CD ou CV. Ao invés do participante ‘ser tributado’ por uma alíquota de 15% ou 27,5%, pela tabela tradicional, poderá, eventualmente, pagar apenas 10% de IR. Dependendo da situação, porém, a tributação no regime alternativo poderá ser desvantajosa. Como tal opção é irrevogável, deve ser bem estudada pelo participante, cabendo ao fundo de pensão oferecer-lhe as informações necessárias. Creio que esse novo modelo introduziu, definitivamente, a necessidade de se democratizar a discussão da previdência complementar no Brasil, inclusive sob o enfoque de suas vantagens fiscais.

– Como está hoje, nos fundos fechados, a adequação de percentuais de aplicação em investimentos diversos (renda fixa, renda variável, imobiliário)?

Atualmente [2005], os fundos de pensão acumulam recursos em volume superior a R\$ 280 bilhões, representando 16% do Produto Interno Bruto. Desse montante, os fundos de pensão aplicam diretamente 18% da sua carteira em ações e o restante em fundos de investimentos, perfazendo um total de 28% no segmento de renda variável.

Conforme a distribuição dos recursos do programa de investimentos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) entre os segmentos de aplicação autorizados pela Resolução 3121/03, os percentuais são os seguintes: Renda Fixa: 64%; Renda Variável: 28%; Imóveis: 5% e Empréstimos: 3%.

Hoje, com o processo de enquadramento que se seguiu à Resolução 3121/03 do Conselho Monetário Nacional, podemos afirmar que a situação geral dos planos de previdência está em harmonia com os limites máximos fixados pelo Conselho Monetário Nacional.

– Como é a fiscalização dos fundos fechados feita pela Previc, hoje [2005]?

O trabalho de fiscalização está pautado no conceito da supervisão contínua. De acordo com tal sistemática, as entidades de previdência são distribuídas entre diversos supervisores, cada um responsável por um número específico de entidades, de acordo com a equipe de auditores, porte da entidade, modelo de gestão, etc. Por esse conceito, o fundo de pensão passa a ser continuamente monitorado, e não mais de tempos em tempos; seja em relação aos ativos garantidores dos planos de benefícios, seja em razão de seu passivo previdenciário. É preciso salientar que gerir um fundo de pensão é administrar os recursos garantidores dos benefícios, buscando encontrar o ponto ótimo entre a rentabilidade e os riscos envolvidos.

No entanto, além disso, gerir um fundo de pensão é também administrar o passivo previdenciário, daí a importância das premissas atuariais, especialmente porque os Planos de Benefício Definido ainda representam dois terços do total de recursos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar. Tanto na fiscalização direta como na indireta, o órgão de supervisão deve atentar para o ativo e o passivo do plano de previdência.

É necessário lembrar que o papel fundamental do Estado na Secretaria de Previdência Complementar não é normatizar, mas fiscalizar e monitorar o aprimoramento da fiscalização. Este ano, a Previc aumentou os auditores fiscais da Previdência, que passaram de 23 para 92, e sua meta é contratar mais 110 fiscais,

por concurso público, até o final do ano. Isso porque, no foco do aprimoramento da fiscalização direta, é de fundamental importância que o fiscal vá até a entidade de previdência. Hoje existem 362 EFPC.

Ainda com relação à fiscalização, a Previc tem desenvolvido a estruturação da supervisão indireta: trata-se de desenvolver mecanismos de monitoramento de supervisão, independentemente de o fiscal ir até a entidade. Isso passa pela integração da Superintendência Nacional de Previdência Complementar com outros órgãos do Governo: CVM e Banco Central. E também passa pela integração da Previc com outras instâncias do mercado financeiro.

Esse enfoque está, em parte, consubstanciado na Resolução CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004, que estabelece princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos a serem observados pelas EFPC. Citada como modelo de normas a serem seguidas, em termos de governança corporativa, essa resolução de 25 artigos exige, por exemplo, que as entidades fechadas de previdência complementar adotem padrões de segurança econômico-financeira e atuarial com fins específicos de preservar a liquidez, a solvência e o equilíbrio dos planos de benefícios, isoladamente, e da própria EFPC, no conjunto de suas atividades.

Determina, ainda, que a diretoria-executiva, o conselho deliberativo, o conselho fiscal e demais órgãos de governança adotem procedimentos que demonstrem a importância dos controles internos a todos os níveis hierárquicos.

A implementação de um código de ética e de conduta também é imprescindível, bem como a competência técnica e gerencial de conselheiros, diretores e empregados das EFPC.

Desperdícios e custos incompatíveis são igualmente condenados, devendo os riscos serem identificados, avaliados, controlados e monitorados.

Recairá sobre o conselho fiscal da entidade a responsabilidade pela emissão de relatórios de controles internos, pelo menos semestralmente, e que contemplem, no mínimo:

- 1) as conclusões dos exames efetuados, inclusive sobre a aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios às normas em vigor e à política de investimentos, a aderência das premissas e hipóteses atuariais e a execução orçamentária;
- 2) as recomendações a respeito de eventuais deficiências, com o estabelecimento de cronograma de saneamento das mesmas, quando for o caso.

– O mercado tem avançado em discussões sobre os seguros populares e sobre a massificação dos seguros. Em previdência complementar isso também é viável?

Na Previdência Complementar, a lei que a regulamentou (LC 109/2001), deixou claro em seu Capítulo III, artigo 31, que as entidades fechadas ‘são acessíveis’, não só aos empregados de uma empresa ou grupo de empresas, aos servidores federais, estaduais e municipais, como também ‘aos associados ou membros de pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial (denominados instituidores)’.

Essa modalidade de previdência complementar é chamada de previdência associativa e visa beneficiar, exatamente, parte do setor por você denominado ‘popular’. Com a regulamentação da Lei Complementar 109, o Governo Lula permitiu que sindicatos, associações de profissionais liberais e cooperativas montassem seus planos fechados de previdência.

A Previc deu autorização para que essas instituições funcionem, e a previdência complementar já é uma realidade, abarcando sindicatos e associações de dentistas, médicos, músicos, engenheiros e advogados, além da Força Sindical. Também a Central Única dos Trabalhadores (CUT) mostrou

interesse em implantar a previdência associativa, e está estudando o assunto.

– Fundos de pensão de grandes corporações – como a GM dos Estados Unidos – acumulam grandes déficits. Como evitar “calotes”? Como evitar isso, no Brasil? Há esse tipo de situação no Brasil, em algum fundo?

Sem entrar no mérito da questão da GM dos Estados Unidos (ou de qualquer outra empresa, especificamente), o que se pode informar sobre esse quesito diz respeito à grande preocupação da administração Lula em reforçar o sistema de fiscalização determinado pela extinta Secretaria de Previdência Complementar (SPC), e agora aprimorado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), junto às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC). E isso foi feito, em parte, por meio da citada Resolução nº 13, onde foram estabelecidos princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos a serem observados pelos fundos de pensão.

Repetindo o que já foi respondido na questão nº 4, a intenção do órgão, ao tornar mais rígida, clara e objetiva a estrutura de governança das EFPC, leva em consideração dois fatores:

- 1) assegurar uma maior transparência e segurança ao sistema, contribuindo para o fortalecimento do setor, à medida que fiscaliza as entidades. E, quando for o caso, aplicar penalidades;
- 2) proteger os interesses dos participantes e assistidos. Isso, porque o participante ou o assistido precisa ter conhecimento dos estatutos e regulamentos da EFPC, para que, conhecendo melhor seus direitos, possa cobrá-los diante da entidade para cujo plano contribui.

4.6. Entrevista com José Sasseron , Presidente da ANAPAR (membro eleito pelo trabalhador para o conselho da PREVI), realizada na Sede da CNB/CUT, na Praça da República, n. 468, São Paulo, no dia 08/09/05.

– Como o senhor vê a criação de fundos de pensão/previdência complementar/previdência associativa pelos sindicatos?

– O sindicato dos trabalhadores prefere sempre o fundo patrocinado pelas empresas, porque nesse a empresa assume o compromisso permanente da contribuição. Agora... a previdência associativa é uma opção. Se formos classificar qual é a preferencial nossa, a preferência é a previdência patrocinada. Mas a associativa é uma opção muito importante. Aliás, é muito melhor que a previdência aberta. O trabalhador, hoje... Como na maioria das empresas não tem fundo de pensão, não tem nenhum plano de previdência... Então o fato de ter seu sindicato criando um fundo de previdência é bom, ele passa a ter essa opção. Então, é extremamente positivo, neste aspecto.

– Qual a resposta do movimento sindical à criação dessa previdência associativa?

– Eu acho que, por enquanto (...), está um pouco aquém do desejável e do necessário. O movimento sindical não tem dado a devida importância que deveria dar à previdência complementar. Nem aos fundos patrocinados, nem à previdência associativa. Eu acho que é uma cultura que tem evoluído, os sindicatos têm se envolvido por esse assunto, mas ainda falta um envolvimento maior. Tanto num caso, quanto noutro.

– O senhor acha que falta aos sindicatos saberem lidar com o tema? O senhor acha que o problema é por falta de informação, ou é mesmo uma questão de “cultura previdenciária”?

– Eu acho que falta um pouco de cultura previdência previdenciária, sim, que no Brasil não é lá muito forte, e falta informação, também, pois acredito que a maioria dos sindicatos nem sabe que essa possibilidade existe. E existe outro problema, que é o nível de renda da sociedade brasileira. Como a maioria (aliás, a grande maioria) ganha menos de 10 salários mínimos, então, o que é um ponto importante para a

previdência privada, os baixos salários. Mas o sindicato acaba não dando uma importância de primeira linha para este ponto.

– Como anda o debate sobre a presença dos participantes na gestão dos fundos de pensão?

– É um debate que começou há uns vinte anos atrás. Os primeiros fundos... Alguns fundos passaram a ter eleição de participantes, tanto para o conselho, quanto para a diretoria. Temos, logo depois, o da PREVI, e uma série de outros fundos (...). Mas o que é evidente é que a maioria... é que os sindicatos têm se envolvido cada vez mais. Se você for procurar, hoje, na maioria dos fundos que tem representantes eleitos, a grande maioria dos representantes ou dos fundos são oriundos do sindicato ou de representação de aposentados. Isso mostra a importância que os sindicatos têm dado, o que é crescente. Isso acontece, inclusive, porque o trabalhador vai lá cobrar dos sindicatos o que eles vão fazer para defender o interesse dele, no que se refere a fundos de pensão.

– Na prática, o trabalhador chega a ter voz ativa nas tomadas de decisões dos fundos?

– É, formalmente sim, ele tem mais voz ativa, mas é ‘a depender’ (...). Como que se fala? ‘A depender’... do envolvimento e do grau de cobrança que o sindicato faz em cima da patrocinadora e da fundação. Quanto mais pressiona para ter voz ativa, mais voz ativa ele tem. Tanto que, antes da legislação exigir a representação do trabalhador nos fundos, tinha vários fundos que já admitia isso, exatamente por pressão dos trabalhadores, dos sindicatos, das entidades de classe, enfim...

– O senhor acha que a participação do trabalhador auxilia para haver maior transparência? Enfim... Essas questões que estão sendo colocadas, hoje em dia...

– Sem dúvida, a Legislação de 2001, que exige a participação do trabalhador... Na verdade, ela é um produto da pressão do sindicato. A legislação, na prática, espelha a mudança que estava acontecendo durante as últimas décadas, essencialmente, porque começaram a pressionar, a ocupar espaço, conquistar democracia, transparência, conseguir que fossem respeitados direitos, fossem disponibilizadas informações,

balancetes, uma série de coisas. E isso acabou levando à criação da lei, que hoje já exige este grau de transparência de toda a fundação.

– Ainda neste tema: a gente vê que, neste governo, tem tido uma discussão muito forte sobre governança corporativa. Por outro lado, a gente viu os escândalos envolvendo os fundos de pensão. Então, como o senhor vê isso? Se, de um lado, nós temos um discurso consolidado de governança, de outro lado, temos escândalos envolvendo, inclusive, os fundos de pensão? Como o senhor analisa isso?

– Eu acho que os escândalos e os negócios malfeitos e os investimentos com prejuízos, os próprios direitos e a própria construção dos fundos têm se tornado mais transparentes, sim. Eu acho que os escândalos que aparecem são, muitas vezes, produto da democratização dos fundos. Se antes não apareciam, não é porque não existiam, mas porque existiam e ficavam encobertos. À medida que o participante passa a ter mais influência, à medida que a Secretaria de Previdência Complementar tem uma atitude de fiscalização mesmo, estas questões vão aparecendo. Não que existam mais [corrupção], é que aparecem mais. O que é um grande avanço. Tanto que, hoje, o participante tem o direito de pedir todo tipo de sorte [informações] que a própria legislação garante que ele pode ter acesso, o tempo todo. E isso era uma exigência que não existia, no passado. Sobre a governança, ainda... Eu acho que os participantes estão tomando consciência de se prepararem para serem gestores dos recursos dos fundos, tanto do lado dos benefícios, quanto do lado dos investimentos. Eu diria que ainda deixa a desejar o preparo de muitos dos dirigentes, inclusive dos eleitos. Mas isso tem evoluído positivamente. Existe uma preocupação maior e, até hoje, a possibilidade de punir o dirigente que cometeu algum ato irregular aumenta o grau de exigência.

– Na sua opinião, qual é o maior interlocutor dos fundos de pensão no Governo, a pessoa que está fazendo o trabalho acontecer?

– Do lado do Governo, temos o Ministério da Previdência, essencialmente, e a própria SPC. Do lado dos fundos, temos instituições tais como a ABRAPP, ANAPAR, uma série de fundos, entidades associativas e os grandes fundos que criaram um próprio espaço

de representação e de diálogo com o Governo. Tem vários atores sociais que se combinam, ninguém tem exclusividade [na interlocução].

– Sobre Adacir Reis...?

– Sem dúvida é um grande representante do sistema, porque Adacir, ao contrário de outros secretários... ele vem do setor. Sempre foi assessor de Berzoini e Gushiken, que sempre trabalharam nessa área. Foi advogado previdenciário; militava nessa área, e continua a militar. Acho que é uma pessoa que tem profundo conhecimento do sistema e tem uma visão muito clara do incentivo à previdência complementar.

– O senhor acredita que o projeto inicial de fundos de pensão “instituidores” tenha sofrido alguma oposição com a regulamentação? Se isso aconteceu, como o Governo fez para contornar essas oposições?

– Teve oposição, sim. O grande debate que teve, nesse sentido, foi que o Governo Fernando Henrique apoiou uma regulamentação que praticamente proibia as empresas de contribuírem com a previdência associativa, não como patrocinadoras, mas como contribuintes eventuais. Quando isso foi tirado, você, na verdade, tendia a favorecer um lado da concorrência, porque os planos de previdência aberta, as seguradoras e os bancos não queriam que essa possibilidade existisse, exatamente para não perder em mercado (...). As próprias empresas queriam patrocinar ou oferecer planos de previdência privada às entidades abertas. Então, na regulamentação do Governo Fernando Henrique, se evitou que empresas contribuíssem para a previdência associativa. No Governo Lula essa regulamentação foi derrubada, de maneira a ter uma nova regulamentação e a permitir que as empresas contribuíssem. E esse foi um passo decisivo para a previdência associativa... para o início da previdência associativa. Concluindo: essa disputa existiu e hoje está se definindo a favor da previdência fechada, previdência associativa.

– A orientação do Governo Lula é uma orientação mais social?

– Eu diria que, na proposta do Governo Lula, equilibraram-se as possibilidades entre previdência fechada e aberta. Então, o fato de uma empresa escolher fazer previdência aberta ou fechada é feito, hoje, de acordo com critérios, com a visão que a empresa tem. Até 2003, a empresa era direcionada a fazer uma previdência aberta para seus

funcionários, enquanto hoje, como equilibrou-se o jogo de forças, a empresa pode optar entre uma e outra opção.

– Sobre o interesse do movimento sindical por fundo de pensão, ou seja, o discurso do fundo de pensão como instrumento contra a financeirização/especulação. Existe alguma contradição nesse discurso?

– Eu acho que é possível os fundos de pensão lutarem contra a financeirização. A questão é a seguinte: nós tivemos a vida toda o movimento sindical combatendo a financeirização e o controle do capital sobre os meios de produção, sobre a vida dos trabalhadores, enfim. A vida inteira a gente teve essa disputa. E no movimento sindical bancário, de onde eu venho, a gente sempre fez uma crítica aos bancos, dizendo que tinha que investir menos na financeirizada e mais na atividade produtiva, indústria, agricultura. A presença dos sindicatos nos fundos de pensão aponta para esse sentido, também, com a tese de que os fundos têm que investir na produção, e não simplesmente na especulação. Esta é a realidade do Brasil, hoje? Não! Eu acho que não é. Se a gente pegar os recursos dos fundos e somar os dados, veremos que...veremos que hoje 70% dos fundos estão investindo em renda fixa, ou seja, em títulos da dívida pública. Ou seja, os fundos são agiotas do Governo. E, se tirarmos a PREVI – ela tem quase 60% de investimento em produção –, essa realidade cai para 80%. Os fundos não têm incentivos para sair desse tipo de investimento. Agora, o incentivo dos trabalhadores para exigir que isso mude pode ser decisivo para esta operação. Se a gente for citar exemplos, grandes empresas brasileiras como a Vale do Rio Doce, Perdigão, Telefônica Embraer... Algumas estariam fechadas, ou compradas por investidor estrangeiro. Então, esta participação foi positiva.

– A responsabilidade social está dentro das preocupações dos fundos? Como isso acontece, de fato?

– É uma preocupação nova. Nos fundos, a preocupação começou há uns cinco anos, mais ou menos, quando foi criado o Instituto Ethos. No Governo Lula essa discussão aumentou, em conteúdo e abrangência. Muito, inclusive, por incentivo dos três maiores fundos: PREVI, Petros e Funcef. Eu acho que é uma questão fundamental. É um debate que o mundo todo está começando. Existem, inclusive, dados que mostram que as

empresas que investem em responsabilidade social acabam tendo uma perenidade maior; elas são bem-vistas pela sociedade.

– Em relação ao novo Governo... Como ficará se o Governo Lula não for reeleito nas eleições de 2006? O senhor acha que a organização atual do sistema faz o negócio de fundos de pensão acontecer em outro Governo que não seja o do PT?

– Acho que a previdência associativa não está organizada, não. Corre risco, sim, se não tiver incentivo do Governo. Ou pode ser retardada, ou combatida, como foi no Governo Fernando Henrique Cardoso. Mas, que tem os mecanismos para que ela seja permanente, tem. Mas depende da postura do Governo, de incentivar. Por exemplo, o fato de ter derrubado a cobrança de Imposto de Renda junto aos fundos de pensão, a própria agilidade para aprovar planos de previdência, a criação de novas entidades... Acho que acabar, não acaba, mas retarda.

– Como o senhor coloca o interesse dos sindicatos por fundos de pensão? Como o senhor contextualiza isso?

– Eu acho que o sindicato acaba enxergando como uma necessidade exata, até porque alguns trabalhadores contribuem para o fundo de pensão. Nesse sentido, acaba sendo uma demanda importante. Exatamente porque o fundo de pensão existe, é uma demanda que está quase na mesma ordem de grandeza. Semana passada eu fui a um congresso de telefonia no Rio Grande do Sul: um terço do tempo do congresso foi para discutir previdência complementar, coisa que até um tempo atrás não existia. Assim como existe esse exemplo, devem existir outros. Acho que, pela importância que ganha para os sindicatos, os sindicatos passam a se interessar pelos fundos de pensão.

– Como o senhor vê a idéia dos fundos de pensão como “bandeira de luta”?

– Os fundos de pensão já existem na pauta dos bancários. Existe até no debate com a FENABAN. Ou seja, já existe faz cinco anos a reivindicação de previdência complementar, que muitos bancos têm, mas outros não têm. Os fundos de pensão já começam a fazer parte da pauta de metalúrgicos, químicos (...).

– Aumenta a sindicalização? Traz sindicalizados?

– *A previdência associativa, sim. Neste aspecto, sim, pois o sindicato cria um plano de previdência e, para que o trabalhador tenha acesso, ele precisa se sindicalizar. É uma discussão que a cada vez vai ganhando mais importância. O nível de renda, aos poucos, vai aumentando, e as pessoas vão ficar dependentes dos fundos de pensão.*

– **Fale da sua trajetória na ANAPAC.**

– *Faço parte da Diretoria do Sindicato dos Bancários de São Paulo, desde 1994. Hoje sou do Conselho Deliberativo da PREVI, eleito pelo trabalhador. Há quatro/cinco anos estou militando na questão da previdência complementar.*

– **Gostaria de acrescentar algo:**

Acho importante ouvir estes atores [citados durante a entrevista], principalmente quem [as instituições] que já tem plano de previdência.

– **O plano da CUT já saiu? Ainda está no forno?**

– *Não, o da CUT ainda não saiu. Eu acho que a CUT vai ser um fator decisivo para o crescimento da previdência associativa no Brasil. A partir do momento que ela criar a entidade de previdência, ela vai dar o sinal para todos os sindicatos de que esta pauta é importante. Vai dar ‘uma revigorada’ grande no movimento sindical. A Força Sindical já criou, mas a Força está direcionando para os sindicatos dos comerciários. Parece que a Força Sindical está criando a partir dos comerciários (...), mas de qualquer maneira ainda não deslanchou, até onde eu sei. De qualquer maneira, as categorias profissionais que vão ter mais sucesso são as dos os profissionais liberais (médico, advogado, dentista), que são categorias mais pulverizadas, e nas quais as pessoas precisam mais da previdência complementar, até porque elas têm um nível de renda que a previdência social não permite manter, após a aposentadoria. Acho que a tendência é ter mais sucesso nestas categorias. Muito mais do que na categoria de motorista de ônibus, por exemplo, na qual o nível de renda é suficiente somente para pagar a previdência social. O sujeito que já tem as necessidades básicas garantidas, já sente necessidade de pensar no futuro. O sujeito que ganha pouco está preocupado em chegar, sem fome, ao final do mês. Tanto é que as categorias profissionais que têm fundo de pensão forte são as categorias de profissionais liberais.*

5. REGISTRO DE INFORMAÇÕES COLETADAS EM TRABALHO DE CAMPO, PROPICIADAS PELA PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS NO BRASIL.

5.1. Palestra “Responsabilidade Social e Governança Corporativa nos Fundos de Pensão”

Palestrante : Wagner Pinheiro de Oliveira

Data: 17/08/2004

Local: Hotel Gran Meliá – WTC – Centro de Convenções – Piso C – Sala Cadiz

Av. das Nações Unidas, 12.559 – São Paulo – SP

Das 8h às 10h da manhã, assisti à palestra *Responsabilidade Social e Governança Corporativa nos Fundos de Pensão*, ministrada pelo presidente da Petros, Wagner Pinheiro, e realizada no Centro de Convenções do Hotel Gran Meliá, na cidade de São Paulo, SP. Organizado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), o evento tinha, mais ou menos, 60 pessoas. Segundo Vera Marques, a organizadora do evento, o público-alvo dessas palestras são empresários e herdeiros. Em geral, pessoas da universidade são pouco frequentes nesses ambientes, “até pelo preço dos cursos, que são altos”, acrescentou a informante. Questionada sobre a presença de sindicalistas, a informante respondeu: “Não existe presença de sindicatos, mas a reunião é frequentada por gente que já foi do sindicato”.

Após a arguição de Wagner Pinheiro sobre a temática de fundos de pensão e responsabilidade social, houve uma sessão de perguntas e respostas. O palestrante recebeu grandes elogios. Afirmou que o acionista majoritário era o povo brasileiro; que fundos de pensão e governança corporativa encorajam e incentivam o mercado. O palestrante afirmou que no Brasil, o acionismo salarial ainda é pequeno, mas os fundos de pensão devem acelerar o processo de elevação de seus *portfolios* em empresas de nível 1 e 2 (na verdade, querem estimular os fundos de pensão a investirem em empresas com GC¹⁸⁶). Segundo o palestrante, a Petros possui *Manual de Governança Corporativa*. E acrescentou que a Petros discute, em comum com os 20 maiores fundos da ABRAPP, a possibilidade de uma aliança público-privada direcionada ao setor de transporte.

¹⁸⁶ GC = Governança corporativa.

Pergunta: Quando será o investimento em fundos de pensão nas empresas?

Com a terceirização, com o aumento de funcionários terceirizados, vimos que a Previdência Social não acompanhou o processo, não acompanhou a geração futura (...) É preciso investir na previdência complementar? Desde 1970, os planos de previdência da Petros receberam a incumbência de pagar benefícios. Algumas datas sobre o assunto:

2001: novo plano, que permite migração.

2002: suspensão do plano. Embargo desses planos na Justiça.

Desde 2002, a Petros não aceita inscrição de novos participantes (mais ou menos 5.000 pessoas não estão sendo atendidas). A finalização do plano anterior ainda está em processo de amadurecimento.

Pergunta: Vocês discutem um investimento novo? Como vocês discutem o nível de governança corporativa?

Acaba sendo um problema... a gente tem como objetivo avançar na idéia de “boa governança” (...), a governança corporativa tem feito parte do cotidiano de investimento da Petros (...) é um processo, mas, sem dúvida, acaba-se precisando de novas empresas para ir para o “novo mercado”(…), segmento que dá rentabilidade diferenciada. Ainda não caiu a ficha que nós somos [os fundos de pensão] investimento de longo prazo. O sistema de previdência complementar está mal-acostumado, só investe em renda fixa (...), os fundos de pensão devem mudar essa visão. Deve-se ir para o setor produtivo. Estamos com preços adequados, que podem dar boa rentabilidade.

Pergunta: Fale sobre o setor de investimentos da Petros...

A Petros investe em empresa de mesmo nicho de mercado. Tem um setor da Petros que cria uma carteira de renda variável. Faz uma análise genérica do mercado. Tem um setor que faz análise das empresas para os conselheiros (que decide se é Petrobrás ou Perdigão, é uma decisão pautada no Comitê de Renda Variável). A Petros tem 28 *portfolios* diferentes, e o presidente [no caso o presidente da Petros é o próprio entrevistado] administra esses 28 *portfolios*.

Pergunta: Fale sobre o pequeno acionista...

O pequeno acionista é o povo brasileiro. Os fundos de pensão e a governança corporativa encorajam a participação do brasileiro no mercado financeiro. O objetivo de alcançar o ideário de governança corporativa acaba fazendo parte do cotidiano da Petros.

Pergunta: Fale sobre o investimento dos fundos de pensão...

São investimento em títulos federais; mas os fundos de pensão devem mudar essa visão, irem para o setor produtivo. É um processo...

Pergunta: Qual a trajetória [social] do Presidente da Petros...

Trabalhei na Assembléia Legislativa de São Paulo; trabalhei com Dirceu [José Dirceu], Marta [Suplicy], Genoíno [José]. Tenho grande aproximação com o PT. Durante a campanha de Lula, fiz documento sobre mercado de capitais. Fiz parte da transição governamental e depois fui indicado para o cargo de Presidente da Petros... Não sou petroleiro, o que inicialmente trouxe um certo desconforto para a categoria dos petroleiros. Mas a Lei Complementar dos fundos autoriza pessoas que não fazem parte do sindicato a serem acionistas dos fundos.

Fale sobre a participação dos sindicatos na administração dos fundos...

“Sindicatos estão sempre presentes, de forma indireta. Ou seja, os sindicatos apóiam pessoas para disputar eleições para o conselheiro deliberativo (...) estou discutindo ativamente com os trabalhadores... Vou até o trabalhador... Hoje estou aqui, amanhã vou para Santos, Campinas... Estou discutindo com o trabalhador”.

Ao término de sua palestra, o presidente da Petros concedeu uma entrevista informal a alguns interessados (dentre deles, eu estava presente) e, ao se juntar aos colegas, foi parabenizado pela palestra e pela “resistência”. Naquele momento, questionei sobre sua indicação para presidente da Petros, já que, inicialmente, tratava-se de um bancário. As reflexões resultantes dessa “conversa” foram expostas no capítulo IX desta tese.

5.2. Visita ao IBGC e à Bolsa de Valores (Bovespa)/São Paulo, no dia 17 de agosto de 2004

Após a palestra, visitei o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), onde fui recebida por Vera Marques. Entrevistada, ela afirmou que o IBGC oferece capacitação para seus conselheiros. Acrescentou que atualmente [em 2005], o IBGC organizou um curso de capacitação juntamente com a Fundação Getúlio Vargas. Sobre os prêmios que o IBGC cria, para estimular as empresas com práticas de boa governança, afirmou que “o maior prêmio é o retorno do mercado”. Por fim, convidou-me a participar do prêmio de monografia realizado pelo instituto, durante todo o ano. Sobre a formação das pessoas que trabalham no IBGC, afirmou que a maioria é formada na área de administração e economia, mas não existe perfil para definir o funcionário do IBGC.

Após o almoço fui conhecer a Bovespa, aproveitando para sentir o clima organizacional sobre as temáticas do momento em 2005: governança corporativa, fundos de pensão e responsabilidade social. Segundo os “jogadores” do pregão, “governança corporativa foi um negócio que a bolsa inventou, para dar mais transparência ao mercado”. Nesse dia, havia ações da Natura e da SAPESP representando o “novo mercado” – como tem sido definida a governança corporativa, junto ao mercado financeiro.

Para os informantes do mercado financeiro, a idéia da governança corporativa é a de estimular o pequeno acionista na Bolsa de Valores, e pulverizar dinheiro. Mas, na prática, não compensa: o pequeno investidor tem gastos administrativos. Para a Bolsa de Valores, a idéia de governança é boa, afinal, a Bolsa de Valores tem gastos (luz, infra-estrutura, água, etc), e ter o pequeno acionista é bom. Para outro informante a governança corporativa é “*marketing* para quebrar com atos imorais do mercado, afinal, o mercado de ações está desacreditado”.

Sobre o assunto, o informante citou um exemplo: “Uma empresa familiar resolve abrir suas ações. O novo proprietário dessas ações resolve vendê-las, para isso vai até a Bolsa. A empresa tenta comprá-las novamente, para manter o perfil de empresa familiar. Assim, para reaver suas ações, divulga balanços sociais comprometendo a empresa e, assim, o preço das ações despenca e são compradas pelos primeiros donos. Não sei o que dizem as teorias, estou falando da prática. No mercado, é assim que acontece”, enfatizou o informante.

Na entrada da Bovespa, havia um cartaz definindo os oito objetivos da ONU para o milênio. Ele continha a informação de que, na semana de 9 a 15 de agosto de 2005, aconteceria a *Semana Nacional pela Cidadania e Solidariedade*. Os oito objetivos do milênio foram definidos em 2000 por todos os países integrantes da ONU, “buscando um mundo melhor.” Os objetivos, que são apoiados pela Bovespa, estão expostos num grande painel em frente à Bolsa de Valores de São Paulo, e são eles:

- acabar com a fome e a miséria;
- educação básica de qualidade para todos;
- igualdade entre sexos e valorização da mulher;
- redução da mortalidade infantil;
- melhorar a saúde das gestantes;
- combater a AIDS, a malária e outras doenças;
- qualidade de vida e respeito ao meio ambiente;
- todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento.

Com grande destaque na porta de entrada do “coração” do mercado financeiro, esse cartaz simboliza, discursivamente, a aproximação com as preocupações sociais. É a tentativa de sacralizar o dito “profano”, importando para a agenda financeira a agenda do mundo social. Essas discussões permeiam o texto da tese.

5.3. Ato de lançamento da Cartilha “*Guia do Participante – acompanhe mais de perto seu fundo de pensão*”, pela Secretaria da Previdência Complementar – SPC.

Palestrantes : Jarbas de Biagi/ Wagner Pinheiro/ Paulo Tolentino/
Adacir Reis/ Nelson Machado/ Fernando Pimentel/ Ricardo Sasseron.

Data: 10/08/2005, às 11h

Local: Ministério da Previdência Social, Brasília/DF

Depoimento de abertura do evento com o (então) ministro da Previdência Social, Nelson Machado:

A preocupação da Secretaria da Previdência Complementar é a normatização e a fiscalização dos fundos de pensão. O incentivo à fiscalização não basta para o Estado normatizar e fiscalizar. A fiscalização e o acompanhamento têm que estar amarrados ao controle social. Sem a participação cidadã, consciente, será difícil o Estado exercer essa

fiscalização. É fundamental que os participantes acompanhem efetivamente seus fundos de pensão; tenham consciência que esses recursos servirão para administrar seu futuro. Portanto, para a participação e fiscalização dos participantes, é necessário a governança corporativa.

Apresentação de Adacir Reis:

A SPC busca desenvolver o programa de Governo do Presidente Lula. Basicamente, pelo programa do Governo, nós temos os seguintes eixos:

- modernização da legislação previdenciária;
- fortalecimento da fiscalização;
- novo tratado tributário para os fundos de pensão;
- regulamentação da previdência associativa;
- estruturação da previdência complementar para os servidores;
- criação de novos aparatos de regulação dos fundos de pensão.

Regulamentação:

- portabilidade;
- previdência associativa;
- nova legislação tributária para os fundos de pensão (lei);
- formação de uma minuta de projeto de estruturação da previdência complementar pública;

Supervisão:

- análise de mais de 3.000 processos (aprovação de planos, mudança de regulamentação, alteração de estatuto, transferência de gestão de planos, retiradas de patrocínio), muitos destes projetos estão pendentes desde 1998;
- o Estado não acompanhou o crescimento da previdência complementar, ao longo dos anos.

Adacir Reis frisou a governança e a paridade no conselho de gestão, ou seja, afirmou que o conselho deliberativo tem poder de ajudar a decidir as normas de

investimento e de realizar novos convênios, sobretudo com a SELIC, com a Bovespa, etc.

Adacir Reis falou, ainda, sobre:

- acompanhamento da movimentação dos títulos públicos;
- novas regras para atuação do auditor independente;
- edição de um conjunto de regras sobre controle interno;
- realização de diversos seminários sobre gerenciamento de risco;
- realização de reuniões com membros dos conselhos deliberativo e fiscal;
- ‘manualização’ dos procedimentos de fiscalização direta, evitando imprevistos;

- diálogo com outros órgãos de investigação, como a Polícia Federal, o Ministério Público, a CVM, a CGV, o Banco Central, fazendo uso da *internet*.

Adacir Reis frisou a preocupação com a qualificação dos profissionais:

- solicitação para que o patrocinador estatal faça auditoria nos planos de previdência por ele [o patrocinador estatal], patrocinados;
- estreitamento do relacionamento entre as Secretarias Estaduais e da Fazenda;
- exigência de que os fundos de pensão prestem informações detalhadas aos participantes e assistidos;
- uso de linguagem clara e objetiva, para adequá-la ao destinatário;
- novo aparato institucional (já estava no plano do Governo);
- estrutura robusta de fiscalização;
- quadros estáveis, recrutáveis em concurso público, e com orçamento próprio;
- criação da Previc por meio da Medida Provisória 233/04;
- diálogo do sistema e modernização tecnológica;
- ênfase no Programa de Educação Previdenciária (parceria com o OCDE).
- ter a *internet* como instrumento democrático de acesso à informação

Adacir Reis pontuou que a cartilha *Guia do Participante* é a tradução desse processo: “Os fundos de pensão, hoje, estão melhor do que ontem; o futuro dessa política tem que ser melhor do que hoje (...) os fundos de pensão nunca foi objeto de atenção da presidência, como hoje, que se busca ter um desenvolvimento social com desenvolvimento sustentável.”, afirmou o então secretário da previdência complementar naquela ocasião.

Adacir finalizou sua palestra informando sobre os convênios da Secretaria de Previdência Complementar, a saber:

- SPC/ BMF, em dezembro de 2004;
- SPC/ CVM, em dezembro de 2005;
- SPC/ CBLC, em maio de 2006;
- SPC/ CETIP, em outubro de 2003;
- SPC/ Bovespa/ ISIN, em junho de 2003;
- SPC/ ANBID, em 2003.

6. ROTEIRO DE ENTREVISTAS REALIZADAS NO BRASIL E NA FRANÇA COM ATORES ENCOLVIDOS COM OS FUNDOS DE PENSÃO

6.1 Roteiro de entrevista com sindicalistas

1. Nome/Cargo: Escolaridade: Idade/Sexo:
2. Relatar um pouco da sua trajetória de vida e sua trajetória sindical?
3. Como seu sindicato vê as recentes reformas do sistema previdenciário, que estimulam a criação de previdência complementar (fundos de pensão)?
4. Na sua opinião, qual a real importância dos fundos de pensão para o crescimento econômico do Brasil?
5. Este sindicato oferece fundo de pensão a seus associados? Se sim, qual o número de beneficiados?
6. Qual a estrutura administrativa dos fundos de pensão oferecidos por estes sindicatos?
7. Na administração do fundo, quem de fato toma as decisões?
8. Qual a influência do sindicato? O sindicato da categoria exerce algum controle/influência na gestão dos fundos?
9. Na sua opinião, como o sindicato vê a gestão dos fundos de pensão?
10. O que pensa dos profissionais que administram o fundo de pensão, mas que não possuem trajetória sindical?
11. Como fica a luta tradicional dos sindicatos frente a este contexto onde os sindicatos passam a ampliar seus interesses por questões relativas ao mercado financeiro?
12. Como conciliar reivindicações dos trabalhadores com estes novos interesses?
13. O sindicato oferece alguma formação financeira para membros que atuam neste debate?
14. O governo fala atualmente na parceria Público e Privado, onde os fundos seriam os grandes investidores. O que pensa deste debate?
15. O que defende como investimento dos fundos de pensão? Qual as áreas teriam prioridade?
16. Qual a sua opinião sobre o recente debate sobre governança corporativa e mercado financeiro?
17. Qual a sua opinião sobre governança corporativa aplicada aos fundos de pensão?

6.2 Roteiro de entrevista com dirigentes/representantes/Presidentes de fundos de pensão

1. Nome/Cargo: Escolaridade: Idade/Sexo
2. Relatar como chegou a presidência/direção deste fundo de pensão? (conta um pouco da sua trajetória de vida/teve trajetória sindical? Qual sua relação com o Governo Lula? Enfim, como chegou a direção deste fundo).
3. Na sua opinião, qual a real importância dos fundos de pensão para o crescimento econômico do Brasil?
4. Qual o número de participantes neste fundo de pensão?
5. Qual a estrutura administrativa deste fundo?
6. Me conta um pouco como se dá a administração do fundo? Quem toma decisão? Qual a influência do sindicato?
7. O sindicato da categoria exerce algum controle/influência na gestão dos fundos?

8. Na sua opinião, como o sindicato vê a possibilidade de criar e gerir fundos de pensão?
9. Os profissionais que administram o fundo possuem formação financeira?
10. Como é dividido, atualmente, os investimentos deste fundo? Quem toma estas decisões?
11. O governo fala atualmente na parceria Público e Privado, onde os fundos seriam os grandes investidores. O que pensa deste debate?
12. Qual a sua opinião sobre o debate governança corporativa e mercado financeiro?
13. Qual a sua opinião sobre governança corporativa aplicada aos fundos de pensão?

6.3. Roteiro da entrevista realizada junto aos sindicalistas franceses:

Je travaille sur la mise en place de fonds de pension au Brésil. A cette occasion, j'ai découvert les liens qui existaient entre le syndicalisme français, notamment la CFDT, et le syndicalisme brésilien sur ce thème. C'est pour mieux saisir cette collaboration que je suis venue en France. J'y ai découvert qu'il n'y avait pas de fonds de pension et j'ai découvert l'épargne salariale. C'est pour comprendre cette collaboration entre les deux syndicalisme et pour mieux comprendre les transformations du syndicalisme démocratique que j'ai souhaité vous rencontrer. Je vous remercie d'avoir accepté cet rendez-vous.

- 1) Cette central et la mise en place de fonds de pension au Brésil ?
 - 1.1 Comment se sont noués les liens entre cette central et les centrales brésiliennes
 - 1.2 Sur quoi portent les collaborations entre les deux confédération ?
- 2) L'épargne salariale et le syndicalisme français
 - 2.1 Depuis quand cette central s'intéresse-t-elle à eux questions liées à l'épargne salariale ?
 - 2.2 Qui sont les fédérations et les syndicalistes qui ont promu l'épargne salariale dans le syndicat ?
 - 2.3 Comment les « promoteurs » de l'épargne salarial ont-ils acquis leurs connaissances ? Est-ce d'anciens syndicalistes de la banque ? Ont-ils acquis ses connaissances par le biais du Conseil économique et sociale, dans les voyages auprès de centrales syndicales étrangères ?
- 3) Fonds de Pension et l'épargne salariale, quelle différences ?
 - 3.1. Les syndicats ont historiquement promu des dispositifs de prévoyance mutuels et fondé sur la solidarité intergénérationnelle. Comment les syndicats en général et la CFDT en particulier ont-ils investis et promus les formes de prévoyance telles que l'épargne salariale?
 - 3.2. Quelles sont les différences entre les fonds de pension, tels qu'ils existent au Brésil par exemple, et l'épargne salariale à la française ?
 - 3.3 Dans les dispositifs d'épargne salariale, comment les syndicats peuvent-ils peser sur les choix d'investissement ? Au Etats-Unis par exemple, les fonds de pension. Même ceux comme CALPERS (le fonds de pension des fonctionnaires de L'état de Californie) ne se comportent pas très différemment des autres fonds de pension ?

ANEXOS

1. CARTA DE BRASÍLIA

Fonte: http://www.anapar.com.br/boletins/boletim_66.htm

17 de outubro de 2002

193 dirigentes eleitos de 39 fundos de pensão que somam um patrimônio da ordem de 95 bilhões lançaram nesta quinta-feira 17 de outubro o seguinte manifesto de apoio à candidatura de Luis Inácio Lula da Silva

**MANIFESTO: Dirigentes eleitos de fundos
de pensão apóiam Lula**

As entidades fechadas de previdência complementar (mais conhecidas como fundos de pensão) têm um compromisso direto com mais de 2,3 milhões de trabalhadores, que comprometeram suas poupanças com o objetivo de auferir um complemento de aposentadoria digno. Os fundos de pensão têm também um compromisso com a sociedade, na medida em que administram recursos da ordem de R\$ 154 bilhões e devem realizar seus investimentos com responsabilidade, auxiliando no desenvolvimento da economia, gerando empregos e garantindo retorno financeiro adequado.

A boa gestão dos fundos de pensão depende da competência dos seus administradores, mas depende também de muitas decisões que são tomadas no âmbito do Governo Federal.

Além de indicar boa parte dos administradores dos fundos (no caso das empresas estatais, onde inclusive esses administradores exercem efetivamente o poder de decisão), o governo federal exerce também o poder regulador e fiscalizador do sistema, através de órgãos como a SPC (Secretaria de Previdência Complementar), CGPC (Conselho de Gestão da Previdência Complementar, onde os representantes do governo têm maioria) e o CMN (Conselho Monetário Nacional), que regulamenta os investimentos dos fundos.

Nos últimos anos, o governo federal tem tomado medidas contrárias aos interesses dos fundos de pensão e aos seus associados, gerando instabilidade e insegurança para o sistema, colocando em risco o cumprimento dos compromissos com os participantes e com a sociedade.

Dentre as muitas medidas negativas, podemos destacar as seguintes:

 Decretos ilegais, como o de nº 3721, que pretendia elevar a idade de aposentadoria para 65 anos;

 Resoluções como a de nº 2829, que impôs prazos exíguos para enquadramento em novo perfil de investimentos;

 Alterações de planos de benefícios, com fortes prejuízos para os trabalhadores;

 Regulamentação restritiva da lei, de maneira a reduzir o poder de gestão e de fiscalização por parte dos associados e diminuir a democracia e a influência dos participantes na gestão dos fundos;

 Proibição, pela SPC, da eleição de diretores pelos participantes;

Veto à política de tributação definida pelo Poder Legislativo e posterior cobrança de impostos desalinhada das melhores práticas internacionais;

Tentativa de apropriação de superávits dos fundos por parte das empresas patrocinadas pelo governo, em flagrante descumprimento da lei e com anuência da SPC;

Acerto de dívidas passadas através da emissão de títulos de longuíssimo prazo, descasados das obrigações previdenciárias.

A história da previdência no Brasil, infelizmente, está marcada pela freqüente quebra dos compromissos contratados com os trabalhadores.

Os fundos de pensão representam uma opção sólida e viável de complementação de aposentadoria e de formação de poupança de longo prazo. No entanto, correm riscos, se não forem observadas regras de estabilidade e de democratização que assegurem a gestão independente e séria dos fundos, e uma fiscalização que proteja os interesses dos seus participantes.

Cientes da importância que o governo federal exerce para o futuro dos fundos de pensão, e conscientes de que apenas o candidato Lula assumiu compromissos com o pleno desenvolvimento desse sistema, com sua democratização e com os direitos dos participantes, não poderíamos deixar de nos manifestar neste momento de tamanha importância.

Os abaixo-assinados foram eleitos pelos trabalhadores para a direção dos seus fundos de pensão, estão comprometidos com a gestão independente e séria dos recursos frente a qualquer governo, e manifestam seu apoio à candidatura Lula, certos de que esta é a melhor opção para que os fundos venham a desenvolver seu potencial, cumpram seus compromissos e contribuam com o desenvolvimento do país.

ASSINAM ESTE MANIFESTO:

José Ricardo Sasseron – Presidente da Anapar

Sérgio Rosa, Erik Person e Fernando Amaral – Diretores da Previ

José Roberto Amaral, Jacques Pena e Arlindo Magno – Conselheiros deliberativos da Previ

Carlos Alberto Caser – Diretor da Funcef

José Carlos Alonso, Antonio Bráulio de Carvalho e Francisca de Araújo Assis Silva – Conselheiros deliberativos da Funcef

Miguel Correia – Conselheiro fiscal da Funcef

Ricardo Maranhão e Paulo César C. Martin – Conselheiros deliberativos da Petros

Wagner Pinheiro de Oliveira e Maria Auxiliadora Alves da Silva – Diretores do Banesprev

José Aparecido da Silva, Mário Sérgio Castanheira, André Moreno Vargas e Gerson Lopes – Conselheiros deliberativos do Banesprev

Antonio Sérgio F. Godinho – Conselheiro fiscal do Banesprev

Valdivino Ferreira dos Anjos, Wanderley José de Freitas, Gentil Teixeira de Freitas, Sérgio Pasqual Teixeira, Marcos Antônio Previato e Carlos Rogério Araújo – Conselheiros curadores da Fundação Cesp

José Aparecido Di Bastiani, Jamil Previato Corssi – Conselheiros fiscais da Fundação Cesp

Fernando José Tenório Acosta, Moacir Café, Osvaldo D'Estefano Rosica, Alcides Moisés de Souza, Carlos Alberto Alves, Fernando Brandão – Comitê Gestor da Fundação Cesp

Cláudia Muinhos Ricaldoni – Diretora da Forluz

Austen Harmentano Mudado, José Renato Barbosa, José Valentim, Plínio Arantes, Joaquim Sávio e Luiz Cláudio Simões – Conselheiros deliberativos da Forluz

Antônio Reginaldo Correia, Augusto César Silva e Waldyr Biaggi – conselheiros fiscais da

Forluz
 Sebastião Lins – Diretor da Fachesf
 Mozart Bandeira Arnaud, Raimundo Jorge de Souza Santos, Clayton Ferraz Paiva, José Carlos Venerando da Silva, Francisco Bezerra Rufino e Francisco das Chagas Nascimento – Conselheiros deliberativos da Fachesf
 Robstaine Alves Saraiva, João Pereira Santos, Clinger Martins e Evandro José Espíndola – Conselheiros fiscais da Fachesf
 Carlos Augusto Rocha, Fábio Soares Alves, Ana Guimaraens e Luiz Cláudio Bizarro – Conselheiros administrativos da Fundação Banrisul
 Magda Romano e Eduardo L. Milward de Azevedo – Conselheiros deliberativos da Braslight
 Valter C. Endres e Quirino José de Azevedo Rodrigues – Conselheiros deliberativos da Fundação Ceres
 Elmo Emilio Novaes – Conselheiro fiscal da Fundação Ceres
 Marcos Antônio Carvalho Gomes e Sérgio Wilson Ferraz Fontes – Conselheiros deliberativos da Fundação Real Grandeza
 Arnaldo Luiz de Oliveira – Conselheiro fiscal da Fundação Real Grandeza
 Miguel Ruy Bortolotto – Diretor financeiro da Fundação Eletroceee
 Cláudio Canalis Goulart, Cláudio Grimaldi Pedron, Aldo César Oliveira e Rosmary Baldi Marques – Conselheiros deliberativos da Fundação Fundação Eletroceee
 Ponciano Padilha, Gerson Gonçalves e João Roberto de Azevedo – Conselheiros fiscais da Fundação Fundação Eletroceee
 Antonio Waldir Vituri – Diretor da Fundação Elos
 Claudius Charles Girard, José Nazareno Corrêa, Jorge Felipe Carminati Grein e Juraci Luiz Bolognest – Conselheiros deliberativos da Fundação Elos
 Clênio José Braganholo, José Klafke e Osmar Soares – Conselheiros deliberativos da Fundação Celos
 Jovenor Pereira da Silva Júnior – Conselheiro Deliberativo da Eletros
 João Rodrigues de Oliveira Neto e Edson Pereira – Diretores da Faceal
 João Berchmans, José Aureliano e James Santos – Conselheiros deliberativos da Faceal
 Gilson Dorvillé e Ari Pedrosa – Conselheiros fiscais da Faceal
 Eduardo Simões Dias e José Hugo Bezerra da Silva – Conselheiros deliberativos da Metrus
 Milton Néri Soares – Conselheiro fiscal da Metrus
 Pedro Augustinelli Filho, André Tivoli e Luiz Carlos de Faria Traves – Comitê de gestão da Metrus
 Fernando E. V. Jogaibe, Carlos O. de Moura, Luiz Carlos de Carvalho, Antonio Carlos T. Cordeiro e Vladimir de M. Guimarães – Conselheiros deliberativos da CBS
 Arthur Streva Pereira – Conselheiro fiscal da CBS
 Luiz Carlos Cardoso Viana e Cláudio dos Santos Nascimento – Conselheiros deliberativos da Faceb
 Madson Paz de Souza, Francisco das Chagas do Valle Sidu, Luis Paulo A. da Silva e Aser João F. de Moraes – Conselheiros deliberativos da Capaf
 Maria de Lourdes S. do Rosário, Antonio Lucas de Araújo e Augusto Lucas de Fonseca Neto – Conselheiros Fiscais da Capaf
 Francisco J. Moura Silva, Roberto César Viana, Nortemiro Moraes dos Santos e Sílvia Figueroa de Matos – Conselheiros deliberativos da Cafbep
 Alfredo da Paz Neto e Elmar Gomes de Araújo – Conselheiros deliberativos da Facepi
 Samuel Darcy Fontenelle e José Vieira dos Santos – Conselheiros fiscais da Facepi
 Jesus Divino Barbosa, Ednaldo Pinheiro Chaves, Sinomário Miranda, Adriano Paiva de Paula e Hugo Alberto Ramos França – Conselheiros deliberativos da Eletra
 Marcos Silva Marques – Conselheiro fiscal da Eletra
 Carlos Orpham – ex-Conselheiro deliberativo do Economus
 Márcio de Souza Rocha, Valdomiro Dionísio da Silva e Paulo de Tarso Ferreira Jones – Conselheiros deliberativo da Comprev
 Josemar Alves de Souza – Diretor da Faelba

Paulo de Tarso Guedes B. Costa, Jader Martins Guedes, Raimundo Nonato B. Ribeiro, Sandro E. Campos dos Santos, Antonio Carlos Lopes de Lima e Veroilson Martins – Conselheiro deliberativo da Faelba
Jacson Silva Rodrigues, Gualberto Rodrigues Santos Fº e Wladmir Jonas Primo – Conselheiros fiscais da Faelba
Humberto Vieira, Cesário Macedo, Juarez de Paula e Moraes Siqueira – Conselheiros Deliberativos da Faelce
Francisco Colares e Regina Alencar – Conselheiros fiscais da Faelce
Liane Câmara Matoso Chacon – Diretora da FASERN
Etvaldo Andrade Luz e Francisco de Assis Formiga – Conselheiro Deliberativo da FASERN
Flávio Leonardo Silveira Rodrigues e Itibiriçá Silva Machado – Conselheiros curadores da Fundação CRT
Rui Porto Rodrigues, George Denis B. Labourdette e Leandro Alves de Almeida – Diretores da Fundação Corsan
Marilui Sá Brito, Catiane Peters Pacheco, Paulo Rogério Toporoff Lima e José Franciso dos Santos – Conselheiros curadores da Fundação Corsan
Ademir Andrade de Oliveira, Helifax Pinto de Souza e Robson Ramos Branco – Conselheiros deliberativos da Sabesprev
Miguel Ângelo Ferreira Teixeira e João Prado de Andrade – Conselheiros fiscais da Sabesprev
Ronaldo Vieira Malta, João de Andrade Marques, Orlando dos Santos, Milton Jorge da Silva Lima e Maria da Glória A. Mendes – Conselheiros deliberativos da Portus
João Lourenço Xavier e Eliane Delvito – Diretores da Prece
Alzemiros dos Santos Dias, Valdemir Luiz de Carvalho, Albérico Sommer da Silva, Arildo César Nogueira de Castro, Tânia Márcia Garcez Teixeira e Luiz Carlos dos Santos Carpinelli – Conselheiros deliberativos da Prece
Josenil Renovado, Sebastião Moreira Silva e Carlos Ruy da Silva – Conselheiros fiscais da Prece
Paulo Figueiredo – Diretor de Benefícios da Nucleos
Abel de Almeida, André Luiz Fernandes e Neildo de Souza Jorge – Conselheiros deliberativos da Nucleos
João Manoel G. Barbosa e Carlos Fernandes – Conselheiros fiscais da Nucleos
Itagibe Barbosa Lohmann – Comitê de investimentos do Isbre
Nadir José Damo – Conselheiro administrativo do Isbre
Adilson de Lélis – Conselheiro fiscal da Previminas
Robson José Santana e Willadesmon Silva – Conselheiros deliberativos da Previnor
Maldo Pereira Gonçalves – Conselheiro Deliberativo da Previsan
Valéria Borges da Silva e Jacir Alves da Silva – Conselheiros fiscais da Previsan
Aliomar Carvalho de Jesus – Diretor de Seguridade da Regius

2. CARTA AOS BRASILEIROS

O Brasil quer mudar. Mudar para crescer, incluir, pacificar. Mudar para conquistar o desenvolvimento econômico que hoje não temos e a justiça social que tanto almejamos. Há em nosso país uma poderosa vontade popular de encerrar o atual ciclo econômico e político.

Se em algum momento, ao longo dos anos 90, o atual modelo conseguiu despertar esperanças de progresso econômico e social, hoje a decepção com os seus resultados é

enorme. Oito anos depois, o povo brasileiro faz o balanço e verifica que as promessas fundamentais foram descumpridas e as esperanças frustradas.

Nosso povo constata com pesar e indignação que a economia não cresceu e está muito mais vulnerável, a soberania do país ficou em grande parte comprometida, a corrupção continua alta e, principalmente, a crise social e a insegurança tornaram se assustadoras.

O sentimento predominante em todas as classes e em todas as regiões é o de que o atual modelo esgotou-se. Por isso, o país não pode insistir nesse caminho, sob pena de ficar numa estagnação crônica ou até mesmo de sofrer, mais cedo ou mais tarde, um colapso econômico, social e moral.

O mais importante, no entanto, é que essa percepção aguda do fracasso do atual modelo não está conduzindo ao desânimo, ao negativismo, nem ao protesto destrutivo. Ao contrário: apesar de todo o sofrimento injusto e desnecessário que é obrigada a suportar, a população está esperançosa, acredita nas possibilidades do país, mostra-se disposta a apoiar e a sustentar um projeto nacional alternativo, que faça o Brasil voltar a crescer, a gerar empregos, a reduzir a criminalidade, a resgatar nossa presença soberana e respeitada no mundo.

A sociedade está convencida de que o Brasil continua vulnerável e de que a verdadeira estabilidade precisa ser construída por meio de corajosas e cuidadosas mudanças que os responsáveis pelo atual modelo não querem absolutamente fazer. A nítida preferência popular pelos candidatos de oposição que tem esse conteúdo de superação do impasse histórico nacional em que caímos, de correção dos rumos do país. A crescente adesão à nossa candidatura assume cada vez mais o caráter de um movimento em defesa do Brasil, de nossos direitos e anseios fundamentais enquanto nação independente. Lideranças populares, intelectuais, artistas e religiosos dos mais variados matizes ideológicos declaram espontaneamente seu apoio a um projeto de mudança do Brasil. Prefeitos e parlamentares de partidos não coligados com o PT anunciam seu apoio. Parcelas significativas do empresariado vêm somar-se ao nosso projeto. Trata-se de uma vasta coalizão, em muitos aspectos suprapartidária, que busca abrir novos horizontes para o país.

O povo brasileiro quer mudar para valer. Recusa qualquer forma de continuísmo, seja ele assumido ou mascarado. Quer trilhar o caminho da redução de nossa vulnerabilidade externa pelo esforço conjugado de exportar mais e de criar um amplo

mercado interno de consumo de massas. Quer abrir o caminho de combinar o incremento da atividade econômica com políticas sociais consistentes e criativas. O caminho das reformas estruturais que de fato democratizem e modernizem o país, tornando-o mais justo, eficiente e, ao mesmo tempo, mais competitivo no mercado internacional. O caminho da reforma tributária, que desonere a produção. Da reforma agrária que assegure a paz no campo. Da redução de nossas carências energéticas e de nosso déficit habitacional. Da reforma previdenciária, da reforma trabalhista e de programas prioritários contra a fome e a insegurança pública.

O PT e seus parceiros têm plena consciência de que a superação do atual modelo, reclamada enfaticamente pela sociedade, não se fará num passe de mágica, de um dia par ao outro. Não há milagres na vida de um povo e de um país. Será necessária uma lúcida e criteriosa transição entre o que temos hoje e aquilo que a sociedade reivindica. O que se desfez ou se deixou de fazer em oito anos não será compensado em oito dias. O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade.

Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela sua superação.

À parte manobras puramente especulativas, que sem dúvida existem, o que há é uma forte preocupação do mercado financeiro com o mau desempenho da economia e com sua fragilidade atual, gerando temores relativos à capacidade de o país administrar sua dívida interna e externa. É o enorme endividamento público acumulado no governo Fernando Henrique Cardoso que preocupa os investidores. Trata-se de uma crise de confiança na situação econômica do país, cuja responsabilidade primeira é do atual governo. Por mais que o governo insista, o nervosismo dos mercados e a especulação dos últimos dias não nascem das eleições.

Nascem, sim, das graves vulnerabilidades estruturais da economia apresentadas pelo governo, de modo totalitário, como o único caminho possível para o Brasil. Na verdade, há diversos países estáveis e competitivos no mundo que adotaram outras alternativas. Não importa a quem a crise beneficia ou prejudica eleitoralmente, pois ela prejudica o Brasil. O que importa é que ela precisa ser evitada, pois causará sofrimento irreparável

para a maioria da população. Para evitá-la, é preciso compreender que a margem de manobra da política econômica no curto prazo é pequena.

O Banco Central acumulou um conjunto de equívocos que trouxeram perdas às aplicações financeiras de inúmeras famílias. Investidores não especulativos, que precisam de horizontes claros, ficaram intranqüilos. E os especuladores saíram à luz do dia, para pescar em águas turvas. Que segurança o governo tem oferecido à sociedade brasileira? Tentou aproveitar-se da crise para ganhar alguns votos e, mais uma vez, desqualificar as oposições, num momento em que é necessário tranqüilidade e manter os compromissos com o Brasil.

Como todos os brasileiros, quero a verdade completa. Acredito que o atual governo colocou o país novamente em um impasse. Lembrem-se todos: em 1998, o governo, para não admitir o fracasso do seu populismo cambial, escondeu uma informação decisiva. A de que o real estava artificialmente valorizado e de que o país estava sujeito a um ataque especulativo de proporções inéditas.

Estamos de novo atravessando um cenário semelhante. Substituímos o populismo cambial pela vulnerabilidade da âncora fiscal. O caminho para superar a fragilidade das finanças públicas é aumentar e melhorar a qualidade das exportações e promover uma substituição competitiva de importações no curto prazo.

Aqui ganha toda a sua dimensão de uma política dirigida a valorizar o agronegócio e a agricultura familiar. A reforma tributária, a política alfandegária, os investimentos em infra-estrutura e as fontes de financiamento públicas devem ser canalizadas com absoluta prioridade para gerar divisas.

Nossa política externa deve ser reorientada para esse imenso desafio de promover nossos interesses comerciais e remover graves obstáculos impostos pelos países mais ricos às nações em desenvolvimento.

Estamos conscientes da gravidade da crise econômica. Para resolvê-la, o PT está disposto a dialogar com todos os segmentos da sociedade e com o próprio governo, de modo a evitar que a crise se agrave e traga mais aflição ao povo brasileiro.

Superando a nossa vulnerabilidade externa, poderemos reduzir de forma sustentada a taxa de juros. Poderemos recuperar a capacidade de investimento público tão importante para alavancar o crescimento econômico. Esse é o melhor caminho para que os contratos sejam honrados e o país recupere a liberdade de sua política econômica orientada para o desenvolvimento sustentável. Ninguém precisa me ensinar

a importância do controle da inflação. Iniciei minha vida sindical indignado com o processo de corrosão do poder de comprar dos salários dos trabalhadores.

Quero agora reafirmar esse compromisso histórico com o combate à inflação, mas acompanhado do crescimento, da geração de empregos e da distribuição de renda, construindo um Brasil mais solidário e fraterno, um Brasil de todos.

A volta do crescimento é o único remédio para impedir que se perpetue um círculo vicioso entre metas de inflação baixas, juro alto, oscilação cambial brusca e aumento da dívida pública. O atual governo estabeleceu um equilíbrio fiscal precário no país, criando dificuldades para a retomada do crescimento. Com a política de sobrevalorização artificial de nossa moeda no primeiro mandato e com a ausência de políticas industriais de estímulo à capacidade produtiva, o governo não trabalhou como podia para aumentar a competitividade da economia.

Exemplo maior foi o fracasso na construção e aprovação de uma reforma tributária que banisse o caráter regressivo e cumulativo dos impostos, fardo insuportável para o setor produtivo e para a exportação brasileira.

A questão de fundo é que, para nós, o equilíbrio fiscal não é um fim, mas um meio. Queremos equilíbrio fiscal para crescer e não apenas para prestar contas aos nossos credores. Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos.

Mas é preciso insistir: só a volta do crescimento pode levar o país a contar com um equilíbrio fiscal consistente e duradouro. A estabilidade, o controle das contas públicas e da inflação são hoje um patrimônio de todos os brasileiros. Não são um bem exclusivo do atual governo, pois foram obtidos com uma grande carga de sacrifícios, especialmente dos mais necessitados. O desenvolvimento de nosso imenso mercado pode revitalizar e impulsionar o conjunto da economia, ampliando de forma decisiva o espaço da pequena e da microempresa, oferecendo ainda bases sólidas para ampliar as exportações. Para esse fim, é fundamental a criação de uma Secretaria Extraordinária de Comércio Exterior, diretamente vinculada à Presidência da República. Há outro caminho possível. É o caminho do crescimento econômico com estabilidade e responsabilidade social. As mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais. Vamos ordenar as contas públicas

e mantê-las sob controle. Mas, acima de tudo, vamos fazer um Compromisso pela Produção, pelo emprego e por justiça social.

O que nos move é a certeza de que o Brasil é bem maior que todas as crises. O país não suporta mais conviver com a idéia de uma terceira década perdidas. O Brasil precisa navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. É com essa convicção que chamo todos os que querem o bem do Brasil a se unirem em torno de um programa de mudanças corajosas e responsáveis.

Luiz Inácio Lula da Silva

São Paulo, 22 de junho de 2002

3. PROJETOS SELECIONADOS PELO GOVERNO PARA A PPP

Tipo de Investimento	Local	Orçamento
Construção Rodovia BR -163	Santa Helena (divisa MT/PA (norte))	R\$ 623 milhões
Duplicação de trecho rodoviário BR-101	Natal (divisa AL/SE) (nordeste)	R\$ 1.591.000
Duplicação do trecho rodoviário BR-101	Divisa AL/SE, entroncamento Com BR-324 (BA) (nordeste)	R\$ 381 milhões
Construção Trecho Ferroviário Estreito	Balsas (nordeste)	R\$ 480 milhões
Construção Ferrovia Transnordestina	Ramal do Gesso (nordeste)	R\$ 346 milhões
Construção Ferrovia Transnordestina – trecho Petrolina	Missão Velha (nordeste)	R\$ 364 milhões
Construção do Contorno Rodoviário São Félix	São Félix (nordeste)	R\$40 milhões
Recuperação/ampliação do Porto Itaqui	Itaqui (nordeste)	R\$160 milhões
Irrigação	Salitre (nordeste)	R\$ 362 milhões
Irrigação	Baixio do Irecê (nordeste)	R\$ 750 milhões
Irrigação	Pontal (nordeste)	R\$ 256 milhões
Duplicação do trecho da BR-381	Belo Horizonte/S.Paulo (sudeste)	R\$ 1,5 bilhão
Construção da BR-493, Arco metropolitano	Porto de Sepetiba (sudeste)	R\$250 milhões
Duplicação de trecho na BR-116	Regis Bittencourt (sudeste)	R\$ 970 milhões
Construção do Rodoanel Metropolitano S.P	São Paulo – trecho Sul (sudeste)	R\$ 1,9 bilhão
Construção do anel ferroviário de S.P	S. Pulo – tramo norte (sudeste)	R\$ 200 milhões
Melhoramento do Porto de Sepetiba	Porto de Sepetiba (sudeste)	R\$100 milhões
Adequação do porto de Santos	Santos (sudeste)	R\$ 500 milhões
Irrigação	Jaibá (sudeste)	R\$ 1,3 bilhões
Construção da ferrovia Contorno de Curitiba	Curitiba (sul)	R\$ 150 milhões
Construção da ferroviária Ipiranga	Guarapuava (sul)	R\$ 220 milhões
Construção trecho ferroviário Alto Taquarussu	Rondonópolis (centro-oeste)	R\$ 400 milhões

Trem turístico do Pantanal	Pantanal (centro-oeste)	R\$200 milhões
----------------------------	-------------------------	----------------

Fonte: Ministério do Planejamento

4. CARTA DE JORGE MATTOSO (PRESIDENTE DA CEF)

FGTS e aplicação na Bolsa de Valores

Um dos principais conceitos de economia, enquanto ciência, está na idéia de que a sociedade tem objetivos múltiplos, ilimitados. Os meios para atingir esses fins, no entanto, são limitados. Com o FGTS, vale o mesmo princípio.

O Fundo tem sido objeto de propostas variadas e polêmicas no Congresso Nacional, que vão desde autorizar o saque dos recursos para compra de computador, renovação de frota automobilística, equipamentos domésticos, passando pelo pagamento de mensalidades escolares, viagens de turismo, etc. No momento, o projeto mais polêmico é o da possibilidade de se investir parte do valor arrecadado na Bolsa de Valores.

Em 1997, a Lei nº 9.491 permitiu ao trabalhador diversificar a aplicação do seu FGTS, possibilitando a aquisição de valores mobiliários de empresas governamentais em ofertas públicas de empresas participantes do Plano Nacional de Desestatização. O objetivo era fortalecer o mercado de capitais.

Operações de compra das ações da Petrobrás e posteriormente da Cia. Vale do Rio Doce por meio dos Fundos Mútuos de Privatização (FMP), captaram R\$ 2,6 bilhões do FGTS.

A polêmica em torno do novo modelo de utilização dos recursos na Bolsa está no fato de que seria muito mais abrangente e desconectado de qualquer plano governamental. A primeira consequência seria a redução substancial dos investimentos em habitação, saneamento e infra-estrutura - recursos já escassos, ocasionando desfalque na principal fonte de políticas públicas. Também seria preciso conhecer o perfil dos titulares das contas do FGTS para saber a quem o projeto atenderia.

O FGTS, que completa 39 anos em setembro, foi criado para assegurar ao trabalhador uma poupança para os casos de aposentadoria, demissão imotivada ou doenças, além de compor um fundo para financiamento de programas de habitação popular, saneamento e de infra-estrutura urbana.

Se fosse um banco, o Fundo teria um ativo de R\$ 160 bilhões e estaria na segunda posição do país em volume de recursos. O que tornou o FGTS principal, e em muitas ocasiões o único, agente de fomento no país. Do total dos seus recursos, R\$ 78 bilhões estão aplicados em habitação, saneamento e infra-estrutura.

Nos últimos dez anos, o Fundo direcionou para a Habitação mais de R\$ 24 bilhões, respondendo por 61% das moradias financiadas pelo mercado e atendendo especialmente às camadas de menor renda, onde se concentra a maior parte do déficit habitacional (92%). Para 2005, o planejado é contratar R\$ 11,2 bilhões, dos quais R\$ 1,2 bilhão devem ser destinados, em forma de subsídios, para as famílias com renda de até R\$ 1.500. Até 2008 o objetivo é investir R\$ 41 bilhões – R\$ 4 bilhões na forma de subsídios.

Mas quem são os trabalhadores donos do patrimônio desse Fundo? Do total de contas do FGTS, 55,1% possuem apenas 2,2% dos recursos da carteira e um saldo médio por conta de R\$ 72,47. Por outro lado, só 1,1% das contas correspondem a 31,3% do total de recursos, com um saldo médio de R\$ 52.391,38. Entre todos os titulares de contas, 42% não têm o primeiro grau completo, e por isto muitas vezes não tem conhecimento do mercado acionário.

Um outro aspecto é a aparente possibilidade de uma grande lucratividade com a aplicação dos recursos na Bolsa. No caso do FMP Petrobrás, registrou-se um rendimento de 251,3% (agosto de 2000 a março de 2005) frente a uma variação, no mesmo período, de 67,7% do Ibovespa. Já os FMP Vale renderam 398,3% de fevereiro de 2002 a março desse ano. Em relação ao Ibovespa, o ganho foi de 153,4%.

Entretanto, aplicações em ações não são resultados de retornos garantidos. Se tivessem sido oferecidos FMP, em agosto de 2000, atrelados ao Ibovespa, o trabalhador teria algum ganho financeiro a partir do último trimestre de 2003 - três anos após a compra das ações da Petrobrás - quando o mercado de ações registrou recuperação. Assim, só quem poderia deixar seu dinheiro parado por mais de cinco anos teria ganhos financeiros.

Justifica-se, então, o baixo interesse da maioria dos trabalhadores em redirecionar os seus recursos para compra de ações, bem como a preocupação sobre os efeitos desse projeto. Se os recursos do Fundo forem direcionados para as Bolsas, a sociedade terá um prejuízo incontestável. Significará abandonar os investimentos em cidadania, por meio da oferta de habitação e infra-estrutura e da criação de milhões de empregos. E caberá ao Governo Federal, por sua vez, reformular projetos de fomento para que os compromissos assumidos sejam realizados.

Jorge Mattoso

Presidente da *Caixa Econômica Federal*, professor licenciado do Instituto de Economia da UNICAMP

5. CARTA ENVIADA AO SENADO, SOLICITANDO A VOTAÇÃO DA MP DE CRIAÇÃO DA PREVIC.

CIR-ABR-AIS-002/05

São Paulo, 13 de junho de 2005

Exmo.Sr.

Senador

Senado Federal

Prezado Senador,

Temos ainda pendente de votação no Senado o PLV 10 (MP 233), que estrutura a PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar. A PREVIC surge para fiscalizar, supervisionar e fomentar um sistema que atende a 6 milhões de brasileiros e possui R\$ 290 bilhões de patrimônio (16% do PIB do Brasil), composto que é de 300 fundos e 960 diferentes planos.

Se o PLV 10 não for votado até o próximo dia 14, terça-feira, a Medida Provisória 233 será revogada e seu objeto não poderá ser reapresentado no atual ano legislativo.

Ter a PREVIC funcionando é de fundamental importância porque, para crescer, o sistema de fundos de pensão precisa ter a sua fiscalização e supervisão a cargo de um órgão que disponha de quadro de pessoal profissional e de um orçamento adequado, que lhe garantam competência técnica e autonomia dentro do Estado brasileiro.

Países que são exemplo de uma Previdência Complementar forte seguem esse modelo de agência, como a Alemanha, Austrália, Canadá, Dinamarca, Holanda, Noruega e Polônia. Em todas essas nações o custeio cabe aos fundos de pensão.

E tampouco se pode concluir que a criação da PREVIC poderia significar aumento da carga tributária, uma vez que seu custeio caberá aos brasileiros que participam dos planos dos fundos de pensão e são, portanto, seus beneficiários, e não ao conjunto da sociedade brasileira, que será assim na verdade desonerada.

E a PREVIC, ao que tudo indica, está nascendo com um quadro de pessoal perfeitamente adequado à sua missão e importância. Só para estabelecermos uma comparação, o Chile, cuja Previdência Complementar tem menos da metade do patrimônio da brasileira, emprega mais de 1.000 servidores em sua agência.

A PREVIC terá uma quantidade de servidores imensamente menor. Em sua grande maioria, serão contratados mediante concurso público (210 auditores, 120 especialistas, 100 auxiliares administrativos, 80 técnicos e 50 procuradores).

Quanto aos 150 cargos em comissão criados, 93% (140) deles são os chamados DAS 1, 2 e 3, com remuneração de até R\$ 1.575,00, destinados fundamentalmente aos servidores de carreira.

O sistema de fundos de pensão, do qual decorre a poupança previdenciária tão fundamental ao financiamento do crescimento sustentado da economia, aposta em que os senadores não faltarão às suas responsabilidades históricas. A Previdência Complementar depende totalmente que o Estado brasileiro seja capaz de estruturar um quadro de pessoal estável, capaz de atender com profissionalismo e a necessária agilidade às suas demandas. Sem isso, não haverá crescimento.

Respeitosamente,

ABRAPP - Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar

ICSS - Instituto Cultural de Seguridade Social

SINDAPP - Sindicato Nacional das Entidades Fechadas de Previdência Complementar

ANBID - Associação Nacional dos Bancos de Investimento

ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro

APIMEC - Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais

BOVESPA - Bolsa de Valores do Estado de São Paulo

BM&F - Bolsa de Mercadorias e Futuro

6. EVENTOS DO GOVERNO NA TEMÁTICA PREVIDÊNCIA NOS

ANOS DE 2003 E 2004.

4º Congresso Brasileiro de Previdência Privada	São Paulo, 21 e 22 julho, 2004
Seminário “Responsabilidade civil e criminal dos dirigentes de EFPC	Curitiba, de 17 a 18 maio., 2004
Workshop “Condições para a expansão dos fundos de pensão e a questão da solvência	São Paulo, 14 de maio, 2004
3º Conferência da OECD sobre pensões privadas no Brasil	Rio de Janeiro, 3 a 4 maio, 2004
Seminário “Responsabilidade administrativa, Civil e criminal dos dirigentes de EFPC	Recife, 19 a 20 abril, 2004
II Congresso de Previdência	Blumenau, 14 a 16 abril, 2004
Seminário “Responsabilidade administrativa, civil e criminal dos dirigentes de EFPC	São Paulo, 12 e 13 abril, 2004
Seminário “Responsabilidade administrativa, civil e criminal dos dirigentes de EFPC	Rio de Janeiro, 5 e 6 abril, 2004
V Congresso Nacional dos Participantes dos fundos	Sumaré (SP), 2 a 4 abril, 2004

Seminário “Responsabilidade administrativa, civil e criminal dos dirigentes de EFPC	Brasília, 22 e 23 março de 2004
Seminário “Responsabilidade administrativa, civil e criminal dos dirigentes de EFPC	Belo Horizonte, 15 e 16 março, 2004
Seminário Internacional: parcerias público-privadas no mercado de capitais	São Paulo, 8 dezembro, 2003
4º Congresso Brasileiro de Governança Corporativa	São Paulo, 9 e 10 novembro, 2003.
Seminário regime de Previdência Complementar dos Servidores Públicos	São Paulo, 4 e 5 de novembro, 2003
24º Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão	São Paulo, 27 e 29 outubro, 2003
Seminário Reforma da previdência: o Brasil e a experiência internacional	Brasília, 1 e 2 outubro, 2003
2º Congresso Integrado dos Sistemas de Previdência	São Paulo, 1 e 2 setembro, 2003
Seminário Seguros e Previdência	Rio de Janeiro, 28 de agosto, 2003

Fonte: www.mps.gov.br

7. EVENTOS DO GOVERNO NA TEMÁTICA PREVIDÊNCIA NO ANO DE 2006

De eventos organizados pela SPC em 2006
<p>Maio 2006 <u>1º Encontro Nacional de Advogados da Previdência Complementar</u> São Paulo (SP) - 12 de maio de 2006</p> <p>Abril 2006 <u>II Encontro Regional Sudoeste</u> São Paulo (SP) - 07 de abril de 2006</p> <p>Março 2006 <u>II Seminário Fundos de Pensão</u> A Gestão Integrada dos Recursos com base nos Cenários Macroeconômicos e Atuariais Rio de Janeiro (RJ) – 16 de março de 2006</p> <p>Fevereiro 2006 <u>Lançamento: FUNDAÇÃO FECOMERCIO DE PREVIDÊNCIA ASSOCIATIVA</u> São Paulo (SP) - 20 de fevereiro de 2006</p> <p><u>II Encontro de Dirigentes Eleitos de Fundos de Pensão</u> São Paulo (SP) - 16 e 17 de fevereiro de 2006</p> <p><u>Encontro de Trabalho: Atualização do Cadastro de Planos de Benefícios - CNPB e Captação das Informações do</u></p>

Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial - DRAA

Brasília-DF, 14 de fevereiro de 2006 - das 14h00 às 17h30

Seminário: CONTABILIDADE PARA CONSELHEIROS E DIRIGENTES - Enfoque no Parecer do Balanço

Brasília-PR, 14 de fevereiro de 2006 - das 8h30 às 12h30 e das 14h00 à 18h00

Seminário: ENTENDENDO O DRAA - Enfoque no Relatório da Resolução 13

Brasília-DF, 13 de fevereiro de 2006 - das 13h30 às 17h30

Seminário: ENTENDENDO O DRAA - Enfoque no Relatório da Resolução 13

Curitiba-PR, 07 de fevereiro de 2006 - das 13h30 às 17h30

Seminário: CONTABILIDADE PARA CONSELHEIROS E DIRIGENTES - Enfoque no Parecer do Balanço

Curitiba-PR, 08 de fevereiro de 2006 - das 8h30 às 12h30 e das 14h00 à 18h00

Seminário: ENTENDENDO O DRAA - Enfoque no Relatório da Resolução 13

Fortaleza-CE, 02 de fevereiro de 2006 - das 13h30 às 17h30

Seminário: CONTABILIDADE PARA CONSELHEIROS E DIRIGENTES - Enfoque no Parecer do Balanço

Fortaleza-CE, 03 de fevereiro de 2006 - das 8h30 às 12h30 e das 14h00 à 18h00

Janeiro 2006

Seminário: ENTENDENDO O DRAA - Enfoque no Relatório da Resolução 13

Rio de Janeiro-RJ, 26 de janeiro de 2006 - das 13h30 às 17h30

Seminário: CONTABILIDADE PARA CONSELHEIROS E DIRIGENTES - Enfoque no Parecer do Balanço

Rio de Janeiro-RJ, 27 de janeiro de 2006 - das 8h30 às 12h30 e das 14h00 à 18h00

Seminário: ENTENDENDO O DRAA - Enfoque no Relatório da Resolução 13

Belo Horizonte-MG, 19 de janeiro de 2006 - das 13h30 às 17h30

Seminário: CONTABILIDADE PARA CONSELHEIROS E DIRIGENTES -Enfoque no Parecer do Balanço

Belo Horizonte-MG, 20 de janeiro de 2006 - das 8h30 às 12h30 e das 14h00 à 18h00

Seminário: ENTENDENDO O DRAA - Enfoque no Relatório da Resolução 13

São Paulo-SP, 16 de janeiro de 2006 - das 13h30 às 17h30

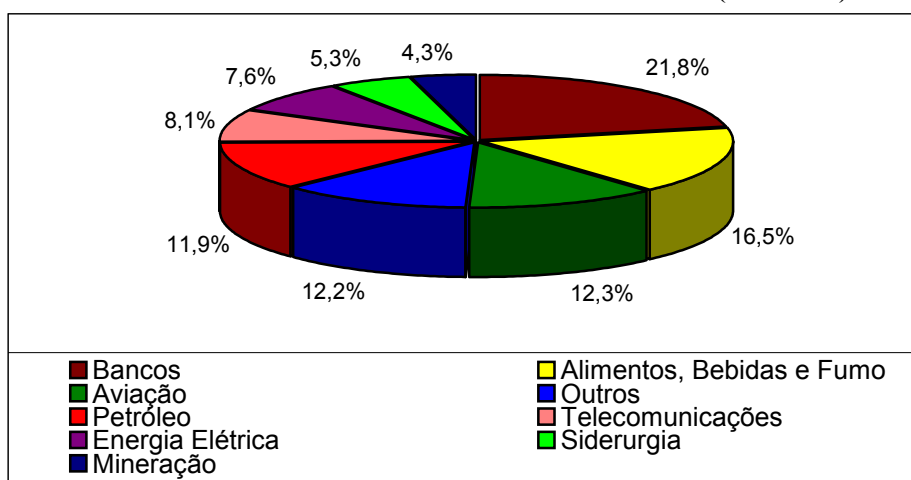
Seminário: CONTABILIDADE PARA CONSELHEIROS E DIRIGENTES - Enfoque no Parecer do Balanço

São Paulo-SP, 17 de janeiro de 2006

Fonte: Dados dessa Pesquisa

8. TABELAS/ GRÁFICOS SOBRE FUNDOS DE PENSÃO

Gráfico I – Carteira de renda variável da PREVI – setores da economia (em dez/03)



Fonte: SPC, 2005.

9. E-mail de Devanir da Silva da ABRAPP

De: "Devanir da Silva" <supger@abrapp.org.br> [Adicionar endereço](#)

Para: najardim@yahoo.com.br

Assunto: Respostas - Previdência Associativa

Data: Tue, 14 Dec 2004 10:36:01 -0200

Prezada Maria Aparecida,

Temos o prazer de responder as perguntas abaixo:

1 - Como está a procura de sindicatos por planos associativos?

Está sendo a melhor possível. Com oito mil associados, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Militares, Polícia Civil e da Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais (Prevcoop), foi a primeira entidade aprovada nessa modalidade no País, em 2003.

Alguns dos outros fundos já aprovados pela Secretaria da Previdência Complementar (SPC) do Ministério da Previdência depois disso são a Forçaprev, da Força Sindical e Sindicato dos Empregados no Comércio de São Paulo, com expectativa de atrair 400 mil associados; a GV-SP PREV, da Associação dos Ex-alunos de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, com 1.500 participantes e a OABPREV-SC, Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina.

Há ainda dez outros planos de instituidores aprovados pela Secretaria de Previdência Complementar: Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo, Sindicato dos Engenheiros da Bahia, Associação Baiana dos Advogados Trabalhistas, Ordem dos Advogados do Brasil de Tocantins, Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Sergipe, Sindicato dos Médicos de São Paulo e Paraná, Cooperativa Odontológica do ABC, Conselho Regional de Administração do Rio de Janeiro, Mutu-Caixa de Assistência dos Profissionais do Crea e Instituto Brasileiro de Atuária (IBA).

2 - O que falta aos sindicatos saberem sobre fundos de pensão para aumentar a demanda?

O governo, através da Secretaria da Previdência Complementar, está desenvolvendo um intenso esforço de esclarecimento das lideranças sindicais e associativas. Ao mesmo tempo em que editou um manual explicativo, vem promovendo uma série de seminários para difundir a cultura da previdência associativa. Desde o ano passado já foram promovidos quase duas dezenas de eventos, reunindo mais de 1.300 dirigentes de sindicatos, de associações e cooperativas.

3 - Existe alguma resistência, por parte dos sindicatos, em relação aos fundos de pensão associativos?

Já existiu, mas nas décadas de 80 e 90. Líderes sindicais mais à esquerda viam nos fundos de pensão de modo geral um instrumento da privatização da Previdência Social. Hoje, compreende-se claramente que a previdência complementar é um duplo benefício para o trabalhador, na medida em que não apenas assegura uma renda maior na previdência, como fortalece a poupança interna e, conseqüentemente, os investimentos, e, assim, contribui para a criação de empregos.

Cordialmente,

Devanir Silva

10. PALESTRA REALIZADA NA CUT SOBRE FUNDOS DE PENSÃO¹⁸⁷

Superintendente da Previc fala em Seminário da CUT ou CUT avalia possibilidade de criar Fundo de Pensão para associados ou Previdência Complementar é tema de palestra em Seminário da CUT

¹⁸⁷ Informação fornecido por e-mail pela SPC.

Com a finalidade de esclarecer os trabalhadores dos sindicatos filiados à CUT (Central Única dos Trabalhadores) sobre o novo sistema de Previdência Complementar, que permite às organizações sindicais criar seus fundos de pensão, o Superintendente Nacional de Previdência Complementar, Adacir Reis, fez hoje uma palestra alusiva ao tema...

A conferência de Adacir Reis aconteceu no Parlamento Latino-Americano, em São Paulo, durante seminário organizado pela CUT, como parte das atividades integradas à 11ª Plenária Nacional daquela central de trabalhadores. Embora se trate de um tema recente na pauta de trabalho da CUT, segundo a própria entidade, desde que, “com a reforma da Previdência, as organizações sindicais reconquistaram o direito de criar Fundos de Pensão”, Fundo de Pensão é “um desafio colocado a todas as organizações filiadas, dos setores público e privado, do campo e da cidade. Formular um projeto de criação do Fundo da CUT, que garanta a todos e a todas uma aposentadoria digna, é uma tarefa inadiável”, escreveram os organizadores do Seminário em sua apresentação.

Ao Superintendente Nacional da Previdência Complementar (Previc), Adacir Reis, bem como ao Ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, coube a tarefa de explicar sobre o tema “Previdência Complementar: a nova realidade depois da reforma da Previdência e as alternativas legais para a instituição do Fundo de Pensão CUT.” Também participaram desse painel o presidente da Anapar, José Ricardo Sasseron; o técnico da Funcef, Geraldo Aparecido da Silva e o Secretário Geral da CUT e coordenador de debate, João Felício.

Para a CUT, além de avaliar as alternativas legais visando a criação do Fundo de Pensão da Central, o seminário servirá para, dentre os modelos possíveis, analisar aquele que mais interessa aos trabalhadores. Para que os associados da entidade tomassem conhecimento da experiência do sistema de Fundos Solidários do Canadá e da Confederação de Sindicatos Nacionais (CSN) daquele país, foi convidado a falar sobre o assunto o diretor geral de MCE Conseils, Claude Dorion. Uma radiografia sobre o sistema brasileiro de fundos de pensão ficou a cargo, no seminário, do técnico da Petrus, Mário Castanheira e da representante do Dieese, Suzanna Sochaczewski. Um técnico da Previ, Gerardo Xavier Santiago, e outros três representantes da CUT, Rafael Freire Neto e João Vaccari Neto também falaram durante o painel alusivo à apresentação das propostas sobre criação dos fundos de pensão para a CUT.

Conforme a legislação atualizada, os planos de previdência associativa podem ser criados por associações, sindicatos, entidades de classe e cooperativas para atendimento exclusivo de seus membros ou associados. Atualmente, mais de 20 planos de previdência associativa já funcionam no Brasil, sob a fiscalização da Previc.

11. PROPOSTA DA ABRAPP PARA FUNDOS DE PENSÃO

A ABRAPP sugere que os fundos de pensão invistam em empresas que considerem os itens abaixo. Sua adesão é voluntária.

1: GOVERNANÇA CORPORATIVA. Para empresas de capital aberto listadas na Bolsa de Valores, dar prioridade àquelas que estão no Novo Mercado, ou no Nível 1, ou no Nível 2. Para empresas de capital aberto não listadas na Bolsa, sociedades de propósito específico ou empresas limitadas, verificar as que possuem critérios equivalentes aos do Novo Mercado, Nível 1 ou Nível 2.

2: BALANÇO SOCIAL. Verificar se a empresa publica ou não no Balanço Social. Caso publique, analisar a relevância, clareza e, se possível, a veracidade das informações. Caso a

empresa não publique no Balanço Social, estabelecer como meta para o próximo ano sua publicação. A existência de Balanço deve valorizar a análise da empresa.

3: INCLUSÃO SOCIAL. Verificar, através do Balanço Social ou de informação da empresa, se há políticas claras de não discriminação e políticas afirmativas com relação à mulheres, negros e portadores de deficiência. Políticas desse tipo valorizam a empresa.

4: MÃO-DE-OBRA. Apesar do uso de mão-de-obra infantil e do trabalho compulsório serem proibidos por lei, solicitar à empresa declaração de não utilização desse tipo de mão-de-obra em suas operações diretas e declaração de que exigiu o mesmo comportamento de todos seus fornecedores. Caso a empresa seja certificada pela SA 8000, a solicitação não é necessária, mas valoriza a empresa. No caso de mão-de-obra infantil, se a empresa tiver o selo “Empresa Amiga da Criança”, da Fundação Abrinq, não é necessária outra declaração.

5: MÃO-DE-OBRA TERCEIRIZADA. Avaliar se, nos contratos de terceirização, a empresa propicia condições de igualdade de tratamento (salários, benefícios etc.) entre seus funcionários e os terceirizados. Caso haja muita diferença de tratamento entre eles, a empresa deve ser orientada a buscar condições de igualdade de tratamento. Empresas que já têm essa prática devem ser valorizadas.

6: MEIO AMBIENTE. É importante averiguar autuações ambientais sofridas pela empresa. Isso pode trazer riscos para o negócio. Verificar, através de informações fornecidas pela empresa, situação dos programas de prevenção de poluição, tratamento de resíduos, minimização de uso de recursos naturais e programas de reciclagem. Empresas com preocupação ambiental devem ser valorizadas.

7: GERAÇÃO DE RENDA. Avaliar se a empresa tem programas de desenvolvimento de pequenos fornecedores ou se emprega profissionais das localidades onde estão instaladas suas operações. Avaliar se há programas outros que objetivem gerar trabalho e renda para comunidades.

8: PROJETOS SOCIAIS. A empresa que apresenta um programa consistente de investimentos sociais deve ser valorizada. Isso pode ser verificado através da análise do Balanço Social, quando houver.

9: ÉTICA E TRANSPARÊNCIA. A empresa possui Código de Ética estruturado e disseminado pela organização? A empresa, caso faça doações para campanhas políticas, deve apresentar os valores doados e quem recebe.

10: APRESENTAÇÃO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS. Pela Resolução CMN 3.121, todo Fundo de Pensão deve apresentar, anualmente, sua Política de Investimentos à Secretaria de Previdência Complementar e, uma vez que princípios de responsabilidade social constam dessas políticas, eles devem ser explicitamente indicados.

11: CRITÉRIOS TRADICIONAIS. Aplicar os critérios já tradicionalmente utilizados pelos comitês de investimentos dos fundos para definição das empresas a investir.

12. MATÉRIA DE JORNAL

Centrais selam 'lua-de-mel' com governo no 1º de Maio Raquel Salgado e Cristiane Agostine 30/04/2007

No segundo mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, os sindicatos praticamente aderiram ao governo. As manifestações no dia 1º de Maio perderam suas bandeiras tradicionais, que deram lugar a reivindicações antes afastadas da lista de prioridades das

entidades de trabalhadores. E, com a ampla coalizão montada pelo Governo Lula para dar suporte a seu governo, a divisão entre as centrais sindicais se transformou em amizade entre ambas e em "lua-de-mel" com o governo.

Essa rara atmosfera de concórdia foi selada por 36 meses consecutivos de crescimento do emprego com carteira assinada e ganho real de 28,2% no salário mínimo. Resultados fortes o suficiente para substituir palavras de ordem como reajustes maiores, redução da jornada e mais empregos pela defesa do meio ambiente, tema adotado pela Força Sindical. "Nossa pauta agora é de construção", diz Paulo Pereira da Silva, Presidente da central e um crítico severo do Presidente Lula em seu primeiro mandato. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) também colocou a preocupação com o meio ambiente ao lado do tema do desenvolvimento econômico com inclusão social na agenda do dia.

A comemoração do 1º de Maio será marcada por essa inédita aproximação entre Força e CUT. Em algumas cidades, como Osasco (SP) e Maceió (AL), os eventos das duas centrais, que sempre rivalizaram, serão realizados conjuntamente. A aproximação se dá no momento em que ambas dividem espaços no governo federal, que continua tendo, provavelmente, o maior número de ex-sindicalistas em seus quadros em toda a história republicana. A CUT tem seu ex-Presidente, Luiz Marinho, como ministro da Previdência. A Força Sindical ganhou um aliado no Ministério do Trabalho, Carlos Luppi, correligionário do Presidente da central, também deputado federal pelo PDT de São Paulo. "Se não fossem as taxas de juros, esse governo seria perfeito", diz Paulinho, da Força Sindical.

As duas centrais afinam o discurso para defender o crescimento econômico e as ações do governo. O próprio Presidente Lula, que não participou de nenhuma das festas no Dia do Trabalho em seu primeiro mandato, está sendo esperado no evento da CUT.